Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 3 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 5 de janeiro de 2005

Juízes tomam posse no Palácio da Justiça

Na primeira segunda-feira de 2005, o Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou a posse de 21 novos juízes substitutos de primeira entrância no Salão do Tribunal Pleno. Diante de um plenário lotado, o presidente do Tribunal, desembargador Macêdo Malta, comandou a posse dos novos magistrados do TJPE.

A mesa diretora da sessão foi composta pelo próprio Macêdo Malta, pelo presidente da Associação dos Magistrados de Pernambuco, Mozart Valadares e pelo supervisor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), Juiz Jorge Américo Pereira de Lira.

Durante seu discurso, Macêdo Malta ressaltou o trabalho da diretoria do Tribunal para, junto ao Poder Executivo, organizar o orçamento de maneira que possibilitasse para este ano a posse destes juízes, além da criação de sete novas vagas para desembargadores e a nomeação de 120 servidores judiciários, remanescentes do último concurso do TJPE, de julho de 2000.

Em seguida ao discurso de abertura, Macêdo Malta entregou aos empossados o título de Juiz Substituto de 1ª Entrância. Um a um, os novos juízes foram chamados à mesa e, em seguida, realizaram o juramento de posse. O presidente Macêdo Malta lembrou-lhes o rigor do TJPE com a produtividade dos juízes e recomendou que eles tenham um bom relacionamento com outros órgãos da Justiça, como o Ministério Público.

Os novos juízes trabalharão em Comarcas do interior, nas regiões do Sertão e de fronteiras do Estado. Serão vitaliciados em três anos e, antes de iniciar os trabalhos judicantes, passarão pelo Programa de Iniciação à Magistratura, ministrado pela Esmape (ver matéria abaixo).

O chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador **Macêdo Malta** *(c), o presidente da Acmepe, juiz* **Mozart Valadares** *(e) e o supervisor da Esmape, juiz* **Jorge Américo**

O presidente do TJPE, **Macêdo Malta,** *assinou o termo de posse dos novos juízes*

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Macêdo Malta**, *recebeu em seu gabinete anteontem, o primeiro prefeito reeleito do Recife,* **João Paulo**. *O comandante do Executivo municipal tomou posse em seu segundo mandato no último dia 1º e, segundo sua assessoria, está realizando visitas protocolares aos dirigentes dos órgãos estaduais para promover uma aproximação entre a Prefeitura e as instituições visitadas. O prefeito estava acompanhado dos secretários de Governo,* **Múcio Magalhães**, *e de Assuntos Jurídicos,* **Bruno Arioxto**. *No mesmo dia, o prefeito visitou o governador do Estado,* **Jarbas Vasconcelos**, *no Palácio do Campo das Princesas.*

Esmape inicia cursos com novos magistrados

A Escola Superior da Magistratura do Estado de Pernambuco (Esmape) iniciou suas atividades de 2005 realizando, em seu auditório, a abertura do Programa de Iniciação à Magistratura para os novos 21 juízes, na última segunda-feira. Na oportunidade, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, enfatizou que "o início do exercício dos magistrados se dá pelo treinamento promovido pela Esmape". Malta destacou a importância da participação nesse curso e falou de sua experiência como juiz.

Durante um mês, os magistrados participarão de estágios com desembargadores e juízes com os quais poderão aprender alguns procedimentos que a vida judicante exige. "Nossa intenção é que eles exercitem na prática os conhecimentos que já possuem na teoria", pontuou o supervisor da Esmape, juiz Jorge Américo.

O corregedor geral em exercício, desembargador Og Fernandes, destacou a necessidade de magistrados no Sertão pernambucano e falou sobre o papel deles. "O juiz é um prisioneiro do serviço. Trabalha bastante para promover a vida, a liberdade, a união e evitar conflitos".

Já o presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), desembargador Jones Figueirêdo ressaltou que é de extrema importância a presença de novos juízes neste momento de mudança com a Reforma do Judiciário.

Estiveram no evento os presidentes da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco e da Associação dos Magistrados de Pernambuco, Rita Malta e juiz Mozart Valadares.

Macêdo Malta *falou aos novos juízes na Esmape*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 4 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 06 de janeiro de 2005

TJPE finaliza obras de Fórum em Joaquim Nabuco

Joaquim Nabuco será a próxima comarca de Pernambuco a receber um fórum inteiramente novo. O espaço jurídico foi construído pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Trata-se de um prédio de 437 m², que custou aos cofres da Justiça R$ 378 mil. A estrutura interna prevê acomodações necessárias às atividades desenvolvidas em um fórum desse porte: salas para Promotoria, assistência judiciária, cartório eleitoral, sala técnica para a rede de lógica, copa, cartório único, sala de audiência, salão do júri e hall de recepção.

Durante a construção, a Diretoria se preocupou em utilizar materiais que facilitassem a manutenção do prédio. Ao invés da pintura, no revestimento interno e na fachada exterior foi usada cerâmica. Outra medida econômica consistiu em revestir as portas do edifício com fórmica.

As instalações também foram construídas com o objetivo de facilitar o acesso à Justiça por parte daqueles que possuem algum tipo de deficiência física. A DEA informou que, assim como em Joaquim Nabuco, 90% das construções do Tribunal de Justiça de Pernambuco já possuem rampas especialmente destinadas a esse tipo de público. Nos prédios onde a estrutura não comporta as rampas, a Diretoria tem procurado soluções compatíveis, a exemplo do uso de elevadores. Além de um acesso de qualidade, o novo fórum possui uma área extensa para estacionamento daqueles que comparecerem ao local.

Os fóruns que o TJPE tem construído estão sendo projetados para serem ampliados, caso isso seja necessário futuramente. Em Joaquim Nabuco, a estrutura do prédio permite a construção de um novo pavimento que, se aproveitado, resulta na duplicação da área.

A inauguração do fórum deve ocorrer em até três meses. No período, a DEA pretende concluir outras obras. "A perspectiva é de que terminemos as construções dos fóruns de Ipojuca, Escada e Maraial, assim como a residência oficial deste último local", ressalta o diretor-adjunto da DEA, Ermival de Siqueira.

Parte das instalações do prédio já estão prontas

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Aviso da Presidência

Tendo em vista a publicação da Emenda Constitucional nº 45 (C.F.-1988) - promulgada em 08/12/04 no D.O. da União, com circulação em 03 de janeiro de 2005 (2ª feira), a competência dos Juízos e dos órgãos fracionários dexte T.J.-PE passa a ser plena, não ficando restrita somente aos feitos que tinham andamento no período de recesso forense.

Recife, 04 de janeiro de 2005

Des. Macêdo Malta
Presidente TJPE

Orçamento 2005

Durante discurso proferido em sessão do Pleno, que empossou 21 novos Juízes na última segunda-feira, o desembargador presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Macêdo Malta, ressaltou o trabalho da direção do TJPE para, junto ao Poder Executivo, organizar o orçamento de maneira que possibilitasse a posse destes juízes, além da elevação da comarca de Ipojuca, a 57 km da Capital, para a 2ª Entrância e instalação de mais três Varas Judiciais nesta cidade, sendo uma delas criminal e as outras duas cíveis. Já os municípios de Escada e de Santa Cruz do Capibaribe irão receber mais uma vara cível cada. Na Capital, será criado o Juizado Itinerante que possibilitará, por exemplo, a conciliação em casos como o de acidentes de trânsito *in loco*. O projeto já está na Assembléia Legislativa de Pernambuco para ser analisado pelos deputados estaduais. Outras ações previstas para 2005 são a nomeação de 120 servidores, remanescentes do concurso de 2001 e a abertura de sete vagas para desembargador estadual.

Biblioteca Esmape

Em clima de retrospectiva, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) contabiliza as aquisições para sua biblioteca que funciona no térreo da sede da entidade. Entre livros e folhetos, foram obtidos 247 exemplares, sendo 182 títulos. Já no item fascículos, a escola conseguiu 146 exemplares e 116 títulos. Os números que fecham o 2004 em relação ao acervo da biblioteca são: 3089 livros; 3107 artigos de periódicos; 1632 fascículos; 84 CD ROM; 281 fitas de vídeo; 97 folhetos; 02 coleções; 01 monografia e 22 entre outros impressos. No ano passado, a biblioteca realizou 6836 empréstimos.

Posse na Web

No próximo dia 17, segunda-feira, os internautas poderão conferir a solenidade de posse da mesa diretora do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte pelo site da instituição www.tjrn.gov.br. A cerimônia começa a partir das 15 horas e empossará os desembargadores que irão comandar a Justiça potiguar no biênio 2005/2006, segundo informações da secretaria de Comunicação Social do TJRN.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 6 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 8 de janeiro de 2005

BNDES financia projeto do Memorial de Justiça

Por Nadja Vasconcelos

O Memorial de Justiça estadual obteve o reconhecimento nacional do seu trabalho na preservação de documentos históricos. O órgão, divisão da Diretoria de Documentação e Jurisprudência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi um dos três eleitos em Pernambuco a ter projeto financiado pelo Programa de Preservação de Acervos, promovido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) com o apoio do Ministério da Cultura (MinC) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

O Memorial vai receber R$13 mil para adquirir equipamentos destinados ao seu laboratório de conservação preventiva. Entre eles estão uma mesa para higienização, soprador térmico (para descolar fotos de álbuns), desumificador (que diminui a umidade dos documentos), estação de trabalho (conteúdo mesas retangulares e divisória) e pranchas para planificação.

De acordo com a chefe do Memorial de Justiça, Mônica Pádua, o presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, tem enxergado a necessidade de se incentivar a área cultural. "Sem o apoio do presidente, da Secretaria de Administração e da Diretoria de Documentação do Tribunal não seria possível conseguir que este projeto tivesse sido selecionado", afirma a historiadora.

O laboratório do Memorial de Justiça funciona com dois servidores, formados em História, e três estagiários. Compete a eles preservar os documentos, a exemplo de processos, plantas arquitetônicas, fotografias, placas e medalhas do Poder Judiciário estadual. Para tratar dos papéis, que são a maioria dos documentos, o laboratório recebe o material, tira a poeira, grampos, fungos e realiza pequenos reparos. "Para isso, é essencial que nossa equipe esteja sendo capacitada constantemente", explica Mônica.

Os técnicos do Memorial de Justiça restauram documentos judiciais anteriores ao século XIX

O Memorial de Justiça também está com um projeto, juntamente com a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, de fazer uma pequena ampliação neste laboratório. "A preservação desses documentos é muito importante, pois trabalhamos com informações históricas que, se perdidas, nunca serão reparadas", lembra Pádua.

O local é aberto ao público para pesquisa de documentos de segunda a sexta-feira, das 12h30 às 17h30. Seu acervo contém documentos históricos, especialmente anteriores ao século XIX.

O Programa de Preservação de Acervos do BNDES foi criado para estancar a deterioração e aprimorar a guarda de documentos históricos do Brasil. Neste ano, foram investidos R$ 5 milhões, contemplando 49 projetos de 13 Estados. Na seleção dos projetos foram levados em conta a relevância do acervo para a difusão do patrimônio cultural brasileiro; clareza; justificativa; pertinência, adequação físico-financeira, além do impacto regional e institucional.

Em Pernambuco, os outros dois projetos beneficiados com o programa são a Preservação da Memória Documental do Arquivo Municipal de Olinda e a Conservação do Acervo da Ilha de Fernando de Noronha.

Mônica Pádua *dirige o Memorial de Justiça do TJPE*

Cartórios

Uso do Garp agora é obrigatório

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai intensificar a fiscalização junto às serventias extrajudiciais (cartórios). A instrução normativa de nº 04/2004, publicada no Diário Oficial do Judiciário anteontem (06), determina que todos os órgãos cartoriais no Estado serão obrigados a utilizar o sistema informatizado Garp - Gestor de Arrecadação de Receitas Próprias. O software foi desenvolvido pela Diretoria de Informática do TJPE em parceria com a Diretoria Financeira (Difin) e a Corregedoria Geral da Justiça e permite que o Judiciário fiscalize pela Internet a emissão dos Documentos de Arrecadação Judiciária (Darj) - valor que incide sobre os serviços cartoriais pagos, uma das fontes de receita do Judiciário.

De acordo com a Difin, em 2004 o Tribunal arrecadou, em média, R$ 1,2 milhão mensal com o pagamento desse documento. No total, este valor corresponde a quase 50% da receita própria do TJPE no ano.

Os Darjs são emitidos pelos próprios cartórios e pagos pela população nas agências bancárias. Por lei, as serventias extrajudiciais devem comunicar ao Judiciário a quantidade de documentos emitidos para que a Justiça controle os serviços que vêm sendo prestados e se os cartórios agem de forma regular. Antes do advento do Garp, porém, o preenchimento dos Darjs era feito manualmente. Os servidores da Diretoria Financeira tinham que conferir cada item das guias de recolhimento referentes a esses documentos. "Esse método demandava tempo e uma grande quantidade de servidores", diz o diretor adjunto da Difin, Rodrigo de Almeida.

Com o novo sistema, a emissão do documento será informatizada e impressa com código de barras, permitindo o pagamento nos caixas eletrônicos. Além da comodidade para a população, o novo método possibilita um controle mais eficaz dessa receita, através do cruzamento das informações repassadas pelos bancos com as fornecidas pelos cartórios. O Judiciário poderá saber quantos Darjs são emitidos e que cartórios deixam de fazer o recolhimento obrigatório. A idéia é permitir a autuação automática de irregularidades cometidas pelas serventias extrajudiciais.

De acordo com a instrução que torna obrigatória a utilização desse sistema, o envio do relatório pelos cartórios passará a ser semanal, e não mais mensal como vinha acontecendo.

Também foi determinado que a guia do Darj terá validade de dez dias para o seu recolhimento, contados a partir de sua emissão. Se esse prazo expirar, uma nova via do documento deverá ser expedida.

A instrução normativa estipulou um prazo de sessenta dias, a partir da data de publicação, para que os cartórios do interior do Estado providenciem o equipamento de informática necessário à instalação do sistema. A fiscalização dos cartórios pela Justiça é uma determinação da Constituição Federal em seu artigo 236.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 7 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 11 de janeiro de 2005

Gabinete da Presidência

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, recebeu na tarde da sexta-feira passada, a visita de vereadores da Comissão Executiva da Câmara Municipal do Recife. Entre seus membros, compareceram ao encontro o presidente Josenildo Sinésio da Silva (PT), João Arraes (PSB), o decano da Câmara, Liberato Costa Junior (PMDB), Roberto Teixeira (PP) e Augusto Carreras (PV). A Comissão Executiva é eleita por um período de dois anos e tem a função de coordenar e administrar todos os processos administrativos e regimentais necessários ao funcionamento da Câmara. O presidente da Comissão Executiva, no caso o vereador Josenildo Sinésio e o 3º secretário Roberto Teixeira também compõem a Mesa Diretora da Câmara que tem como função específica dirigir os trabalhos legislativos no plenário da Câmara. Hoje, a casa parlamentar do Recife conta com 41 vereadores, eleitos no pleito do ano passado.

TJPE publica escala de férias dos servidores

A escala de férias para o exercício de 2005 do Poder Judiciário de Pernambuco foi publicada na edição de 07/01 do Diário Oficial. A lista com o nome de todos os servidores, suas respectivas matrículas e o mês determinado para as férias está disponível entre as páginas dois e oito da publicação.

A partir deste ano, o Tribunal de Justiça de Pernambuco não terá mais período de férias coletivas. Ou seja, em janeiro tanto a administração, o Tribunal de Justiça e os fóruns de 1º grau em Pernambuco atendem ao público normalmente. Na área judicial, servidores e magistrados programam suas férias individualmente, informando a Diretoria de Recursos Humanos.

A medida foi instituída nacionalmente com a promulgação da Reforma do Judiciário, publicada no Diário Oficial da União no dia 08 de dezembro do ano passado.

Concurso

Escola da Magistratura inscreve até amanhã

As inscrições para o concurso para admissão no Curso de Preparação para a Magistratura da Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (Esmape) ainda estão abertas. Anteriormente programadas para encerrarem no dia 17 de dezembro, as inscrições ainda podem ser feitas até amanhã, quarta-feira, dia 12.

O local de inscrição é a sede da escola, localizada na rua do Imperador D. Pedro II, 221. Os candidatos devem adquirir o manual do concurso, que custa R$ 5, e efetuarem a inscrição no valor de R$ 85. Também no dia 12 serão entregues os cartões de inscrição aos candidatos e a data da prova é no próximo domingo, dia 16, a partir das 8h. O local das provas é a sede da entidade.

> *O curso, que inicia em 1º de fevereiro, tem 120 vagas disponíveis*

Os aprovados irão preencher 120 vagas disponíveis. O curso compreende três períodos, totalizando 810 horas/aula, realizadas à noite, das 19h às 22h, tendo início no dia 1º de fevereiro. Outras informações podem ser conseguidas pelos telefones 3224-0086/1287 ou na sede da Esmape. Para saber mais sobre professores, grade curricular e outras infomações sobre o curso, que tem como finalidade, preparar os futuros candidatos a magistrados estadunis, consulte o site da Esmape no endereço www.esmape.com.br.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, prestigiou na última sexta-feira, no teatro da Universidade Federal (UFPE), a sessão solene de posse da nova Mesa Diretora que vai dirigir o Tribunal Regional do Trabalho - 6ª Região - no biênio 2005/2007. O presidente integrou, juntamente com outras autoridades, a mesa que coordenou a cerimônia de posse das magistradas Maria de Lourdes Araújo Cabral de Melo (presidente), Josélia Morais da Costa (vice-presidente) e Eneida Melo Correia de Araújo (corregedora). Também prestigiaram o evento, os desembargadores Jones Figueirêdo, Marco Maggi e a desembargadora Helena Caúla Reis.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 8 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 12 de janeiro de 2005

TJPE implanta Protocolo Eletrônico

Desde a segunda-feira passada, servidores estão sendo treinados para usar o Protocolo Eletrônico pela Diretoria de Informática

A Diretoria de Informática (Dinfo) do Tribunal de Justiça de Pernambuco está iniciando o treinamento de serventuários para o uso do novo Sistema de Protocolo Eletrônico que está em fase de implantação. Entre os dias 10 e 28 de janeiro, 225 servidores de setores administrativos receberão instruções de uso em capacitações de quatro horas e meia de duração. O novo sistema, desenvolvido pela diretoria, será instalado em três fases distintas e, quando estiver plenamente implantado, trará agilidade, economia, praticidade e segurança à rotina de circulação de documentos no Poder Judiciário.

Este sistema de protocolo eletrônico permite que os documentos que circulam em determinada instância sejam registrados eletronicamente. Esse método de registro aumenta a segurança da circulação de documentos, já que os registrados eletronicamente não correm o risco de serem extraviados, rasurados ou danificados. O sistema também permite exercer maior controle sobre a tramitação deles, através de um sistema on line de busca, além de reduzir os custos com papel e envio dos documentos.

Segundo a diretora do departamento, Ana Luísa Florêncio de Souza, a primeira fase da instalação abrangerá esta função de controle do fluxo de documentos. O novo Protocolo Eletrônico, além de permitir o cadastro de documentos, tem um sistema mais simples de consultas. Hoje, usa-se para a consulta o número do processo, do ofício ou o nome dos interessado.

No novo sistema, semelhante a um site de buscas da internet, a pesquisa por palavra ou assunto também será possível.

Nesta fase da implantação os documentos de papel ainda poderão tramitar, ficando a cargo de cada diretoria decidir quais documentos irão fluir virtualmente de acordo com suas necessidades.

Na segunda fase do projeto, serão habilitados os meios de criação de documentos exclusivamente eletrônicos, dispensando o uso de papel para este registro. Para a implementação desta ferramenta, o Tribunal vai decidir legalmente que tipo de documento poderá ser gerado apenas em meio eletrônico. De acordo com a diretoria da Dinfo, sem os registros de documentos em papel, o sistema gerará economia de custos pela redução do uso dos Correios e mais segurança das informações, já que só os participantes terão acesso ao documento.

Na terceira e última fase da instalação do sistema de Protocolo Eletrônico, todos os documentos do TJPE circularão na forma digital. Mesmo os registros que chegarem ao Tribunal em papel, como notas fiscais, por exemplo, serão escaneados, digitalizados e inseridos no sistema eletrônico.

A instalação do sistema atende parte da demanda da informatização do TJPE, uma das prioridades da atual gestão. "Soluções como a implantação do Protocolo Eletrônico promovem a otimização do tempo e um menor volume de papel circulante, encurtando o prazo de solução dos processos" afirmou a diretora da Dinfo, Ana Luísa Florêncio.

Comarcas do Estado ganham máquinas copiadoras

Tribunal de Justiça dotará as comarcas do Estado com 175 máquinas xerox

Até o fim do mês, todas as comarcas do Estado de Pernambuco vão dispor de uma máquina reprográfica para auxiliar na prestação dos serviços jurisdicionais. É o que pretende a Divisão de Serviços Gerais (Diserg), setor ligado à Diretoria de Infra-estrutura (Diriest) do Tribunal de Justiça, que vem pondo em prática um projeto de substituir o serviço de reprografia terceirizado pela aquisição de máquinas próprias. De acordo com informações da divisão, das 175 máquinas, já foram instalados 143 em órgãos da Justiça na Capital. Nos próximos dias, mais 32 aparelhos deverão ser postos em funcionamento em comarcas do Interior. Antes disso, porém, a Divisão de Manutenção do TJPE vai visitar as comarcas que receberão as máquinas para adaptar à estrutura dos prédios às especificidades dos aparelhos de xerox. As visitas, que já começaram, pretendem instalar uma tomada especial para que o aparelho funcione devidamente. Para o diretor de Infra-estrutura, Hubert Hirschele Filho, a aquisição das máquinas é a materialização de "um pleito antigo para atender a uma necessidade básica". Depois que as máquinas forem instaladas, os técnicos da empresa fornecedora vão promover um treinamento com os funcionários locados no setor. Em seguida, a Diserg realiza uma visita ao local para tombar o patrimônio e orientar os usuários das máquinas sobre a maneira como deverá ser feita a prestação de contas pelas cópias tiradas, o que ocorrerá através de um relatório. A Diserg tem um sistema de gerenciamento, desenvolvido pela Diretoria de Informática, que vai contabilizar o número de xerox emitido para garantir que os aparelhos estão sendo utilizados de forma correta.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 10 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 14 de janeiro de 2005

Magistradas dirigentes do TRT visitam TJPE

A presidente do TRT cumprimenta Macêdo Malta

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, recebeu a visita, na tarde desta quarta-feira, das magistradas integrantes da Mesa Diretora do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região, que tem sua sede localizada no bairro do Recife Antigo. A presidente do TRT, Maria de Lourdes Araújo Cabral de Melo, a vice-presidente Josélia Morais da Costa e a corregedora Enoida Melo Correia de Araújo, frisaram que a Presidência do Tribunal de Justiça é a primeira visita protocolar da nova direção. Elas também estavam acompanhadas de seus assessores.

O presidente Macêdo Malta congratulou as juízas pela eleição e frisou a participação ativa da mulher como operadoras de Direito no País. Para a corregedora Enoida Melo na Justiça não há distinção de gênero, já que "homens e mulheres trabalham juntos, afinal foram homens que elegeram três mulheres para comandar o TRT para os próximos dois anos". O presidente do TJPE também lembrou grandes nomes como Rui Barbosa, Tobias Barreto e Paula Baptista que influenciaram o pensamento do Direito Brasileiro. A reunião também contou com a participação do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal, Djaci Falcão, que dá nome ao tradicional prédio do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, também sediado no Recife. Outro assunto em pauta foi a ampliação dos poderes da Justiça do Trabalho com a promulgação da Reforma do Judiciário a partir de 2004.

Macêdo Malta recebeu visita da Mesa Diretora do TRT

DRH prepara programa para 2005

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH), através da Seção de Acompanhamento Funcional, em parceria com a Coordenação de Saúde, está estudando a possibilidade de implantação de um programa de promoção de saúde e qualidade de vida no Tribunal de Justiça de Pernambuco.

O conceito de qualidade de vida no trabalho está cada vez mais presente no dia a dia das empresas, considerando a saúde não só como bem-estar físico. Esta atitude implica diretamente no desempenho do trabalhador. O conceito pode ser resumido em duas questões aparentemente simples, mas geralmente ignoradas pelas empresas: quanto mais saúde, maior a produtividade, com a vantagem da redução de custos com a prevenção de doenças, já que tratá-las é bem mais caro.

O projeto de implantação deste programa no TJPE, em fase de elaboração pela DRH, prevê, de início, a criação de um comitê reunindo uma equipe interna a ser capacitada no assunto, além de uma pesquisa junto aos servidores reveladora do seu estilo de vida. Para isso, uma consultoria especializada deve ser contratada para orientar a criação deste programa dentro do Tribunal.

A partir desta primeira fase, que identifica os fatores que afetam a saúde institucional é que as ações de melhoria da qualidade de vida podem ser planejadas. O foco do projeto que está sendo elaborado será a mudança comportamental dos servidores, pois os bons e maus hábitos determinam nível de saúde de cada indivíduo.

De acordo com Sandro Passos, chefe da Seção de Acompanhamento Funcional da DRH, a idéia é que o trabalho seja mais instrutivo, conscientizando o servidor acerca da responsabilidade por sua saúde e qualidade de vida, além de dar o suporte para que a mudança seja operada. "A atual gestão tem estado sensibilizada e demonstrado interesse nas ações que beneficiem os servidores. Pretendemos que o projeto seja iniciado ainda neste semestre", afirmou. Sandro Passos friza ainda que este projeto está em fase de elaboração. O programa precisa ter seus cronograma e orçamento aprovados pela Presidência do Tribunal.

Em Andamento - Entre os programas já implantados com sucesso pela Diretoria de Recursos Humanos nesta gestão, destaca-se o de apoio à família do servidor falecido, em funcionamento desde novembro de 2004. O programa consiste na orientação à família sobre seus direitos; o que gerou a elaboração de um manual sobre o assunto, que em breve será disponibilizado na Intranet. Além disso, é enviada, sempre que possível, uma coroa de flores ao velório, num gesto simbólico de presença da Instituição. Segundo a DRH, também está sendo estudada a elaboração de uma mensagem do presidente do TJPE às famílias.

DRH sempre promove eventos diversos para servidores do TJPE

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 11 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 15 de janeiro de 2005

Internet

Site do Tribunal disponibiliza Boletim Tecnológico

O Boletim Tecnológico, informativo criado pela Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco para divulgar as recentes inovações ao campo da computação, deve ganhar um visual novo até o mês de março. A Seção de Projetos e Novas Tecnologias, órgão da diretoria responsável pelo periódico, pretende redefinir o design do endereço eletrônico para torná-lo mais apresentável aos leitores. Para que isso aconteça, a seção está elaborando um projeto que deve ser executado por um profissional terceirizado da área de Programação Visual. Segundo o chefe da Divisão de Tecnologia da Dinfo, André Medeiros, o trabalho para alterar o design do Boletim deve ser intensificado em 25 de janeiro, quando haverá uma reunião entre a equipe da Informática e o programador.

O **Boletim Tecnológico** *é mais um serviço disponível na Intranet do TJPE*

Distribuído todos os meses para os servidores do TJPE que possuem o e-mail Notes, o Boletim Tecnológico é uma ferramenta de apoio aos que lidam com a Informática diariamente. Com dicas sobre a utilização de programas e notícias atualizadas, ele tem o objetivo de aproximar os usuários da ferramenta de trabalho digital e afastar o receio que alguns possuem em relação ao tema. Segundo André Medeiros, uma das preocupações na confecção do Boletim reside na veiculação de conteúdo relacionado aos serviços de informática oferecidos pelo Tribunal. "A maioria dos serviços do TJPE faz uso da Informática, por isso direcionamos parte do conteúdo para melhor utilização desses instrumentos", explica. Outra forma de selecionar o assunto é através da realização de enquetes junto aos leitores. O tópico mais solicitado já ganha espaço na próxima edição. Além disso, a equipe do Boletim fica atenta aos e-mails enviados pelos que acessam o endereço do informativo. "Recebemos e-mails e procuramos dar sempre o retorno aos usuários, respondendo às suas perguntas. Quando o assunto é muito procurado, colocamos no Boletim do mês seguinte", garante André. O periódico ainda possui um link sobre curiosidades e uma área que permite fazer contatos com os seus responsáveis. Outras informações podem ser obtidas pelos telefones (81) 3419-3618 ou 3419-3649.

Ceja-PE lança relatório de 2004

A Comissão Estadual Judiciária de Pernambuco (Ceja-PE), órgão vinculado à Corregedoria Geral de Justiça, divulgou o relatório anual de suas atividades em 2004. No documento, o presidente da Comissão, desembargador Fausto Freitas e o secretário executivo, juiz Élio Braz, tornam públicas as medidas adotadas para melhorar o controle das atividades desenvolvidas no campo da adoção em Pernambuco.

Dentre as atividades destacadas estão a atualização de informações no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco sobre a adoção internacional, tornando conhecidos os procedimentos e leis vigentes para este tipo de adoção. Também foram mantidos os contatos com os juízes de direito das comarcas do Estado sobre a agilização dos feitos relativos à criança e ao adolescente, entre outras medidas.

A Ceja-PE divulgou, também, a lista dos eventos dos quais tomaram parte em 2004. Entre eles, destaca-se a participação do desembargador Fausto Freitas e do Juiz Élio Braz Mendes na VII Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras no mês de junho, realizado em Brasília, coordenado pela secretaria de Direitos Humanos.

Outro evento importante foi a participação do magistrado Élio Braz como representante da Ceja na elaboração do projeto de lei da Adoção, no mês de outubro, em Brasília. O juiz também proferiu palestras sobre adoção internacional e o trabalho desenvolvido pela Ceja-PE nos II e III encontros de Juízes Vitaliciandos, acontecidos em outubro e novembro na Escola Superior da Magistratura de Pernambuco.

O juiz **Élio Braz** *destaca o apoio do corregedor geral de Justiça Fausto Freitas às ações empreendidas pela CEJA/PE*

JUDWIN - A Diretoria de Informática informa que a partir das 19h de ontem, sexta-feira, o sistema Judwin do Primeiro Grau, que permite o acompanhamento dos processos pela Internet, está inoperante. A interrupção do serviço ocorrerá para que seja feita uma manutenção do Banco de Dados do sistema. A Diretoria prevê o retorno do funcionamento do Judwin para hoje, sábado, à noite. O acesso ao programa pode ser feito por qualquer pessoa através do site www.tjpe.gov.br

AMBULATÓRIO - A lista dos médicos, dentistas, clínicas e laboratórios na Região Metropolitana do Recife e no interior do Estado, conveniados com o Ambulatório Des. Ângelo Jordão do TJPE, foi divulgada. Com a carteira do Ambulatório, servidores e magistrados têm descontos de até 50% nos serviços oferecidos pelos parceiros. Para conferir a nova listagem, basta acessar a Intranet pelo site do Tribunal.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 12 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 18 de janeiro de 2005

Memorial da Justiça homenageia presidentes do TJPE

TIAGO BARBOSA

O Memorial da Justiça de Pernambuco está dando um passo significativo no caminho da preservação da história do Judiciário e, por extensão, do Estado. Em breve, a instituição vai inaugurar a Galeria dos ex-presidentes do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que prevê a aposição de fotos daqueles que administraram essa instância da Justiça ao longo dos últimos cem anos. No projeto de instalação da galeria, já estão concluídas as etapas da tiragem de fotografia, do tratamento da imagem e da arrumação em espaço apropriado, destinado pelo Memorial para abrigar a iniciativa. Falta, agora, finalizar parte das pesquisas sobre a vida e as realizações profissionais desses magistrados - para montagem de um catálogo biográfico - e aguardar uma definição de data da Presidência do TJPE para inaugurar a galeria.

A idéia de criar uma área que abrigue a foto dos ex-presidentes do TJPE não é nova. Segundo a diretora do Memorial, Mônica Pádua, a intenção já estava presente na instalação do Centro de Documentação da Justiça no início do século. De fato, o trabalho para concretização dessa meta só foi iniciado em maio do ano passado. O primeiro passo foi reproduzir as fotografias dos ex-presidentes já fixadas nas paredes da sala de reunião dos desembargadores, que fica no 1º andar do Palácio da Justiça. Esse trabalho foi executado pela equipe de fotógrafos da Assessoria de Comunicação Social do TJPE. Em seguida, as reproduções brutas foram enviadas para a empresa H3 Comunicação, que deu um tratamento às imagens, retirando as falhas decorrentes da ação do tempo e fazendo correções no intuito de resgatar a imagem original. Ao todo, foram copiadas 51 fotografias.

Memorial da Justiça organiza galeria de fotos dos presidentes do TJPE

As fotos foram reproduzidas nas tonalidades preto e branco. De acordo com Mônica, "essa é uma das maneiras de promover a conservação e harmonizar as fotos entre si". Ela explica que as originais possuíam cores e tamanhos diferentes, necessitando de uma padronização para que fossem afixadas na galeria. As reproduções ficarão colocadas no primeiro andar do Memorial, onde já funciona a exposição permanente intitulada O Processo Judicial. Fixados em três paredes, seguindo uma ordem cronológica em relação às gestões dos ex-presidentes, os retratos circundam um conjunto de mobília antiga (mesa e cadeiras de época) disposto de maneira a simular a sala de reunião dos desembargadores. Quanto ao enquadramento das imagens, as molduras das reproduções são mais simples, diferentemente das que se encontram contornando as fotos originais, que possuem mais riqueza no material e na ornamentação.

A foto mais antiga é a do desembargador Francisco Altino de Corrêa de Araújo, nomeado à desembargadoria em 1897, mas que dirigiu o Judiciário pernambucano entre os anos 1910 e 1915. Aparecem nomes também como o do criador do Arquivo Público, José Neves, que dirigiu o Judiciário por 15 anos (1930-1945), dos desembargadores da família Jordão, que teve três de seus componentes dirigindo o Judiciário estadual (os irmãos Edmundo e Ângelo e o sobrinho Mauro) e do desembargador Rodolfo Aureliano, que nomeia, hoje, o ex-Fórum do Recife.

Além das fotos, o Memorial pretende oferecer aos visitantes um perfil de cada ex-presidente do Tribunal de Pernambuco. A pesquisa para compor um acervo de informações sobre cada magistrado está sendo feita pelos historiadores Ivan Oliveira e João Alexandre, ambos funcionários do museu do Judiciário. Eles estão procurando levantar dados sobre o histórico acadêmico, local e data de nascimento, idade e a vida na judicatura dos ex-presidentes. Segundo Ivan, a pesquisa tem revelado situações curiosas sobre os magistrados. "Adolfo Cyriaco da Cruz Ribeiro foi desembargador, possui uma foto na sala dos desembargadores, mas não encontramos nenhuma referência que afirmasse que ele foi presidente do Tribunal", exemplifica.

TRADIÇÃO - A partir das observações feitas durante as pesquisas, os historiadores concluíram que o hábito de aposição das fotos de ex-presidentes é uma tradição no Judiciário estadual. Eles afirmam ter encontrado evidências de que o momento de fixar as fotos era feito em sessões solenes, nas quais participavam diversas autoridades do Estado. "Encontramos vários discursos que eram proferidos no instante de aposição da foto dos presidentes", revelam. Os pesquisadores também cogitam a hipótese desta prática ter começado com a construção do prédio do Palácio da Justiça (iniciada em 1924 e concluída em 1930), já que as primeiras fotos encontradas na sala dos desembargadores datam, aproximadamente, dessa época.

Pesquisadores têm dificuldades

Apesar do extenso acervo encontrado no Memorial da Justiça, a pesquisa realizada pelos historiadores tem encontrado dificuldades. Dos 51 ex-presidentes fotografados, 24 ainda não possuem informações suficientes para formação de um sumário biográfico. Segundo Ivan, "faltam referências específicas que tratem da vida dos desembargadores-presidentes". Ele diz que tem buscado as pesquisas nas revistas jurídicas publicadas à época e em livros dos próprios magistrados, como "Uma corte no Império", do desembargador Ribeiro do Vale e em obras do também desembargador Augusto Duque. O material integra a Biblioteca do Magistrado Escritor, seção do Memorial que reúne obras redigidas e doadas por aqueles que exercem ou exerceram a magistratura.

Essa carência de material poderia ser amenizada por uma outra fonte de informação, garantem os pesquisadores. Segundo eles, há ainda familiares vivos desses magistrados que poderiam fornecer informações preciosas sobre a vida e profissão deles. "Seria de grande valia se essas pessoas pudessem contribuir com a pesquisa. Quem quiser fornecer dados relevantes pode procurar o Memorial da Justiça no horário das 12h às 17h30, ou ligar para o número 3224- 0142", declaram.

Fotos originais precisam ser restauradas

Antes mesmo de inaugurar a galeria com as fotos dos ex-presidentes, a chefe do Memorial, Mônica Pádua, atenta para a necessidade em reparar as fotografias originais, que estão fixadas na sala dos desembargadores. Mônica explica que a manutenção e a preservação das figuras devem ser permanentes devido à ação do tempo, que pode acarretar no aparecimento de fungos e no processo de oxidação. "Ambos alteram o papel fotográfico que protege a imagem", declara Mônica.

Segundo ela, o papel para condicionamento deve ser apropriado, com características neutras que permitam a conservação do original da foto. O Memorial de Justiça está elaborando um projeto de restauração das fotos originais para a remoção de possíveis agentes erosivos. "Essa é uma maneira de conservarmos o patrimônio e a história do Judiciário e, também, do nosso Estado", resalta Mônica.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 13 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, quarta-feira, 19 de janeiro de 2005

Corregedoria apresenta novos temas a juízes vitaliciandos

O corregedor **Fausto Freitas** *vai continuar a investir na formação judicante dos novos magistrados*

Adoção e deveres cartoriais. Esses são os principais temas que o corregedor geral da Justiça, desembargador Fausto Freitas, pretende levar à 5ª turma de juízes vitaliciandos, que está participando do Curso de Iniciação à Vida Judicante promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). A Corregedoria Geral da Justiça (CGJ) é responsável pelo monitoramento dos juízes que, durante dois anos, encontram-se em estado de vitaliciamento, ou seja, dando os primeiros passos na atividade judicante. Nos dias 24 e 25, os 21 magistrados nomeados em janeiro também receberão orientações da equipe da CGJ sobre o período de vitaliciamento e quais os desafios da nova carreira.

Segundo o desembargador Fausto Freitas, a orientação aos juízes vai tratar de assuntos que vão além das atividades desempenhadas no Fórum. A intenção é debater condições que extrapolam o saber jurídico, como a vida na comarca, por exemplo. "O juiz não deve ficar isolado, tem que participar da vida na comunidade. Ele é um agente social urbano que deve promover o benefício da sociedade", explica. O corregedor observa que é necessário discutir questões éticas e morais, que influenciam no desempenho das funções que os novos juízes vão exercer. "Um juiz não pode aceitar um favor, porque mais tarde se sentirá compelido a retribuir, o que não condiz com a prática correta da distribuição de justiça", exemplifica.

Fausto Freitas acredita que o encontro é uma oportunidade para abordar questões sociais relevantes, que dependem do parecer dos juízes, como a adoção. O objetivo do corregedor é quebrar possíveis preconceitos que os novos julgadores possam ter no momento de decidir se determinada criança pode ou não seguir para uma família interessada nela. "Adoção não é crime, mas existe um pensamento geral de que se trata de algo ruim, errado. Adotar é retirar uma criança das ruas e entregar nos braços de uma família", afirma. O desembargador argumenta que o processo de adoção é seguro por ser protegido pela Convenção Internacional de Haia. Entre os países signatários, diz Fausto, há o compromisso mútuo de fiscalizar o paradeiro e as condições de vida das crianças adotadas.

Outro ponto que o corregedor tem a intenção de falar aos juízes refere-se aos cartórios. Para Fausto Freitas, os juízes devem atuar como uma extensão da Corregedoria na fiscalização das serventias extrajudiciais. "Cada juiz será um representante da CGJ para fiscalizar os cartórios nas comarcas. Ao detectar uma irregularidade, eles devem comunicar ao Extrajudicial, que tomará as providências cabíveis", explica. Fausto diz acreditar que esse conjunto de medidas, que englobam a orientação e a fiscalização, ajudam a "manter o tradicional prestígio do juiz, uma das autoridades mais respeitadas nas comarcas".

O juiz supervisor do Vitaliciamento, Mauro Alencar, compartilha do pensamento do corregedor. Presença constante nos encontros promovidos pela CGJ com os juízes recém ingressos na judicatura, ele opina que "essa iniciativa é muito proveitosa, pois os vitaliciandos têm a oportunidade de esclarecer as eventuais dúvidas com a equipe da Corregedoria *in loco*". Desde o início da gestão do desembargador Fausto Freitas, a CGJ vem mantendo encontros periódicos com os vitaliciandos no intuito de estreitar as relações com esses profissionais e orientá-los quanto às atividades que irão desempenhar na nova profissão. As reuniões são realizadas nas regiões do Estado de acordo com o planejamento da CGJ. Segundo Mauro Alencar, o próximo deve ocorrer em Pesqueira ou em Garanhuns, ainda no primeiro trimestre do ano.

Inscrições para pós-graduação em Direito Privado estão abertas

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) inova em 2005 com o curso de pós-graduação *lato sensu* em Direito Privado (Civil e Empresarial). A inscrição deve ser realizada na secretaria da Esmape até 18 de fevereiro, no horário das 8h às 12h e das 17h às 20h. O custo é de R$150. Entretanto, a efetivação da matrícula deve ser feita entre 28 de fevereiro e 11 de março. A aceitação do candidato dependerá de uma análise curricular, cujo resultado será divulgado dia 25 de fevereiro. As aulas começam em 18 de março.

Duas turmas de 50 alunos serão abertas, sendo uma delas destinada exclusivamente aos servidores do Poder Judiciário, e outra aos juízes estaduais, membros do Ministério Público, delegados de polícia, procuradores e advogados. A metodologia do curso é baseada em aulas-conferência e estudo de casos sobre temas específicos do Direito. A aprovação final do aluno e a obtenção do certificado de especialista em Direito pós-graduado *lato sensu* exige freqüência de, pelo menos, 75%, nota mínima de 7,0 em cada disciplina e a elaboração de monografia como trabalho final.

O curso irá durar 18 meses, totalizando 360 horas/aula e um investimento total de R$ 5.190 reais (R$ 280 mensais). A Esmape já possui curso de pós-graduação *lato sensu* com especialização em Direito Civil e Processo Civil; Direito Penal e Processo Penal e Direito Constitucional, Administrativo e Tributário.

O supervisor da Esmape, **juiz Jorge Américo**, *é um dos coordenadores científicos do novo curso*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 14 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 20 de janeiro de 2005

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Macêdo Malta**, *recebeu na tarde da segunda-feira, a visita do Secretário Estadual de Produção Rural e Reforma Agrária,* **Ricardo Ferreira Rodrigues** *(foto ao lado), no Gabinete da Presidência. Entre suas atribuições, a Secretaria, agora chefiada por Ricardo Rodrigues, planeja e executa a política agrícola e de reforma agrária do Estado de Pernambuco. O secretário foi empossado pelo governador Jarbas Vasconcelos neste mês de janeiro.*

Já na terça-feira, foi a vez do coronel **Oscar Henrique Grault Vianna de Lima** *(foto abaixo, 3º a partir da esquerda), que chefia o 7º Depósito de Suprimentos Campina do Taborda, visitar o chefe do Judiciário estadual. O motivo da visita foi a entrega ao presidente do TJPE dos convites para a posse dos novos dirigentes do órgão. A solenidade ocorrerá no próximo dia 26, às 18h, na sede do regimento, localizado no bairro do Cabanga. Ao encontro também estavam presentes o Tenente Coronel de Intendência,* **Hélcio de Freitas Martins**, *que será o próximo chefe da corporação, e o Coronel* **Franklin Santos**. *Chefe da Assistência Policial Civil Militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco.*

Curso de Gestão Governamental oferece vagas para servidor da Justiça

A Secretaria de Administração e Reforma do Estado (Sare) promove o IV Curso de Gestão Governamental e destina duas das 50 vagas para os servidores do Poder Judiciário,

As inscrições para o curso de Gestão Governamental serão feitas até amanhã

desde que ocupem cargo de nível superior. A inscrição é gratuita e deve ser feita até esta sexta-feira (21), no 2º andar do prédio do IRH (Derby), das 9h às 13h. Já nesta fase, os candidatos deverão anexar o *Curriculum Vitae*, apresentar o original e cópia de documentos exigidos e uma carta de intenção. As aulas do IV Curso de Gestão Governamental, em nível de Pós-graduação Lato Sensu, promovidas pela Escola de Governo do Estado de Pernambuco, serão ministradas no prédio da Faculdade de Ciências da Administração, das 14h às 19h. A carga horária total é de 390 horas, que serão distribuídas em 13 módulos.

O restante das vagas está reservado para os servidores dos Poderes Estaduais Executivo (42), Judiciário (02), e Legislativo (02), para o Tribunal de Contas (02) e para o Ministério Público (02). Até a sua aceitação, o candidato deverá passar por três etapas. Primeiro, irão se submeter a uma avaliação curricular. Depois, farão uma redação e, por fim, o candidato participará de uma entrevista individual e outra em grupo. O resultado final da seleção será publicado através de uma Portaria da Sare no dia 17 de março. O edital pode ser acessado através do site www.fisepe.pe.gov.br.

DVDs na Cinemateca

A Cinemateca Jones Figueirêdo estará disponibilizando os DVDs Fogo contra Fogo; **Um Sonho de Liberdade** *(foto); Um Plano Simples; Shakespeare Apaixonado; Piratas; Voltando a Viver e Stigmata brevemente. Os filmes estão sendo catalogados pela Seção de Benefícios da DRH para inclusão no acervo e na Intranet. Hoje, a cinemateca conta com 503 VHS, na maioria títulos clássicos, e 110 DVDs com filmes lançados atualmente. Vale lembrar que os magistrados e servidores do Fórum Rodolfo Aureliano podem locar as películas pelos telefones 3419.3549/3430 que elas serão enviadas ao Ponto de Atendimento da DRH, localizado no pavimento garagem daquele prédio. As doações também são recebidas tanto ali, quanto na Cinemateca que fica no 1º andar do Edifício Paula Baptista.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 15 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, sexta-feira, 21 de janeiro de 2005

Servidores de Olinda promovem bloco carnavalesco

A concentração do bloco será no pátio interno do **Fórum de Olinda** *na Av. Pan Nordestina*

A cidade de Olinda é famosa no mundo inteiro pelo seu carnaval, que contagia a todos. Os funcionários do Fórum da cidade não podiam ficar de fora da festa e, desde 2002, colocam na rua o bloco De Vara em Vara. O bloco comemora o início do carnaval dos servidores, saindo sempre no último dia de expediente antes do feriado. Neste ano a festa está marcada para 04 de fevereiro, sexta-feira, às 12h30. A concentração do bloco, animada por uma orquestra de frevo, vai ser realizada no pátio interno do Fórum Lourenço José Ribeiro, o fórum de Olinda, localizado na Avenida Pan Nordestina, s/n. Na concentração, serão servidas uma feijoada e bebidas para os que comprarem a camiseta do bloco. A taxa é de R$ 10 para uma pessoa e R$ 15 para duas. Todos os serventuários da Justiça, da Defensoria Pública e do Ministério Público estão convidados para o desfile.

O bloco desfila pelas ladeiras do Sítio Histórico de Olinda desde 2002

A comunidade olindense também pode participar da festa.

O bloco carnavalesco De Vara em Vara tem duzentos associados mas o número de participantes chega a dobrar no dia do desfile, já que quando segue pelas ladeiras do Sítio Histórico da cidade, acontece a adesão dos foliões que não conseguem esperar o sábado de Zé Pereira chegar.

Para comprar as camisetas, os interessados devem ligar para os números 2493-8748 ou 9968-6047 e falar com o servidor Mário Rocha.

Fórum de Juízes analisa lei sobre ação de busca e apreensão

DEMÓCRITO RAMOS REYNALDO*

O Fórum Permanente dos Juízes das Varas Cíveis do Estado, criado pelo Instituto dos Magistrados de Pernambuco - IMP, aprovou mais três enunciados na reunião realizada no mês de dezembro. A importância dos novos enunciados reside no fato de que resolvem as controvérsias surgidas com a edição da Lei 10.931/04, que alterou o artigo 3º do Decreto Lei 911/69, modificando substancialmente o procedimento da ação de busca e apreensão de bem objeto de alienação fiduciária.

Muitas dúvidas surgiram principalmente em torno da constitucionalidade do § 1º do artigo 3º do Decreto Lei 911/69 (na versão modificada), que altera o momento da consolidação da propriedade do bem retomado em favor do credor fiduciário. Antes, somente depois da sentença o credor podia revender o bem para recuperar o seu crédito (valor financiado). Agora, com a modificação legislativa, já no início do processo, depois de executada a liminar de apreensão, o bem pode ser imediatamente vendido. Alguns magistrados entenderam ser inconstitucional esse novo dispositivo, por tornar a liminar uma decisão de efeitos irreversíveis.

A maioria dos integrantes do Fórum, no entanto, considerou que a antecipação da consolidação da propriedade (em favor do credor) para o momento da decisão liminar não a reveste de efeitos irreversíveis. O devedor sempre terá a oportunidade de recorrer dessa decisão ou ainda purgar a mora, evitando a consolidação da propriedade do bem em favor do credor.

Outra questão também muito debatida foi a possibilidade de purga da mora na nova sistemática da ação de busca e apreensão. A nova lei (nova redação do § 2º do artigo 3º do Decreto Lei 911/69) não mais prevê a possibilidade de o devedor, para evitar a rescisão do contrato e perda do bem, pagar as parcelas em atraso. O citado dispositivo somente autoriza que, no prazo de 05 dias contados a partir da execução da liminar, pague a integralidade da dívida pendente, o que inclui tanto as prestações vencidas quanto aquelas que se venceram por antecipação em face do inadimplemento. Os juízes integrantes do Fórum entenderam que o direito à purgação da mora (pagamento das parcelas vencidas) permanece como direito decorrente de outros dispositivos legais (art. 401, II, do CC e art. 54, par. 2º, do CDC), que devem ser aplicados de forma integrada aos artigos da nova Lei.

O último dos três enunciados prevê que, em optando o devedor por purgar a mora (pagar apenas as parcelas vencidas), o Juiz permanece com o poder de controle dos cálculos de atualização do débito. A restrição de pagamento com observância de planilha de cálculo apresentada pelo credor (nos termos da nova redação do par. 2º do art. 3º) somente se aplica quando o devedor opta por extinguir o contrato, livrando-se do ônus fiduciário. Nesse caso, o Juiz não deve interferir nos cálculos apresentados pelo credor, pois o pagamento pela integralidade dos valores apresentados é uma opção do devedor. Mas quando o devedor opta apenas por purgar a mora, o Juiz, ao autorizá-la, pode ajustar de ofício o contrato aos termos da Lei, definindo os parâmetros para elaboração do cálculo.

Em resumo, os enunciados aprovados são os seguintes:

Enunciado 31-FVC-IMP: "É constitucional o parágrafo 1º do Decreto-Lei 911/69, na redação da Lei 10.931/04" (maioria)

Enunciado 32 FVC-IMP: "É admissível a purgação da mora na vigência da Lei 10.931/04" (unânime).

Enunciado 33 FVC-IMP: "O Juiz permanece com o poder de controle dos cálculos de atualização do débito, para efeito de purga da mora, a despeito da nova redação do parágrafo 2º do art. 3º do Dec-Lei 911/69, atribuída pela Lei 10.931/04" (unânime).

O inteiro teor da justificativa de cada um desses enunciados pode ser acessado na seção de jurisprudência do site do IMP (www.imp.org.br).

*Presidente do Instituto de Magistrados de Pernambuco e juiz da 32ª Vara Cível da Capital

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 16 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 22 de janeiro de 2005

Beneficiários da Vepa participam do Projeto Escola Aberta

Um convênio a ser assinado nessa terça-feira entre a Vara de Execução de Penas Alternativas, a Secretaria de Educação e Cultura de Pernambuco (Seduc) e a Unesco (órgão da ONU para a Educação) vai incluir os apenados da Justiça de menor potencial ofensivo nas atividades desenvolvidas pelo Projeto Escola Aberta. Esse programa do Governo do Estado prevê que as escolas fiquem abertas durante os finais de semana com a intenção de atrair a comunidade para a participação de ações educativas, socioculturais e esportivas. Desenvolvido com o objetivo de diminuir a violência nos finais de semana, quando se registram os maiores índices, o Escola Aberta agora vai acolher, também, os beneficiários que foram condenados a cumprir pena alternativa. O convênio será firmado entre as entidades envolvidas no Salão Pleno do Palácio da Justiça.

Marcos Santos / TJPE

O juiz titular da Vepa Flávio Fontes

Para o juiz responsável pela Vepa, Flávio Fontes, a iniciativa resolverá um problema existente na Justiça quanto ao cumprimento de uma espécie de pena alternativa. De acordo com o artigo 48 do Código Penal, uma das penalidades para os infratores de menor porte reside na reclusão em albergado ou outro estabelecimento adequado, desenvolvendo atividades ressocializantes, durante cinco horas aos sábados e domingos. É a chamada limitação de fim de semana.

Flávio afirma que esse tipo de pena em geral não é aplicada pelos juízes porque praticamente inexistem abrigos destinados exclusivamente a essa causa.

Mas, pelos termos do convênio a ser assinado, a Seduc disponibilizará um total de 20 escolas da Região Metropolitana que se enquadram nesse perfil, uma vez que nelas são promovidas práticas que contemplam oficinas artesanais, pedagógicas, culturais e esportivas. "Em Fortaleza, construíram um abrigo para se dedicar unicamente à limitação de fim de semana e que está sendo considerado modelo no País. Aqui, em Pernambuco, teremos, de uma só vez, 20 escolas com o mesmo propósito. E com uma vantagem: estaremos promovendo a verdadeira ressocialização, já que os apenados estarão convivendo com pessoas que participam normalmente da sociedade", destaca o juiz.

A participação dos apenados nas atividades do Escola Aberta, entretanto, será supervisionada. O convênio determina que a Vepa capacite profissionais das escolas a lidarem com os beneficiários e controlarem a regularidade do comparecimento no período definido. Caberá à vara, também, fornecer um perfil dos apenados encaminhados ao projeto. Flávio Fontes ressalva a seriedade do acordo, destacando a importância das instituições envolvidas. "Com a chancela dessas entidades de peso, vamos evitar que pessoas se tornem criminosas", prevê. Ele acredita que o convênio entre a Justiça, a Seduc e a Unesco se fortalece devido ao critério rigoroso de análise que possui essa última. "Se a Unesco aprovou é porque pode dar certo", analisa.

O convênio terá validade de 12 meses, podendo ser renovado por um período de igual duração. O protocolo não estipula o repasse de recursos financeiros entre as partes. Cada uma deverá arcar com o custo que lhe é devido no cumprimento das atribuições definidas no convênio. Caso haja a necessidade de repasse de recursos, as entidades deverão elaborar e aprovar um instrumento específico tratando do assunto. O termo do convênio será assinado pelos juiz da Vepa, Flávio Fontes, secretário de Educação e Cultura de Pernambuco, Mozart Neves, e o representante da Unesco, Jorge Werthein.

Ministério da Justiça instala projeto piloto de Juizado Especial em São Paulo

O Ministério da Justiça, junto com o Governo de São Paulo e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, firmaram um convênio para implantar uma representação de Juizado Especial Federal, no Centro de Integração da Cidadania (CIC) do município de Francisco Morato, localizado na periferia de São Paulo. A iniciativa é fruto de um esforço conjunto dos Poderes Executivo e Judiciário para facilitar o acesso da população de baixa renda à Justiça. O projeto, que até agora é piloto, envolve o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e será submetido a uma avaliação técnica, podendo ser estendido e ampliado por todo o País. De acordo com a assessoria de Imprensa do Ministério, a previsão é que o posto do Juizado Federal de Francisco Morato esteja consolidado dentro de dois meses.

Convite

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA, tem a honra de convidar Magistrados, Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, funcionários do TJPE e Prestadores de Serviço, para a Solenidade de Assinatura de Convênio de Cooperação a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça, através da Vara de Execução de Penas Alternativas - VEPA, UNESCO e Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, às dezessete horas do dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e cinco, na Sala de Sessões Antonio de Brito Alves, seguida de coquetel. Praça da República, s/n Santo Antonio - Recife - PE

Judwin

A Diretoria de Informática do Tribunal de Justiça de Pernambuco informa aos usuários do sistema Judwin de Consulta Processual de Primeiro e Segundo graus que esse serviço estará indisponível, para manutenção no Banco de Dados, durante todo este sábado (22).

Homenagem

Ana Lins / TJPE

Mais uma personalidade do Tribunal de Justiça de Pernambuco será homenageada pelo Clube dos Advogados do Brasil. A desembargadora **Helena Caúla Reis** *recebe os cumprimentos no almoço de adesão que acontece no Círculo Militar do Recife, no dia 28 de janeiro, às 12h 30. O evento já homenageou o desembargador* **Jones Figueirêdo** *e a presidente da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe),* **Rita Malta**. *No próximo mês, o almoço deverá ser em homenagem ao atual procurador geral da Justiça,* **Francisco Sales**.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

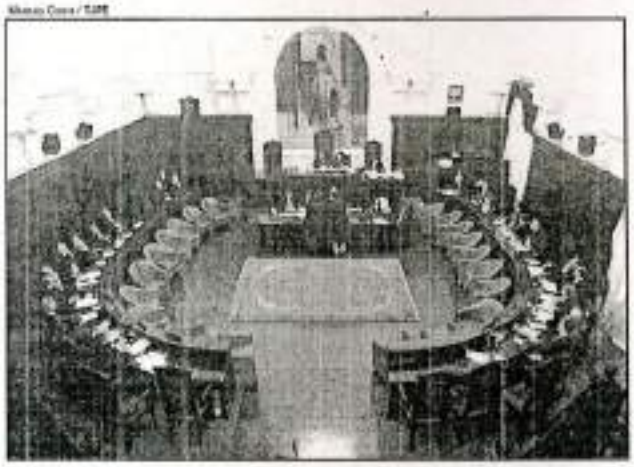
TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 17 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 25 de janeiro de 2005

Assembléia aprova aumento das vagas no TJPE e criação de Varas cíveis no Estado

Com a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 836/2005, recentemente, pela Assembléia Legislativa de Pernambuco, seis desembargadores irão compor duas câmaras cíveis: a 7ª câmara, com distribuição geral e a 8ª que tratará de Direito Empresarial, Marítimo, Bancário e de Recuperação de Empresas.
O sétimo magistrado irá atuar junto aos desembargadores que tem hoje mais de três mil processos em andamento, de acordo com o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta.
Portanto, a Justiça pernambucana tem 37 desembargadores em sua composição.
Segundo o presidente Macêdo Malta, as 7ª e 8ª câmaras foram criadas para suprir a demanda de julgamento de litígios referentes ao Porto de Suape e da nova Lei de Falências. Os deputados acataram a justificativa de que aumentando o número de desembargadores, o Tribunal de Justiça está atendendo a Reforma do Judiciário (Emenda Constitucional nº 45/2004), que exige uma prestação jurisdicional mais efetiva e célere em todas as instâncias da Justiça brasileira.
De acordo com o projeto, as cinco novas vagas de desembargadores serão providas pelos critérios de Antigüidade e de Merecimentos entre os juízes da Capital e as outras duas serão reservadas de acordo com o princípio do Quinto Constitucional, ou seja ocupadas por advogados e aos procuradores de Justiça. Outro projeto de lei complementar, o de número 828/2005, também aprovado pela Assembléia é o que insere o município de Ipojuca, a 50 Km do Recife, na 2ª Entrância de justiça e cria dois órgãos jurisdicionais cíveis também nas áreas de Direito Marítimo, Direito Público Fazendário (estadual e municipal) e outra em matéria penal.
De acordo com a justificativa da presidência do TJPE para criação das Varas neste município, "A complexidade das relações jurídicas de natureza mercantil, de Direito marítimo (de competência constitucional estadual) e de Direito Público Fazendário, reclama a criação emergencial das Varas sugeridas (...)". Já os municípios de Escada e Santa Cruz do Capibaribe vão contar com mais uma vara cível cada. A previsão é que as novas varas cíveis e penal sejam instaladas a partir de março deste ano.

Marcos Costa / TJPE



O Tribunal Pleno passou a ter composição legal de 37 desembargadores

Ambulatório do TJPE oferece mais uma especialidade

Marcos Costa / TJPE

Fonoaudióloga atende no ambulatório do TJPE desde segunda-feira

O Ambulatório Angêlo Jordão Filho disponibilizou uma nova especialidade médica para os funcionários do Tribunal de Justiça de Pernambuco e seus dependentes. Desde a última segunda-feira uma fonoaudióloga está atendendo no ambulatório. A Drª Adriana Carla Brederodes receberá os pacientes de segunda a sexta-feira, das 7h às 11h.
Segundo a coordenadora de Saúde do Tribunal de Justiça, Drª Raquel Fernandes, o serviço de fonoaudiologia já havia funcionado no ambulatório e estava parado há três anos por falta de profissionais da área disponíveis nos quadros do TJPE. Com a transferência da Drª Adriana Carla para o ambulatório, a retomada do serviço foi possibilitada. Ainda de acordo com Raquel Fernandes, a fonoaudiologia é muito importante por ter relação direta com diversas especialidades, como otorrinolaringologia, ortodontia, pediatria e psicologia. A cura de problemas detectados nos consultórios desses especialistas muitas vezes é realizada em conjunto com o tratamento fonoaudiológico.

Atendimento

O ambulatório do TJPE funciona de segunda a sexta, das 7h às 19h e conta com especialistas em Clínica Médica, Cardiologia, Pediatria, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Cirurgia Geral, Mastologia e Ginecologia, contando com os exames de Colposcopia e Citologia Oncótica, preventivos do câncer de colo do útero. As consultas podem ser marcadas pelos telefones 3465-8772 e 3465-8117.

Convite

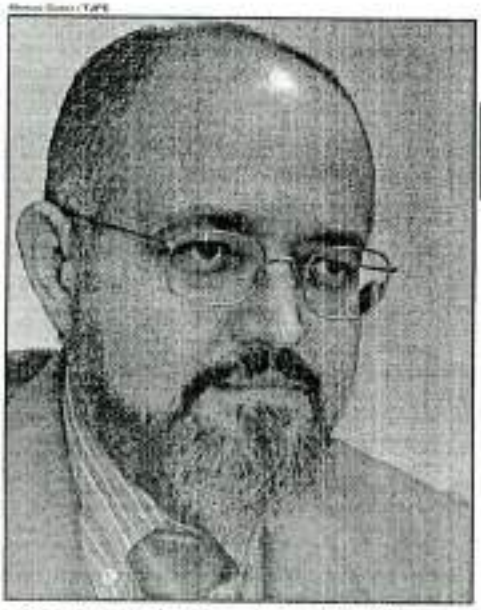
O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA,
tem a honra de convidar Magistrados, Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, funcionários do TJPE e Prestadores de Serviço,
para a Solenidade de Assinatura de Convênio de Cooperação a ser celebrado entre o Tribunal de Justiça, através da Vara de Execução de Penas Alternativas - VEPA, UNESCO e Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco,
às dezessete horas do dia vinte e cinco de janeiro de dois mil e cinco, na Sala de Sessões Antonio de Brito Alves, seguido de coquetel.
Praça da República, s/n Santo Antonio - Recife - PE

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 18 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 26 de janeiro de 2005

TJPE - BIBLIOTECA

Amepe promove concurso sobre independência do juiz



O coordenador do concurso, juiz **Carlos Magno**, *considera que a iniciativa vai revelar a idéia da sociedade sobre o magistrado*

O que a sociedade pensa a respeito da independência na magistratura? É o que continua querendo saber um concurso de monografias que a Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe) está promovendo. Chamado de "Evandro de Lins e Silva", o concurso vai inscrever trabalhos até o dia 1º de março. Apesar da promoção ser de um órgão ligado à Justiça, a participação não se restringe apenas aos magistrados. Qualquer um pode se inscrever, desde que demonstre interesse pelo tema. "A idéia é justamente fazer a sociedade refletir sobre o assunto, mostrar o que pensa sobre aqueles que trabalham com a Justiça no dia-a-dia. Queremos envolver os cidadãos e aproximá-los desse Poder", pondera o diretor cultural da Amepe e coordenador do concurso, juiz Carlos Magno Sampaio. Ele acredita que a iniciativa contará com trabalhos de vários locais do País. "Há pessoas de outros Estados que entraram em contato conosco querendo saber como proceder para realizar a inscrição. Estamos explicando a eles que podem mandar os trabalhos por correspondência", revela. Outra opção é comparecer à sede da Amepe (Rua do Imperador Pedro II, 207 - Edifício Paula Baptista), no horário das 14h às 17h, e entregar dois envelopes: um com três cópias da monografia e outro com uma via impressa acompanhada de um CD-ROM, cópia de identidade, endereço, telefone, fax e e-mail do concorrente.

A avaliação dos trabalhos inscritos será feita por uma comissão formada por três professores mestres ou com graduação superior. Eles irão observar tópicos como adequação ao tema, objetividade, extensão da pesquisa, consistência das informações, criatividade, aplicabilidade, atualidade, repercussão social e relevância para o aprimoramento da prestação jurisdicional.

O concurso é aberto para todos os cidadãos e profissionais liberais

O primeiro, segundo e terceiro lugares receberão uma premiação de R$ 12 mil, R$ 6 mil e R$ 3 mil respectivamente. Os trabalhos deverão obedecer aos requisitos da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A previsão é de que o resultado do concurso seja divulgado no começo de agosto. Segundo o juiz Carlos Magno, "a comissão organizadora está estudando a hipótese de produzir uma publicação com os trabalhos inscritos para que a população tenha acesso às concepções que são formadas acerca da magistratura".

"Queremos saber como o economista, o sociólogo, o cientista, o pesquisador social, enfim, os integrantes da sociedade enxergam a figura do magistrado", conta. Outras informações sobre o concurso podem ser encontradas no site da Amepe (www.amepe.com.br) ou pelos telefones 3224 3251 ou 3224 6977.

Convite

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Desembargador JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA, tem a honra de convidar Magistrados, Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, funcionários do TJPE e Prestadores de Serviço, para a Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno em Homenagem à Desembargadora MAGUI LINS AZEVEDO e para a Sessão Solene de Posse do Juiz JOSÉ ALEXANDRE DE VASCONCELOS AQUINO, no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, às dezessete horas do dia quatorze de fevereiro de dois mil e cinco, na Sala de Sessões Antonio de Brito Alves, seguidos de Coquetel.

Praça da República, s/n
Santo Antonio - Recife - PE

Pagamento 2005

Veja as datas em que o TJPE efetuará o pagamento dos vencimentos em 2005

Meses	Dias
Janeiro	25
Fevereiro	25
Março	24
Abril	27
Maio	25
Junho	23
Julho	26
Agosto	25
Setembro	26
Outubro	26
Novembro	25
Dezembro	23

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 19 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 27 de janeiro de 2005

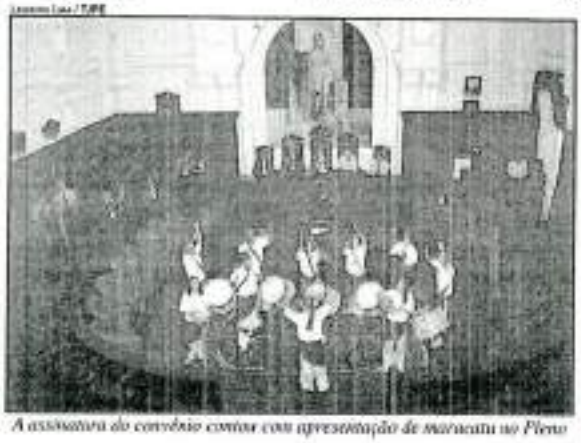
TJPE - BIBLIOTECA

Convênio aposta na ressocialização

O som das batidas do maracatu deu o tom do evento realizado anteontem na Sala de Sessões do Pleno do Palácio da Justiça. O grupo Ouro do Porto, que possui entre os seus integrantes infratores a cumprir pena alternativa, trouxe música ao local, cenário costumeiro de solenidades formais com um só propósito: celebrar a assinatura de um convênio que pretende ser mais um caminho no processo de ressocialização dos que infringiram a lei.

Firmado entre o Tribunal de Justiça de Pernambuco, através da Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa), a Unesco (órgão das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado (Seduc), o protocolo de intenções pretende incluir os infratores nas atividades do Projeto Escola Aberta. Criado no ano de 2000 com o objetivo de reduzir os índices de criminalidade nos finais de semana, abrindo a porta das instituições de ensino para receber a comunidade nesse período, o Escola Aberta agora ganhará mais uma função: a de ressocializar.

O evento no Pleno foi presidido pelo presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, e prestigiado por magistrados, beneficiários da Vepa e representantes de instituições públicas e privadas que trabalham em parceria com a vara. Macêdo Malta disse se sentir honrado por, na condição de presidente, estar participando da celebração do convênio. Para o magistrado, trata-se de uma ação de inclusão social onde "os poderes trabalham em conjunto, as mãos se entrelaçam". Ele elogiou o "trabalho exitoso" da Vepa que, segundo o desembargador, vem despertando interesse nas comunidades internacionais. Malta citou que a reincidência entre os que cumprem pena alternativa é praticamente inexistente e concluiu afirmando que o "Judiciário estará atento às iniciativas que atentem para a questão da inclusão social".



A assinatura do convênio contou com apresentação de maracatu no Pleno

A mesa também foi composta pelo representante da Unesco, Julio Jacobo, o secretário Mozart Neves e o juiz Flávio Fontes, titular da Vepa. Julio disse que o convênio se tratava de "um ensaio de estratégia para a recuperação dentro de redes sociais já estabelecidas". Segundo ele, se bem sucedida, a iniciativa deve ser transformada em política pública e ser "irradiada para o País inteiro". O representante da Unesco também elogiou a Vepa, classificando o juiz Flávio Fontes como um "eterno batalhador".

Convênio - De acordo com o artigo 48 do Código Penal, uma das penalidades para os infratores de menor porte reside na reclusão em albergado ou outro estabelecimento adequado, desenvolvendo atividades ressocializantes, durante cinco horas nos sábados e domingos. É a chamada limitação de fim de semana. Segundo Flávio Fontes, esse tipo de pena em geral não é aplicada pelos juízes porque praticamente inexistem abrigos destinados exclusivamente a essa causa.

Pelos termos do convênio, a Seduc disponibilizará um total de 20 escolas da Região Metropolitana que se enquadram nesse perfil, uma vez que nelas são promovidas práticas que contemplam oficinas artesanais, pedagógicas, culturais e esportivas. O juiz da Vepa destaca que essa iniciativa vai permitir a ressocialização, já que os apenados estarão convivendo com pessoas que convivem livremente na sociedade. A participação dos apenados nas atividades do Escola Aberta, entretanto, será supervisionada.

O convênio determina que a Vepa capacite profissionais das escolas a lidarem com os beneficiários e controlarem a regularidade do comparecimento no período definido. Caberá à vara, também, fornecer um perfil dos apenados encaminhados ao projeto. O convênio terá validade de 12 meses, podendo ser renovado por um período de igual duração. O protocolo não estipula o repasse de recursos financeiros entre as partes. Cada uma deverá arcar com o custo que lhe é devido ao cumprimento das atribuições definidas no convênio. Caso haja a necessidade de repasse de recursos, as entidades deverão elaborar e aprovar um instrumento específico tratando do assunto.

Esmape lança revista em aula inaugural

A Escola da Magistratura de Pernambuco (Esmape) promove no dia primeiro de fevereiro, às 19h, terça-feira, no auditório da escola, a aula inaugural referente ao primeiro semestre do ano letivo de 2005, onde será lançado o nº 20 da Esmape. A solenidade contará com a presença de magistrados e dos 120 novos alunos do curso de preparação da Magistratura da Esmape.

Nesta última publicação semestral destacam-se as questões voltadas para a prática jurídica, como a explanação de decisões judiciais - sentenças de juízes de 1º grau e decisão monocrática de desembargadores do TJPE - além de trabalhos e artigos de doutrina. A revista da Esmape, publicada normalmente em um único tomo, ganhará um segundo nesta edição.

A revista da Esmape existe desde 1996 e, nesta 20ª edição, firma-se como um importante veículo científico de consulta e aperfeiçoamento ao que se refere aos temas do Direito, sendo de interesse de todos que fazem a carreira jurídica. Outras informações podem ser encontradas no site www.esmape.gov.br.

Inédito

A Esmape confirma que o livro Administração Judiciária do Estado de Pernambuco já está no prelo. A publicação é a primeira edição atualizada contendo toda a legislação sobre a Organização Judiciária do Estado de Pernambuco. As alterações, feitas principalmente no Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco e no Regimento Interno do TJPE, serão salientadas com notas de rodapé explicativas. A obra terá uma versão impressa (com dois volumes), além de outra digital (em cd-rom). A princípio, os exemplares serão distribuídos entre magistrados, professores e bibliotecas.

A sede da Esmape fica na Rua do Imperador

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 20 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 28 de janeiro de 2005

TJPE interioriza implantação do Judwin

Uma equipe de facilitadores da Instratoria Interna do Tribunal de Justiça de Pernambuco está na comarca da cidade de Bom Jardim, ontem e hoje, com o objetivo de conscientizar os juízes e servidores da importância da implantação do sistema de informatização dos dados processuais, o Judwin. Os encontros estão sendo realizados no fórum dessa Cidade, das 14h às 18h.

A preocupação em criar um momento pré-instalação do Judwin aumenta a possibilidade do programa ser mais bem aceito e de, posteriormente, seu uso ser otimizado. Sendo assim, a sensibilização de todos os profissionais que irão lidar diariamente com o Judwin tem a finalidade de prepará-los para encarar esta mudança da melhor forma, diminuindo a resistência, além de informá-los sobre os benefícios e a praticidade advindos da utilização do programa. Só depois dos juízes e servidores passarem por este estágio é que será feita a instalação efetiva do programa.

O emprego deste sistema dá maior transparência ao andamento processual, permite o acompanhamento diário pelos usuários da Justiça via internet, e ainda diminui as chances de perda de documentação. O trabalho do Judiciário ainda é facilitado, pois há maior rapidez nas informações. O Judwin foi empregado pela primeira vez em 1999, nas comarcas de Olinda e Recife. Surubim e de Limoeiro serão as próximas a receberem o sistema Judwin.

A DRH promove sensibilizações com juízes e servidores no Interior

SÚMULAS STJ

A Escola da Magistratura de Pernambuco também publicará em breve as 302 Súmulas do Superior Tribunal de Justiça. A novidade é um índice alfabético remissivo com os enunciados das súmulas da Jurisprudência predominante do STJ. De acordo com o supervisor da Esmape e coordenador do projeto, Juiz Jorge Américo, este formato de publicação facilita a consulta dos advogados, magistrados e demais operadores do Direito.

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Macêdo Malta**, *participou de solenidade de sanção pelo governador* **Jarbas Vasconcelos** *das leis complementares nº 70 e 71, aprovadas pelos deputados estaduais neste mês, referente ao Poder Judiciário na tarde da última segunda-feira. No evento, realizado no gabinete do Governador, entre os presentes estavam o vice-governador* **Mendonça Filho**, *o presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco,* **Romário Dias**, *o procurador geral do Estado,* **Silvio Pessoa**, *o procurador e a subprocuradora geral de Justiça,* **Francisco Sales** *e* **Eleonora Luna**, *o deputado e líder do Governo na Assembléia,* **Bruno Araújo**, *o presidente da OAB-PE,* **Júlio Oliveira** *e desembargadores do TJPE.*

A nova legislação abre sete novas vagas para desembargador estadual, que agora passa a totalizar 37, e cria novas varas judiciais nas comarcas de Ipojuca, classificada agora como de 2ª entrância, Escada e Santa Cruz do Capibaribe, a serem instaladas, segundo o artigo 3º da LC 71, a partir de 01 de março deste ano. As duas leis estão publicadas na página 03 do Diário Oficial do Poder Executivo estadual de 26 de janeiro. O presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, também foi uma das presenças ilustres do almoço em homenagem ao governador Jarbas Vasconcelos, promovido pelo Caxangá Ágape, entidade que há 60 anos promove reuniões com profissionais liberais de destaque na sociedade pernambucana. A solenidade aconteceu no restaurante Boi Preto, às 12h da terça-feira.

Expediente

O Tribunal de Justiça de Pernambuco definiu um horário especial de atendimento à população no período carnavalesco. Na primeira sexta-feira (4) de fevereiro, o expediente da Justiça será apenas pela manhã, das 8h às 13h. Nesse mesmo dia, os juizados especiais vão começar a atender às 7h e irão encerrar os trabalhos também às 13h. Entre os dias 7 e 9, o Judiciário não terá expediente. Quem precisar dos serviços da Justiça nesse período poderá recorrer ao atendimento de plantão, no qual as Diretorias Criminal, Cível e de Informática, além da Administração dos Prédios, funcionarão das 14h às 17h. O horário foi estipulado pela Presidência do TJPE no Diário Oficial do dia 26 de janeiro.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 21 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 29 de janeiro de 2005

Cej promove semana de atualização jurídica

O diretor do Cej, Des. **Frederico Neves**

O Centro de Estudos Judiciários (Cej) do Tribunal de Justiça de Pernambuco vai promover uma semana de atualização jurídica no próximo mês, depois do período carnavalesco. O evento será realizado entre os dias 15 e 17 na Sala de Sessões Desembargador Antônio de Brito Alves (Tribunal Pleno) do Palácio da Justiça. Na pauta da semana, vão figurar temas em evidência na judicatura brasileira envolvendo as novas questões falimentares e aspectos processuais polêmicos da ação de busca e apreensão. Os principais tópicos da Reforma do Judiciário, que entrou em vigor ao final do ano passado, também entrarão no rol de assuntos a serem abordados nesses três dias.

De acordo com a programação do evento, haverá uma palestra por dia para os magistrados e servidores do Judiciário interessados em participar da atualização. Para proferi-las, a Cej convidou quatro juristas de renome nacional: Dílson Dória, Otávio Lobo, André Pires Rosa e Alexandre Freire Pimentel. Eles serão os responsáveis em ministrar as palestras que acontecerão sempre às 17h.

Abertura do Ano Judiciário

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, vai participar da sessão solene de abertura do Ano Judiciário. A solenidade acontece no prédio do Supremo Tribunal Federal, em Brasília, às 10h, e conta com a participação dos presidentes da República, Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Tribunais Superiores; do procurador-Geral da República; dos desembargadores presidentes dos Tribunais de Justiça e ministros do Executivo e Judiciário, entre outras autoridades.

Reforma

A Secretaria de Reforma do Judiciário abriu para consulta pública o anteprojeto de lei para a revisão da Lei de Execução Fiscal (lei nº 6.830, de 22/09/1980). O projeto cria mecanismos para racionalizar o processo de execução fiscal, permitindo a redução do volume de autos em tramitação no Judiciário.

A consulta pública envolve assuntos relacionados à cobrança da dívida ativa de unidades da Federação que interessam a todo cidadão brasileiro e, em particular, aos municípios e Estados. A proposta está aberta à consulta pública até o dia 28 de fevereiro. O texto integral do anteprojeto está disponível na página www.mj.gov.br/reforma.

Solenidades Militares

O desembargador presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, **Macêdo Malta**, *participou de duas solenidades de passagem de chefias militares, no Recife, na última quarta-feira. A primeira (foto acima), realizada no Depósito Campina do Taborda, também conhecido como 7º Depósito de Suprimentos do Exército, empossou na chefia o coronel de Intendência,* **Hélcio de Freitas Martins**, *às 18h. Logo a seguir, às 20h, o presidente Macêdo Malta prestigiou a cerimônia também de passagem de chefia no KG do Estado Maior do Comando Militar do Nordeste (CMNE), no bairro do Curado. Na foto, o desembargador cumprimenta o novo chefe do CMNE, General* **Manoel Theophilo Gaspar de Oliveira**.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 22 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 1º de fevereiro de 2005

"Avanço" é a palavra de ordem

A Diretoria do Foro do Recife destaca as ações realizadas no ano passado que estão fazendo do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano uma referência no Judiciário estadual

ANA CLÁUDIA MENESES

Cravado no meio da Ilha Joana Bezerra, no Recife, o Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano é uma espécie de coração do Judiciário pernambucano. Por ele, tramita o maior número de processos na Justiça do Estado. Somente em 2004, foram distribuídos 116.834 autos, sendo 2.609 para o setor de Precatórias, 2.741 para Infância, 5.210 para Criminais, 25.805 para Cíveis e 80.469 para Executivos Fiscais. Para arcar com tamanha responsabilidade, a Diretoria do Foro da Capital pôs em prática, no ano passado, algumas ações de fundamental importância para modernizar e dinamizar a prestação dos serviços forenses ao usuário da Justiça.

O juiz **Eurico de Barros** *é o Diretor do Foro do Recife*

Quem precisou ir ao Fórum apenas para buscar uma petição não precisou sequer estacionar o veículo. Desde agosto, passou a funcionar o Protocolo Expresso, nos moldes de um *Drive-Thru*. O sistema confere maior agilidade ao serviço jurisdicional, além de oferecer comodidade ao usuário. O diretor do Foro da Capital, juiz Eurico de Barros, destaca o sucesso do novo sistema. "Após a implementação do nosso *Drive-Thru*, a iniciativa vem sendo seguida por vários tribunais no País". No período de quatro meses, foram protocoladas 6.833 petições pelo novo serviço, atendendo cerca de 22 mil advogados de Pernambuco.

O público também pôde contar com a Justiça da Capital até mesmo nos feriados e horários não-convencionais. Os setores de distribuição processual, o Progeforo e o fornecimento de folhas corridas tiveram o horário estendido, passando a atender de 8h às 18h, desde meados do segundo semestre. Além disso, instalou-se um programa para o Plantão Judiciário, estabelecendo critérios para os plantões nas datas comemorativas tradicionais. Já no quesito contenção de gastos, a postagem foi substituída pela entrega pessoal dos documentos endereçados às comarcas da Região Metropolitana. Desse modo, um mensageiro faz a entrega das correspondências, economizando tempo e dinheiro. Também foi reduzido em um terço o gasto com papel de expediente na Central de Precatórias, com a não impressão de uma via dos mandados.

SEGURANÇA

A onda de violência que toma conta do bairro da Joana Bezerra forçou a Diretoria do Foro a tomar algumas providências para garantir a segurança dos que procuram o Fórum. Os despachantes, os "flanelinhas" e os taxistas que atuam na área foram cadastrados pela Diretoria, sob a coordenadoria da Assistência Policial Civil Militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Para a parte interna, está em fase de ultimação a instalação de detectores de metais nas portarias do Fórum e o aumento do número de câmeras de circuito interno.

ACESSO

Circular pelo Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano ficou mais fácil e agradável. O ingresso pela porta principal foi liberado, bem como o acesso ao pátio monumental, que recebeu uma nova decoração, com plantas naturais.

***O* Fórum Rodolfo Aureliano,** *na Ilha Joana Bezerra*

***O* Drive-Thru,** *inaugurado em agosto, já protocolou mais de 6,8 mil petições*

Trâmite processual aumentou em 2004

Segundo um relatório apresentado pela Diretoria do Foro, no exercício de 2004 houve um aumento geral de 25,64% na movimentação processual em relação ao ano de 2003, excluídos os dos Juizados Especiais. O diretor do Foro, juiz Eurico de Barros, observa que o aumento se deve, dentre outros fatores, a uma maior atuação da fazenda pública municipal. Para dar conta do número de feitos, o juiz busca sustentação em dois pilares: os números de varas e de funcionários. "As varas de Sucessões e de Família receberam no ano passado cinco vezes mais feitos que as demais varas do Fórum. Isso mostra a necessidade de criação de novas varas com essas especializações". Quanto ao quadro funcional, Eurico de Barros percebe que houve uma diminuição no número de efetivos e que a nomeação de servidores ajudaria a desafogar o trabalho. "Devido a aposentadorias e exonerações, a quantidade de funcionários diminuiu, o que sobrecarregou a equipe. Hoje, o serviço é complementado por estagiários e terceirizados, mas aguarda-se para este ano a nomeação de 150 servidores para preenchimento desses cargos".

PCCV

A Diretoria do Foro do Recife está pleiteando para 2005 a inserção no novo projeto do Plano de Cargos Carreiras e Vencimentos da criação dos setores e respectivas chefias das Centrais de Precatórias e Expedição, Progeforo, Núcleo de Antecedentes Criminais e Depósito de Objetos de Crimes. Segundo o juiz Eurico de Barros, essa reestruturação vai conferir mais autonomia a esses setores, que fazem parte da atual estrutura da Diretoria.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 23 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 2 de fevereiro de 2005

Programa 10 Minutos para Mim

Tribunal de Justiça prioriza saúde no trabalho

Os benefícios de uma pausa para o alongamento e o relaxamento, durante o expediente, já são conhecidos pelos médicos e especialistas em saúde no trabalho. Conhecendo todas as vantagens e em sintonia com as necessidades dos servidores, a Diretoria de Recursos Humanos (DRH), através da Seção de Readaptação e Readequação Funcional (Serad), implantou o programa 10 Minutos para Mim, que estimula a prática da ginástica laboral.

Todos os dias, a partir das 15h30, servidores da DRH se encontram na sala de reuniões da Diretoria e praticam exercícios de alongamento e relaxamento orientados pela equipe da Serad. O alongamento ajuda a combater e prevenir dores musculares, dores nas costas (lombalgia), lesão por esforço repetitivo (LER) e Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Os exercícios respiratórios de relaxamento são eficientes contra o estresse, diminuindo a falta de concentração, a irritabilidade e a indisposição.

Segundo a diretora da DRH, Josélia Campos, a necessidade de um programa de estímulo à ginástica laboral foi constatada no próprio ambulatório do TJPE, em que foram registrados casos de dores musculares em uma parcela significativa dos pacientes. "O 10 Minutos para Mim é a introdução do programa de qualidade de vida no trabalho que a Diretoria pretende implantar em 2005", afirmou.

SERVIDORES APÓIAM INICIATIVA - Maria Cristina Mota Valença, chefe da seção de controle funcional de magistrados, freqüentou as primeiras reuniões e considera o programa uma boa novidade. "No dia-a-dia acabamos ficando tensos com a rotina e os exercícios ajudam a retomar a concentração no trabalho", contou.

Josélia Campos confirma a boa receptividade do programa. "Começamos no dia 24 de janeiro com uma turma de 15 servidores, às 15h30, e já montamos mais uma turma iniciando às 16h", informa. De acordo com Sandro Passos, chefe da Serad, a intenção é manter as duas turmas em horários diferentes para que o servidor programe sua pausa e se mantenha assíduo, porque só com a continuidade os efeitos benéficos dos exercícios serão sentidos. "Pretendemos expandir o programa para outras unidades do judiciário", afirma Sandro.

Os servidores da DRH foram os primeiros a participar do programa

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Macêdo Malta**, *participou da cerimônia de passagem de comando do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de Recife (CPOR). A solenidade bienal consagrou a nomeação do tenente coronel* **Riyuzo Ikeda** *em substituição ao coronel Celestino Kenyu Kanegusuku. No cerimonial de mudança da chefia do CPOR, participaram também o vice-governador de Pernambuco, Mendonça Filho, o deputado Federal Mendonça Bezerra, além do comandante militar do Nordeste, general Câmara Senna e o ex-ministro do Exército, general Zenildo de Lucena.*

Concurso Público

A Procuradoria Geral do Estado do Acre abre concurso público para provimento do cargo de Procurador do Acre. As inscrições devem ser feitas a partir do dia 17 de janeiro até o dia 31 de março. Estão disponíveis 12 vagas no cargo de Procurador do Estado - Nível I, sendo um deles reservado, em princípio, aos candidatos portadores de deficiência física. Os cargos serão preenchidos observados o interesse, conveniência, disponibilidade e atendimento às normas de gestão fiscal. Mais informações pelo site www.pge.ac.gov.br ou pelo número (0XX68)223-9626.

A procuradoria também disponibilizou o e-mail cejur.pge@ac.gov.br para os interessados em participar.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 24 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 3 de fevereiro de 2005

Diriest divulga resultados de auditorias

Fiscalizar e estimular o uso racional dos recursos públicos destinados ao Poder Judiciário estadual é uma das atribuições da Diretoria de Infra-estrutura (Diriest) do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

As contas das concessionárias e permissionárias dos serviços de água, energia elétrica e telefone (Compesa, Celpe e Telemar) de todas as comarcas do Estado são auditadas mensalmente pela diretoria. As auditorias, a cargo do servidor Edson Agra, conferem se as contas estão de acordo com as instruções normativas que as regulamentam. O foco principal está nas faturas das contas de telefone, que têm os gastos discriminados em detalhes.

Os balanços das auditorias são publicados periodicamente na Intranet na seção "Diriest", no menu "Custos", e ficam disponíveis para a consulta. Na última atualização, foram disponibilizados os balanços de janeiro a outubro de 2004. Lá estão também o ranking das 10 comarcas mais dispendiosas e das 10 comarcas menos dispendiosas. Os parâmetros para calcular os gastos são as médias de custo de cada comarca. "Se as contas de telefone ficam mais altas de um mês para o outro, precisamos checar os motivos do aumento", afirma Edson Agra.

A auditoria é um trabalho minucioso, pois as contas são checadas individualmente. "Cada ligação feita fora dos padrões da instrução normativa é destacada na fatura e o problema detectado é especificado", explica o servidor da Diriest. As contas com problemas são anexadas a uma cópia da instrução normativa e a um ofício e enviadas aos juízes responsáveis pelas comarcas, que ficam encarregados de discutir o problema com os servidores.

Na maioria absoluta dos casos, a resposta é positiva e já pode ser percebida nas faturas seguintes, com a diminuição dos custos. As auditorias não têm a intenção de punir ou apontar culpados e sim de evitar desperdícios e reduzir os gastos.

Segundo o diretor de Infra-estrutura, Hubert Hirschle Filho, o procedimento adotado informa, esclarece e orienta os servidores sobre a correta utilização do instrumento de trabalho. "O resultado é excelente para o TJ, que consegue melhores resultados operacionais rentabilizando os recursos públicos", afirma.

Edson Agra, *do Diriest, publica o resultado das auditorias na Intranet do site do TJPE*

Novos juízes conhecem diretorias do TJPE

O Tribunal de Justiça de Pernambuco, com apoio da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), dá continuidade ao Programa de Iniciação à Magistratura. O objetivo é promover a interação dos novos magistrados com as diretorias do Poder Judiciário de Pernambuco, apresentando a estrutura e a função de cada área administrativa para um melhor gerenciamento das comarcas.

Nos encontros, realizados no final de janeiro, as Diretorias de Infra-estrutura (Diriest), de Informática (Dinfo), de Recursos Humanos (DRH), Administrativa (SAD) e Financeira (Difin) prestaram esclarecimentos sobre o funcionamento, a infra-estrutura e os recursos disponibilizados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco aos fóruns do Interior.

Durante o Programa de Iniciação à Magistratura, os novos magistrados já passaram pelas etapas gerencial - na qual foram trabalhadas questões como liderança e trabalho em equipe de prática jurídica - e do funcionamento da Corregedoria Geral de Justiça.

Segurança Pessoal - Os 21 novos magistrados participaram também de uma palestra sobre segurança pessoal. Estes esclarecimentos foram passados pelo assessor Policial Militar do TJPE, coronel Franklin Santos, na última terça-feira. Na palestra foram ressalvados pontos como a conscientização sobre o risco que envolve a função dos magistrados e também como identificar situações de risco. Dicas necessárias para a segurança dos juízes do tipo como e o que fazer para melhorar a segurança pessoal, ou seja, mudanças no ambiente de trabalho, na residência, no deslocamento e até no lazer foram salientadas.

Cel. **Franklin Santos** *apresenta os trabalhos da Assessoria Policial Militar do TJPE*

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), promoveu, na noite desta terça-feira, a aula inaugural do primeiro semestre letivo de 2005. Durante a abertura, o juiz **Silvio Romero Beltrão** *proferiu a palestra "Direito de Personalidade" para os 120 novos alunos do Curso de Preparação à Magistratura. Compuseram a mesa de honra, além do palestrante, o diretor geral da Escola, desembargador* **José Fernandes**, *e os desembargadores* **Alderita Ramos** e **Jovaldo Nunes**.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 25 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 4 de fevereiro de 2005

TJPE ratifica gratificação para inativos da PMPE

O Governo do Estado de Pernambuco deverá estender aos inativos da Polícia Militar de Pernambuco a Gratificação de Incentivo instituída pela Lei Complementar nº 27, de 13 de dezembro de 1999, que atualmente beneficia apenas o contingente da ativa.

A decisão é do 2º Grupo de Câmara Cível (2º GCC), que por unanimidade acatou o voto do relator, desembargador Nelson Santiago Reis, em sessão realizada na última quarta-feira.

Em caso de descumprimento da decisão judicial, o secretário da Administração e Reforma do Estado, Maurício Romão, poderá ser preso em flagrante, além de pagar multa diária de R$ 5 mil. Há também a hipótese da Reclamação ser enviada ao Ministério Público estadual, que dispõe de poderes para elaborar denúncia penal por descumprimento de decisão judicial.

A decisão dos integrantes do 2º GCC, acatando o proposto na Reclamação 97083-4, impetrada pelos inativos da PMPE, confirma uma decisão anterior, já transitada em julgado, referente ao Mandado de Segurança 61592-5, distribuído em 2002, também relatado por Nelson Santiago Reis. À época, a 2ª Câmara Cível atendeu ao pleito dos impetrantes também por unanimidade.

O desembargador-relator remeteu ao presidente da 2ª Câmara, desembargador Antônio Camarotti, uma minuta para notificação, que será enviado pela Presidência do TJPE ao secretário Maurício Romão informando-o da decisão.

O Grupo de Câmara acatou o voto do Des. **Nelson Santiago**

Ação de Graças pelos novos magistrados do TJPE

Os novos magistrados foram recebidos com Missa de Ação de Graças pelo TJPE, realizada na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, terça-feira (01/02). Promovida pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), a cerimônia acolheu os 21 novos magistrados do Programa de Iniciação à Magistratura.

Juízes voluntários fazem turno extra pela primeira vez no Nordeste

O Juizado de Relações de Consumo da Capital realizou as primeiras audiências de instrução e julgamento à noite. O mutirão de atendimento envolve 12 juízes e um grupo de servidores do TJPE. No primeiro dia foram realizadas seis audiências no Fórum Thomaz de Aquino com os juízes Aldemir Alves de Lima e Sérgio Paulo Ribeiro da Silva.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 26 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 5 de fevereiro de 2005

TJPE elege nomes para Tribunal Eleitoral

O Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco votou, hoje, em sessão extraordinária, os dois nomes que vão dirigir o Tribunal Regional Eleitoral no próximo biênio. Para a primeira vaga, foi eleito o desembargador Dário Rocha, com 16 votos. Os desembargadores Eloy D'Almeida Lins e Ivonaldo Miranda ficaram, respectivamente, com cinco e quatro votos. Para a segunda vaga, o Pleno elegeu Eloy D'Almeida Lins, com 17 votos enquanto Ivonaldo ficou com sete e Zamir com um. Nesse último pleito, houve um sufrágio em branco.

Eloy D'Almeida Lins *(acima)* **Dário Rocha** *(ao lado) foram os escolhidos para o TRE*

Apesar de a escolha dos nomes ter sido feita hoje, o TRE só irá anunciar em março qual dos dois desembargadores será o presidente e o vice do órgão. Eles irão substituir os atuais comandantes, os desembargadores Antônio Camarotti (presidente) e Zamir Fernandes (vice), que estiveram à frente do TRE no biênio anterior.

Esmape finaliza preparação de novos magistrados

Duas palestras sobre questões específicas de varas de Fazenda Pública marcaram - na última quinta-feira - o encerramento do Programa de Iniciação à Magistratura, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. O público-alvo foram os 21 novos juízes empossados pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, na primeira semana de janeiro.

"Muito bom e necessário esse curso. O nível das perguntas levantadas durante os debates comprovou a qualidade tanto da iniciativa quanto dos seus participantes", observa o juiz da 2ª Vara da Fazenda da Capital, Luiz Fernando Figueiroa, responsável por uma das palestras. O segundo palestrante foi o juiz José Viana Filho, da 8ª Vara da Fazenda.

Nas suas exposições, os debatedores abordaram, entre outras, questões relacionadas à concessão de liminares em Ação Cautelar, Mandado de Segurança, Ação Civil Pública e Ação Popular. Segundo Figueiroa, as ações Civil Pública e Popular - ambas de caráter coletivo - têm apresentado uma grande demanda, o que faz merecerem cada vez mais atenção por parte dos julgadores.

Encerramento

A solenidade de conclusão do Programa de Iniciação à Magistratura também foi realizada na quinta-feira, após as palestras com os magistrados das Varas da Fazenda Pública. Integraram a Mesa de Honra do evento o presidente da Esmape, desembargador José Fernandes Lemos, o juiz corregedor do Extrajudicial, Alexandre Assunção, a assessora especial da Corregedoria Geral de Justiça, juíza Karina D'Oliveira, o supervisor do Vitaliciamento, juiz Mauro Alencar, e o secretário Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Abraão Joaquim dos Santos.

Os integrantes da Mesa abordaram assuntos como a conduta do magistrado e falaram de problemas com os quais os juízes costumeiramente se deparam nas comarcas. Eles também parabenizaram os novos magistrados pela conquista do cargo, desejando-lhes uma boa atuação aos fóruns.

Os novos juízes foram empossados em janeiro passado

Des. Campos autoriza funcionamento de lombadas

"Se não há segurança na localidade, assim admitamos, caberia uma ação cominatória em face do Estado, nunca uma ação cominatória para descumprimento da lei, entenda-se, do Código de Trânsito Brasileiro". Esse foi o entendimento que norteou a decisão do presidente em exercício do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Hélio Siqueira Campos, ao determinar, anteontem, que as lombadas instaladas no largo da Cabanga voltassem a funcionar. O magistrado acatou o pedido da Prefeitura do Recife, suspendendo a liminar concedida pelo juiz da 7ª Vara da Fazenda Pública, Doogival Soares de Souza. A decisão em primeira instância obrigava, inicialmente, o Município a desligar o aparelho das 22h às 6h, em sob alegação da falta de segurança no local. Depois, a desativar os equipamentos em tempo integral.

A decisão do desembargador Hélio Siqueira Campos também leva em consideração a questão da segurança, mas aponta para uma outra conclusão. Na hipótese da ausência de segurança na área, o magistrado entende que esta é de competência do Estado e não da Prefeitura. Siqueira Campos argumenta que o município está cumprindo seu dever ao papel de controlar e fiscalizar o trânsito na cidade, através da Companhia de Trânsito e Transportes Urbanos (CTTU).

"Agiu a Municipalidade, por sua empresa pública competente, portanto na esfera de sua competência e dentro da sua circunscrição, dentro do seu poder discricionário de situar os controladores questionados e da legalidade, e se há insegurança não só naquela localidade, mas em diversas outras áreas deste município, cabe ao Estado, por comando constitucional, efetivar esforços no sentido de minimizá-la", justifica o desembargador.

Em sua decisão, Siqueira Campos ainda alertou para o fato de que a liminar concedida no intuito de cancelar as lombadas poderia provocar um "efeito multiplicador", prejudicando uma atribuição da administração municipal a quem "cabe impor a completa regularidade ao sistema de trânsito, em atenção da ordem e da segurança públicas". As lombadas, que notificam os motoristas que ultrapassarem o limite de velocidade de 60 km/h, voltam a funcionar normalmente até que a suspensão da liminar tenha sido julgada em definitivo pelo Pleno do TJPE.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 28 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 12 de fevereiro de 2005

Balanço 2004

Diretoria Criminal do TJPE aumenta produtividade

A Diretoria Criminal conta com 28 servidores e sete funcionários da prestadora, e atende a desembargadores, advogados e público em geral

Mudando simples rotinas de trabalho, sem nenhuma implicação de custos, a Diretoria Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco conseguiu obter um índice de produtividade de 98,7% no período de fevereiro a dezembro do ano passado. De acordo com dados da Diretoria de Informática, foram recebidos 32.766 processos e devolvidos, 32.336. Os seja, a maioria das ações teve seu andamento operacionalizado no TJPE, realizando expedição de mandados, transferência da ação para outros órgãos judiciais e outras diligências determinadas pelos desembargadores. O diretor criminal, Eduardo Carneiro Leão, considera fundamental a mudança de rotinas no trâmite dos processos e a implantação da carimbação eletrônica para o aumento da produtividade. Uma dessas rotinas modificadas foi a alocação de apenas um servidor no preparo e movimentação do processo. Antes, os atos processuais - como juntada de documentos e outros - eram realizados por um serventuário e só depois um segundo atualizava o andamento processual no sistema do TJPE, o Judwin. "Esse procedimento acarretava em morosidade processual", conclui o dirigente.

Em relação aos carimbos para certidões no processo, foi abolido o uso do manual e implantado o virtual, gerado também pelo Judwin. Portanto, toda certidão de atos e fases ocorridos no processo é impressa pelo computador e simultaneamente registrada no sistema. Uma outra mudança de rotina, destacada pelo diretor, foi a contagem de prazo na Seção de Controle e Tramitação Interna, (setor que recebe os processos que são devolvidos à Diretoria), e não mais pelas Secretarias da Seção e Câmaras Criminais. "Isso desafogou os setores, porque seus servidores não precisam mais perder tempo analisando e contando prazo nos processos que têm suas decisões e julgamentos já publicados".

Segundo Carneiro Leão, outra conquista da Diretoria, que contou com a intermediação do Desembargador Presidente Macêdo Malta e a compreensão do juiz diretor do Fórum da Capital, Eurico de Barros, foi a vinda de mais um oficial de justiça no setor. "Também adotamos a numeração em todos os mandados, alvarás, cartas de ordem, entre outros, para sabermos o quantitativo exato da expedição desses documentos".

Convite

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco,
Desembargador JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA,
tem a honra de convidar Magistrados, Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, funcionários do TJPE e Prestadores de Serviço, para a Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno em Homenagem à
Desembargadora MAGUI LINS AZEVEDO e para a Sessão Solene de Posse do Juiz JOSÉ ALEXANDRE DE VASCONCELOS AQUINO, no cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, às dezessete horas do dia quatorze de fevereiro de dois mil e cinco, na Sala de Sessões Antonio de Brito Alves, seguidas de Coquetel.

Praça da República, s/n
Santo Antonio - Recife - PE

Mudança de Comando

O comandante militar do Nordeste, general **Câmara Senna**, *esteve com o presidente do TJPE, desembargador* **Macêdo Malta**, *para se despedir. Durante dois anos exerceu o cargo e agora vai para Brasília assumir o Comando de Operações Terrestres.*
Na ocasião o general Câmara Senna convidou o presidente para passagem de comando que acontece no próximo dia 25. Quem assume interinamente é o atual comandante da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército, Maynard Marques de Santa Rosa. O novo comandante definitivo chega em abril.

Chilenos visitam o TJPE

O desembargador da Justiça de Pernambuco, Bartolomeu Bueno, recebeu a visita do advogado chileno Johans Saravia, que coordenava um grupo de colegas interessados em conhecer um pouco da história do Direito pernambucano. Eles foram recebidos pelo chefe do Cerimonial, Pedro Francisco de Souza, e conheceram o Salão dos Passos Perdidos, a Sala de Sessões do Pleno, as Salas de Sessões das Câmaras, o Salão Nobre e o Gabinete da Presidência - local com vista privilegiada do Recife Antigo. Os visitantes estavam acompanhados pelo professor universitário Jarbas de Holanda Beltrão.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 29 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 15 de fevereiro de 2005

CEJ promove Atualização Jurídica

Começa hoje a "Semana de Atualização Jurídica", promovida pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. O evento vai até o dia 17 de fevereiro. As conferências serão realizadas na Sala de Sessões Desembargador Antônio Brito Alves, sempre a partir das 17 horas. "Queremos estimular a atualização jurídica de magistrados e servidores do Judiciário estadual, que constituem nosso público alvo", justifica o diretor da CEJ, desembargador Frederico Ricardo de Almeida Neves. Os palestrantes convidados são os juristas Dilson Dória, Otávio Lobo, André Pires Rosa e Alexandre Freire Pimentel, que falarão, respectivamente, sobre as Novas Questões Falimentares, a Reforma do Poder Judiciário e os Aspectos Processuais Polêmicos da Ação de Busca e Apreensão. Confira a programação do evento abaixo.

"Queremos estimular a atualização jurídica de magistrados e servidores do Judiciário estadual, que constituem nosso público alvo" - desembargador **Frederico Neves**

Semana de Atualização Jurídica

Dia: 15/02/2005 **Horário**: 17h
Tema: Reforma do Judiciário (Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004)
Conferencista: André Pires Rosa

Dia: 16/02/2005 **Horário**: 17h
Tema: Novas Questões Falimentares
Conferencistas: Octávio Lobo e Dilson Dória

Dia: 17/02/2005 **Horário**: 17h
Tema: Aspecios Processuais da Ação de Busca e Apreensão (Decreto Lei n.º 911/68, alterado pela lei n.º 10.931, de 02.08.2004)
Conferencista: Alexandre Freire Pimentel

Em complementação ao curso de Segurança Pessoal, parte do Programa de Iniciação à Magistratura, 18 dos 21 novos juízes empossados pelo TJPE participaram do Curso de Tiro de Defesa, ministrado pelo Major Alexandre Carvalho, da Polícia Militar. Realizado na sexta-feira e no sábado, o curso foi dividido em duas partes. A primeira, teórica, foi composta por aulas proferidas na sede da Esmape. A segunda parte, prática, foi realizada no stand de Tiro da Casa Militar do Governo do Estado. O curso foi realizado sob supervisão da Assessoria Policial Militar do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Nota da Presidência

1- A Comissão Revisora das Provas da 2ª Fase do Concurso para Juiz Substituto está composta dos seguintes membros:
Presidente: Des. Fernando Eduardo Ferreira
Des. Milton Neves
Des. Marco Maggi
Representante da OAB/PE: Dr. José Edmundo Barros de Lacerda

2- A Lista Sêxtupla encaminhada pelo Dr. Procurador Geral da Justiça, votada pelo Conselho Superior do M.P para preenchimento da vaga criada e reservada ao Quinto Constitucional, acha-se integrada pela ordem de antiguidade com os seguintes nomes:
Itabira de Brito Filho
Romero de Oliveira Andrade
Renato da Silva Filho
Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Maria Helena Nunes Lyra
Nelma Ramos Maciel Quaiotti

3- Os Plantões Judiciários (permanentes) do 1º grau serão das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas, nos feriados e fins de semana.
Recife, 11 de fevereiro de 2005.

Des. Macêdo Malta
Presidente do TJPE

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 30 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, quarta-feira, 16 de fevereiro de 2005

TJPE empossa Alexandre Aquino

Em sessão dirigida pelo desembargador-presidente Macêdo Malta, o Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou, anteontem, a posse do desembargador Alexandre Aquino, e prestou uma homenagem à recém-aposentada desembargadora Magui Lins, primeira mulher a ocupar uma vaga na magistratura estadual (ver box). A sessão solene, realizada na Sala Desembargador Antonio de Brito Alves, reuniu autoridades do meio jurídico, da política estadual e sociedade civil organizada.

Após ser saudado pelo desembargador Zamir Fernandes - como parte do protocolo cerimonial - Alexandre Aquino discursou diante de um plenário lotado. O novo integrante da Corte da Magistratura estadual fez uma retrospectiva de sua atuação no Poder Judiciário desde da época de serventuário de cartório extrajudicial até sua nomeação ao cargo de juiz em, abril de 1985.

Aquino falou de sua experiência como juiz-corregedor, quando foi co-responsável pela implantação de importantes projetos, como o que garante o acesso ao registro civil a todos; implantação do selo de autenticidade de fiscalização nos cartórios; instalação do serviço itinerante de expedição de registro civil e início da integração de maternidades públicas e cartórios para expedição de registro de nascimento on-line.

A Reforma do Judiciário também foi tema do pronunciamento do novo desembargador. Aquino externou suas ressalvas em relação à adoção da Súmula Vinculante, proposta na Emenda Constitucional 45/2004. "Não cremos que a súmula vinculante resolverá a questão da morosidade da justiça, nem mesmo para esvaziar as estantes e os corredores dos fóruns e tribunais. Entendemos, ao contrário, que poderá afetar a criatividade do órgão julgador, porquanto, como é sabido, ao juiz é sempre dada a liberdade de escolha, dentro das interpretações possíveis, face à dinâmica do direito", advertiu.

Para ele, a instalação do Juizado Itinerante, projeto pioneiramente implantado pela Justiça de Pernambuco e retomado na gestão de Macêdo Malta, é uma medida que melhora a prestação jurisdicional, já que permite o acesso da população carente à Justiça. "Para oferecermos um serviço de qualidade e em tempo real, é necessário assegurar uma maior autonomia financeira do Poder Judiciário", concluiu.

Ao final do discurso, visivelmente emocionado, Aquino agradeceu a seus pais, esposa e filhos pelo apoio e carinho que prestaram em toda sua carreira.

Homenagem à primeira magistrada

Na mesma sessão do Pleno que empossou o desembargador Alexandre Aquino, realizada na última segunda-feira, no Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi homenageada a desembargadora Magui Lins Azevedo. A magistrada se aposentou oficialmente em outubro passado, contando 38 anos de serviços prestados à Justiça pernambucana.

Magui Lins foi a primeira mulher a ser nomeada para a judicatura no Estado, no ano de 1966, fato destacado no início da solenidade pelo presidente Macêdo Malta. Iniciou os trabalhos como juíza na Comarca de São José da Coroa Grande, passando, em seguida, pelas comarcas de Joaquim Nabuco, Jaboatão e Olinda. Durante 22 anos foi a única juíza do estado de Pernambuco, tendo sido promovida a desembargadora no dia 29 de abril de 2002. Encerra seus trabalhos integrando a 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

*O novo desembargador, **Alexandre Aquino**, questiona a Reforma do Judiciário*

De serventuário a desembargador do Judiciário estadual

Alexandre de Vasconcelos Aquino se formou em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, em 1981. Ingressou na magistratura quatro anos depois. A primeira comarca em que atuou foi Santa Cruz do Capibaribe, onde permaneceu por três meses. Foi titular da comarca de Jurema. Até 1990, respondeu pela jurisdição das cidades de Amaraji, Goiana, Iguarassu e 1ª Vara Criminal de Olinda. Ainda na 1ª entrância, presidiu a instalação da comarca da Ilha de Itamaracá. No seu currículo, também consta o cargo de presidente do II Colégio Recursal do I Juizado Especial de Pequenas Causas de Olinda.

Em 1992, foi promovido a juiz de 3ª entrância onde atuou nas 1ª Vara de Família e 5ª Vara da Assistência Judiciária Privativa de Família. Atuou também na 2ª Vara Cível Privativa da Assistência Judiciária e foi titular da 23ª Vara Cível desde 1997.

O desembargador Alexandre Aquino é referência no Estado na área de cartórios extrajudiciais, onde atuara ainda antes de ingressar na magistratura. A partir de 1975, aos 18 anos de idade, ele atuou como escrevente no 2º Cartório de Limoeiro, sua cidade Natal, e como serventuário no Cartório de Ofício Único de Igarassu de 1981 a 1985. Nesta última comarca voltou a atuar de 89 a 91, já como juiz.

No extrajudicial, Aquino voltou a atuar, já como juiz-corregedor auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, de 1998 a 2004, exercendo a fiscalização dos cartórios estaduais. Por seus serviços prestados nesta área, o magistrado, considerado um especialista em Registros Públicos, recebeu dois votos de Louvor do Conselho da Magistratura estadual.

Leia o discurso de posse do Des. Alexandre Aquino, na página 2.

Tribunal Pleno recebe o novo integrante em sessão solene

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 31 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 17 de fevereiro de 2005

Sistema pretende facilitar trabalho da Seju

A elaboração do cadastro com informações sobre o histórico dos juízes que pleiteiam promoção ou remoção deve ficar mais ágil. O trabalho, que constitui uma das etapas do processo de seleção para o preenchimento de vagas ociosas nas comarcas pernambucanas, passou a contar com uma nova ferramenta on line.

Trata-se do Sistema de Editais, um programa desenvolvido especialmente para uso da Secretaria Judiciária (Seju) cuja proposta é facilitar o cadastramento dos magistrados ao permitir o acesso compartilhado a informações existentes no Judwin do 1º grau, rede pela qual o Judiciário estadual se mantém interligado.

O programa foi desenvolvido pela Diretoria de Informática do TJPE

A idéia é evitar um trabalho repetitivo que vinha sendo executado pelos funcionários da Seju em uma das fases do processo de seleção dos juízes. Depois da publicação do edital, anunciando a disponibilidade da vaga, e concluída a fase de inscrição dos interessados, a Seju reunia as informações específicas sobre cada magistrado em um cadastro e o fornecia para apreciação do Pleno. No documento, constam data de posse na comarca, ascensão em cada entrância, designações, aposentadorias, entre outros pontos.

Antes da instalação do Sistema de Editais, esses dados precisavam ser digitados duas vezes, uma no processo do edital e outra no Judwin. Agora, será necessário alimentar apenas o banco de dados do Judwin, já que a nova ferramenta permite o acesso às informações que constam nessa rede.

O programa vai ser utilizado tanto na seleção baseada no critério de merecimento quanto de antiguidade. Para a chefe do Núcleo de Movimentação de Magistrados, Socorro Wanderley, o Sistema de Editais será bastante vantajoso. "Além de evitar a digitação repetida, será mais fácil corrigir a distorção de informações entre o Judwin e o edital, já que teremos acesso ao sistema interligado", observa.

O programa foi desenvolvido pela Diretoria de Informática do TJPE. Segundo Marcus Alves, responsável pela Divisão de Administração de Sistemas, a concepção do Sistema de Editais partiu das necessidades apontadas pelos próprios funcionários da Seju, que alegavam dificuldades com o sistema antigo.

O modo anterior usado para cadastramento das informações referentes aos juízes tinha a desvantagem de ficar lento cada vez que era sobrecarregado. "Já o Sistema de Editais não possui esse problema, pois funciona com o Banco de dados Sybase, o mesmo do Judwin, que comporta um maior número de informações", explica Marcus.

Além da agilidade, ele destaca que o novo sistema proporciona mais praticidade e segurança no trato das informações. "Por estar conectado ao Judwin, possibilita o acesso de qualquer computador que esteja ligado à rede informatizada do TJPE. O material com o qual se trabalha fica salvo nessa mesma rede, e não mais em uma única máquina, quando podia ser perdido caso o aparelho quebrasse", justifica.

O sistema facilita a geração e atualização das listas de antiguidade igualmente de magistrados de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias. Essas listagens são fundamentais no instante de decidir que magistrado vai ou não ser promovido ou removido. O programa vai permitir até a visualização do número de dias em que os juízes estiveram trabalhando no serviço público antes de exercerem a judicatura e o cadastramento no processo das análises fornecidas pela Corregedoria Geral da Justiça sobre esses magistrados. O Sistema de Editais já está em funcionamento desde o último dia 10.

O desembargador **Rivadávia Brayner**, *relator do processo, decidiu manter a prisão do empresário*

TJPE mantém prisão de Gilmar Tenório

O Tribunal de Justiça de Pernambuco manteve a prisão do empresário Gilmar Tenório, que responde processo por crime de sonegação fiscal. A decisão foi tomada na última terça-feira, com o indeferimento do pedido de *habeas corpus* de número 120556-5, impetrado pela defesa do empresário. O relator do processo, desembargador Rivadávia Brayner, integrante da 2ª Câmara Criminal, considerou que não há elementos consistentes no pedido para devolver a liberdade ao requerente. A ação se refere ao processo 2005000187-2 que tramita na 2ª Vara Criminal do Cabo, tendo sido impetrado pelo Ministério Público Estadual. A íntegra da decisão do relator está disponível no site www.tjpe.gov.br.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 32 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 18 de fevereiro de 2005

Sistema Penitenciário

Vara de Execuções Penais disciplina saída de presos

Nenhum detento, cumprindo pena em regime semi-aberto, poderá sair da unidade prisional sem a prévia autorização do juiz da 1ª Vara de Execução Penal (1ª VEP). Somente em caso excepcional, como falecimento ou doença grave de familiar, o diretor do presídio poderá autorizar saída do recluso, devidamente escoltado, comunicando o fato, imediatamente, ao juiz de Execução. Esse é um dos pontos da Instrução 001/2005 que a 1ª VEP publicará, no início da próxima semana, visando disciplinar as eventuais ausências dos respectivos presídios por parte dos detentos que gozam de regime especial.

Para o juiz titular da 1ª VEP, Adeildo Nunes, a medida deverá inibir movimentos revoltosos nos presídios do Recife e Região Metropolitana, como o que aconteceu no início de janeiro na Penitenciária Agroindustrial São João, na Ilha de Itamaracá. Entre outros pontos, os presos reivindicaram menos rigor para a concessão do benefício e exigiram definições concretas da direção do presídio sobre o direito de sair da prisão.

Na instrução apresentada pela 1ª VEP os sentenciados não ficarão impedidos de obter autorização judicial para saídas sem vigilância direta. As visitas a familiares, freqüência a cursos que profissionalizantes, trabalho externo, por exemplo, continuarão sendo permitidos. No entanto, todas as autorizações deverão ser precedidas de atestado de conduta carcerária firmado pelo Diretor da Penitenciária e de parecer do Ministério Público.

O instrumento normativo é dirigido exclusivamente aos detentos em regime semi-aberto que estejam custodiados na penitenciária Agroindustrial São João, em Itamaracá, Colônia Penal Feminina do Recife e presídio Militar do Estado. A medida judicial vinha sendo pleiteada pela Secretaria de Ressocialização e pelos próprios reclusos, devido às constantes dúvidas sobre a matéria.

A medida visa inibir movimentos revoltosos nos presídios da Região Metropolitana, explica o juiz **Adeildo Nunes**

"Na verdade, os presos, em sua grande maioria, bem como alguns diretores de presídios, têm dificuldades para interpretar os objetivos e requisitos para a concessão do benefício. Daí porque, em boa hora, a Instrução surge para facilitar e tornar mais claro o procedimento necessário para a realização das saídas", disse Nunes.

Pela Lei de Execução Penal, todos os presos em regime semi-aberto podem sair da prisão, sem vigilância direta, em diversas situações. No entanto as autorizações judiciais para essas saídas dependerão sempre do comportamento carcerário e do tempo de cumprimento de pena. Nesse sentido, a Instrução define claramente os documentos necessários para que a solicitação seja feita à Vara de Execução Penal. Após publicada, a Instrução 001/2005 será divulgada em todas as unidades prisionais da jurisdição da Vara, principalmente entre os presos. O propósito é que todos tenham conhecimento dos requisitos e limites para a obtenção das saídas.

Para melhor divulgar o teor da Instrução, já está agendada uma reunião entre o juiz Adeildo Nunes e o Secretário de Defesa Social, João Braga. No dia 22 de fevereiro será a vez da população carcerária da penitenciária Agroindustrial São João tomar conhecimento da medida, quando o Juiz visitará a unidade prisional e despachará assuntos relativos ao seu contingente carcerário.

"Além de facilitar o trabalho dos advogados e dos técnicos do sistema penitenciário, a Instrução servirá para tirar todas as dúvidas dos presos e abreviará, sobremaneira, as decisões judiciais neste sentido", finalizou Adeildo Nunes.

O presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, **Romário Dias**, *visitou, nesta semana, o chefe do Poder Judiciário estadual, desembargador* **Macêdo Malta**. *Na ocasião, foi entregue o Relatório de Atividades da Alepe, gestão 2003/2004, e o Manual de Redação do Departamento de Comunicação Social. "O objetivo é criar um mecanismo para o Legislativo se aproximar das instituições e da sociedade, além de prestar contas", esclareceu Romário Dias.*

Notas da Presidência

Aviso 1 - A ENM - Escola Nacional da Magistratura -, em conjunto com a FGV - Fundação Getúlio Vargas - está ultimando a implantação do Curso de Mestrado Profissionalizante, com possibilidade de extensão aos Estados, através da Escola Superior da Magistratura, a partir de 2006.

Aviso 2 - Os Srs. Serventuários de Justiça, credores no PRECATÓRIO nº 9900042-5 - Antônio Ataásio de Oliveira e outros -, julgado pela Terceira Câmara Cível, em abril/2004, integrada pelos Des. Mauro Jordão, Siqueira Campos e Macêdo Malta, após esgotados todos os recursos e com trânsito em julgado, cujos valores oscilam de R$ 20.000,00 (corrigidos) até quantias inferiores, devem comparecer ao Setor competente - Dr. Tibério Chaves - para apanharem os respectivos Alvarás.

Desembargador **Macêdo Malta**
- Presidente do TJPE -

Atualização Jurídica - último dia

A palestra Aspectos Processuais da Ação de Busca e Apreensão marca, hoje, o encerramento da Semana de Atualização Jurídica, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O evento é aberto ao público e acontece na Sala de Sessões Desembargador Antônio de Brito Alves, no Palácio da Justiça, a partir das 17h.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 33 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 19 de fevereiro de 2005

Atualização Jurídica

Reforma do Judiciário é tema de destaque

A Reforma do Judiciário, regulamentada pela Emenda Constitucional 45/2004, foi um dos destaques na programação da Semana de Atualização Jurídica, promovida pelo Centro de Estudos Judiciários do Tribunal de Justiça de Pernambuco (CEJ) com o apoio da Escola da Magistratura de Pernambuco (Esmape), de 15 a 17 de fevereiro. O tema foi abordado pelo juiz da 25ª Vara Cível da Capital e professor de Direito Constitucional da Esmape, André Vicente Pires Rosa. O palestrante destacou, como aspecto positivo, o fato da Reforma ter realçado o caráter de Corte Constitucional do Supremo Tribunal Federal (STF), uma vez que ele apenas julgará os recursos extraordinários com matéria constitucional que considerar relevante.

O magistrado questionou, no entanto, a efetividade da Reforma para diminuir o número destes recursos no STF. Isto porque, com este fim, foi instituída a súmula vinculante. Este instituto está expresso no artigo 2º da EC-45, determinando que por iniciativa própria ou provocada, com a aprovação de 2/3 dos ministros, o STF possa elaborá-la em matéria constitucional com diversas decisões já proferidas e de igual teor. A partir de sua publicação na Imprensa Oficial, as demais instâncias do Judiciário deverão seguir a súmula em suas decisões, que por isso tem o chamado efeito vinculante, impossibilitando que a outra parte impetre novos recursos no Supremo.

"Se um juiz de instância inferior não decidir com base na súmula, os advogados podem impetrar uma Reclamação no STF para cassar esta decisão. Isto sada mais é que mais um tipo de recurso, criado pela emenda, que se multiplicará, pois a reforma não prevê punição para este juiz", explicou o conferencista. O magistrado defende a instituição de punições, já que na Justiça norte-americana, onde existe um sistema de efeito vinculante que funciona, elas são aplicadas.

Juízes Estaduais

Por outro lado, o palestrante criticou o caráter punitivo da EC 45/2004 em relação aos magistrados com a criação do Conselho Nacional de Justiça, que viabiliza o controle externo da Magistratura, sem oferecer meios para que os juízes e tribunais aprimorem o atendimento jurisdicional à população brasileira. "Não se procurou conhecer as nossas dificuldades atuais, como a falta de pessoal e orçamentos limitados para atender a demanda que cresce a cada ano".

Outro ponto, realçado pelo juiz, foi a possibilidade do procurador geral da República requerer transferência do julgamento de uma ação que trate de Direitos Humanos de um juiz estadual para um outro federal. A finalidade é assegurar que o magistrado cumpra tratados internacionais onde o país é signatário. "Isto coloca os juízes estaduais em xeque. É como afirmar que não somos confiáveis, uma vez que estas ações podem ser retiradas de nós a qualquer tempo". O correto, para o juiz André Pires Rosa, era a transferência total da matéria dos Direitos Humanos para a Justiça Federal.

Quarta-feira - 16/02/05

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador ***Macêdo Malta****, apresentou o segundo palestrante da Semana de Atualização Jurídica, professor da UFPE e advogado* Otávio Lobo. *Em sua explanação sobre "Novas Questões Falimentares", o jurista detalhou o que vai mudar com a nova Lei de Falências, sancionada neste mês pelo Presidente Lula, depois de 11 anos de tramitação no Congresso Nacional. O professor concentrou-se em explicar os institutos legais da Recuperação Judicial, Extrajudicial e dos novos procedimentos para a decretação de falência de empresas. O evento contou também com a presença do diretor da Esmape e do CEJ, desembargadores José Fernandes e Frederico Neves, respectivamente, e do assessor especial da Presidência, juiz Ricardo Paes Barreto.*

Quinta-feira 17/02/05

A última palestra da Semana de Atualização Jurídica teve como palestrante o juiz e professor da Esmape, Alexandre Pimentel. A conferência tratou dos "Aspectos Processuais da Ação de Busca e Apreensão (Decreto Lei n.º911/68, alterado pela lei n.º10.931, de 02.08.2004)".

Na ocasião, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador ***Macêdo Malta****, ressaltou a atualidade do tema. Entre os tópicos abordados, Pimentel definiu os conceitos jurídicos e origens históricas da Alienação Fiduciária em garantia e comparou a nova lei com a anterior no que considerou avanço, ou não, em termos legais.*

TJPE homenageia centenário do Rotary Internacional

O Tribunal de Justiça de Pernambuco realizará sessão solene do Tribunal Pleno em homenagem ao Centenário do Rotary Internacional. A solenidade acontece nesta segunda-feira, a partir das 17h, na Sala Desembargador Antonio de Brito Alves. Durante a sessão, o desembargador Jones Figueirêdo fará a saudação e, em seguida, o governador do distrito rotariano de Pernambuco, Alberto de Freitas Brandão Bittencourt, discursará em nome da entidade. "O Tribunal é uma instituição centenária e vai homenagear outra instituição centenária", afirma Jones Figueirêdo, ele mesmo um rotariano há 15 anos, membro do Rotary Club Boa Viagem. A entidade reúne membros de diversos setores da sociedade para direcionar suas habilidades e recursos à prestação de serviços comunitários. Vários integrantes do Poder Judiciário também participam das iniciativas. Além de Jones Figueirêdo, também são rotarianos os desembargadores Jovaldo Nunes e Marco Maggi. Entre os juízes, o diretor do Fórum do Recife, Eurico de Barros Correia Filho, Fernando Cerqueira, Djalma André Lino, Gabriel Cavalcanti Filho, entre outros, também são membros do Rotary.

O ideal que une estes magistrados e todos os 1,2 milhão de rotarianos no mundo é o de prestar serviços humanitários, ajudando a estabelecer a paz e a boa vontade no mundo. Entre os programas do Rotary Internacional, sempre voluntários, destaca-se o combate mundial à poliomielite, iniciado em 1985 em parceria com a Organização Mundial de Saúde e o Unicef, que já resultou em doações de aproximadamente US$ 600 milhões e resquícios de pólio em apenas quatro países do Mundo. Segundo o desembargador Jones Figueirêdo, nos programas locais, os Rotary Clubs dão especial atenção à alfabetização e ao amparo de crianças e idosos. "Os clubes são uma conjunção de esforços pela causa de servir ao próximo", observa.

Des. Jones Figueirêdo é membro do **Rotary Club**

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 34 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 22 de fevereiro de 2005

Magistrados do TJPE são destaque na Semana de Estudos da Unicap

Os desembargadores **Macêdo Malta** *(acima) e* **Jones Figueirêdo** *proferem palestra hoje*

A Reforma do Processo de Execução Aparelhada com Título Judicial é o tema da palestra que o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, vai proferir hoje, a partir das 9h, dentro da programação da I Semana de Estudos de Direito Processual Civil da Universidade Católica de Pernambuco. Além do chefe do Judiciário estadual, outros três membros da Casa - o desembargador Jones Figueirêdo e os juízes Lúcio Grassi de Gouveia e Ricardo Paes Barreto - participarão como expositores nos painéis *Impacto das Reformas Infraconstitucionais no Processo Civil*, *Fundamentos Nucleares do Processo de Conhecimento* e *Aspectos Relevantes da Ação Executiva "Latu Sensu"*, respectivamente. Promovida pelo Departamento de Ciências Jurídicas da Unicap, no período de 21 a 25 de fevereiro, no horário da manhã, a Semana de Estudos tem apoio do Centro de Estudos Judiciários (CEJ), órgão vinculado ao Poder Judiciário estadual. A abertura da programação, ontem às 9h, contou com palestra do próprio diretor do CEJ, desembargador Frederico Ricardo Neves, que falou sobre *Direito Jurisprudencial e os Conceitos Indeterminados*. Ainda no primeiro dia, também participaram o desembargador Nildo Nery - que presidiu um dos painéis - e o juiz José Viana Filho, que falou sobre Uma Possível Autonomia do Processo Judiciário. Até o final da programação, o TJPE estará empestando à I Semana de Estudos de Direito Processual Civil da Unicap, dos seus quadros, o desembargador José Fernandes (diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco) e os juízes Jorge Américo, Sílvio Romero Beltrão, Alexandre Pimentel e Humberto Vasconcelos.

Para o desembargador Frederico Neves, o grande número de magistrados do TJPE entre os palestrantes do evento promovido pela Unicap reflete o bom nível de qualificação dos membros do Judiciário estadual. "A participação de magistrados como palestrantes neste seminário muito engrandece o Poder Judiciário, principalmente por serem quase todos mestres ou doutores em suas disciplinas", observa o diretor do Centro de Estudos Judiciários.

Os desembargadores **José Fernandes** *(acima) e* **Frederico Neves** *também participam do evento*

Joaquim Nabuco ganha novo Fórum

A Comarca de Joaquim Nabuco, município da Zona da Mata Pernambucana, começou o ano novo com **nova sede de Fórum** (foto). Boa notícia tanto para servidores quanto para usuários, que passaram a dispor de melhores condições de trabalho e atendimento. A obra, planejada e monitorada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi concluída em novembro passado.

Antes, o fórum da cidade funcionava em um prédio cedido pela prefeitura do município. A nova sede, moderna e funcional, segue os propósitos de melhoria da prestação do serviço jurisdicional da administração do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

O novo prédio é uma construção térrea com estrutura que permite a ampliação de mais um pavimento, em reformas futuras. O Fórum, de vara única, foi planejado com ambientes funcionais. O hall do prédio comporta também a recepção e há uma sala para a secretaria da Vara que dispõe de arquivo próprio. A sala para o juiz tem dupla função: é gabinete e também sala de audiência.

A nova construção tem ainda salas individuais para a Promotoria, Defensoria e Cartório Eleitoral. Este também conta com um arquivo próprio. A parte de apoio do prédio tem sala técnica para as instalações elétricas e copa. O novo fórum passa a dispor de Salão do Júri com aproximadamente 60 lugares para o público, além da bancada dos jurados e dos lugares fixos do juiz, da secretaria, da Promotoria e da Defensoria.

O Fórum já funciona plenamente em suas novas instalações, mas ainda será oficialmente inaugurado pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 35 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 23 de fevereiro de 2005

Justiça Sem Papel quer informatização integral do Judiciário

Não são poucas as investidas visando tornar a Justiça brasileira mais rápida e eficaz. Por todo o Brasil, surgem iniciativas que tentam acabar com a imagem já impregnada no seio da sociedade de que o Judiciário é lento e está longe do alcance da população.

Recentemente, o Congresso Brasileiro aprovou a Reforma do Judiciário objetivando, não obstante as controvérsias, conferir ao Poder uma dinamicidade compatível com a sua demanda crescente de processos.

Em outra tentativa, ano passado, o Ministério da Justiça, em parceria com a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) e a Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), promoveu um concurso para premiar idéias e práticas pioneiras que pudessem ser implementadas no âmbito do Judiciário brasileiro. Com o objetivo de modernizar e melhorar a prestação de serviço da Justiça, o *Inovare* distribuiu prêmios entre juízes e órgãos do Poder que compartilharam iniciativas bem sucedidas e se tornaram exemplos de administração nessa área.

Agora, mais uma vez segmentos da sociedade se mobilizam para criar mecanismos de aprimoramento da atividade jurisdicional.

O foco, no entanto, não está direcionado nos modelos de administração nem recorre à mudança nas leis: aposta na informatização como o caminho para integrar e facilitar o acesso à Justiça, assim como otimizar o controle processual, reduzir custos e até diminuir o uso do papel. A Escola de Direito da FGV volta à cena ao desenvolver o projeto Justiça Sem Papel, uma iniciativa que conta com a parceria do Ministério da Justiça e se apóia no incentivo ao uso da tecnologia para alcançar suas metas.

Em novembro do último ano, o Justiça Sem Papel instituiu um fundo para financiar projetos que tivessem o propósito de auxiliar na informatização da Justiça. No mesmo período, o Fundo abriu inscrições para receber e selecionar trabalhos de todo o País que atendessem, por princípio, aos requisitos de ampliação ao acesso da Justiça, transparência na informação, difusão da cultura voltada ao uso da tecnologia e estímulo à integração do Judiciário com os demais poderes (além da redução de custos e aprimoramento e agilização do trâmite processual).

O financiamento para os projetos selecionados pode chegar a R$ 300 mil. No total, o fundo dispõe de até R$ 1,5 milhão. Podem concorrer à seleção trabalhos enviados por magistrados, grupos de magistrados, tribunais e seus serventuários, entidades científicas, culturais e associativas sem fins lucrativos.

Os projetos serão divididos em três categorias: criação e desenvolvimento; aperfeiçoamento; difusão e multiplicação.

Em sua síntese, os trabalhos podem contemplar a inovação em softwares, hardwares, capacitação, padronização da gestão das informações e criação de banco de dados e sistemas estatísticos, desde que focalizem a atividade jurisdicional.

As inscrições serão encerradas no próximo dia 28, devendo ser efetuadas no site www.justicasempapel.org.br.

O resultado da seleção será divulgado no dia 29 de abril.

PLENO DEDICA SESSÃO AO CENTENÁRIO DO ROTARY INTERNACIONAL - *A solenidade aconteceu na Sala Desembargador Antonio de Brito Alves, presidida pelo desembargador* **Macêdo Malta**. *O governador do distrito rotariano de Pernambuco,* **Alberto de Freitas Brandão Bittencourt**, *destacou a identificação das duas instituições e lembrou que, além de Jones Figueirêdo, também são rotarianos os desembargadores Jovaldo Nunes e Marco Maggi. Os juízes Eurico de Barros Correia Filho, Fernando Cerqueira, Djalma André Lins, Gabriel Cavalcanti Filho, entre outros, também são membros do Rotary.*

Esmape abre vagas para nova Pós-Graduação

Já estão abertas as inscrições para o novo curso de pós-graduação em Direito Privado (Civil e Empresarial) da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Até o dia 21 de março, qualquer pessoa com formação superior que se interessar pelo assunto pode se candidatar a uma das 60 vagas que a Escola vai oferecer. A Esmape também pretende formar uma turma exclusiva para servidores efetivos do Tribunal de Justiça do Estado, isentando-os das mensalidades de R$ 280 para freqüentar as aulas. Segundo um dos coordenadores científicos da instituição, juiz Jorge Américo, um ofício foi enviado ao TJPE solicitando que o órgão bancaria as despesas referentes a esses alunos ao longo do curso.

A diretora de Administração do TJ, Eleonora Martins, confirmou o ofício da Esmape e revelou que o presidente do Tribunal, desembargador Macêdo Malta, já autorizou a solicitação, garantindo o custeio das mensalidades aos servidores. A proposta se encontra na Consultoria Jurídica, onde deverá ser formalizado através de um termo aditivo. Além da gratuidade, será oferecido um desconto de 10% para os serventuários da Justiça que desejarem bancar o curso, concorrendo a uma das vagas destinadas ao público em geral.

Segundo o coordenador Jorge Américo, a seleção dos inscritos que não sejam servidores do Judiciário estadual será feita com base no currículo fornecido por eles no momento da inscrição. Já entre os que integram o corpo de funcionários do TJPE, a seleção será realizada pela Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal, que usará como referencial o histórico escolar dos pretendentes. A previsão é de que o resultado da triagem seja divulgado no dia 4 de abril. As matrículas serão feitas entre os dias 11 e 15 desse mês.

Para se inscrever, os interessados deverão efetuar um depósito de R$ 150 em uma conta do Banco do Brasil (confira dados abaixo). O depósito precisa ser feito diretamente no caixa, não sendo aceitos depósitos através de envelope. Com o comprovante em mãos, o candidato deve comparecer à secretaria da Esmape - Rua do Imperador, 221, Santo Antônio - e apresentar diploma ou certificado de conclusão de ensino superior e duas fotos 3x4, além do curriculum e histórico escolar.

As aulas, que começam no dia 29 de abril, serão ministradas sempre às sextas-feiras, no horário das 8h às 12h. Além de Direito Privado (Civil e Empresarial), a Esmape mantém outros três cursos de pós-graduação. Um em Direito Constitucional, Administrativo e Tributário (duas turmas), outro em Direito Penal e Processo Penal (duas turmas) e mais um em Processo Civil (uma turma). Ao todo, o número de alunos que freqüentam a pós-graduação da Escola é de 292. O coordenador Jorge Américo antecipa que está entre os objetivos da Esmape ampliar o quadro de pós-graduações da instituição, mas que esse é um projeto ainda está em fase de estudo.

Conta para depósito: Agência do Banco do Brasil: 3256 - 0; Conta Corrente: 11.177-5; Telefone da Esmape: (81) 3224-0086.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 36 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 24 de fevereiro de 2005

Semana de Estudos

Macêdo Malta fala sobre Processo de Execução

O presidente do TJPE, Des. Macêdo Malta, exaltou a honradez e profundo conhecimento necessários ao exercício do Direito, aos estudantes presentes

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Antônio Macêdo Malta, participou, na manhã desta terça-feira, da I Semana de Estudos de Direito Processual Civil da Universidade Católica de Pernambuco. Processualista que é, e com 40 anos de experiência no magistério de Direito Civil, Malta falou sobre uma especificidade do Direito Processual Civil: A Reforma do Processo de Execução Aparelhada com Título Judicial.

Comparando as atuais propostas de mudança no Código de Processo Civil com o Código Civil de 1973 e ressaltando a necessidade de atualizar os códigos para simplificar os processos, o presidente do Judiciário estadual encerrou a palestra afirmando que "o estudante de Direito que se interessar por Processo Civil precisa ter uma visão global do Direito, conhecendo Direito Civil e Comercial e usando de dedução e lógica do Direito".

Em um tom mais informal, Macêdo Malta também criticou a busca pela carreira jurídica apenas pelo interesse na segurança profissional e financeira que os concursos públicos oferecem. "Esquece-se a dedicação e as qualificações que se exige de um profissional do Direito. Além da honradez e da retidão de caráter, o profundo conhecimento da matéria é fundamental", afirmou.

Seguiu-se à palestra do presidente do TJPE uma série de painés da qual participou o desembargador Jones Figueirêdo. Tendo participado da reforma do Código Civil, Figueirêdo falou sobre as mudanças no Código de Processo Civil que estão sendo propostas no texto da Constituição.

Dentre os mais de 30 projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, o desembargador palestrante destacou os que considera instrumentos para a celeridade processual. Dentre eles a proposta de mediação prévia obrigatória, quando, somente esgotada a via do acordo, a questão poderá ser demandada em juízo.

Ressaltou também o projeto da avaliação neutra de terceiro, onde um jurista, indicado pelas partes do processo, fará uma audiência preliminar e, em seguida, um relatório, que vai assegurar e informar as partes do risco da demanda em juízo.

O desembargador encerros a palestra afirmando acreditar que as reformas podem realmente assegurar que o artigo da Constituição Brasileira que garante a celeridade processual e uma prestação de serviço jurisdicional eficiente sejam cumpridas.

A Semana de Estudos vai até amanhã.

Amepe debate Judiciário com sociedade

A Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe) está buscando estabelecer um canal de comunicação com a sociedade para saber de que forma o Judiciário é visto pela população. Amanhã, a entidade vai promover o V Interagindo com a Sociedade, uma iniciativa que reúne juízes e representantes de instituições de representação da sociedade organizada em torno de uma mesa de debates. O encontro será realizado na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), das 9h às 13h. O palestrante convidado será o frei Aluísio Fragoso, que deverá expor suas impressões sobre o Judiciário, a partir da ótica da Igreja. Os juízes participantes, por outro lado, vão ter o direito de debater com o religioso e rebater suas indagações, quando for o caso.

De acordo com um dos diretores culturais da Amepe, o juiz Carlos Magno Cysneiro, "o projeto tem sido muito proveitoso, uma vez que propicia uma reflexão entre aqueles que compõem a Justiça. Muitas vezes um problema na Justiça pode ser resolvido com uma simples mudança de comportamento do magistrado, sem precisar entrar na estrutura das leis", analisa Cysneiros. Ele também observa que muitos aspectos funcionais do cotidiano podem passar despercebidos pelos juízes, não custando nada a esses parar um pouco para conhecê-los e, sendo assim, aprimorá-los.

O projeto Interagindo com a Sociedade já contou com a participação de representantes do Jornalismo, Economia, Medicina e do Ministério Público. Segundo Carlos Magno, a Amepe já possui uma lista com os nomes de personalidades expressivas para as próximas reuniões. Todos os encontros estão sendo filmados e transcritos. O objetivo é formar uma coletânea, ainda esse ano, dos debates entre os diversos segmentos da sociedade e o Judiciário. O material será armazenado na Fundação Joaquim Nabuco e ficará à disposição do público.

Notas da Presidência

CONTAS - A Presidência deste T.J.-PE enaltece a eficiência e transparência da SARE - Secretaria da Administração e Reforma do Estado -, SEFAZ - Secretaria da Fazenda - e PGE - Procuradoria Geral do Estado - na Licitação da Conta Única e, anuncia com base na L.C.E. nº 49, que estará publicando Edital de Licitação das Contas do Poder Judiciário (Fontes 01 - Orçamento e 02 - Recursos Próprios de taxas e custas), contando com o assessoramento daqueles órgãos, convocando os Estabelecimentos de Crédito (Bancos) para uma reunião preliminar pelas 15:00 horas do dia 04 de março de 2004 - sexta-feira -, no 5º pavimento, presentes a Coordenadoria de Planejamento, Diretoria Financeira, Secretarias (SAD e SEJU), bem como a Chefia deste Gabinete.

SEMANA SANTA - Não haverá expediente forense nos dias 24 e 25 de março de 2005 - quinta e Sexta-feira santa - atuando os Plantões Judiciários Permanentes deste Tribunal de Justiça e do FORO do Recife e Interior, das 08:00 às 12:00 e das 14:00 às 18:00 horas.

Des. Macêdo Malta - Presidente

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 37 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 25 de fevereiro de 2005

PENAS ALTERNATIVAS

ONU insere Vepa em pesquisa nacional

Recife é uma das dez capitais escolhidas para participar de um levantamento sobre Penas Alternativas no Brasil. A iniciativa é do Ministério da Justiça em parceria com o Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente - Ilanud. "O objetivo é fazer um diagnóstico, traçando um perfil dos tipos de penas mais adotadas e os tipos de delinqüências mais comuns entre os beneficiários", observa o juiz titular da Vara de Execuções de Penas Alternativas (Vepa), Flávio Fontes.

Amanhã, duas técnicas do Ilanud, Alessandra Teixeira e Aline Yamamoto, irão ao Fórum Rodolfo Aureliano para conhecer de perto os procedimentos do Tribunal de Justiça de Pernambuco com penas alternativas. "O governo brasileiro ainda não possui dados concretos sobre a execução das penas alternativas no país", explica Aline, ressaltando que o estudo, inicialmente, se propõe a fazer uma radiografia do setor, já que os procedimentos utilizados pelas varas mudam de estado para estado.

"Após esta fase exploratória, outros pesquisadores irão cair em campo para colher os dados quantitativos sobre estas iniciativas", diz Yamamoto.

Segundo o juiz Flávio Fontes, a experiência com penas alternativas em Pernambuco dispõe de algumas peculiaridades em relação a outros estados. "A Vepa, por exemplo, não atua apenas no Recife, mas em todas as comarcas da Região Metropolitana. Nisso ela é única em todo o país", observa.

Além do Recife, o Ilanud vai desenvolver sua pesquisa no Distrito Federal, Belo Horizonte, Belém, Campo Grande, Curitiba, Fortaleza, Porto Alegre, Salvador e São Paulo.

A pesquisa tem duração prevista de um ano e será utilizada como base para elaboração de Políticas Públicas nacionais, como também para atualizar os dados do Sistema Nacional de Informação Penitenciária (Inpen) do Ministério. Contudo, Aline ressalta que "não haverá imposição futura de um modelo único de Vara de Execuções de Penas Alternativas para o país. O que estiver dando certo não será mudado".

Segundo **Flávio Fontes**, *a experiência de penas alternativas em Pernambuco tem peculiaridades*

Nota da Presidência - **Errata**

A Presidência deste T.J.-PE enaltece a eficiência e transparência da SARE - Secretaria da Administração e Reforma do Estado -, SEFAZ - Secretaria da Fazenda - e PGE - Procuradoria Geral do Estado - na Licitação da Conta Única e, anuncia com base na L.C.E. nº 49, que estará publicando Edital de Licitação das Contas do Poder Judiciário (Fontes 01 - Orçamento e 02 - Recursos Próprios de taxas e custas), contando com o assessoramento daqueles órgãos, convocando os Estabelecimentos de Crédito (Bancos) para uma reunião preliminar pelas 15:00 horas do dia 04 de março de **2005** - sexta-feira -, no 5º pavimento, presentes a Coordenadoria de Planejamento, Diretoria Financeira, Secretarias (SAD e SEJU), bem como a Chefia deste Gabinete.

Visita

Presidente recebe embaixador da França - *Em visita de cortesia, acompanhado do cônsul Patrick Howlett-Martin, o embaixador da França,* **Jean de Gliniasty** *(1º à esq), foi recebido pelo presidente do TJPE, Macêdo Malta. O encontro aconteceu no Salão Nobre do Palácio da Justiça, na última terça-feira, 22.*

Esmape

O juiz Sílvio Romero Beltrão é o novo supervisor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Ele ocupa o cargo desde a última terça-feira. O seu antecessor, juiz Jorge Américo, deixou a supervisão, a pedido, mas continua no quadro de professores da instituição. Sílvio Romero vai acumular a nova função com a coordenadoria do curso de Preparação à Magistratura. Ele é juiz-corregedor auxiliar da 3ª entrância e professor da UFPE.

Leia discurso do Des. **Jones Figueirêdo**, *na página 2.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 38 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 26 de fevereiro de 2005

Joaquim de Castro: dever cumprido

Há um mês da aposentadoria, o desembargador fala sobre as compensações e frustrações que a vida judicante lhe proporcionou.

CATARINA CRISTO

Uma carreira jurídica marcada pela preocupação com os menos favorecidos e os incapazes. Assim o desembargador Joaquim de Castro define sua trajetória às vésperas de se despedir de suas funções no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Em 28 de março, quando completará 70 anos, o desembargador será compulsoriamente aposentado e afirma ter "muitas esperanças em dias melhores para o Tribunal. Eu desejo o melhor para o Tribunal de Justiça de Pernambuco pelos frutos que essas melhorias trarão".

As melhorias de que fala o desembargador dizem respeito à Reforma do Judiciário, em relação à qual diz se sentir "como um caçador de esmeraldas que não encontrou as pedras com que tanto sonhou". De acordo com Joaquim de Castro, a morosidade da Justiça brasileira a faz cruel e a reforma seria o principal recurso contra o problema. "É um expediente importante, mas que deve ser bem mais amplo do que se sugere ou apregoa, abrangendo do ensino jurídico, de onde hoje saem bacharéis despreparados, ao Supremo Tribunal Federal, constituído de forma que não se coaduna com a democracia", enfatiza.

Hoje presidindo a 5ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, Joaquim de Castro iniciou sua carreira no Direito como Promotor Público em São José do Belmonte, em 1964, mesma cidade onde assumiria sua primeira comarca, em 1965, depois de aprovado em concurso para a magistratura.

Piauiense, natural da cidade de Pedro II, o desembargador se mudou para a capital pernambucana aos 20 anos, na intenção de completar os estudos, acompanhado de quatro irmãos. Antes de vir para Pernambuco, cursou o primeiro ano de Filosofia no seminário Arquidiocesano de Fortaleza. E Recife, licenciou-se em Línguas Neo-Latinas pela Universidade Católica de Pernambuco, em 1961, e bacharelou-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, em 1962.

> ***"A Justiça morosa é um benefício para os mal-intencionados"***

Logo em seguida à formatura, lecionou língua Português, Francês e Espanhol em colégios recifenses e começou a advogar. A carreira jurídica, segundo ele, é a sua vocação geral. Pelas línguas e pela literatura diz cultivar grande apreço, mas renunciou o interesse em favor do Direito, seguindo para o Sertão do Estado trabalhando na promotoria e, em seguida, na judicatura.

Após dois anos em São José do Belmonte, transferiu-se para outra comarca sertaneja, a de Custódia, em 1967. Assumiu o cargo de juiz em uma cidade violenta. "Dez juízes diferentes passaram por Custódia em apenas um ano", relembra, e trabalhou "primando pela qualidade do serviço prestado". Judicou na comarca durante dez meses até ser promovido pelo critério de merecimento e ser transferido, em 1968, para a comarca de Bom Conselho.

Na cidade do Agreste pernambucano exerceu a magistratura durante dez anos, enfrentando, além dos casos comuns em uma comarca de vara única, muitas ações sobre entorpecentes. A região era, na época, área de plantio de maconha, atividade criminosa que, após ação repressiva da polícia e da própria Justiça, transferiu-se para regiões mais isoladas do Estado, como o Sertão.

Após trabalhar em Bom Conselho, seguiu para a comarca de Nazaré da Mata, onde exerceu atividade judicante por cinco anos. Tendo chegado à Zona da Mata do Estado, o desembargador completou um ciclo em que residiu e trabalhou em todas as regiões de Pernambuco. E, sempre atento às necessidades da população, pôde notar diferenças entre os moradores do sertão e da região canavieira. "A pobreza na Zona da Mata é uma pobreza muito mais severa. A miséria é, acredito eu, fruto da prática da monocultura, em que os trabalhadores rurais não dispõem de terra para o plantio de subsistência".

O extrato mais frágil da sociedade foi sempre o centro das atenções do trabalho do desembargador Joaquim de Castro em qualquer uma das regiões em que foi juiz. Os princípios religiosos e éticos o fazem acreditar que "um problema jurídico é sempre um problema social" e, citando Rui Barbosa, declara que "contra o direito dos pobres conspiram a inferioridade da condição e a míngua dos recursos", retratando os mais necessitados e, por outro, frustrante, com a impotência diante das pilhas de processos que se acumulam.

Em 1988, atendendo convocação do Conselho da Magistratura, ocupou as funções de juiz corregedor de 2ª e 3ª entrâncias, de diretor do Foro da Capital e de assessor do corregedor geral até 1994. Entre 1994 e 1995 foi assessor especial da Presidência do Tribunal e juiz titular da 3ª Vara da Fazenda Estadual desde 1991. Foi promovido a desembargador pelo critério de merecimento por decisão do próprio Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 1996.

Para o desembargador **Joaquim de Castro**, *todo problema jurídico é sempre um problema social.*

Durante seu trabalho na Justiça de segundo grau, trabalhando sempre nas Câmaras Cíveis, percebeu como nunca a necessidade da reforma nos códigos processuais. "Nas Câmaras Criminais ainda é possível manter a quantidade de processos sobre controle, mas nas Câmaras Cíveis o número de ações só cresce e a Justiça morosa é um benefício para os mal-intencionados". O magistrado afirma ainda que as sete novas vagas para desembargadores recentemente instituídas serão recurso importante na prestação do serviço jurisdicional, principalmente no Cível do Tribunal.

Joaquim de Castro diz que, agora, após a aposentadoria, vai se voltar para o estudo das áreas de interesse das quais abriu mão para seguir a carreira jurídica: as línguas e a literatura.

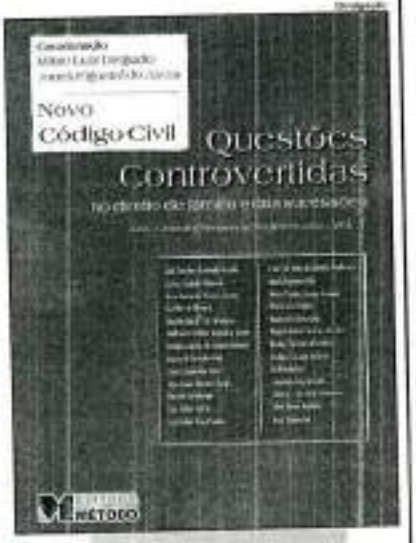
O desembargador Joaquim de Castro afirma ainda se despedir do Tribunal de Justiça de Pernambuco "com a consciência tranqüila da certeza do trabalho cumprido e um pouco frustrado por não ter conseguido tornar realidade a rápida prestação do serviço jurisdicional", mas completa: "O simples germinar da semente não depende do semeador, que tem a obrigação de semear".

TJPE - BIBLIOTECA

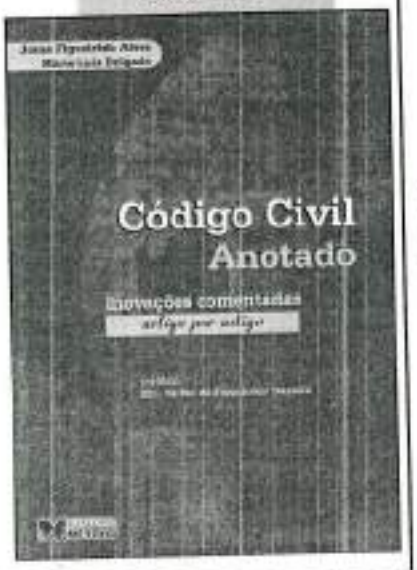
Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 39 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 1º de março de 2005

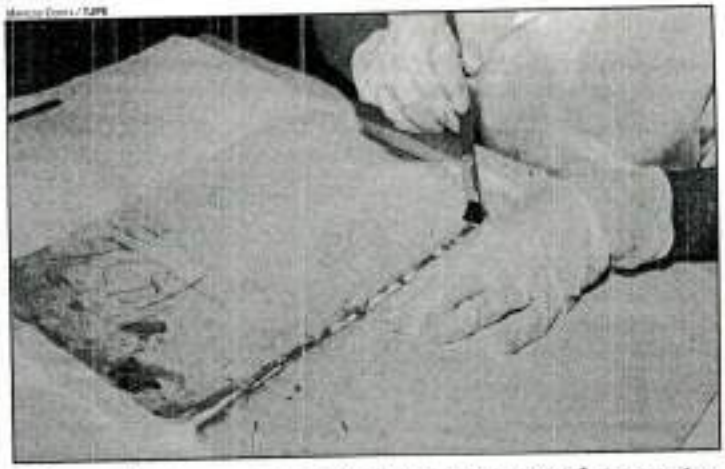
Jones Figueirêdo lança títulos em São Paulo

O desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco Jones Figueirêdo lançou, na noite da última quinta-feira (24), a obra "Código Civil Anotado - Inovações Comentadas", de sua autoria, em parceria com o jurista Mário Luiz Delgado. O evento aconteceu no Club Homs, na capital paulista e contou com a presença da comunidade jurídica da cidade.
O livro é um estudo das disposições legais de cada modificação registrada no código e tem prefácio do ministro do Supremo Tribunal Federal, Sálvio de Figueiredo Teixeira, que considera o título "enquanto viger o código, de grande utilidade para os praticantes e os estudantes do Direito".
Na mesma ocasião, Jones Figueirêdo e Mário Delgado lançaram o terceiro volume da coleção "Novo Código Civil - Questões Controvertidas", da qual são organizadores. O livro reúne artigos de juristas de todo o país e, neste volume, traz estudos sobre direito de família e direito das sucessões. Todos os co-autores da obra participaram do evento, que reuniu mais de 800 pessoas e marcou o início do ano editorial de lançamentos da companhia Método.
Jones Figueirêdo destaca a participação de juristas de várias partes do país e de seu colega de Tribunal em Pernambuco, o Corregedor Geral de Justiça, desembargador Fausto Freitas.



Além do terceiro volume de **"Novo Código Civil - Questões Controvertidas"**, *Figueirêdo lançou* **"Código Civil Anotado - Inovações Comentadas"**





Memorial recupera documentos históricos de comarcas

Leilões públicos de cavalos, litígios sobre propriedade ou posse de escravos e ações de inventário são temas costumeiros de processos que tramitaram do final do século XIX até o começo do século passado na comarca de Bonito, localizada a 132 km da capital. O material, cerca de 400 ações, está sendo recuperado pelos historiadores do Memorial da Justiça do Poder Judiciário estadual, há seis meses.

Depois de limpos e recuperados, os papéis ficam prontos para consulta, além de serem acondicionados de forma tecnicamente correta no acervo do Memorial. A expectativa do órgão é que outras comarcas sigam o exemplo de Bonito e remetam também os processos antigos. "Os interessados podem ligar para o Memorial para receber as instruções de como embalar os documentos para não danificá-los ainda mais, caso queiram remetê-los", observa o historiador Ivan da Silva Oliveira.

Quem desejar mais informações sobre o assunto deve ligar para (81) 3224.0142.

TJPE participa de políticas contra entorpecentes

Além do desembargador Marco Maggi e do juiz da 2ª Vara de Entorpecentes, Evanildo Coelho, que já integram o Conselho Estadual de Políticas Antidrogas (CEPAD), o Judiciário pernambucano vai contar com mais um representante naquele órgão. Trata-se do diretor técnico do Centro de Justiça Terapêutica, José Marques Costa Filho, eleito para compor o CEPAD durante a última reunião, realizada na semana passada no Centro de Convenções.
Segundo o desembargador Marco Maggi, o CEPAD tem por finalidade discutir e traçar políticas de prevenção e combate ao uso de drogas ilícitas, realizar debates, seminários sobre o assunto e buscar ações integradas com órgãos de áreas afins - Saúde, Educação e Segurança.
O CEPAD foi instalado em dezembro passado, em substituição ao Conselho de Entorpecentes. Subordinado à Secretaria de Defesa Social, o novo conselho congrega vários outros órgãos do Executivo estadual - secretarias, Polícias Civil e Militar - além de entidades da sociedade civil organizada.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 40 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 2 de março de 2005

Vepa informatiza controle de penas

O investimento na informatização das rotinas processuais tem sido uma constante na rotina do Tribunal de Justiça de Pernambuco, visando cada vez mais imprimir maior celeridade aos procedimentos jurisdicionais. Desde último dia 14, a Vara de Execução de Penas Alternativas está trabalhando com um programa implementado pela Diretoria de Informática (Dinfo) que promete modernizar totalmente o controle processual naquela unidade com a digitalização integral do cadastro dos apenados.

O sistema ainda está passando por ajustes operacionais, mas, na avaliação do juiz da Vara de Execução de Penas Alternativas, Flávio Fontes, o novo recurso tecnológico será de grande ajuda para a equipe técnica da Vepa. "A partir de agora, poderemos controlar com precisão e em tempo real a movimentação processual dos beneficiários das penas alternativas de todas as comarcas da Região Metropolitana do Recife que constituem o raio de atuação da Vepa. Quem entra, quem está em tratamento, o perfil sócio-econômico dos beneficiários, os delitos mais comuns entre estes", observa o magistrado.

O aplicativo e o acompanhamento de todas as informações de cada processo, com o tipo de pena a ser aplicada e o andamento da pena, além de também emitir o documento de arrecadação de receitas judiciárias (DARJ), para o pagamento de custas do processo. Com a centralização das informações, os funcionários da secretaria da vara, juízes, psicólogos e assistentes sociais terão controle mais facilitado sobre os beneficiários e acompanhamento das penas que lhes foram impostas. "A utilização do programa também permitirá a disponibilização de informações estatísticas, que serão importantes para subsidiar ações de prevenção de delitos por parte das autoridades competentes", afirma a Diretora de Informática, Ana Luiza Souza.

Para a utilização do programa, foram treinados 16 funcionários da Vepa, entre assistentes sociais, técnicos e analistas judiciários e psicólogos.

Segundo a diretora de Informática, **Ana Luiza**, *o controle estatístico vai contribuir para a prevenção de delitos.*

ENCONTRO

Colégio dos Corregedores se reúne no Recife

Entre os dias 15 e 18 de março, corregedores gerais da Justiça de todo o Brasil estarão em Recife para participar do primeiro dos dois encontros que são promovidos anualmente pelo Colégio de Corregedores do país. Esse será o 37º encontro desde a criação da instituição em 1994.

A reunião em Recife será comandada pelo presidente do Colégio, o corregedor da Justiça pernambucana, desembargador Fausto Freitas. O encontro é uma oportunidade para troca de experiências entre os magistrados corregedores e de reflexão com a promoção de debates em torno de questões de interesse do Judiciário. Ao final do encontro, os participantes elaborarão uma carta com uma síntese do que aconteceu.

A programação também vai incluir um tour pelos pontos turísticos do Estado. Os magistrados devem assistir ao espetáculo da Paixão de Cristo, em Nova Jerusalém, e visitar o Instituto Ricardo Brennand.

A reunião será comandada pelo corregedor geral da Justiça de Pernambuco, desembargador **Fausto Freitas**

Políticas de Execução Penal

Quem quiser conhecer novas políticas de execução penal pode acessar o site do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (www.tjmg.gov.br), clicando no link *Gestão de Inovação* para conferir o Projeto Novos Rumos na Execução Penal. A iniciativa de humanização do sistema prisional mineiro é baseada no método de Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac), implementada em 2001 pela Presidência do órgão. Os interessados também podem enviar e-mail para projetosinovadores@tjmg.gov.br e agin@tjmg.gov.br ou ligar para os números (31) 3237.6919/6878.

O TJMG também editou uma cartilha sobre o projeto Novos Rumos e o método Apac. A publicação conta com o modelo de estatuto do Apac e pode ser requisitada pelos e-mails ou telefones acima.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 41 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 3 de março de 2005

Cadastro interliga informações sobre Infância e Juventude

TIAGO BARBOSA

O Sistema de Informação para a Infância e Juventude (Sipia) começou a ser implantado em 1999, com informações sobre adoção, infração da lei e Conselhos Tutelares. O Sipia possui os módulos InfoInfra, para registrar os menores de idade que estejam sendo processados por infringirem a lei, e InfoAdote, para cadastrar crianças e adolescentes em condição de serem adotados e os interessados em adotar. Contém, ainda, informações sobre a passagem dos menores de idade pelos Conselhos Tutelares.

Para o juiz **Humberto Vasconcelos**, *o Sipia garante o controle eficaz de adoções no Brasil*

O programa foi apresentado para instituições envolvidas diretamente com a questão do menor de idade. Segundo o atual coordenador nacional dos módulos InfoInfra e InfoAdote, juiz Humberto Vasconcelos, Unicef (órgão da ONU para Infância), Ministério Público, Colégio de Corregedores e associações de magistrados aprovaram o conteúdo da proposta e se mostraram otimistas quanto à sua finalidade.

Humberto Vasconcelos reforça a aprovação ao Sipia. Ele considera o programa "imprescindível" para controlar de uma forma eficaz o sistema de adoções, uma vez que permitirá um cadastro seguro das informações tanto das crianças como dos pretendentes. Ele também defende que a utilização do Sipia vai favorecer o mapeamento da delinqüência juvenil, ao traçar um perfil completo de quem é o jovem infrator. "Saberemos a raça, cor, sexo, idade, crime cometido, pena a qual foi condenado, situação familiar, financeira, entre outros fatores. Também saberemos se o adolescente já passou por algum conselho tutelar ou programa social e, daí, identificar eventuais falhas", detalha.

CADASTRO NACIONAL - O Sipia foi projetado inicialmente para conectar informações entre todos os Estados da federação e o Distrito Federal. Uma vez interligados, os dados ficariam centralizados no Ministério da Justiça, que teria acesso às fichas completas sobre a real situação de cada criança ou adolescente em condição de ser adotado ou que tenha infringido a lei. Mas o compartilhamento completo ainda não é possível. Segundo o juiz Humberto Vasconcelos, apenas 13 Estados utilizam o sistema. Desses, somente três - Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná - conseguem agrupar informações de todo o Estado onde está implantado.

Em Pernambuco, por exemplo, apenas a 2ª Vara da Infância e Juventude está ligada à Comissão Estadual Judiciária para Adoção (Ceja) - vinculado à Corregedoria Geral da Justiça. Cabe às varas efetuar o registro e fornecê-lo à Ceja, que fica responsável pelo gerenciamento dos dados. Hoje, existem no Estado cerca de 212 crianças disponíveis para adoção e 910 casais pretendentes, sendo 349 nacionais e 561 estrangeiros. Pernambuco alimenta o sistema de forma parcial, mas o juiz Humberto afirma que pretende interligar todo o Estado até o final do ano.

CAPACITAÇÃO - Outro tipo de dificuldade na implantação do Sipia está no agendamento de aulas para os funcionários que vão utilizar o sistema, já que eles precisam de uma semana de capacitação para se familiarizar com a nova ferramenta de trabalho.

Na semana passada, a equipe do juiz esteve em Belo Horizonte para auxiliar na implantação do sistema no local. Já no próximo dia 31, haverá uma capacitação para os servidores lotados na região de Garanhuns e adjacências. O processo que vai da instalação à utilização do programa inclui, além do suporte aos computadores e do treinamento para usuários, palestras voltadas aos que indiretamente estão ligados à questão do menor de idade. "É um processo longo e intenso, mas que serve para otimizar o tratamento dispensado pela Justiça", reitera o juiz.

Apesar de serem destinados, principalmente, ao subsídio das políticas públicas, os dados armazenados no Sipia também terão um cunho informativo. Com uma certa restrição, o cadastro poderá ser visualizado por estudiosos, jornalistas, pesquisadores sociais e outros profissionais aos quais a informação possa ser útil. Vasconcelos ressalta que haverá preservação do sigilo quanto à identidade de crianças e adolescentes registrados no Sipia e que os interessados terão acesso, apenas, a dados estatísticos. "Pretendemos disponibilizar a informação em gráficos de todas as formas na Internet", revela.

SERVIÇO

O programa pode ser encontrado no endereço eletrônico www.fiaspe.pe.gov.br/sipia. Ao acessar o link, estará disponível para instalação o software dos módulos InfoInfra e InfoAdote, com manuais e instruções sobre seu funcionamento.

Da ONU ao Sipia - um longo caminho -

"O objetivo era ter um domínio da realidade que cerca esse público, conhecê-lo em profundidade, com dados confiáveis e interligados em todo o território nacional, evitando, assim, que houvesse distorções quanto ao teor das informações", resume o juiz **Luiz Carlos**, *que coordenou a criação do Sipia.*

Especialistas do Comitê da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Infância recomendaram ao Brasil, em dezembro de 2004, que adotasse medidas visando o monitoramento eficaz do sistema de adoção. A recomendação, que funciona mais como uma advertência, foi feita em resposta ao relatório do Governo brasileiro enviado à ONU, em setembro do mesmo ano, sobre o modo como o País lida com os direitos da criança. Na avaliação do relatório, os técnicos da ONU constataram que, no campo da adoção, a situação da infância precisa de informações específicas que poderão subsidiar a construção de políticas públicas eficazes. As recomendações da ONU levaram em conta as deliberações da Convenção de Haia, um tratado do qual o Brasil é signatário e que rege, internacionalmente, o quesito adoção. Reunidas em Haia, na Suíça, no início dos anos 90, as nações estabeleceram orientações gerais para prevenir, entre outras práticas criminosas, o seqüestro, a venda ou o tráfico de crianças. Para atingir esse objetivo, uma das determinações da Convenção estipulava que os países deveriam agrupar dados sobre cada criança em condição de ser adotada e das pessoas que desejavam adotar.

Entre a Convenção de Haia, realizada em 93, e o episódio do final do ano passado, envolvendo a ONU, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) esteve à frente de uma iniciativa que pode ser uma resposta às recomendações sobre o monitoramento de informações referentes às crianças e os adolescentes. Em 1997, o órgão ligado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República designou o juiz Luiz Carlos Figueirêdo, que atualmente se encontra na 2ª Vara da Infância e Juventude, para coordenar a criação do Sipia.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 42 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 4 de março de 2005

Recife sedia congresso jurídico

Em maio, Recife sediará o II Congresso Mundial de Direito Processual, entre os dias 19 e 22, no Centro de Convenções de Pernambuco. Com o tema "O Poder Judiciário diante da globalização e dos avanços da tecnologia da informação - impactos e perspectivas", o evento tem o apoio do Tribunal de Justiça de Pernambuco. As áreas de Direito Penal, Trabalhista, Constitucional, Administrativo e Civil serão discutidas por sessenta conferencistas do Brasil e de países como a Alemanha, Argentina, Portugal, Itália, França e Japão.

Simultaneamente ao congresso, na área do Centro de Convenções, acontece o III Encontro da Nova Escola Jurídica do Recife e a II Feira Nacional de Livros. O evento é uma organização do Bureau Jurídico, Faculdade Maurício de Nassau, Revista Jurídica Consulex e do Instituto Brasileiro de Estudo do Direito.

As inscrições poderão ser feitas pelos telefones 3413-4611 / 4605 ou no site www.bureaujuridico.com.br. Para quem realizar inscrição antecipada serão dados descontos especiais (Veja na tabela abaixo).

Prazos	Até 12/03	13/03 a 09/04	10/04 a 07/05	Após 07/05
Estudantes	R$ 120	R$ 150	R$ 200	R$ 250
Profissionais	R$ 290	R$ 390	R$ 490	R$ 590

Divulgação

De 19 a 22 de maio, Recife será palco do congresso que vai reunir grandes nomes do Direito mundial

Direito Civil é tema de encontro em Porto ALegre

A Academia Brasileira de Direito Processual Civil promove, entre os dias 15 e 17 de março, um congresso jurídico na cidade de Porto Alegre (RS). O evento é destinado a profissionais e estudantes de Direito e tem como objetivo arrecadar fundos para o Banco de Alimentos, uma instituição beneficente de auxílio a asilos e creches do Rio Grande do Sul. O congresso vai ocorrer na Pontifícia Universidade Católica daquele Estado, que está apoiando a iniciativa.

Para participar, os interessados devem desembolsar um valor que varia entre R$ 15 (membros da academia e aluños da PUC) e R$ 50 (profissionais). Para estudantes de outras instituições de ensino, o custo é de R$ 30. A inscrição pode ser feita pelo telefone (51) 3231 5080 ou no site www.abdpc.org.br e valerá para os três dias do evento.

Arquivo/TJPE

Curso de Português

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do Tribunal de Justiça de Pernambuco está promovendo um curso de português para os servidores. O objetivo é capacitá-los para a elaboração de documentos rotineiros, como memorandos, ofícios e relatórios, dentro das regras gramaticais. Na última segunda-feira, duas turmas, com 25 alunos cada, já iniciaram a capacitação. As aulas, que irão durar 15 dias, são ministradas no 4º andar do Edifício Thomaz de Aquino, das 8 às 11 horas. O início da terceira turma está previsto para abril.

Pernambuco lembra estudante Demócrito

Ontem, completaram-se 60 anos da morte do estudante de Direito Demócrito de Souza Filho, assassinado em 3 de março de 1945 em represália à sua militância no combate à ditadura do Estado Novo, orquestrada por Getúlio Vargas. O líder estudantil, que nunca teve vínculo partidário, discursava da sacada do antigo prédio-sede do Diario de Pernambuco, na Praça da Independência, quando recebeu um disparo na testa.

O presidente da União dos Juristas Católicos de Pernambuco, Gilvandro Coelho, colega de turma de Demócrito, lembra que uma multidão composta de estudantes de Direito, Engenharia, Medicina e operários vinha da Rua Nova em passeata ordeira, pela redemocratização do Brasil.

"Havíamos concluído o percurso desde o prédio da Faculdade de Direito e esperávamos as palavras dos oradores, entre os quais o professor de Direito Nebemias Gueiros, o sociólogo Gilberto Freyre e o estudante Odilon Ribeiro Coutinho, que falariam à multidão. De repente, ouvimos um tiroteio, caí ferido o carvoeiro Manoel Elias, o estudante de engenharia Caetano Durães, e, na sacada do edifício, tomba, com um tiro na testa, Demócrito de Souza Filho".

Ainda segundo Gilvandro, houve um inquérito que envolveu a polícia e concluiu ter havido "crime de multidão". "Ninguém foi punido e assim terminou, no Recife, a primeira manifestação popular pela redemocratização do Brasil contra a ditadura de Vargas".

A morte do estudante teve repercussão nacional. Além de denominar o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Recife, Demócrito de Souza Filho também empresta seu nome a ruas de capitais como São Paulo e Belo Horizonte.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 43 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 5 de março de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE lembra Dia Internacional da Mulher

Nesta terça-feira, 8 de março, às 17h, será realizada uma palestra com o tema *Mulher: possibilidades e limites*, no auditório da ACMEPE, no térreo do Edifício Paula Baptista. Ministrada pela psicóloga Tereza Nunes, a iniciativa está dentro da programação comemorativa do Dia Internacional da Mulher, montada pela Diretoria de Recursos Humanos (DRH). A palestra tratará do papel desempenhado pela mulher tanto na função de mãe como no mundo do trabalho, referindo-se ainda aos limites e barreiras impostas por questões culturais que todas enfrentam.

Na abordagem sobre o papel de mãe, Tereza Nunes pretende destacar a responsabilidade que a mulher carrega como "formadora da imagem e da auto-estima das pessoas, porque a função mãe é a função do afeto e ela nutre o sucesso ou o fracasso de uma pessoa". Segundo a psicóloga, "a nossa força de luta foi dada pela mãe".

A palestrante também vai enfocar os ganhos que as organizações sociais têm ao colocar mulheres em postos de liderança, graças a características como a atenção distribuída, a intuição, a habilidade afetiva para lidar com o ser humano, a capacidade de ouvir o outro, o detalhismo, a curiosidade, muito presentes nas atitudes femininas.

HISTÓRIA

A data comemorativa do Dia Internacional da Mulher reporta-se ao assassinato de 129 tecelãs da Fábrica de Tecidos Cotton, em Nova Iorque, em 1857. Elas paralisaram suas atividades reivindicando a redução da jornada diária de trabalho de 12 para 10 horas. Sob forte repressão policial, as operárias refugiaram-se nas dependências da fábrica. Os patrões e a polícia trancaram as portas da fábrica e atearam fogo, morrendo todas carbonizadas. Era o dia 8 de março de daquele ano.

Esmape e Cej prestam homenagem

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco e o Centro de Estudos Judiciários do TJPE também promovem palestra em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A convidada é a diretora de Jornalismo da TV Globo Nordeste, Jô Mazzarolo. A palestra acontece no dia 08 de março, no auditório da Esmape, às 19 horas.

TJPE presente em posse do TCE

A desembargadora **Alderita Ramos** *representou o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, na solenidade de posse do novo conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), o bacharel em Direito, Valdecir Fernandes Pascoal. A magistrada integrou a mesa da cerimônia solene que foi realizada na última quarta-feira, no auditório Juiz Francisco Falcão, na sede da Justiça Federal, com membros do Legislativo, Executivo e Judiciário.*

Acmepe distribui *kits* escolares

A Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe) distribuiu, na quinta-feira, cerca de 500 kits escolares para filhos de funcionários terceirizados do Tribunal de Justiça do Estado, público-alvo das campanhas beneficentes da entidade. Caderno, lápis, borracha, caneta, cola, lapiseira, régua, entre outros materiais de uso escolar, foram destinados às crianças. A presidente da Acmepe, Rita Malta, e as demais associadas fizeram a distribuição pessoalmente na sede da entidade, que fica no térreo do Paula Baptista, na Rua do Imperador.

Juiz fala sobre Sistema Penitenciário

O juiz da 1ª Vara de Execução Penal, Adeildo Nunes, vai proferir palestra sobre o Sistema Penitenciário, no plenário da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe), nesta segunda-feira, às 15h. O convite, que também foi estendido a outras autoridades, como prefeitos e vereadores da Região Metropolitana do Recife, foi feito pela Comissão de Justiça e Cidadania da Alepe. O magistrado deve falar sobre a atualidade do serviço prisional, os direitos e deveres dos presos, dentre outros assuntos.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 44 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 8 de março de 2005

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Mulheres fazem história no TJPE

Desembargadora Helena Caúla Reis

"Há uma diferenciação real entre o homem e a mulher, biológica, anatômica e psicologicamente. Passei vinte anos da minha vida lecionando, por isso conheço as características de cada ser. Essa distinção, entretanto, não serve para afastá-los, e sim para complementá-los. Se, por exemplo, o homem enxerga as coisas de uma maneira geral, a mulher tem a capacidade de observar os detalhes. No mercado de trabalho, suas profissões em que atuam juntos, um tem que complementar o outro".

Des. Helena Caúla Reis - Foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Desembargadora no TJPE, a ser perita criminal de Pernambuco e ocupar os cargos de Diretora do Instituto de Polícia Técnica, Procuradora de Justiça do Estado e Diretora "Pro Tempore" da Tradicional Faculdade de Direito do Recife (UFPE).

Desembargadora Magui Lins

"Dos trinta e oito anos em que estive na magistratura pernambucana, durante vinte e dois anos fui a única juíza do Estado. Felizmente a discriminação contra a mulher, neste Tribunal, não mais existe, é coisa do passado. As mulheres hoje constituem cerca de 30% da magistratura pernambucana, e já fazem parte deste Tribunal de Justiça. Éramos três, com a minha saída ficaram duas, e logo mais, outras virão".

Magui Lins, desembargadora aposentada, foi a primeira juíza de Pernambuco. Hoje, 139 mulheres atuam na judicatura estadual.

Rita Malta

"Com certeza, precisamos ainda galgar mais espaço. A mulher ainda é cerceada, embora ela prove sempre que tem condições, que é uma pessoa voltada para todas as áreas do trabalho. Os grandes cargos ainda estão sempre com os homens".

Rita Malta, Presidente da Associação dos Cônjuges dos Magistrados (Acmepe)

Mensagem à mulher

Apesar de festejada diariamente no lar pela família, a mulher ainda sofre preconceitos no campo educacional, profissional e social. Restrições em Cursos, empregos e posicionamento nas relações sociais retratam a dificuldade na formação humanística, na integração da força de trabalho e na afirmação na sociedade.

Em razão disso, tem de se suplantar na obtenção do conhecimento, na concorrência dos certames seletivos e na preservação do conceito ético-moral.

A mulher servidora concilia o labor com as tarefas de filha, esposa, mãe e avó, num equilíbrio de agir e de sensibilidade.

Parabéns servidoras e magistradas pelo seu Dia Internacional.

Des. Macêdo Malta
Presidente T.J.-PE

Uma data de muitas lutas e conquistas

As comemorações do 8 de março estão mundialmente vinculadas às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, por uma vida mais digna e sociedades mais justas e igualitárias. Essa luta é antiga e contou com a força de inúmeras mulheres que nos vários capítulos da história da humanidade resistiram ao peso machismo e à discriminação.

É a partir da Revolução francesa, em 1789, que as mulheres passam a atuar na sociedade de forma mais significativa. Surge o nome da francesa Olympe de Gouges, que lança, em 1791, a "Declaração dos Direitos da Cidadã". Olympe reivindicava o "direito feminino a todas as dignidades, lugares e empregos públicos segundo suas capacidades". Afirmava também que "se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso (forca), ela deve poder subir também à tribuna". Olympe de Gouges foi julgada, condenada à morte e guilhotinada em 3 de março de 1793, por "ter querido ser um homem de estado e ter esquecido as virtudes próprias do seu sexo". Nesse mesmo ano, as associações femininas foram proibidas na França.

Foi no bojo das manifestações pela redução da jornada de trabalho que 129 tecelãs da Fábrica de Tecidos Cottos, em Nova Iorque, cruzaram os braços e paralisaram os trabalhos pelo direito a uma jornada de 10 horas, na primeira greve norte-americana conduzida unicamente por mulheres. Violentamente reprimidas pela polícia, as operárias, acuadas, refugiaram-se nas dependências da fábrica. No dia 8 de março de 1857, os patrões e a polícia trancaram as portas da fábrica e atearam fogo, matando-as carbonizadas.

Durante a II Conferência Internacional de Mulheres, realizada em 1910 na Dinamarca, a famosa ativista pelos direitos femininos, Clara Zetkin, propôs que o 8 de março fosse declarado como o Dia Internacional da Mulher, homenageando as tecelãs de Nova Iorque. Em 1911, mais de um milhão de mulheres se manifestaram na Europa. A partir daí, a data começou a ser lembrada no mundo inteiro.

Nota da Presidência

1) por ocasião do meio-expediente - dia 11, sexta-feira - a Distribuição no 1º e 2º graus funcionará até 18:00 horas, estando os Desembargadores (T.J.-PE) e Juízes da Capital (Fórum do Recife) em regime de prontidão, sendo-lhes remetidos os autos para apreciação de liminares em Cautelares, Mandados de Segurança, Habeas Corpus, Ação Civil Pública, Ação Popular e noutros feitos de urgência, distribuídos após as 13 horas;

2) os magistrados da Capital e do Interior que não prestarem informações em mandados de Segurança, Agravos de Instrumento, Habeas Corpus e Suspensões de Liminares e de Segurança serão enquadrados na LOMAN, com base em Representações dos Desembargadores Relatores;

3) não concorrerão à remoção ou promoção os magistrados do 1º grau que estejam "sub judice" em Processos Administrativos Disciplinares ou Ações Penais Originárias, bem como, os que não informaram sobre o andamento das Ações Públicas Civis ou que não sentenciaram no prazo legal previsto na legislação específica;

4) de acordo com o TCE-PE estão proibidas as consultas ao serviço 102 de informações sobre telefones, sendo obrigatório o acesso ao "site" respectivo da empresa telefônica;

5) procedeu-se a remessa à Polícia Federal do processo alusivo a comercialização de produtos por terceirizado da Prestadora através do sistema informatizado deste TJPE, e ainda se acha em tramitação o procedimento investigatório quanto ao uso, por servidores de Varas e Juizados, de mensagens, bate-papo e mensagens de natureza pornográfica e de entretenimento, inclusive jogos eletrônicos, recomendando-se aos Chefes de Secretaria e Secretários de Juizados a rigorosa fiscalização e a supervisão permanente dos respectivos Juízes e imediata comunicação à Diretoria de Informática e a esta Presidência.

Recife, 07 de março de 2005.
Des. Macêdo Malta (Presidente T.J.-PE)

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 45 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 9 de março de 2005

PODER JUDICIÁRIO
TJPE BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS

Interior recebe treinamento

A Assistência Policial Militar e Civil (APMC) e a Diretoria de Infra-estrutura (Diriest) do Tribunal de Justiça de Pernambuco pretendem regularizar, até o final deste ano, todos os prédios utilizados pelo órgão no Estado, de acordo com o que determina o Código de Segurança contra Incêndio e Pânico do Estado de Pernambuco. Para atingir o objetivo, mais 600 extintores de incêndio foram adquiridos para o Interior e todos os antigos serão inspecionados e recarregados.

Desde segunda-feira, técnicos da Diriest iniciaram a instalação do equipamento e caberá à APMC treinar os servidores e funcionários dos fóruns sobre os procedimentos utilizados para situações de emergência. Os 30 edifícios da Região Metropolitana do Recife, entre fóruns, juizados e outros espaços pertencentes à administração do TJPE, já estão devidamente regularizados.

De acordo com o assessor policial do TJPE, coronel Franklin Santos, é necessário não só instalar os extintores, mas também ministrar o treinamento antiincêndio para que o TJPE receba o Atestado de Regularidade dos locais e possa pedir sua renovação anual ao Corpo de Bombeiros. Ao todo serão 114 comarcas visitadas no Interior. Um militar do Corpo de Bombeiro, lotado na APMC, tenente Valfrido Curvêlo, e a equipe da Diriest, irão visitar inicialmente as comarcas de Ouricuri, Bodocó, Exu, Moreilândia, Serrita, Salgueiro, Verdejante, Mirandiba e São José do Belmonte.

O tenente explica que o Judiciário estadual atua preventivamente, com a instalação dos equipamentos e o treinamento, mas que, em caso de princípio de incêndio, as pessoas que trabalham no prédio devem sempre contatar o Corpo de Bombeiros pelo número 193. Para mais informações sobre prevenção de incêndios, os interessados podem ligar para a Assistência Policial pelos telefones 3419.3305 e 3419.3285.

Magistrados estaduais participam de revista jurídica

Argumentum é o título da nova publicação semestral especializada em Direito, editada por professores da Faculdade Marista do Recife. O lançamento da revista será nesta quarta-feira, dia 9, às 18h, no auditório da Livraria Cultura. A revista conta com artigos de juristas portugueses e pernambucanos. Entre os autores lusitanos, está um dos maiores civilistas europeus, o professor da Faculdade de Direito de Lisboa, José de Oliveira Ascensão. Também participa uma das maiores processualistas de Portugal, Paula Costa e Silva.

O ato de lançamento da publicação contará com uma palestra do futuro presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, desembargador Francisco Cavalcanti, que falará sobre a Reforma do Judiciário. Também haverá a saudação do jornalista e ministro aposentado do Tribunal Superior Eleitoral, Valter Costa Porto.

Entre os nomes locais, escreveram para o primeiro número da revista o juiz e professor da Escola da Magistratura de Pernambuco, Silvio Romero Beltrão, a constitucionalista Dayse de Vasconcelos Mayer, ex-professora da Faculdade de Direito de Lisboa e atualmente diretora do Marista, e o desembargador estadual e presidente do Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam/PE), Jones Figueirêdo. Segundo Dayse Vasconcelos, em seu primeiro número a Argumentum faz uma homenagem ao Tribunal de Justiça de Pernambuco. "A capa é uma fotografia, de autoria do estudante Jean Carlos da Cunha Junqueira, que focaliza um ângulo inusitado de esculturas que adornam o frontispício do Palácio da Justiça e foi clicada às 17 horas. A foto foi escolhida através de um concurso que promovemos entre os alunos do curso de Direito da faculdade", informa.

Presidente da Câmara visita TJPE

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, José Antônio Macêdo Malta, recebeu, nesta segunda-feira, o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti. Para o deputado federal foi uma honra visitar a casa que representa a Justiça pernambucana. "É um orgulho saber que a Justiça vem sido firme em Pernambuco", afirmou. Também participaram da visita os desembargadores Helena Cotia Reis, Joaquim Castro, Antonio Camarotti, Ivanildo Pereira de Miranda, Rosalania Brayner, Jones Figueirêdo, Og Fernandes, Eloy D'Almeida Lins, Bartolomeu Bueno e Silvio de Arruda Beltrão.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 46 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 10 de março de 2005

TJPE implanta empréstimo consignado *on line*

CATARINA CRISTO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) firmou, na última terça-feira, um convênio com a Secretaria de Administração e Reforma do Estado (SAR) para implantação do TJPECONSIG - sistema de empréstimo consignado em folha de pagamento on-line.

Com a assinatura do convênio, o TJPE começará a utilizar o sistema no dia 1º de junho, contemplando cerca de 4 mil servidores, além dos magistrados.

O presidente do Tribunal, Macêdo Malta, ressaltou que prioriza o compromisso que tem com todos os que fazem a Instituição. "A partir do momento em que se unificam os empréstimos consignados, evita-se que os servidores e magistrados sejam escravos da agiotagem ou fiquem presos a um único banco", afirmou.

Já o secretário de Administração e Reforma, Maurício Romão, comemorou a rapidez com que foi consolidada a parceria com o TJPE e aproveitou o momento para parabenizar o chefe do Judiciário e sua equipe de Recursos Humanos.

Para implantação do projeto do TJPECONSIG, a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) vai fazer o cadastramento de todos os magistrados e servidores do TJPE, com foto digital que será utilizado na folha de pagamento e no cartão do usuário. A medida visa prevenir possibilidades de fraudes. Além de segurança e transparência no processo, o sistema trará rapidez e comodidade para usuários, e a DRH estará dando um grande passo na inserção digital.

A DRH vai ampliar a relação de instituições financeiras às quais os servidores e magistrados poderão recorrer para realizar empréstimos. De oito cadastradas, atualmente, passará para 22 de imediato. Qualquer instituição financeira regulamentada pelo Banco Central que deseje participar do TJPECONSIG pode entrar em contato com a DRH pelo telefone 3419.3451.

O presidente **Macêdo Malta** *oficializa convênio com o Executivo*

PALESTRA

Poderes debatem Sistema Penitenciário

Representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário discutiram os problemas da estrutura carcerária do Estado

TIAGO BARBOSA

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais (Vep), Adeildo Nunes, defendeu, na Assembléia Legislativa, que o combate à criminalidade não pode se restringir somente ao ato de punir. Ele participou, anteontem, de um debate no grande expediente da Casa sobre o sistema penitenciário em Igarassu, Itapissuma e Itamaracá, a convite dos deputados Guilherme Uchoa e Ceça Ribeiro.

Também foram convidados o secretário de Defesa Social, João Braga, e o juiz de Itamaracá José Romero Maciel.

O evento foi assistido por representantes militares, do Ministério Público, parlamentares e moradores dessas cidades.

Para Adeildo, a segurança pública dessa área que comporta alguns presídios do Estado deve estar atrelada à prevenção. "Não é só prender, não é só castigar, não é só punir", sustentou. O juiz rebateu o secretário João Braga ao dizer que a violência não tem diminuído. "Basta olhar o ingresso de pessoas no sistema prisional: é crescente", afirmou.

Braga tinha demonstrado anteriormente registros da polícia em Itamaracá nesse início de ano que, segundo ele, comprovariam a diminuição dos índices de criminalidade.

O juiz criticou também a impunidade, que estaria contribuindo para o aumento da violência. "Temos punido pouco e muito mal. De 100 homicídios, apenas oito viram inquéritos policiais", exemplificou.

Pernambuco possui 14 mil presidiários distribuídos em 17 penitenciárias e 78 cadeias públicas

Adeildo disse não acreditar que a pena de morte e o alongamento da pena resultem na diminuição da criminalidade. Ele citou os Estados Unidos, onde de 50 estados que aplicavam a pena de morte, apenas nove continuam com essa prática. Quanto aos presídios, o juiz da Vep relatou que os principais problemas residem na superlotação e na falta de assistência ao preso.

Ele informou que Pernambuco possui 14 mil presidiários distribuídos em 17 penitenciárias e 78 cadeias públicas.

Para o juiz de Itamaracá José Romero, uma das saídas para o problema do sistema penitenciário está na sua descentralização. Ele argumenta que os presos têm que cumprir pena nas suas cidades e, por isso, cada comarca do interior precisaria construir um mini-presídio. O juiz também criticou os números apresentados pelo secretário João Braga, afirmando que a "estatística é diferente da realidade". Romero alegou que se a polícia tem registrado poucas incidências é porque a população está com medo de ir às delegacias denunciar os criminosos que têm relação direta com os presidiários. Ele defendeu a retirada da Penitenciária Agrícola Industrial São João (Pai) de Itamaracá e denunciou o consumo de drogas em Itapissuma, onde é juiz eleitoral.

TJPE BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 47 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 11 de março de 2005

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco

Nota da Presidência

AVISO 1 - a Presidência congratula-se com o Des. Fausto Freitas pela realização de outro (37º) Encontro do Colégio de Corregedores Gerais no Recife, entre 15 e 19 deste mês, havendo recomendado à Assistência Policial Militar, Assessoria de Comunicação, Cerimonial, Administração do P.J., Seção de Transporte e demais órgãos envolvidos para dedicarem todo o apoio necessário ao brilhantismo do evento;

AVISO 2 - está mantendo contato com os Srs. Prefeitos e Juízes Diretores do Foro das Comarcas para adaptação dos imóveis, através das Diretorias de Engenharia/Arquitetura, Infraestrutura e Informática possibilitando, com a brevidade possível, as instalações das Varas Cíveis em Ipojuca, Escada, Vitória de Santo Antão e Santa Cruz do Capibaribe e, também, as Criminais de Ipojuca e Caruaru, criadas, respectivamente, pelas Leis Complementares nºs 31/2001 e 71/2005.

Des. Macêdo Malta
Presidente do TJPE

Convite

O Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco tem a honra de convidar Vossa Excelência para a Sessão Solene de Posse dos Excelentíssimos Senhores Desembargadores Francisco Dário Mendes da Rocha e Eloy D'Almeida Lins, na Presidência e Vice-Presidência desta Corte.

Local: Sala de Sessões do Plenário, Av. Rui Barbosa, 320, Graças.
Data: 14 de março de 2005, às 17h

Revista Clareando

A Associação Beneficente Criança Cidadã, Pastoral da Criança, Movimento Pró-Criança e Organização de Auxílio Fraterno vão lançar a terceira edição da Revista Clareando. O evento será realizado na próxima terça-feira (15), às 16 horas, ao auditório da Celpe. A publicação faz parte do Projeto Clarear, encampado pelas quatro instituições com o objetivo de amparar crianças e adolescentes que vivem nas ruas do Recife. O desembargadores Nildo Nery, Aquino Reis e Helena Caúla Reis são os principais mentores do projeto.

Palestras marcaram o Dia da Mulher

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco e o Centro de Estudos Judiciários do TJPE promoveram palestra em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. A diretora de Jornalismo da TV Globo Nordeste, **Jô Mazzarolo**, *falou sobre o poder da informação no mundo e a importância da igualdade entre os sexos. Quem presidiu a mesa foi a desembargadora* **Alderita Ramos**.

Já a Diretoria de Recursos Humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco promoveu palestra com a psicóloga **Tereza Nunes**. *O auditório da Acmepe ficou lotado por servidoras, magistradas, estagiárias e prestadoras. A respeito da mulher, Tereza Nunes destacou que "a nossa atuação social será do tamanho da imagem e da auto-estima que construirmos ao longo da nossa história. Portanto, as nossas possibilidades como mulher são todas, dependendo da força, da coragem, da competência e da determinação de cada uma de nós para ocuparmos plenamente o espaço que nos cabe por direito e por dever de ser mulher."*

TJPE - BIBLIOTECA

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 48 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 12 de março de 2005

Corregedores se reúnem em Pernambuco

O* XXXVII Encoge *contará com a participação de representantes dos Judiciários de todos os estados brasileiros e Distrito Federal

Recife vai sediar o 37º Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça do Brasil (Encoge), que começa na próxima terça-feira, dia 15, reunindo os 27 estados da Federação, mais o Distrito Federal, totalizando 150 participantes. O corregedor de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, e o presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Macêdo Malta, irão recepcionar os visitantes. A solenidade de abertura será no Teatro Santa Izabel, às 19h, e contará com a participação do Balé Popular do Recife.

O corregedor geral **Fausto Freitas***(acima) e o presidente* **Macêdo Malta** *irão recepcionar os visitantes*

Os encontros de corregedores têm por finalidade o aperfeiçoamento da Justiça dos Estados, estimulando a atualização de seus integrantes com a troca de experiências e conhecimentos, além da uniformização de métodos e critérios administrativos, observadas as peculiaridades regionais.

O corregedor geral da Justiça e atual presidente do Colégio de Corregedores do Brasil, desembargador Fausto Freitas, destaca como um dos principais pontos deste evento a palestra que o presidente do TJPE irá proferir sobre a Reforma da Loman (vide programação ao lado).

Fausto Freitas ressalta também o painel sobre os Conselhos da Comunidade, um projeto do Ministério da Justiça, que será apresentado pela Secretária Nacional de Justiça, Cláudia de Freitas Chagas, e a discussão sobre a Uniformização de Procedimentos Extrajudiciais, no que tange ao protesto de cheques, coordenado pelo desembargador do TJPE, Alexandre Aquino. A maioria dos temas da pauta de reuniões foi proposta pelos próprios corregedores. "Este ano, democratizamos a pauta do encontro", explica o presidente do Colégio.

Programação

Dia 15 de março (3ª feira)

MANHÃ / TARDE
Desembarque e check-in
Local: Aeroporto Internacional Gilberto Freyre
Traslados para o Atlante Plaza Hotel
NOITE
19:00 - Solenidade de Instalação do XXXVII ENCOGE
Apresentação Especial: Balé Popular do Recife
Local: Teatro de Santa Isabel
21:00 - Recepção de boas-vindas oferecida pelo Presidente do TJPE
Local: Arrábida de Boa Viagem
Traje: Passeio completo

Dia 16 de março (4ª feira)

MANHÃ
08:30 - Entrega de materiais
Local: Salão de eventos do hotel
09:00 - Painel - Reforma da LOMAN
Palestrante: Des. José Antônio Macêdo Malta, Presidente do TJPE
10:30 - Intervalo - coffee break
11:00 - Painel - Depósitos Judiciais
Palestrante: Sr. João Carlos Mattos, Diretor de Governo do Banco do Brasil
12:00 - Almoço
Local: Restaurante do hotel
TARDE
15:00 - Painel - Política Nacional de Fomento à Criação de Conselhos da Comunidade
Palestrantes: Des. Cláudia Maria de Freitas Chagas, Secretária Nacional da Justiça
Desembargador Aristides Pedroso de Albuquerque Neto - Corregedor Geral da Justiça do Rio Grande do Sul
Convidado Especial: Des. Geraldo Og Fernandes, Vice-Corregedor do TJPE
16:00 - Intervalo - coffee break
16:30 - Fórum de discussões:
1º tema: Sistema de Informatização Nacional
Apresentação: Des. José Sálfio Muniz, Corregedor do Maranhão
Des. Eduardo A Oliveira, Corregedor do Distrito Federal
Convidado Especial: Des. Jones Figueiredo Alves, TJPE
2º tema: Criação de uma página na WEB para o Colégio de Corregedores
Apresentação: Des. Eládio Torret Rocha, Corregedor de Santa Catarina
NOITE
20:00 - Jantar oferecido pelo Governador do Estado, Jarbas Vasconcelos
Local: Palácio do Campo das Princesas
Traje: Passeio completo

Dia 17 de março (5ª feira)

MANHÃ
09:00 - Fórum de discussões
3º tema: Uniformização de procedimentos extrajudiciais
Apresentação: Des. José Alexandre de Vasconcelos Aquino, TJPE
10:30 - Elaboração da Carta de Recife
12:00 - Almoço
Local: Restaurante do hotel
TARDE
15:00 - Saída para visita ao Tribunal de Justiça de Pernambuco
16:00 - Visita e cortejo até o encerramento no Instituto Ricardo Brennand
NOITE
Livre

Dia 18 de março (6ª feira)

MANHÃ
Livre
TARDE/ NOITE
13:00 - Saída para a cidade de Fazenda Nova/PE
Traje: roupas confortáveis e tênis (camiseta fornecida pelo evento)
18:00 - Início do megaespetáculo teatral da Paixão de Cristo
Local: Cidade Cenográfica de Nova Jerusalém - Fazenda Nova/PE
21:00 - Saída para jantar / Retorno ao Recife

Fim da programação oficial.

Colégio terá espaço on line

No segundo dia do encontro, dia 16, o Corregedor Geral da Justiça de Santa Catarina, Des. Eládio Torret Rocha, vai apresentar a proposta de criação de uma página na WEB para o Colégio de Corregedores Gerais do Brasil. "No espaço deverá ser disponibilizada toda a legislação pertinente ao Colégio e outras de interesse das Corregedorias, como também as atas dos Encoges anteriores e notícias sobre os próximos encontros", afirma Fausto Freitas.

Desde sua criação, em 1994, no Distrito Federal, o Colégio de Corregedores Gerais de Justiça vem realizando ao menos dois encontros ao ano. A realização do 37º Encoge, no Recife, conta com o apoio do TJPE, Governo do Estado, Prefeitura da Cidade do Recife, Banco do Brasil, Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e Associação dos Magistrados Estaduais de Pernambuco (Amepe).

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 49 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 15 de março de 2005

BIBLIOTECA
PODER JUDICIÁRIO
PERNAMBUCO

Desembargadores assumem o TRE

TIAGO BARBOSA

O Tribunal Regional Eleitoral (TRE) está de novo comando. Desde ontem, os desembargadores Dário Rocha e Eloy D'Almeida Lins assumiram a presidência e vice-presidência, respectivamente, da Justiça Eleitoral no Estado, pelos próximos dois anos. A solenidade de posse foi programada para as 17h, no auditório do TRE, na Avenida Rui Barbosa. Os dois substituem os desembargadores Antônio Camarotti e Zamir Fernandes.

Os novos dirigentes do TRE foram eleitos pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco (integrado pelos 30 desembargadores) no início de fevereiro. Dário Rocha recebeu 16 votos para ocupar a primeira vaga e Eloy Lins 17 para a segunda. Apesar de tomar posse como presidente, o desembargador Dário Rocha não irá conduzir o processo eleitoral de 2006 no Estado. Ele deve se aposentar compulsoriamente quando completar 70 anos ainda em 2005. A coordenação geral das próximas eleições para governador, senador, deputados federais e estaduais ficará a cargo de Eloy D'Almeida Lins.

O novo vice-presidente do TRE acredita que o clima do próximo sufrágio deve ser mais ameno do que o que marcou as eleições anteriores para prefeito e vereador, quando a Justiça foi bastante requisitada para se posicionar sobre conteúdos das publicidades veiculadas pelos candidatos. Para Eloy, há uma tendência normal de que a disputa municipal gere mais acirramento e polarização devido ao número excessivo de concorrentes. Ele repudia, entretanto, o exagero nas propagandas eleitorais, mas acredita que o próprio direito de resposta concedido judicialmente atenua os efeitos dessa prática. O recurso da censura prévia, define Eloy, é perigoso e 'remete aos métodos da inquisição, que deixaram marcas ainda existentes no comportamento do brasileiro".

O desembargador Eloy também defende que os exageros ocorreriam em menor quantidade se as multas contra quem comete os abusos tivessem de ser pagas imediatamente. "A multa inibiria o exagero e impediria sua continuação, desde que fosse paga. Com a quantidade de recursos cabíveis, o julgamento às vezes extrapola o período eleitoral". Só que a mudança desse ponto, observa, depende de uma alteração na lei, o que compete ao Congresso Nacional.

Mas essa não é a única alteração considerada necessária pelo desembargador. Ele engrossa o coro dos que são a favor de uma Reforma Política. Para Eloy, o Brasil vive uma grave "pequenez" de partido, problema que seria resolvido se a organização política fosse feita em cima de quatro plataformas: a comunista, social-democrática, liberal e conservadora. Fora dessas opções, afirma, o que se tem são associações praticamente sem o apoio nacional, que ninguém sabe o nome do partido. O desembargador aprova uma reforma que exija fidelidade partidária, com perda de mandato na troca de legenda, e cláusula de barreira eleitoral de 5%. "O mandato é do partido, não do político. Hoje, os partidos estão 'esfarinhados'. São trinta e mais seis provisórios. Eu mesmo não sei quais são todos", argumenta.

Eloy admite a possibilidade de se pensar, no Brasil, no financiamento público de campanha. Mas estabelece uma condição para que isso aconteça: é preciso, primeiro, realizar uma reforma política. "Do jeito que está, é impossível o financiamento público", avalia.

Coordenador da propaganda eleitoral em duas oportunidades (96 e 98) e ex-juiz eleitoral da quarta zona, Eloy Lins terá outro desafio à sua frente, que enfrentará com a ajuda do futuro presidente e colega de Tribunal Dário Rocha: a administração da estrutura do TRE. Ele antecipa que a gestão seguirá uma linha econômica, diante do corte de R$ 15 bilhões que o orçamento da Justiça sofreu. "Seremos mais cautelosos na perspectiva de melhoria de investimentos e de infra-estrutura física. Mas contaremos com um corpo funcional excelente. Isso é o mais importante", pondera.

Des. Dário Rocha

Nascido em Ibiapina, no Ceará, Francisco Dário Mendes da Rocha formou-se em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco, em 1964, e em Filosofia no Escolasticado Franciscano de Olinda. Advogou em instituições públicas e privadas e é professor da Faculdade de Direito do Recife (UFPE) desde 1974. Exerceu as funções de consultor jurídico do Ministério do Interior, membro da Comissão de Sistematização da Assembléia Legislativa de Pernambuco e secretário de Planejamento da Prefeitura do Recife. Desde 1994, é desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, onde atualmente integra a Corte Especial, a Seção Criminal e a 1ª Câmara Criminal.

Des. Eloy D'Almeida Lins

Eloy D'Almeida Lins nasceu em 1939, na cidade de Garanhuns, Pernambuco. É bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Ingressou na magistratura em 1968, como juiz da Comarca de Inajá. Nos períodos de 1977/78, 1990/91 e 1996/97, foi convocado para a Corregedoria Geral de Justiça, onde assumiu o cargo de juiz corregedor auxiliar, com atribuições em relação à 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias, respectivamente. O magistrado foi o primeiro coordenador do Curso de Preparação à Magistratura da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) entre os anos de 1988 e 1993. Nesta mesma instituição, lecionou Direito Civil de 1990 a 1993. Eloy D'Almeida é desembargador do TJPE desde fevereiro de 2001. Atualmente o magistrado integra a 4ª Câmara Cível do 2º Grupo de Câmaras Cíveis.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 50 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 16 de março de 2005

Fórum aprova jurisprudências sobre corte de energia

O Fórum Permanente dos Juízes das Varas Cíveis do Estado, criado pelo Instituto dos Magistrados de Pernambuco (IMP), discutiu e aprovou novos termos de jurisprudência do 1º grau sobre a questão do corte de energia elétrica para usuários inadimplentes.

Os enunciados visam acelerar as ações nesses casos, já que havia dúvida na jurisprudência sobre a legitimidade da suspensão do fornecimento de energia elétrica. Alguns juízes entendiam que, por ser um serviço essencial, não poderia haver suspensão do seu fornecimento ao usuário em qualquer circunstância, de acordo com o princípio da continuidade do serviço público. Neste caso, a única ação da concessionária de energia elétrica seria cobrar judicialmente o débito.

A maioria dos juízes do Fórum, no entanto, consagrou o entendimento mais atual, no sentido de que a continuidade da prestação do serviço público, como está definida na Lei das Concessões dos Serviços Públicos, não impede o corte de energia em caso de inadimplência do usuário.

Outra questão debatida pelos juízes do Fórum das Varas Cíveis foi a possibilidade do corte de energia elétrica quando o consumidor inadimplente for pessoa jurídica de direito público, uma Prefeitura, por exemplo. Por unanimidade, os juízes participantes da reunião decidiram que, mesmo nesses casos, é possível o corte de energia. A ressalva seria de que o corte não pode ser feito de maneira indiscriminada, devendo a concessionária tomar providências para resguardar a população dos efeitos da suspensão do serviço, preservando o fornecimento às unidades essenciais.

O último dos três enunciados de jurisprudência envolve uma questão processual, pois prevê que o usuário não pode exigir em juízo o impedimento do corte através de mandado de segurança. A concepção, segundo o presidente do IMP, juiz Demócrito Ramos Reinaldo Filho, é a de que o dirigente de empresa privada concessionária de serviços de distribuição de energia elétrica não está enquadrado no conceito de autoridade pública.

O texto completo da justificativa de cada um desses enunciados pode ser acessado na seção de jurisprudência do site do IMP (www.imp.org.br).

Confira o texto dos enunciados aprovados, no box ao lado.

Enunciado 36-FVC-IMP: "O princípio da continuidade do serviço público, tal como previsto no art. 22 do CDC, não impede o corte no fornecimento de energia elétrica em caso de inadimplência do consumidor, desde que notificado previamente". (maioria).

Enunciado 37 FVC-IMP: "O art. 17 da Lei n. 9.427/96 (Lei das concessões do setor de energia elétrica) deve ser interpretado em combinação com o art. 6º, parágrafo 3º, da Lei n. 8.987/95 (Lei Geral das Concessões), de maneira a se conceber que o corte de energia a consumidor prestador de serviço público está condicionado ao interesse da coletividade em preservar o funcionamento de unidades essenciais." (unânime).

Enunciado 38 FVC-IMP: "A suspensão do fornecimento de energia, em razão do inadimplemento do usuário, é ato de mera gestão negocial, não podendo ser combatido pela via do mandado de segurança" (unânime).

JUBILEU DE PRATA

Acmepe comemora 25 anos de fundação

A Associação de Cônjuges dos Magistrados do Estado de Pernambuco (ACMEPE) completará, no dia 29 de março, 25 anos de sua fundação. Para comemorar a data, a diretoria da entidade está preparando uma programação que inclui o lançamento de uma edição especial do informativo *ACMEPE em Destaque*, que traz depoimento das ex-presidentes da entidade. "Através dessa iniciativa queremos homenagear não só a cada ex-dirigentes, mas igualmente a cada uma das nossas associadas que durante esses 25 anos não só colaboraram com o trabalho filantrópico como também concorreram para que construíssemos a atual estrutura da nossa entidade", observa a atual presidente da associação, Rita Malta.

As comemorações serão iniciadas às 9 horas, com uma missa celebrada pelo Pe. Caetano na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. A programação prossegue com a inauguração do Cyber Fórum, um escritório digital que a entidade está montando no Fórum Rodolfo Aureliano destinado a Advogados, empresários, estudantes e demais profissionais que circulam regularmente pelo fórum do Recife.

À noite, haverá um jantar dançante com sorteios de brindes, exibição de data show e o lançamento de edição especial do informativo ACMEPE em destaque.

No início, a ACMEPE era denominada *Ala Feminina Pernambucana dos Magistrados*, converteu-se em *Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco* e somente há um ano, passou a *Associação de Cônjuges dos Magistrados do Estado de Pernambuco*.

Participantes da reunião que deu origem à Ala Feminina Pernambucana de Magistrados, atual **Associação de Cônjuges dos Magistrados do Estado de Pernambuco**

Recife sedia Congresso Internacional sobre a Mulher e Relações de Trabalho

O psicólogo do juizado criminal, Gilberto Lúcio da Silva, vai proferir uma palestra durante o I Congresso Internacional sobre a Mulher, Gênero e Relações de Trabalho, que será realizado entre os dias 5 e 7 do próximo mês, no Centro de Convenções do Castro's Park Hotel (Recife). Ele foi convidado pela Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região para participar do evento que tem como proposta debater a Violência de Gênero no Âmbito Familiar e suas Repercussões na Relação de Trabalho. A palestra do psicólogo está prevista para às 8h30 do dia 6, com duração estimada de 30 minutos.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 51 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 17 de março de 2005

Eloy D'Almeida Lins preside o TRE

Políticos e magistrados, federais e estaduais, prestigiaram a solenidade do Pleno do Tribunal Regional Eleitoral que elegeu e empossou os desembargadores Eloy D' Almeida Lins e Dário Mendes da Rocha nos cargos de presidente e vice-presidente do órgão para os próximos dois anos. A reunião dos membros do TRE se realizou na última segunda-feira e foi presidida pelo corregedor regional eleitoral, Carlos Frederico Gonçalves de Moraes.

Na cerimônia de posse, o juiz estadual Alexandre Assunção proferiu discurso saudando a vitória dos eleitos. Na mesa de Honra do evento, estavam o desembargador presidente do TJPE Macêdo Malta, o governador Jarbas Vasconcelos, o presidente da Assembléia Legislativa, Romário Dias, o 1º secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, Inocêncio Oliveira, a procuradora regional eleitoral Maria do Socorro Leite de Paiva e o presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, Otildo Amaral.

Autoridades prestigiaram a posse da presidência do TRE

Esclarecimento

1. A Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça de Pernambuco, responsável pela produção da página de notícias do Diário Oficial do Poder Judiciário, informa: a matéria "Desembargadores assumem o TRE", publicada na edição da última terça-feira (15/03), foi pautada pelo convite enviado pelo TRE, no dia 11 de março de 2005. O referido convite anunciava a cerimônia de posse e em momento algum falou em eleição ou qualquer forma de referendo à indicação dos nomes dos dois desembargadores escolhidos em sessão do Pleno do TJPE.

2. Desde julho de 2003, a Companhia Editora de Pernambuco (CEPE) - responsável pela impressão do D.O. - modificou os horários de fechamento das edições. Atualmente, nossas matérias são obrigatoriamente entregues até às 11h30min do dia anterior à publicação, o que justifica o fato de não termos noticiado em tempo hábil a inversão de cargos na composição do TRE.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete da Presidência

Nota Oficial

A Presidência do T.J.-PE no intuito de não se subtrair aos questionamentos direcionados à esta Presidência, decorrentes da Posse simultânea de dois Desembargadores Estaduais e a conseqüente Eleição para os cargos temporários de Presidente e Vice-Presidente do TRE-PE, por parte da Imprensa, indagando quanto a escolha prévia dos gestores da Mesa Diretora, impossibilidade de renúncia prévia à concorrência da direção porém com admissibilidade de renúncia após a eleição ensejando novo sufrágio (precedente do TRE-PB que resultou em anulação), alegativa do Presidente Eleito de que fora surpreendido, contudo lera defesa escrita adredemente elaborada, expedição de convites com definição antecipada de eleição, não expedição de convites aos Advogados - Classe de Jurista - integrantes de Lista Tríplice enviada ao Sr. Presidente da República, entendeu reunir nesta nota oficial o seu pronunciamento coletivo, nos seguintes termos:

1- o Tribunal de Justiça de Pernambuco, por disposição constitucional federal, com a antecedência legal, apenas se limitou a eleger os dois Desembargadores que iriam compor o TRE-PE, nas vagas geradas pelo término dos mandatos dos dirigentes anteriores, cujos indicados tiveram a votação mínima de 16 e 14 votos, respectivamente;

2- a competência exclusiva para eleger o Presidente e o Vice-Presidente é do Pleno do TRE-PE, composta por Juízes de Direito, Advogados e Desembargador Federal do TRF/5ª Região, após empossamento de ambos;

3- nenhum eventual acordo prévio dos disputantes ocorreu perante o Pleno do T.J.-PE, e se houve particularmente, trata-se de mero compromisso de cavalheiros;

4- na visão pessoal deste Presidente não houve vencedor ou vencido, até porque se abstiveram de votar e a decisão foi por 4 votos - restrita a unanimidade dos parcialmente votantes;

5- desta forma, as demais respostas aos questionamentos da Imprensa somente poderão ser obtidas junto aos membros do TRE-PE, por se restringir a matéria de economia interna do mesmo.

Recife, 15 de março de 2005.

Des. Macêdo Malta
Presidente T.J.-PE

Veja, na página 2, o discurso do desembargador Fausto Freitas, na abertura do XXXVII Encoge.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 52 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 18 de março de 2005

BIBLIOTECA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE destaca papel da mulher no Judiciário

IZABELA PIRES RAPOSO

Magistradas, servidoras e o público feminino do Fórum Rodolfo Aureliano contaram com uma programação direcionada a elas, na terça-feira, dia 15, promovida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco através da Diretoria de Recursos Humanos e Coordenadoria de Saúde. Na abertura do evento, o presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, lembrou que em sua gestão a maioria dos cargos diretivos são ocupados por mulheres.

O presidente também conclamou a todos a lutar contra o preconceito em relação à atuação profissional da mulher, seja no setor público ou privado. O diretor do fórum, juiz Eurico de Barros, e a secretária de Administração, Eleonora Martins, também se pronunciaram sobre o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março.

Foram prestadas homenagens às profissionais que se destacaram no Judiciário estadual nos últimos 12 meses, com a entrega de um buquê de flores e um troféu. O desembargador Macêdo Malta entregou o prêmio à juíza de Macaparana Orleide Rosélia. As assistentes sociais Cátia Meneses, Deolinda Brandão, Alessandra Araújo e a psicóloga Ana Elizabeth Cunha foram as servidoras contempladas.

Stands montados no *Hall* Monumental do fórum ofereciam corte, hidratação e escovação de cabelo, limpeza de pele profunda, entre outros serviços estéticos, além de sessões de terapias alternativas como a reflexologia (massagem nos pés).

Foram oferecidas orientações médicas sobre doenças sexualmente transmissíveis, prevenção de câncer de pele, mama e colo do útero, aferição da pressão arterial, o nível de glicemia capilar e aplicadas vacinas antitetânicas. No espaço "Sala de Estar com o Doutor", os servidores puderam se consultar com médicos do Ambulatório do TJPE sobre estas e outras doenças.

O presidente **Macêdo Malta** *homenageia a juíza* **Oleide Rosélia**

DEDICAÇÃO E PROFISSIONALISMO

Há 3 anos em Macaparana, e com a experiência anterior de 18 anos de Defensoria Pública, a juíza Orleide Rosélia Nascimento Silva foi responsável pela sua informatização, possibilitando a consulta dos processos via internet pela primeira vez em uma comarca de 1ª entrância. Outras conquistas da magistrada para a comarca foram a instalação do Conselho Tutelar, como determina o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a fundação do Abrigo Nossa Senhora das Graças para crianças vítimas de violência.

Há seis anos no Poder Judiciário, ao início da carreira, em Belém de São Francisco, ousou ao considerar a legalidade de cartas de presos, requerendo habeas corpus. "Eles tinham direito ao benefício, porém não podiam pagar advogados. Eu comecei a considerar os pedidos escritos por eles mesmos, já que esta previsão legal já existe".

Uma palestra do desembargador Macêdo Malta, abriu os trabalhos do 37ºEncontro Nacional de Corregedores Gerais de Justiça, anteontem pela manhã. Na conferência, sobre a Reforma da Lei Orgânica da Magistratura Nacional, o presidente do TJPE falou do funcionamento da comissão de reforma e sobre o andamento do preparação do texto da nova lei. Atualmente, tribunais estaduais e entidades como a Associação dos Magistrados Brasileiros, estão enviando suas sugestões de modificações nos termos legais que regem a magistratura nacional.
Compuseram a mesa de honra do evento, além de Macêdo Malta, o presidente e vice-presidente do Colégio de Corregedores do Brasil, desembargadores Fausto Freitas, de Pernambuco, e José Mario Cardinale, de São Paulo, além do corregedor do Estado do Amazonas, desembargador Ubirajara de Moraes.

Iphan aprova Memorial da Justiça

TIAGO BARBOSA

Técnicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ligado ao Ministério da Cultura (MinC), aprovaram as instalações do Memorial da Justiça destinadas a receber os equipamentos que serão financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Eles visitaram, na última terça-feira, o Centro de Documentação do Judiciário e garantiram que as condições das dependências do local e o aumento constante da quantidade de material arquivado justificam a aquisição de novas máquinas para auxiliar na preservação do patrimônio histórico.

No início do ano, o Memorial teve o seu projeto de financiamento de novos equipamentos selecionado pelo Programa de Preservação de Acervos, uma iniciativa do BNDES em parceria com o MinC para viabilizar a manutenção de documentos históricos no Brasil.

Antes da celebração do contrato, porém, técnicos do Iphan costumam fazer vistorias in loco para conferir se a descrição do projeto corresponde à estrutura e necessidades relatadas. Com a aprovação do local e o sinal verde para a ratificação do contrato, o BNDES vai liberar R$ 13.845,00 para a montagem de um laboratório de conservação preventiva. A contrapartida do Memorial será R$ 2.443,00.

"O projeto está aprovado totalmente. É bem-elaborado e compatível com o que se está pedindo", revelou o técnico do Iphan, Átila Tolentino. Agora, o Memorial vai aguardar a chegada dos novos equipamentos que, segundo Mônica Pádua, diretora do estabelecimento, deve ocorrer até o mês de setembro. Pela lista disponibilizada pela administração do museu, serão um Termo-Higrófafo, uma Prancha para Planificação, quatro Cadeiras, um Deionizador, um Desumificador de Ar Ambiente, um Soprador Térmico, uma Mesa de Higienização, uma Secadora de Papéis e Estações de Trabalho.

De acordo com Mônica Pádua, "a aquisição do material vai permitir um serviço completo de conservação preventiva dos documentos do Memorial, que antes deixavam de ser realizados pela carência de equipamento adequado". Os equipamentos também devem gerar economia para os cofres do Judiciário, que não precisará pagar para que outras instituições restaurem seus arquivos futuramente. Na vistoria, os técnicos foram acompanhados, além de Mônica, pela diretora de Documentação e Jurisprudência do Tribunal de Justiça, Luciana Carvalheira.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 53 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 19 de março de 2005

Encoge debate sistema penitenciário

Cláudia Chagas, *do Ministério da Justiça, debateu sobre o sistema penitenciário com integrantes do Encoge*

IZABELA PIRES RAPOSO

Fomentar a implantação de Conselhos da Comunidade - órgãos que fiscalizam, conjuntamente com a Justiça estadual, a execução das penas alternativas e em regime fechado, além de propor medidas de ressocialização de ex-presidiários - é uma prioridade do Ministério da Justiça. O tema foi tratado pela secretária Nacional de Justiça, Cláudia Maria de Freitas Chagas, durante o painel "Política Nacional de Fomento à Criação de Conselhos da Comunidade", no 37º Encontro Nacional do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça (Encoge).

A representante do Ministério da Justiça disse que fatores como o aumento da criminalidade, a superlotação e a formação de organizações criminais dentro dos presídios reforçam a necessidade de se implantar ações que diminuam a taxa de reincidência criminal (estimada em até 60% em alguns estados). Cláudia Freitas citou como exemplo, o estado do Rio Grande do Sul que, desde o ano passado, implantou mais 17 conselhos, elevando seu número para 42.

Segundo a secretária, dados oficiais apontam que o crescimento do número dos presos no Brasil é maior que o da população do país. "Neste ritmo, dos 350 mil presos atuais, o país passará a contar 500 mil no ano de 2007. Para responder a esta demanda, será necessário o governo construir de três a quatro presídios por mês". Por isso, Cláudia Freitas pediu o empenho dos corregedores brasileiros para a implantação dos conselhos em todas as comarcas pelos juízes de Execução Penal, como está previsto na legislação brasileira há 20 anos. "O Ministério vai levantar dados para saber quantas cidades têm o seu Conselho da Comunidade".

SOMAR ESFORÇOS

A secretária Cláudia Freitas e os participantes do Encoge são unânimes em reconhecer que a união de ações dos Poderes Executivo e Judiciário é primordial para minimizar os problemas do sistema prisional no país. Com essa compreensão, o Ministério da Justiça tem reiterado apoio à instalação dos conselhos da comunidade em todas as comarcas. "Mas, o primeiro passo para se criar o órgão cabe aos juízes de execução penal", disse a secretária.

Pela legislação em vigor, os conselhos - compostos por membros de entidades civis e governamentais, igrejas, representantes da OAB, Ministério Público e o juiz de Direito - têm a incumbência de elaborar relatórios mensais sobre os presídios e propor políticas educacionais, de saúde e inserção no mercado de trabalho para presos, ex-presidiários, e infratores que cumpram penas alternativas.

Em Pernambuco, algumas comarcas já possuem seus conselhos. É o caso de Itamaracá, Serra Talhada e Igarassu. Na 1ª Vara de Execução Penal da Capital, desde 2000 está em funcionamento um conselho da comunidade, com atuação em toda a Região Metropolitana. As reuniões acontecem na 1ª VEP, no Fórum do Recife, sempre na última sexta-feira de cada mês, à tarde.

O presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, recebeu, nesta quinta-feira, a secretária Nacional de Justiça, Cláudia Chagas Freitas. O chefe do Judiciário estadual aproveitou para falar do projeto de digitalização do cadastro dos beneficiários da Vara de Execução de Penas Alternativas, desenvolvido pela Vara de Execuções Penais com suporte técnico da Diretoria de Informática. O projeto foi apresentado com ajuda de um datashow. O evento contou com a presença do juiz Flávio Fontes.

Visita ao Palácio da Justiça - *Os participantes do XXXVII Encontro Nacional dos Corregedores da Justiça conheceram a Casa do Poder Judiciário estadual, na última quinta-feira. O presidente Macêdo Malta fez questão de receber o grupo. Ao final da visita, os magistrados participaram de um coquetel no Salão Nobre.*

A ESMAPE informa: não haverá aula de especialização em Processo Civil nesta segunda-feira, 21.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 54 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 22 de março de 2005

TJPE BIBLIOTECA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Cartilha sobre adoção disponível na internet

A cartilha *Adoção - Perguntas mais comuns sobre adoção de crianças e adolescentes e suas respostas* já está disponível no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Compatibilizada com o novo Código Civil e com a Convenção de Haia, relativa à proteção das crianças e à adoção internacional, a cartilha pode ser reproduzida, desde que a fonte seja citada. O TJPE, através da Segunda Vara da Infância e da Juventude da Capital e da Diretoria de Informática, disponibiliza o material via Internet com o objetivo de divulgar e promover cada vez mais a adoção. Na cartilha o público vai encontrar esclarecimentos gerais, os procedimentos para a adoção, critérios de seleção e prioridades, como efetivar a adoção, adoção direta, origem e revelação, adoção internacional, orientação para os abrigos, além de projetos alternativos como o Estrela Guia.

Em tempo:
Para conferir a cartilha acesse o site www.tjpe.gov.br.

A atual presidente do Tribunal Regional Federal - 5ª Região, **Margarida Cantarelli**, *e o futuro presidente daquela instituição,* **Francisco Bezerra de Queiroz Cavalcanti** *(primeiro à direita) estiveram com o presidente do TJPE, desembargador* **Macêdo Malta,** *na última quinta-feira. Os visitantes entregaram ao chefe do Judiciário estadual o convite da posse, que será realizada no dia 30 de março, às 16h, na sede do TRF, no Cais do Apolo.*

Congresso

O papel da mulher nas relações de trabalho é o tema principal do Congresso Internacional sobre Mulher, Gênero e Relações de Trabalho, que será realizado em Goiânia (GO) entre 5 e 7 de maio. O evento é promovido pela Procuradoria Regional do Trabalho da 18ª Região, em parceria com o Instituto Goiano de Direito do Trabalho e com a Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O público alvo do congresso são profissionais de Direito do Trabalho, Recursos Humanos e áreas afins. Informações detalhadas sobre a inscrição e a programação do evento estão disponíveis no menu Eventos do site *www.prt18.mpt.gov.br*.

Acesso alterado

Desde ontem, o acesso às dependências do Palácio da Justiça está sendo feito exclusivamente através da entrada principal, em frente à Praça da República. A mudança é temporária e se deu em razão das reformas (**foto**) que estão em andamento no andar térreo do edifício.

Modernização

Além da troca do piso em granito, a DEA está lançando nova infra-estrutura para ampliação da rede de cabeamento estruturado para absorver futuros projetos do TJPE na área de informática.

Avisos da Presidência

1 - Os Srs. Magistrados (Desembargadores e Juízes) deverão, até amanhã (23/03/05) revalidar, perante a Superintendência da Polícia Federal de Pernambuco, os anteriores Registros de Propriedade de Armas, emitidos pela Polícia Civil (SDS), tendo em referência o Estatuto do Desarmamento e legislação complementar.

2 - Na hipótese de calibre 40, o Registro deverá ser procedido perante o órgão competente do Ministério do Exército.

3 - A aquisição de arma (calibre 38 ou 380), com pagamento parcelado em folha remuneratória e respectiva munição (quantidade limitada) exige formulário próprio (AMEPE) e atendimento de exigências, dentre elas comprovação de Curso de Tiro, dispensada taxa e exame psicotécnico.

4 - O porte de arma curta será emitido juntamente com a identidade funcional, com transcrição do artigo pertinente da atual LOMAN - Lei Complementar Federal nº 35, de 15/5/1979.

5 - A Assistência Policial Militar deste TJ-PE prestará esclarecimentos suplementares com base na legislação específica.

Recife, 21 de março de 2005.

Des. Macêdo Malta - Presidente

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 55 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 23 de março de 2005

TJPE BIBLIOTECA

Comissão do TJ visita Centro Integrado de Cidadania

TIAGO BARBOSA

O Tribunal de Justiça de Pernambuco não está medindo esforços para implantar no Estado o projeto do Centro Integrado de Cidadania (CIC). Onjem, uma comissão - formada pelo desembargador Jones Figueirêdo e dois integrantes da Coordenadoria de Planejamento (Coplan), Délio Garcia (coordenador) e Ana Karla Araújo (assistente social) - foi a São Paulo conhecer de perto a experiência dos centros em funcionamento naquela capital.

Segundo Ana Karla, responsável pela coordenação dos projetos especiais da Coplan, a viagem da comissão tem o propósito de conhecer o funcionamento dos CICs do Estado (São Paulo) que foi o pioneiro na iniciativa. "Queremos aproveitar as experiências deles, saber os acertos e erros para que possamos gerir o nosso da melhor forma possível", explica.

Des. Jones Figueirêdo *coordena o projeto dos CICs*

A visita constitui uma das etapas para a implantação do centro em Pernambuco. Há quatro anos, o TJPE firmou um convênio com o Ministério da Justiça que possibilitou o financiamento da construção de dois edifícios na Boa Vista, próximos à Rua da Glória. Os prédios devem ficar prontos ainda nesse semestre. No local, funcionará um Juizado Especial Criminal e um Cível, voltados a atender a demanda da população que reside naquela área. A meta, segundo o projeto de criação do CIC, estima o atendimento a cerca de 12 mil pessoas por ano.

Além das atividades jurisdicionais, o Centro deve oferecer serviços de orientação psicológica, psicossocial e terá um espaço para que sejam oferecidas aulas de informática, idiomas e capacitação profissional. Para viabilizar serviços que fogem à sua competência, o TJPE pretende firmar parcerias com a Secretaria de Educação do Estado e entidades como o Senac e Senai.

Atualmente, apenas São Paulo e o Espírito Santo contam com os Centros Integrados de Cidadania. Pernambuco, portanto, poderá ser o terceiro Estado no País a contar com os CICs.

A instalação do centro em Pernambuco está sendo coordenada pelo desembargador Jones Figueirêdo. A Coplan deve apresentar um relatório sobre a visita aos CICs em São Paulo na semana que vem.

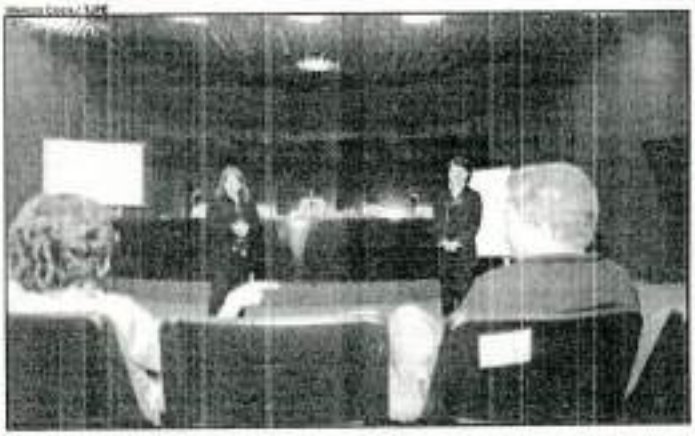
Correção

Os desembargadores e juízes do TJPE terão até o dia 23 de junho deste ano para revalidar, perante a Superintendência da Polícia Federal de Pernambuco, os anteriores Registros de Propriedade de Armas, emitidos pela Polícia Civil (SDS), tendo em referência o Estatuto do Desarmamento e legislação complementar. Deve-se desconsiderar, portanto, a data de 23/03/05, publicada ontem em nota da Presidência.

Semana Santa

Uma tonelada e meia de peixes foi distribuída para prestadores de serviço, motoristas e soldados da Polícia Militar que trabalham no Tribunal de Justiça de Pernambuco. A cortesia foi da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco - Acmepe, em comemoração à Páscoa. A entrega foi realizada nestas segunda e terça-feira, na garagem do Fórum Rodolfo Aureliano.

Preservação



A Diretoria de Recursos Humanos promoveu o programa "Cuidado com o bem", dirigido aos servidores de varas do Fórum Rodolfo Aureliano nos dias 17, 18 e 21 deste mês. As instrutoras da diretoria orientaram os participantes quanto aos procedimentos adequados de uso e manutenção das estantes eletrônicas, alertando para a necessidade de conservar o patrimônio público. Dependendo da extensão do dano, o conserto deste equipamento pode custar até R$ 8 mil reais, segundo cálculos da DRH. Os encontros ocorreram no auditório do Fórum, das 13h às 17h30.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 56 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 24 de março de 2005

Seminário debate Justiça Terapêutica

TIAGO BARBOSA

Tratar em vez de punir. Ajudar ao invés de condenar. Entre as ações permitidas à Justiça para corrigir o infrator, o amparo pode constituir uma opção viável quando o crime for impulsionado pelo uso das drogas. É esse o entendimento que deve predominar no Seminário Internacional sobre a Prática de Justiça Terapêutica no Brasil e no Canadá, que será realizado no Recife entre 31 de março e 1º de abril, no Fórum Rodolfo Aureliano. O evento está sendo promovido pela Associação Nacional de Justiça Terapêutica (ANJT) em parceria com entidades ligadas ao combate às drogas e pretende discutir as medidas que são adotadas nos dois países envolvendo o assunto.

A abertura do seminário, que vai reunir especialistas em Direito do Brasil e Canadá, será feita pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta. Ele vai compor uma mesa com o procurador geral de Justiça de Pernambuco, Francisco Sales, e o secretário de Defesa Social, João Braga. No primeiro painel do evento, haverá a participação do presidente da Associação Pernambucana de Justiça Terapêutica e especialista em Criminologia, desembargador Nildo Nery, que falará sobre a Justiça Terapêutica no Estado. Ele será seguido pelo desembargador Og Fernandes, que vai abordar a recuperação do infrator nesse tipo de tratamento.

O coordenador do Centro de Justiça Terapêutica em Pernambuco, juiz Fernando Cerqueira, acredita que nessa prática reside "a nova face da Justiça: tratar em vez de punir". Para ele, a instalação dos centros "é um caminho sem volta". O juiz, que é vice-presidente da Associação Nacional de Justiça Terapêutica, vai proferir uma palestra sobre o funcionamento do centro.

A programação completa pode ser vista no site do TJPE (www.tjpe.gov.br).

Serviço

O Centro de Justiça Terapêutica de Pernambuco funciona no Fórum Rodolfo Aureliano (Joana Bezerra), avenida Des. Guerra Barreto, s/n, 5º andar. Telefone: 3412 5915. Fax: 3412 5913.
E-mail: justicaterapeutica@tjpe.gov.br.

O presidente **Macêdo Malta** *fará a abertura do evento (acima). A ANJT é presidida pelo* **Des. Nildo Nery** *(abaixo).*

O juiz **Fernando Cerqueira** *profere palestra*

Pernambuco é pioneiro na América Latina

O Centro de Justiça Terapêutica do Estado foi o primeiro a ser implantado na América Latina. Desde 2001, ele vem oferecendo tratamento a pessoas que, por circunstância das drogas lícitas ou ilícitas, cometeram delitos de menor potencial ofensivo, cuja condenação resultaria numa pena inferior a dois anos. O encaminhamento ao centro é feito pelo juiz da vara ou do juizado criminal responsável pelo processo, a partir ou não de uma solicitação do promotor do Ministério Público.

No Centro, o tratamento é semelhante ao que é realizado nos grupos de auto-ajuda, como Alcoólatras Anônimos e Narcóticos Anônimos.

Segundo Fernando Cerqueira, a chamada "terapia ambulatorial compreende reuniões com a família, entre os infratores e controle do uso de drogas, sob a supervisão de psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras". Tudo sem medicação, ressalva o juiz. "Alguns que concluem o tratamento pedem para ficar por mais um tempo. Nós os tornamos monitores". Nos casos mais graves de dependência (15%), os usuários são conduzidos a casas de recuperação de responsabilidade do Estado.

Esse tipo de tratamento, apesar de ser feito pela Justiça, não é igual ao cumprimento de uma pena alternativa. Quando o juiz decide pela medida terapêutica, o processo do infrator fica automaticamente suspenso até que ele complete o seu tratamento, que pode durar, no máximo, dois anos. Se, ao final desse período, a equipe de técnicos do centro constatar que ele está livre do vício, em uma espécie de "alta", o juiz do Centro pode recomendar ao magistrado da vara ou do juizado o arquivamento do processo. "Nas penas alternativas, o infrator é condenado e isso consta na sua ficha. Na Justiça Terapêutica, o processo pode ser arquivado sem que o infrator sofra uma condenação", distingue Cerqueira.

Desde a criação do Centro em Pernambuco, foram submetidos a essa medida judicial cerca de 130 pessoas. Atualmente, 48 infratores estão em tratamento. O número é baixo na avaliação do juiz Fernando Cerqueira. Ele enxerga como obstáculo à expansão da demanda a falta de um juizado destinado exclusivamente a tratar os casos de dependência química e a atitude de alguns juízes que preferem outro tipo de medida judicial.

Essa questão seria contornada, segundo ele, se houvesse uma política de centralização do tratamento aos infratores dependentes de drogas. "No Canadá, existe uma corte específica para tratar de problemas relacionados às drogas", exemplifica. Seguindo o modelo adotado em Pernambuco, 16 Estados já instalaram centros de Justiça Terapêutica.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 57 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 29 de março de 2005

TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA

ACMEPE

Novos projetos marcam festa dos 25 anos

SÉRGIO MARCOS

Advogados e estudantes de Direito - bem como empresários e profissionais de qualquer área de atuação - irão dispor no Fórum Rodolfo Aureliano de um escritório digital para cuidar de seus assuntos mais urgentes. Trata-se do Cyber Fórum, que será inaugurado hoje, às 11 horas, no andar térreo, dentro da programação comemorativa dos 25 anos da fundação da Associação de Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco - Acmepe (ver programação abaixo).

"Atualmente, quase tudo se resolve através da Internet. O principal objetivo do Cyber Fórum é possibilitar aos usuários melhor aproveitamento do seu tempo enquanto aguardam audiências, informações ou outras providências processuais junto a alguma vara da Capital", observa a presidente da Acmepe, Rita Macêdo Malta.

Rita Malta, *incentivo à autopromoção*

Além do acesso rápido à Internet - pelo qual o internauta pagará de acordo com o tempo que permanecer conectado -, o escritório digital disponibilizará um estande com material de informática, impressão de documentos, que se somarão aos serviços de fotocópias já disponíveis no local. Comercializados a preços de mercado, os produtos oferecidos pelo Cyber Fórum terão sua renda revertida para os trabalhos sociais promovidos pela Acmepe.

> ***A Acmepe tem investido cada vez mais em alternativas geradoras de renda***

Mas esta não será a única novidade que a Acmepe tem para comemorar em seu jubileu de prata. A entidade comprou, na semana passada, uma casa localizada na Rua Treze de Maio, para a implantação de um centro de capacitação profissional. "Essa aquisição representa um marco na linha de ação da Acmepe, que atualmente vem abandonando a atuação meramente assistencialista do passado para se dedicar a um trabalho voltado à autopromoção do indivíduo, preparando-o melhor para o mercado de trabalho e, dessa forma, possibilitando-lhe uma melhor qualidade de vida", observa Rita Malta.

O **Cyber Fórum** *vai funcionar no andar térreo do Fórum do Recife*

Segundo a presidente a Acmepe, inicialmente o trabalho do centro profissionalizante se restringirá ao atual público alvo da entidade, que são os prestadores de serviços terceirizados do TJPE, e seus familiares.

Programação

9h - Missa em Ação de Graças. Local: Igreja da Ordem Terceira de São Francisco.

11h - Inauguração do *Cyber Fórum*. Local: Fórum Rodolfo Aureliano.

20h30 - Jantar dançante. Local: Caxangá Golf Country Club.

Nos rumos da História

Fundada em 29 de março de 1980, a atual Associação de Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco nasceu com o nome de Ala Feminina Pernambucana dos Magistrados - Afepem. Consta na sua primeira ata que o objetivo era constituir "um órgão sócio-filantrópico, visando, sobretudo, um maior entrosamento entre as esposas dos magistrados". Depois, a entidade converteu-se em Associação das Esposas dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Acmepe) e, há exatamente um ano, passou a denominar-se Associação de Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco (Acmepe).

"O exercício da magistratum há muito tempo deixou de ser privilégio do sexo masculino. Por isso, não havia mais sentido a existência de uma entidade exclusivamente de esposas", justifica a presidente Rita Macêdo Malta, principal responsável pelas recentes mudanças implantadas na associação, a qual atualmente já conta com seus primeiros associados do sexo masculino.

Em edição especial do informativo *ACMEPE em Destaque* - produzido em comemoração ao jubileu de prata - um pouco da história dos 25 anos da entidade é contada por cada uma das suas ex-dirigentes, começando por Ana Loyo Malta, primeira presidente da entidade. O informativo também reproduz na íntegra o texto da Ata de Fundação da antiga Afepem, onde fica claro o principal objetivo da entidade: desenvolver ações assistencialistas voltadas para os funcionários de empresas que prestam serviços terceirizados ao Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Inicialmente, as atividades da associação eram mantidas quase que exclusivamente através da contribuição das associadas. Nos últimos anos, a entidade tem procurado cada vez mais investir na criação de alternativas geradoras de renda, como aquisição de máquinas fotocopiadoras, circulação de carrinhos de lanche nos prédios do Judiciário, lançamento do Cyber Fórum, entre outras formas de captação de recursos. A atual diretoria já tem outros projetos em andamento, como o serviço de lavagem de carro que está para ser implantado, no estacionamento do Fórum do Recife, em parceria com uma empresa especializada em lavagem e polimento de veículos.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 58 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 30 de março de 2005

Telefônicas são campeãs de ações nos Juizados

TIAGO BARBOSA

As operadoras e as empresas de telefonia foram as partes jurídicas mais acionadas em 12 juizados especiais cíveis de Pernambuco no ano passado. De acordo com um levantamento realizado pela Coordenadoria dos Juizados Especiais, o segmento registrou 2.508 ações judiciais nesse período, equivalente a aproximadamente 52,5% do total. A pesquisa considerou as informações referentes aos processos que estavam cadastrados no sistema informatizado dessas unidades. Como nem todos os juizados dispunham desse sistema desde o início do ano, alguns só tiveram suas ações computadas a partir da data em que passaram integrar a rede.

Em determinados juizados, a apuração compreende o período de um ano, enquanto em outros o registro se debruça em apenas um ou dois meses. Os de Casa Amarela e do Pina, por exemplo, tiveram suas ações verificadas de janeiro a dezembro de 2004. Já o de Vitória de Santo Antão se baseou nos processos de dezembro.

Das operadoras de telefonia fixa mais acionadas, a Telemar é a campeã. A empresa lidera o ranking de envolvimento em processos em todos os juizados pesquisados, com quase metade das ações: 1.198 (47%). A diferença entre a Telemar e a Embratel é de 1.177 processos. A Vésper vem em terceiro lugar, tendo sido acionada 18 vezes. Entre as operadoras de telefonia móvel, a Oi está na frente com 258 ações, seguida pela Claro (151) e Tim (148).

Segundo o coordenador dos Juizados Especiais, José Arteiro de Mello, na maioria dos casos em que essas operadoras são acionadas judicialmente, as causas residem na cobrança por ligações desconhecidas, cobrança indevida e problemas relacionados à assinatura básica.

As empresas fabricantes de aparelhos de comunicação móvel também são freqüentes alvos de ações. Dentre os processos levantados em 2004, a Nokia foi a mais citada, com 216 ações, seguida da Siemens (113) e Motorola (62).

COMPETÊNCIA - Os juizados especiais foram instituídos pela Lei 9.099/95, com o objetivo de dar maior velocidade ao andamento dos processos. Os cíveis têm competência para apreciar ações cujo valor não ultrapasse 40 salários mínimos e buscam, principalmente, a conciliação e a transação, onde há concessões mútuas das partes envolvidas no processo. Para José Arteiro, a maior celeridade dos juizados em relação à Justiça comum está no procedimento que eles adotam, baseado na "simplicidade, informalidade e economia processual". Para recorrer a esse segmento da Justiça, o interessado deve se dirigir à unidade mais próxima e informar sua queixa. No juizado, o servidor reduz a reclamação a termo, de onde se inicia um processo. Registrado o processo, marca-se uma audiência de conciliação com as partes. "Se tudo correr sem problemas", afirma Arteiro, "a solução pode vir em até trinta dias".

Caso uma das partes se julgue insatisfeita com o desfecho no juizado especial, ela pode recorrer ao Colégio Recursal, última instância para processos que tramitam nesses órgãos judiciais. Segundo Arteiro, se o processo for de até 20 salários mínimos, não é exigida a presença de um advogado. Acima desse valor, o acompanhamento do profissional é obrigatório.

***Alguns processos são solucionados em até 30 dias, segundo* José Arteiro.**

MPU REALIZA CONCURSO PÚBLICO

O Ministério Público da União vai realizar concurso público para o preenchimento de vagas no cargo de promotor da Justiça Militar. As inscrições estão abertas até o dia 12 de abril. **Informações** no endereço eletrônico ***www.mpm.gov.br***. No Recife, os interessados podem se dirigir à sede local da Promotoria da Justiça Militar, à Av. Dantas Barreto, 1090 - 4º andar, Bairro de São José. Fones: **(81) 3224.0566** e **(81) 3224.8876**.

Judiciário em defesa do ECA

Novos integrantes da PM recebem noções sobre direitos da criança

IZABELA PIRES RAPOSO

A correta aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em relação aos infratores mirins constituiu o eixo principal da palestra proferida pela juíza da Vara da Infância e Juventude de Olinda, Dilza Lundgren, para uma turma de mil novos integrantes da Polícia Militar de Pernambuco. A palestra fez parte do curso de capacitação promovido entre os dias 21 e 23 deste mês.

A magistrada, que ensina Noções de Direito no Curso de Formação dos PMs, orientou aos participantes como deve ser a abordagem no flagrante e quais as penas que podem ser aplicadas em relação às crianças e aos adolescentes.

No evento, realizado no Colégio Salesiano do Recife, foi exibida uma reportagem de televisão em que é abordada a relação dos adolescentes com a violência tanto na condição de agentes como na posição de vítimas.

O Pe. Caetano Pereira celebrou missa em ação de graças aos 25 anos da Acmepe. O presidente do TJPE, Macêdo Malta, prestigiou a cerimônia, que foi na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco. Na ocasião, a presidente da Acmepe, Rita Malta, homenageou as ex-presidentes da associação.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 59 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 31 de março de 2005

Informatização agiliza 2ª via de certidões

TIAGO BARBOSA

Obter a 2ª via de certidões de casamento ou conseguir certidão de separação e divórcio anteriores a agosto de 1999 vai ficar mais fácil. O Tribunal de Justiça de Pernambuco desenvolveu um programa de informática que vai permitir a emissão desses documentos no mesmo momento em que forem requeridos. Atualmente, o requerente espera dias para receber.

O sistema já foi instalado nos três Arquivos Públicos do Acervo de Casamento da Capital, onde são armazenados os livros de escrituração dos casamentos lavrados entre 1890 a agosto de 1999. As equipes dos arquivos ainda estão em treinamento e, concluída essa fase, ainda será alimentado o banco de dados do sistema com o cadastramento das certidões antigas. Quando estiver em pleno funcionamento, a inovação vai permitir a rápida localização do documento desejado em qualquer um dos três arquivos, a partir da informação do nome do interessado ou interessada. Hoje, a busca é feita manualmente em um livro de índice apenas pelo nome do cônjuge masculino. Nesse livro, o pesquisador encontra o livro real (onde está referenciada a certidão), a folha e o termo com o local do documento original. Somente quando é encontrada a certidão original torna-se possível emitir uma segunda via. Da solicitação à emissão, o processo pode durar cinco dias.

Para o chefe do 2º Arquivo Público do Acervo de Casamento da Capital, Edson Barreto, "com o novo sistema, o tempo gasto pelo interessado em obter a 2ª via da certidão será o que ele levar para pagar o Documento de Arrecadação Judiciária (Darj) e retornar ao arquivo". O Darj é a importância paga pelo cidadão para obter o documento.

Em caso de certidão de casamento, valor é R$ 46,98, e nas de separação e divórcio custa R$ 56,23.

Atualmente, só o 2º Arquivo registra uma média diária de 60 pessoas atendidas. Para agilizar o cadastro das certidões antigas, Barreto acredita que poderá ser criado um Grupo de Trabalho.

Acmepe tem dia marcado por comemorações

CATARINA CRISTO

O Jubileu de Prata da Associação de Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco (Acmepe) foi comemorado com programação especial na última terça-feira. As solenidades foram iniciadas com a celebração de uma missa na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, no bairro de Santo Antônio. Ao final da celebração eucarística, foram entregues placas comemorativas do Jubileu de Prata as ex-presidentes da associação.

As comemorações continuaram no Fórum Rodolfo Aureliano, com a inauguração do Cyber Fórum, um escritório digital que vai prestar serviços de informática para advogados, estudantes de Direito e demais visitantes do fórum. Os usuários vão dispor de conexão à internet, serviço de impressão, fotocópia e insumos de informática como disquetes e CDs. Por dificuldades técnicas enfrentadas pela empresa telefônica responsável, a conexão à internet ainda não está disponível. Segundo a presidente da Acmepe, Rita Malta, o problema já está sendo contornado.

Toda a renda do Cyber Fórum será revertida para as ações sociais da Associação. Durante a inauguração do escritório, Rita Malta lembrou da importância das ações de geração de renda para a Associação e convocou todos "a serem operários de uma sociedade mais justa".

O escritório possui sete computadores, recebidos por doação. A ambientação, os produtos à venda e a instalação das máquinas foram financiados pela própria ACMEPE.

Na instalação dos computadores, uma novidade. O sistema operacional utilizado é um software livre, o Linux. A utilização deste sistema, que não exige pagamento de licença para o uso, barateou o projeto do escritório digital. Segundo Igor Herson, responsável pela programação dos micros, o Linux permite que cada computador seja programado de acordo com as necessidades do Cyber Fórum, evitando softwares inúteis, que sobrecarregam as máquinas.

As solenidades dos 25 anos foram encerradas à noite, com um jantar dançante no Caxangá Golf Country Club, prestigiado por associadas e associados da Acmepe, magistrados - entre eles o presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta -, servidores do TJPE, e personalidades da política estadual, como o presidente do Poder Legislativo, Romário Dias.

NOVOS PROJETOS - Durante as comemorações, a presidente da Acmepe convidou todos para uma visita ao imóvel adquirido pela Associação para a instalação de cursos profissionalizantes. A casa, localizada na rua Treze de Maio, no bairro de Santo Amaro, vai passar por reformas antes do início dos trabalhos que, segundo Rita Malta, "seguem a filosofia da Associação, de dar o anzol e ensinar a pescar no lugar de dar os peixes".

*A presidente da Acmepe, **Rita Malta**, e o presidente do TJPE, **Macêdo Malta** (ao centro), na inauguração do Cyber Fórum.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 60 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 1º de abril de 2005

Vara de Execuções Penais devolve presos à Justiça potiguar

Magistrado identificou ilegalidade na permanência dos acusados

TIAGO BARBOSA

Os nove presos devolvidos, na terça-feira, pela Secretaria de Defesa Social (SDS) ao Rio Grande do Norte poderiam ter permanecido em Pernambuco caso o procedimento de suas transferências tivesse ocorrido em acordo com a previsão legal. Foi o que revelou o juiz substituto da 1ª Vara das Execuções Penais de Pernambuco (Vep), Adjar Francisco de Assis Júnior, que determinou que os acusados de integrarem um grupo de extermínio responsável pela morte de 26 pessoas fossem enviados de volta ao estado potiguar porque a Justiça pernambucana não foi consultada sobre a viabilidade da transferência.

A Justiça do Rio Grande do Norte teria alegado que os detentos são uma ameaça a testemunhas e presidiários da capital Natal e, por isso, precisariam ser transferidos para outro estado por trinta dias, de acordo com a Lei de Regime Disciplinar Diferenciado (LRDD). Criada em dezembro de 2003, a LRDD alterou a Lei das Execuções Penais (1984) e instituiu o regime disciplinar diferenciado para os detentos que colocassem em risco a ordem ou disciplina. Mas Adjar Francisco explicou que esse processo só tem validade se houver autorização do juiz da Vara das Execuções Penais, que é responsável pela administração dos presídios para onde os presos podem ser enviados, e que não basta o consentimento da Secretaria de Defesa Social, como ocorreu.

O artigo 54 da Lei de Execuções Penais ainda determina que a submissão do preso ao regime diferenciado depende da manifestação do Ministério Público.

> ***A vinda de detentos de outros estados só tem validade com a autorização da Vara de Execuções Penais***

"Se tivessem seguido os trâmites legais, se houvesse um parecer favorável do Ministério Público de Pernambuco e se avaliássemos que os nossos presídios têm condições de suportar a demanda, a transferência poderia ter sido efetuada dentro da legalidade", cogitou o juiz. Segundo ele, a negociação da transferência dos presos ocorreu de forma irregular porque envolveu apenas Secretaria de Defesa Social e a administração do presídio Barreto Campelo. "A Vara de Execuções Penais, única que tem o poder de decidir sobre a entrada e saída em qualquer unidade prisional, não foi contatada", afirmou.

Adjar revelou que a própria Justiça potiguar teria reconhecido o erro. "O juiz Ivonaldo Bezerra, da 3ª Vara Criminal de Natal, pediu-me desculpas em nome do Judiciário daquele Estado". A Secretaria de Defesa Social já havia recebido presos de outro estado sem a autorização da Justiça de Pernambuco, em novembro.

Na oportunidade, a pedido da Secretaria de Segurança Pública do Espírito Santo, dois detentos acusados de assaltos e tráfico de entorpecentes foram acolhidos pela SDS. Mas tiveram que deixar o estado em dezembro por determinação do juiz titular da 1ª VEP, Adelfido Nunes. "Sempre que for constatada essa irregularidade nas transferências, agiremos dessa forma, mandando de volta os presos", advertiu o juiz Adjar Francisco.

VEJA MATÉRIA ESPECIAL SOBRE **PROJETO ESTRELA GUIA** NA PÁGINA 2.

Primeiro Grupo de Câmara Cível homenageia Joaquim de Castro

Aposentado oficialmente desde 25 de março, o desembargador Joaquim Rodrigues de Castro deu seu último expediente a serviço do Tribunal de Justiça de Pernambuco no dia 23. Embora avesso a solenidades de despedida, o magistrado foi surpreendido com uma homenagem informal feita pelos desembargadores e servidores do Primeiro Grupo de Câmaras Cíveis, do qual era presidente.

O desembargador Fernando Ferreira deu início à homenagem, seguido pelo vice-presidente do TJPE, desembargador Hélio Siqueira Campos, e dos desembargadores Bartolomeu Bueno e José Fernandes, que destacaram as qualidades éticas e competência com que o homenageado sempre exerceu a magistratura, honrando a imagem do Poder Judiciário.

A representante do Ministério Público, procuradora Daisy Costa Pereira, também se pronunciou ratificando as demais intervenções.

Comovido, Joaquim de Castro agradeceu a todos pela homenagem. Também estavam presentes seus familiares e os funcionários que trabalharam com o desembargador em seu gabinete.

A abertura do Seminário Internacional sobre Prática de Justiça Terapêutica no Brasil e no Canadá, ontem, no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano, contou com a presença de magistrados e profissionais das áreas jurídica e social. O vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Hélio Siqueira Campos**, *fez a abertura do evento, dando as boas vindas aos participantes. O secretário de Defesa Social,* **João Braga**, *e a subprocuradora do Ministério Público estadual,* **Eleonora Luna**, *saudaram os presentes. Também compuseram a mesa o juiz do TJPE,* **Fernando Cerqueira**, *o procurador do Ministério Público do Rio Grande do Sul,* **Ricardo de Oliveira**, *e o Juiz da Corte de tratamento de Drogas de Toronto,* **Paul Bentley**.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 61 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 2 de abril de 2005

TJPE - BIBLIOTECA

Seminário Internacional de Justiça Terapêutica

Justiça faz de tratamento uma nova chance

ANA CLÁUDIA MENESES

Um indivíduo, em conseqüência do uso de drogas, comete uma infração de baixo potencial ofensivo. A solução para esse infrator estaria restrita ao cárcere se não fosse o novo modelo de justiça adotado pelo Judiciário estadual. Oferecer tratamento como uma alternativa à punição é o que tem sido feito pelo Centro de Justiça Terapêutica (CJT) do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O tema foi debatido no Seminário Internacional sobre Prática de Justiça Terapêutica no Brasil e no Canadá, que teve início nesta quinta-feira e terminou ontem, no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano.

Sobre o tema A Justiça Terapêutica no Estado de Pernambuco - A nova política para tratamento dos infratores usuários e dependentes químicos, o presidente da Associação Pernambucana de Justiça Terapêutica, desembargador Nildo Nery, proferiu palestra no painel de abertura. O magistrado falou da experiência pioneira no Estado em implantar o modelo da justiça terapêutica, promovendo o desenvolvimento de ações com o objetivo de tratar o dependente químico, resgatando-lhe a auto-estima. Alegando que, muitas vezes, a recuperação do paciente é dificultada por sua baixa condição financeira, que o impossibilita de se deslocar e permanecer no CJT, junto com a família, para realizar o tratamento, Nildo Nery aproveitou para fazer um apelo aos presentes. "Através da compra de um exemplar do livro Criança Cidadã" - um projeto que conta com o apoio de magistrados do TJPE - "poderíamos destinar parte do dinheiro das vendas para atender às necessidades da Justiça Terapêutica", sugeriu o desembargador.

A palestra seguinte foi proferida pelo desembargador Og Fernandes, que falou sobre A nova face da Justiça - a recuperação do infrator pelo tratamento e a redução do dano social. Inicialmente, o magistrado fez uma breve reflexão sobre a face heróica de Pernambuco, destacando que o poder se justifica pela prática do bem comum. Ele explanou sobre as formas de encarar os crimes relacionados a entorpecentes: a justiça terapêutica, que além de proporcionar a cura, promove a melhoria do bem-estar físico e mental; a política preventiva; a justiça repressiva, que ainda é a mais usada; e a reinserção social.

A dependência de drogas lícitas ou ilícitas abraça questões médicas, jurídicas e econômicas, explica Og Fernandes. Dentre os danos sociais causados pelo uso de drogas, o desembargador enumera "o aumento de acidentes de trânsito, de mortes prematuras e da criminalidade, a desestrutura familiar e a disseminação do HIV". Ele encara a justiça terapêutica como uma nova forma de ver o paciente, desvinculando-o da imagem do criminoso.

Seguindo a linha da discussão, a subprocuradora do Ministério Público de Pernambuco, Eleonora Luna, falou sobre O infrator e a dependência química - punição ou tratamento? Ela observou que "o problema do consumo de drogas está ligado à História da humanidade" e apontou uma série de fatores que justificam a criminalização dos entorpecentes ilícitos no Brasil.

O painel seguinte apresentou a Justiça Terapêutica e teve como um dos palestrantes o coordenador do Centro de Justiça Terapêutica de Pernambuco, juiz Fernando Cerqueira. Ele versou sobre O Centro de Justiça Terapêutica de Pernambuco - Organograma e Fluxograma. A programação teve continuidade à tarde. Além das palestras, os participantes puderam conferir trabalhos manuais desenvolvidos pelos pacientes em tratamento no CJT e também obras e publicações sobre o tema, em exposição nos stands.

Juiz Fernando Cerqueira

Desembargadores Og Fernandes e Nildo Nery

Intercâmbio enriquece seminário

TIAGO BARBOSA

A tarde do primeiro dia do seminário ficou por conta dos canadenses. Eles falaram do tratamento dispensado aos usuários de drogas naquele país e as vantagens sociais e econômicas advindas com o método que é uma alternativa à punição. O juiz da Corte de Tratamento de Drogas no Canadá e ex-promotor do Ministério Público, Kofi Barnes, disse que a medida judicial que preza pelo tratamento precisa levar em consideração as peculiaridades de cada país e região para se tornar eficaz. "Um sapato não cabe no pé de todos. Em certos locais do Canadá, temos dependentes que preferem cumprir pena ao tratamento. Em outras regiões, a busca pelo fim do vício é certa. É preciso abordar de forma diferenciada essas pessoas".

Dados das Organizações das Nações Unidas (ONU), citados por Barnes, revelam que 4% da população mundial consomem substâncias ilícitas com regularidade. Segundo essa mesma pesquisa, 140 milhões usam a cannabis (maconha), 30 milhões usam estimulantes e 21 milhões costumam utilizar a cocaína. O juiz canadense destacou que o tratamento precisa ser definitivo para evitar o que chamou de "porta giratória", quando o indivíduo volta sempre a usar a droga algum tempo depois de ser tratado. "É preciso quebrar o ciclo entre o uso e o comportamento criminal", alertou.

Para Kofi Barnes, o tratamento dos usuários, em lugar da condenação, traz benefícios econômicos para o Estado, a sociedade e o próprio dependente. "Economizamos no sistema de Justiça, com menos processos para julgar nos quais há muita reincidência, no sistema de saúde, com os gastos em assistência médica, no social, com a possibilidade de reconstituição da família, e, sobretudo, com o usuário que, no presídio, vive cercado pela criminalidade e o acesso às drogas", enumerou.

O magistrado também lembrou que, de volta à sociedade, o ex-dependente torna a ser um contribuinte, aumentando a arrecadação em impostos do Estado. "Nos Estados Unidos, esse tratamento permitiu a economia de 254 milhões com os custos de encarceramento a que seriam submetidos 18 mil usuários de drogas. As Cortes de tratamento são responsáveis pela economia de 18 milhões por ano no Estado da Califórnia. E, no Texas, para cada dólar investido na Corte, 9,45 dólares são economizados no período de 40 meses", exemplificou.

Um estudo realizado pela Corte de Toronto mostrou, ainda, que 97,5% das pessoas que passaram pelo tratamento antidrogas dizem que ele ajudou a combater o vício e que 59% dos que passaram pelo tratamento sem concluí-lo se sentiram mais dispostos a largar as substâncias psicotrópicas.

Para o juiz Kofi, os números apenas confirmam que essa ação da Justiça canadense é capaz de promover o estado de bem-estar social e ajudar os dependentes a buscarem o tratamento pela cura do vício.

O juiz Paul Bentley, também da Corte de Tratamento de Drogas do Canadá, disse que esse novo caminho da Justiça está relacionado a uma mudança da maneira de encarar o problema das drogas.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 62 | Poder Executivo | Recife, terça-feira, 5 de abril de 2005

Governo realiza campanha de vacinação contra febre aftosa

FOTO: SANDOVAL LOUREIRO

A META é superar o índice de 86% do rebanho vacinado registrado no ano passado

O Governo do Estado lançou ontem, na Sociedade Nordestina de Criadores, a primeira etapa anual da campanha de vacinação contra a febre aftosa. O evento, que contou com a presença do governador em exercício, Mendonça Filho, do secretário de Produção Rural e Reforma Agrária, Ricardo Rodrigues, e de pecuaristas de todo o Estado, marcou o início do programa que pretende enquadrar Pernambuco na "Zona Livre de Febre Aftosa". Com recursos da ordem de R$ 6 milhões, o Governo pretende superar a campanha de 2004, que foi responsável pela vacinação de 1,301 milhão de cabeças, ou 86% do rebanho pernambucano, estimado em 1,5 milhão.

"Esse projeto não atende apenas ao setor pecuário de Pernambuco, mas ao conjunto de toda a sociedade, pois boa parte da economia do nosso Estado é baseada na atividade pecuária. Com uma pecuária forte e a ampliação de suas perspectivas de mercado, o que já vem acontecendo, iremos gerar mais oportunidades de trabalho e negócio no campo, o que significa geração econômica a favor do Estado e o ganho será de todos. Sem esse investimento, em um prazo muito curto estaríamos completamente isolados do comércio pecuário mundial", afirmou Mendonça Filho.

Atualmente, a classificação de Pernambuco junto ao Ministério da Agricultura é de "Risco Desconhecido". No entanto, com as ações implementadas pelo Governo nos últimos anos, acredita-se que o Estado irá mudar de classificação já em junho, quando será realizada uma auditoria do Ministério em Pernambuco. Acreditamos que saltaremos do "Risco Desconhecido" para o "Risco Médio" ou mesmo o "Risco Baixo" e, em 2006, atingiremos a classificação de "Livre de Aftosa com Vacinação", afirmou Ricardo Rodrigues.

"A nossa vigilância está sendo muito rígida. O Estado implantou 12 barreiras sanitárias fixas e 37 barreiras móveis, além de termos 212 veículos circulando no território para realizar essa fiscalização. Nessas barreiras, o criador tem que apresentar a GTA. Do contrário, o seu gado é apreendido. Quem não vacinar o animal não poderá vendê-lo", disse o secretário Ricardo Rodrigues.

CAMPANHA - A primeira etapa da vacinação vai até o dia 30. A segunda será realizada em setembro. O criador poderá encontrar as vacinas, a R$ 0,90 a unidade, em farmácias veterinárias ou em casas de produtos veterinários espalhadas pelo Estado. Na ocasião, deve exigir a nota fiscal do vendedor para ser apresentada junto ao escritório da Adagro de sua cidade. Em 2005, serão disponibilizadas 350 mil doses da vacina para os pequenos criadores.

Mais informações podem ser obtidas nos telefones 081 3228.1415 ou 3446.1339, da Adagro. Além disso, o Governo do Estado disponibilizou o número 0800.811020 para denúncias de suspeita de febre aftosa ou raiva.

ÍNDICE

SEÇÃO	PÁGS.
Páginas anteriores	1 a 14
Gab. do Governador	2
Sec. de Administração	2
Sec. de Defesa Social	2 e 3
Sec. Interv. Social e Cidadania	3
Sec. de Desenv. Urbano	3
Sec. de Educação e Cultura	3 e 5
Sec. de Fazenda	5 e 6
Sec. de Planejamento	6
Sec. de Saúde	6 a 10
Licitações e Contratos	11 a 14
Publicações Municipais	14
Publicações Particulares	14 e 15

TOTAL DE PÁGINAS - 16

Impresso Especial
CEPE
CORREIOS

Cobrança antecipada eleva arrecadação do ICMS em 47%

No primeiro trimestre de 2005, a Secretaria da Fazenda registrou um crescimento de 47,1% na arrecadação do ICMS, em relação ao mesmo período de 2004, como resultado da sistemática de antecipação tributária. A arrecadação passou de R$ 66,7 milhões, em 2004, para R$ 98 milhões este ano. O crescimento se deve à intensiva fiscalização nas fronteiras e ao mapeamento de dez postos localizados do Agreste ao Sertão.

Uma novidade apresentada ontem pelo gerente geral de Postos Fiscais, Décio Padilha, foi a tributação das operações de transferências de mercadorias adquiridas em outros estados. Caso as filiais estejam descredenciadas ou inadimplentes com o fisco, a cobrança será feita no ato. "Muitas empresas aproveitam-se da isenção sobre essas operações para simular transferências e não pagar o ICMS devido", explica Décio Padilha.

A expectativa é que essa mudança na tributação melhore ainda mais a arrecadação antecipada nos 23 postos fiscais do Estado, que no primeiro trimestre representou 10,5% da receita total do ICMS. Só em apreensões foram contabilizados R$ 8,2 milhões em mercadorias nos três últimos meses, sendo 47% nos segmentos de tecidos e estivas.

Outra novidade é a implementação da Portaria 28, determinando que toda mercadoria taxada acima de R$ 500 só será liberada nos postos fiscais após a confirmação da entrada da receita no sistema da Sefaz. "O fisco estava tendo muitos prejuízos devido a falsificações da autenticação do Documento de Arrecadação Estadual (DAE)", diz Padilha.

COMBUSTÍVEIS - A segunda etapa da Operação Combustível (que consiste na fiscalização do controle do álcool nas usinas e refinarias), apreendeu 21 carretas durante o trimestre, totalizando 525 mil litros de combustível, avaliados em R$ 1,1 milhão.

A Operação agora conta com um maior controle no trânsito de caminhões de transporte de álcool hidratado carburante. A nova portaria, a ser publicada pelo **Diário Oficial**, institui que todo álcool hidratado que deixar as refinarias deve possuir um passe de compra confirmada. Esse passe fiscal será emitido sob confirmação do destinatário na hora da venda. A confirmação será feita via Internet, na Agência da Receita Estadual Virtual e entrará imediatamente nos registros da Fazenda. Pernambuco é pioneiro na utilização desse sistema, e promoverá ampla divulgação da medida em todos os segmentos envolvidos.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

no LXXXII • Nº 63 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 6 de abril de 2005

Judiciário estimula doação de documentos públicos

'ABELA PIRES RAPOSO

Cartas pessoais, telegramas, rascunhos de sentenças e documentos públicos pertencentes ao acervo pessoal do desembargador Felisberto dos Santos Pereira foram doados por seus familiares à Diretoria de Documentação Judiciária (Didoc). O ato foi marcado por uma solenidade ocorrida no gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, onde o chefe do Judiciário estadual, desembargador Macêdo Malta, recebeu o material das mãos dos doadores.

Estavam presentes Rui Santos Pereira, Lia de Brito Alves (viúva do desembargador Antonio de Brito Alves) e Maria Nazaré dos Santos Montezuma, filhos de Felisberto Pereira. Vários netos também se fizeram presentes, entre eles o advogado Eduardo Cavalcanti, de quem partiu a iniciativa da doação do acervo do ex-presidente do TJPE. O desembargador Felisberto Pereira, falecido em 1958, presidiu o Judiciário pernambucano por mandatos sucessivos entre 1931 e 1939.

Presidente **Malta** *e o médico* **Rui Pereira** *assinam o termo de doação*

O acervo da família Santos Pereira é o terceiro doado por familiares de ex-dirigentes do TJPE. Com iniciativas como essa, a Diretoria de Documentação Judiciária (Didoc) pretende resgatar a história da administração do Judiciário.

Segundo a chefe do Memorial da Justiça, Mônica Pádua, com este tipo de material é possível conhecer a rotina do Judiciário de outras épocas, como os tipos de ações mais comuns e a jurisprudência do começo do século. "Esses documentos primários são fontes de pesquisa que garantem maior segurança ao pesquisador na hora de citar nomes, datas e fatos sobre desembargadores", observa.

Ela cita o exemplo do desembargador Rodolfo Aureliano, que presidiu o TJPE em 1962 e que hoje nomeia o Fórum da Capital, em Joana Bezerra. Através de documentos obtidos com parentes e de contato com a filha do magistrado, Zuleide Aureliano, verificou-se que em alguns livros e reportagens o nome da segunda esposa estava grafado erroneamente, além de algumas datas. Por isso, Mônica chama a atenção dos familiares para a importância dessas doações. Para fazer a doação, os interessados devem primeiro contatar o Memorial da Justiça. Todo ato de doação é solene e sempre ocorre no gabinete da Presidência.

PROJETOS - Além do levantamento histórico, a Didoc pretende obter dados e datas sobre presidentes do TJPE que serão publicados em catálogo, além auxiliar na identificação de placas que serão afixadas na Galeria dos Presidentes, localizada no 1º andar do Memorial da Justiça. Atualmente, a pesquisa dos historiadores do Memorial se concentra nos desembargadores que comandaram o Judiciário de 1914 a 2001. São, ao todo, 51 magistrados. Destes, segundo o historiador da Didoc Ivan da Silva Oliveira, apenas 16 estão com suas biografias atualizadas.

O Memorial também pretende publicar uma série de livros intitulada "Perfis Judiciários" enfocando a vida dos dirigentes do TJPE.

"Esses documentos primários são fontes de pesquisa que garantem maior segurança ao pesquisador na hora de citar nomes, datas e fatos sobre desembargadores", observa Mônica Pádua.

Serviço

Para fazer doações ou obter informações sobre o acervo do Memorial da Justiça, os interessados devem ligar para o telefone 3224.0142.

6ª Vara de Família aumenta número de audiências em mutirão

IZABELA PIRES RAPOSO

Severino Mariano da Silva, 42 e Eliane Marcelino da Silva, 36, impetraram uma ação de divórcio em 14 de fevereiro. Separados há um ano, sem nenhum desacordo em relação aos bens juntados durante o casamento e sobre o valor da pensão alimentícia dos filhos, eles precisavam apenas de uma audiência na Justiça para homologar o divórcio. E foi o que aconteceu, após 47 dias da entrada do processo na 6ª Vara de Família e Registro Civil. Depois da audiência, que durou não mais que cinco minutos, os dois já se encontravam livres legalmente.

Este exemplo de celeridade processual foi possível no mutirão, empreendido pelo juiz Luiz Gustavo Mendonça de Araújo, na última sexta-feira, que realizou 45 audiências de separações consensuais e divórcios amigáveis - 14 a mais que a previsão inicial. "Este aumento ocorreu porque alguns casais souberam do mutirão pela mídia e então se apresentaram na vara", diz o juiz. De acordo com ele, estes litígios representam 30% das ações impetradas na Vara. Desde maio do ano passado, foram realizados três mutirões de audiências, onde questões sobre guarda dos filhos, regulamentação de visita e alimentos nas audiências também foram proferidas em sentença. O juiz da 6ª Vara comemora que, neste último mutirão, em uma das audiências, um casal desistiu do divórcio para continuarem juntos.

O mutirão realizou 45 audiências de separações consensuais e divórcios amigáveis

Porém, o magistrado defende que para aumentar a celeridade processual o ideal seria a vara contar com mais juízes e servidores no órgão, além da realização pontual dos mutirões. Hoje, a 6ª Vara de Família conta com 10 mil processos, sendo que 100 novas ações são acrescidas a cada trinta dias.

"A produtividade de 100% que alcançamos mensalmente é pouco em face da quantidade de processos". Para ele, a tendência é este número aumentar na 6ª Vara, que é um órgão de assistência Judiciária, ou seja não cobra custas dos impetrantes. Atualmente a metade das doze varas especializada em Direito de Família na Capital oferece este tipo de prestação jurisdicional, atendendo ao público de menor poder aquisitivo.

NOVO MUTIRÃO - Um outro mutirão está agendado para a sexta-feira do dia 27 de maio e será das 9h às 14h30min, sendo que desta vez será para homologar divórcios litigiosos (sem acordo entre as partes) em 47 audiências. "Não poderemos aumentar o número destas audiências, já que neste tipo de processo é obrigatória a intimação prévia das partes", explica Mendonça.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 64 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 7 de abril de 2005

Colégio Recursal acelera julgamentos

TIAGO BARBOSA

O jargão "Justiça lenta" é uma expressão que perde força quando confrontado com o trabalho do I Colégio Recursal Cível do Recife (CRC). Contrariando o senso coletivo de que a Justiça leva anos para se posicionar sobre um processo, os juízes que atuam no CRC levam de sete a dez dias para julgar um recurso acionado por quem não ficou satisfeito com a decisão obtida em um juizado especial.

O Colégio Recursal tem competência para apreciar somente recursos contra sentenças proferidas nos juizados especiais cíveis e das relações de consumo. Nem por isso o número de ações que chegam ao órgão pode ser considerado pequeno. Segundo o presidente do Colégio, juiz Saulo Sebastião Oliveira Freire, há uma média mensal de 250 recursos impetrados.

Os recursos são distribuídos entre os três juízes que integram a Turma Única do CRC. Cada um recebe cerca de 80 processos, mas Saulo Freire garante que é possível dar conta do recado. "Contamos com a dedicação e empenho dos juízes e servidores. Além disso, estamos com a mesma composição do órgão desde 2002, o que permite um entrosamento maior com a equipe", justifica.

Segundo o presidente do CRC, a velocidade no julgamento só não é maior por causa, muitas vezes, do calendário de distribuição dos recursos. Ele explica que existe um procedimento legal que vai do recebimento do processo, conferência (checagem das informações processuais), colocação em pauta, publicação na Imprensa Oficial, até o julgamento. Como as seções ocorrem nas quartas e quintas, em alguns casos a última etapa antes do julgamento é concluída na sexta e, por isso, torna-se necessário esperar a chegada do dia específico, na semana seguinte, para que os três juízes se reúnam novamente.

Ainda de acordo com o magistrado, as pautas das seções de julgamento são sempre esgotadas, não restando recursos para serem apreciados em outro dia. "Colocamos na pauta de uma seção 40 recursos e analisamos todos, nem que para isso tenhamos que ultrapassar o horário previsto. A seção só termina quando encerramos o julgamento do que estava previamente marcado", garante.

Esse conjunto de ações permitiu, de acordo com Saulo, reverter um quadro de pendências processuais encontrado por ele em 2002, quando foi designado para o setor. Naquele ano, 950 recursos estavam aguardando julgamento pelo Colégio Recursal.

O usuário que estiver insatisfeito com o desfecho de uma ação movida em juizado cível pode recorrer ao Colégio Recursal. A entrada no pedido é feita no próprio juizado, mas nos casos de mandados de segurança é necessário comparecer à sede do Colégio, que fica no Fórum Thomaz de Aquino.

Contato: 3419.3652

Segundo **Saulo Freire**, *o CRC julga 250 recursos ao mês*

CÓDIGO CIVIL

Será lançada, hoje, às 17h, no Salão Nobre do Tribunal de Justiça, a obra "Código Civil Anotado. Inovações", de autoria do desembargador Jones Figueirêdo Alves e do jurista Mário Luiz Delgado.

Trata-se de estudo doutrinário sobre as inovações apresentadas pela nova codificação civil, comentando cada um dos dispositivos onde foram introduzidas as mudanças legais. Publicado pela Editora Método, de São Paulo, o prefácio é do Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira. Na ocasião, será também lançado o volume 3 de "Questões Controvertidas no Código Civil", coordenado pelos mesmos autores.

Cuidando do que é Nosso

Tribunal de Justiça prioriza qualidade no ambiente de trabalho

CATARINA CRISTO

A conquista da qualidade de vida no trabalho envolve diversos fatores, desde o bom relacionamento entre a equipe, passando pela saúde do trabalhador até as condições físicas do ambiente de trabalho. A manutenção dos equipamentos, móveis e instalações do Tribunal de Justiça de Pernambuco não depende apenas dos serviços de reparo e reformas mantidos pelo TJ, mas também dos servidores, que estão diariamente em contato com os equipamentos e com as instalações do Palácio da Justiça, dos fóruns, varas e juizados. Em concordância com esta filosofia de trabalho e em resposta a uma demanda da Diretoria de Infra-Estrutura (Diriest), a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do TJPE, programou um encontro com os funcionários do Fórum Rodolfo Aureliano para uma sensibilização com o tema "Cuidando do que é Nosso".

A Diriest, responsável pela manutenção de equipamentos do tribunal, percebeu que, por conta do uso incorreto, o número de reparos nas estantes eletrônicas instaladas no fórum era maior do que a média prevista. A Seção de Desenvolvimento Pessoal da DRH foi o canal escolhido para a comunicação com os servidores.

Nos dias 17, 18 e 21 de março, as servidoras Ângela Leocádio e Fátima Carneval foram as facilitadoras do encontro realizado no auditório do Fórum do Recife para servidores das 34 varas instaladas no Rodolfo Aureliano. A intenção do encontro, segundo as facilitadoras, não era um puxão de orelha nos servidores, mas sim uma reflexão sobre como as rotinas de trabalho interferem na qualidade do serviço prestado e na saúde e segurança do próprio servidor. "As varas do Rodolfo Aureliano são as únicas do estado que dispõem das Estantes eletrônicas", lembra Fátima Carneval.

As estantes eletrônicas são armários herméticos que abrem e fecham através de trilhos. No curso, os próprios servidores fizeram questão de lembrar de como os arquivos antigos das varas, que dependiam do trabalho braçal para o acesso aos processos e eram expostos à poeira e à umidade eram difíceis de usar. "À medida que os servidores se envolveram com a sensibilização, fizemos com que eles percebessem a importância da conservação dos equipamentos", afirma Ângela Leocádio.

Entre os participantes, Joselma Santana, da 28ª Vara Cível, contou que ficou "impressionada com a capacidade e a forma de envolver o grupo por parte das facilitadoras". A servidora disse ainda que os seus colegas que não compareceram perderam uma excelente oportunidade de adquirirem conhecimento.

Palestras começaram pelo Fórum da Rodolfo Aureliano

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 65 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 8 de abril de 2005

Camaragibe inaugura novas instalações do Fórum

IZABELA PIRES RAPOSO

O imóvel que irá abrigar as instalações do Fórum de Camaragibe está recebendo os últimos retoques do Tribunal de Justiça de Pernambuco, através da Diretoria de Engenharia e de Arquitetura (DEA) e da Diretoria da Infra-Estrutura (Diriest). A previsão é que o prédio esteja disponibilizado ao público a partir da próxima segunda-feira, dia 11 de abril. Com uma área construída de 450 m², a casa de dois pavimentos - situada na rua Ercina Lapenda, 347, Timbi - abrigará quatro varas judiciais, espaços para Defensoria Pública e estrutura para atender portadores de deficiências físicas. O local se situa no centro da cidade, próximo à Prefeitura e ao antigo endereço do fórum.

Depois de um pedido da Defesa Civil, que interditou o antigo endereço, a Presidência do TJPE determinou que um novo imóvel fosse escolhido para abrigar o fórum, atendendo normas de segurança e infra-estrutura. A diretora da DEA, Rogéria Silveira, explica que, logo após o parecer da Defesa, no final do ano passado, até o final de janeiro, os técnicos estavam identificando os imóveis de acordo com estes parâmetros. "Nas cidades menores da Região Metropolitana as ofertas de imóveis com esse porte são pequenas", afirmou a diretora. Para que a população não fosse prejudicada, o atendimento para casos de emergências foi mantido pela Justiça estadual em uma sala da sede do Ministério Público até o reinício das atividades normais do fórum.

Ao contrário das antigas instalações da comarca, que dividiam espaço numa galeria com salas comerciais, o novo prédio alugado será exclusivo dos usuários do fórum; além de contar com corredores amplos e salas de espera tanto no térreo, como no primeiro andar. Entre os meses de fevereiro e março, a Secretaria de Administração do TJPE cumpriu as etapas necessárias de avaliação; elaboração de proposta e do contrato de locação; além da adaptação da estrutura, empreendida pela Diriest com os ajustes arquitetônicos do DEA, ou seja, a reforma do imóvel. Projetos de instalação de rede elétrica, hidráulica e de dados e voz fizeram parte dessa adaptação.

O TJPE pretende construir um novo fórum em Camaragibe. Para isso, já conta com projeto arquitetônico e terreno. Atualmente, existem 30 novos projetos da DEA que incluem construções e reformas de prédios do Judiciário estadual. As reformas dos fóruns de Exu, Gravatá e Ouricuri serão finalizadas até o final do ano.

O imóvel, que irá abrigar o Fórum de Camaragibe, está passando por adaptações

TJPE fará nova seleção de estagiários

ANA CLÁUDIA MENESES

O edital de abertura de inscrições para a seleção pública do Programa de Estágio do Tribunal de Justiça de Pernambuco foi publicado no Diário Oficial do Poder Judiciário, nesta quinta-feira, dia seis. O processo de seleção será coordenado pelo TJPE e pelo Instituto de Apoio Técnico Especializado À Cidadania - IATEC. A novidade para este ano fica por conta das mudanças no processo seletivo. Antes, o estagiário era selecionado por seu desempenho na universidade. Agora, o candidato vai se submeter, na primeira etapa, a uma prova de conhecimento específico e uma redação. Na segunda fase, a Diretoria de Recursos Humanos do TJPE vai realizar entrevista com os candidatos classificados na etapa I, de acordo com o número de vagas disponíveis.

Para a coordenadora do Núcleo de Estágio do TJPE, Itamar de Freitas Araújo, as mudanças no processo de seleção se devem ao aumento da demanda no Judiciário, já que novas varas foram abertas e muitas comarcas no Interior estão sendo informatizadas. "Vamos ter vagas para estágio em Direito providas em Petrolina e Carsaru e suas comarcas circunvizinhas", ressaltou.

São oferecidas 265 vagas, distribuídas para 17 cursos de nível superior

Ao todo, são oferecidas 265 vagas de estágio, sendo a maioria para os cursos de Direito, Administração e Informática. Também há vagas disponíveis para os estudantes de Arquitetura, Biblioteconomia, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, História, Jornalismo, Odontologia, Programação Visual, Psicologia, Relações Públicas, Secretariado e Serviço Social.

As inscrições serão realizadas apenas via internet, no endereço eletrônico www.sismeta.com.br, no período de 25 de abril a 6 de maio de 2005. A taxa de inscrição será no valor de R$ 15,00 e deve ser paga no Banco do Brasil. Os interessados podem conferir o edital na íntegra pelo site www.cepe.com.br, no Diário Oficial do TJPE do dia 06 de abril. O estágio, que tem duração de 12 meses, com possibilidades de renovação por mais um ano, é remunerado e a carga horária é de 20h semanais.

Esmape

O primeiro curso de Falência e Recuperação Judicial inicia-se nesta próxima sexta-feira, pela manhã, na sede da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco. Ao todo são 41 magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco que se inscreveram para receber aulas sobre a atual Lei de Falências, sancionada pelo presidente Lula em fevereiro deste ano, depois de 11 anos de tramitação no Congresso Nacional. Outra turma de 20 magistrados será iniciada no dia 13 de maio para atender a todos àqueles que se inscreveram ao curso anteriormente.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 66 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 9 de abril de 2005

Vice-Presidência agiliza tramitação de ações e recursos

IZABELA PIRES RAPOSO

O fato de a Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco ter conquistado um gabinete exclusivo na atual gestão é considerado causa principal da produtividade alcançada no período de dois de fevereiro do ano passado até o último mês de janeiro. A conclusão é do atual vice-presidente, desembargador Hélio Siqueira Campos, que afirma que em seu gabinete "processo não espera". "Antes, as ações da vice-presidência se misturavam com àquelas anteriores distribuída ao desembargador, o que considerei como prejudicial para o atendimento jurisdicional", explica.

Traduzindo em números, havia 1027 processos conclusos, que somados aos 1082 distribuídos em um ano resultou em 2109. Atualmente, apenas 217 deles esperam despacho ou decisão judicial. Ele também aponta a capacitação jurídica de sua equipe, empreendida pelo seu assessor, juiz Eduardo Guilliod Maranhão, como um fator que resultou na produtividade de 89,7% em processos que receberam decisões, despachos e tiveram julgados seus recursos distribuídos, ou não, para o Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

O juízo de admissibilidade dessas ações, competência exclusiva da Vice-Presidência nos Tribunais de Justiça, e o julgamento de ações criminais, de executivos fiscais e acidentais foram eleitos por Siqueira Campos como prioridades na agilização da tramitação no Gabinete. "Todos os processos criminais e recursos ordinários encontram-se com o andamento atualizado", diz o desembargador.

Des. Hélio *considera a infra-estrutura do gabinete essencial*

Siqueira Campos explica que nesses processos, na maioria das vezes, são impetrados até cinco recursos, seja o Especial (para o STJ), Extraordinário (para o STF), agravos de instrumento em caso de negativa de seguimento dos primeiros, entre outros. Para o desembargador, além de medidas gerenciais para minimizar a morosidade da Justiça, um dos grandes desafios do Judiciário, é necessário diminuir a possibilidade da parte recorrer em todas as decisões judiciais. "Alguns deles, como o agravo contra decisões interlocutórias, poderiam ser analisados no julgamento do mérito das ações, ou seja na última etapa judicial".

Corregedoria investe no servidor

TIAGO BARBOSA

A Corregedoria Geral de Justiça (CGJ) do TJPE quer otimizar as relações dentro do seu ambiente de trabalho. Para isso, solicitou à Diretoria de Recursos Humanos (DRH) um curso de Relações Interpessoais para seus servidores. A primeira turma, composta por 22 funcionários, já concluiu, ontem (8), as aulas que estão sendo ministradas no Fórum Thomaz de Aquino (4º andar). Uma segunda turma deve iniciar essa mesma atividade na terça-feira. As aulas estão sendo lecionadas pelas instrutoras internas da DRH, Fátima Carneval e Ailma Cavalcanti.

Segundo Fátima, o principal propósito do curso é despertar uma reflexão sobre as diferenças entre os que integram um mesmo ambiente de trabalho. "Queremos ajudar as pessoas a se integrarem. Afinal, é difícil se relacionar com os outros", explica Fátima. E acrescenta que o curso vai enfatizar o desenvolvimento das habilidades interpessoais (elementos do relacionamento) além de tentar se colocar como um espaço para a "troca de experiências e aporte de conhecimentos, buscando aprimoramento pessoal e profissional"

Os alunos do curso participam de dinâmicas de grupo, textos reflexivos, filmes e dramatização. Segundo Fátima, "a participação do grupo é fundamental, como forma de motivar o entendimento da visão de conjunto". Trabalho em equipe, flexibilidade, auto percepção e percepção dos outros e auto-estima são alguns dos assuntos trabalhados nas aulas. "A noção de ética pessoal e da organização também é um conceito visto durante o curso. A DRH não tem outra turma agendada, mas os interessados em participar dessa atividade devem entrar em contato com a Diretoria.

Motivar integração da equipe é tema de curso

PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete da Presidência

NOTA DA PRESIDÊNCIA

A Presidência do TJ-PE convoca as chefias (Titulares e Adjuntos) dos órgãos adiante discriminados para reunião de avaliação das atividades e fixação de diretrizes para os próximos meses, a realizar-se no Gabinete desta Presidência em 12/04/05, às 14:00 horas:

1)Secretaria Judiciária;
2)Secretaria de Administração;
3)Secretaria Jurídica;
4)Diretoria Cível;
5)Diretoria Criminal;
6)Diretoria de Infra-Estrutura;
7)Diretoria Financeira;
8)Diretoria de Engenharia;
9)Diretoria de Recursos Humanos;
10)Diretoria de Informática;
11)Diretoria de Documentação;
12)Diretoria do Fórum do Recife;
13)Assessoria Especial da Presidência;
14)Assessoria Técnica da Presidência;
15)Assessoria de Imprensa;
16)Assessoria Militar;
17)Coordenação dos Juizados;
18)Coordenação de Saúde;
19)Auditoria Interna;
20)Assessoria de Cerimonial;
21)Administração do Prédio do TJ-PE;
22)Coordenação de Planejamento;
23)Secretária do Conselho da Magistratura;
24)Administração do Prédio do Fórum do Recife;
25)Administração do Prédio do Fórum Thomaz de Aquino;
26)Seção de Transportes;
27)Divisão de Taquigrafia;
28)Comissão Permanente de Licitação;
29)Núcleo de Distribuição do 2º Grau;
30)Memorial da Justiça;
31)Seção de Almoxarifado;
32)Divisão de Biblioteca.

Recife, 06 de abril de 2005.

Des. José Antônio Macêdo Malta
Presidente do T.J.-PE

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 67 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, terça-feira, 12 de abril de 2005

BIBLIOTECA
PODER JUDICIÁRIO
PERNAMBUCO

Modelo de instrução facilita trabalho administrativo

CATARINA CRISTO

O Fórum dos Juízes das Varas Cíveis, constituído pelo Instituto dos Magistrados de Pernambuco (IMP), aprovou em reunião no início do mês, um modelo de instrução de serviços sobre atos ordinatórios nas varas. Segundo o juiz Demócrito Ramos Filho, presidente do IMP, "o inciso XIV do artigo 93 da Emenda Constitucional número 45, de 8 de dezembro de 2004, que é a da Reforma do Judiciário, parece ter dado uma maior amplidão aos tipos de atos que os juízes podem atribuir aos servidores das secretarias".

O texto citado pelo presidente do IMP, diz que "os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório". Ainda segundo o juiz Demócrito Filho, a Reforma do Código de Processo Civil no artigo 162, já previa que "os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessários". "A Emenda da Reforma do Judiciário, ao mencionar também atos de administração, parece ter conferido a possibilidade de os juízes delegarem outros e mais atos do que os inicialmente imaginados pelo legislador ordinário", afirma o juiz

O objetivo da comissão, na elaboração do modelo de instrução de serviço, foi o de identificar e retirar da execução direta pelo juiz o maior número possível de atos de administração e sem conteúdo decisório.

A minuta do modelo de instrução de serviços foi elaborada inicialmente pelo Juiz Fábio Eugênio de Oliveira e em seguida analisada por uma comissão integrada também pelos Juízes Paulo Henrique Machado e Cátia Laranjeiras antes de ser submetida à aprovação do Fórum dos Juízes das Varas Cíveis.

O modelo de instrução de serviços pode ser utilizado por qualquer juiz com competência cível, para regular os trabalhos de sua secretaria. O inteiro teor do modelo de instrução de serviços pode ser encontrado no site do IMP - www.imp.org.br.

TJPE marca presença em seminário internacional

O Assessor de Cerimonial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Pedro Francisco de Souza, participou do Seminário Profissional Ibero-Americano de Comunicação Empresarial e Cerimonial, de 5 a 8 de abril, no Rio de Janeiro. O grupo de cerimonialistas do Judiciário aproveitou a oportunidade para promover um encontro com troca de experiências vividas em cada estado. "Sempre fazemos questão de marcar encontros e potencializar as ações dos cerimoniais", afirma Pedro. A participação foi sem ônus financeiro para o TJPE.

Foi destaque no Seminário a palestra do Chefe do Cerimonial do Senado federal, Francisco Bicudo, com o tema "Comunicação, Emoção e História - O Senado Federal entre o formal e o informal na posse do presidente Lula".O debate pós-palestra foi polêmico e prolongado.

Na programação, palestrantes do Equador, Colômbia e Argentina enriqueceram pela diversidade. A Companhia Vale do Rio Doce, através da sua analista de comunicação, Renata Nogueira, abordou o tema 'Protocolo para recepção de visitas oficiais'. A especialista Gilda Fleury Meirelles fez a exposição "Protocolo é uma questão de precedência", onde apontou erros e acertos com exemplos práticos.

TJPE e Senado participaram do evento no Rio de Janeiro

CORREGEDORIA PARTICIPA DE POSSE NO RIO DE JANEIRO

O Corregedor-Geral da Justiça de Pernambuco, Desembargador **Fausto Freitas**, *representou o TJPE na Posse do TRF da 2ª Região, no Rio de Janeiro, na última quinta-feira, 7 de abril. Na sexta, 8 de abril, acompanhado do Assessor de Cerimonial, Pedro Francisco de Souza, foi recebido pelo Corregedor-Geral do Rio de Janeiro, Desembargador* **Manoel Carpena Amorim**.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 68 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 13 de abril de 2005

Código Civil tem noite de autógrafos no Salão Nobre

IZABELA PIRES RAPOSO

O evento reuniu o Des. **Jones Figueirêdo**, *o jurista* **Mário Delgado** *coautores de "Código Civil Anotado" e coordenadores de "Novo Código Civil - Questões Controvertidas". Este último também teve a participação do Prof. Sílvio Neves Baptista*

Código Civil Anotado e o terceiro volume do Novo Código Civil - Questões Controvertidas foram lançados no Recife em noite concorrida de autógrafos, realizada no Salão Nobre do Tribunal de Pernambuco na última quinta-feira.

Os autores, desembargador Jones Figueirêdo e Mário Luiz Delgado assinaram o primeiro título e ao jurista Sílvio Neves Baptista coube autografar o segundo, sendo um dos articulistas que colaborou com essa compilação. Os livros já estão disponíveis em outros Estados, já que foram lançados em São Paulo no início do mês passado.

"Por causa disso, eles já estão sendo adotados por faculdades do Sul do País", informa o desembargador Jones Figueirêdo. Ele explica que os livros atendem às áreas do Direito Civil e também do Processual Civil, sendo dirigido tanto para estudantes quanto para profissionais.

No prefácio do Código Civil Anotado, o ministro do Superior Tribunal de Justiça, Sálvio de Figueirêdo Teixeira, elogia a elaboração da obra já que "as tarefas de análise do novo Código, feitas por dois juristas de tanta competência e conhecimento, apresentam-se desenvolvidas com esmero e objetividade".

TJPE tem novo desembargador

SÉRGIO MARCOS FEITOSA

O ex-titular da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, João Bosco Gouveia de Melo, é novo integrante do Tribunal Pleno do Poder Judiciário pernambucano. Escolhido pelo critério de antiguidade, ele teve seu nome referendado pela unanimidade dos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco reunidos na última segunda-feira.

O recifense João Gouveia, 64 anos, está na magistratura desde 1981. Começou na Comarca de Correntes, passou por Petrolina (promoção), Bom Conselho (remoção), Paulista (remoção) e, em 1987, foi nomeado para a 3ª Entrância.

Na Comarca da Capital, inicialmente ocupou a 1ª Vara Cível por Distribuição como auxiliar, titularizando-se dois anos depois. Em 1997, através de permuta voluntária, assumiu a 1ª Vara da Fazenda Municipal, hoje 7ª Vara da Fazenda Pública, de onde sai para assumir o novo cargo.

O novo desembargador poderia ter se aposentado há dez anos, mas não quis. O panorama do Judiciário no País, a partir da Constituição de 88, o fez optar por continuar no referido cenário, ainda que como ator coadjuvante - como ele próprio diz -, em vez de ficar como espectador.

"Resolvi continuar na Justiça em virtude da nova ordem constitucional, imposta pela *Constituição Cidadã*, no velho dizer do saudoso deputado Ulisses Guimarães. Acreditei que o cenário da prestação jurisdicional haveria de passar por uma transformação positiva e, tivesse eu me aposentado, não estaria hoje participando de um cenário jurídico que com certeza haverá de, num futuro bem próximo, ser transformado com as reformas que estão em curso", justifica.

Fazenda

Maria José Briano é a nova secretária da Fazenda do Estado de Pernambuco. A consagração da posse foi realizada na manhã desta segunda-feira, dia 11 de abril, no Palácio do Governo. A cerimônia foi prestigiada pelo presidente do Tribunal de Justiça, Des. Macêdo Malta, que tinha à sua direita Jarbas Vasconcelos e Francisco Sales e à esquerda Mendonça Filho e Romário Dias.

Magistrados pernambucanos realizam mais um congresso

A Amepe vai promover o II Congresso dos Magistrados do Estado de Pernambuco, que será realizado no período de 3 a 6 de novembro do ano corrente, no Resort Blue Tree Park, Cabo de Santo Agostinho/PE. As inscrições poderão ser efetuadas até o dia 29 de abril, pessoalmente na sede da Amepe, ou no site www.amepe.com.br.

Durante o evento será debatida a Independência do Juiz. A história, os mecanismos de sua quebra e fragilização, o cotidiano brasileiro e sua importância para o jurisdicionado farão parte da reflexão sobre o tema. Marilena Chauí; Dalmo de Abreu Dallari; Fabio Konder Comparato; José Renato Nalini e Cláudio Baldino Maciel foram convidados para participar do congresso.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 69 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 14 de abril de 2005

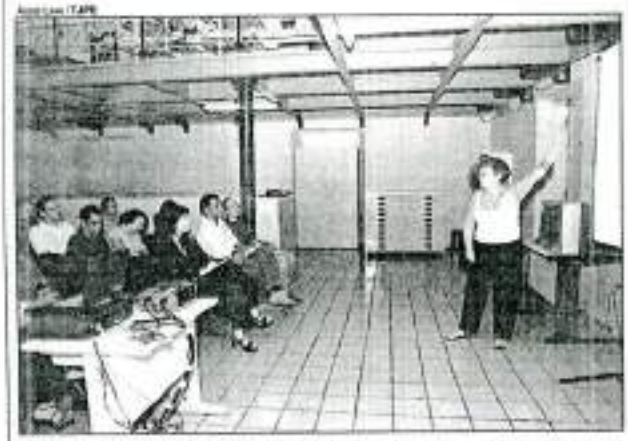
TJPE capacita equipe do Memorial

TEXTO: CATARINA CRISTO

Os servidores, prestadores de serviço e estagiários do Memorial da Justiça participaram, nas últimas terça e quarta-feira, de uma Oficina de Educação Patrimonial. Esta foi a primeira capacitação voltada para a Museologia realizada no Tribunal de Justiça de Pernambuco. Ministrada pela diretora do Museu da Abolição, Evelina Grunberg, a oficina teve um total de 16 horas-aula. Segundo a diretora do Memorial da Justiça, Mônica Pádua, a iniciativa tem como objetivo promover um processo de conscientização dos profissionais que trabalham no Memorial para que desenvolvam com qualidade as ações educativas e de valorização do acervo junto aos visitantes e à população em geral.

Ainda segundo Mônica Pádua, essa capacitação é fundamental para o Memorial da Justiça porque no TJPE não há o cargo de museólogo nem há profissionais da área de museologia. "Até porque não dispomos de graduação de museologia em Pernambuco", esclarece Mônica. "Assim sendo, a formação deve ser realizada através de cursos e oficinas como essa", afirma.

A oficina de Educação Patrimonial foi solicitada pela direção do Memorial da Justiça e organizada pela Diretoria de Recursos Humanos do TJPE, através da Seção de Desenvolvimento de Pessoal e está de acordo com a política de capacitação de pessoal do TJPE. "A oficina para a qualificação do pessoal, assim como todas as ações do Memorial, estão voltadas para a aproximação entre o Judiciário e a população", enfatiza Mônica Pádua.



A iniciativa visa aprimorar as ações educativas e valorização do acervo

João Bosco toma posse

O Termo de Compromisso foi assinado no gabinete da Presidência

TEXTO: IZABELA PIRES RAPOSO

O mais novo integrante do Tribunal de Justiça de Pernambuco, João Bosco Gouveia de Melo, foi empossado no cargo pelo presidente Macêdo Malta no final da tarde da terça-feira passada. Em seu pronunciamento, Malta destacou o episódio inusitado da eleição do magistrado, que por estar sendo promovido pelo critério de Antigüidade, teria que ser escolhido por votação secreta. Porém, no dia anterior, segunda-feira, os desembargadores, por unanimidade, o escolheram por aclamação em sessão do Pleno. "Sem dúvida, uma votação que consagra sua carreira de cerca de 25 anos de magistratura", enfatizou.

Após ler e assinar o Termo de Posse e Compromisso, o magistrado agradeceu o apoio de sua família, serventuários com os quais trabalhou, advogados, demais profissionais do Direito e desembargadores.

Prestigiaram a posse formal de João Bosco desembargadores - entre eles o corregedor geral da Justiça, Fausto Freitas -, juízes, promotores, defensores públicos, advogados, procuradores de Justiça e familiares. Ao final da cerimônia, o presidente Macêdo Malta anunciou que a posse solene de João Bosco, e de mais sete novos membros, será no dia 23 de maio, no Teatro Santa Isabel.

Nota da Presidência

Havendo a Revista VEJA, edição 1900, de 13 do corrente, na Coluna Radar, do articulista Lauro Jardim, divulgado a realização de Seminário no Rio de Janeiro, impõem-se os seguintes esclarecimentos:

1 - o evento sobre Direito e Energia, patrocinado pela Abradee, tratou de temas como Aspectos Econômicos do Setor Elétrico, Expansão da Transmissão, Geração e Distribuição de Energia Elétrica, Mercado de Energia, Agência Reguladora e Equilíbrio Financeiro do Contrato e Medidas Jurídicas Emergenciais, a cargo da Abradee, BNDES, Procurador do Estado do Rio e advogados Sérgio Bermudes e Antônio de Azevedo Sodré;

2 - outros foram promovidos anteriormente em 2004, em Caldas Novas com magistrados do DF; julho/2004 em Porto de Galinhas com magistrados do Rio e de Pernambuco; em maio de 2005 haverá em Búzios com magistrados de São Paulo e em agosto no Rio Grande do Sul;

3 - houve sorteio de participação restrito a juízes do 1º e 2º graus com atuação em matéria cível;

4 - a ANEEL é uma autarquia federal especial, e como agência reguladora está proibida majoração periódica, após cinco anos, para a Celpe - média de 34,11% e mais o PIS que teve alíquota elevada para 7,0% -, enquanto a ARPE - Agência de Regulação de Pernambuco - apenas se limita à atividade de fiscalização e não de regulação;

5 - assim, a competência sobre tarifas, inclusive revisão e litígios envolvendo Contratos, é da competência da Justiça federal e não estadual;

6 - a coluna nacional de Cidadão Humberto divulgou evento da Febraban, na Ilha de Camandatuba, na Bahia, sobre o Sistema Financeiro e Bancário Brasileiros;

7 - a magistratura, que se enclausurava no seu hermetismo, compreendeu que o juiz não é um generalista ou enciclopedista, necessitando de informações e trocas de experiências, bem como refutando a única responsabilidade dos juízes pelo Custo Brasil, taxas de juros e outros, duas a alegada morosidade na tramitação dos processos.

Recife, 13 de abril de 2005.

Des. Macêdo Malta
Presidente

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 70 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 15 de abril de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE busca recursos para diminuir burocracia

IZABELA PIRES RAPOSO

A Diretoria de Informática (Dinfo) do Tribunal de Justiça de Pernambuco inscreveu um programa no Fundo do Projeto Justiça sem Papel, concurso promovido pelo Ministério da Justiça e Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas. A proposta do TJPE visa informatizar o processo de requerimento e expedição da certidão de antecedentes criminais, documento que certifica se o cidadão é, ou foi, indiciado em processo criminal.

O projeto, elaborado pela Seção de Projetos e Novas Tecnologias da DINFO, também prevê a emissão do boleto bancário para pagamento das custas e o acompanhamento on-line do andamento do pedido. Tudo isto clicando em um link a ser instalado no ww.tjpe.gov.br. Caso o TJPE consiga a aprovação da iniciativa no Projeto Justiça sem Papel, a previsão é que o serviço esteja disponível em março do próximo ano, com orçamento estimado em R$ 32.250,00

De acordo com a Dinfo, em 2003 houve uma média mensal de expedição de 3,4 mil certidões de antecedentes criminais, somente no Recife. "Com o atendimento on-line, o usuário não precisará ir ao Fórum enfrentar filas para requerer, acompanhar e buscar sua certidão", explica a técnica em informática Inês Lemos de Souza. Para o TJPE, ela explica, não haverá só economia de custos com papéis, mas também de recursos humanos, o que ajuda a aprimorar e agilizar o atendimento nas varas judiciais.

O projeto deverá ser implantado em todas as comarcas onde já funciona o Jud-Win. São elas: Recife, Abreu e Lima, Bom Jardim, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Caruaru, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Limoeiro, Macaparana, Moreno, Olinda, Paudalho, Paulista, Petrolina, Santa Cruz do Capibaribe, São Lourenço da Mata, Surubim, Toritama e Vitória de Santo Antão.

AGILIDADE

O objetivo do Ministério da Justiça, através de sua Secretaria de Reforma do Judiciário, é reduzir custos despendidos com a burocracia, agilizar o atendimento ao público, financiando a aplicação de novas tecnologias, através do Fundo Justiça sem Papel, que dispõe de recursos na ordem de R$ 1,5 milhão. Até o último dia 31, a secretaria recebeu 92 inscrições de 20 estados brasileiros. Seis são originários de Pernambuco.

Entre os inscritos, há três projetos apresentados por membros do Ministério Público e três por procuradores, além de nove propostas de universidades. Magistrados e serventuários respondem por 61% dos inscritos. Todas as propostas passarão agora por uma primeira triagem, para verificar se estão adequadas às regras estabelecidas e, em seguida, serão encaminhadas à comissão julgadora.

O objetivo é informatizar o processo de expedição da certidão de antecedentes criminais

Como requerer a certidão on-line

O sistema para solicitação e emissão da certidão de antecedentes criminais terá as seguintes etapas: na internet, por meio de um link que será disponibilizado na página eletrônica do Tribunal de Justiça de Pernambuco (www.tjpe.gov.br), *o usuário terá acesso a um formulário, onde ele irá registrar as informações necessárias. Em seguida, será gerado um número de cadastro para que ele acompanhe a tramitação do documento. A partir do cadastro, o usuário poderá imprimir o boleto bancário para pagamento das custas. Este pagamento é feito em agências bancárias, caixas eletrônicos ou pelos sites de* Internet banking. *Os dados fornecidos via web serão enviados para as varas criminais estaduais onde a busca processual será efetuada. Com o resultado da busca, o serventuário do TJPE digitará os dados no modelo padronizado da certidão e a deixará disponível na internet para a visualização, conferência ou impressão pelo usuário. Os dados cadastrais ficarão disponíveis por um ano para a impressão da certidão. A data impressa no documento será a data em que o mesmo foi expedido. Para evitar fraudes, haverá uma possibilidade de comparação dos dados impressos com a imagem da certidão no computador.*

PUBLICAÇÕES

Revista da Esmape

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), avisa aos interessados em apresentar artigos, pareceres, decisões, sentenças, acórdãos e outros trabalhos jurídicos para serem selecionados e publicados na próxima edição da ***Revista da Esmape*** (volume 10, número 21, janeiro/junho 2005), que o prazo para entrega do material foi prorrogado até o dia 22 de abril de 2005.

O espaço é destinado a trabalhos feitos por professores, alunos, magistrados, promotores, procuradores, delegados, advogados e demais integrantes da carreira jurídica. Os termos do edital publicados em 10 de março do corrente ano permanecem os mesmos.

O material deve ser entregue em disquete e com uma cópia impressa.

A sede da escola está situada à rua do Imperador, 221, Santo Antônio, Recife. Telefones, 3224-1285 e 3224-083.

Lançamento

O juiz e professor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, Esmape, Sílvio Romero Beltrão, convida alunos, professores, magistrados e demais operadores do Direito para o lançamento de seu livro *Direitos da Personalidade*.

O evento será realizado no no dia 18 de abril, às 18h, no buffet Ana Góes Recepções.

A casa de eventos fica localizada na Avenida Rio Branco, 104, no bairro do Recife Antigo.

A promoção é da editora do livro, Atlas.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 71 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 16 de abril de 2005

Esmape, CEJ e Globo promovem Cidadania

Silvio Beltrão, *o objetivo é divulgar noções de Direito e Cidadania*

Esclarecer sobre o funcionamento da Justiça gratuita, tirar dúvidas sobre a legislação em vigor, os procedimentos extrajudiciais e outros temas relacionados com o exercício da Cidadania é o objetivo de um convênio celebrado entre a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Rede Globo do Nordeste. Todas as segundas-feiras, na primeira edição do telejornal do NE TV, professores da entidade estão esclarecendo dúvidas de telespectadores que enviam as perguntas por telefone.

O quadro começou a ser veiculado no último dia 28 de março e contou com a participação do supervisor da Esmape, juiz Silvio Romero Beltrão que falou sobre Direito de Família. "A proposta do convênio é divulgar noções de Direito e Cidadania ao grande público", diz. Nos programas, entre outras questões, o magistrado tirou dúvidas sobre regime de comunhão de bens no casamento e como obter o atestado de pobreza. Para ele, a experiência prova que a população não conhece a Justiça e tampouco seus direitos.

Para as próximas edições do NE TV 1ª edição, Silvio Romero informa que a Esmape está convocando seus professores. Até agora, está definido que o tema da Criança e Adolescente será tratado pelo juiz Humberto Vasconcelos; Direito das Sucessões pelo desembargador Leopoldo Raposo; Posse e Propriedade pelo juiz Ricardo Paes Barreto e Direito Penal pelo desembargador Roberto Ferreira Lins.

Programação

Segunda-feira, dia 18 - *o juiz Silvio Romero tira dúvidas sobre Separação e Divórcio.*

Segunda-feira, dia 25 - *o juiz Humberto Vasconcelos fala sobre Guarda e Tutela.*

Horário: *telejornal NE TV 1ª edição, a partir das 12h.*

O telespectador pode participar pelo telefone 3493.8151.

TJPE marca presença em festivais de Cinema

Um ambulante vende água do rio Capibaribe em saquinhos em uma das pontes do Recife. Com esse tema, que suscitará diversas leituras do público, o vídeo digital de cinco minutos ***Vende-se Este Rio*** abrirá a noite de segunda-feira, dia 18, a partir das 18h30, do *Cine-PE 2005*. Como já é sabido, pela primeira vez os organizadores do festival incluíram os audiovisuais nessa mostra nacional competitiva, que outrora atendia pelo nome Festival de Cinema do Recife. *Vende-se Este Rio* concorre nas categorias direção e montagem.

O autor da performance no vídeo, que deu origem à produção, Marcos Costa, é servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco e atualmente exerce atribuições de fotógrafo na Assessoria de Comunicação Social. Ele conta que a performance foi apresentada por ele e o ator Gerson Lobo na Semana de Artes Visuais do Recife do ano passado. "Pretendo investir em audiovisuais, mas numa linha poética, como foi o caso dessa produção."

Além de assistir a este estranho comércio na terra dos mascates, os cinéfilos de plantão irão ouvir trechos da bela obra *A terceira margem do Rio*, do escritor mineiro Guimarães Rosa. Vale conferir.

Como as coisas funcionam

Corta! Imprensa registra assassinato de deputado em frente ao Tribunal de Justiça. Calma, esta notícia não sairá nos jornais. Esta é só a última cena do Curta Metragem de 35mm *Como as coisas funcionam*, dirigido por Leo Falcão. A ficção envolve um político, um pistoleiro profissional (interpretado pelo músico Ortinho) e um fotógrafo atrapalhado que registra o momento. As filmagens foram realizadas em dezembro, quando a assistente de produção Kika Latache entrou em contato com as Assessorias de Comunicação Social e Policial Militar e Civil do TJPE para viabilizar o trabalho.

Atualmente, a película de cinco minutos está tendo sua pós-produção finalizada no Rio de Janeiro e a previsão é que ela estréie no Cine-PE 2006, já que não houve tempo hábil para participar do festival deste ano, em curso desde o último dia 13. Antes disso, diz Leo Falcão, a beleza arquitetônica da fachada do Palácio da Justiça no filme pode ser conferida na 16ª Mostra Internacional de Curtas em São Paulo, que provavelmente será em agosto.

Diretor já premiado no Cine-PE com os filmes *Lugar Comum* e *Thelasmote.com*, Falcão conta que a produção precisava de um tribunal ou fórum, já que o deputado iria prestar depoimento na Justiça. "Escolhemos o Palácio da Justiça pela sua imponência visual". O Poder já registra um envolvimento com a sétima arte. Possui um serviço de locação gratuita de vídeos e DVD's para servidores e magistrados através da Cinemateca Jones Figueirôdo, desde 2002, somando um acervo de 651 títulos doados. Até o símbolo da Justiça brasileira, a deusa Themis, tiraria a venda de seus eternos olhos.

Vende-se Este Rio, *curta de Marcos Costa, abrirá o Cine-PE do dia 18*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 72 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 19 de abril de 200

Vepa capacita parceiros da RMR

ANA CLÁUDIA MENESES

Um Judiciário cada vez mais aberto à participação da sociedade. É isso o que a Vara de Execuções de Penas Alternativas do Tribunal de Justiça de Pernambuco pretende ao realizar mais uma capacitação de entidades conveniadas da Região Metropolitana do Recife. A partir desta semana, nove municípios da RMR vão receber técnicos da Vepa a fim de orientar representantes de escolas, hospitais, prefeituras, creches, dentre outros parceiros, sobre aspectos jurídicos e sociais das penas alternativas.

Para o juiz titular da Vepa, Flávio Fontes, a série de reuniões faz parte de uma rotina da Vara, que visa facilitar a compreensão das entidades quanto ao trabalho feito com os beneficiários das penas alternativas, recebidos por essas instituições. "A violência é uma responsabilidade de todos, por isso é importante que a comunidade participe dessa questão", define. A criação de parcerias com a sociedade civil e órgãos públicos possibilitou uma maior demanda processual das penas alternativas. "Somente em fevereiro e março deste ano, a Vepa recebeu mais de 480 novos processos da RMR, excluindo a Capital. Esse aumento se deve, basicamente, aos convênios", destaca o magistrado.

Ao encaminhar o apenado a uma das entidades, a Vepa assume o compromisso de fiscalizar o cumprimento da pena, garantindo resultados mais eficazes. Mensalmente, a equipe da Vepa visita a entidade para acompanhar o beneficiário, mantendo o contato direto. A intenção é expandir, posteriormente, o monitoramento das penas alternativas a municípios pólos do interior do Estado. A colaboração dos juízes é fundamental para a continuidade das ações das Penas Alternativas.

As reuniões com os técnicos da Vepa e as entidades (ver programação abaixo) são abertas ao público, tornando o momento propício à troca de experiências. Outras informações podem ser obtidas pelo 3412.5175 / 5176.

O juiz **Flávio Fontes** *acredita que a participação da comunidade é fundamental*

Programação

Data	Horário	Local
19 de abril	15h	Olinda – Ministério Público
20 de abril	14h30	Ipojuca – Câmara dos Vereadores
25 de abril	14h	Moreno – Câmara dos Vereadores
26 de abril	10h	Itapissuma – Salão Paroquial
26 de abril	14h	Paulista – Salão Nobre do Júri
28 de abril	10h	São Lourenço da Mata – Tribunal do Júri
29 de abril	10h	Itamaracá – Tribunal do Júri
29 de abril	14h30	Cabo – Sala do Júri
03 de Maio	13h	Jaboatão – Sala do Júri no 3º andar

Reunião Geral do TJPE - *As Secretarias, Diretorias e Assessorias do Tribunal de Justiça participaram de uma série de reuniões, no auditório da Acnepe, na semana passada. O resultado vai produzir o Relatório de Atividades do órgão e definir prioridades.*

Notas

Congresso

Servidores do Tribunal de Justiça participarão, de 20 a 23 de abril, do I Congresso Latino Americano de Psicologia, que será realizado em São Paulo.

Todos os seis servidores participantes do evento são do Centro de Apoio Psicossocial (CAP) do TJPE. São eles a diretora do CAP, Mônica Rocha e também Luciana Jungman, Carmésia Mesquita, Quitéria Lustosa, Marcelo Wilker e Ana Paula Cabral estão inscritos como autores e co-autores de quatro trabalhos.

Os temas estão relacionados à psicologia no Judiciário como no Trabalho de Luciana Jungman e Mônica Rocha: "Psicólogo jurídico no processo de intervenção civil".

Curso

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) está promovendo o "Curso sobre interceptação telefônica: Reflexos penais e processuais penais". De acordo com a escola, a capacitação foi organizada pela necessidade cada vez maior de serem utilizados recursos tecnológicos na aperação de indício de autoria e provas em processos criminais.

O curso será realizado no auditório da Esmape, no dia cinco de maio, das 8h às 12h.

O palestrante será o promotor de Justiça de Pernambuco e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Combate à Sonegação Fiscal, João Maria Rodrigues.

O evento é voltado para os magistrados do TJPE, e a organização do curso distribui convites para todos os juízes criminais do Recife e Região Metropolitana e do Agreste e para os desembargadores das câmaras criminais do TJ.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 73 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 20 de abril de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Amepe aproxima Capital e Interior

A cidade de Pesqueira, no Agreste pernambucano, vai sediar o 3º Encontro Regional de Magistrados

TIAGO BARBOSA

A Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe) pretende que a distância entre magistrados da capital e do interior do Estado seja apenas um detalhe geográfico. Através de um trabalho sistemático, a entidade vem promovendo, desde maio de 2004, encontros regionais com o objetivo de aproximar os associados que atuam nas comarcas interioranas dos que estão no Recife e Região Metropolitana. Nos dias 2, 3 e 4 de junho, juízes, advogados e membros do Ministério Público de 21 cidades do Agreste pernambucano deverão estar reunidos em Pesqueira (a 215 km da Capital), para o 3º Encontro Regional de Magistrados, iniciativa que conta com a participação também da Associação do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil - PE.

Em cada encontro, os participantes discutem um tema atual envolvendo o Judiciário nacional. Dessa vez, estará na pauta a Reforma do Processo Civil Brasileiro, em trâmite no Congresso Nacional, e que, para o presidente da Amepe, juiz Mozart Valadares, "constitui uma proposta ousada para dar resposta ao usuário da Justiça, encurtar a vida dos processos e valorizar a decisão do juiz de 1º grau". Ao final do evento, é elaborada uma carta com os principais tópicos do que foi discutido e quais as propostas que resultaram das palestras e debates entre os magistrados. A expectativa, segundo Mozart, é de que cerca de 120 pessoas compareçam ao encontro.

Ele destaca que a iniciativa faz parte do programa de interiorização que a Amepe vem pondo em prática, cujo intuito é "resgatar" a participação dos juízes que estão nas comarcas mais distantes da Capital e que se sentem "carentes" de informações por, muitas vezes, não terem acesso ao que vem sendo definido pela associação.

A Amepe enviará um convite aos magistrados das comarcas aos quais será dirigido o encontro e também a personalidades do meio jurídico pernambucano. Além dos debates, o evento prevê uma programação cultural para os participantes, com apresentação de grupos folclóricos da região.

A Amepe já promoveu encontros que contemplaram as comarcas localizadas na região do Sertão do Pajeú, em evento na cidade de Afogados da Ingazeira (386 km da Capital), e em Petrolina (a 769 km). Depois de Pesqueira, o próximo encontro deve ocorrer no município de Gravatá, no Agreste a 85 km do Recife.

Magistrados de pelo menos 35 comarcas já vêm participando da iniciativa desde o início dos encontros.

Feriado na sexta

Não haverá expediente no âmbito do Poder Judiciário estadual na próxima sexta-feira, dia 22. Por determinação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador José Antônio Macêdo Malta, nesta data será mantido o funcionamento do Plantão Judiciário Permanente do 2º Grau. As matérias cíveis estarão sob a responsabilidade do desembargador Bartolomeu Bueno de Freitas Monis e as matérias criminais ficarão a cargo do desembargador Geraldo Og Nicéas Marques Fernandes.

Embaixadora de Israel visita Tribunal de Justiça

IZABELA PIRES RAPOSO

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, recebeu, na última segunda-feira, a visita da embaixadora israelense Tzipora Rimon. Ela veio acompanhada da representante da Câmara de Comércio Exterior Brasil-Israel, Sheila Szhutman. Além do chefe do Judiciário estadual, Tzipora visitou o governador Jarbas Vasconcelos, o presidente da Assembléia Legislativa, deputado Romário Dias, e o prefeito do Recife, João Paulo. Pernambuco é o primeiro estado nordestino visitado pela embaixadora de Israel, que está no cargo há seis meses.

De acordo com a presidente da Federação das Organizações Israelitas de Pernambuco, Aronita Rosenblatt, a embaixadora quer conhecer a cultura, economia e as instituições de estados brasileiros considerados estratégicos para a nação de Israel. No caso de Pernambuco, ela veio estreitar possibilidades de intercâmbio econômico em sistemas de irrigação e de segurança pública. "Como Israel é um país que necessita da irrigação por causa do clima e enfrenta o terrorismo diariamente, temos um considerável *know-how* tecnológico nestes setores essenciais também para o desenvolvimento de nosso estado", disse Aronita.

Ao final do encontro, realizado no salão Nobre do Palácio da Justiça, Tzipora Rimon foi agraciada com presentes oferecidos pelo chefe do Judiciário estadual. A embaixadora recebeu um CD do Coral do TJPE e publicações sobre o Palácio da Justiça.

Tzipora Rimon *foi recebida pelo presidente* **Macêdo Malta**, *no Salão Nobre*

Servidor morre em acidente de trânsito

Faleceu, na madrugada de ontem, o motorista Carlos Oliveira da Silva, vítima de acidente de trânsito. Ele retornava de uma solenidade de lançamento do livro "Direitos da Personalidade - De Acordo com o Novo Código Civil", de autoria do juiz Silvio Romero Beltrão. Oliveira dirigia o carro oficial da Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância. No momento do acidente, o servidor voltava para sua residência, em Boa Viagem, pela Rua Des. José Neves, quando perdeu a direção e se chocou contra um poste, falecendo no local.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 74 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 21 de abril de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE quer otimizar execução de planejamento

TIAGO BARBOSA

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do Tribunal de Justiça está capacitando os gestores que atuam na administração do Judiciário. O objetivo é otimizar a capacidade de planejar estrategicamente. Nos dias 18 e 19 de abril, funcionários de vários setores do TJPE assistiram aulas sobre o histórico do planejamento na administração, sua estrutura e a aplicação dos conceitos teóricos na prática. O curso foi ministrado na sede da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) pelo economista João Rocanti, mestre em Planejamento Estratégico pela Universidade de São Paulo (USP), e contou com o assessoramento da Integração, Consultoria e Treinamento.

O conteúdo do curso foi dividido em três módulos para facilitar tanto a explanação quanto o aprendizado. No primeiro, foi realizada uma incursão histórica sobre a origem do planejamento, as escolas que trabalharam essa técnica, a definição do termo e como ele foi implantado em diversas organizações. O segundo módulo contemplou os elementos que fundamentam o planejamento de sucesso, qual sua relação com a estratégia e a importância da informação para que ele seja bem executado. Esse módulo ainda abordou os entraves burocráticos no planejamento e as características da dinamicidade. A terceira e última parte do curso "Planejamento Estratégico: passo-a-passo" se debruçou sobre a aplicação prática desse quesito. A construção de estratégias, plano de ação e monitoramento foram alguns dos assuntos pontuados no curso.

As aulas contaram com a análise de casos reais para exemplificar o conteúdo abordado em sala. O curso promovido pela DRH para 25 servidores nasceu de um levantamento feito pela diretoria em abril do ano passado. Segundo Solange Cunha, da Seção de Desenvolvimento Pessoal, a diretoria pesquisou junto às chefias dos diversos setores do TJPE quais as principais carências para o andamento das atividades diárias. "Uma das necessidades apontadas pelas pessoas soadadas foi o planejamento", revelou Solange. Constatada a carência, a DRH se mobilizou e programou o curso de Planejamento Estratégico para oferecer aos servidores.

Os seguintes setores do Tribunal de Justiça participaram do curso: Diretoria de Infra-Estrutura, Diretoria de Informática, Secretaria de Administração, Coordenadoria de Planejamento, Diretoria de Documentação Judiciária, Secretaria Judiciária, Diretoria Financeira, Diretoria de Engenharia e Arquitetura, Corregedoria Geral da Justiça, Auditoria Interna e DRH.

Planejamento estratégico: o curso foi realizado na Esmape

TARIFAS DE ENERGIA - *O presidente do TJPE, Macêdo Malta, recebeu, na tarde de ontem, Comissão Especial da Assembléia Legislativa para apurar os reajustes tarifários de energia elétrica. Estavam presentes os deputados Sérgio Leite (PT), Augusto Coutinho(PFL), Sebastião Rufino (PFL), Roberto Leandro (PT), Teresa Leitão (PT) e Nelson Pereira (PC do B).*

DRH promove curso sobre Redação Jurídica

IZABELA PIRES RAPOSO

As inscrições para o curso de Técnicas de Redação - Linguagem Jurídica continuam abertas. O curso, ministrado pelo professor Gilberto Medeiros, vai tratar de diferentes aspectos da redação - seus tipos, sua divisão, seus elementos essenciais, suas qualidades e vícios, numeração de folhas, margens, espaço, translineação, tratamento, criatividade e estudo de documentos. Servidores do TJPE que trabalhem nas comarcas da Região Metropolitana do Recife, podem se inscrever pelo www.tjpe.gov.br. Para se inscrever, é só entrar na Intranet do Tribunal e clicar no link Inscrições para os cursos disponíveis, que fica a sua direita na tela, logo abaixo do link do Imposto de Renda. Todas as turmas terão aula das 8h às 11h, no Fórum Thomaz de Aquino, 4º andar, sala 4. Vale lembrar que aquele que quem faltar a 20% das aulas não poderá se inscrever em outros cursos de capacitação por um ano.

CONFIRA DATAS E VAGAS DAS TURMAS

TURMAS	DIAS	Nº DE VAGAS
C	09/05, 11/05, 13/05, 17/05, 19/05, 23/05 e 25/05	25
D	10/05, 12/05, 16/05, 18/05, 20/05, 24/05 e 27/05	26

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 75 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 26 de abril de 2005

Justiça debate criança em situação de risco

TIAGO BARBOSA

A Justiça estadual continua dando mostras de que seu papel vai além da análise de processos e julgamento. Reunidos, na semana passada, por iniciativa do juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital, Humberto Vasconcelos, membros de associações beneficentes, Prefeitura do Recife, Ministério Público, magistrados e instituições policiais debateram meios de resolver o impasse das crianças que vivem nas ruas. Unânimes, eles concordaram que a situação flagrante na Capital constitui um quadro que não pode ter continuidade e que, para resolvê-lo, são necessárias ações conjuntas.

No encontro foi proposta uma urgente articulação com toda a sociedade numa campanha contra o ato de dar esmolas nos sinais. Para os participantes da reunião, esse tipo de caridade apenas vicia as crianças que estão nos semáforos e esquinas da cidade, e não contribui para que elas melhorem de situação social. Além disso, o hábito de esmolar pode trazer outros tipos de transtornos sociais. "A criança que hoje ganha esmolas das pessoas que sentem pena, quando crescem não recebem nada. Acostumadas a terem as coisas dessa forma, acabam roubando para viver", argumenta o juiz Luis Carlos Figueiredo, também da Infância e Juventude.

Os participantes do encontro propuseram a formulação de uma campanha em parceria com os veículos de comunicação. "Deve ser uma campanha permanente. Não pode ser nada de oba-oba", alertou o secretário de Políticas Sociais da Prefeitura do Recife, Paulo Dantas, lembrando que as crianças que vivem pelas ruas são apenas "a ponta de um iceberg".

O coordenador do Movimento Pró-Criança, professor Sebastião Barreto Campelo, chamou a atenção para que as ações dêem conta dos responsáveis pela ida das crianças às ruas. "Muitos meninos são levados pelas mães. Há aquelas que até trazem filhos dos outros para ajudar na mendicância", revelou. Campelo acredita que uma simples abordagem já poderia contribuir para a redução do número de crianças pedindo esmolas.

Poder público e ONGs unem-se para debater problema social

Numa leitura mais jurídica, o juiz Luis Carlos enxerga mais um caminho para sanar o problema da indução ao hábito de esmolar pelas mães: "O primeiro passo é ver que pessoas estão realmente em situação difícil e quais estão se aproveitando. Em seguida, encaminhar ao Ministério Público para verificar se há a possibilidade de perda do poder familiar", detalhou.

RETAGUARDA - A retirada das crianças das ruas não pode ser uma ação isolada. Uma vez que elas deixam a mendicância, fecha-se uma porta para a marginalidade, mas abre-se uma janela: pra onde elas vão? O juiz Humberto Vasconcelos entende a dificuldade do problema e ressalta que a "retaguarda é tão necessária quanto coibir o vício da esmola". Ele criticou, no entanto, que alguns abrigos governamentais oferecem resistência, até mesmo pela carência de infra-estrutura, em acolher os meninos de rua.

E é nesse ponto que as entidades beneficentes desempenham seu papel. O fundador da Associação Beneficente Criança Cidadã (ABCC), desembargador Nildo Nery, se prontificou a receber as famílias que estiverem desamparadas, desde que essas possuam uma criança. A entidade mantém duas vilas no Cordeiro onde vivem mais de 20 famílias. Representantes da Pastoral da Criança e da Organização Auxílio-Fraterno também demonstraram disposição em apoiar na luta pela retirada das crianças das ruas.

Os participantes da reunião também julgaram necessária uma aproximação com outras instituições envolvidas com a questão das crianças, como as escolas. Um outro encontro foi agendado pra o dia 2 de maio.

PALESTRA

O desembargador Macêdo Malta realizou a palestra de abertura, no dia 22 de abril, durante sessão solene comemorativa dos 505 anos de descobrimento do Brasil e 38 anos de criação da comunidade luso-brasileira.

TJPE proíbe o fumo no Fórum da Capital

ISABELA PIRES RAPOSO

O contorno externo, limitado pelo gradil, o Pátio Monumental e a área livre do quinto andar são os únicos espaços do Fórum Rodolfo Aureliano onde é permitido fumar. A determinação, em vigor desde a primeira quinzena de abril, está expressa na Portaria nº 12, que regulamenta a proibição de fumar em dependências do Fórum da Capital, inclusive corredores, escadarias, banheiros e garagens. Os setores liberados aos tabagistas, segundo o juiz-diretor do Fórum, Eurico de Barros Correia Filho, possuem as condições adequadas de ventilação e renovação do ar, como exige a Lei Estadual nº 12.578/04 que rege a matéria.

"Tanto esta diretoria, quanto a Ouvidoria do Poder Judiciário estadual registraram reclamações de não-fumantes sobre o uso constante de cigarros no prédio", explica. Para que o controle antitabagista seja constante, a diretoria disponibilizou os telefones 3412.5061 (Diretoria do Fórum) e 3412.5208 (Assistência Policial Militar) para receber possíveis denúncias de utilização de cigarros nas áreas proibidas. Aquelas liberadas estão sinalizadas com avisos provisórios.

A próxima etapa será a fixação de adesivos de acordo com as especificações determinadas pela legislação, adianta o diretor Eurico de Barros.

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

A equipe da Seção de Cargos e Salários, responsável pela análise de desempenho dos servidores do TJPE, lembra que para cada uma das seis etapas os avaliadores são as chefias com as quais o servidor trabalhou por mais tempo. Essa é uma das dúvidas freqüentes que, além de outras, podem ser esclarecidas no *www.tjpe.gov.br*. Basta que o servidor clique nos links *DRH* e *Estágio Probatório* do menu, localizado na parte superior da página da Intranet.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 76 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 27 de abril de 2005

Malta recebe presidente do TJPB

O Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, **Des. Júlio Aurélio Moreira Coutinho,** *(da direita para a esquerda) visitou o TJPE nesta segunda-feira.* **Macêdo Malta** *recebeu o magistrado acompanhado dos desembargadores do TJPE de origem paraibana* **Ivonaldo Pereira de Miranda, Jovaldo Nunes Gomes e Zamir Machado Fernandes.**

Eventos Esmape

Pós-Graduação - Para abrir seus cursos de pós-graduação, a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco promove aulas-inaugurais com juristas renomados. As palestras vão ocorrer no auditório da Esmape, às 19h. Confira a programação abaixo:

Turmas: **Direito Penal e Direito Processual Penal** - Coordenador: Prof. José Lopes Filho e Direito Processual Civil - Coordenador: Prof. Lúcio Grassi
Palestrante: Fredie Diddier
Data: 26.04.2005 (terça-feira)

Turma: **Direito Constitucional, Administrativo e Tributário** - Coordenador: João Maurício Adeodato
Palestrante: Juiz André Rosas
Data: 27.04.2005 (quarta-feira)

Turma: **Direito Privado (Civil e Empresarial)** - Coordenador: Prof. Silvio Romero
Palestrante: Torquato de Castro
Data: 28.04.2005-19h (quinta-feira)

Em tempo - O "Curso sobre interceptação telefônica: Reflexos penais e processuais penais" vai começar no dia cinco de maio, das 8h às 12h. O palestrante será o promotor pernambucano e coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Combate à Sonegação Fiscal, João Maria Rodrigues. De acordo com a Esmape, a capacitação foi organizada pela necessidade cada vez maior de serem utilizados recursos tecnológicos na apuração de indício de autoria e provas em processos criminais. O evento é voltado para os magistrados criminais da Região Metropolitana do Recife e do Agreste, incluindo os desembargadores das câmaras criminais do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

DRH realiza programa de apoio à família em luto

Anna Santoro (NAVI / TJPE)

Em setembro do ano passado, uma servidora do Tribunal de Justiça de Pernambuco morreu num trágico acidente a caminho do trabalho, em frente ao fórum onde trabalhava. A Diretoria de Recursos Humanos (DRH), através da Seção de Readequação e Readaptação Funcional (Serad), fez contato com a família e procurou ajudar no que fosse possível. A partir dessa experiência, o chefe da seção, Sandro Passos, observou a necessidade de se estabelecer um procedimento padrão, até então inexistente no Judiciário estadual, para situações de morte de servidores.

Assim, começou a ser desenvolvido um trabalho de Apoio e Orientação à Família em Luto. Quando o óbito do servidor é informado, faz-se contato telefônico com a família, para realizar uma primeira aproximação e colher informações relativas ao local e horário do velório e do enterro. Se o servidor falecido é da ativa e lotado na Capital, havendo tempo, o Tribunal envia uma coroa de flores para o funeral.

Como parte do procedimento, a Diretora de Recursos Humanos, Josélia Campos, envia um cartão e um telegrama a todas as famílias em luto, inclusive para servidores lotados nas comarcas do interior ou inativos. O cartão leva uma mensagem aos familiares e o telegrama coloca a Serad à disposição para prestar toda a orientação necessária.

O atendimento aos familiares é feito na sala da Serad, no 1º andar do Edifício Paula Baptista. Para assegurar que o setor seja informado sobre o falecimento de servidores em tempo hábil, está sendo elaborada uma Instrução Normativa que determina aos gestores a comunicação imediata dos óbitos.

A fim de dar a orientação necessária, a Serad realizou um levantamento de todos direitos dos familiares e também dos procedimentos burocráticos necessários. Elaborou-se, a partir desse levantamento, o Manual de Orientação à Família em Luto, que já está pronto para impressão e que, em breve, terá também uma versão on-line a ser disponibilizada na Intranet. Com isso, além da orientação fornecida pessoalmente pela equipe da Serad, os familiares terão uma ferramenta de consulta.

O manual informa sobre direitos como o auxílio-funeral, a pensão, o pagamento da remuneração proporcional aos dias trabalhados antes do falecimento e assim por diante. Informa também sobre quem são os beneficiários e sobre a documentação exigida para requerer esses direitos assegurados por lei. Há, ainda, uma seção orientando sobre os casos em que o servidor falecido tinha plano de saúde ou empréstimo consignado em folha, sobre seguro de vida, inventário e partilha de bens.

"Se detectamos alguma coisa que prejudique a família e que possa ser resolvida, chegamos junto, vemos de que forma podemos ajudar", diz Sandro Passos. Ele afirma que os familiares com que se fez contato até o momento têm se mostrado surpresos e gratos com o serviço. Algumas vezes, além de receber a orientação, as pessoas fazem um desabafo sobre o momento de dor que estão atravessando. Nessa hora difícil em que as pessoas estão "sem cabeça", mas precisam cuidar de coisas práticas, um apoio e uma orientação acabam facilitando a vida e sendo muito bem-vindos. Por isso, para Sandro, "o contato pessoal com as famílias tem sido gratificante".

Agora, o apoio à família em luto está se voltando também para o servidor que perdeu um parente próximo. A partir do levantamento de quem se encontra em licença nojo, a Serad realiza contato telefônico com o servidor e a Diretora de Recursos Humanos envia cartão com mensagem de solidariedade.

O **Apoio e Orientação à Família em Luto** *é um dos trabalhos desenvolvidos dentro do Programa Justiça Humanizada, que abrange também o atendimento a servidores em licença médica, licenciados por motivo de doença em pessoa da família e servidores em licença gala, maternidade e paternidade, ações que serão tratadas nas próximas edições do ComunicaRH.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 77 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 28 de abril de 20

Judiciário debate reconhecimento de paternidade

Os desembargadores ***Jones Figueirêdo*** *e* ***Alexandre Aquino*** *e o juiz* ***Alexandre Assunção*** *participaram do evento promovido pela Apemas*

SÉRGIO MARCOS FEITOSA

De cada 100 mulheres pernambucanas, 21 são mães solteiras. Essa estatística coloca Pernambuco no quarto maior índice nacional relativo à maternidade livre. Desta realidade, decorre a questão do reconhecimento de paternidade, problema social que cada vez mais constitui uma das principais preocupações do Instituto Brasileiro de Direito de Família (Ibdfam).

Para o atual presidente do Instituto, desembargador Jones Figueirêdo, essa preocupação reside não apenas pela questão material, no que diz respeito à obrigatoriedade do pai em contribuir financeiramente para suprir as necessidades básicas da criança. "A paternidade não é apenas uma realidade biológica. Deve representar um exercício pleno de afetividade que compreende a assistência material, moral, intelectual aos filhos de forma permanente", explica.

O reconhecimento de paternidade de filhos gerados fora da relação de casamento foi tema de debate promovido pela Associação Pernambucana de Mães Solteiras (Apemas), no Clube Social Treze do Vasco, dentro das comemorações do Dia Internacional da Mulher. Participaram das discussões os desembargadores Figueirêdo, Alexandre Aquino e o juiz corregedor Alexandre Assunção, além das procuradoras de justiça Bernadete de Azevedo, Luciana Marinho, Izabel Novaes, o geneticista da UFPE, Luiz Maurício, o deputado Nelson Pereira e o vereador Vicente André Gomes.

Em sua abordagem, o desembargador Jones Figueirêdo suscitou a questão da gratuidade do exame genético de DNA para as pessoas pobres na forma da lei. Trata-se de uma antiga reivindicação da organização das mães solteiras, como atesta a presidente da Apemas, Marli Márcia da Silva. "É um exame indispensável nos casos em que o pai se nega a assumir o filho. Por ser caro, muitas ações não andam porque as mães não podem pagar", observa.

Mas, no entendimento do presidente do Ibdfam, além dos recursos financeiros para o custeio do exame de DNA, os poderes públicos também deveriam adotar políticas sociais de incentivo ao reconhecimento voluntário de paternidade, inclusive antes do nascimento. "Deveria existir mecanismos como incentivo fiscal e benefícios sociais para estimular esse reconhecimento espontâneo. Isso está previsto na lei 8.560/92 e igualmente permitido no parágrafo único do artigo 1.609 do novo Código Civil", afirma.

O reconhecimento anterior ao nascimento contribuirá para uma maternidade mais saudável, uma vez garantidos os alimentos pré-natais, e a criança assistida já a partir do nascimento. A medida resultaria numa diminuição da taxa de mortalidade infantil. Os maiores índices de mortalidade entre crianças de até um ano de vida incidem sobre aquelas gestadas sem a assistência material do pai biológico.

A ciência também pode contribuir para um reconhecimento antecipado de paternidade. É possível fazer esse reconhecimento antes mesmo do nascituro nascer, através do líquido amniótico.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE

Convite

O Excelentíssimo Senhor Vereador Josenild Sinésio, Presidente da Câmara Municipal do Recif e o Vereador Jorge Ribeiro têm a honra de convida V.Exª e Excelentíssima família, para a Sessão Solen da entrega da Medalha do Mérito José Mariano a Desembargador José Antônio Macêdo Malta.
Local: *Plenário da Casa José Mariano*
Rua: *Princesa Isabel, 410, Boa Vista, Recife-PE.*
Data: *28 de abril de 2005, às 16 horas.*
Traje: *passeio completo*

Viver Legal *facilita registros*

O reconhecimento de paternidade não foi o único assunto em pauta durante o encontro promovido pela Associação Pernambucana de Mães Solteiras. A importância de se garantir o registro de nascimento no primeiro momento, sem entraves burocráticos ou de qualquer natureza, foi o eixo central da abordagem feita pelo desembargador Alexandre Aquino.

"O Judiciário estadual já dispõe do projeto Viver Legal, que possibilita a emissão do registro no mesmo dia do nascimento, antes da mãe e a criança saírem da maternidade. O projeto consiste em um sistema on-line interligando a maternidade ao cartório mais próximo. Infelizmente, até hoje essa iniciativa só funciona na Maternidade do Iaup e Encruzilhada", observa Aquino.

Ainda segundo Alexandre Aquino, o projeto Viver Legal pode ser estendido a outras unidades hospitalares, mas para isso a iniciativa deve partir delas próprias. "As maternidades interessadas devem se responsabilizar pelos recursos materiais, como equipamento de informática e manutenção do sistema. Havendo esse interesse, a administração da unidade deve procurar o cartório da área ou a Corregedoria Geral de Justiça".

O juiz-corregedor Alexandre Assunção, que também participou do evento promovido pela Apemas, falou da atuação do Juizado Informal de Família. Em funcionamento já há cerca de 5 anos, este Juizado desempenha papel importante em processos de família, possibilitando solução célere a este tipo de litígios. *(SMF)*

Debate sobre paternidade reuniu membros do TJPE e MPPE

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 78 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 29 de abril de 2005

MANUAL DE APOIO

Texto orienta procedimentos administrativos

MARCELA MARTINS

O Manual de Apoio às Atividades Administrativas, elaborado pela Diretoria de Infra-estrutura do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Diriest), chegou para facilitar a vida de magistrados e servidores. A partir de perguntas pré-formuladas, a cartilha esclarece de maneira didática e objetiva questões do cotidiano administrativo deste Tribunal e comarcas do Interior - como dúvidas relacionadas à manutenção, suprimentos e serviços gerais.

O acesso às informações do manual pretende dar mais autonomia às comarcas para que elas mesmas façam pequenos reparos – como grade, coberta, pintura, vazamento, entre outros - e assim poupar a Diriest de um deslocamento desnecessário de mão-de-obra e suprimentos. De acordo com o diretor adjunto de infra-estrutura, Edvaldo Araújo, dentro de quarenta e cinco dias são recebidos mais de 200 pedidos. Só no interior a Diretoria atende a cerca de 130 comarcas.

No caso da comarca no interior, existe uma quantia de aproximadamente R$400,00 destinada aos suprimentos individuais - para ser gasta em casos de urgência, com obras de pequeno porte ou com materiais em falta no almoxarifado. Ocorre que muitas vezes o gestor do fórum não tem conhecimento do direito a essa verba. "Todos devem consultar a cartilha antes de gerar um ofício para tentar resolver na própria comarca", orienta Edvaldo Araújo.

A cartilha de apoio às atividades administrativas foi composta por 73 perguntas/respostas. A iniciativa teve a coordenação da Secretaria de Administração e contou com a colaboração das Diretorias Financeira, Infra-estrutura, Informática e Engenharia e Arquitetura.

Elaborado pela Diriest, o **Manual de Apoio às Atividades Administrativas** *possibilita mais autonomia às comarcas no estado. O texto está disponível no site do TJPE*

SERVIÇO

Para encontrar o manual no site do TJPE (www.tjpe.gov.br), procure na Intranet o link "Diriest". Depois, busque por "perguntas".

Memorial da Justiça: construindo identidades

TIAGO BARBOSA

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai marcar presença no seminário *Museus, Educação e Ação Social: Construindo Identidades*, que está sendo promovido numa parceria do Fórum de Museus do Estado com o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (Iphan) e a Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj). A diretora do Memorial da Justiça de Pernambuco, Mônica Pádua, será a coordenadora da mesa redonda que debaterá a "Diversidade museal e experiências educativas no Estado", na manhã do dia 5 de maio. O seminário será realizado entre os dias 4 e 6 do próximo mês, no auditório Benício Dias, da Fundaj.

Para a abertura do evento estão sendo esperadas personalidades reconhecidas nacionalmente, como o presidente da Fundaj, Fernando Lyra, a representante regional do Ministério da Cultura, Tarciana Portela, o coordenador regional da Unesco (órgão das Nações Unidas para Infância e Juventude), Julio Jacobo, o secretário de Educação e Cultura do Estado, Mozart Neves, entre outros. O seminário foi idealizado com a proposta de discutir a diversidade dos museus como uma ferramenta pedagógica a serviço da educação e da ação social.

Ao final do evento, os participantes deverão elaborar uma agenda de compromissos para ser seguida nas questões envolvendo os museus do Estado. Ela deve considerar as perspectivas do segmento, seu papel na sociedade e as possibilidades de articulação para colocar os museus em espaço de destaque, como um portador de informação, divulgação e educação. Outras informações podem ser obtidas no site www.fundaj.gov.br, ou pelo telefone: 3441 5500 (ramal 639).

TJPE presente em Encontro de Cerimonial

O assessor policial militar e civil do Tribunal de Justiça de Pernambuco, coronel Franklin Bezerra, estará presente no I Encontro de Assessores de Comunicação Social e Cerimonial. A sua palestra, prevista para às 8 horas de hoje, terá como tema central *A importância do cerimonial nos eventos solenes do Poder Judiciário*. O encontro está sendo realizado no auditório da Justiça Federal de João Pessoa. Ontem, na abertura do evento, a jornalista Jô Mazzarolo proferiu palestra cujo tema foi a Presença da Mídia no Judiciário.

A iniciativa para a realização deste evento, que pretende reunir os profissionais de comunicação e cerimonial dos tribunais da quinta região, partiu do presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Francisco Cavalcanti.

Leia, na página 2, Notas da Presidência sobre questões financeiras e administrativas.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 79 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 30 de abril de 2005

Devolução tem prazo

Biblioteca facilita atendimento e conscientiza sobre conservação de acervo

CATARINA CRISTO

A equipe da Biblioteca do Tribunal de Justiça de Pernambuco mantém um trabalho permanente de conscientização dos usuários sobre a utilização do acervo. Além do manuseio, cuidados e conservação, os bibliotecários alertam para a importância de cumprir os prazos de devolução das obras retiradas em empréstimo.

O prazo de empréstimo de livros é de sete dias, podendo ser renovado por mais sete. O atraso na devolução implica em multa de R$0,50 por dia ou R$1,00, se o livro estiver em reserva. As multas podem ser maiores em caso de atraso na devolução por mais de um mês, perda ou extravio, destaque de folhas ou rasuras. Nestes casos, o usuário tem que pagar o valor total da obra danificada. Em todos os casos, além da multa, o usuário fica com os empréstimos suspensos pelo dobro de dias que esteve em atraso.

As regras de empréstimo, devolução e multas da Biblioteca estão definidas na resolução nº 10/2003-P-TJPE, de 25/09/2003, criada para regulamentar o uso, e não com a intenção de punir, explica a diretora da Divisão de Biblioteca, Fátima Moura. "As multas são cobradas na folha de pagamento do servidor. Apesar deste rigor, a intenção maior é preservar o acervo da biblioteca e garantir o bom serviço aos usuários", afirma.

O usuário pode fazer reserva ou renovação por telefone

Por padrão, a biblioteca possui apenas um exemplar de cada título. "Como as compras são reduzidas, priorizamos a variedade de títulos no acervo", afirma Fátima. Por causa disso, cada vez que um livro fica retido com um usuário por mais tempo do que o devido, outro usuário está deixando de utilizá-lo. Daí a importância dos prazos de empréstimo serem rigidamente respeitados.

A Biblioteca também dispõe de atendimento por telefone. "Reservas e renovações podem ser feitas pelo telefone, mas consultas ao acervo da biblioteca só podem ser feitas pessoalmente", enfatiza. "O atendimento no balcão da biblioteca é prioridade. Infelizmente não temos pessoal para atendimento ao público e consultas por telefone", completa Fátima Moura. Uma solução possível para este problema seria a disponibilização do acervo na internet ou na intranet do Tribunal de Justiça, possibilitando as consultas ao acervo, reservas e renovações online, como é disponibilizado em outras bibliotecas.

A Biblioteca do TJPE funciona no andar térreo do Palácio da Justiça, das 11h30 às 19h30. O acervo é composto de aproximadamente 10.000 volumes, entre livros, periódicos, obras de referência, folhetos, separatas e CD-ROMs. Dentre os periódicos, o destaque é a coleção de Diários Oficiais do Estado de Pernambuco, catalogados desde maio de 1960 e da Revista dos Tribunais, catalogada desde o 1º volume, em 1912.

Contato: 3419.3283

MALTA RECEBE MEDALHA

O presidente do TJPE, desembargador **Macêdo Malta**, *recebeu das mãos do presidente da Câmara de Vereadores do Recife,* **Josenildo Sinésio**, *a "Medalha do Mérito José Mariano". Diversas autoridades dos três poderes, diretores e servidores do TJPE marcaram presença. A solenidade aconteceu no plenário da Câmara e foi marcada por um adjetivo unânime com relação ao homenageado: humildade.*

BNDES confirma convênio com Memorial da Justiça

CATARINA CRISTO

Uma visita do representante do Setor de Incentivo à Cultura do BNDES consolidou o convênio entre a Instituição e o Memorial da Justiça de Pernambuco. Na última terça-feira, a gerente de Incentivo à Cultura do banco, Rousely Freire, esteve no Memorial para conhecer o prédio e conferir a capacidade da estrutura em receber novos equipamentos financiados pelo convênio.

No início do ano, o Memorial teve o seu projeto de financiamento de novos equipamentos selecionado pelo Programa de Preservação de Acervos, uma iniciativa do BNDES em parceria com o MinC para viabilizar a manutenção de documentos históricos no Brasil. Neste projeto, o banco financiará R$ 13.845,00 para que o Memorial adquira as máquinas e equipamentos necessários à montagem de um laboratório de conservação preventiva.

Durante a visita, a diretora do Memorial da Justiça, Mônica Pádua, apresentou a estrutura do prédio, as possibilidades de expansão em reformas e o local do atual laboratório de conservação de documentos, que será ampliado para abrigar os novos equipamentos. "A reforma da estrutura do prédio já está programada no plano de gestão do TJ para este ano e, segundo a Diretoria de Engenharia e Arquitetura, a assinatura do contrato com o BNDES vai ser o sinal verde para as licitações da obra", explica Mônica Pádua.

O Programa de Conservação de Acervos foi criado em 2004 e aprovou 39 projetos em todo o Brasil, três deles em Pernambuco. De acordo com Rousely Freire, as visitas têm a intenção de tornar conhecidos para o BNDES os projetos que estão sendo apoiados.

No final da visita, a gerente de Incentivo à Cultura do BNDES certificou a aprovação do convênio, tendo confirmado a capacidade do Memorial da Justiça em receber e manter os equipamentos. Segundo Rousely Freire, a etapa final para a assinatura do contrato é jurídica. "Há uma série de documentos a serem providenciados, inclusive a tomada de preços dos equipamentos a serem adquiridos. Com os documentos em mãos, o contrato é assinado e a verba liberada em 10 dias", diz.

LEIA, NA PÁGINA 2, ARTIGO DO DES. MACÊDO MALTA.

Vacinação no Fórum do Recife

No dia 5 de maio, das 11h30 às 15h30, funcionários e circulantes acima de 60 anos de idade poderão se vacinar contra a gripe no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano. Um posto provisório da Secretaria Municipal de Saúde será instalado no Pátio Monumental do fórum. Com essa iniciativa, a Coordenadoria de Saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco soma-se à campanha nacional de vacinação contra gripe para idosos.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 80 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 3 de maio de 2005

Acmepe cria Diretoria de Planejamento

A instituição também definiu a programação para o Dia das Mães

A Associação dos Cônjuges dos Magistrados Estaduais de Pernambuco (Acmepe) está com sua diretoria ampliada. A entidade agora conta com Diretoria Executiva de Planejamento, que comprirá o papel de planejar e coordenar as ações propostas pela presidência.
Criada em assembléia extraordinária que se realizou na última quinta-feira, o novo departamento da Acmepe já tem definidos os nomes que ocuparão os cargos de diretor e adjunto: Alexandre Guamão e Roberto Posternack, respectivamente. Eles foram eleitos por unanimidade e empossados na mesma assembléia.
Para a presidente da Acmepe, Rita Malta, a necessidade da Diretoria de Planejamento já era sentida há muito tempo, em razão do crescimento que a associação vem alcançando ano após ano. "Fizemos a proposta de ampliar a Diretoria, primeiramente pelo fato do trabalho da Acmepe está hoje bastante ampliado, em relação ao que era à época de sua fundação. Também sempre fez falta a disponibilidade de uma equipe que se ocupe prioritariamente em organizar e planejar as ações, a partir do plano de gestão", justifica.
Essa já é a terceira vez que a Diretoria da Acmepe é ampliada na gestão de Rita Malta. Antes já haviam sido criadas as diretorias de Cultura e de Patrimônio. Segundo a presidente, a Diretoria Executiva de Planejamento terá papel importante, principalmente agora com a recente aquisição de uma casa que a associação pretende transformar em um centro profissionalizante com ações voltadas para seu público alvo.
Quanto à escolha de dois homens para ocupar os novos cargos, Rita Malta justifica como sendo estratégica para a democratização de gênero dentro da entidade. "Essa associação não é mais só de mulheres. Foi bastante coerente e estratégico que escolhêssemos associados do sexo masculino para ocupar a nova diretoria, porque isso pode ajudar, inclusive, a Acmepe a ampliar seus horizontes de atuação", comemora.

Dia das Mães

Na mesma assembléia que criou a nova Diretoria, a Acmepe promoveu uma conferência com o Padre Edvaldo Gomes, da Paróquia de Casa Forte. O religioso fez uma reflexão sobe o papel das mães. O evento fez parte da Quinta Cultural, que ocorre na última quinta-feira de cada mês.
A direção da Acmepe aproveitou o momento para anunciar a sua programação comemorativa das mães. O roteiro inclui um tour cultural sobre os cristãos-novos de Pernambuco que contará com guias e transporte da Empetur. Outros eventos também marcam a comemoração do Dia das Mães. Confira no quadro abaixo.

Programação do Dia das Mães

Atividades	Data	Horário	Local
Bazar do Dia das Mães	3 a 6 de maio	11h30 às 17h30	Pátio Rodolfo Aureliano
Entrega de presentes para as mães gestantes de serviço	9 e 10 de maio	14h às 17h30	Sede da Acmepe (ônibus do Ed. Paulo Bagueira)
City tour cultural com associadas e diretoria da Acmepe	12 de maio	8h30	Sinagoga Kahal Zur Israel, na Rua do Bom Jesus, Recife Antigo, e em outros pontos turísticos de Recife e Olinda

Errata - Vacinação no Fórum Rodolfo Aureliano

Acontece no dia dez de maio deste ano, das 11h30 às 15h30, funcionários e circulantes acima de 60 anos de idade poderão se vacinar contra a gripe no posto da secretaria municipal de saúde instalado no hall do Fórum des. Rodolfo Aureliano. A iniciativa de abrigar a unidade de saúde no Fórum partiu da coordenação de saúde do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A campanha de vacinação contra gripe para idosos é nacional.

Palácio da Justiça: reformas em conclusão

Catarina Cristo

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do Tribunal de Justiça de Pernambuco já considera em fase de conclusão as obras de reforma do Palácio da Justiça. Iniciadas em setembro de 2003, as intervenções atingiram todos os pavimentos do prédio histórico e, segundo o cronograma da DEA, devem ser concluídas entre junho e julho deste ano.
Nestes quatro meses de 2005 foram finalizadas as obras de troca do piso do térreo e a criação de dois novos gabinetes de desembargadores no primeiro andar no antigo espaço da Biblioteca do TJPE. Também foi feita a reforma e ampliação do plenarinho, área de arquibancadas acima da sala de sessões do Pleno, e a criação da sala da OAB e da nova sala para a Assessoria de Comunicação.
No piso do térreo, a intervenção foi necessária para a ampliação da rede de cabeamento estruturado. Todo o piso, em granilito, foi refeito em granito e a modificação obedeceu a padronização existente para manter a característica arquitetônica do piso. A estrutura de cabeamento implantada permite ampliações. Em uma futura reforma, o piso não precisará ser quebrado para a implantação de novos cabos, segundo o chefe da Divisão de Engenharia da DEA, Hilton Wanderley.
Para a conclusão total da reforma faltam ainda a climatização do terceiro andar do prédio e arremates finais de obra, previstos para julho, e a instalação de um elevador panorâmico no Palácio da Justiça.
Elevador - A escolha pelo modelo panorâmico tem uma justificativa técnica: esse é o único tipo de elevador que poderia ser instalado sem interferir na estrutura do prédio do Palácio da Justiça. O equipamento deverá ser instalado no poço central do palácio, próximo à biblioteca. A obra está em processo de licitação e o edital deve ser publicado em breve. A previsão é de que o elevador esteja instalado e funcionando até o final de 2005.

Aula de História no TJPE

Na última sexta-feira, 29 de abril, 84 alunos da 7ª série do Escola Motivo visitaram o Palácio da Justiça. O objetivo da "aula prática" foi compreender melhor o Poder Judiciário. Para que serve o prédio e o que se faz aqui dentro foram as principais dúvidas levantadas pelos estudantes.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 81 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 4 de maio de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Brasil e França debatem prostituição infantil no TJPE

CATARINA CRISTO

Um encontro entre magistrados pernambucanos e a ex-presidente do Tribunal de Infância de Creteil (França) e Conselheira da Suprema Corte de Paris, Marie Dominique Vergez para discutir o combate à prostituição infantil nos dois países foi realizado no Tribunal de Justiça de Pernambuco na última segunda-feira.

A reunião, que teve como tema "Prevenção da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes em Viagem e Turismo", aconteceu durante Sessão da Corte Especial. Compareceram também todos os juízes das varas da Infância e Juventude da Região Metropolitana do Recife e membros do Ministério Público.

Durante sua palestra, a magistrada francesa apresentou dados sobre a realidade da exploração sexual de crianças em seu país e as medidas de combate implantadas por lá. De acordo com Marie Dominique Vergez, são registrados em média 5.330 casos de exploração sexual de crianças a cada ano na França e desde 1978, a Lei de Abuso Sexual sofreu modificações e ficou mais rígida. Na legislação francesa, os condenados em casos deste tipo recebem penas de três a dez anos.

Foto: Marcos Costa / TJPE

Marie Vergez *(detalhe) falou sobre prostituição infantil na França*

A magistrada falou ainda sobre a prostituição infantil no país, que envolve geralmente crianças africanas e do leste europeu. Essas crianças chegam desacompanhadas dos pais e na maioria dos casos estão envolvidas também com tráfico e consumo de drogas. Segundo Marie Vergez, os números indicam de três a oito mil crianças envolvidas com prostituição no país.

Para o juiz substituto da 3ª Vara da Infância e Juventude do Recife, Élio Braz, o encontro permitiu que os magistrados pernambucanos pudessem conhecer a situação francesa e traçar um paralelo entre as realidades de Pernambuco e da França. "Mesmo nos países ricos há casos de exploração sexual de crianças e violência doméstica contra menores. Esta é uma mazela da realidade humana, independente das condições econômicas e que deve ser combatida em todos os países do mundo, que sejam ricos ou pobres", afirmou.

FIGUEIRÊDO RECEBE HOMENAGENS

O desembargador Jones Figueirêdo, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, será um dos homenageados, hoje, com a outorga da "Medalha do Mérito Guararapes", comenda concedida pelo prefeito de Jaboatão dos Guararapes, Newton Carneiro em alusão aos 412 anos da emancipação do município. O evento será realizado na Praça Nossa Senhora do Rosário, no centro antigo da cidade. Jones Figueirêdo também será agraciado pela Câmara Municipal do Recife com a "Medalha do Mérito José Mariano". A iniciativa partiu do vereador Jorge Ribeiro e foi aprovada pelo Decreto Legislativo nº 273 em 21 de abril. Mas ainda não há data definida para a entrega da medalha.

Notas da Presidência

(Retificação e republicação de tópicos da matéria publicada no Diário Oficial do Poder Judiciário de 29/04/2005, sexta-feira)

1 - **Assuntos Financeiros**:

e) - tendo em vista a impossibilidade de suplementação de verba destinada especificamente ao pagamento de 30% do 13º Salário, em maio/2005, em torno de R$ 6.000.000,00, haverá pagamento mediante remanejamento de verbas próprias.

2 - **Assuntos Administrativos**:

b) - a inobservância das normas contidas na Instrução Normativa nº 06, de 12/9/2002, e Instrução desta Presidência, no tocante ao recolhimento e guarda de veículos no horário noturno, feriados e fins de semana, implicarão na aplicação das seguintes medidas administrativas:
1 - somente os veículos de Representação dos Desembargadores serão dispensados do recolhimento diário e em dias não úteis, devendo o magistrado oficiar à Presidência comunicando tal opção, instruído com Termo de Responsabilidade e Guarda de Veículo, assinado pelo condutor e com indicação do endereço onde será guardada a viatura;
II - apenas os veículos dos Corregedores Auxiliares que viajam ao Interior (Circunscrição) e os da Capital e Assessoria, ficarão dispensados do recolhimento noturno diário, contudo serão obrigatoriamente até as 20:00 horas das sextas-feiras. Na hipótese de viagem extraordinária aos sábados ou domingos, exige-se comunicação telefônica prévia e emissão de FAX pelo Exmo. Sr. Corregedor Geral à Seção de Transportes (FAX - 3429-4088), com indicação do trajeto e nome do condutor, bem como a data do deslocamento e do retorno;
A inobservância, por parte do condutor (Policial, Agente de Segurança ou Transporte, Motorista Requisitado e Cedido) das obrigações legais pertinentes, implicará na devolução imediata do servidor civil ou militar ao órgão de origem ou a exoneração do cargo comissionado e substituição por outro;
c) - apenas os atuais Desembargadores (excluídos os Juízes em Exercício de Cargos de Assessoramento, Júri, Diretoria de Foro da Capital e Corregedores Auxiliares), que já detêm policiais militares ou civis na condução de veículos de representação, continuarão com tais servidores em substituição aos Agentes de Segurança (e Transporte) correspondentes aos cargos comissionados criados pelo PCCV, os quais, legalmente e por conveniência e interesse públicos não serão providos, enquanto perdurarem tais opções;
g) - a mudança dos Juizados e do Colégio Recursal do prédio do Anexo II ("Thomaz Cirillo Wanderley") para o 5º pavimento do Fórum do Recife ("Des. Rodolfo Aureliano"), remanejamento da Vara da JUSTIÇA TERAPÊUTICA para a sala da Teleconferência (1ª Vara de Execuções Penais), espaço reservado aos Promotores e Defensores Públicos nas Varas do 1º e 2º Tribunal do Júri, nova sala da AMEPE (a combinar com a Diretoria) e outros remanejamentos recomendados;
m) - cessão de veículos considerados descarregados (Honda - ano 2000) ao Ministério Público Estadual (dois), Secretaria de Defesa Social (dois), CPOR/7º Recife e 7ª D. Suprimento do Exército (CMNE) (um para cada unidade) e alienação dos inservíveis, já avaliados por Comissão e com parecer da CPL e Auditoria Interna (antigos veículos TURBO, utilitários com peças estrangeiras não disponíveis no mercado, manutenção elevada e motos com componentes importados e inexistentes para reposição);
v) - campo de treinamento de futebol, em parceria com a AMEPE e patrocínio de empresas de artigos esportivos ou estabelecimento bancário oficial - em parte disponível no terreno do Fórum de Olinda e com a Coordenação do Des. Ivonaldo Miranda (ex-jogador, ex-dirigente e ex-técnico futebolístico);
w) - inclusão no Orçamento de 2006 de verbas para construção de Fóruns em Olinda e Caruaru, reformas em outros, aquisição de veículos para as Vara de Execuções Penais e Motos para serviços e diligências de Oficiais de Justiça em Comarcas do Interior (Petrolina e outras) e em Execuções nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

Recife, 03 de maio de 2005.

Des. Macêdo Malta
Presidente T.J.-PE

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 82 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 5 de maio de 2005

Reforma no Thomaz de Aquino em conclusão

IZABELA PIRES RAPOSO

O prédio do Fórum Thomaz de Aquino - antes azul-claro, hoje ostentando a cor cáqui - está com sua reforma em fase de conclusão. Atualmente abrigando a Corregedoria Geral de Justiça, juizados e sete gabinetes de desembargadores, em breve estará comportando também mais sete novos gabinetes. As novas salas estão sendo instaladas no terceiro andar. Por isso, o Juizado das Execuções será transferido para o quarto pavimento. Com as alterações, o segundo e terceiro andares abrigarão 14 gabinetes de desembargadores.

A obra no Thomaz de Aquino, iniciada pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do Tribunal de Justiça de Pernambuco em abril do ano passado, substituiu 600m² de esquadrias (janelas), 170m² de portas e efetuou a drenagem de toda tubulação de ar-condicionado. "Demos prioridade a isso, para evitar que os respingos dos equipamentos caíssem em cima das pessoas na calçada", diz a diretora da DEA, Rogéria Silveira.

As marquises do edifício também foram recuperadas e permeabilizadas e os peitoris das janelas receberam revestimento em granito. Atualmente, a obra está em fase de retoques no lay-out dos pontos de redes elétrica e de lógica que sofreram intervenções.

A madeira utilizada nas esquadrias, já bastante estragada pela ação climática, foi substituída por alumínio, que garante maior durabilidade, diminuindo os custos de manutenção. "Estamos sempre optando por equipamentos e produtos de infra-estrutura que reduzam essa despesa", observa Rogéria. De acordo com a Comissão Permanente de Licitação, o preço da obra está calculado em R$ 782.291,42.

ESTRUTURA

Os seis andares do Fórum Thomaz de Aquino, além de sete gabinetes de desembargadores, já abriga agência bancária; os juizados das Relações do Consumo, Cível, Criminal e das Execuções; Assessoria Policial-Militar; quatro Acervos de Casamentos; Arquivo e salas de treinamento da Diretoria de Recursos Humanos; a Coordenação e o Colégio Recursal dos Juizados Especiais; Diretoria de Informática; cartórios extrajudiciais; assessorias do Corregedor e, ocupando o último andar, a Corregedoria Geral de Justiça.

O Fórum Thomaz de Aquino abrigará 14 gabinetes de desembargadores

CONCURSO DE MONOGRAFIAS

Amepe define comissão julgadora

TIAGO BARBOSA

A Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe) anunciou os nomes dos integrantes da comissão que analisará as monografias inscritas no Concurso Ministro Evandro Lins e Silva, promovido pela entidade. Eduardo Ramalho Rabenhorst - doutor pela Universidade de Estrasburgo (França) e atual diretor do Centro de Ciências Judiciária da Faculdade Federal de Direito da Paraíba, Maria Bethânia Silva - promotora de Justiça formada no Centro de Estudos Aprofundados da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais em Paris, e Luciano Oliveira - pós-doutor em Sociologia, também do Centro de Estudos Aprofundados de Paris, serão os responsáveis pela avaliação e graduação dos 17 trabalhos concorrentes.

Depois que estiverem de posse de todo o material inscrito, os avaliadores terão 30 dias para apresentar ao público o nome do vencedor. Segundo o diretor Cultural da Amepe, juiz Carlos Magno, a escolha dos examinadores levou em consideração a amplitude do campo de observação de onde eles foram formados. "Temos um filósofo, uma jurista e um sociólogo para que a análise das monografias seja feita em cima de pontos de vista diferentes, peculiares às ciências que os avaliadores representam", informa o magistrado.

A análise dos trabalhos deve estar em sintonia com o edital do concurso, que aponta para os critérios de adequação ao tema proposto, objetividade, extensão da pesquisa, consistência das informações, criatividade, aplicabilidade, atualidade e relevância para o aperfeiçoamento da prestação da Justiça. O edital ainda prevê que a avaliação das monografias seja feita ao mesmo tempo, com o objetivo de impedir que um examinador tenha acesso à nota atribuída por outro. O resultado será extraído de uma média aritmética.

CONCORRENTES - Os avaliadores vão se debruçar sobre trabalhos que vieram de várias partes do País, como Rio de Janeiro, Paraná, Maranhão e Minas Gerais. Em Pernambuco, há monografias redigidas pelo desembargador Og Fernandes e os juízes Alexandre Freire Pimentel e Marcos Antônio Nery de Azevedo. A relação contendo o nome de todos os concorrentes pode ser vista na página eletrônica da Amepe (www.amepe.com.br).

A previsão é de que a premiação seja feita no dia 11 de agosto. Os três primeiros colocados receberão a premiação de R$ 12 mil, R$ 6 mil e R$ 3 mil, respectivamente. O objetivo do concurso é provocar uma reflexão sobre os rumos da magistratura, seus acertos e seus erros e as idéias que podem contribuir para que ela seja aprimorada. O edital com as informações do concurso também pode ser encontrado na página da associação.

MELHORES DO ANO

Membros do Judiciário são destaque

A desembargadora Helena Cailla Reis, os juízes Fernanda Moura de Carvalho, Ana Cristina Mota e Gildenor Eldócio Pires Junior, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, estão entre "Os Melhores do Ano", edição 2004. O evento, promovido anualmente pela editoria de Polícia da Rádio Jornal do Commercio, se destina a homenagear profissionais do Judiciário, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Ministério Público que foram destaque no exercício de suas funções no ano anterior.

Ainda no Poder Judiciário foram destacados o oficial de justiça Rildo Pessoa de Aquino, a chefe de secretaria Morizeta Maria Ferreira da Silva, o técnico judiciário André Artur Xavier Barbosa e o auxiliar-judiciário Edson de Melo Sotero Filho, que também foram homenageados.

A entrega do diploma simbólico foi promovida no último final de semana.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 83 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 6 de maio de 2005

Representantes do TJPE receberam, nesta quarta-feira, a outorga da Medalha do Mérito Guararapes, comenda concedida pelo prefeito de Jaboatão dos Guararapes, **Newton Carneiro** *(1º à esq), em alusão aos 412 anos da emancipação do município. O evento foi realizado na praça Nossa Senhora do Rosário, no centro antigo da cidade, com desfile militar. O presidente* **Macêdo Malta** *(centro); o corregedor geral,* **Fausto Freitas**; *o presidente do TRE,* **Eloy D'Almeida**; *os desembargadores* **Antônio Camarotti, José Fernandes, Jovaldo Nunes, Jones Figueiredo, Leopoldo Arruda** *e* **Silvio Beltrão**; *além dos juízes* **Marcos Vinicius, Carlos Damião** *e* **André Oliveira** *foram homenageados pelos serviços prestados à população.*

Tribunal adquire duas ambulâncias

TIAGO BARBOSA

As pessoas que precisarem de assistência médica emergencial enquanto estiverem nas dependências do Palácio da Justiça, na rua do Imperador, ou do Fórum Rodolfo Aureliano, na Joana Bezerra, vão poder contar com os serviços de duas novas ambulâncias recém-adquiridas pelo Judiciário do Estado. Os veículos estarão devidamente equipados para oferecer o atendimento necessário de urgência e encaminhamento a uma unidade de saúde mais próxima. A iniciativa da aquisição partiu do presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta.

O Tribunal já possui as ambulâncias, que dependem somente de questões administrativas para ficarem disponíveis à população. De acordo com a coordenadora de Saúde do TJ, a médica Raquel Fernandes, a previsão é de que uma unidade permaneça estacionada em frente ao prédio do Palácio enquanto a outra deve ficar no Fórum. A do Palácio funcionará como uma Unidade de Terapia Intensiva (UTI) móvel, com toda a aparelhagem capaz de fazer uma reanimação cardiorrespiratória. Ela também vai contar com bomba de infusão contínua (para uso na ingestão de líquidos ao organismo), desfibrilador (em caso de parada cardíaca), respirador portátil e aspirador de secreções (que evita sufocamento).

O atendimento será feito a partir das 8h até o final do expediente.

A ambulância do Fórum será destinada ao transporte dos enfermos. Segundo Raquel, "será possível fazer um atendimento inicial e, em seguida, conduzir a pessoa a um hospital". Ela acredita que as novas ambulâncias vão agilizar os casos de urgência, diminuindo as seqüelas provocadas por um mal súbito. "É uma questão de segurança", define. A intenção, de acordo com a médica, é dispor em cada ambulância de um motorista e um paramédico de plantão. Para viabilizar a proposta, o Tribunal está mantendo contatos com o Corpo de Bombeiros na tentativa de que a instituição disponibilize um profissional capacitado por meio da celebração de um convênio.

POSTO

O Tribunal já oferece assistência de saúde aos usuários e funcionários que se encontram no Palácio ou no Fórum Rodolfo Aureliano. Em cada uma das sedes, funciona um posto médico que atende aos casos simples de mal-estar e enfermidades de menor complexidade, fornecendo medicação adequada sob orientação de um profissional. Segundo Raquel Fernandes, cerca de duzentas pessoas são atendidas por mês no Fórum Rodolfo Aureliano e cem no Palácio da Justiça.

Servidor do TJPE pode fazer curso via satélite

Para incentivar o servidor da casa que pretende se aperfeiçoar em matérias jurídicas, o Tribunal de Justiça de Pernambuco está fechando um convênio com a unidade Recife do Curso Preparatório para Concursos (CPC). Além da facilidade de poder iniciar as aulas em qualquer mês do ano, os servidores do TJPE também terão desconto de 10% no valor das mensalidades de todos os cursos do CPC e serão isentos de taxa de matrícula.

Trata-se do primeiro curso via satélite que permite total interação entre professor e aluno, que pode, ao final da aula, tirar dúvidas em tempo real com o orientador. Perguntas e respostas são compartilhadas por alunos de todo o País.

As aulas são transmitidas ao vivo dos estúdios do CPC em São Paulo e, em Recife, os alunos acompanham as aulas - através de um telão - na unidade local do CPC, que funciona em um casarão na rua Fernandes Vieira. Para usufruir o benefício, o servidor do TJPE só precisa apresentar o último contracheque no ato da inscrição. O CPC em Recife fica à Rua Fernandes Vieira, 489, na Boa Vista. Mais informações pelo telefone (81) 3222 9020 ou pelo site www.cpc.adv.br.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 84 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 7 de maio de 2005

Primeira Câmara Cível triplica julgamentos

CATARINA CRISTO

Apesar da tendência de se sempre destacar, em relação ao Judiciário, aspectos negativos, no Tribunal de Justiça de Pernambuco não é difícil encontrar tanto no primeiro quanto no segundo grau - equipes de servidores e magistrados implantando soluções para entraves, como a questão da celeridade processual. Isto acontece, por exemplo, no gabinete do desembargador Ivonaldo Miranda.

O expediente no gabinete e o andamento dos processos entregues ao desembargador foram prejudicados pela reforma da sala, que durou aproximadamente cinco meses. Antes disso, Ivonaldo Miranda havia presidido Comissão do Concurso de Juízes, entre os anos de 2000 e 2003, para a qual foi designado com dedicação exclusiva.

Ivonaldo Miranda *tem primado pela celeridade processual*

Diante dos contratempos ao qual seu expediente foi submetido, Miranda teve seus processos acumulados de maneira a alterar a rotina de trabalho, adotando medidas para agilizar os cerca de 2.100 feitos sob sua responsabilidade.

"Procuramos as soluções dadas em Direito para acelerar o andamento dos processos", explica o desembargador. Entre elas está a pesquisa de processos de igual objeto para facilitar o julgamento e a determinação de decisões terminativas. Ivonaldo Miranda também está realizando sessões extraordinárias na câmara que preside para possibilitar maior número de julgamentos por semana. A 1ª Câmara Cível tem, de acordo com o regimento, uma sessão ordinária semanal. Agora, o desembargador está realizando mais duas sessões no mesmo período. "Estamos tentando diminuir o transtorno do acúmulo de processos e recuperar o prejuízo de tempo", afirma.

O desembargador aponta as condições materiais e o déficit de recursos humanos como um dos entraves para a boa prestação dos serviços jurisdicionais. Principalmente no setor cível, onde o número e a variedade de processos é grande. Mas Ivonaldo Miranda destaca as mudanças ocorridas na estrutura do TJPE nas últimas três administrações. "Houve melhorias sensíveis, como na informatização do Tribunal e no aperfeiçoamento dos servidores. Tem sido uma luta dos administradores implantar essas melhorias no Judiciário".

Comentando as sete novas vagas para desembargadores, Miranda afirma achar o número total de 37 vagas ainda pequeno. "Toda melhoria é bem vinda, mas o número ainda é pequeno para que se alcance a qualidade exigida pela população", afirma.

DEDICAÇÃO - O desembargador Ivonaldo Miranda dedicou toda sua vida profissional às Ciências Jurídicas. Entre 1955 e 1963 atuou como escrevente em João Pessoa, Paraíba, sua cidade natal. De 1963 a 1965 foi promotor público em comarcas do interior daquele Estado. Em 1965, por insistência de seu tio, o desembargador paraibano Lauro de Miranda Lemos, prestou concurso para juiz em Pernambuco e foi aprovado.

Nestes quase 40 anos de carreira, o magistrado atuou em todas as regiões do Estado de Pernambuco. Como juiz de 1ª Entrância trabalhou em Exu, Bufalo, Santa Cruz do Capibaribe, Serra Talhada, Orobó e Aliança. Na 2ª Entrância, judicou em Glória do Goitá, Serra Talhada e Vertentes e foi juiz corregedor substituto.

No interior do Estado, o desembargador Ivonaldo Miranda aponta a falta de estrutura física como um dos fatores que mais dificultavam o trabalho do juiz. "Não só os fóruns, mas também os cartórios e as cadeias públicas apresentavam condições que prejudicavam a prestação de um bom serviço jurisdicional", relembra.

Na 3ª Entrância, foi o responsável pelas 2ª, 10ª e 20ª Varas Cíveis e, por 12 anos, foi juiz titular da 2ª Vara da Fazenda Pública. Atuou como desembargador substituto do TJPE entre 1994 e 1997. Neste ano, foi eleito desembargador pelo critério de antiguidade, atuando até hoje nas câmaras cíveis.

Servidora do TJ assume Secretaria de Administração

SÉRGIO MARCOS FEITOSA

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, deu posse, nesta última quinta-feira, à nova secretária de administração do Judiciário estadual. A técnica judiciária Mary Anne Briano Nunes assumiu o cargo em substituição a Eleonora Martins, que ocupava o posto desde fevereiro de 2004, início da gestão de Malta. A solenidade reuniu os servidores da Secretaria de Administração (SAD), antigos colegas de trabalho, o que deixou a nova secretária comovida.

Ao anunciar a nova secretária, o chefe do Judiciário estadual ressaltou a dedicação com que Mary Anne sempre auxiliou sua antecessora, servindo com eficiência e abnegação à administração do TJPE. "Para mim é uma honra integrar a equipe do desembargador Macêdo Malta, uma pessoa com grande espírito de humanidade. Agradeço muito a Deus pela oportunidade que está me dando. Acredito que é um reconhecimento e uma recompensa pela dedicação com que sempre exerci minhas atribuições como servidora desta Casa", declarou Mary.

Servidora concursada, a nova dirigente da SAD ingressou no TJPE em 1993, no então Juizado de Pequenas Causas de Petrolina, hoje Juizado Especial Cível (JEC). Antes de trabalhar no Palácio da Justiça, passou pelos JECs de Caruaru, Paulista e Camaragibe. Trabalhou na Diretoria Financeira do TJPE em 1995 e, ao ano seguinte, já estava na Secretaria de Administração, onde ocupou cargo de secretária-adjunta, em fevereiro do ano passado.

Antes de ingressar no TJPE, Mary Anne foi auxiliar de contabilidade em uma empresa privada, secretária de uma empresa de vigilância e depois subgerente de operações especiais de uma instituição financeira.

Mary *(D) se emocionou diante do presidente* **Malta** *e colegas de trabalho*

Nos próximos oito meses que restam à atual gestão, Mary pretende desenvolver uma maior integração entre as diversas diretorias e secretarias do TJPE, além de garantir o pleno cumprimento das metas estabelecidas pela presidência da Casa.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 85 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 10 de maio de 2005

Taquígrafas são homenageadas na Presidência

CATARINA CRISTO

O *Dia do Taquígrafo*, comemorado em 6 de maio, foi marcado por homenagens no Tribunal de Justiça de Pernambuco. O corpo de Taquígrafos do TJPE é atualmente composto por 38 taquígrafas, que foram recebidas no gabinete da Presidência pelo desembargador Macêdo Malta com um coffee-break.

Durante o encontro, o professor de Língua Portuguesa, Gilberto Medeiros, prestou uma homenagem às servidoras através da leitura de uma crônica sobre o dia-a-dia da profissão. Esta homenagem foi também um reencontro, já que entre outubro e dezembro de 2004, o professor ministrou um curso de atualização em Português para a equipe de Taquigrafia do TJPE.

Durante seu discurso, o presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, destacou a importância do trabalho realizado pelo setor para o Poder Judiciário, ressaltando a responsabilidade e a precisão que a atividade exige.

A homenagem às taquígrafas foi proposta pela Diretoria de Recursos Humanos do TJPE e prestigiada pelos chefes de várias diretorias e de outros setores do Tribunal.

O momento de descontração ficou por conta de uma aula de ginástica laboral. Duas instrutoras foram convidadas a apresentar alguns exercícios simples, mas de grande importância para os profissionais de taquigrafia.

Fotos: Alan Lisa / TJPE

Macêdo Malta, *ladeado pela diretora da DRH*, **Josélia Campos**, *e pela presidente da Unataq*, **Cláudia Sampaio**, *escuta as palavras do professor* **Medeiros**. *À direita, os presentes na homenagem praticam ginástica laboral.*

Dia das Mulheres rende parabéns à DRH

O trabalho da Diretoria de Recursos Humanos nas festividades comemorativas do Dia da Mulher recebeu elogios. A juíza da comarca de Macaparana, Orleide Nascimento, enviou um ofício à diretora de Recursos Humanos, Josélia Campos, felicitando-a pela iniciativa. No documento, Orleide disse que a DRH conseguiu "imprimir modernidade e eficiência ao serviço público, sem esquecer o ser humano, principal produto da criação de Deus". A juíza foi uma das homenageadas pela diretoria durante a comemoração da data.

Esmape lança especialização em Administração Judiciária

Estão abertas as inscrições para o curso de pós-graduação Master Business Administration (MBA) Executivo em Administração Judiciária, que a Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) vai promover em parceria com a Faculdade Maurício de Nassau.

Segundo o presidente da Esmape, desembargador José Fernandes, a iniciativa se propõe a fornecer modernas técnicas de gerenciamento, visando a concepção de um plano estratégico que inclui a Reforma do Judiciário. "A promoção do corpo funcional do sistema judiciário, através do seu aperfeiçoamento profissional, é uma orientação bastante explícita no texto da Reforma", justifica.

O MBA é dirigido a profissionais da área jurídica, gestores e assessores dos tribunais, fóruns e demais órgãos da organização Judiciária, tanto no âmbito estadual como federal. O conteúdo está orientado a auxiliar os alunos nas tomadas de decisão relacionadas à análise de resultados, otimização dos recursos e gestão de pessoas. Também prioriza questões que podem influenciar positivamente para uma maior celeridade processual, como a utilização de recursos de telemática -informática vinculada ao vídeo e demais produtos que agilizem a prestação jurisdicional.

"O curso, que é uma especialização *latu sensu*, oferece uma visão atual e estratégica da gestão pública voltada para o Judiciário, sempre pensando na melhoria contínua e no ganho de produtividade", esclarece o diretor da Esmape, desembargador José Fernandes.

As inscrições ficam abertas até a próxima sexta-feira. Confira outras informações no quadro abaixo.

Assessoria/Esmape

A iniciativa atende uma das orientações constantes do texto da Reforma do Judiciário: o aperfeiçoamento contínuo do corpo funcional, segundo o desembargador **José Fernandes**

ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA

Carga horária total: 360 h/a presenciais
Inscrição: R$ 150,00
Local: Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape)
Rua Imperador Pedro II, 221. Santo Antônio
Fone: (81) 3224.0086
Documentos necessários:
Curriculum Vitae
Histórico Escolar
Diploma ou Certificado de Conclusão de Nível Universitário
Duas fotos 3x4
Comprovante do pagamento da taxa de inscrição
Mensalidade: R$ 280,00
Desconto especial para o TJPE, TRT, TRF e Justiça Federal (vagas reservadas)
Início previsto: 20 de maio de 2005
Horário das aulas: 8h às 12h.
Outras informações:
www.esmape.com.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 86 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 11 de maio de 2005

Presidente do STJ quer mudanças na magistratura

TIAGO BARBOSA

Um profissional por vocação e cada vez mais especializado na área em que atua. Esse é o perfil ideal do juiz defendido pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Edson Vidigal, que esteve ontem no Recife para debater com magistrados mudanças no Judiciário. O presidente proferiu uma palestra no Fórum Rodolfo Aureliano sobre as inovações estabelecidas pela Emenda Constitucional nº 45, que tratou da Reforma do Judiciário, a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e a criação do fundo de pensão do Poder.

O presidente **Macêdo Malta** *e o ministro* **Edson Vidigal** *durante encontro no Recife*

A visita faz parte de uma excursão que o ministro está fazendo pelo Nordeste para tentar envolver os magistrados da região nos debates dos temas relacionados ao Judiciário. Ele já esteve no Ceará e seguiu, ontem mesmo, para Paraíba.

O ministro Vidigal traçou um panorama das deficiências do Judiciário nacional, no qual reconheceu a existência de uma demanda volumosa de causas e processos em contrapartida a um número insuficiente de juízes e varas. Para Vidigal, a carência desse profissional é ainda mais acentuada na esfera federal. "Num país onde nós temos cerca de 185 milhões de habitantes, existem menos de dois mil juízes federais. Isso é sério, é escandaloso", criticou.

O quadro, segundo o ministro, obrigou uma articulação política antecipando, para esse ano, a instalação de 183 varas federais, prevista em um projeto que tramita na Câmara dos Deputados há dois anos. "Em menos de uma semana, conseguimos tirar o projeto da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aprová-lo no Plenário da Câmara e colocarmos na mesa do presidente da República para sanção", comemora.

A criação das varas não consiste numa resposta isolada para a melhoria e agilização da prestação jurisdicional, segundo o presidente do STJ. Ele revelou que está tendo dificuldades para o preenchimento dessas vagas criadas "não com recursos orçamentários, mas com o recrutamento do material humano". "Além da deficiência de varas, temos a deficiência de juízes", disse. Para Vidigal, existe uma falta de vocação jurídica por parte daqueles que se submetem ao concurso para a atividade judicante somado à falta de qualidade de alguns cursos de Direito, que não se adequaram aos tempos modernos e pecam na formação dos estudantes. "Os cursos são discursivos, não dão o direito ao aluno de praticar aquilo que ele precisa para começar a exercer a profissão e não ensinam três coisas básicas: a ler o Direito, escrever e falar".

Outro ponto criticado por Vidigal foi a ausência de uma especialização por parte dos magistrados. "O Judiciário é um Poder formado por clínicos gerais. Nós não temos, ainda, concursos voltados para a especialização. Já está no momento de discutir e começar a praticar essa especialização. Hoje, um juiz sai de uma vara e vai pra outra aplicar um Direito com o qual não tem intimidade", opinou.

O ministro vê na criação da *Enfam*, prevista na Reforma do Judiciário, um caminho para resolver questões desse nível. Mas ele fez questão de deixar claro que a Enfam "não veio pra acabar com as escolas estaduais. Ela deve funcionar como um órgão normativo, que vai tornar oficial os cursos de preparação à magistratura que já são ministrados nos estados".

APERFEIÇOAMENTO

Vidigal defendeu, também, que a atualização dos magistrados deve ser permanente. "É Preciso ter humildade para buscar a cada dia aprender mais". Ele afirmou que está sendo estudada a possibilidade de instituir cursos à distância para esse público e que para isso foi firmado convênio com a Fundação Roberto Marinho, entidade que considera especialista em ensino à distância.

Em relação aos critérios para a seleção dos juízes à profissão, Vidigal informou que é a favor que o teste psicotécnico tenha caráter eliminatório, deixando de ser apenas uma informação a mais na ficha do magistrado. Ele disse que essa mudança funciona como um método preventivo contra determinados comportamentos que são incompatíveis com a postura profissional de um juiz. "Até esperar que um juiz vá puxar a arma e matar, como aconteceu no Ceará, é preciso que saibamos da probabilidade de isso ocorrer antes. Juiz é alguém que precisa ter *juízo*", disse.

O relacionamento do Judiciário com a sociedade também foi alvo das palavras de Edson Vidigal. Ele advogou que um dos caminhos para aproximar as pessoas do Poder é através da implantação das ouvidorias judiciárias, órgãos que considera "um canal de comunicação entre aquele que mantém o tribunal, o cidadão, e a presidência do próprio tribunal". Mas o ministro ressalvou que as ouvidorias ainda não são unanimidade e confessou ter encontrado resistência para instalá-la no STJ.

Presente à mesa, o presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta foi o pioneiro na implantação da Ouvidoria do Judiciário, que funciona hoje sobre a coordenação do desembargador Eduardo Paurá.

FUNDO DE PENSÃO

O ministro Edson Vidigal informou que a decisão quanto ao modelo de funcionamento do fundo de pensão do Poder Judiciário deve ser anunciado até o fim desse ano. Por enquanto, a proposta que mais tem força é a de um fundo complementar fechado, privado, no qual só entrariam magistrados que demonstrassem interesse. Inicialmente, a idéia era criar a Previdência destinada exclusivamente para a esfera federal, mas essa hipótese sofrerá alterações quando, segundo Vidigal, constatou-se a necessidade dos estados.

A palestra do ministro Edson Vidigal lotou o auditório do Fórum Rodolfo Aureliano

Solicitações ao BC

O ministro Edson Vidigal trouxe ao Recife um técnico do Banco Central para explicar aos magistrados o funcionamento de um programa destinado a agilizar as solicitações feitas pelo Poder Judiciário ao Banco Central (BC). Criado em 2001, o *Bacen–Jud* consiste num sistema que substitui o ofício impresso pelo eletrônico e permite a comunicação sobre contas, saldos e extratos requeridos judicialmente, além de permitir o bloqueio e desbloqueio de contas e a decretação de falência dos envolvidos em processos judiciais.

Segundo o analista de sistemas do BC, João Goulart Jr., o *Bacen–Jud* oferece segurança para o juiz que emite o ofício, que terá uma senha de acesso restrita e semelhante a dos bancos que funcionam on line, economia para o Banco Central, que deixará de utilizar o papel para fazer a comunicação aos bancos e diminuição no risco de fraude.

Para se ter uma idéia do montante de ofícios enviados por ano, Goulart demonstrou que, em 1992, quando começou a ser contabilizada as solicitações judiciais, o número era de 1.500. Em 2003, esse valor alcançou 583.127.

Dessa quantia, 80% já é processada via *Bacen-Jud*, o que corresponde a 1868 ofícios diários. Ainda assim, segundo Goulart, o número é abaixo do esperado, já que os 20%, que equivalem a 465 ofícios por dia, são uma demanda suficiente para sobrecarregar os funcionários do Banco Central. "Criamos um programa porque estávamos com 280 ofícios por dia. O número atual nos impulsiona ao erro", declara.

Em Pernambuco, das 2.900 solicitações judiciais, nenhuma é feita via o sistema on line. Mas o presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, disse que a situação começará a ser revertida. Ele anunciou que uma comissão dos funcionários do setor de informática do TJPE viajará na próxima semana a Brasília, a convite do ministro Edson Vidigal, para se familiarizar com o Bacen – Jud. *(TB)*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 87 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 12 de maio de 2005

CONTAGEM REGRESSIVA

Garanhuns inaugura novo fórum em julho

ROSA MIRANDA

A cidade de Garanhuns vai receber a partir de julho, um novo prédio para abrigar atividades jurídicas da comarca. A estrutura abrigará o fórum, as varas e os juizados que funcionam no município. Com uma área construída de 4.491 m² e um orçamento total de R$ 4.339.683,74, o prédio vai ter, além do espaço paras as varas e o Tribunal do Júri, salas para a Promotoria, OAB, Oficiais de Justiça, núcleo psicossocial e Progefono.

Cada vara irá dispor de recepção, área para a secretaria, arquivo, gabinete do juiz, sala de audiência e banheiro privativo. A estrutura do imóvel ainda comporta duas salas técnicas, uma central de processamento de dados, uma lanchonete e duas copas.

REALIZAÇÃO DE UM SONHO

Durante entrevista, visivelmente emocionado, o diretor do Fórum de Garanhuns, Rinaldo Adilson de Souza - magistrado desde 1989 - ampliou o significado da construção de um novo fórum para o município: "Vai ser a realização de um sonho", afirmou. O juiz lembra que, geograficamente, a cidade polariza o atendimento judiciário. Com a nova estrutura esse atendimento será otimizado.

Com 54 servidores e sete juízes, o fórum tem hoje duas varas cíveis, duas varas criminais, uma vara de assistência jurídica, uma vara da fazenda pública e uma vara de família - o que totalizam sete varas. Com a nova estrutura o número de varas sobe para 10. A comarca de Garanhuns tem dois termos judiciários que agregam os municípios de Paranatama e Brejão. O novo fórum vai valorizar o mercado imobiliário na região. "Em um raio de 200 quilômetros não existe nenhuma construção de porte semelhante", afirma o diretor Rinaldo Adilson.

"Atualmente, funcionamos em um local alugado que já foi uma agência de automóveis. Agora com um prédio construído para atingir a nossa finalidade tudo vai ficar muito mais organizado", conclui. O Diretor chama atenção para um plenário com capacidade para 300 lugares, estacionamento para 50 carros e ambientes para receber advogados e membros do Ministério Público. "Estrutura é integral", sintetiza.

O diretor do Fórum de Garanhuns, juiz **Rinaldo Adilson de Souza** *(acima), está entusiasmado com a estrutura da nova sede, em fase de conclusão (ao lado).*

Com a palavra, o presidente

"A obra foi iniciada na gestão do meu antecessor e eu achei preponderante dar continuidade, porque Garanhuns é uma das comarcas mais importantes da segunda entrância, localizada no Agreste." (Desembargador **Macêdo Malta**)

Garanhuns: cidade estratégica

A história de Garanhuns começou na primeira metade do século XVII, sendo contemporânea das guerrilhas de escravos fugidos para o Quilombo dos Palmares. O movimento deu origem à organização de uma série de fazendas e sítios no local.

Localizada no Agreste pernambucano, Garanhuns fica a 229 km do Recife.

Com uma área de 472,46 Km², a cidade entrou para o roteiro turístico com o Festival de Inverno e tem uma população com 125.141 habitantes. É estratégica pelos limites: ao norte com Capoeiras e Jucati, ao sul com Terezinha, Lagoa do Ouro, Brejão e Correntes, a leste com São João e Palmerina e a oeste com Caetés, Saloá, Paranatama, Brejão e Terezinha.

As principais atividades econômicas da cidade são o comércio, a pecuária e o turismo, com maior potencialidade de desenvolvimento para pecuária de grande porte e produtos alimentares.

CEJ disponibiliza *site* na Internet

ISABELA PIRES RAPOSO

Servidores e magistrados contam com mais um link no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Trata-se do Centro de Estudos Judiciários, dirigido pelo desembargador Frederico Neves, que está com sua página disponibilizada desde o mês passado. Além da jurisprudência do Supremo Tribunal de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, tribunais federais e estadual, os internautas podem conhecer conclusões de juízes cíveis estaduais. O secretário do CEJ, Jovaldo Nunes Gomes, lembra que as decisões dos magistrados irão ficar disponibilizadas permanentemente no site, ao contrário do Diário Oficial que as publica apenas uma vez, como determina a lei processual.

Para isso, os juízes devem remeter suas sentenças pelo e-mail: cej@tjpe.gov.br. "Divulgar a jurisprudência de 1º grau é o diferencial de nossa página em relação a outras na Internet que oferecem apenas conclusões dos tribunais superiores", enfatiza o secretário da CEJ. Na seção artigos, além dos magistrados, servidores e estudantes também podem enviar seus trabalhos para a página.

Os enunciados de encontros de magistrados também estão disponibilizados, além de palestras de eventos realizados pelo Centro. As próximas conferências, que serão inseridas, foram apresentadas em fevereiro, na Semana de Atualização Jurídica, pelo jurista Octávio Lobo e pelos juízes Alexandre Pimentel e André Pires Rosa sobre a nova Lei de Falência, legislação processual e Reforma do Judiciário respectivamente. Atualmente, duas palestras do desembargador Jones Figueirêdo podem ser conferidas no site.

"Estaremos enviando a programação dos próximos eventos da CEJ para os e-mails cadastrados no site". Os internautas podem conferir também as principais legislações brasileiras e o acervo da Biblioteca do Magistrado e enviar sugestões, críticas e dúvidas pelo link *Fale Conosco*.

CONSTRUÇÃO - O projeto da página do CEJ foi criado pela técnica de Informática Clermana Geanni, servidora lotada na Seção de Suporte à Internet da Diretoria de Informática do TJPE. O setor é responsável pela criação do site do TJPE e de inserções de novos links e recursos em sua home. "Com o aval da diretoria, inserimos e prestamos um serviço de manutenção permanente nos links junto aos setores do TJPE, responsáveis pelo fornecimento das informações disponíveis neles", explica Clermana.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 88 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 13 de maio de 2005

Projeto capacita jovens para Corpo de Bombeiros

CATARINA CRISTO

Um projeto da Secretaria de Defesa Social, com o apoio do Corpo de Bombeiros e do Tribunal de Justiça de Pernambuco, vai capacitar adolescentes em funções relacionadas ao trabalho dos Bombeiros através da 3ª Vara da Infância e da Juventude. No dia 3 de maio, aproximadamente 70 adolescentes vindos da Fundac e encaminhados pela 3ª Vara da Infância e da Juventude estiveram no auditório do Centro Integrado da Criança e do Adolescente Oscar Pereira para conhecer o projeto.

O programa vai durar três meses e os adolescentes serão capacitados nas áreas de brigadista de combate a incêndio, socorrista de primeiros socorros e de guardião de piscinas. Todos os alunos receberão as três capacitações. De acordo com o juiz substituto da 3ª Vara da Infância e Juventude, Élio Braz, existe no Congresso Nacional um projeto de lei que prevê a obrigatoriedade de guardiões de piscinas em espaços públicos e há uma mobilização para haver lei estadual semelhante.

Ainda segundo o juiz, a intenção do projeto é que, aos 18 anos, estes adolescentes tenham mais oportunidades no mercado de trabalho. "Queremos formar cidadãos e profissionais", afirma. Cada turma terá 30 alunos e a pretensão dos organizadores é que a primeira seja iniciada em junho. Duas turmas em 2005, além de três anuais a partir de 2006, fazem parte do planejamento.

Para participar os adolescentes devem ter de 16 a 18 anos incompletos e estarem matriculados regularmente na escola. A porta de entrada para o projeto é um encaminhamento feito a partir de avaliação dos adolescentes pela equipe técnica de psicólogos e assistentes sociais da 3ª Vara da Infância e Juventude.

O público ficou atento às instruções dos bombeiros

MATO GROSSO PROMOVE CONCURSO PARA JUIZ

Estão abertas as inscrições para provimento do cargo de juiz substituto em Mato Grosso. Até o próximo dia 24, das 12h às 17h, de segunda-feira a sexta-feira, os bacharéis em direito podem se dirigir à sede do Tribunal daquele Estado, que fica no Centro Político Administrativo de Cuiabá, CEP 78050-970 ou mesmo enviar as inscrições pelos Correios, no caso daqueles residentes em outros municípios ou Estados. O formulário de inscrição já está disponível no site www.tj.mt.gov.br. A taxa para participar do certame, que inclui provas escritas e orais sobre Literatura e Geografia do Mato Grosso, entre os quinze assuntos discriminados no edital, é de R$180,00. Mais informações pelo (65) 617.3101 e acessando os site do Tribunal.

Magistrado do TJPE recebe título

ANA CLÁUDIA DOLORES

"A materialização, em termos honorários, de um amor recíproco entre o homenageado e a cidade do Recife". É assim que o juiz do Tribunal de Justiça de Pernambuco, **João José Targino** (foto), define o título de cidadão recifense, que recebe hoje, na Câmara de Vereadores do Recife.

Paraibano, da cidade de Pombal, a 350 km de João Pessoa, Targino cursou Direito na Universidade Federal da Paraíba e ingressou, em 1994, no TJPE. Juiz corregedor-auxiliar da 2ª Região, já havia recebido, em dezembro, o título de cidadão pernambucano e, agora, tem suas atividades jurídicas reconhecidas pelos recifenses. O magistrado não esconde sua satisfação pela homenagem ciente do compromisso que o título lhe confere. "O título serve também como um estímulo para que eu trabalhe ainda mais pela cidade e pelos que têm sede de justiça", ressalta.

A entrega do Título de Cidadão do Recife será no Plenário da Casa José Mariano, à Rua Princesa Isabel, 410, Boa Vista, a partir das 10h.

Alunos de Direito visitam TJPE

Alunos da Faculdade de Direito do Recife conheceram as instalações do Tribunal de Justiça, dentro da programação da quinzena do calouro. A visita foi promovida pelo Diretório Acadêmico Demócrito de Souza Filho com apoio do Cerimonial do TJPE.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 90 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 17 de maio de 2005

Comarca de Itaíba combate transporte escolar de risco

CATARINA CRISTO

Um encontro para discutir a qualidade e a segurança do transporte escolar em Itaíba, será realizado no fórum da cidade nesta quarta-feira, 18/05, a partir das 19h30. A reunião é parte de uma ação conjunta da Justiça Estadual, Ministério Público e das polícias Civil e Militar que têm como intenção a melhoria da qualidade do serviço prestado aos estudantes do município. "Os estudantes vão para a escola em caminhões com bancos e as péssimas condições do transporte acarretam riscos, provocando até evasão escolar", afirma o juiz da Comarca de Itaíba, Valdecy Gusmão.

Durante o encontro - que vai reunir os motoristas dos veículos que realizam o transporte escolar, dirigentes escolares, estudantes e representantes da prefeitura do município - acontece a palestra com o tema "Segurança no Transporte Escolar", ministrada pelo Comandante do Pelotão de Trânsito do 3º Batalhão. Também serão discutidas as medidas de adequação do transporte a serem tomadas.

Estudantes vão para a escola em transporte inadequado e precário

De acordo com o juiz Valdecy Gusmão, antes desta reunião, já houve uma inspeção inicial nos veículos feita pela Delegacia de Polícia Civil local. Nesta vistoria foram identificadas condições mínimas de transporte e determinadas algumas mudanças, que já resultaram em pequenas melhorias. Para dar continuidade ao trabalho, além do encontro realizado no fórum, também na quarta-feira os veículos serão novamente vistoriados pelo Pelotão de Trânsito do 3º Batalhão.

Itaíba está localizada no Agreste pernambucano, a 331 km do Recife.

TUMULTO. *crianças, jovens e idosos disputam lugar no caminhão que serve como transporte escolar.*

O vice-presidente do TJPE, **Hélio Siqueira Campos**, *recebeu o ministro* **Paulo Gallotti**, *no último dia 12 de maio, no Salão dos Passos Perdidos. Também participaram da comitiva o diretor da Esmape, Des. José Fernandes Lemos, e os desembargadores Roberto Ferreira Lins, Leopoldo Raposo, Ozael Veloso, Alderita Ramos, Jovaldo Nunes e Eduardo Paurá, além do juiz substituto Fernando Martins. O ministro falou sobre o papel do STJ na estrutura do Poder Judiciário brasileiro - qual a sua função, qual a sua missão, o que ele julga e quais os recursos criminais que são da sua competência.*

Serviço Social

Primeiro Encontro Sociojurídico acontece em junho

No dia três de junho será realizado, no Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, o Primeiro Encontro Sociojurídico, com o tema "Serviço Social e Poder Judiciário em Pernambuco: uma experiência de humanização das relações interpessoais". O evento será promovido pelo Conselho Regional de Serviço Social da 4ª Região em parceria com o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Com início marcado para as 13h30m, o encontro terá a presença de juízes de direito, promotores, assistentes sociais e também do professor Denis Bernardes, do Departamento de Serviço Social da UFPE. As inscrições para estudantes poderão ser feitas nos Diretórios Acadêmicos da UFPE ou da Unicap; vão custar R$ 5,00 e podem ser feitas até o dia do evento. Para os profissionais, as inscrições custam R$ 10,00, pela manhã, no I Juizado Especial Criminal. Informações com Graça Lago pelo telefone 3419-3616.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 91 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 18 de maio de 2005

BIBLIOTECA
PODER JUDICIÁRIO
PERNAMBUCO

TJPE Consig funciona em julho

TIAGO BARBOSA

A partir de 1º de julho, servidores e magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco poderão obter empréstimos com desconto em folha pela Internet. O TJPE colocará em funcionamento o *TJPE Consig*, um sistema desenvolvido com a finalidade de conferir comodidade, rapidez e segurança aos que necessitarem realizar a transação junto às instituições bancárias. O acesso ao programa poderá ser feito pela Intranet do Poder Judiciário estadual, no endereço eletrônico www.tjpe.gov.br.

Para utilizar o serviço, o interessado precisa informar o número da matrícula e a senha do contra-cheque. A senha provisória definida pela Diretoria de Recursos Humanos para que os usuários iniciais tenham acesso é **4n0r4a1p**. Depois de utilizar pela primeira vez o *TJPE Consig*, é necessário alterar a senha. O sistema permitirá, ainda, que o usuário realize simulação dos valores dos empréstimos pretendidos e conheça as taxas de juros que estão sendo cobradas pelos bancos conveniados. Segundo o diretor adjunto da DRH, Frank Vieira, possíveis dúvidas que surgirem poderão ser esclarecidas através da Seção de Benefícios (Seben), que atende nos telefones (81) 3419.3430 e 3419.3549, no horário das 12h às 17h.

O diretor adjunto da DRH, **Frank Vieira**, *explica como funciona o Consig*

Cadastro

A DRH está iniciando o processo de cadastro de servidores e magistrados para produzir um **crachá de identificação** que dará acesso às dependências do órgão. O material terá uma foto e uma tarja eletrônica. O cadastramento a ser realizado pela DRH será dividido em duas fases: confirmação dos dados e registro das fotos digitalizadas.

Magistrados investem no aperfeiçoamento

TIAGO BARBOSA

Rumo à excelência da prestação jurisdicional, a Associação dos Magistrados do Estado (Amepe) está ampliando sua política de ajuda a juízes e desembargadores que desejam se aprimorar através da participação em cursos, seminários e pós-graduações. Criada na primeira gestão do atual presidente da entidade, Mozart Valadares, a proposta de conceder auxílio financeiro aos associados da Amepe que querem incrementar suas funções com o que há de novo no meio jurídico só agora ganhou corpo, ao ser instituída pela Resolução nº 9, do mês passado.

A partir de agora, qualquer magistrado associado terá direito ao financiamento pela Amepe de duas inscrições anuais nas modalidades seminários, simpósios, congressos e congêneres, desde que as atividades estejam ligadas à prática judicante. O pagamento pela associação poderá ser feito através do depósito na conta da instituição que estiver promovendo a atividade ou por reembolso com a apresentação, pelo interessado, do comprovante de inscrição.

A ajuda financeira será proporcional ao valor mínimo da inscrição, e o pedido de financiamento deverá ser feito junto à diretoria da Amepe, que terá três dias para se posicionar. Se a autorização for concedida após esse período, a associação cobre qualquer acréscimo no valor da inscrição provocada em função da demora. O incentivo não poderá ser superior a quantia de duas mensalidades pagas pelo associado à Amepe.

Em relação à pós-graduação, a Resolução estipula que o reembolso corresponderá a um terço do valor da mensalidade, depois da apresentação do comprovante de pagamento quitado. Esse montante ficará limitado ao valor de uma contribuição social à Amepe. Enquanto estiver cursando a pós-graduação, o magistrado não poderá utilizar o benefício do patrocínio para se inscrever em seminários, simpósios, congressos e congêneres. Em outras palavras, só será possível usufruir um incentivo quem abrir mão do outro.

Caso o magistrado desista do curso de pós-graduação, ele deverá ressarcir o valor financiado pela Amepe, que será corrigido monetariamente pelos índices da caderneta de poupança até a data do último pagamento. Mas a Resolução ressalva que o ressarcimento poderá ser dispensado se o magistrado que deixou as aulas apresentar uma justificativa convincente à diretoria da associação.

Números

Desde que retomou o programa de auxílio financeiro aos magistrados para participação em atividades de aperfeiçoamento, a Amepe já investiu cerca de R$ 85 mil, segundo a Diretoria de Finanças e Patrimônio da associação. De acordo com um balanço da entidade, foram beneficiados 220 magistrados em quase 30 atividades que vão de pós-graduações a congressos nacionais, encontros, jornadas, entre outros.

Para o diretor de Finanças e Patrimônio, juiz Edvaldo Palmeira, a tendência é de que a procura pelo programa de aperfeiçoamento aumente. Ele justifica que a iniciativa beneficia não somente os magistrados, que ganham subsídios para usar na profissão, mas também a população, que vê esses subsídios se converterem em decisões mais aprimoradas. O juiz diz acreditar que o sucesso que o programa vem obtendo vai resultar numa "reação em cadeia", na qual magistrados estarão sempre em busca para oferecer algo mais.

Eliana Calmon e Heloisa Helena na Esmape

A ministra Eliana Calmon, do Superior Tribunal de Justiça, é uma das personalidades que fará uma palestra no Recife a convite da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Ela vai falar sobre "Elisão, Simulação e Crimes contra a Ordem Tributária" na próxima sexta-feira, dia 20. Já na segunda-feira, dia 23, o público terá oportunidade de conferir a análise de conjuntura da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL). Os eventos são gratuitos e acontecem no auditório da Esmape, sempre a partir das 19 horas. A sede da escola fica na Rua do Imperador, ao lado do Edifício Paula Baptista.

Nota máxima

O estagiário de Direito do TJPE com exercício na VEPA, Diógenes da Luz Alencar, bacharelando da Unicap (Universidade Católica de Pernambuco), obteve nota 10 (dez) em seu trabalho de conclusão de curso que teve como tema "Aplicabilidade das Penas Alternativas em Crimes Hediondos e Assemelhados", defendido no dia 12/05/2005. A banca foi composta pelos professores Maria de Fátima de Carvalho Falcão, Jayme Benvenuto Lima Júnior e Mirza Maria Pedrosa Porto de Mendonça.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 92 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 19 de maio de 2005

TJPE reforça penas alternativas em Petrolina

CATARINA CRISTO

O Poder Judiciário estadual vai implantar, em parceria com a Secretaria de Defesa Social (SDS), o primeiro núcleo de fiscalização de penas alternativas no interior do Estado, em Petrolina. A assinatura do termo que define a parceria está agendada para a próxima sexta-feira, 20 de maio, às 15h, no gabinete do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta.

O convênio que será assinado pelos dois poderes estabelece a liberação de técnicos e um veículo, por parte da SDS, que servirão aos trabalhos de fiscalização e acompanhamento da aplicação de penas alternativas em Petrolina. Essa fiscalização será realizada apenas em dias determinados.

As penas alternativas já vêm sendo adotadas na Comarca de Petrolina, por iniciativa dos juízes das duas varas criminais ali existentes, nos termos permitidos pela lei. Mas a fiscalização da aplicação dessas penas fora da Região Metropolitana do Recife ainda é precária, segundo o juiz da Vara de Penas Alternativas (Vepa), Flávio Fontes. "Pena alternativa sem acompanhamento é sinônimo de impunidade", adverte.

A iniciativa de levar a fiscalização para o interior é uma das diretrizes da gestão do desembargador Macêdo Malta e do corregedor-geral de Justiça, desembargador Fausto Freitas. "Na execução de penas alternativas, o pequeno índice de não-reincidência, por si só, já justifica a extensão do programa para o interior", afirma Malta.

Depois da assinatura do convênio, o juiz da Vepa, Flávio Fontes, a promotora de justiça Maria Helena Luna e a defensora pública Elda Benvindo vão participar de uma reunião no Fórum de Petrolina. Junto com o secretário executivo de ressocialização da SDS, Cel. Josberto Rocha, eles vão apresentar aos juízes, promotores e técnicos das varas criminais de Petrolina e também a representantes da Prefeitura do Município, o método de trabalho da Vepa, que vem dando bons resultados nos 14 municípios da Região Metropolitana do Recife, onde atua. A reunião acontece no dia 30 de maio, a partir das 13h30, no Fórum da cidade.

De acordo com o juiz Flávio Fontes, a criação de núcleos especializados no trabalho com este tipo de pena no interior do Estado é importante porque, de acordo com a ciência criminológica moderna, as penas alternativas são a solução mais eficaz para casos de crimes de pequena e média gravidade. "As penas alternativas educam para a não repetição do crime e evitam que o apenado cometa crimes de maior potencial agressivo. O índice de reincidência na Vepa é menos que 1% e no sistema prisional, chega, em média, a 70%", afirma o juiz.

Marcos Costa / TJPE

Para **Flávio Fontes**, *pena alternativa sem acompanhamento é sinônimo de impunidade*

Com a palavra, o presidente

"Na execução de penas alternativas, o pequeno índice de não-reincidência, por si só, já justifica a extensão do programa para o interior". (Desembargador **Macêdo Malta**)

Memorial da Justiça participa da Semana do Museu

TIAGO BARBOSA

O Memorial da Justiça do Poder Judiciário estadual está participando, pela quarta vez, da semana em comemoração ao Dia Internacional dos Museus. Desde terça-feira, o centro de preservação da história do Tribunal de Justiça de Pernambuco está com um estande informativo na nova ala do Shopping Tacaruna, onde divulga o conteúdo do acervo histórico que é preservado. Neste domingo, o Memorial vai estar de portas abertas à visitação normal e será um dos pontos de parada da caravana que sairá do shopping com destino aos museus da Região Metropolitana.

A divulgação das atividades dos museus durante esse período é uma iniciativa do Fórum dos Museus de Pernambuco. Há quatro anos, a entidade organiza um itinerário de visitação aos centros de preservação histórica em um dia previamente escolhido. Esse ano, foram traçados dez circuitos, repartidos entre quatro shoppings: Tacaruna, Boa Vista, Paço Alfândega e Plaza. Cada centro de compras servirá de ponto de partida para saída de quatro ônibus, que seguirão divididos em dois circuitos diferentes. A capacidade dos coletivos é para transportar 40 pessoas, além de um monitor especializado que acompanhará a viagem.

O Memorial da Justiça está na rota do circuito VI, juntamente com o Espaço Ciência e o Museu Militar do Forte do Brum. Para ter acesso ao passeio cultural, os interessados devem se inscrever até sexta-feira próxima, nos estandes montados nos shoppings, informando o nome e o itinerário que desejam percorrer. Caso as vagas se esgotem, haverá a formação de um cadastro de espera. No domingo, se as pessoas que constam na lista inicial faltarem, os ônibus serão preenchidos pela ordem da lista extra até completar a lotação.

Para a coordenadora do estande do Memorial no Tacaruna, Cláudia Amorim, essa é uma forma de aproximar a Justiça da comunidade. "As pessoas que visitam o local geralmente se mostram surpresas. Elas não conhecem. Dizem que passavam pela frente do Memorial, mas não sabiam do que se tratava. O passeio é uma oportunidade de quebrar essa barreira", diz Cláudia.

DIVULGAÇÃO

Cláudia revela que o Memorial vem desenvolvendo outro trabalho para que as pessoas conheçam a história do Judiciário do Estado. Através de uma parceria com as escolas particulares, estão sendo organizadas excursões de alunos às dependências do Memorial e Palácio da Justiça. "Desde o início do ano, trabalhamos com os professores e alunos para que venham nos visitar", afirma. O Memorial da Justiça fica na Avenida Alfredo Lisboa, s/n, Bairro do Brum. Contatos podem ser feitos pelo telefone (3224 0142) e por e-mail (memojust@tjpe.gov.br). O espaço está aberto para visitação de segunda à sexta, das 13h às 18h.

Marcos Costa / TJPE

A história do TJPE está exposta no Shopping Tacaruna

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 94 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 21 de maio de 2005

Abrigos discutem acolhimento a crianças

Projeto* Saúde na Escola: Continuando a Crescer *mobiliza entidades que atuam com vítimas de sofrimento psíquico

SÉRGIO MARCOS FEITOSA

Na Região Metropolitana do Recife existem abrigos onde são mantidos em caráter temporário crianças e adolescentes em situação de risco. Nem sempre se trata de casos de orfandade. São, geralmente, vítimas de violência - que vão desde a agressão física comum ao abuso sexual. Quando a violência é praticada por alguém da própria família e não há outra forma de garantir a integridade da criança, a Justiça então recorre aos abrigos.

Situações como essa suscitam uma indagação inevitável: os abrigos destinados a esse fim estão suficientemente preparados para exercerem o delicado papel de substitutos da família?

"Como medida provisória de proteção à criança, o abrigo precisa estar qualificado, humanizado, oferecendo um ambiente de acolhimento a essa criança. Mesmo que ela passe um dia, um mês, um ano as pessoas lá precisam ser uma referência, de modo que a criança não seja vista como excluída", observa a psicóloga da Comissão Estadual Judiciária de Adoção de Pernambuco (Ceja), Edineide Maria da Silva.

Esse ideal, no entanto, não é tarefa fácil de se alcançar. As dificuldades de se acompanhar crianças nos abrigos são grandes e as pessoas que neles trabalham nem sempre têm oportunidade de se capacitarem adequadamente para oferecer melhor atendimento. De olho nesta realidade, surgiu o projeto Saúde na Escola - Continuando a Crescer.

Trata-se de uma iniciativa encampada por instituições governamentais e não-governamentais envolvidas no trabalho de acompanhamento a crianças abrigadas. O projeto integra secretarias municipais do Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e do governo do Estado que atuam nas áreas de Saúde, Educação ou de Políticas Sociais.

Entre os atores diretos estão entidades como o Centro Médico Psicopedagógico Infantil (CEMPI), Lar do Neném, Lar Paulo de Tarso, Lar Elizabete Mein, Abrigo Tereza de Jesus, Escola Dom Helder Câmara, além do Centro de Atendimento à Criança e ao Adolescente (CEAC), Casa de Carolina, órgãos mantidos pela Fundac.

O Poder Judiciário estadual também integra o projeto, através da Comissão Estadual de Justiça e Adoção (CEJA), em parceria com o Núcleo de Orientação e Fiscalização de Entidades dos Abrigos (NOFE) da 1ª Vara da Infância e Juventude do Recife.

SEMINÁRIOS - Na busca da excelência no atendimento à criança e adolescente em situação de risco, o projeto *Saúde na Escola - Continuando a Crescer* promove mensalmente seminários e cursos destinados à formação e capacitação continuada de professores, técnicos da saúde, da educação e da assistência social envolvidos no trabalho.

Segundo a Edineide Silva, responsável pela coordenação dos seminários, esses eventos constituem importante espaço de troca de experiências entre as partes envolvidas. Os seminários são divididos em dois momentos. No primeiro, os participantes relatam suas experiências, dificuldades e conquistas, compartilham experiências de trabalho junto às crianças e adolescentes. Depois, acontece a palestra. "A primeira etapa do seminário é rica, pois os funcionários têm, nesse momento, a oportunidade de falar sobre o seu saber, compartilhar experiências e refletir sobre sua ação. Essas pessoas são muito importantes para as crianças. Por isso, é imprescindível a valorização do trabalho desses profissionais, e isso pode ser feito a partir da troca das experiências próprias", observa.

Este ano, já foram realizados três seminários com os abrigos. O mais recente aconteceu no dia 6 de maio, com o tema O que é educar?, apresentado pela psicóloga Ana Crista Fonseca. As discussões enfocaram o papel dos funcionários no desenvolvimento dos abrigados, destacando como adultos são referências para os que estão em desenvolvimento.

Segundo a psicóloga Edineide Maria, da Ceja, (à esquerda, na foto abaixo) a criança abrigada não pode sentir-se excluída.

Os seminários do projeto Saúde na Escola primam pela troca de experiências.

Saúde na Escola *tem metodologia participativa*

ANA CLÁUDIA DOLORES

Promover o intercâmbio de experiências entre os profissionais que lidam com crianças e adolescentes em estado de sofrimento psíquico. Essa é a base da metodologia que o projeto *Saúde na Escola: Continuando a Crescer* está aplicando em seus trabalhos, na perspectiva de uma articulação da saúde, da educação e da assistência social. Para isso, estão sendo adotadas algumas estratégias de assessoramento técnico aos municípios e instituições participantes. Uma delas consta em mobilizar os gestores dos órgãos de saúde e educação de municípios da Região Metropolitana do Recife, além da Comissão Estadual de Justiça e Adoção, para fortalecer as parcerias e viabilizar a implantação da metodologia no trabalho de articulação com os diversos segmentos que lidam com a atenção integral à criança e ao adolescente. Isso está sendo feito através da formação e capacitação continuada de professores e técnicos envolvidos no processo de inclusão desses assistidos.

Outra estratégia é a realização de visitas regulares às Escolas, Abrigos e demais instituições que demandam participação no projeto, para acompanhamento e recepção das crianças e adolescentes. Essa assessoria direta visa melhorar o processo de escolarização desses jovens, a fim de viabilizar a qualidade do processo de inclusão na escola. Também são oferecidas formação e capacitação a professores e técnicos da saúde, da educação e da assistência social que acolhem a criança e o adolescente em processo de inclusão escolar.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 95 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 24 de maio de 2005

Memorial da Justiça recebe alunos

TIAGO BARBOSA

A parceria que o Memorial da Justiça vem procurando desenvolver com as escolas começou a render os primeiros frutos. A proposta de atrair os alunos para conhecer a história do Judiciário do Estado se concretizou na última sexta-feira, quando estudantes do Colégio Maria Auxiliadora visitaram o centro de preservação do Judiciário estadual. Eles percorreram os setores do museu e receberam orientações dos monitores sobre a criação e o funcionamento do Tribunal de Justiça de Pernambuco, antigo Tribunal da Relação, assim como tiveram a oportunidade de visualizar o acervo de processos e documentos que a entidade mantém.

Cerca de 40 alunos do 2º ano do ensino médio também conheceram a galeria de fotos dos ex-presidentes do Tribunal de Justiça de Pernambuco, inaugurada este ano, assistiram a um vídeo institucional, além de compartilhar duas exposições que o museu abriga: uma permanente sobre o Tribunal da Relação, que detalha o passo-a-passo do surgimento do Poder no Estado, e a temporária sobre o Processo Judicial, seus trâmites e seu papel na sociedade. "O objetivo é fazer com que os estudantes saibam o que é a Justiça, qual o papel de um desembargador e de um juiz", expõe Carlos Alberto, coordenador dos monitores do Memorial.

A memória do Poder Judiciário tem merecido crescente atenção das instituições de ensino

Se para a Justiça a intenção é se fazer conhecer, para os representantes dos colégios a meta é unir o conteúdo visto em sala de aula à prática. A professora de História Maria de Jesus Santana, que coordenou o grupo em visita ao Memorial, disse que a iniciativa "casou" com o que estava sendo lecionado aos alunos. "Estávamos vendo, em História do Brasil, a transferência de poder dos donatários e o surgimento da Justiça em nosso país", relatou. Ela destacou que esse tipo de visita pedagógica contribui para despertar a consciência sobre a importância da preservação da história e da memória do Estado e do País. "Nada melhor que o museu para isso", categorizou.

As visitas ainda têm a capacidade de proporcionar outro benefício aos estudantes, segundo Maria de Jesus. "Elas ajudam a mudar o conceito tão deturpado de Justiça que permeia a sociedade atualmente. Entre os alunos, muitos pretendem cursar Direito e, certamente, esse contato serve para quebrar preconceitos", concluiu.

O Memorial da Justiça é um espaço de preservação histórica do Tribunal de Justiça de Pernambuco e está aberto para visitação de segunda à sexta, das 13h às 18h. Ele fica situado na Avenida Alfredo Lisboa, s/n, Bairro do Bram. Contatos podem ser feitos pelo telefone: 3224.0142 e por e-mail: memojast@tjpe.gov.br.

PRESIDENTE ASSINA CONVÊNIOS - *Na última sexta, 20/05, o gabinete da presidência recebeu o Secretário de Defesa Social, João Braga, o Secretário Executivo de Ressocialização Social, Josberto Rocha, a Defensora Pública e Gerente da Colônia Penal Bom Pastor, Ana Moura, e o Comandante Geral do Corpo de Bombeiros, Ricardo Antonio Alves de Santana. Na ocasião foram assinados os convênios para confecção de togas dos Juízes pelas detentas do Bom Pastor e a operacionalização da UTI Móvel do TJPE pelo Corpo de Bombeiros. O presidente Macêdo Malta ressaltou que, mais uma vez, o Poder Judiciário contou com a parceria fundamental do Poder Executivo.*

Palestra

ELISÃO, SIMULAÇÃO E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA - *Esse foi o tema da palestra proferida pela ministra* **Eliana Calmon**, *na noite da sexta-feira, 20/05. A platéia superou as expectativas e o evento precisou ser transferido para a sala de sessões do Tribunal Pleno. Cerca de 200 pessoas assistiram atentas até o final.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
TJPE - BIBLIOTECA
Ano LXXXII • Nº 96 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 25 de maio de 2005

Juiz é referência por atuação no Sistema Penitenciário

IZABELA PIRES RAPOSO

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Adeildo Nunes, é o escolhido para ser homenageado pelo Casangá Ágape. O evento será no Boi Preto, restaurante localizado no bairro do Pina, às 12h, nesta quarta (25/05) e contará com a saudação do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Roldão Joaquim. O Ágape presta homenagens, há 60 anos, para personalidades de Pernambuco através da promoção de seus almoços de adesão. Além do reconhecimento de seu trabalho pela sociedade pernambucana, o juiz confirma seu talento como escritor, já que lançará o livro "A Realidade das Prisões Brasileiras", que discorre sobre sua dissertação de Mestrado, recentemente aprovada pela Universidade Lusíada de Lisboa. Promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, o lançamento será na Associação Comercial de Pernambuco, ao lado da Praça do Marco Zero, no dia 06 de junho, segunda-feira.

No livro, o autor aponta e detalha soluções para o Sistema Penitenciário

A obra trata dos problemas crônicos que envolvem o sistema carcerário do País como a superlotação, o tratamento oferecido ao detento e os modelos prisionais atuais. No final do livro, de 459 páginas, editado pela Editora NossaLivraria, o autor aponta e detalha soluções para atenuar a crise que atravessa os presídios e penitenciárias brasileiras. Entre elas, o juiz destaca a implantação do uso de pulseira eletrônica em presos que cumpram pena em regime semi-aberto e a construção de Prisões-Escola - idéia já defendida pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Nildo Nery dos Santos, hoje aposentado.

Na primeira proposta, o preso é monitorado por computadores, podendo cumprir este tipo de pena fora dos presídios. "No Brasil, um preso com a pulseira custaria R$ 250,00 ao mês, ao passo que seu custo em regime fechado é de R$ 800,00 mensais", compara.

Segundo Adeildo Nunes, o país pioneiro ao mundo na implantação deste sistema foi Portugal, local onde pode comprovar o baixo custo do projeto. Já a prisão-escola seria unidades que receberiam os infratores analfabetos com estrutura para ensino. "No caso, eles seriam obrigados a assistir aulas e apresentar bom rendimento escolar, enquanto estivesse cumprindo sua pena nestas unidades", explica Adeildo.

Concurso para estágio

Resultado será publicado em uma semana

TIAGO BARBOSA

Concentração: *estudantes tentam uma vaga de estágio no TJPE*

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) aplicou nesse domingo as provas para seleção dos estudantes de curso superior que pretendem estagiar no Poder a partir desse ano. De acordo com um balanço feito pela Diretoria de Recursos Humanos do TJPE, o índice de abstenção a essa, que é a única etapa do concurso, foi de 16%. O percentual corresponde a 770 dos 4790 inscritos. O resultado será divulgado em uma semana no site do TJPE (www.tjpe.gov.br), da Sismeta (www.sismeta.com.br), e será afixado no térreo do Edifício Paula Baptista, na Rua do Imperador. Também haverá publicação no Diário Oficial do Judiciário.

O TJ está oferecendo 265 vagas de estágio para alunos de 17 cursos. Os candidatos aprovados, mas não classificados, formarão um cadastro de reserva. O edital do concurso prevê que, caso haja empate, a disputa será decidida pelo seguinte critério: maior nota na prova de conhecimento específico, na de redação e, persistindo a igualdade, ficará com a vaga o concorrente mais velho.

AVISO

Por não haver expediente nos dias 26 e 27 deste mês, em razão do feriado de Corpus Christi, a página de notícias do PODER JUDICIÁRIO não circulará nessas datas. Ressaltamos que haverá Plantão Judiciário Permanente de acordo com os Termos da Instrução Normativa Nº 02/2000 e Emenda Constitucional Nº 45/2004. O informe da Presidência foi publicado no Diário Oficial do TJPE do dia 13 de maio.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 97 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 26 de maio de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE e Alepe discutem Penas Alternativas

SÉRGIO MARCOS FEITOSA

No Grande Recife, apenas 2% dos infratores punidos com penas alternativas voltam a se envolver em práticas delituosas. No sistema carcerário brasileiro, a reincidência é de 80%. Esses dados, apresentados pelos juízes da 1ª Vara de Execução Penal (1ª VEP), Adeildo Nunes, e da Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa), Flávio Fontes, causou surpresa entre os deputados estaduais que integram Comissão de Defesa da Cidadania.

A exposição dos magistrados do Poder Judiciário estadual aconteceu durante uma audiência pública realizada na Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe), na última terça-feira, para discutir o sistema carcerário e a aplicação das penas alternativas no Estado.

Além de membros do Judiciário e Legislativo, o evento reuniu representantes do Ministério e Defensoria Pública, Secretaria de Defesa Social, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, representantes de ONGs, funcionários de órgãos públicos municipais que atuam em parceria com a Vepa na fiscalização da aplicação das penas alternativas no Grande Recife, além de vários beneficiários.

Com o auditório do 6º andar da Alepe lotado, Flávio Fontes abriu a conferência chamando a atenção para o acentuado grau de falência do sistema carcerário no Brasil. Segundo o titular da Vepa, o sistema prisional tem custos financeiro e social altos demais. "Cada preso representa uma despesa mensal de R$ 700 e, além disso, a carceragem é ineficaz no aspecto da ressocialização", disse Fontes chamando a atenção dos deputados para o principal mérito das penas alternativas: a oportunidade de uma nova chance que é dada aos infratores primários condenados a penas iguais ou inferiores a quatro anos de detenção.

O juiz Adeildo Nunes deixou claro o entendimento de que a prisão é medida inevitável à punição de criminosos perigosos que constituem em ameaça ao convívio social. Contudo, não considera medida mais correta para um réu primário que tenha praticado crime de pequeno potencial ofensivo. "Uma pessoa que estuprou oito, por exemplo, não pode viver no meio da sociedade. Mas o réu sem antecedentes criminais, cuja pena culmine em quatro anos de reclusão, não deve receber o mesmo tratamento", advertiu.

O juiz da 1ª VEP também reforça o entendimento de que o sistema penitenciário brasileiro vigente em vez de 'ressocializar constitui um aliado ao crime. "Tenho assistido pessoas presas por furto de um celular que saem do presídio transformado em traficante", disse.

Os dados apresentados pelos dois juízes da comarca do Recife mostram que a população carcerária em Pernambuco duplicou nos últimos cinco anos. Em 2000, eram 7 mil presos. Atualmente, são 14 mil. "Nunca o sistema policial prendeu tanto. Entre sexta-feira e domingo passados foi registrada uma média de 12 prisões por dia. No entanto a violência não tem diminuído e vem aumentando cada vez mais o sentimento de insegurança e impotência na sociedade".

Flávio Fontes e Adeildo Nunes *(centro) falaram sobre Penas Alternativas, na Alepe.*

FIM DA IMPUNIDADE

Os dois juízes de execuções penais concordaram na afirmativa de que, antes da instituição das penas alternativas, muitos crimes considerados de pequenas proporções ficavam na impunidade. Alguns magistrados preferiam deixar ocorrer a prescrição dos autos a ter que encarcerar um réu sem antecedentes criminais junto com infratores perigosos.

O juiz Flávio Fontes observa que os delitos sujeitos a penas alternativas são os pequenos furtos - muitos deles para atender uma necessidade imediata de fome. Ele citou casos, por exemplo, de pessoas recolhidas ao Cotel por ter roubado uma lata de leite, e o recente episódio de uma jovem de 21 anos, desempregada, mãe de cinco filhos, presa ao roubar para se alimentar. "É hora de se pensar melhor em controle da natalidade", alertou o juiz da Vepa.

Outro exemplo citado por Fontes durante a audiência pública na Alepe, e que chamou a atenção do público, foi de um detento oriundo de Santa Cruz do Capibaribe, preso por furto e mantido durante mais de três anos no Presídio Aníbal Bruno sem sequer ter sido denunciado pelo Ministério Público.

Outros como acidentes de trânsito, desacato à autoridade, uso de drogas, lesões corporais leves, entre outras infrações cujas condenações não passam de quatro anos.

As penas alternativas variam de acordo com a gravidade do caso. Pode ser uma simples multa, proibição do exercício da profissão, suspensão da habilitação, perda de bens e valores, limitação do fim de semana ou de lugares a freqüentar, prestação de serviços à comunidade, entre outros.

Vepa tem atuação ampliada

Criada na gestão do desembargador Nildo Nery à frente da presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa) entrou em funcionamento na Comarca do Recife em fevereiro de 2001, com 215 processos. Este número tem se multiplicado a cada ano. Somente dessa primeira metade de 2005, a vara já recebeu 705 novos processos. "Temos chegado a quase 300 processos por mês", informa o juiz Flávio Fontes.

Atualmente, a Vepa atua em 14 municípios da Região Metropolitana do Recife: Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista e São Lourenço da Mata, além dos processos da Capital. Sua área de atuação foi ampliada para essas comarcas graças a partir de um convênio firmado com a Central Nacional de Penas Alternativas (Cenapa) do Ministério da Justiça. A partir dessa parceria, a Vepa passou a contar com um profissional de Psicologia e outro de Assistência Social em cada uma dessas comarcas.

Dessa forma, a Vepa teve sua equipe ampliada. De três servidores, no início de suas atividades, a vara passou a contar, hoje, com uma equipe de 37 pessoas, além de voluntários. São profissionais e estagiários de Direito, Psicologia, Serviço Social, entre outras atividades técnicas afins, responsáveis pelo acompanhamento e avaliação contínua do beneficiário e fiscalização do cumprimento da pena. "Todos os beneficiários participam de reuniões mensais e o juiz visita cada um deles uma vez por mês", observa Flávio Fontes, destacando que providências desse tipo garantem o fiel cumprimento das penas estabelecidas, evitando qualquer possibilidade de impunidade.

Pernambuco foi o segundo Estado brasileiro a contar com uma vara de execuções de penas alternativas. O pioneirismo coube à comarca de Fortaleza, capital cearense. O trabalho da Vepa no Recife, no entanto, já a transformou numa referência nacional, sendo apontada pela Cenapa como experiência modelo.

ACMEPE

Saúde em foco

Até o final do ano, servidores terceirizados do Tribunal de Justiça de Pernambuco vão ter um momento dedicado à ampliação da cidadania. Trata-se do Ciclo de Palestras, promovido pela Associação dos Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco - Acmepe, que visa informar sobre saúde, com foco na prevenção.

A primeira palestra está marcada para a próxima terça-feira, 31, com a médica Virgínia Régis de Moura. Ela vai falar sobre "A medicina preventiva em suas etapas, desde o nascimento". O evento acontece às 17h30, no auditório da Acmepe, no edifício Paula Baptista, e será encerrado com um coffee break.

Segundo a presidente da Acmepe, Rita Malta, o ciclo se repete no último dia útil de cada mês.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXI • Nº 99 | Poder Judiciário Estadual | Recife, sábado, 28 de maio de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Corregedoria Geral da Justiça

Corregedor: Des. Fausto Freitas

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

EDITAL Nº 69/2005

O Exmo. Sr. Desembargador Corregedor Geral da Justiça do Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e em virtude da Lei, etc... FAZ SABER, a quem interessar possa e deste edital tiver conhecimento, que foram indicados pelo Delegatário do Cartório do 1º Ofício e Anexos da Comarca de Moreno/PE, Sr. Marcos José Freire Lopes para funcionarem como 1º substituto o Escrevente concursado, **MANOEL LEONARDO MENDONÇA LOPES**, RG. n.º 3.762.815 SSP/PE e CPF/MF nº 044.633.364-60; e como 2º substituta **CLAUDIA CRISTINA MONTENEGRO MENDES FERREIRA**, RG. n.º 5.335.498 SSP-PE e CPF/MF nº 904.843.214-15, do referido serviço extrajudicial. Recife, 11 de Maio de 2005. Mandei digitar, subscrevo e assino.

Des. Fausto Freitas
Corregedor Geral da Justiça

(84674)

Comarca da Capital

PODER JUDICIÁRIO

Fórum do Recife - Expediente nº 2005.0163.001973

Processo nº 001.2004.035137-7 - EDITAL. O Doutor Márcio Fernando de Aguiar Silva, Juiz de Direito Titular, da Primeira Vara de Órfãos, Interditos e Ausentes da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, em virtude da lei, etc. Faz saber a todos quantos o presente edital virem ou notícia tiverem que, perante este Juízo, se processam a INTERDIÇÃO de JORGE GOMES PEREIRA, decretada por Sentença proferida em 12 DE MAIO DE 2005, declarando-o incapaz de, em caráter absoluto e permanente praticar os atos da vida civil, por ser portador de: Cid-10: -0.60.4 + 1.10+ 1.61.6 + 1.69.2, e, em consequência foi nomeado ESTELA GALINDO AVELAR como Curadora. E, para que chegue ao conhecimento de todos foi expedido o presente edital que será publicado na forma da Lei e afixado no lugar de costume. Recife 19 de maio de 2005. Eu, Chefe de Secretaria, subscrevo. a) Márcio Fernando de Aguiar Silva – Juiz de Direito.

(84677)

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Macêdo Malta

Vice-Presidente:
Des. Siqueira Campos

Corregedor-Geral:
Des. Fausto Freitas

Assessora de Comunicação
Rosa Miranda

Edição:
Sérgio Marcos Feitosa

Editores de Imagem:
Assis Lima e Marcos Costa

Redatores:
Izabela Pires Raposo
(jornalista)
Ana Cláudia Menezes, Catarina Cristo
Marcela Martins e Tiago Barbosa
(estagiários)

Diagramação:
Ana Cláudia Menezes

Endereço:
Palácio da Justiça - Pça da República, s/n
Santo Antônio - Recife/PE

Fone: (81)3424.1163 Fax 3419.3251
e-mail: assecom@cpe.gov.br

Nosso endereço na Internet
http://www.tjpe.gov.br

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

As matérias publicadas neste caderno podem ser consultadas na Internet, no site abaixo:

www.cepe.com.br

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 101 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 1º de junho de 2005

Campanha chama atenção para abrigos

TIAGO BARBOSA

O Juizado da Infância e da Juventude e as entidades não-governamentais querem atrair os olhos da sociedade pernambucana para as crianças e adolescentes que vivem nos abrigos da Região Metropolitana do Recife à espera de adoção. Com a produção de dois filmes publicitários televisivos e spots para a rádio, a iniciativa conjunta pretende incentivar o acesso ao Projeto Estrela-Guia, programa desenvolvido pelo juizado para promover o apadrinhamento desse público jovem através do suporte afetivo-psicológico e material. Depois de uma negociação com os representantes das emissoras de rádio e TV, foi fechado um acordo para que o material informativo seja exibido durante dois meses, gratuitamente, nessas mídias.

Segundo o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude, Luis Carlos Figueirêdo, o horário da exibição dos filmes e dos spots de rádio, que terão 30 segundos de duração, ficará a critério das emissoras. Ele disse acreditar que as inserções nos veículos de comunicação podem "incentivar o apadrinhamento verdadeiro. Aquele que faz a pessoa dedicar atenção permanente e ajudar a encaminhar o jovem para a vida, que é o papel do padrinho". O juiz informou que, atualmente, há em torno de cem padrinhos efetivos. Mas a quantidade é insuficiente para atender a demanda dos abrigos da RMR, onde cerca de 600 crianças estão carentes de um convívio familiar.

As produções televisivas vão tentar sensibilizar o telespectador para esse quadro. Um dos filmes traz uma criança sentada em um sofá ao lado de um telefone, aguardando ansiosamente por uma ligação. Durante todo o tempo em que o vídeo vai ao ar, ela permanece diante do aparelho e uma locução sugere que o telespectador pode ser a pessoa a ligar e tirá-la da angústia em que se encontra.

A criação do vídeo é da Mart Pet Comunicação, agência de publicidade que conta com o selo "Amigo da Criança", conferido pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedo (Abrinq). Segundo a executiva de atendimento da empresa, Thelma Guerra, a gravação do vídeo com caráter beneficente faz parte da política da agência. "Nós temos que participar. Não podemos esperar apenas que os governos façam a sua parte. Temos de fazer a nossa", justifica.

O outro vídeo retrata um padrinho ensinando um jovem a andar de bicicleta. O filme foi produzido graças a uma parceria firmada com a organização não-governamental Auçuba. De acordo com a diretora executiva da ONG, Gorete Linhares, a entidade realizou um trabalho de articulação para recrutar os atores voluntários (ou seja, sem custos) que figurassem na película e contribuiu na criação do roteiro juntamente com Eric Laurence, vencedor do Cine PE 2005 na categoria melhor curta ficção, com a obra Entre Paredes. A Auçuba também ficou responsável pela parte técnica com a reprodução das fitas e a ilha de edição.

Para Gorete Linhares, "a idéia do filme é mostrar a doação do padrinho para a criança, através de uma mensagem quase poética". Ela chama atenção para um recado implícito no vídeo: "O ato de ensinar a andar de bicicleta pode até parecer simples, mas revela um gesto de grande importância para quem não tem ninguém. Mostra que, ao se dar a mão, também se está dando o apoio. Uma coisa simples que causa impacto". Ela antecipa que, embora as imagens sejam preponderantes no filme, elas serão entrecortadas por passagens de textos. A Auçuba desenvolve trabalhos de educação pela comunicação, sensibilização da mídia nos assuntos envolvendo as crianças e os adolescentes e luta pela qualidade da informação, principalmente para esse público.

O apoio da Auçuba foi gratuito. Gorete informou que isso acontece sempre que a ONG tem condições de realizar esse tipo de trabalho. "Fomos procurados pelo juizado e pela Organização das Nações Unidas para a Infância e Juventude (Unicef). Analisamos e vimos que tínhamos como efetuar o trabalho, que está em sintonia com nossas metas", detalhou.

A iniciativa dos vídeos contou com outras várias parcerias estratégicas. O juiz Luís Carlos Figueirêdo enumerou pessoas que tiveram participação decisiva para que a proposta fosse viabilizada: "Celso Coli (gerente regional da Rede Globo), Joezil Barros (pela TV Guararapes), Luis Carlos Gorgel (TV Jornal), Bina Mariano (Rede TV), João Carlos Pedrosa (TV Tribuna), Pedro Paulo (TV Nova), Paulo Jardel (TV Universitária), e Ivan Feitosa, pelas emissoras de rádio, foram pessoas sem as quais não teríamos o espaço que precisávamos", disse.

Luis Carlos: *"o ato de ensinar uma coisa simples causa impacto".*

NOTAS

PESQUEIRA REÚNE OPERADORES DE JUSTIÇA

Magistrados, advogados, promotores de Justiça e defensores públicos de 21 comarcas do Interior pernambucano vão se reunir, de amanhã até sábado, na cidade de Pesqueira. Eles participam do 3º Encontro Regional da Justiça, evento promovido em parceria pela Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe), Associação do Ministério Público de Pernambuco (Amppe) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE).

Durante três dias, assuntos relacionados ao Judiciário serão debatidos por autoridades especialmente convidadas pela organização do encontro. O objetivo também é estreitar o contato das associações de classe com seus associados. O evento abrange as comarcas de Águas Belas, Alagoinha, Arcoverde, Belo Jardim, Buíque, Cachoeirinha, Capoeiras, Garanhuns, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Jupi, Lajedo, Pedra, Poção, Saloá, Sanharó, São Bento do Una, São Caetano e Venturosa, além da comarca sede do evento.

PREPARAÇÃO PARA CONCURSO

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) abriu vagas para o tradicional curso de preparação à magistratura. As inscrições para o processo de seleção vão até o dia 17 de junho. Os interessados devem dirigir-se à secretaria da Escola, no horário das 15h às 21h. A taxa de inscrições é de R$ 85,00 e o manual do candidato custa R$ 5,00. A prova será no dia 10 de julho e as aulas do curso começam em agosto. Detalhes sobre o curso estão disponíveis no Diário Oficial da Justiça estadual do dia 24 de maio (na página 4), e no site www.esmape.com.br. O telefone para contato é o 3224.0086.

VAGAS PARA MAGISTRATURA

O Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais vai promover concurso para o ingresso na carreira de magistrado. As inscrições já estão abertas. Até o dia 15 de junho, os interessados poderão se inscrever, inclusive pela Internet.

A taxa é de R$ 155,00.

A prova objetiva de múltipla escolha está prevista para o dia 17 de julho. O edital, publicado no Diário Oficial do Judiciário mineiro em 7 de maio está disponível no site www.tjmg.gov.br. Informações sobre o concurso também estão disponíveis no endereço www.fundep.br. Os candidatos ainda podem se informar pelos telefones (31) 3247-8740, 3247-8739 e 3247-8736.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 102 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 2 de junho de 20

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DRH reinicia interiorização

TEXTO: TIAGO BARBOSA

Não existe uma receita milagrosa para que as instituições obtenham a excelência no atendimento ao público e nas suas atividades diárias. Mas, se essa receita tivesse de ser escrita, certamente um dos seus ingredientes indispensáveis seria a capacitação regular dos funcionários. Aperfeiçoar os que lidam diretamente com a população e que desempenham funções essenciais é abrir caminho para a melhoria da qualidade na prestação de serviços de qualquer organização.

É apoiada nesse entendimento que a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do Tribunal de Justiça de Pernambuco vai retomar o seu *Programa de Interiorização*. Até o final do ano, uma equipe de instrutores treinados pela DRH vai a diferentes pontos do Estado para ministrar cursos de aperfeiçoamento a, aproximadamente, 300 servidores de 90 comarcas.

A primeira parada será em Triunfo, que fica a 411km do Recife, no Sertão do Alto Pajeú. A cidade foi definida como um dos pólos em que a DRH concentra as atividades de treinamento a funcionários do Judiciário que trabalham no município e comarcas circunvizinhas. Entre os dias 7 e 10 próximos, a instrutoria interna vai tentar atender à demanda de solicitações dos servidores feitas a partir das carências que eles próprios constataram no ambiente de trabalho.

As informações foram coletadas por meio de questionários enviados a todas as comarcas do Estado no início do ano passado e, agora, integram o Levantamento de Necessidades de Treinamento da Diretoria. O documento serviu de base para que a DRH elaborasse o plano de ação a ser posto em prática no ano seguinte à consulta.

De acordo com a servidora da Seção de Desenvolvimento Pessoal da DRH, Maria José Primo, as principais lacunas observadas pelos servidores giraram em torno de conhecimentos na área jurídica e qualidade no atendimento. Por isso, os instrutores internos da Diretoria vão levar na bagagem o conteúdo necessário à aplicação de quatro cursos: Direito Processual Penal, Relações Pessoais com Qualidade no Atendimento, Prática Forense e Distribuição.

Fórum de Triunfo: *a comarca sediará a primeira etapa do novo Programa de Interiorização do TJPE*

Cada curso terá turma de 25 alunos, e a carga horária será de 16 horas/aula. Nessa etapa, as atividades serão direcionadas à melhoria dos serviços prestados pelos servidores das secretarias judiciais.

Os próximos destinos serão, ainda sem data definida, as comarcas-pólo de Garanhuns e Caruaru. "Resolvemos iniciar o trabalho pelo Interior e, em seguida, vir se aproximando da Capital", informou Maria José.

O Programa de Interiorização existe desde a gestão do ex-presidente do TJPE desembargador Nildo Nery, hoje aposentado.

1º JECrim promove seminário

O 1º Juizado Especial Criminal (JECrim) do Recife está promovendo, em parceria com a Promotoria Criminal, a "2ª Capacitação em Saúde Mental - Intervenções Terapêuticas na Família Abusiva". A iniciativa faz parte do Fórum Interinstitucional sobre Violência Intrafamiliar. O evento será realizado entre os dias 7 e 13 de junho, no horário da manhã, na Procuradoria Geral da Justiça (Rua do Sol, 143 - Boa Vista). A capacitação é dirigida às equipes técnicas das varas da Infância e da Juventude, da Vara de Execução de Penas Alternativas, do Ministério Público e instituições conveniadas ao 1º JECrim.

Co-ação

O psicólogo do 1º JECrim, Gilberto Lúcio da Silva, vai lançar o livro "Coação ou Co-ação: diálogo entre Justiça e Saúde no contato com usuário de drogas", no dia 21 de junho, às 19h, no auditório da Ordem dos Advogados do Brasil (PE). A obra foi editada pela Bagaço.

Alunos da Unicap conhecem Palácio da Justiça

A professora de Hermenêutica Jurídica, Rosângela Viana de Lira, acompanhou 40 alunos do curso de Direito da Universidade Católica de Pernambuco em visita ao Tribunal de Justiça. A iniciativa tem por objetivo tirar os alunos da sala de aula e fazer com que eles vivenciem o dia-a-dia do Judiciário. O grupo foi recepcionado por Tereza Sampaio, da Assessoria de Cerimonial do TJPE.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 103 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 3 de junho de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Esmape inaugura Galeria de Diretores

A Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) vai promover diversos eventos culturais neste mês de junho. Na próxima segunda-feira, dia 6, às 18h30, a entidade realiza uma solenidade para inaugurar a "Galeria dos Diretores", um espaço que vai abrigar a foto dos que estiveram à frente da Esmape desde a fundação em 1987. Ao todo, sete desembargadores já ocuparam esse posto: Nildo Nery dos Santos (1987-1991), Etério Galvão (1992-1993 / 2000-2001), Cláudio Américo de Miranda (1994-1995), Napoleão Tavares (1996-1997), Dário Rocha (1998-1999) e Jovaldo Nunes (2002-2003).

A iniciativa da Galeria, segundo o atual diretor da Esmape, desembargador José Fernandes Lemos, "é uma forma de homenagear aqueles que contribuíram para construir a Esmape". Para descerrar a placa inaugural do espaço fotográfico, Fernandes convidou o desembargador aposentado Nildo Nery dos Santos, fundador e primeiro diretor da Escola.

A Galeria dos Diretores funcionará ao 1º andar do prédio-sede da instituição, que fica na Rua do Imperador, 221.

O Des. **José Fernandes** *(E) vai inaugurar a Galeria com o primeiro diretor da Esmape, Des.* **Nildo Nery** *(D).*

Simpósio

Entre os dias 8 e 10, a Esmape promove o II Simpósio de Ciências Criminais. O evento vai colocar em discussão os rumos e desafios da Justiça criminal e, para isso, vai trazer ao Recife juristas de renome nacional e internacional. O simpósio será realizado no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha de Joana Bezerra, das 9h às 17h.

Os interessados em participar deverão se inscrever até hoje, pelo telefone 3224.0086. A taxa para profissionais do Direito será de R$ 40, estudantes, R$ 20, enquanto magistrados e servidores do TJPE, R$ 15. A coordenação científica do evento é do juiz da 1ª Vara de Execução Penal, Adeíldo Nunes.

Já no dia 17, às 19h, a Esmape recebe em seu auditório o desembargador Marcos Antônio Souto Maior, do Tribunal de Justiça da Paraíba. Ele vai proferir palestra sobre "Modernidade e Celeridade Processual na Administração Estadual". A exposição será aberta ao público em geral e terá entrada franca.

Notas

Acmepe valoriza tradição junina

A Acmepe realizará a sua tradicional festa junina no dia 9 de junho, às 19h, no Clube Alemão. A programação inclui apresentação de quadrilhas juninas e um arrastapé animado pela banda Lampião e seus Jagunços. O convite custa R$ 25 e inclui, além do show, o acesso livre às comidas típicas.

"São João Batista é um dos santos mais queridos pelo povo nordestino. E não é por acaso que os festejos juninos são os mais tradicionais da cultura de nossa gente. Portanto, a Acmepe jamais poderia ficar de fora desse acontecimento", justifica Rita Malta, presidente da entidade.

A Acmepe avisa também que a distribuição de milho deste ano, para os servidores terceirizados do Tribunal de Justiça, acontece nos dias 20 e 21 de junho, no Fórum do Recife, a partir das 14 horas.

Serviço:
Local - Clube Alemão (DEUTSCHER KLUB)
Endereço - Estrada do Encanamento, 216, Casa Forte, Recife.
Fone: (81) 3441-0044.

Seminário do IMP discute Lei de Falências

A nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas (Lei 11.101/05) será o tema de um seminário promovido pelo Instituto dos Magistrados de Pernambuco (IMP) para discutir os novos institutos jurídicos criados pela nova lei. O objetivo é analisar os novos institutos do Direito Falimentar, além de discutir quais serão as vantagens e desvantagens da nova lei, com abordagens que transcendem o âmbito técnico-jurídico.

O seminário, uma realização conjunta do IMP com a Junta Comercial de Pernambuco, vai acontecer no dia 10 de junho, no auditório do Fórum da Ilha Joana Bezerra (Fórum Des. Rodolfo Aureliano). O presidente do Tribunal de Justiça, des. José Antônio Macêdo Malta, vai encerrar o evento com palestra enfocando o papel mais ativo que o Juiz terá no procedimento de falências e recuperação de empresas e a necessidade de estruturação de varas especializadas.

Maiores informações sobre inscrições para o seminário podem ser obtidas pelo telefone 81.3427 0618 ou no site do IMP (www.imp.org.br).

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 104 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 4 de junho de 2005

TJPE - BIBLIOTECA

Ouvidoria

Gestão atual bate recorde

IZABELA PIRES RAPOSO

O número de requerimentos encaminhados à Ouvidoria do TJPE dobrou. O fator divulgação é, para o ouvidor Eduardo Paurá Peres, o grande diferencial para o sucesso do serviço. De acordo com o desembargador, a veiculação diária, desde o ano passado, de anúncios no Diario de Pernambuco, indicando o telefone 0800815251 e o e-mail ouvidor@tjpe.gov.br, foi essencial para que o público acionasse mais a Ouvidoria. "Tive a contribuição imprescindível do presidente do Diario de Pernambuco nesta campanha, jornalista Joezil Barros, que não custou um centavo ao Tribunal", diz.

Ao todo, foram 1550 solicitações recebidas pelo órgão em 2004, que variaram entre reclamações, representações contra integrantes do TJPE, sugestões e elogios à atuação da Ouvidoria e de outros órgãos. Os casos referentes à Justiça do Trabalho e Federal foram recebidos e encaminhados posteriormente àqueles órgãos.

Como exemplos da atuação da Ouvidoria na resolução das queixas, o desembargador Paurá citou dois casos ocorridos em sua gestão. Um deles, resultou na prisão em flagrante de um funcionário da prestadora de serviços que utilizava computadores e toda a estrutura do local de trabalho no Fórum do Recife para vender programas de computador pirateados de uma empresa do Estado do Pará. "A partir da denúncia da empresa, a Ouvidoria, junto a Assessoria Policial Militar e Civil (APMC) do Tribunal, conseguiu apurar o caso, resultando, pela gravidade, na imediata demissão do prestador de serviço, pelo Presidente do TJPE".

"Embora não seja de nossa competência, também junto a APMC, garantimos a segurança requerida por uma senhora para comparecer à audiência em seu processo de divórcio, temerosa por ameaças recebidas", diz o desembargador. Outro caso, onde também aconteceu uma demissão, iniciou com a reclamação em que uma funcionária do setor extrajudicial recebia valores dos serviços e não os informava para o cartório onde trabalhava. Segundo o ouvidor, depois da constatação da irregularidade, o processo também foi instaurado. Ele explica que estas representações contra irregularidades, cometidas por magistrados e servidores, são enviados ao Conselho da Magistratura ou à Corregedoria Geral da Justiça, conforme o caso, para a apuração de tais situações.

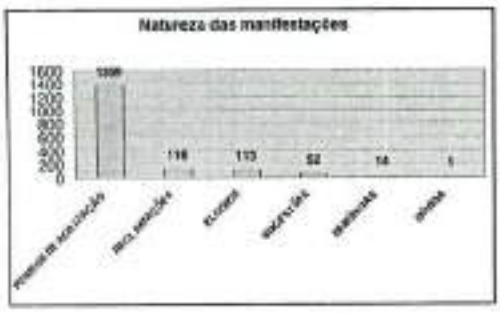
Entretanto, a maior parte dos pedidos enviados à Ouvidoria não são de denúncias, mas sim de pedidos de agilização de processos e reclamações realizadas por idosos, que, por Lei, têm prioridade de atendimento jurisdicional e nem sempre esse direito tem sido respeitado nas varas (ver gráfico 1).

Curioso verificar que o canal preferido para a comunicação do público com a Ouvidoria ainda é o telefone, com 52,3 %, seguido do contato pessoal (19,8%), e do e-mail (14,3%) (ver gráfico 2).

Com a palavra, o presidente

"Pernambuco foi um dos Estados pioneiros na instituição de uma ouvidoria judiciária que realiza um trabalho paralelo ao da Corregedoria Geral da Justiça, não se confundindo com esta, porque a sua atribuição é ouvir as solicitações, sugestões e citações dos usuários do serviço forense" (Desembargador **Macêdo Malta**)

O desembargador Eduardo Paurá é o ouvidor da atual gestão



NOTAS DA PRESIDÊNCIA

1.Reconhecer e agradecer as atuações da ex-Secretária da Secretaria de Administração - SAD - dra. Eleonora Martins de Oliveira, do ex-Coordenador de Planejamento, dr. Délio dos Santos Garcia e do ex-Assessor do Cerimonial, dr. Pedro Francisco Barbosa de Souza durante o período em que ocuparam cargo de confiança na Presidência deste T.J.-PE;

2.Após diversos avisos, a partir do primeiro ano de gestão (2004), está efetuando (em definitivo), por se achar excedido o número de servidores do Poder Executivo (quota de 100 civis), do Convênio de Cooperação (com referência à Legislação específica - E.C.E. nº 49 "Reforma Administrativa" e outras normas), a devolução de cinqüenta (50) cedidos, em face da despesa com ressarcimento e pagamento de Gratificação, (120%) haja vista que dezena deles percebem quantia entre R$ 4.500,00 e 2.500,00, em comparação com a remuneração singela dos servidores do quadro deste Poder Judiciário, bem como a nomeação de cerca de 138 concursados, cujo Concurso - já prorrogado - se expirará na primeira quinzena de julho/2005;

3.Tornar público que a Sessão Plenária para promoção de Juízes de Terceira Entrância (Capital) e indicação de lista tríplice para os dois representantes do Quinto Constitucional (um do M.P. e outro da OAB-PE) a serem nomeados pelo Sr. Governador do Estado, para os cargos de Desembargador, ocorrerá em 05 de julho de 2005 (terça-feira), com posse solene em 11 do mesmo mês.

Recife, 02 de junho de 2005.

Des. Macêdo Malta
Presidente

Ouvidoria do TJPE é modelo nacional

Hoje, a Ouvidoria do TJPE conta com seis servidores e funciona no térreo do Palácio da Justiça. Ela foi instaurada pelo desembargador Geraldo Og Fernandes em 1998 que, por seu planejamento e implantação, recebeu em janeiro a menção honrosa do Prêmio Innovare, instituído pelo Ministério da Justiça em 2003. A premiação nacional é concedida para projetos e ações que tenham melhorado a atuação do Judiciário junto à população.

O desembargador Og Fernandes destaca a importância da implantação deste órgão, o primeiro a funcionar em caráter permanente no Brasil.

A iniciativa do TJPE foi modelo para a implantação das Ouvidorias dos Tribunais de Justiça do Distrito Federal e do Mato Grosso do Sul e de órgãos de outros poderes do governo estadual como a Secretaria da Fazenda e o Tribunal de Contas. Na atual gestão do desembargador Eduardo Paurá Peres, que termina no início de 2006, os Estados do Piauí, Maranhão e Santa Catarina também contataram o Ouvidor para obter informações de como instalar o órgão em seus Tribunais.

Para o magistrado, uma das medidas que ajudaria a otimizar a atuação das cerca de 100 Ouvidorias do Poder Judiciário no País, além de mais divulgação do serviço à sociedade, seria a previsão legal de punições àqueles que não respondem às reclamações dos usuários da Justiça. (I.P.R.)

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 105 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 7 de junho de 2005

Corregedoria altera normas para protesto de cheques

IZABELA PIRES RAPOSO

Cheques furtados, roubados e extraviados poderão não ser mais protestados, no estado de Pernambuco, quando os correntistas provarem às instituições financeiras que foram vítimas destes crimes. A partir da publicação de um provimento da Corregedoria Geral da Justiça, prevista para os próximos meses, caberá aos bancos informarem aos cartórios quais os cheques que não podem ser protestados.

A proposta partiu da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), que requereu ao presidente do Colégio de Corregedores do Brasil, desembargador Fausto Freitas, a uniformização deste procedimento em todo o País. A dificuldade apontada no ofício enviado pela Febraban, é que cada estado possui uma norma diferente para este tipo de protesto. Quando há normas diferenciadas, fica difícil adotar providências, o que acaba gerando transtornos no atendimento aos clientes. Para o juiz corregedor auxiliar Alexandre Assunção, que coordena a edição deste provimento em Pernambuco, por causa desta lacuna na legislação brasileira os bancos têm dificuldades para proteger os clientes vitimados por estes crimes.

Além do mais, mesmo não tendo sido responsáveis pelo protesto destes documentos, os bancos vêm sendo acionados judicialmente pelos clientes, cobrando danos materiais e morais. De acordo com a lei, os cheques podem ser protestados na praça de pagamento ou no domicílio do emitente, já que em cada comarca brasileira há pelo menos um cartório de protestos de títulos.

Fausto Freitas *acredita que a proposta será bem aceita pelo Conselho da Magistratura*

Início

No encontro do Colégio de Corregedores Gerais de Justiça, realizado em Recife, no último mês de março, esta proposta recebeu a aprovação de 26 dos 27 representantes dos estados presentes. Coube ao desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Alexandre Aquino, apresentar um estudo sobre a uniformização destes procedimentos extrajudiciais. Ele constatou que nos cartórios extrajudiciais de São Paulo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e Paraíba os protestos dos cheques furtados, roubados ou extraviados já não têm sido aceitos. Em Pernambuco, algumas serventias extrajudiciais já acatam esta proposição, mas a intenção da Corregedoria, com a publicação do novo provimento, é que todos adotem o mesmo procedimento, como vem ocorrendo em outros estados brasileiros. O desembargador Fausto Freitas ainda deverá submeter a proposta ao Conselho da Magistratura - órgão composto pelos membros da Mesa Diretora do TJPE e mais quatro desembargadores que não integram a Corte Especial. O corregedor geral acredita, no entanto, que a proposição não sofrerá resistência.

Chefes de Secretaria participam de treinamento

TIAGO BARBOSA

Atender às partes integrantes de processo, fazer e cumprir expedientes processuais, além de coordenar a equipe de servidores que trabalham na vara. As atribuições de um chefe de secretaria exigem habilidades gerenciais que incluem saber lidar com pessoas e administrar o ambiente de trabalho. O cumprimento eficiente de sua função propicia agilização da Justiça. Já as falhas podem complicar o andamento processual. No dia-a-dia desse profissional, gerir não é apenas qualidade, mas uma necessidade.

A Diretoria de Recursos Humanos (DRH) do Tribunal de Justiça de Pernambuco está a par da importância dessa aptidão para o trabalho dos chefes de secretaria. Em levantamento realizado no início do ano passado, a diretoria questionou esses trabalhadores sobre as dificuldades enfrentadas no exercício das atividades de sua rotina. Resultado: os chefes informaram que a principal carência que sentem é quanto à capacidade de gestão. A partir desse dado, a DRH formulou o curso "Gestão: reflexão e resultados", direcionado especificamente para esse público. "Queremos potencializar o desempenho desses gestores. É fundamental ao bom gestor desenvolver a consciência do que se deve fazer para que os resultados aconteçam", explica a chefe da Seção de Desenvolvimento Pessoal da DRH, Rita Borges.

O curso será realizado entre os dias 13 e 17 de junho, no Fórum Thomaz de Aquino, no 4º andar, das 8h às 12h. As aulas, segundo Rita, não pretendem ser um guia perfeito para transformar os chefes em excelentes gestores. A dinâmica vai concentrar esforços na tentativa de fazer os alunos refletirem quanto à prática diária e avaliar suas próprias limitações. "A partir de então, eles podem buscar a melhoria. Não se imobilizar pelas adversidades é característica de um bom gestor. Isso é uma questão de atitude", afirma Rita.

A programação do curso prevê aulas sobre Gestão, Hierarquia Organizacional, Papéis e Habilidades do Gestor, Liderança: Poder x Autoridade, e Negociação. Para essa edição do curso, serão oferecidas apenas 20 vagas. Qualquer chefe de secretaria poderá se inscrever pela Intranet da página eletrônica do Tribunal (www.tjpe.gov.br). As inscrições foram abertas ontem. Caso a procura supere a expectativa, a DRH vai estudar a possibilidade de abrir novas turmas.

"Observaremos o cadastro de reserva da Intranet. Se a demanda for considerável, poderemos estudar a hipótese", detalha Rita.

O chefe de secretaria da Vara de Execuções Penais (Vepa), Erick Vaz, considera a iniciativa muito importante. O mesmo sentimento é partilhado pela chefe de secretaria da 13ª Vara Cível, Melquisete Santos. Segundo ela, além de administrar os atos do juiz, um chefe de secretaria tem que cuidar da estrutura de trabalho, coordenar a equipe e atender ao público, o que nem sempre é fácil. "Na 13ª Cível, toda a equipe se relaciona muito bem. Mas há varas em que os chefes têm que lidar com pessoas que não se falam ou que por suas limitações pessoais podem comprometer os resultados. Saber lidar com essas limitações e cultivar o bom relacionamento é algo que todo chefe precisa saber. Acredito que o curso poderá nos ajudar nesses aspectos", observa Melquisete.

O curso será ministrado no **Fórum Thomaz de Aquino**, *de 13 a 17 de junho.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 106 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 8 de junho de 2005

TJPE - BIBLIOTECA

Justiça pernambucana em números

JOAQUIM FALCÃO

Quem é a justiça brasileira? Quem é a justiça pernambucana, em particular? Essas perguntas estão orientando a primeira fase do trabalho desenvolvido pelo Supremo na produção e coleta de dados estatísticos. Pela primeira vez, está se construindo um sistema nacional de informações judiciais que possibilitem uma apreciação consistente e fundamentada do desempenho de nosso Judiciário. Os primeiros dados começam a aparecer. Merecem a reflexão de todos.

Dois aspectos são importantes nesta recente pesquisa do Supremo. Primeiro, os dados comparativos entre Estados. A posição de Pernambuco é a seguinte, segundo o juiz Elton Leme. No que se refere ao volume anual de ações que ingressam na primeira instância, a média nacional é 946 casos novos por ano por juiz, contra cerca de 600 de Pernambuco. Este desempenho se repete na segunda instância: enquanto a média nacional é de 539 processos, em Pernambuco são recebidas cerca de 370 novas demandas por juiz ao ano. Ou seja, o juiz pernambucano tem menos casos a julgar que seus companheiros brasileiros. Sua carga de trabalho na primeira instância é aproximadamente a metade da carga de trabalho média da justiça brasileira. Com uma consideração adicional: enquanto no Brasil a média é de 6,6 habitantes por juiz, em Pernambuco temos proporcionalmente mais juízes - em torno de um magistrado para cinco habitantes.

Esta primeira constatação deve ser entendida à luz do que se chamou de taxa de congestionamento. Este indicador se refere à defasagem entre o número de casos que ingressaram no Judiciário e o número de casos julgados em um determinado ano. Enquanto na primeira instância nacional a taxa média de congestionamento é 75%, em Pernambuco este indicador chega perto de 90% na primeira instância. Na segunda instância, a média pernambucana fica em torno de 80%, sendo a nacional de 57%. Particularmente preocupante é o desempenho dos juizados especiais, que as pesquisas mostraram ser muito inferior à média nacional. O congestionamento aqui passa dos 70%, sendo de 49% no Brasil como um todo. Trata-se de tribunal mais congestionado do que a média do País.

Em resumo, os juízes pernambucanos recebem anualmente menos processos por capita que seus colegas nacionais, são proporcionalmente mais numerosos e julgam menos do que a média nacional. Tudo indica que não se trata de contratar mais juízes. Ao contrário. O problema parece ser operacional: como melhorar os procedimentos gerenciais? Como realizar investimentos de modo a aumentar a eficiência do sistema pernambucano? Neste sentido, existe um indicador capaz de explicar esta situação - a despesa da justiça estadual por habitante, incluindo os investimentos. Enquanto a média nacional é de R$ 61, por ano, Pernambuco investe apenas R$ 40. Cerca de dois terços da média nacional.

Se acoplarmos agora esses números - a maior carga de trabalho, a maior taxa de congestionamento e o menor investimento em termos nacionais - podemos chegar facilmente à conclusão de que, antes de mais verbas, a justiça pernambucana precisa de um esforço interno para melhor aplicar os recursos que já tem. Talvez tenha havido investimentos demais em prédios e investimento de menos em modernização de gestão, formação de recursos humanos, treinamento de juízes e serventuários e racionalização dos procedimentos.

Investimentos de menos inclusive em informatização: cerca de 2,5% dos gastos anuais. De acordo com a juíza Elizabeth Leão, do Instituto Nacional de Qualidade Judiciária, o ideal seria o Poder Judiciário fazer investimentos anuais da ordem de 8% do orçamento total em informatização.

Estes dados podem e devem provocar duas reações distintas. Primeiro, é preciso verificar, detalhar, discutir e comparar com outros dados que a justiça já tenha eventualmente disponibilizado. Criticá-los, corrigir omissões, mas sem sair do âmbito das informações quantitativas, expressas em números. O que não se pode é negá-los ou diminuir sua importância. Segundo, quando corretamente interpretados, devem servir de base para a formulação de um plano estratégico capaz de superar as deficiências apontadas e possibilitar que o Tribunal proporcione cada vez mais a eficiente e legítima justiça de que o pernambucano necessite.

[1] *Joaquim Falcão é diretor da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas e integra o Conselho Nacional de Justiça.*

Macêdo Malta no CPOR

O presidente do TJPE foi paraninfo da Passagem do Estandarte do CPOR do Recife, no último sábado. Malta participou também da solenidade de compromisso à Bandeira Nacional e da entrega da boina aos alunos.

CORREGEDOR PARTICIPA DE ENCONTROS - *O corregedor-geral da justiça, des. Fausto Freitas, participou do IV Encontro de Magistrados Vitaliciandos, realizado na Comarca de Pesqueira, nos dias 01 e 02 de junho. De 07 a 10 de junho o desembargador participa do XXXVIII ENCOGE, que acontece em Belo Horizonte. Destaque para a apresentação do site do ENCOGE, criado pela equipe de Fausto Freitas, que é o presidente do Colégio Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça.*

GALERIA DOS DIRETORES DA ESMAPE - *uma solenidade inaugurou, no dia 06 de junho, espaço que vai abrigar a foto dos que estiveram à frente da Esmape. Ao todo, sete desembargadores já ocuparam esse posto: Nildo Nery dos Santos (1987-1991), Estério Galvão (1992-1993 / 2000-2001), Cláudio Américo de Miranda (1994-1995), Napoleão Tavares (1996-1997), Dário Rocha (1998-1999) e Jovaldo Nunes (2002-2003). Para o atual diretor da Esmape, desembargador José Fernandes Lemos, os 747 alunos da escola são uma prova incontestável do prestígio adquirido nestes 18 anos de atividades.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 107 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 9 de junho de 2005

Sócio-jurídico: uma justiça que cuida

TIAGO BARBOSA

O desfecho de um conflito judicial nem sempre se dá apenas com obediência aos mandamentos da lei. Há casos que exigem uma observação apurada do contexto social com o qual as partes envolvidas no processo se deparam. Uma transgressão à norma que rege a convivência em sociedade pode estar ligada não somente a um comportamento maldoso do infrator, mas ser fruto da situação sócio-econômica vivenciada pelos atores sociais envolvidos.

Em tais situações, o papel da Justiça pode ser desempenhado antes mesmo da decisão do magistrado e deve ir além da publicação da sentença. Num assalto efetuado por um indivíduo sob efeito de drogas, por exemplo, a reabilitação talvez seja uma alternativa melhor do que a condenação e cumprimento de pena em um presídio.

Discernir, porém, qual caminho trilhar requer a investigação das circunstâncias nas quais o crime ocorreu. E esse trabalho, em algumas varas e juizados do Tribunal de Justiça de Pernambuco, fica a cargo de dois profissionais: assistente social e psicólogo.

Para demonstrar ao público de que forma isso acontece, trabalhadores desses segmentos se reuniram e promoveram no Recife, na semana passada, o *I Encontro Sócio-Jurídico do Judiciário de Pernambuco*. O evento lotou o auditório do Fórum Rodolfo Aureliano e relembrou a instalação, no Judiciário estadual, da atividade que combina assistência social e justiça.

A oportunidade também serviu para homenagear o desembargador Milton Neves, do TJPE, que foi o idealizador da incorporação efetiva do serviço sócio-jurídico ao Tribunal, ao sugerir, em 1993, que esse passasse a ser mais um instrumento na busca pela justiça.

Revezaram-se, na platéia e na mesa de debates, juízes, promotores, professores e representantes da rede de apoio social conveniada ao Judiciário de Pernambuco.

O I Encontro Sócio-Jurídico do Judiciário de Pernambuco *lotou auditório do Fórum Rodolfo Aureliano. O Des.* **Milton Neves** *(detalhe) idealizador do serviço sócio-jurídico no TJPE, foi homenageado pelos participantes*

Para a assistente social do 1º Juizado Criminal, Graça Lago, uma das coordenadoras do evento, "o serviço é a visão social que complementa o entendimento jurídico. Não dá para separar o homem do social". Ela informou que o trabalho das equipes interprofissionais (assistentes sociais e psicólogos) procura fazer "uma análise crítica das questões sociais contidas na queixa judicial (processo)".

"Investigamos quais os componentes estão por trás do comportamento criminoso. Avaliamos as condições mentais, familiares, de emprego e renda daquele que cometeu um delito. Cada ser humano é único e, por isso, a avaliação é única", detalha Graça.

Como funciona o trabalho da equipe psicossocial

Em média, o trabalho de investigação dura três meses. Os infratores se submetem à avaliação médica, psicológica e têm sua vida familiar e social mapeada. A avaliação é requerida pelo juiz responsável pelo caso, que decide com base no parecer elaborado pelas equipes. "Nós sugerimos a sentença aos juízes. Dizemos se achamos se o caso merece prisão ou um tratamento para reabilitação numa rede de apoio à terapia familiar, contra a drogadição ou de atenção à saúde mental", acrescenta a assistente social.

Nos casos em que o magistrado concede o tratamento ao transgressor, a tarefa da equipe continua com o monitoramento dos compromissos assumidos por ele junto à Justiça. O tempo dispensado a essa atenção pode durar até dois anos.

"Mantemos sempre contato com os juízes para lhes informar sobre a conduta do infrator. Observamos e sabemos, em casos de uso de drogas, o quanto é difícil o período de abstinência. Por isso, ficamos sempre por perto", observa a assistente social Ednalda Barbosa, do 3º Fórum Universitário da Unicap.

Ainda segundo Ednalda, os episódios mais comuns (e também mais complexos) envolvem crimes cometidos pela ingestão de bebida alcoólica e de uso de produtos químicos. Os que envolvem a saúde psíquica são os mais complicados de se tratar.

As assistentes sociais acreditam, contudo, que o tratamento é eficaz, pois procura concentrar esforços para evitar a reincidência. Para elas, o serviço sócio-jurídico preenche uma lacuna deixada pela ausência de políticas públicas que "trabalhem o agressor". "Um pai que espanca o filho constantemente vai a julgamento e, em pouco tempo, volta ao lar. Ele repete a conduta. Muitas vezes, esse comportamento tem origem na infância, quando ele também era agredido. Procuramos mostrar isso e, a partir dessa constatação, fazê-lo mudar", resume Graça Lago.

História

O primeiro concurso público para contratação de assistente social e psicólogo foi realizado em 1993. Os nomeados foram designados para o Juizado da Infância e da Juventude e para a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja). Mas a história do serviço sócio-jurídico em Pernambuco remonta a 1938. Nesse ano, o desembargador Rodolfo Aureliano criou a 1ª Escola de Serviço Social do Estado. Inicialmente, os juízes da Infância e Juventude requisitavam a emissão de parecer desses profissionais sobre questões relacionadas a conflitos de natureza biopsicossociais.

Depois, os magistrados das varas de família percorreram o mesmo caminho, orientados pelo entendimento de que os conflitos conjugais traziam implicações para a vida do grupo familiar. "Era necessário entender as diversas questões de fundo social e emocional que envolviam essas relações, a fim de se instituir decisões adequadas a cada situação", conta Graça Lago.

A necessidade de ter nos quadros do Judiciário profissionais que executassem essa tarefa resultou na ampliação de vagas. Atualmente, o TJPE conta com 20 profissionais de Psicologia e Serviço Social.

Errata

Na edição do Diário Oficial do Judiciário Estadual de 4 de junho, no quadro **"Com a palavra o presidente"**, onde aparece *citações* leia-se *críticas*.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 108 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 10 de junho de 2005

Magistrados discutem nova Lei de Falências

A reorganização de uma empresa é uma novidade na forma de enfrentar a falência e conta com o respaldo na atual legislação brasileira que rege o tema. O assunto será discutido durante a realização do seminário "A Nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas", que acontece no dia 10 de junho, a partir das 8h30, no auditório do 1º Tribunal do Júri do Fórum Rodolfo Aureliano, localizado na Ilha de Joana Bezerra.

O evento - promovido pelo Instituto dos Magistrados de Pernambuco (IMP) em parceria com a Junta Comercial - terá a participação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta. O chefe do Judiciário estadual vai abordar "A reforma da lei de falências e os desafios para o Poder Judiciário", enfocando as dificuldades para aplicação da lei e a necessidade de criação de varas especializadas no processo de falências e recuperação judicial.

A proposta do seminário é discutir as possibilidades do Direito Falimentar com a nova legislação e também debater as vantagens e desvantagens posteriores às modificações na lei. O encontro vai reunir juristas, professores e especialistas em recuperação de empresas em nove debates que ocuparão todo o dia.

O presidente do TJPE, Macêdo Malta, vai falar sobre as dificuldades para a aplicação da Lei reformada

O seminário será aberto pelo professor de Direito Comercial da UFPE, Ivanildo Figueiredo, que vai abordar "As principais inovações da Lei 11.101/05: uma visão geral". Também serão debatidas "Questões processuais na nova Lei de Falências e recuperação de empresas", pelo juiz federal e professor de Direito Comercial da UFPE, Manoel Erhardt.

A programação ainda inclui a palestra do advogado e mestre em Direito Tributário, Ricardo Lodi Ribeiro, abordando "Sucessão fiscal e suas conseqüências para empresas em crise financeira". A manhã será encerrada com a palestra sobre a "Gestão por competência aplicada na recuperação de empresas", tema discorrido pelo contador, especialista em recuperação Fernando Caldas.

Mais quatro palestras vão compor a programação da tarde. A primeira vai apresentar "O processo falimentar na nova lei" e será proferida pelo advogado Octávio Lobo. Logo depois será a vez do advogado e mestre Ivo Waisberg. Outro advogado, Frederico Leite, falará sobre "A inabilitação empresarial e os direitos e deveres do falido".

Os interessados em participar do seminário já podem fazer as inscrições acessando o site do IMP (www.imp.org.br). Pelo telefone (81) 3427 0618 também é possível obter mais informações sobre o evento.

A iniciativa conta com o apoio da Associação dos Advogados de Empresas de Pernambuco e do Instituto Urbano Vitalino.

Articulação

Entidades se unem para livrar jovens das ruas

ANA CLÁUDIA DOLORES

Tirar as crianças e os adolescentes em situação de risco das ruas e transformá-los em cidadãos de verdade. Uma tarefa difícil, mas não impossível. Na tentativa de vencer esse desafio, entidades pernambucanas comprometidas com causas sociais se reuniram, na última quarta-feira, no Memorial de Medicina, no Derby. O encontro teve como objetivo agregar forças para gerar ações capazes de solucionar a questão desses jovens.

Representantes de várias entidades e instituições que têm experiências com crianças e adolescentes contaram suas experiências, possibilitando o intercâmbio de idéias. O juiz da 3ª Vara da Infância e da Juventude, Élio Braz, falou sobre o que o Poder Judiciário estadual tem feito nesse sentido. O magistrado acredita que a verdadeira solução para o problema está no trabalho de base, como investimento em educação. "Estamos na UTI. A última dose não é do Judiciário, que já está recebendo o paciente terminal", alerta.

Braz também diz não acreditar em um programa que não aconteça efetivamente dentro da escola. "Quando um aluno está na sala de aula, deixa de estar infracionando", diz ele, que ainda aponta a falta de habitação adequada como fator agravante da situação. "Ninguém está na rua pedindo esmola porque quer. A criança sai porque não tem casa para ficar. Está ali por desespero", constata.

Recentemente, a Vara da Infância deu início aos projetos *Salvar* e *Jovem Músico*, com a parceria do Rotary Club, Secretaria de Defesa Social, Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos e Corpo de Bombeiros. A intenção é capacitar o jovem, além de promover sua ressocialização. O programa *Salvar* vai formar uma brigada de salva-vidas, que poderão ser encaminhados para empregos em empresas privadas. Já o *Jovem Músico* pretende dar noções sobre música e formar uma banda mirim do Corpo de Bombeiros.

*Para **Élio Braz**, o Judiciário está recebendo o "paciente terminal"*

Outros projetos de destaque também foram citados. Dentre eles, o *Estrela Guia*, idealizado pelo desembargador Nildo Nery, que estava presente na reunião, ao lado do juiz corregedor-auxiliar, João José Targino. Um próximo encontro já está marcado para o dia 6 de julho, quando será dada continuidade às discussões.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 109 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 11 de junho de 2005

Ciências Criminais em foco

Simpósio reúne comunidade jurídica no Fórum Rodolfo Aureliano

IZABELA PIRES RAPOSO

"Como seria triste viver se faltasse a esperança." Essa frase, de autoria de Fernando Pessoa, resume o que números, informações e argumentos jurídicos apontaram na palestra "Alternativas Penais no Mundo Globalizado", proferida por Edmundo Oliveira, que citou o poeta ao final do evento. A conferência abriu o II Simpósio de Ciências Criminais, na tarde da última quarta-feira, promovido pela Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e Centro de Estudos Judiciários do Tribunal de Justiça estadual. O pesquisador, Doutor em Direito Penal pela Universidade de Paris, é considerado uma autoridade mundial no tema e representa o Brasil na Fundação Internacional Penal e Penitenciária da Organização das Nações Unidas (ONU).

É justamente a ONU que traduz em números, de 2004, o já conhecido caos do sistema prisional brasileiro, que acumula 308.304 presos, com capacidade real de absorção de 169.809. Na América Latina, além de ser recorde no déficit de vagas (138.495), o Brasil também possui o maior número de pessoas presas sem condenação (135.549) e de ter o presidiário que custa mais - cerca de R$ 1.350,00 mensais aos cofres públicos.

Edmundo Oliveira apresentou um caso, no Maranhão, que ilustra bem a falência, não só jurisdicional, como também financeira das prisões brasileiras. Uma jovem foi condenada a pena de quatro anos e três meses de prisão por furto de roubos de fraldas descartáveis, que eram vendidas a R$ 16,00. O custo anual para mantê-la presa é de R$ 13.320,00. Se ela estivesse cumprindo uma pena alternativa, esta despesa seria reduzida em 64% para o Estado e, conseqüentemente, para os contribuintes.

A conferência de Edmundo Oliveira foi aberta pelo desembargador presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Macêdo Malta, que compôs a Mesa de Honra com o diretor da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), desembargador José Fernandes, a sub-procuradora geral de Justiça, Eleonora Luna, o desembargador da 3ª Câmara Criminal do TJPE, Marco Maggi, o juiz da 1ª Vara de Execuções Penais e coordenador científico do simpósio, Adeildo Nunes e o desembargador do Tribunal Regional, Carlos Moraes. O II Simpósio de Ciências Criminais terminou ontem com a palestra "Quando o juiz se põe a pensar e sentir", proferida pelo juiz Adeildo Nunes.

ESPERANÇA - "Aplicar mais penas alternativas, construir prisões privadas, principalmente agrícolas, e viabilizar a administração dos juízes de Execuções Penais nos presídios públicos são caminhos para melhorar o quadro das prisões brasileiras". Ele argumenta que aumentar o poder dos juízes segue a tendência mundial de conceber o magistrado criminal não só como um técnico-passivo, mas como um agente que constrói novos paradigmas sociais, quer seja determinando a reclusão ou aplicando uma pena alternativa em sua decisão. "Acompanhar o infrator é essencial para a aplicação da pena alternativa, diminuindo a possibilidade de reincidência. Muitos ainda consideram que elas se restringem apenas a pagamento de multas ou a doação de cestas básicas". Na conferência, Oliveira detalhou como as penas alternativas estão se difundindo em Portugal, Inglaterra, França, Alemanha, Dinamarca, Austrália, Costa Rica, Emirados Árabes, África do Sul, Japão e Canadá. Apesar da Finlândia, país que lidera o ranking de melhor sistema prisional e da diminuição do uso de penas de prisão no mundo, cerca de 86%, é do Canadá que estão partindo as melhores iniciativas.

"O Programa de Justiça Restaurativa canadense envolve não só o Poder Judiciário, o infrator, mas também a comunidade, já que

O presidente **Macêdo Malta** *participou da abertura do evento, que trouxe para Recife o Doutor* **Edmundo Oliveira** *(detalhe)*

institui o Agente de Justiça, profissional treinado para participar de audiências especiais que ocorrem no decorrer do processo", explica. Oliveira sugeriu que juízes e autoridades brasileiras procurem conhecer o Restaurative Justice Program para estudar sua aplicação dentro do contexto brasileiro. "Cada país deve ter seu sistema alternativo prisional adaptado à sua realidade sócio-cultural". Para ele, é inviável ao Brasil, por exemplo, construir um supermercado em presídios que forneçam até bebida alcoólica, como já existe na França.

Juízes defendem mais atribuições na execução penal

Em alguns países, citados pelo palestrante Edmundo Oliveira, os juízes de Execuções Penais determinam o número de presos nas penitenciárias. Não é o que acontece no Brasil, onde toda a administração dessas unidades fica a cargo do Poder Executivo. Tanto Adeildo Nunes, quanto o juiz da Vara de Execuções de Penas Alternativas (VEPA), Flávio Fontes, apóiam a idéia da Justiça de intervir na administração do sistema prisional, mas observam que para isso era necessário dotar as Varas de Execuções Penais de melhor infra-estrutura e de profissionais como assistentes sociais e psicólogos, além de outros servidores.

Os magistrados também consideram que existe uma grande demanda reprimida em relação à aplicação das Penas Alternativas pelos juízes criminais. "É preciso difundir esta cultura entre os magistrados", diz Flávio Fontes. O juiz do VEPA considera que a Lei de Execução Penal atual não dá um maior poder de discricionariedade aos juízes que executam essas penas.

Entretanto, ele não considera que a Lei brasileira deva admitir a livre criação de tipos de penas alternativas, como acontece nos Estados Unidos, porque o propósito da recuperação do infrator pode ser prejudicado. Ele ilustra com um caso de dois condenados por assédio sexual, no Estado de New Jersey, que foram obrigados pelo juiz a se vestirem de mulher em locais públicos da cidade. "Logo após cumprir a determinação judicial, um deles voltou a reincidir no mesmo delito". (I.P.R.)

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 110 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 14 de junho de 2005

TJPE - BIBLIOTECA

TJPE prioriza informática

O sistema Judwin chega a mais oito comarcas, somente no primeiro semestre de 2005

ROSA MIRANDA

A Diretoria de Informática (Dinfo) do Tribunal de Justiça de Pernambuco continua levando a informatização às comarcas do Estado. No primeiro semestre de 2005 o programa Judwin já foi instalado nos fóruns de Surubim, Limoeiro, Bom Jardim, Timbaúba, Aliança, Goiana, Nazaré, Glória do Goitá; no Juizado Especial de Palmares a novidade foi a instalação do sistema de juizados. As ferramentas permitem o acesso à movimentação dos processos que tramitam no Judiciário estadual via Internet. Em Glória do Goitá e Nazaré da Mata, os servidores terminaram, semana passada, o treinamento para utilizar o novo dispositivo que começou a funcionar ontem (dia 13 de junho)."Em julho começamos o treinamento de Belo Jardim, São Bento do Una , São Caetano, Gravatá, Bezerros e Bonito para o Judwin, e nos juizados vamos finalizar a implantação dos cíveis em Limoeiro", completa a diretora de informática, Ana Luiza Florêncio. Até o final de janeiro de 2006, mais 20 comarcas devem receber o programa, de acordo com estimativas da Dinfo.

Surubim, Limoeiro, Bom Jardim, Timbaúba, Aliança, Goiana, Nazaré e Glória do Goitá foram os municípios atendidos pelo Judwin

A Diretoria também anunciou que, no próximo mês, vai disponibilizar na Internet o cadastro eletrônico da Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Loman) para magistrados."Em reunião com a corregedoria levantamos a necessidade dessa disponibilização para facilitar o trabalho dos magistrados e da divisão judiciária, tornando o procedimento muito mais rápido", afirma Ana Luiza. Já foram implantados, nesse ano, os sistemas de Dotação Orçamentária, Controle de Penas Alternativas, Controle das Fichas de Antecedentes Criminais, Acervo dos Arquivos de Casamento e ,em 23 cartórios, o Controle de Gestão de Recursos Próprios.

Para garantir a segurança na rede informatizada do TJPE, a Dinfo criou uma comissão de Segurança de Tecnologia da Informação. A idéia é elaborar uma política de normatização do uso de recursos e sistemas de informática (Internet, e-mail, antivírus, acesso remoto, entre outros).

PMPE concede medalha a magistrados

A Polícia Militar de Pernambuco outorgou Medalha Pernambucana do Mérito Policial Militar para magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco em solenidade que comemora o 180º aniversário da PMPE. Os agraciados receberam a comenda por reconhecimento de serviços prestados a Pernambuco e à PMPE na última sexta-feira (10 de junho), no Ginásio de Esportes Geraldo de Magalhães Melo. O desembargador presidente do TJPE Macêdo Malta prestigiou o evento. Ivonaldo Pereira de Miranda, Alderita Ramos, Marcos Maggi, Roberto Ferreira Lins, Adalberto de Oliveira Melo, Alexandre Aquino e João Bosco foram os desembargadores condecorados com a medalha. Os juízes Ricardo Paes Barreto, Nilson Guerra Nery, Antonio Carlos Alves da Silva, José André Barbosa Pinto, Francisco Timóteo Rodrigues, Gleidson Gleber de Lima e Maria Auri Alexandre foram agraciados.Integrantes da Assistência Policial Militar do TJPE e outras personalidades também receberam a homenagem.

Curso de Direito Constitucional

A unidade Recife do CPC (Curso Preparatório para Concursos) iniciou na última segunda-feira (06/06) um curso de extensão sobre Direito Constitucional, coordenado pelo professor Alexandre de Moraes, um dos maiores especialistas do Brasil na área. O foco será na análise crítica da Emenda Constitucional 45, que trata da reforma do Poder Judiciário. Os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco têm 10% de desconto nas mensalidades e isenção de matrícula neste e em todos os cursos do CPC. As aulas são transmitidas ao vivo, via satélite, direto dos estúdios do CPC em São Paulo. Ao final das aulas, os alunos podem interagir com os professores, tirando suas dúvidas em tempo real. O CPC fica na Rua Fernandes Vieira, 489, na Boa Vista. Mais informações pelo telefone 3222 9020 ou pelo site www.cpc.adv.br.

SÃO JOÃO DA ACMEPE - *Com direito a quadrilha e muita animação, associados, servidores e amigos da Acmepe comemoraram os festejos juninos no Clube Alemão, na semana passada.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 111 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 15 de junho de 2005

TJPE propõe ajustes no Plano de Cargos

O vale refeição deverá ser convertido em Auxílio-Alimentação e os oficiais de justiça reberão Adicional de Atividade Externa

SÉRGIO MARCUS FEITOSA

Deverá ser analisado, hoje, nas comissões de Finanças e de Administração pública da Assembléia Legislativa de Pernambuco o projeto de lei que propõe alterações no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário estadual. O texto, segundo o chefe de gabinete da Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Brivaldo Pereira, amplia os avanços garantidos a partir da Lei nº 12.643 de 22 de julho de 2004. "Além de manter os ganhos já alcançados, o projeto de revisão sana omissões, corrige enquadramentos de categorias de servidores, aperfeiçoa benefícios e cria incentivos para servidores lotados em setores estratégicos da estrutura administrativa do Tribunal de Justiça", observa.

O projeto foi apreciado, ontem, na Alepe, pela Comissão de Justiça, com a presença do chefe de gabinete da Presidência do TJPE. Entre as adequações proposta pelo Judiciário, Brivaldo destaca as conversões do Vale Refeição em Auxílio-Alimentação, e da Ajuda de Custo - concedida aos oficiais de justiça - que passa a ser denominada Adicional de Atividade Externa. Com essas mudanças, os beneficiários não deixarão de receber as relativas pecúnias quando estiverem em gozo de férias ou licença.

O anteprojeto - que na Alepe foi denominado Projeto de Lei Ordinária nº 976/2005 - também prevê a ascensão do antigo cargo de Atendente Judiciário de Terceira Entrância para o cargo de Técnico Judiciário - Grupo Judiciário, referência PJ-II. Atualmente, os antigos atendentes judiciários estão enquadrados no cargo de Auxiliar Judiciário - Grupo Judiciário, referência PJ-I. A reclassificação do Atendente Judiciário de Terceira Entrância está sendo proposta, segundo a presidência do TJPE, com base no histórico e na comparação com o cargo de Atendente Administrativo de Terceira Entrância. Justificando as alterações propostas pelo Projeto 976/2005, Brivaldo Pereira observa que "um plano de cargos não é uma coisa estática. Pode ser aperfeiçoado, e é o que o TJPE está fazendo". Ainda segundo o chefe de Gabinete, "outros servidores que se acharem prejudicados pela forma de enquadramento ainda poderão apresentar propostas, através de requerimento por escrito, que serão apreciadas pela Presidência".

Brivaldo *acompanhou, ontem, a votação do projeto na Comissão de Justiça*

GABINETES

O projeto de lei remetido ao Legislativo também cria 14 cargos de Assessor Técnico Judiciário e sete cargos de Secretário de Desembargador. As vagas se destinam a atender o funcionamento dos gabinetes que estão sendo instalados para os novos desembargadores, cujas nomeações estão previstas para até julho deste ano. O número de desembargadores do TJPE foi ampliado de 30 para 37 através da Lei Complementar nº 70, de 25 de janeiro de 2005. Essa estrutura é a mesma que já dispõem os atuais desembargadores.

O projeto também corrige os chamados "erros materiais". No texto original do PCCV, por exemplo, está previsto que "A nomeação dos candidatos remanescentes do concurso público divulgado pelo Edital nº 01 de 27 de abril de 2001 e *prorrogado até 30 de junho de 2005*, observará o cargo anteriormente ocupado pelo servidor cuja exoneração ou demissão originou a vaga a ser preenchida". O prazo indicado está incorreto. O concurso na realidade foi validado para até 31 de julho de 2005.

O texto propõe, ainda, ampliação e modificações em funções gratificadas destinadas a servidores efetivos que desempenham atividades estratégicas para o funcionamento do Poder Judiciário.

O conteúdo do projeto enviado pelo Judiciário foi publicado na íntegra no Diário Oficial do Poder Legislativo.

SOLIDARIEDADE

O Tribunal de Justiça de Pernambuco está realizando uma campanha para ajudar as vítimas das chuvas de Vitória de Santo Antão. Os interessados em colaborar podem doar alimentos não-perecíveis ou roupas na portaria do Palácio da Justiça, de 8h às 18h, até a próxima sexta-feira. Os donativos serão entregues à Acmepe, que ficará responsável pela distribuição nos abrigos do município.

MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO

No Poder Judiciário estadual é cada vez mais presente o entendimento de que os conflitos não podem ser analisados sem levar em consideração fatores sociais, econômicos ou psíquicos que circundam as partes conflitantes. É com esta compreensão que as assistentes sociais Deolinda Brandão e Kátia Lacerda participam da 1ª Conferência Internacional sobre Meios Alternativos de Resolução de Conflitos, que teve início ontem, em Brasília, e vai até o dia 17. "Tivemos total apoio do presidente Macêdo Malta, que reconheceu a importância do evento e não mediu esforços para garantir nossa participação", observa Deolinda.

Ao retornarem, as duas assistentes sociais terão uma audiência com o chefe do Judiciário estadual e, possivelmente, será marcado um encontro com outros profissionais da mesma área de atuação para retransmitirem as experiências discutidas na conferência.

Deolinda e Kácia atuam, no Juizado Criminal do Fórum Universitário de Olinda, com famílias em situação de conflito. (S.M.F.)

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 112 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 16 de junho de 2005

TJPE cadastra magistrados e servidores

Diretoria de Recursos Humanos garante que o processo é rápido e seguro

TIAGO BARBOSA

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) continua fazendo o cadastro de magistrados e servidores. Pelos próximos dois meses, uma equipe de funcionários da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) vai a todas as comarcas para identificar e registrar os trabalhadores do Judiciário estadual. A estimativa, segundo a DRH, é de que cerca de 5,2 mil pessoas que atuam no TJPE sejam cadastradas.

A iniciativa pretende atingir, ao mesmo tempo, uma série de objetivos. Um deles, informa o diretor-adjunto de Recursos Humanos, Franck Vieira, é conhecer melhor e quantificar os funcionários que trabalham em cada unidade do Judiciário. Ele argumenta que, principalmente no interior do Estado, há pessoas que executam as atividades judiciárias, mas não constam no cadastro da DRH. "Elas precisam ser registradas porque é importante sabermos quem está prestando o serviço jurisdicional à população", observa.

O cadastramento vai atender, também, a uma exigência do contrato celebrado entre o Tribunal e os 21 bancos conveniados para que fosse instalado o TJPEconsig, sistema de empréstimo com desconto em folha para magistrados e servidores. Segundo Franck Vieira, "para que o sistema funcionasse com segurança, era necessário que o Tribunal tivesse um cadastro relacionando todos os seus funcionários".

Apesar de registrar informações sobre os que trabalham no Judiciário, a lista está sendo elaborada sem custos para o TJPE. No acordo para a viabilização do TJPEconsig, o Tribunal negociou para que os bancos arcassem com as despesas do processo de cadastramento.

Uma vez realizado o cadastro, cada funcionário do Judiciário vai contar com um cartão exclusivo de identificação, no qual haverá uma foto digitalizada. Ainda será oferecido, a quem manifestar interesse, um cartão de crédito Visa Internacional, isento de quaisquer taxas. A DRH cogita a hipótese de fazer com que o cartão de identificação seja instrumento necessário para garantir o acesso às dependências do Tribunal de Justiça.

"Enviamos a proposta à Diretoria de Infra-estrutura (Diriest) para que o órgão estude a possibilidade de normatizar essa sugestão", informa Franck.

O cadastro está sendo feito pela DRH no 1º andar do Edifício Paula Baptista, no Fórum Thomaz de Aquino e no Fórum Rodolfo Aureliano. Os servidores e magistrados que atuam nesses locais devem comparecer aos estandes de cadastramento munidos da cédula de identidade, do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e de um formulário que a DRH enviou, via mala direta, a todos os funcionários do Tribunal. Os que trabalham em outras comarcas do Estado devem aguardar a visita dos técnicos da DRH, que já possui um calendário de visitação aos ógãos do Judiciário.

Franck salienta que o processo é extremamente rápido e seguro. A opinião é endossada pelo auxiliar judiciário Bruno Monteiro: "Fiz meu cadastramento. Foi rápido, eficaz e necessário".

A iniciativa possibilitará melhor conhecimento da estrutura funcional do Judiciário

Acmepe lança Coral

IZABELA PIRES RAPOSO

A Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe) promoveu, na última terça-feira, o primeiro ensaio de seu Coral, instituído pela presidente da entidade, Rita Malta. O regente do grupo, Ricardo Farias, elogia a atual gestão da Acmepe por promover uma ação artística como é a formação de um coral de vozes.

Segundo ele, cantor lírico e produtor musical que também rege corais do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Tribunal Regional Federal, Tribunal Regional Eleitoral e Tribunal Regional do Trabalho, foram selecionadas 16 vozes. "Por enquanto só as mulheres associadas estão participando, porém queremos escolher homens também", diz.

Neste primeiro ensaio, os participantes do Coral da Acmepe tiveram aulas de técnica vocal e interpretaram músicas do período renascentista e barroco, como também canções populares e folclóricas.

De acordo com o regente, o primeiro evento que o Coral irá participar será a Missa de Ação de Graças pelo aniversário do TJPE, a ser realizado no dia 13 de agosto, sábado, pela manhã, na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco.

Para aqueles que queiram participar do Coral, basta contatar com a Acmepe pelos telefones 3419.3537, 3419.3528 e 3419.3532. Os ensaios são no auditório da entidade, às 14h das terças-feiras.

CORAL DO TJPE

Além de participar ativamente de todos os eventos realizados no Judiciário, inclusive da tradicional Cantata Natalina promovida no Palácio da Justiça, o Coral do TJPE, composto por 40 pessoas - 26 vozes femininas e 14 masculinas - irá participar do Encontro Internacional de Corais, na cidade de São Lourenço, no Estado de Minas Gerais, entre os dias 20 e 25 de agosto. "O presidente Macêdo Malta já autorizou nossa participação e agora estamos buscando patrocínio dos bancos que prestam serviço para o Tribunal". Ele destaca que o Coral já participa dos encontros nacionais, porém é a primeira vez que ele irá apresentar-se com corais de todo o mundo.

A iniciativa partiu da presidente da Acmepe, **Rita Malta**

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 114 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 18 de junho de 2005

A Justiça que vai onde o povo está

IZABELA PIRES RAPOSO

A cidade de Pesqueira, a 209 Km do Recife, foi beneficiada com o projeto "Justiça do Povo", coordenado pelo vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Hélio Siqueira Campos, no início deste mês. No Fórum da cidade, foram expedidos documentos pessoais gratuitamente e realizadas audiências de conciliação, instração e julgamento através do Juizado Itinerante do TJPE, instalado pela coordenadoria de Juizados Especiais. "Um dos beneficiados tinha 32 anos e não podia pagar pela certidão de nascimento, já que seu salário mensal é de R$ 120,00 e no cartório, ele teria que desembolsar R$ 47,00", lembra o vice-presidente.

Para ele, o fato prova que o projeto Justiça do Povo é, antes de tudo, uma ação de cidadania, já que torna possível o acesso da população mais carente à justiça e a obtenção de documentos pessoais. A iniciativa é uma reedição do projeto "Justiça nas Ruas", desenvolvido em sua gestão na Corregedoria-Geral de Justiça, em 2000 e 2001. Em Pesqueira, de acordo com dados estatísticos do projeto, realizado nos dias 01 a 03, foram expedidas 180 carteiras de Identidade e 210 certidões (de casamento, óbitos e nascimentos).

No Juizado Itinerante, houve 104 audiências, além de 52 atendimentos jurídicos que orientaram os usuários nos casos que não podem ser resolvidos pelos Juizados Especiais. Nas primeiras, 66 conciliações e 30 desistências foram obtidas. Três delas tiveram que ser remarcadas, três, extintas e duas ocorreu à revelia (o réu não compareceu). O registro das queixas foi realizado no auditório do Centro Comercial Rosa, Centro de Pesqueira, nos dias 24 e 25 e as audiências se realizaram no Fórum da Cidade, durante todo o dia 03. A supervisão dos trabalhos do juizado itinerante coube ao coordenador adjunto dos Juizados no TJPE, Nilson Nery dos Santos.

"Queremos promover o "Justiça do Povo" em outras cidades este ano, também buscando parcerias com prefeitura, Secretaria de Defesa Social, Câmara de Vereadores, Justiça e mídia local nas comarcas", diz Siqueira Campos. O magistrado destaca o apoio do secretário João Braga, que disponibilizou uma equipe de 05 datiloscopistas, do Instituto Tavares Buril, para a expedição das certidões, do prefeito de Pesqueira, João Eudes Tenório, dos vereadores José Tenório de Brito (presidente da Câmara) e Luciano Benoni, além dos juízes Nehemias de Moura (diretor do Fórum) e André de Albuquerque Santana. O magistrado também ressalta o apoio "essencial" que recebeu do presidente do TJPE, Macêdo Malta, e do corregedor-geral de Justiça, Fausto Freitas, para a realização da iniciativa em Pesqueira.

*Para o vice-presidente do TJPE, **Des. Siqueira Campos**, "o projeto Justiça do Povo é uma ação de cidadania"*

RECESSO JUNINO

O TJPE informa: considerando os feriados forenses estabelecidos pelo Art.93 da Lei 8034/79, **o expediente do Poder Judiciário no dia 22/06/05 será das 8h às 12h**, ressalvando que no âmbito dos juizados especiais o funcionamento será das 7h às 13h. **O recesso junino vai de 23 a 30 de junho de 2005**, sem prejuízo do plantão judiciário.

TJPE implanta Juizado de Trânsito em Pernambuco

"O Juizado Itinerante elimina a burocracia e aproxima o povo da Justiça". A frase, dita pelo vice-presidente do TJPE Hélio Siqueira Campos resume bem a filosofia tanto deste tipo de juizado, quanto do Juizado de Trânsito, instituído pela Lei Complementar nº 977/05, que recebeu a aprovação unânime das Comissões de Justiça e de Finanças da Assembléia Legislativa, nesta semana. "A previsão é que a unidade móvel atenda a partir de agosto", esclarece o coordenador de Juizados Especiais do TJPE, José Arteiro.

Para isso, o Juizado de Trânsito contará com três vans adaptadas que transportam, cada uma, o ambiente onde acontecerá a audiência de mediação entre as partes no local onde ocorreu a colisão, quando não houver mortes ou lesões graves. "Os envolvidos poderão chamar o Juizado, das 07 até às 19h, através do celular. Os números serão amplamente divulgados à população pelo TJPE". Cada unidade contará com um oficial de Justiça (que avaliará os danos nos veículos), um técnico judiciário, um mediador, cargo que será exercido por servidores efetivos do TJPE, e um policial militar.

"Neste tipo de processo, são as partes que formulam o acordo, por isso a presença de um mediador e não de um conciliador, que tem esta atribuição nas audiências preliminares dos juizados cíveis e criminais", explica Arteiro. Caso não seja possível o acordo, os envolvidos já saem intimados para a audiência de julgamento, a serem agendadas em um prazo de 15 a 30 dias, que ocorrerá na sede do Juizado - local que ainda será definido pela presidência do TJPE. A estimativa é que a unidade móvel realize todos esses procedimentos em duas horas no máximo. Inicialmente, a ação do Juizado de Trânsito ficará circunscrita ao Recife, entretanto, a intenção é ampliar sua estrutura para atender a mais comarcas.

ÔNIBUS - O TJPE estará adquirindo um ônibus adaptado para substituir a van atualmente utilizada quando o Juizado Itinerante é implantado em comarcas do Interior. Com uma estrutura padrão, ou seja, para abrigar servidores, conciliadores e juízes do Interior, ele irá atender àquelas comarcas e seus termos (cidades que não são sede de fóruns) que não contam com juizados. "A idéia é promover uma viagem por mês ao Interior", adianta Arteiro. Tanto o recebimento das queixas e as audiências de conciliação e de instrução irão ocorrer no ônibus. Caso não haja a conciliação, o cidadão será atendido por juízes locais no mesmo dia, como acontece em Pesqueira e Santa Cruz do Capibaribe, as duas cidades atendidas pelo Itinerante nos dois últimos anos. **(I.P.R)**

Juizado Itinerante: *Justiça sem burocracia e mais próxima da população*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 113 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 17 de junho de 2005

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Corregedorias apóiam Conselho Nacional de Justiça

TEXTO: TIAGO BARBOSA
COLABORAÇÃO: CLÁUDIA FREITAS

Corregedores gerais de Justiça de todo o Brasil se prontificaram a contribuir com os trabalhos do recém-criado Conselho Nacional de Justiça. Na Carta de Belo Horizonte, que resumia os principais pontos debatidos durante o 38º Encontro do Colégio dos Corregedores Gerais da Justiça, realizado em Minas Gerais, de 7 a 11 deste mês, os magistrados expressaram "o desejo de colaborar com o Conselho Nacional de Justiça, para o aprimoramento da prestação jurisdicional" (confira ao lado a íntegra da carta de Belo Horizonte).

Segundo o presidente do Colégio de Corregedores da Justiça do Brasil, desembargador Fausto Freitas, o posicionamento do grupo foi definido após a palestra do ministro Antônio de Pádua Ribeiro, do Superior Tribunal de Justiça (STJ). O ministro explicou aos participantes os objetivos e as formas de atuação do órgão criado pela Reforma do Judiciário.

Empossado no Conselho, no último dia 8, no cargo de corregedor, o ministro Pádua Ribeiro revelou que pretende trabalhar junto aos corregedores, numa parceria pela melhoria da prestação jurisdicional em todo o País. "Jamais iremos interferir na autonomia de decisão de qualquer magistrado", garantiu o ministro, tranqüilizando os corregedores.

No 38º Encoge, os corregedores gerais acompanharam, ainda, uma reflexão proporcionada pelo ex-presidente da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, que falou sobre Ética e Justiça. Na opinião do corregedor de Pernambuco, Fausto Freitas, esse foi um dos pontos altos do evento.

O encontro serviu, também, para que a equipe da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco apresentasse o site do Colégio de Corregedores. No espaço eletrônico, provisoriamente disponível no endereço www.tjpe.gov.br/encoge/colegiodecorregedores/index.asp", ficarão armazenadas todas informações relativas ao Colégio desde a sua criação em 1994. A página será atualizada pela equipe de Fausto Freitas até novembro deste ano, quando o desembargador encerra o seu mandato como Presidente do Colégio de Corregedores de Justiça do Brasil.

O presidente do Encoge, Des. **Fausto Freitas** *(centro), ladeado pelo Ministro do STJ, Des.* **Antônio Ribeiro** *(2º esq), e o Corregedor de Minas Gerais, Des.* **Roney Oliveira** *(1º esq)*

FESTA SURPRESA - Macêdo Malta, *acompanhado da família, recebeu ontem homenagem dos colegas, diretores e servidores do TJPE pelo seu aniversário. A apresentação do Coral Infantil (Escola Adventista do Recife) e da dupla Nino e Gisele (Conservatório de Música de Pernambuco) emocionou os convidados. O ponto alto da festa ficou por conta da música Uma Benção Antiga, tradução da composição de J.Agay, cantada pelo Coral do TJPE.*

Carta de Belo Horizonte

38º ENCOGE

O Colégio de Desembargadores Corregedores Gerais de Justiça do Brasil, reunido na cidade de Belo Horizonte, entre os dias 07 e 10 de junho de 2005, decidiu, por unanimidade:

1) **SUGERIR** aos Tribunais de Justiça o desenvolvimento de sistemas informatizados, que permitam a adequada transferência de informações estatísticas ao Supremo Tribunal Federal, de modo a assegurar a fidedignidade do BNDPJ - Banco Nacional de Dados do Poder Judiciário;

2) **RATIFICAR** a preocupação, já demonstrada, com a tentativa de retirar do Poder Judiciário as atribuições de delegação dos Cartórios Extrajudiciais, através do Projeto de Lei Complementar nº 007/2005, em andamento no Senado Federal;

3) **MANIFESTAR** apoio ao Projeto de Emenda Constitucional, em tramitação no Congresso Nacional, que altera o artigo 40, § 1º, inciso II, da Constituição da República, com o implemento da idade da aposentadoria compulsória para 75 (setenta e cinco) anos;

4) **INCENTIVAR** a implementação de projetos inovadores, que tenham por objetivo precípuo o resgate da dignidade humana e a reinserção social;

5) **EXTERNAR** o desejo de colaborar com o Conselho Nacional de Justiça, para o aprimoramento da prestação jurisdicional;

6) **DEMONSTRAR** sua preocupação com o denuncismo que se dirige em larga escala contra membros do Poder Judiciário, **SUGERINDO** o arquivamento liminar das denúncias que contenham tema de cunho jurisdicional ou desprovidas de credibilidade.

Des. Fausto Valença de Freitas
Presidente do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça do Brasil
Corregedor do Tribunal de Justiça de Pernambuco

Des. Ubirajara Francisco de Moraes
1º Secretário do Colégio de Corregedores Gerais da Justiça do Brasil
Corregedor do Tribunal de Justiça do Amazonas

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 115 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 21 de junho de 2005

Cej vai divulgar jurisprudência estadual

IZABELA PIRES RAPOSO

A prioridade do desembargador Frederico de Almeida Neves, diretor do Centro de Estudos Judiciários da instituição (CEJ), é o lançamento da Revista do Tribunal de Justiça de Pernambuco (Arquivo Forense) que reunirá a jurisprudência estadual recente. "Até o final de setembro, os juízes e desembargadores poderão remeter seus artigos doutrinários e decisões. A previsão é lançar a publicação em novembro", diz o desembargador. Os servidores também podem remeter textos jurídicos.

A publicação vai registrar a tendência jurisprudencial de Pernambuco, o que vai possibilitar sua consulta pelos operadores do Direito, estudantes e magistrados que queiram informa-se sobre como uma questão polêmica está sendo julgada no Estado e até mesmo para embasar suas decisões com argumentos de outro juiz. Com o Arquivo, será possível, por exemplo, saber qual é o entendimento em ações de busca e apreensão na 1ª instância ou conferir decisões sobre anencefalia, aborto e outros assuntos que mobilizam o interesse da sociedade, também no Tribunal de Justiça.

"É um veículo que a magistratura pernambucana terá para divulgar seus posicionamentos ao País". Frederico Neves destaca que esta divulgação tem sido suprida pela Revista da Esmape, lançada semestralmente, mas focada na doutrina e não nas sentenças, acórdãos e votos de desembargadores. As duas entidades vêm promovendo palestras e simpósios com juristas renomados desde o ano passado. De acordo com o desembargador, "a resolução nº 120 do TJPE, que criou o CEJ, prevê a publicação do Arquivo Forense como uma de suas atribuições".

Missão - Hoje, a pesquisa sobre jurisprudência estadual está restrita ao site do TJPE em relação aos acórdãos e alguns trabalhos jurídicos estão disponibilizados no link CEJ do www.tjpe.gov.br. Para Neves, que há 18 anos leciona Direito Processual Civil na Universidade Católica de Pernambuco, a edição do Arquivo é prioritária para o aperfeiçoamento de juízes e servidores. "A Corte Especial, em 1999, criou o CEJ com a finalidade essencial de prover o Poder Judiciário estadual de órgão especializado em desenvolver estudos e pesquisas avançadas com vistas a melhorar a prestação da tutela jurisdicional".

Os magistrados e servidores devem remeter os trabalhos para o e-mail *cej@tjpe.gov.br* ou enviar cópia impressa e disquete para a sede da Esmape, que fica na Rua do Imperador D. Pedro II, 221, Santo Antônio - Recife - PE CEP 50010-240. As decisões e artigos serão selecionados por uma comissão, presidida pelo coordenador de Divulgação Científica e Cultural do CEJ, juiz André Pires Rosa.

Des. **Frederico Neves**: *Arquivo Forense é prioritário para o aperfeiçoamento de juízes e servidores*

Judiciário promove ações contra o uso de drogas

TIAGO BARBOSA

A 3ª Vara da Infância e Juventude e a sociedade assistencial Saravida realizaram, na semana passada, um seminário sobre tratamento de drogadição. O objetivo do evento foi discutir as parcerias firmadas entre o Poder Judiciário e as entidades privadas que permitem a recuperação de jovens que cometeram crimes em função do uso de entorpecentes.

O juiz da 3ª Vara, Humberto Vasconcelos, abriu o seminário com um pronunciamento no qual defendeu a importância da manutenção das parcerias. "O Estado só vai conseguir fazer o seu papel se a comunidade participar", disse. Para ele, o trabalho conjunto propicia a superação daquilo que chamou de cinco degraus fundamentais para a vida: "Dificuldades no nascimento, carência na alimentação, erradicação da violência, educação de qualidade e profissionalização".

Segundo informações da 3ª Vara, a maioria dos processos envolvendo adolescentes está relacionada ao uso de drogas. Participaram do evento outras organizações, tais como Desafio Jovem, Amor Exigente, Alcoólatras Anônimos, e as Secretarias de Saúde do Estado, Recife e Olinda.

Para **Vasconcelos**, *a parceria sociedade e Estado é essencial*

Notas

Inscrições do Curso de Preparação à Magistratura são prorrogadas

A Esmape informa que as inscrições para a Seleção do Curso de Preparação à Magistratura estão prorrogadas até o dia seis de julho de 2005, sendo realizadas, a partir de 27 de junho, no horário das 16 às 20 horas.

***

Orações e Preces

O auditório do Fórum Rodolfo Aureliano será, hoje, a partir das 16h até às 17h30, convertido em templo de oração. Ali, será realizada a celebração "Adoração a Jesus Cristo", promovida pelos Evangélicos do Fórum do Recife, grupo formado por servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O auditório fica no 2º andar, ala norte.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 116 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 22 de junho de 2005

TJPE discute penas alternativas no Ceará

IZABELA PIRES RAPOSO

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai participar do Ciclo Regional de Palestras: A participação dos Estados na discussão dos temas transversais relevantes à aplicação das penas e medidas alternativas, a ser realizado em Fortaleza, entre os dias 28 e 30 de junho. A Vara de Execuções de Penas Alternativas (Vepa) enviará ao evento duas profissionais: a psicóloga Taciana Leite e a assistente social Sulami Borba.
De acordo com Taciana, elas vão levar às participantes do encontro o trabalho realizado pela Vepa, que se tornou referência nacional e internacional na aplicação e monitoramento das penas alternativas. "Pretendemos destacar o acompanhamento dos beneficiários encaminhados pela Vepa para tratamento de dependência química, assim como a parceria desenvolvida com empresas para a prestação de serviço por aqueles que foram sentenciados a cumprir uma pena alternativa" afirma.
O Ciclo Regional de palestras também é uma oportunidade para troca de experiências bem-sucedidas com profissionais do país sobre o tema. O evento faz parte de um conjunto de ações que o Ministério da Justiça vem adotando na intenção de enfrentar a criminalidade no Brasil.

Justiça transforma celas do Cotel em área comum

TIAGO BARBOSA

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Adeildo Nunes, determinou que as duas celas construídas no Centro de Triagem para Presos do Estado de Pernambuco (Cotel), por empresários presos no local, sejam destinadas a uso coletivo. A direção do presídio não poderá, em qualquer condição, acolher detentos nos referidos compartimentos, os quais já estavam interditados, desde o dia 26 de abril, por ordem judicial.
A decisão libera a utilização dos imóveis, desde que para interesse geral da sua população carcerária e com outros fins, como guarda de materiais ou biblioteca.

Lato Sensu em Direito Civil e Empresarial

O Departamento de Teoria Geral do Direito e Direito Privado, do Centro de Ciências Jurídicas (CCJ) da UFPE, está com inscrições abertas, até o dia 30 de junho, para o *II Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Civil e Empresarial*. O curso oferece 70 vagas e a seleção acontecerá no período de quatro a sete de julho. A carga horária do curso é de 360 horas/aula, além de eventuais palestras. As aulas serão realizadas toda sexta-feira, das 18h às 22h, e aos sábados, quinzenalmente, das 8h às 12h45. O início das aulas deve ocorrer no dia cinco de agosto. Voltado para profissionais da área de Direito, como juízes, advogados, promotores, entre outros, agrupa as seguintes disciplinas: Teoria Geral do Direito Civil, Teoria Geral das Obrigações e Responsabilidade Civil, Teoria Geral dos Contratos e Contratos em Espécie, Direito de Empresa, Direito das Coisas, Direito de Família e Sucessões e Metodologia do Trabalho Científico. Mais informações: Pós-Graduação em Direito - UFPE(81) 3222.6276 Rua do Hospício, nº 371, bloco C, 1º andar, bairro da Boa Vista, no horário das 14h às 17h30. A coordenação do curso é da professora Fabíola Albuquerque.

PRESIDENTE RECEBE DIRETORIA DA CESPE/UNB

O Des. Macêdo Malta recebeu a diretora geral do Centro de Seleção e Promoção de Evento- Universidade de Brasília (Cespe-UNB), Romilda Guimarães Macarine. O objetivo da visita foi fazer uma sessão pública de identificação das provas do concurso para juiz substituto do TJPE.

ACMEPE PROMOVE ENTREGA DE MILHO

A presidente da Acmepe, Rita Malta, coordenou, ontem à tarde, no Fórum Rodolfo Aureliano, a tradicional distribuição de milho para funcionários terceirizados.

Ambulatório

Ambulatório do TJPE avisa: No dia 22/06/05 não haverá expediente no Ambulatório Des. Ângelo Jordão Filho. O setor vai fechar para manutenção dos equipamentos médicos e odontológicos.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 117 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 23 de junho de 2005

TJPE apóia mutirão na vara de família

IZABELA PIRES RAPOSO

Os terceiro e quarto mutirões deste ano, realizados, nos últimos dias 10 e 21, pelo juiz da 6ª Vara de Família e Registro Civil da Capital, Luiz Gustavo Mendonça de Araújo, contabilizou 72 audiências de divórcios. "Os mutirões serão feitos periodicamente, sempre que houver acúmulo de processos em divórcios", informou o magistrado. As datas dos próximos mutirões já estão agendadas para os dias 7 de outubro e 16 de dezembro, a partir das 12h, e atenderá apenas os casos consensuais.

A iniciativa recebeu o apoio do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, em uma proposição oral apresentada ao Conselho da Magistratura, na sessão do dia 7 de abril. Os membros decidiram, por unanimidade, editar uma moção de elogio ao titular da 6ª Vara de Família e Registro Civil. "O presidente do TJPE declarou que outros juízes de Família deveriam promover mutirões no caso de haver acúmulo de processos significativo nas varas".

FALTA DE PESSOAL

O juiz Luiz Mendonça não só defende a realização de mais mutirões de audiências, como propõe a ampliação desse procedimento para outros tipos de ações, inclusive na 6ª Vara. Porém, a proposta esbarra no pouco número de servidores, já que a unidade - atualmente com 10 mil processos em tramitação - conta com apenas quatro pessoas. O ideal seria a lotação de mais seis, totalizando dez. Ou seja, para cada mil ações, haveria um servidor responsável.

O magistrado explica que vem contando com a colaboração de quatro estagiários do Ministério Público Estadual, trazido pelo promotor da 6ª Vara de Família, Agnaldo Fenelon.

"O mutirão, principalmente no caso dos divórcios consensuais, é uma ação social, já que a 6ª Vara de Família é um órgão de assistência judiciária que tende a aumentar o número de ações, já que não há pagamento de custas processuais pelas partes", defende o juiz. No Fórum Rodolfo Aureliano, Recife, a metade das doze varas de Família são de Assistência, ou seja, atendem à parcela mais carente da população. "Neste tipo de Vara, o número de processos que entram é sempre 50% maior do que naquelas onde tramitam ações privadas". Dos 10 mil processos da 6ª Vara, 30% são referentes a divórcios, separações e alimentos.

Durante o mutirão, um divórcio pode sair em cinco minutos.

A história do divórcio no Brasil

ROSA MIRANDA

Os números de divórcios somente na cidade de São Paulo chegam a uma média mensal de 2,5 mil. Até 1962, o divórcio era classificado como 'aspecto social negativo ou patológico'. O dado está na "Estatística do século XX", estudo promovido pelo IBGE, que compilou todos os levantamentos sociais feitos ao longo de cem anos.

Só a partir de 1965 é que a separação de casais passou a ser qualificada como 'situação demográfica'. A questão da nomenclatura é apenas um dos aspectos que sinalizam a rapidez das mudanças no instituto do matrimônio ao longo das quase quatro décadas. Basta ver o aumento dos processos ano a ano. Em 1954 foram registrados 2,8 mil pedidos de separação; número que subiu para 3,2 mil 1962; para 7,7mil em 1969; e para 32.754 em 1981 no Brasil. Pode-se dizer que o advento da Lei do Divórcio (nº 6.515), em 1977, solucionou algumas questões que emperravam o processo. O fato é que o divórcio legal passou, a partir de 1977, a fazer mesmo sentido. Antes da lei, os casais chamados desquitados tinham apenas o direito de sair de casa sem que fosse caracterizado abandono de lar e a garantia de que poderiam adquirir bens que fossem incomunicáveis. Mas não podiam, por exemplo, casar novamente. Antes de 77 a extinção do matrimônio não era possível, salvo se declarada a nulidade, a anulação ou se um dos cônjuges morressem.

COAÇÃO OU CO-AÇÃO

Médicos, psicólogos, juízes, promotores e público em geral contam com um novo título para estudo na área de Justiça e Saúde, referente a processos que envolvam porte de drogas, crime previsto no artigo 16 da Lei 6368/76. "Coação ou Co-ação - Diálogo entre Justiça e Saúde no contato com usuários de drogas", organizado pelo psicólogo e antropólogo Gilberto Lucio da Silva foi lançado no dia 21 de junho, no auditório da OAB-PE. Há três anos e meio atuando no setor Psicossocial do 1º Juizado Especial Criminal do Recife, Gilberto fornece pareceres psicológicos e avalia o cumprimento da medida alternativa aplicada para o infrator. Aspectos jurídicos, sócio-culturais, psicológicos e médicos são abordados pelos especialistas no livro, publicado pelas Edições Bagaço, que tem prefácio do procurador-geral de Justiça, Francisco Sales. O preço do exemplar é de R$ 20,00.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXI • Nº 119 | Poder Judiciário Estadual | Recife, terça-feira, 28 de junho de 2005

Tribunal de Justiça do Estado

Presidente: Des. **José Antônio Macêdo Malta**

ATO DO DIA 22 DE JUNHO DE 2005.

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:

Nº 1195/05- Designar o **Dr. Gleydson Glleber Bento Alves de Lima Pinheiro**, Juiz de Direito da 2ª Vara da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe, Matrícula nº 178.840-0, para responder, cumulativamente, pelo II Fórum Universitário – Caruaru, no período de 01 a 30/07/05.

JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

ATO DO DIA 22 DE JUNHO DE 2005.

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:

Nº 1196/05- Designar o **Dr. Joaquim Francisco Barbosa**, Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Gavanhara, Matrícula nº 175.362-7, para responder, cumulativamente, pela Vara da Fazenda Pública da referida Comarca, no período de 01 a 30/07/2005, em virtude das férias do titular.

JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

ATO DO DIA 22 DE JUNHO DE 2005.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Nº 1197/05 – Designar a Drª . **Eliana dos Santos Mendes Mascarenhas,** Juíza de Direito da 27ª Vara Cível da Capital, Matrícula nº 166.704-1, para responder, cumulativamente, pela 2ª Vara de Execução Fiscal Estadual da Capital, de 01 a 30/07/05.

Nº 1198/05 - Tornar sem efeito o Ato nº 1153/05, publicado no Diário Oficial de 22/05/05.

Des. José Antônio Macêdo Malta
Presidente

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, DES. MACÊDO MALTA, EXARQU EM DATA DE 22/06/05 OS SEGUINTES DESPACHOS:

Petição (20561-1/2) – **Dra. Andréa Rose Borges Cartaxo**, ref. adiamento das férias relativas ao 2º semestre/2005, para janeiro/2006: "Não há possibilidade de deferimento de férias para o mês de janeiro/06, em face da demanda verificada quando da elaboração da escala oficial de férias no referido mês, todavia, ante o alegado, autorizo o adiamento das férias de novembro/05, relativas ao 2º período/2005, para gozo oportuno. Em época própria a juíza poderá indicar os meses preferenciais para usufruto das férias do exercício de 2006. À DRH".

Expediente – **Aleitado Médico**, oriundo dos Hospital de Fraturas – "Concedo a prorrogação da licença médica em favor da **Dra. Ana Cristina Mota**, por mais 05 (cinco) dias, a contar de 20/06/05, nos termos deste, ante o informado".

Ofício nº 16/05 (20727-1/1) – **Dr. Paulo César Oliveira de Amorim**, ref. pagamento de diárias em virtude de exercício cumulativo na Comarca de Vertentes nos dias 05, 07, 12, 14, 19, 21, 26 e 28/07/05, bem como diferença de entrância: "Ante a informação supra, autorizo o pagamento da diferença de entrância, bem como das diárias requeridas, nos termos do edital anexo".

Petição (20619-1/1) – **Dr. Severiano de Lemos Antunes Junior**, ref. pagamento de diárias em virtude de exercício cumulativo na Comarca de São José do Egito, bem como diferença de entrância: "À DPH. Ante a informação supra, autorizo o pagamento da diferença de entrância, bem como das diárias relativas aos dias, 05, 07, 12, 14, 19, 21, 26 e 28/07/05, nos termos do edital anexo".

Ofício nº 344/05 (18528-1/1) – **Dr. Nivaldo Mulatinho Filho**, ref. designação de um juiz para atuar na Vara Criminal, como Auxiliar: "Informe-se ao Dr. Juiz – transcrevendo o que consta – a impossibilidade, no momento, de atender a solicitação."

Recife, 27 de junho de 2005

Abraão Joaquim dos Santos
secretário judiciário

Abraão Joaquim dos Santos
secretário judiciário

Comarca do Interior

COMARCA DO CABO DE SANTO AGOSTINHO

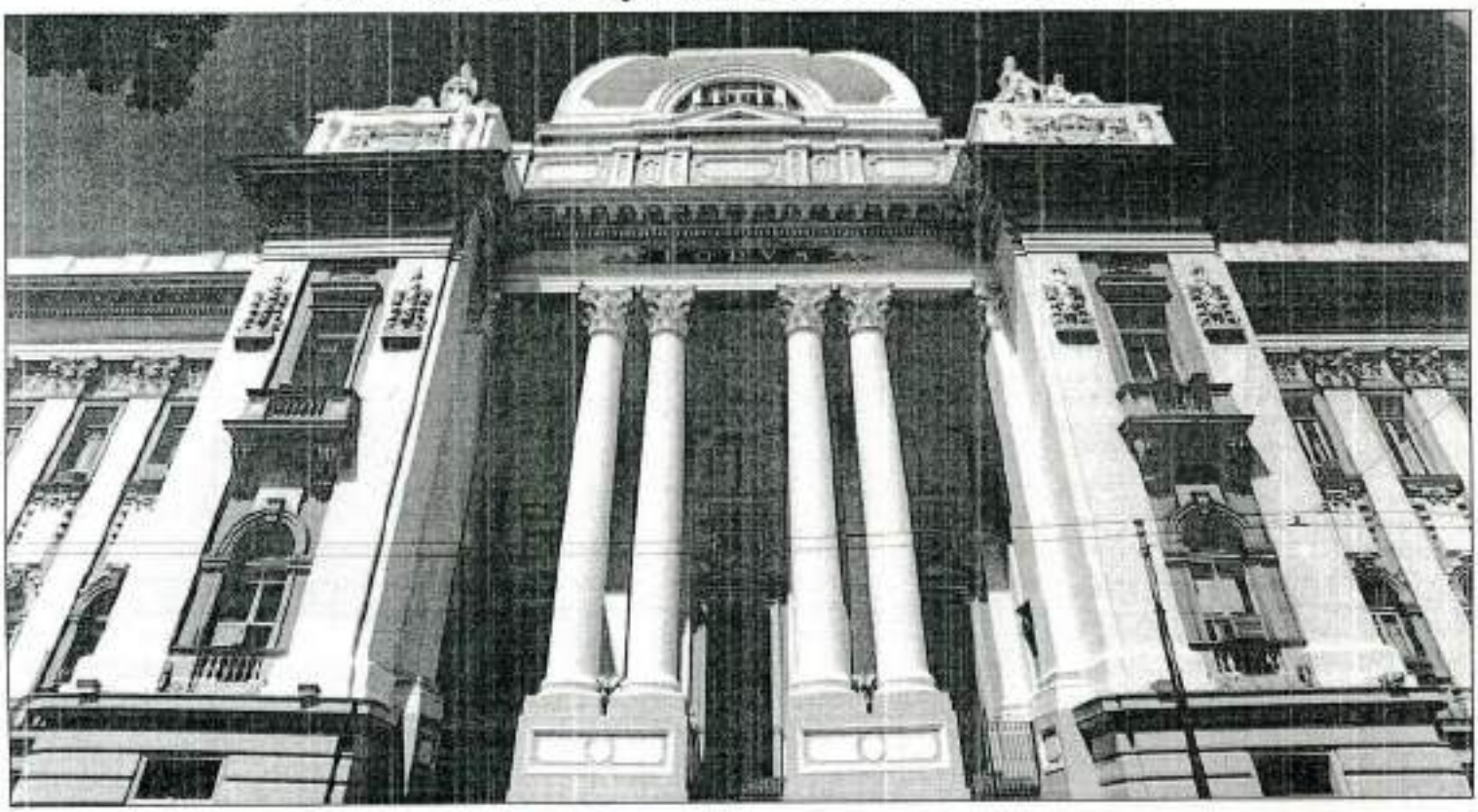
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL

EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

O Doutor ARNÓBIO AMORIM ARAÚJO JUNIOR, Juiz de Direito da 3ª Vara Cível desta Comarca do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, na forma, da lei,etc...Faz Saber a todos quanto o presente Edital de Citação virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Cartório da 3ª Vara Cível tramitam os autos da **Ação de Execução n.º 210.1998.00268-0, requerida pelo BANCO DO BRASIL S/A contra RICARDO ALVES DE ARAÚJO (falecido), pelo que através do presente EDITAL DE CITAÇÃO, ficam citados os herdeiros do executado: ANDRÉ FONTES ARAÚJO**, brasileiro, solteiro, nascido aos 02.07.1988, CPF n.º 096.158.074-68, RG n.º3.501.632 SSP/PE; **ANA MARIA FONTES ARAÚJO ALVES**, brasileira, casada, funcionária pública, nascida aos 02.09.1969, CPF n.º831.458.074-68, RG n.º 3.161.080 SSP/PE; e **RICARDO ALVES DE ARAÚJO FILHO**, brasileiro, casado, nascido aos 21.06.1968, CPF n.º468.448.494-87, RG n.º 2.593.105 SSP/PE, todos possuindo como último domicílio à Rua Profª Augusto Lins e Silva, n.º1985, apº203, Boa Viagem, Recife-PE **para no prazo de 24(vinte e quatro), contados a partir do transcurso do prazo deste edital, hosse pagar a quantia de R$ 2.663.872,56 (dois milhões, seiscentos e oitenta e três mil, oitocentos e setenta e dois reais e cinqüenta e seis centavos)**, correspondente ao principal do débito acrescido de juros, obtido atualizado aos 12.04.1999, ou, querendo, nomear, no mencionado prazo, bens à penhora que garantam a integralidade da execução. Dado e passado nesta cidade do Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco, aos 09(nove) dias do mês de junho do ano dois mil e cinco (2005). Eu, Lini Pessoa, Monico judiciário, digitei. Eu, Conceição Guedes, chefe de secretaria fiz digitar e subscrevi. AJ ARNÓBIO AMORIM ARAÚJO JUNIOR - Juiz de Direito.

(85362)

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco



TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 120 | Poder Judiciário Estadual | Recife, quarta-feira, 29 de junho de 2005

Comarcas do Interior

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias

Faz saber a todos quanto o presente Edital, com prazo de 30 dias virem, ou dele conhecimento tiverem, especialmente aos genitores da falecida Mônni Santana Reis o Sr. **João Pedro da Silva Reis e Filomena Santana Reis**, que encontra-se tramitando por este Juízo e Secretaria da 5ª Vara Cível, uma Ação de Tutela, Proc. 213.2005.1936-8, ajuizada por Ricardo Santos Peres, e achando-se os genitores da falecida acima mencionada em lugar incerto e não sabido, razão pela qual foram citados para contestarem a Ação de Tutela, no prazo de 10 dias, sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos articulados na inicial. E para que se não alegue ignorância, mandou expedir o presente edital que será publicado na forma da lei e afixado em lugar público de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Carpina-PE, aos 03 dias do mês de junho de 2005. Eu, _____Alexandro Torres dos Santos, o fiz digitar e subscrevi.

Dr. Maracajaia Ramos Ribas
Juiz de Direito da 5ª Vara Cível

(8543)

COMARCA DE GARANHUNS
2ª VARA CÍVEL
EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO 30 DIAS

O **Dr. Márcio Santos Sá Barreto**, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível desta Comarca de Garanhuns, do Estado de Pernambuco, em virtude da lei, etc... **FAZ SABER**, a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que se processa nesta Cartório da 2ª Vara Cível , desta Comarca de Garanhuns/PE, uma Ação de Usucapião, tombado pelo nº 7.9880/05, que tem como AUTORES: **Maria José Barbosa Ferreira e Denes Ferreira da Silva** Um imóvel urbano com residencial e respectivo terreno, localizado na Rua Cônego Benigno Lins, s/nº - Bairro: Centro, nesta cidade, com área total de 1.767,20m2. Com as seguintes confrontações: à **frente** com 18,60m de comprimento e o lado da Rua Cônego Benigno Lins; pelos **fundos** com 18,50m e com o Colégio Santa Sofia; pelo **lado direito** com seis segmentos um de 25,40m e o outro com 36,00m para a secretaria da obras, pertencente à Prefeitura Municipal de Garanhuns da Rua Cônego Benigno Lins e pelo **lado esquerdo** com a casa de nº 170 do Sr. Ezenor Rodrigues de Reis. Cita todos os seus sucessores incertos e desconhecidos, para no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, contestarem o pedido e acompanharem o feito até o final de julgamento. Advertência do art. 285 C. F. Civil. Dado e passado nesta Cartório da 2ª Vara Cível desta Comarca de Garanhuns, do Estado de Pernambuco, aos 09.03.2005. Eu, Alba Cristina Teixeira Lima, Chefe de Secretaria, fiz digitar e subscrevi.

Dr. Márcio Santos Sá Barreto
Juiz de Direito

(8540)

PESQUEIRA

TERMO DE SORTEIO DE JURADOS DA 1ª SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI, DO ANO 2005 DA COMARCA DE PESQUEIRA/PE

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano dois mil e cinco(22/06/2005), na sala das audiências desse Juízo, no Fórum Dr. Sérgio Higino Dias dos Santos, sito à Av. F. Pessoa de Queiroz, s/nº , onde se achava presente o Dr. Juiz de Direito, na pessoa do Bel. André Carneiro de Albuquerque Santana, a Drª Promotora de Justiça, na pessoa da Belo Natália Maria Campelo, a Oficiala de Justiça Risoneide C orreia de Freitas, comigo Chefe de Secretaria do seu cargo abaixo assinado. Pelo MM Juiz foi convidado o menor José Eduardo Ferreira da Silva, com 13 anos de idade, filho de José Ivanildo Ferreira da Silva e de Maria Lucicleide Ferreira da Silva, que retirou as cédulas uma a uma onde continha todos os nomes das pessoas que servirem como jurados durante o ano de 2005. Pelo Juiz foi feito o sorteio dos Jurados e que deverão servir no Júri popular desta Comarca para ter início nos dias 03/08, 036/08, 05/08, 09/ 08, 10/08, 17/08, 19/08, 23/08, 24/08, 26/08 e 30/08, do ano corrente às 8:00 horas quando continuarão os processos em pauta para julgamento, na forma da Lei. Em seguida passou o Dr. Juiz a proferir o sorteio dos vinte e um(21) jurados que terão de servir nas sessões do Júri de acordo com o art 428 do Código Processo Penal. Aberta a urna respectiva, dela foram tiradas as cédulas que continham na ordem que se segue:

N.º Ord.	Jurado	Profissão
1.	Ana Carolina Araujo Chalegre	Estudante
2.	Ana Denise Ferraz de R. Sá	Psicóloga
3.	Anicélia Ferreira da Silva	Educadora de Apoio
4.	Antônia Ferreira dos Santos	Aposentado
5.	Daniel Bezerra da Silva Filho	Diretor de Escola
6.	Elaine Chaves da Silveira	Professora
7.	Ericson Maurício de Souza Paixão	Professor
8.	Josci Galineo	Professor
9.	Jussara de Fátima Torres de Lima	Coordenadora de Biblioteca
10.	Lindinalva Cordeiro de Carvalho	Supervisora
11.	Maria de Lourdes Ribeiro	Zeladora
12.	Maria José Ferreira dos Santos	Inspetora pedagógica
13.	Ossas Alves da Silva	Servidor Público
14.	Patrícia Maria Araújo da Costa	Estudante
15.	Paulo Bezerra da Silva	Funcionário Público
16.	Paulo Eduardo de Freitas Monteiro	Servidor Público
17.	Rubens Siqueira do Rego Barros	Servidor Público
18.	Sidnei de Melo Batista	Servidor Público
19.	Silvio Franco Vidal da Silva	Músico
20.	Tercio Cristovão Leite dos Santos	Servidor Público
21.	Waldete de Almeida Leite	Professora

JURADOS SUPLENTES:

N.º Ord.	Jurado	Profissão
1.	Aide de Araujo Barros	Estudante
2.	Ana Cláudia Macêdo de Aquino	Estudante
3.	Edson Luis de Araújo	Servidor Público
4.	João Inácio Batista	Servidor Público
5.	Marilúce Inácio dos Santos	Bibliotecária
6.	Ronaldo Machado Teixeira	Servidor Público
7.	Samyra Guedes da Silva	Estudante

Concluído o sorteio foram as cédulas recolhidas à urna competente, ficando a chave em p oder do Dr. Juiz na forma do Art. 428, do Código Processo Penal, que ordenou a expedição do edital e mandado, nos quais deverão constar dia, hora e local, que o Tribunal do Júri se reunirá, como também o convite nominal dos jurados sorteados a fim de compa recerem sob as penas da Lei, a sessão do julgamento. Do que para constar lavrei o presente termo, que lido e achado conforme vai devidamente assinado pelos presentes. Eu, Evandro Cordeiro, Chefe de Secretaria, digitei e subscrevi.

Dr. André Carneiro de Albuquerque Santana
Juiz de Direito

PAUTA DO JURI POPULAR

Fórum Dr. Sérgio Higino Dias dos Santos
Av. F. Pessoa de Queiroz, s/nº, Prado
CEP: 55.200-000 Pesqueira - PE Tel. (081) 3835-1484

Proc. Nº	Nome do réu	Data/Hora/Hora	Promotoria de Justiça	Advogados (Defs)
771/2003	Jorge Augusto Oliveira de Siqueira, "Jorginho de José"	02/08/2005-8:00	Natalia Maria Campelo	Fátima Maria Alcântara do Amaral Melo
800/2004	José Augusto Oliveira de Siqueira, "Jorginho"	03/08/2005-8:00	Natalia Maria Campelo	Ruth Bezerra Gambôa da Silva
7502/2002	José Roberto Ferreira da Silva, "Preá"	05/08/2005-8:00	Natalia Maria Campelo	Fátima Maria Alcântara do Amaral Melo
8462/2004	Celio Lutildo dos Santos	09/08/2005-8:00	Natalia Maria Campelo	Rosa Maria Leite de Mendonça
6512/2001	Eulalio Barbosa Gomes, "Lalo"	10/08/2005-8:00	Natalia Maria Campelo	Paulo Leite da Silveira
8570/2004	José Alfeu da Silva	17/08/2005-8:00	Natalia Maria Campelo	Alexandre de Almeida e Silva
7902/2003	Leandro Bezerra da Silva	19/08/2005	Natália Maria Campelo	Paulo Fernando Gambôa da Silva e Karla Christiane de Carvalho
8082/2003	José Jucelino da Silva	23/08/2005	Natália Maria Campelo	Heider Lopes Valença
4681/1999	Cicero Batista Torres Bezerra	24/08/2005	Natália Maria Campelo	José Alberto Dantas
8112/2005	Claudeci Cardoso de Santana, "Fubica"	26/08/2005	Natália Maria Campelo	Fátima Maria Alcântara do Amaral Melo
7442/2002	Wanaldo Leite Teixeira, "Cidá"	30/08/2005	Natália Maria Campelo	Fátima Maria Alcântara do Amaral Melo

Pesqueira, 22 de junho de 2005.

Chefe Secretaria

Dr. André Carneiro de Albuquerque Santana
Juiz de Direito

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 124 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 5 de julho de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE recebe aprovados em concurso público

ROSA MIRANDA e TIAGO BARBOSA

O presidente Macêdo Malta, a diretora do Recursos Humanos Josélia Campos, o chefe de gabinete Brivaldo Pereira, a secretária de Administração Mary Anne Briano e representantes do sindicato e da associação dos servidores formaram a mesa da solenidade de posse dos novos servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Os recém-empossados foram aprovados no último concurso público realizado pelo Poder Judiciário estadual.

Familiares e amigos lotaram o auditório da Acmepe, no edifício Paula Batista, durante toda a solenidade, marcada pela emoção. "Existe um certo simbolismo nesses 67 empossados de hoje. Há cerca de três anos não eram nomeados novos servidores para este Tribunal", ressaltou o desembargador Macêdo Malta ao lembrar que a nomeação era um dos principais objetivos de sua gestão.

Segundo Josélia Campos, "o cumprimento dessa meta foi resultado do esforço coletivo e da sensibilidade do presidente em administrar todas as dificuldades financeiras".

Para o primeiro colocado e orador da turma, Alysson Furtado Luna, 29 anos, o dia teve um significado especial: "Comecei a me preparar ainda fazendo o curso de Direito e iniciar minha vida profissional no serviço público é uma honra", afirmou o novo técnico judiciário.

Para Arlete Luz de Almeida, 29 anos, formada em Direito, passar no cargo de analista judiciário significou mais que uma vitória. "Tenho uma filha de três anos. Estabilidade conta muito para quem já tem uma família". A nova servidora espera contribuir socialmente para que a população tenha o atendimento que merece. "Quem paga imposto precisa ser respeitado", finaliza.

Foto: Leonardo Luz / TJPE

Solenidade reunia diretores e representantes dos servidores do Poder Judiciário

Acmepe comemora resultado de campanha

Cento e vinte caixas repletas de donativos foram doadas durante a campanha realizada em prol dos desabrigados pelas chuvas no interior pernambucano. "Em apenas 15 dias de campanha conseguimos sensibilizar servidores e amigos do TJPE. Agradecemos a todos", comemora a presidente da Associação dos Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco, Rita Malta. Os donativos vão para as cidades de Vitória, Moreno e Ipojuca.

Malta *cumprimenta um dos novos empossados*

DRH aponta lotação de novos servidores

Os 69 servidores que tomaram posse, na última sexta-feira, tinham sido aprovados no último concurso público realizado pelo Tribunal de Justiça, em 2001. A previsão era de que 70 concursados comparecessem ao auditório da Acmepe para assinar o termo de posse. Quem faltou terá até o próximo dia cito para regularizar a sua situação junto à Diretoria de Recursos Humanos, caso queiram trabalhar no Poder Judiciário. O não-comparecimento dentro desse prazo afastará qualquer chance de fazer parte do quadro de pessoal da instituição.

A posse dos servidores foi, provavelmente, a última para aqueles que se submeteram à seleção em 2001. Isso porque a validade do concurso se encerra ao final de julho. A decisão de expandir o número de servidores partiu do presidente do TJPE, Macêdo Malta, que levou em consideração a disponibilidade de vagas existentes e as condições favoráveis no orçamento do órgão.

Caberá ao presidente decidir, agora, o local em que ficarão lotados os novos servidores. Para isso, ele contará com um relatório elaborado pela DRH sobre as condições em que se encontram as comarcas pernambucanas quanto à necessidade de pessoal.

O documento apontou que todas as comarcas do Estado possuem necessidade de mais funcionários. A definição do presidente deve sair em uma semana, no máximo. Na sexta-feira, o anúncio será feito aos servidores que tomaram posse. Depois que estiverem cientes das comarcas para onde serão deslocados, eles vão frequentar um curso promovido pela DRH entre os dias 11 e 13 desse mês. Em seguida, ficarão aptos a assumir as novas funções.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 125 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 6 de julho de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Novatos cumprem estágio probatório

TIAGO BARBOSA

Os sessenta e nove servidores recém-empossados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco vão passar pelo estágio probatório, durante os próximos três anos. Nesse período, eles se submeterão a avaliações periódicas, realizadas por suas chefias, onde observa-se capacidade de efetuar as atribuições do cargo assumido. Se, ao final do triênio, a avaliação for positiva, o servidor vai ser efetivado no serviço público. Caso contrário, ele será exonerado.

Desde 2001, o TJPE adota a prática de avaliar o desempenho de seus servidores durante os três primeiros anos de trabalho

O gerenciamento de desempenho, como é chamada a avaliação no TJ, é feito em seis etapas. Nelas, é observado o rendimento do servidor quanto a aspectos gerais, como assiduidade, pontualidade, relacionamento interpessoal, disciplina, entre outros, e específicos, que tratam diretamente das tarefas que ele terá que cumprir no setor para o qual for designado. Por esses pontos, as chefias vão classificar seus comportamentos com notas entre um e dez. A média mínima para "aprovação" é sete.

"O espírito da coisa é levar chefe e subordinado a sentarem lado-a-lado para debaterem as notas. Eles devem conversar sobre o andamento das tarefas e a execução das atividades diárias. Não se trata apenas de atribuir uma nota qualquer. O processo de aprendizagem deve ser constante", explica o chefe da Seção de Cargos, Salários e Desempenho (Secad), Nelson Gonçalves. Ele destaca, ainda, que cabe aos chefes orientar os novos servidores que chegam "verdes e não podem ser cobrados por tarefas complexas que nunca executaram antes". Essa é uma preocupação constante da Diretoria de Recursos Humanos que, segundo Nelson, realiza treinamentos com servidores e chefias sobre o relacionamento que devem manter no longo do expediente.

A exoneração em conseqüência de uma má pontuação no gerenciamento de desempenho só ocorre depois do terceiro ano de atividade do servidor. "O importante é ficar atento aos prazos para entregar as avaliações à DRH. Eles precisam ser respeitados, sob pena de prejudicar o próprio servidor", adverte Gonçalves. Mas, existem casos especiais em que o funcionário pode complicar sua carreira no serviço público. A demissão também pode ocorrer se houver um processo tramitado em julgado contra o servidor ou depois da instauração e conclusão de um inquérito administrativo.

Desde 2001, quando o TJPE instituiu o estágio probatório, nenhum servidor foi afastado em conseqüência do resultado desse tipo de avaliação.

Hoje, porém, de acordo com a DRH, duas pessoas estão "penduradas" em face das notas atribuídas pelos seus avaliadores e por terem atrasado na entrega dos formulários relativos às avaliações. Elas correm o risco de serem afastadas do Judiciário estadual definitivamente.

DÚVIDAS FREQÜENTES SOBRE ESTÁGIO PROBATÓRIO

1- Como proceder no caso de avaliador e avaliado estarem distantes em virtude de férias, licenciamento ou alguma eventualidade que impeça o contato entre os dois?

R. O avaliado (servidor) precisa estar atento. Se souber da iminência desse afastamento, deve comunicar à DRH, através de um requerimento, que vai antecipar a avaliação. Na hipótese da separação ocorrer inesperadamente, requerer à Diretoria um novo prazo para entrega da avaliação. Quando houver a mudança de chefia, o servidor deve transmitir à DRH a necessidade de um novo avaliador. O servidor pode sugerir o nome desse pessoa.

2- De quem é a obrigação de entregar a avaliação?

R. Cabe exclusivamente ao servidor a responsabilidade de entregar o gerenciamento de desempenho à DRH. Ele é quem será cobrado em caso de atraso, e não a chefia. Se vislumbrar a possibilidade de atraso, deve entrar em contato com a Diretoria e negociar uma nova data. O importante é não perder o prazo estipulado, sob pena de ficar sem nota e prejudicar o próprio processo de avaliação.

3- Quantas tarefas devem ser informadas pelo servidor no campo do formulário que exige essa informação?

R. As tarefas devem ficar entre uma e dez, como especificado no próprio formulário. Não é obrigatório que se tenham dez atividades, isto é, que o campo seja totalmente preenchido. A DRH informa que a relação com as tarefas por atividade no TJPE encontra-se na Intranet, mas novas funções podem ser sugeridas tanto pela chefia quanto pelo servidor. Eles devem conversar e chegar a um acordo sobre qual será o papel do avaliado no setor em que ficar lotado.

Dúvidas podem ser enviadas para o e-mail:
ngj@tjpe.gov.br
Telefone:
(81) 3419 3416

Seminário sobre Avaliação de Documentos

O TJPE apóia o seminário Avaliação de Documentos a Serviço da Administração, que acontece nos dias sete e oito de julho, no auditório do Tribunal Regional Federal - 5ª Região, Cais do Apolo, Recife-PE. O evento aborda procedimentos relacionados a documentos de arquivos, históricos ou não, o que se pode e deve descartar, além dos métodos para executar esse descarte. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site www.crb4.org.br.

Concurso para magistério

A Faculdade de Direito do Recife está promovendo concurso público para seleção de professores de nível superior. Serão oferecidas seis vagas de adjunto para o Departamento de Ciências Jurídicas: duas para *Direito Privado*, duas para *Direito Processual Civil*, uma para *Direito do Trabalho* e uma para *Direito Administrativo, Municipal e Ambiental*. As inscrições custam R$ 80 e poderão ser feitas através de depósito bancário no Banco do Brasil. A remuneração para professor adjunto varia de R$ 870 a R$ 2.700. Para obter detalhes sobre o processo seletivo, os interessados devem consultar o edital do concurso, publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de maio. Há informações, também, no site www.prpgcad.ufpe.br.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 126 | Poder Judiciário Estadual - Seção I | Recife, quinta-feira, 7 de julho de 2005

Escada e Ipojuca têm novos fóruns

ANA CLÁUDIA DOLORES

Pernambuco irá receber mais dois novos fóruns de Justiça em breve. Desta vez, o município de Escada, distante 58 Km do Recife, e a cidade situada em sua fronteira no lado Oeste, Ipojuca, contarão com novas instalações, construídas pelo Judiciário estadual.

Os novos prédios, que já estão concluídos, oferecem estrutura suficiente para acomodar pessoal e serviços, além de possuírem ambiente climatizado e acesso para portadores de deficiência. Segundo a juíza titular de Ipojuca, Ildete Veríssimo, o atual fórum da cidade não está comportando a demanda. "É freqüente os usuários ficarem do lado de fora aguardando atendimento", diz. Ildete acredita que com as novas instalações haverá uma sensível melhora na prestação dos serviços jurisdicionais da comarca.

Em Escada, como em outras cidades do interior, a situação não é diferente. Os fóruns costumam funcionar em prédios cedidos pela prefeitura e, em alguns casos, os julgamentos chegam a ser feitos em igrejas e escolas. De acordo com a diretora de Engenharia e Arquitetura do TJPE, Rogéria Magalhães, o salão do Júri é um dos espaços mais requeridos pelos juízes do Interior. "Temos cerca de 20 solicitações para reformar os tribunais do júri do Interior existentes", contabiliza.

Nos dois fóruns, essa realidade deve mudar. Os salões do Júri terão capacidade para abrigar 45 pessoas, em Escada, e 90, em Ipojuca. Os espaços também contarão com três varas judiciais, cartório eleitoral e salas para advogados, promotores, defensores públicos, oficiais de Justiça e jurados, além de uma térmica onde ficam os equipamentos de Informática. As obras foram custeadas no valor de R$ 448.406,75, para a primeira comarca, e R$ 786.830,13, para a segunda.

EXPECTATIVA - Para os moradores de Escada e Ipojuca, o fórum representa uma referência de cidadania. O reflexo disso está na satisfação em receber novas instalações para a sede da Justiça nos municípios. A juíza Ildete Veríssimo testemunha o sentimento popular em Ipojuca: "Todos estão ansiosos para a inauguração do novo prédio e sempre me perguntam quando ficará pronto. Isso significa que o fórum representa um orgulho para a população".

As instalações do novo fórum de Ipojuca ficam na Av. Francisco Alves de Souza, Centro. Já o fórum de Escada vai passar a funcionar na Rua Dr. Ezequiel de Barros, 140.

Outras obras estão previstas para serem concluídas e entregues na gestão do presidente Macêdo Malta. Dentre elas, o Centro Integrado da Cidadania - CIC, os fóruns de Marsial, Garanhuns, Carpina, Jurema e Pedra e a residência oficial de Betânia. Também o fórum Thomaz de Aquino e o Palácio da Justiça devem ter suas obras finalizadas na atual gestão.

Anna Lins / TJPE

Anna Lins / TJPE

Os prédios que vão abrigar os fóruns de **Escada** *(esq) e* **Ipojuca** *(dir) já foram concluídos pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do TJPE*

Pleno do TJPE elege novos desembargadores

Marcos Costa / TJPE

ROSÍA MIRANDA

Foram eleitos, durante sessão do Tribunal Pleno, nesta terça (05/07/05), os cinco novos desembargadores e os candidatos para as listas tríplices da OAB-PE e do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) de onde sairão mais dois integrantes da Corte. A posse dos sete acontece na próxima segunda-feira (11/07/05), elevando para 37 o total de desembargadores no TJPE.

Por antigüidade, foram eleitos os juízes Fernando Cerqueira e Luis Carlos Figueirêdo. Por merecimento, Ricardo de Oliveira Paes Barreto, Antônio Fernando de Araújo Martins e Alberto Nogueira Virgínio. A lista tríplice da OAB foi composta por Célio Avelino de Andrade, José Carlos Cavalcanti de Araújo e Cândido José da Fonte Saraiva de Morais. Os três nomes escolhidos do MPPE são Romero Andrade, Itabira de Brito Filho e Maria Helena Nunes Lyra.

O objetivo do aumento do número de desembargadores é promover uma maior agilidade nos processos. Serão criadas duas novas câmaras especializadas em Direito Público que ficarão responsáveis pelas ações que envolvem Estado e municípios.

Marcos Costa / TJPE

Para o presidente **Macêdo Malta**, *a eleição demonstra que a democracia é soberana no Tribunal de Justiça*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 127 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 8 de julho de 2005

Fórum Universitário

TJPE e FIR assinam convênio

ROSA MIRANDA

Até o próximo mês, entrará em funcionamento o VI Fórum Universitário do Estado de Pernambuco. A futura unidade jurisdicional é fruto de uma parceria entre o Poder Judiciário estadual e a Faculdade Integrada do Recife (FIR). O convênio foi assinado em junho, pelo presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, e o diretor geral da FIR, José Ricardo Dias Diniz.

O VI Fórum Universitário - que funcionará na Av. Abidias de Carvalho, em um prédio da FIR - será integrado por um Juizado Especial Cível e terá competência para julgar as causas cíveis de menor complexidade, definidas na Lei nº 9.099/95.

Os trabalhos do órgão ficarão integrados ao Departamento de Ciências Jurídicas da FIR e será coordenado por um juiz de Direito designado pelo presidente do TJPE. A FIR fica responsável pela coordenação geral dos estágios celebrados.

Os serviços judiciais e administrativos do VI Fórum Universitário serão dirigidos por secretários de juizado, que contarão com o apoio de estagiários acadêmicos não remunerados, cedidos pela FIR, nos termos do convênio. Estes estagiários atuarão na execução dos atos processuais determinados pelo juízo, inclusive em diligências externas.

Segundo o coordenador dos Juizados Especiais, José Arteiro, "o VI Fórum Universitário ficará submetido aos relatórios gerenciais instituídos pelo Tribunal e pela Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Pernambuco, bem assim, à respectiva disciplina administrativa".

O convênio firmado entre o Judiciário estadual e a FIR terá vigência de dois anos, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período por acordo entre as partes.

O presidente **Macêdo Malta** *e o professor* **José Ricardo** *assinaram o convênio de criação do VI Fórum Universitário*

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Convite

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. ***JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA****, tem a honra de convidar para a Sessão Solene de Posse dos novos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, às dezenove horas do dia onze de julho de dois mil e cinco, no Teatro de Santa Isabel.*

Após a solenidade, a cantora Marina Elali fará a apresentação do Hino Nacional.

Praça da República, s/n
Santo Antonio - Recife - PE

Missa em Ação de Graças *- Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, às nove horas, Rua do Imperador.*

Distribuição registra número recorde

SÉRGIO MARCOS FEITOSA

No primeiro dia após o recesso junino, foram distribuídos 379 processos e petições no âmbito do 2º grau do Tribunal de Justiça de Pernambuco. "Isso representa um acréscimo de 100% em relação ao registrado ao 1º de julho do ano passado", informa a chefe do Núcleo de Distribuição Processual de 2º Grau, Lenice Pacífico. Esse total também representa quase quatro vezes a média diária de distribuição no setor, que em dias normais é de 100 processos.

O número extra de distribuições verificado no último dia 1º de julho não significa, no entendimento de Lenice, que o recesso tenha prejudicado os serviços do Judiciário nesse período. "O recesso junino foi do dia 23 a 30. Durante esses dias, ficam suspensos todos os prazos recursais. Além disso, o Tribunal de Justiça manteve o Plantão Judiciário, com funcionamento das 8h às 12h e das 14h às 18h", declara.

PLANTÃO JUDICIÁRIO Ainda segundo Lenice Pacífico, durante os oito dias do recesso houve uma média diária de 30 distribuições, apesar do Plantão contar com estrutura para absorver uma demanda maior. Para não incorrer em risco, o TJPE deslocou servidores da seção de Apelação Cível - onde são autuados processos originários de varas cíveis do primeiro grau - para atuarem com processos originários do 2º grau, como Agravo de Instrumento, Mandado de Segurança e Habeas Corpus.

Lenice: *as partes não foram prejudicadas*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 128 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 9 de julho de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Seminário discute Avaliação de Documentos

ANA CLÁUDIA DOLORES

Profissionais do Judiciário, museólogos, arquivistas, administradores, bibliotecários e estudantes de Direito, História, Biblioteconomia e Arquivologia estiveram reunidos no Seminário Avaliação de Documentos a Serviço da Administração. O encontro aconteceu nas últimas quinta e sexta, no auditório do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife.

O evento, que contou com o apoio do Tribunal de Justiça de Pernambuco, teve por objetivo discutir a adoção de medidas referentes à avaliação e preservação do acervo documental. Também foi elaborada uma sugestão de roteiro de trabalho a ser implantado em cada Tribunal e seus órgãos.

De acordo com a chefe do Memorial da Justiça, Mônica Pádua, a temática do Seminário atende às necessidades dos tribunais de Justiça e a todos que trabalham com documentação. "Precisamos definir critérios para preservar os documentos históricos e descartar o que não serve mais à administração, ao cidadão nem à história", analisa. Mônica Pádua, que também participou da organização do Seminário, acredita que essas medidas vão contribuir para a racionalização do espaço e do pessoal, gerando economia para a administração pública. Durante os dois dias do Seminário, profissionais da área de documentação falaram sobre suas experiências e sugeriram práticas relativas ao tratamento do acervo documental. Além das palestras, os participantes puderam conferir exposições sobre O Processo Judicial, O Acesso à Justiça, Sentença e Acórdão e documentos históricos dos acervos do Arquivo Público Jordão Emereciano e do Arquivo Central do Ministério da Fazenda.

Mônica Pádua *é responsável pela preservação do acervo histórico do Judiciário Estadual*

O Seminário Avaliação de Documentos a Serviço da Administração teve o apoio do TJPE

O evento, que foi promovido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região e pelo Arquivo Público Estadual, contou com a colaboração do TJPE, através do Memorial da Justiça, e do Ministério da Fazenda de Pernambuco.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Nota da Presidência

POSSE DOS NOVOS DESEMBARGADORES

a) missa no Convento de São Francisco - Rua do Imperador - pelas 9h do dia 11 do corrente - 2ª feira;
b) solenidade de POSSE pelas 19h, no Teatro de Santa Isabel;
c) somente usará da palavra, representando este TJPE, o seu Presidente, semelhantemente ao que ocorre no STF e no STJ;
d) as mensagens e telegramas de felicitações não serão lidos e apenas encaminhados aos destinatários;
e) além dos sete novos membros, haverá a posse formal do último componente, já empossado em Gabinete, Des. João Bosco Gouveia;
f) a famosa cantora Marina Elali - formada em Boston, com atuação no FAMA (Globo) e CDs gravados no Brasil e exterior - cantará o hino nacional e músicas clássicas e populares, acompanhada do consagrado tecladista Lincoln Oliveiti;
g) as senhas do "coquetel super" serão distribuídas pelos empossandos.

Recife, 08 de julho de 2005.

Des. Macêdo Malta
Presidente

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

FINANCIA PROJETOS

Até o dia 1º de setembro, o Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Humanos, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, estará recebendo projetos que pretendem obter apoio financeiro para sua execução. Serão selecionados trabalhos de todo o Brasil que abarquem uma das seguintes temáticas: reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos.

De acordo com o Conselho, os recursos liberados pelo fundo poderão ser aplicados para recuperar bens, promover eventos educativos, científicos, na edição de material informativo e na modernização administrativa dos órgãos públicos envolvidos com essas áreas. Poderão ter acesso ao financiamento do Fundo instituições governamentais da administração direta ou indireta nas diferentes esferas de governo, federal, estadual e municipal. Organizações não-governamentais sem fins lucrativos que trabalhem com direitos difusos também estão habilitadas a concorrer. Informações mais detalhadas podem ser obtidas no site: www.mj.gov.br/ctdd.

TJPE - BIBLIOTECA

Um registro para a memória do Judiciário

MACÊDO MALTA

Neste templo da cultura - Teatro de Santa Isabel, obra do francês Vanthier, de 1850 - são empossados, coletivamente, cinco (05) magistrados de carreira e dois (02) oriundos do Quinto Constitucional, os primeiros promovidos alternadamente por merecimento e antiguidade pelo Pleno deste Colegiado Judicante e os últimos tirados em listas e nomeados pela Chefia do Poder Executivo.

Nas metas de gestão, ainda como Vice-Presidente, já eleito para Presidente, inclui o aumento da composição para mais doze membros, todavia limitações orçamentárias e duodecimais reduziram tal pretensão, acolhida pelo voto unânime dos meus pares.

Integrando duas novas Câmaras de Direito Público, com ênfase em matéria tributária e previdenciária, seis deles julgarão questões especializadas em que os conhecimentos doutrinários e jurisprudenciais agilizarão as decisões relatoriais monocráticas e as meritórias dos órgãos fracionários cíveis.

O sexto atuará em atividade judicante de relevo no manejo de feitos acumulados na área cível e na substituição de julgadores em licenças ou em férias com período de gozo inferior a 30 dias.

Início, independente da ordem de antiguidade na Lista Anual a ser legalmente publicada em janeiro/fevereiro de 2006, sujeita a recurso administrativo, a apreciar o perfil dos empossados, com o Des. **FERNANDO CERQUEIRA** - acometido de problemas de saúde e empossado através de procuradora (sua mulher Drª Zulene) com poderes especiais, cuja atuação na Vara Privativa do 1º Grau e particularmente na Justiça Terapêutica o credenciaram e consagraram com a expressiva votação.

O Des. **LUIZ CARLOS FIGUEIREDO** - filho de magistrado e pai de futuro juiz -, vocacionado no truto da justiça menorista, polêmico na matéria que domina, com o trabalho conjunto dos abnegados magistrados das demais Varas da Infância e da Juventude, superou a carência de meios materiais e de pessoal com uma elogiável judicatura.

O Des. **FERNANDO MARTINS**, de raciocínio rápido e decisões céleres, em atividade substitutiva nas Câmaras Cíveis, obteve o reconhecimento da parcela expressiva deste Tribunal.

O Des. **ALBERTO VIRGÍNIO** - cujo pai, magistrado aposentado na Paraíba, foi meu aluno, e conta com irmão na pernambucana -, também com atuação substitutiva nesta Corte, de temperamento ágil, mas consciente da participação num Tribunal harmonioso de convivência pacífica, possivelmente somará nas deliberações administrativas, atualmente subordinadas a recursos ou avocações para o Conselho Nacional de Justiça.

O Des. **RICARDO PAES BARRETO**, ex-assessor especial desta Presidência, dedicado magistrado do cível com acervo de conhecimentos jurídicos e autor de livro e escritos didáticos, coincidentemente foi na gestão do seu pai - Des. Carlos Xavier Paes Barreto Sobrinho, Presidente em 1992/1993, de quem fui honrosamente Juiz Assessor Especial - que se realizou a ampliação de quinze (15) - desde 1954 - para vinte e sete (27) Desembargadores.

A estes sete, acresço a chegada recente do Des. **JOÃO BOSCO GOUVÊIA**, agora solenemente homenageado, de trato ameno e relacionamento respeitoso com experiência valiosa na área judicial administrativa.

Quanto aos originados do Quinto Constitucional, um da classe dos advogados e outro do Ministério Público, reconheço publicamente o empenho da Presidência (Dr. Julio Alcino de Oliveira Neto), Diretoria, Conselho e dos senhores Advogados na elaboração da Lista sextupla em tempo hábil e das providências efetivas do Exmº Sr. Dr. Francisco Sales de Albuquerque, do Conselho Superior e dos demais envolvidos na seleção prévia.

O Des. **CÂNDIDO SARAIVA**, Procurador Municipal e advogado militante com destaque na sua atuação vintenária forense com ética e eficiência, e o Des. **ROMERO OLIVEIRA**, meu ex-aluno de Direito, com militância ministerial nos diversos graus e culminando como Procurador Geral da Justiça, trazem a ótica diversa das facetas que revestem o mundo jurídico, mesclando experiências daqueles constitucionalmente considerados como órgãos essenciais à administração da justiça.

Esta meta gestacional não teria se concretizado sem a colaboração - fruto de um autônomo e harmonioso entendimento - do Exmo. Sr. Governador deste Estado, Dr. Jarbas Vasconcelos, em compensando os cortes orçamentários e obtendo o aporte proativo de magistrados auxiliares nas Varas Arrecadatórias da Dívida Ativa e a resposta pronta e independente aos recursos e suspensões manejados pela Procuradoria Geral do Estado.

Alinhe-se a este esforço o contributo da Augusta Assembléia Legislativa de Pernambuco, presidida pelo Deputado Romário Dias, da participação do líder governista Dep. Bruno Araújo, da bancada situacionista e a da oposição e no apoiamento dos senhores parlamentares presidentes das comissões de Justiça, de Administração e de Finanças.

Sem açodamento, as providências administrativas presidenciais foram promovidas no tempo certo, com entrega dos novos Gabinetes, nomeação de novos servidores, instalação de nova Sala de Sessões, aquisição de veículos, aparelhamento da Diretoria Cível, adequação do sistema de distribuição e licitação de novos equipamentos de informática.

Para tanto, contribuíram as Secretarias Judiciárias e a de Administração - esta com as suas Diretorias - DRH -, as CPLs (Comissões de Licitações), a Infra-estrutura, a Engenharia e Arquitetura, a Financeira, a de Informática e a coordenação da Chefia de Gabinete.

O jurisciconado, ou seja, as partes, terão uma resposta mais rápida nos julgamentos dos seus Recursos e nos de suas Ações Originárias de Mandado de Segurança e Rescisórias.

Precedida de uma cerimônia religiosa pela manhã, esta solenidade será seqüenciada pela apresentação da famosa cantora Marina Elali, filha de magistrada norteriograndense, e neta do saudoso José Dantas, médico e compositor, parceiro do sanfoneiro e cancioneiro popular Luiz Gonzaga, com formação artística em Boston (USA), participante do programa "FAMA" (como concorrente e agora como estrela), abdicando de *cachet*, acompanhada do conhecido tecladista Lincoln Olivetti, que nos brindarão com números musicais dos seus repertórios, a quem tributo o realce artístico desta solenidade.

Este Tribunal de Justiça registrará em sua memória.

Obrigado às autoridades, familiares dos empossados e convidados pelas presenças.

Discurso proferido pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. **Macêdo Malta**, *durante solenidade de posse dos novos desembargadores*

TJPE - BIBLIOTECA

Cândido Saraiva

Nasceu no Recife no ano de 1953. Aos 19 anos, concluiu o curso de Intendência no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Estudou francês, inglês e alemão e tornou-se bacharel em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco em 1976.
Sempre atuou profissionalmente na área jurídica. Foi nomeado Procurador Judicial do Município do Recife em concurso realizado em 1981, tendo participado de Comissões e chefiado as Procuradorias Judicial e da Fazenda Municipal.
É casado e tem três filhos. Exerceu a advocacia consultiva e contenciosa nas áreas cível, comercial, imobiliária e tributária.

Fernando Martins

Nasceu no Recife no ano de 1949. Formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco em 1973. Advogou até o ano de 1978, quando fez concurso para o cargo de Delegado de Polícia de Carreira. Ali ficando até 1982, já promovido por merecimento a Delegado da Capital. Em dezembro de 1982, após regular concurso, foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Araripina, acumulando as Comarcas de Exu e o Termo de Trindade.
Foi removido para a Comarca de Aliança, Olinda e, posteriormente, promovido à Limoeiro e, em seguida, Paulista. Pelo critério de merecimento, foi promovido a Juiz de Direito da Capital, ocupando a 3ª Vara da Fazenda Pública e, posteriormente, removido para a Vara da Fazenda Municipal. Por intermédio de permuta, foi nomeado Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Capital. É casado. Tem duas filhas do primeiro casamento e três filhos com a atual esposa, Dra. Béthane Martins.

Ricardo Paes Barreto

Nasceu no Recife no ano de 1960. Formado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco em 1985. Tem mestrado em Direito Público pela UFPE em 2000. É professor da Universidade Católica de Pernambuco, da Escola Superior de Magistratura de Pernambuco - ESMAPE da Graduação e Pós-Graduação em Direito Processual Civil. Juiz Corregedor auxiliar de 1993 a 1996. Supervisor da Esmape em 2002 e 2003.
Exerceu a judicatura nas Comarcas de Sirinhaém, Cupira, Panelas, Lagoa dos Gatos, Belém de Maria, Pesqueira, Poção, Venturosa e Pedra. Juiz Titular da 3ª Vara Cível.
Juiz Substituto nas 1ª e 2ª Varas da Fazenda Municipal do Recife. Casado com Sandra Helena Azevedo, têm três filhos. Tem três livros publicados e vários artigos em periódicos jurídicos.

Fernando Cerqueira

Nasceu em 1954 na cidade de Maceió - Alagoas. É casado com a Procuradora de Justiça do Ministério Público de Pernambuco, Zulene Santana de Lima Norberto. Graduou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Alagoas em junho de 1977. Atuou na advocacia cível, comercial e tributária e exerceu, após concurso, o cargo de Fiscal de Tributos do Estado e de Professor da Faculdade de Direito do Centro de Estudos Superiores de Maceió-CESMAC. É pós-graduado em Administração Pública e especializado em direito constitucional, tributário e administrativo pela ESMAPE. Ingressou na magistratura em outubro de 1982 na comarca do Salgueiro, passou por Afogados da Ingazeira e Surubim até ser promovido, por antigüidade, para a Capital, onde atuou na 9ª Vara Cível, 3ª e 5ª Varas da Fazenda Pública, 2º Juizado Especial de Afogados e 2ª Vara de Execuções Fiscais da Capital. Foi assessor especial da Presidência do TJPE em três gestões. Colaborou na implantação dos Juizados de Pequenas Causas de Alagoas. Participou dos estudos de criação e coordenou o Centro de Justiça Terapêutica, da Comissão Executiva do Projeto criança-cidadã. Coordenou o programa de treinamento de magistrados e servidores do Judiciário com a Universidade e a Suprema Corte da Geórgia e é o vice-presidente da Associação Nacional de Justiça Terapêutica.

João Bosco Gouvêia

João Bosco Gouvêia tomou posse solene anteontem, mas já havia assumido como desembargador. Ele foi promovido por critério de antigüidade por decisão unânime do Tribunal Pleno em sessão do dia 12 de abril de 2005. Exerce suas funções como membro integrante da 3ª Câmara Cível do 1º Grupo de Câmaras Cíveis.

Luiz Carlos Figueiredo

Pernambucano, nascido em 1952. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco em 1975. Advogado militante, a partir de 1977, até o ingresso na magistratura. Juiz de direito a partir de 1982, tendo exercido a judicatura nas Comarcas de Cachoeirinha, Goiana, Carpina e Olinda. Juiz titular da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife. Ex-professor das faculdades de Direito de Olinda e de Recife, da cadeira Direito do Menor. Professor da cadeira Direito da Criança e do Adolescente na Escola Superior de Magistratura do Estado de Pernambuco, onde também lecionou Processo Civil. Pós-graduado, com especialização em Direito Público e Privado pela Faculdade de Direito do Recife. Coordenador da Comissão Nacional Pró-Convivência Familiar e Comunitária, de apoio à Frente Parlamentar da Adoção, que elaborou o anteprojeto da Lei Nacional de Adoção, que tramita na Câmara dos Deputados. Tem vários livros publicados e diversos artigos além de prêmios e distinções.

Romero Oliveira

Nasceu no Recife em 1954. Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco em 78. Exerceu a advocacia até 1982. Ingressou no Ministério Público em 1982. Promotor de Justiça Substituto nas Comarcas de Tabira, Carnaíba, Afogados da Ingazeira e Flores. Removido por antigüidade, assumiu a titularidade em Joaquim Nabuco, oficiando na 1ª Vara Criminal Privativa do Tribunal do Júri do Cabo de Santo Agostinho e, posteriormente, na Vara de Família da Capital. Promovido por merecimento em 1984 para a Comarca de Petrolina. Em 85, para a de Moreno e, em 86, para a Promotoria de Justiça da Capital. Coordenador da Subcoordenadoria de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de 91 a 95. Promovido por merecimento em 94 a Procurador de Justiça Criminal. Chefiou o gabinete do Procurador Geral de Justiça. Compôs o Conselho Superior do Ministério Público. Foi Subprocurador Geral de Justiça de 96 a 99. Procurador Geral de Justiça em1999/01 e 2001/03. Presidente da Associação Brasileira de Magistrados e Promotores de Justiça da Infância e da Juventude 97/99. Professor de Direito da Criança e do Adolescente na UNICAP (curso de férias), professor substituto de Direito da Criança e do Adolescente na Faculdade de Direito do Recife e FIR.

Alberto Virgínio

Nasceu em 1954, em Afogados da Ingazeira -PE. Formou-se em Direito pela Universidade Regional do Nordeste em 1979, sagrando-se Pós-Graduado lato sensu em Direito Público, em 2001, pela UFPE. Trabalhou no escritório de José Cartaxo Loureiro e Ronaldo Cunha Lima.
Em Pernambuco, foi aprovado no concurso de provas e títulos para o cargo de Juiz de Direito de Pernambuco, assumindo o exercício em 1983 na Comarca de Inajá. Posteriormente, foi removido para a Comarca de Tabira. Respondeu por Afogados da Ingazeira, São José do Egito e João Alfredo. Promovido para Bom Jardim em 1985 e Recife em 1989, por antigüidade. Teve seu nome indicado e homologado pelo Tribunal de Justiça para compor o quadro de Juízes da Capital, com o objetivo de substituir Desembargadores do Tribunal. Foi juiz corregedor auxiliar de presídios, corregedor auxiliar da 4ª e 5ª regiões. Indicado pelo TRE-PE para atuar como juiz eleitoral. Foi indicado pelo presidente do TJPE, em 1991 e 2002 para responder cumulativamente pelo Distrito estadual de Fernando de Noronha. Integrou a 3ª Turma do Colégio Recursal Cível da Capital, onde exerceu a presidência por ser o mais antigo dos membros. Há oito anos era titular da 21ª Vara Cível da Capital.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 130 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 13 de julho de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Desembargadores tomam posse em grande estilo

POR: SÉRGIO MARCUS FEITOSA

O Teatro Santa Isabel, com capacidade para cerca de 700 espectadores, estava lotado. Os corredores ficaram repletos de pessoas que não conseguiram assento para assistir a posse solene dos sete novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), realizada na última segunda-feira. Os empossados foram eleitos na semana passada para preencher as vagas abertas com a alteração na composição do Tribunal Pleno, ampliada de 30 para 37 membros a partir da edição da Lei Complementar nº 70, de 25 de janeiro deste ano. Dos novos desembargadores (ver currículos na página 2), cinco são originários da carreira de magistrados - Fernando Martins, Fernando Cerqueira, Ricardo Paes Barreto, Luiz Carlos de Barros Figueiredo e Alberto Virgínio. Os outros dois - Romero Andrade e Cândido Saraiva - são oriundos do Ministério Público e da militância advocatícia, respectivamente, de acordo com o preceito do Quinto Constitucional.

A cerimônia do Teatro Santa Izabel foi a maior posse coletiva de desembargadores TJPE nos últimos dez anos e a segunda maior de toda a história do Judiciário estadual. Do século passado até hoje, o Tribunal Pleno passou por quatro alterações em sua composição. Em 1954, a composição foi ampliada de 11 para 15 desembargadores. A partir de novembro de 1993, passou a contar mais 12 membros, totalizando 27 integrantes. A este número foram acrescentados mais três, a partir de abril de 2002. E, por último, com a recente ampliação em mais sete vagas, o Tribunal Pleno do TJPE passa a contar com 37 desembargadores.

Segundo o presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, esse número é ainda inferior à real necessidade do Judiciário estadual. "Não fossem as limitações orçamentárias, teríamos ampliado em 12 o número de desembargadores", informa. (ver discurso de Malta na página 3). Mas, com certeza, a recente ampliação do Tribunal do Pleno propiciará significativo alívio na carga processual do 2º Grau, que atualmente é de cerca de 56 mil processos em andamento.

QUINTO CONSTITUCIONAL

O Quinto Constitucional foi introduzido no Judiciário Estadual há quase 71 anos, com a promulgação da Constituição Liberal de 1934. O instrumento jurídico obrigou os tribunais federais regionais e estaduais a reservar um quinto de sua composição para membros que viessem do Ministério Público e da Advocacia.

Marcos Costa / TJPE

Marcos Costa / TJPE

Para recepcionar os novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, a Presidência da Casa reservou uma atração especial. A cantora potiguar Marina Elali (foto acima), neta de Zé Dantas, pernambucano natural de Carnaíba e parceiro de Luiz Gonzaga em clássicos do cancioneiro nordestino, quebrou um pouco da formalidade ritual do evento. Além da interpretação do Hino Nacional, na abertura da solenidade Marina - cantora revelada no programa Fama, da Rede Globo - deu um show à parte com a interpretação de sucessos como Sabiá, Xote das Meninas (Zé Dantas e Luiz Gonzaga), Smile (Charles Chaplin), Você (Roberto e Erasmo Carlos).

Leandro Lima/TJPE

*O presidente do TJPE, desembargador **Macêdo Malta** (foto acima, no centro), dirigiu a solenidade no Teatro Santa Isabel em que sete desembargadores foram empossados. Membros dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e representantes de diversas instituições públicas e privadas da sociedade civil, além de integrantes das Forças Armadas, marcaram presença no evento.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 133 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, sábado, 16 de julho de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Justiça Restaurativa chega ao Brasil

TIAGO BARBOSA

Imaginemos a cena: ocorrido um crime, reúnem-se, sob a mediação de um profissional habilitado, o infrator, a vítima e a comunidade da qual os dois fazem parte. No encontro, eles têm a chance de dialogar sobre o ato criminoso e suas circunstâncias e sugerir uma saída que considerem adequada para o problema em questão. Se aceita pelos envolvidos no incidente, o conflito poderá ser solucionado através de um caminho alternativo - em vez da mera punição - sem deixar, é claro, de responsabilizar o criminoso e buscar meios de recuperá-lo.

Pode parecer utópico para os que crêem na impossibilidade de viabilizá-lo. Mas a prática já existe e responde pelo nome de ***Justiça Restaurativa****, uma maneira diferenciada de conciliar juridicamente conflitos, que vigora em alguns países e cuja adoção vem sendo recomendada pela Organização das Nações Unidas (ONU).*

A Justiça Restaurativa foi inspirada em costume da tribo de aborígines Maoris, da Nova Zelândia. O país foi o pioneiro na instalação da prática restaurativa, em 1995, ao reformular seu sistema de justiça da infância e juventude e obter sucesso na prevenção e redução de reincidência de infrações. Em seguida, programas similares foram sendo implantados no Canadá, Austrália, África do Sul, Reino Unido e Argentina. O crescimento visível do movimento restaurativo chamou a atenção da ONU que, em 2002, compôs uma declaração com os princípios básicos de Justiça Restaurativa.

Através de projetos pilotos, essa nova tentativa de pacificação social chegou ao Brasil. Está sendo implementada em três Estados (São Paulo, Rio Grande do Sul e Distrito Federal), com o apoio do Ministério da Justiça e Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Enquanto meio alternativo de resolução de conflito, a Justiça Restaurativa se inspira no seguinte raciocínio: o crime causa dano às pessoas e aos relacionamentos. Entende-se, assim, que não apenas vítima e infrator estão envolvidos, mas também toda a comunidade que sofre com o ato danoso. Por isso, todas as partes são chamadas a participar diretamente no processo.

"O modelo pretende restaurar os relacionamentos, reparar o dano sofrido pela vítima, conscientizar e responsabilizar o infrator e, ainda, fortalecer a comunidade", descreve o artigo Justiça Restaurativa - O braço da Cultura e da Paz na Justiça, assinado pela advogada Carla Aguiar e pelo promotor da Infância e Juventude, Lindson Gimenes, ambos de Araçatuba (SP).

E foi justamente nessa cidade paulista, no 1º Simpósio sobre Justiça Restaurativa, realizado este ano, que surgiu a proposta de tornar Pernambuco um dos pólos de difusão da prática no Nordeste. Como conseqüência, uma série de eventos está sendo agendada, ainda para 2005, com o objetivo de reunir operadores do Direito de diversos setores no Estado. "A idéia é debater o tema e estudar seus pontos altos e baixos", resume a assistente social do Fórum de Olinda, Kátia Lacerda Menezes. Com autorização do presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, ela participou da Conferência Internacional de Acesso à Justiça por Meios Alternativos de Resolução de Conflitos, realizada em Brasília.

Para difundir o tema em Pernambuco, planeja-se uma teleconferência, em setembro, com participação de profissionais que implantaram a Justiça Restaurativa no Sul do país e interessados do Nordeste sobre "os Princípios Restaurativos e o Movimento Restaurativo no Brasil". Para dezembro, está sendo programado o "I Encontro Nordestino do Movimento Restaurativo" no Recife e, provavelmente para abril de 2006, a idéia é promover, na cidade, o II Simpósio Brasileiro de Justiça Restaurativa. Os integrantes do Movimento Restaurativo estudam a possibilidade de apresentar a proposta de realização dos eventos à Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape).

Os eventos também devem incluir no debate a forma como a Justiça Restaurativa seria implantada em Pernambuco, caso ficasse garantida a sua vinda. Os modelos que estão sendo testados nos outros Estados podem servir de parâmetro nessa análise. Em São Caetano do Sul (SP) e em Porto Alegre (RS), por exemplo, o modelo se aplica à Infância e Juventude. Enquanto no Distrito Federal (GO) o meio alternativo faz parte do cotidiano do Juizado Criminal.

Pernambuco já adota experiências nos moldes da Justiça Restaurativa

Se vier a Pernambuco, a Justiça Restaurativa vai encontrar um terreno fértil. Em vários segmentos do Judiciário estadual, conflitos jurídicos já são resolvidos mediante a observação do contexto, circunstância e com a utilização do recurso que possibilita, ao infrator, alternativas à condenação carcerária.

A Vara de Execuções Penais (Vepa) tornou-se uma referência nacional ao manter o índice de reincidência entre seus beneficiários (apenados) próximo a zero. Criada em 2001, a Vepa tem como propósito reinserir socialmente o infrator ao determinar que condenados por crimes de menor potencial ofensivo cumpram pena que tenham uma finalidade social, como, por exemplo, prestar serviço a uma comunidade ou a uma escola. O cumprimento da determinação judicial é acompanhado por um grupo de profissionais especializados da própria vara, que inclui psicólogos e assistentes sociais.

Para os que cometem infrações de menor potencial ofensivo sob o efeito de entorpecentes, o Centro de Justiça Terapêutica (CJT) oferece a possibilidade de suspensão do processo em troca do comprometimento do usuário em se tratar. No CJT, os dependentes têm a chance de converter seu comportamento delituoso em uma postura devidamente aceitável pela sociedade. Médicos, psiquiatras e assistentes sociais atuam em parceria no local para garantir a recuperação do infrator com a participação da família e de entidades acostumadas a lidar com pessoas quimicamente dependentes.

No Fórum Universitário de Olinda, também há a preocupação de trabalhar elementos que figuram no universo de infrator. Ali, desde 2002, já se faz uso de medidas diferenciadas em casos relacionados a violência doméstica e familiar. "Tentamos trabalhar a vítima e o infrator. Inserimos a família no contexto para chegar a uma solução eficaz", explica Kátia Lacerda. Ao adotar esse recurso para conciliar conflitos, a unidade de apoio psicossocial do Fórum Universitário de Olinda começou a mensurar os resultados da iniciativa. Até 2004, quando os dados foram contabilizados, o índice de reincidência ficou abaixo de 1%. E 61% das ocorrências nem precisaram chegar à prelação final ou à instrução, sendo resolvidas no acordo entre os envolvidos.

Notas da Presidência

1. A quinta-feira, dia 11/8/2005, é considerada feriado forense, em face das comemorações dos Cursos Jurídicos no Brasil (1827);
2. A sexta-feira, dia 12, será de expediente normal;
3. Sendo data fixa, o aniversário deste TJPE, recaindo no sábado, dia 13, terá a programação:
09h - missa solene na Igreja do Convento, na Rua do Imperador;
10h30 - aposição da fotografia do ex-presidente Des. José Napoleão Tavares de Oliveira, na Galeria da "Sala dos Desembargadores", no 1º andar do Palácio da Justiça;
11h - sessão solene na Sala do Pleno com outorga de comendas e medalhas a homenageados e servidores;
13h - almoço dos membros deste TJPE (com restrição de patrocínio) em restaurante local.

Recife, 15 de julho de 2005.

Des. Macêdo Malta
Presidente

Ambulatório tem nova especialidade

O ambulatório Des. Ângelo Jurdão Filho, no Fina, conta agora com uma nova especialidade médica. O serviço de Fisioterapia Motora, especializado na área de traumato-ortopedia e reumatologia, está à disposição dos servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Serão atendidos os pacientes portadores de tendinites, bursites, lesões por esforço repetitivo, entre outras, que deverão ser encaminhados por médicos.

Atualmente, um fisioterapeuta está atendendo os interessados, de segunda a sexta, de 15h às 19h, exceto na terça-feira, quando o horário de atendimento é de 7h às 11h. A Coordenadoria de Saúde avisa que o serviço deve ser ampliado com a chegada de mais um profissional em breve.

Concurso Ministério Público Goiás

O Ministério Público do Estado de Goiás está realizando concurso público. Serão oferecidas, inicialmente, 20 vagas para o cargo inicial da carreira de promotor de justiça substituto, além daquelas que forem surgindo durante a validade do concurso. Das vagas oferecidas, uma será destinada especialmente aos portadores de deficiência, como estabelece o artigo 139 da Lei Complementar nº 25/98 daquele Estado. Os candidatos interessados devem ser formados em Direito e comprovar três anos de atividade jurídica. As inscrições para participar da seleção poderão ser feitas até o dia 5 do próximo mês. A taxa de inscrição custa R$ 215,97 e deve ser paga através de depósito no Banco do Brasil. Outras informações podem ser obtidas no site: www.mp.go.br.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 134 Poder Judiciário Estadual - Seção 1 Recife, terça-feira, 19 de julho de 2005

Programa Justiça Humanizada

Presente na Dor e na Alegria

ISABELLA LINHARES (NAVI / TJPE)

A seção InformaRH, no mês de abril, tratou de uma das ações do Programa Justiça Humanizada, que foi o trabalho de Apoio e Orientação à Família em Luto. Mas o programa abrange também o atendimento a magistrados e servidores em licença médica, licenciados por motivo de doença em pessoa da família ou em gozo de licença gala, maternidade e paternidade.Em todos os casos, é enviado pelos Correios, para o servidor ou magistrado, um cartão personalizado, em nome da DRH, assinado pela diretora Josélia Campos. Os cartões trazem diferentes mensagens que foram criadas especificamente para cada tipo de licença. Para ter o controle de todos os licenciados, a equipe da Serad - Seção de Readequação e Readaptação Funcional - chefiada por Sandro Passos, atualiza quinzenalmente uma relação de todos que tiraram licença há pouco tempo ou que ainda estão licenciados. Quando a dispensa é requerida por motivo de doença, o Programa Justiça Humanizada mantém contato por telefone, a fim de acompanhar o estado de saúde do servidor ou do seu parente. Ao se tratar de enfermidades mais graves, a Serad tem uma relação de servidores voluntários para, sempre que possível, fazer visitas agendadas na residência ou no hospital em que esteja o doente. Para os casos de falecimento do servidor licenciado, o peograma, visando auxiliar a família e esclarecer qualquer dúvida, criou o Manual de Orientação à Família do Servidor Falecido. O manual traz informações sobre os direitos que a família tem, quem são os beneficiários, a documentação necessária para requerer esses direitos, além de explicações sobre outros efeitos financeiros e medidas que devem ser tomadas pela família. O manual está disponível em versão impressa e on-line. A Serad, localizada no 1º andar do Edifício Paula Baptista, dispõe de alguns exemplares impressos que estão sendo distribuídos aos interessados. Quanto à versão on-line, o programa tem uma novidade. A fim de disponibilizar as informações para um número maior de pessoas, foi criado um link fora da intranet, pelo qual é possível acessar o manual sem precisar ter a matrícula e a senha do servidor. O endereço é: https://www.tjpe.gov.br/intranet/drh/Manual_Servidor_Falecido/manualorientacaofamilia.htm. Mas o manual continua também na intranet do Tribunal de Justiça. Basta ir no site www.tjpe.gov.br, entrar na intranet, clicar na aba DRH e acessar o link Apoio à Família em Luto.A equipe da Serad, com o programa Justiça Humanizada e com as ações desenvolvidas nele, não visa somente auxiliar, mas também se colocar à disposição para dar apoio e participar um pouco das situações, seja de perda ou de conquista, vividas pelos servidores, magistrados e suas famílias. É através dos telefonemas de retorno que mostram a gratidão das pessoas atendidas pelas ações do programa que a DRH se alegra pelo surgimento de mais um projeto bem-sucedido. Para mais informações sobre o Justiça Humanizada e as atividades relacionadas a ele, ligar para 3419-3550.

Quando a dispensa é requerida por motivo de doença, o Programa Justiça Humanizada mantém contato por telefone, a fim de acompanhar o estado de saúde do servidor ou do seu parente. Ao se tratar de enfermidades mais graves, a Serad tem uma relação de servidores voluntários para, sempre que possível, fazer visitas agendadas na residência ou no hospital em que esteja o doente.

Tribunal de Justiça de Pernambuco

NOTA DA PRESIDÊNCIA

Considerando as decisões do Tribunal de Contas (TCE-PE) referentes à proibição de despesas telefônicas com telegramas fonados e "consultas à lista", com implicações na cobrança de tais gastos irregulares com desconto em folha de pagamento de servidores e magistrados, adota, em caráter de urgência (com providências da SAD, Auditoria Interna e DRH / Financeiro) as seguintes medidas responsabilizadoras e saneadoras:

1.esclarecimentos e orientações aos magistrados e servidores, os quais devem acessar a Lista Telefônica disponível na INTERNET;

2.proceder a imediata dedução na folha de pagamento de agosto / 2005.

Recife, 18 de julho de 2005.

Des. Macêdo Malta
Presidente

MAIORES INFORMAÇÕES

No caso de dúvidas, a família poderá entrar em contato com a Seção de Readequação e Readaptação Funcional - Serad.
Endereço: Diretoria de Recursos Humanos do TJPE, primeiro andar do Edifício Paula Baptista, Rua Moacir Barracho,207, Santo Antônio, CEP 50010930.
Telefone:81.34193550 (11h30 às 17h30)
Endereço Eletrônico: www.tjpe.gov.br/drh
E-mail:drh@tjpe.gov.br.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 136 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 21 de julho de 2005

Uma luz na economia

Com suspensão da cobrança indevida do ICMS sobre as contas de energia, TJPE economizou R$ 309 mil em cinco meses

por SÉRGIO MARCOS FEITOSA

A irregularidade foi descoberta por **Isaac Newton Barros,** *servidor da Diriest*

Entre janeiro e maio deste ano, o Tribunal de Justiça de Pernambuco economizou no consumo de energia elétrica mais de R$ 309 mil em relação ao gasto registrado no mesmo período do ano passado. O valor economizado daria para comprar pelo menos 15 carros populares.

Essa economia, no entanto, não foi reflexo de uma redução no consumo. Ela é resultado da suspensão da cobrança de ICMS, que vinha sendo feita indevidamente sobre as contas de energia do Judiciário estadual.

"Todo órgão público é isento do recolhimento do ICMS relativo ao consumo de eletricidade. É o que estabelece o Decreto Estadual nº 14.876/91, em seu Art. 9º, inciso XLVIII, alínea 'e', do Regulamento do ICMS-PE. Mas, na verdade, isso não vinha sendo cumprido pela Celpe", explica o técnico judiciário Isaac Newton Barros, servidor lotado na Divisão de Serviços Gerais (Diserg) da Diretoria de Infra-estrutura.

Ainda segundo Isaac, essa irregularidade vinha passando despercebida por tratar-se de um "imposto por dentro", que incide sobre a sua própria base de cálculo. A fatura da Celpe apresentava uma mensagem reservada ao fisco, declarando que havia a isenção, inclusive indicando o dispositivo legal, mas destacava o valor do imposto em um campo à parte no próprio corpo da fatura. Isso dava a entender que o tributo não estava inserido no campo Total a Pagar.

"Ao analisar a Resolução nº 60, da ANEEL, verifiquei que a tarifa que remunera os serviços de consumo em KW/h que vinha sendo cobrada nas contas do TJPE, continha o ICMS. Ou seja, em um dos contratos, a Celpe estava adotando a tarifa de 1,01256 para multiplicar pelo consumo, quando, na realidade, a tarifa isenta de ICMS era de 0,75942. Essa diferença entre uma tarifa e outra corresponde ao tributo", esclarece Isaac Barros.

Segundo o diretor adjunto da Diriest, Edvaldo Araújo, a cobrança indevida do ICMS - que até dezembro passado era feita nas faturas de energia do TJPE - se explica pela ausência de uma chefia específica para cuidar daquelas despesas. Ele reconhece a importância de existir um controle mais eficiente nessa área, uma vez que lida com despesa do Poder. "O rastreamento e a imediata correção dessa irregularidade se deram por iniciativa própria do servidor Isaac Barros, que está responsável pelo controle e análise das faturas mensais de energia elétrica, água e telefonia do TJPE desde outubro passado", observa.

Ainda segundo Edvaldo, a partir da correção da irregularidade apontada por Isaac, o TJPE passou a fazer uma economia média mensal de mais de R$ 60 mil em energia elétrica. "Mesmo não ocupando função gratificada, e estando há menos de três meses com a responsabilidade de fiscalizar essas contas, ele descobriu o prejuízo que vinha sendo causado aos cofres do Judiciário. Isso aumenta ainda mais os méritos do servidor Isaac, que deve ser tomado como exemplo de zelo pela coisa pública", observa o diretor ajunto da Diriest.

O presidente do TJPE, **Macêdo Malta,** *participou do seminário sobre o livro "Reforma do Judiciário: Comentários à Emenda nº 45/2004". O evento aconteceu na última segunda-feira, no auditório do Tribunal Regional Federal - 5ª Região. A obra é uma ampla reflexão das inovações trazidas pela Emenda Constitucional nº 45/ 2004, conhecida como Reforma do Judiciário, promulgada após treze anos de tramitação. Flávio Dino, Hugo Melo Filho, Nicolau Dino e Leonardo Barbosa são os autores da obra.*

O Palácio da Justiça recebeu mais uma visita diplomática na semana passada. O presidente **Macêdo Malta** *presenteou o Cônsul Geral do Japão,* **Eiji Ito,** *com material institucional sobre o Tribunal de Justiça de Pernambuco.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 138 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 23 de julho de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE em sintonia com MJ sobre Penas Alternativas

TIAGO BARBOSA

A decisão recente do Ministério da Justiça (MJ) de reformular o Conselho Nacional de Apoio ao Programa Nacional de Apoio ao Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas pode incentivar a adoção desse modelo no País e abrir caminho para a celebração de convênios entre o Judiciário dos Estados e o Executivo. Criado em 2001, o conselho teve sua composição alterada no último dia 23 e, a partir de então, passou a ser integrado por um representante de cada Estado. A antiga formação deixava de fora do órgão algumas regiões do País.

O juiz da Vara de Execuções de Penas Alternativas de Pernambuco (Vepa), Flávio Fontes, é uma das 32 pessoas nomeadas para integrar o Conselho. O magistrado acredita que os encontros periódicos realizados pelos participantes vão servir para "fomentar a implantação das penas alternativas em todo o território nacional". Em Pernambuco, destaca Fontes, estão em vigor três convênios com o Ministério da Justiça que permitiram a locação de veículos e a contratação de técnicos para auxiliar no trabalho executado pela Vepa. "Já temos psicólogos e assistentes sociais espalhados por toda a Região Metropolitana do Recife", exemplificou.

No último encontro realizado em Fortaleza (CE), no mês passado, o conselho debateu as diretrizes e limites para aplicação de medidas judiciais alternativas no País, principalmente em pontos sobre os quais ainda não há um consenso legal. Em relação à violência doméstica, por exemplo, a condenação do infrator ao cumprimento desse tipo de pena pode não ser suficiente para impedir a reincidência. "Ele cumpre a determinação judicial, retorna para casa e comete a infração novamente", conjectura Fontes. A responsabilidade civil sobre o apenado que realiza serviço em uma empresa e comete uma transgressão também é um tópico que até agora não encontrou uma proposta consensual.

Esses temas e outros de complexidade semelhante devem guiar os debates do próximo encontro do Conselho, que volta a se reunir no dia 10 de agosto em Porto Alegre (RS). Apesar de a nova composição do órgão estar dando os seus primeiros passos, o juiz Flávio Fontes já vê com satisfação a iniciativa de agregar profissionais que, na maioria, estão ligados aos tribunais de cada Estado. Dos 32 conselheiros nomeados, há 20 juízes de Direito e dois desembargadores. A lista é complementada por promotores de justiça e profissionais envolvidos com o tema.

Fontes é o único pernambucano no conselho

NÚMEROS - Estatísticas do Ministério da Justiça revelam que a adoção das penas alternativas permite recuperação efetiva do infrator e gera economia para os cofres públicos. O índice nacional de reincidência entre os condenados a esse tipo de pena gira em torno dos 5% enquanto no sistema carcerário tradicional esse número fica próximo a 65%. O Estado brasileiro gasta por vaga em presídio cerca de R$ 15 mil. A manutenção de um preso na cadeia fica, em média, por R$ 1 mil ao mês. O MJ estima que o monitoramento de uma pessoa cumprindo pena alternativa sai por, aproximadamente, R$ 70.

O sistema prisional brasileiro comporta, hoje, cerca de 330 mil indivíduos. Submetidos a penas alternativas, existem 30 mil.

Há estudos, apontados pelo MJ, que indicam que 66 mil presos do País (20%) poderiam estar cumprindo penas alternativas. O número ainda fica abaixo do de países como Reino Unido, onde essa porcentagem chega a 80%.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Nota da Presidência

A Presidência do Tribunal de Justiça informa que foi publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco (Seção do Poder Judiciário) de 12.07.05, às páginas 09 usque 13, a relação cronológica dos créditos requisitados por este TJPE a título de precatório judicial para adimplemento no exercício de 2005.

Foram expedidos ofícios requisitórios em face dos seguintes devedores: Estado de Pernambuco, INSS (Vara de Acidente do Trabalho), Municípios de Recife, Olinda, Abreu e Lima, Gravatá, Santa Maria do Cambucá, Igarassu, São Lourenço da Mata, Paulista, Santa Maria da Boa Vista, Sertânia, Carnaíba, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Sirinhaém, Rio Formoso, Palmares, Saloá e Belo Jardim.

A Assessoria Técnica da Presidência informa que todos os devedores foram intimados antes da data 1º de julho do corrente ano (art. 100, da CF/88) e a movimentação dos processos pode ser acompanhada através do site www.tjpe.gov.br.

Aeronáutica

O presidente **Macêdo Malta** *participou de solenidade alusiva ao aniversário de nascimento de Alberto Santos Dumont, patrono da Aeronáutica brasileira. A homenagem aconteceu no dia 20/07/05, no Quartel-General do II COMAR.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 140 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 27 de julho de 2005

PODER JUDICIÁRIO PERNAMBUCO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Centro de Cidadania pronto em setembro

ROSA MIRANDA

O primeiro Centro Integrado de Cidadania (CIC) do Estado de Pernambuco - um projeto elaborado ainda na gestão do desembargador Nildo Nery à frente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em 2001 - será finalmente implantado. Em reunião realizada no dia 20 de julho, no auditório da Acmepe, representantes de órgãos públicos e entidades do Terceiro Setor demonstraram seu interesse em colaborar para o funcionamento do novo serviço.

A reunião foi coordenada pelo presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta. O chefe do Judiciário estadual pretende colocar o novo serviço em funcionamento até setembro. Ele atribui aos desembargadores Nildo Nery e Jones Figueirêdo os méritos pela implantação do CIC no Estado.

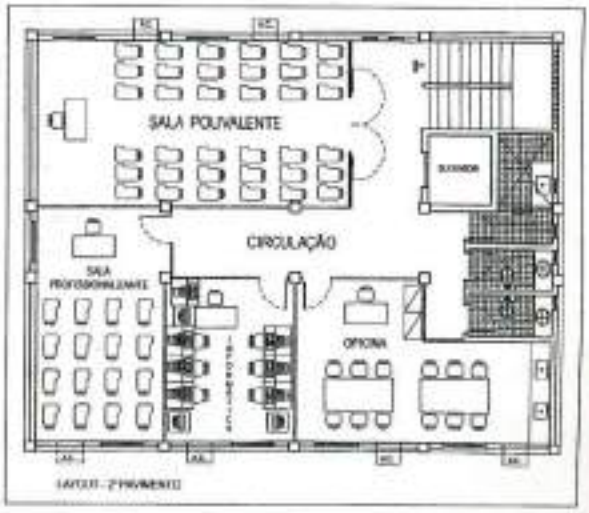
Malta também ressalta a importância do envolvimento de outros órgãos públicos, ONGs e clubes de serviços para que o CIC alcance os resultados desejados. "A iniciativa reúne uma parceria do Judiciário com o Ministério da Justiça, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Prefeitura do Recife, as Varas de Família, a Coordenadoria de Juizados Especiais, além de OSIPs, ONGs como a OAF e a ABCC, o Rotary Club de Pernambuco, além do Ministério Público e Defensoria Pública, abrangendo atividades jurisdicionais e congregando um centro de serviços públicos voltados para o exercício da cidadania", destaca.

"Esse é um movimento de justiça inclusiva, que enfoca a informação e a educação como hastes essenciais na formação do cidadão", enfatizou o desembargador Jones Figueirêdo, ao abrir a solenidade. Figueirêdo considerou muito feliz a coincidência de se realizar a reunião para discutir o lançamento do CIC no Dia do Amigo. "Esse é um trabalho de equipe, de aglutinação de esforços", declarou, ressaltando que o Centro Integrado de Cidadania vai além da justiça clássica e visa uma justiça social.

Ele pontuou que o engajamento de estudantes de Direito, Psicologia e Serviço Social vai ser essencial.

O desembargador Nildo Nery elogiou o apoio do presidente do TJPE. "Macêdo Malta é um exemplo de cidadania e estímulo", disse. Além dos representantes do Judiciário, participaram da reunião o presidente do Detelpe, João Alberto Asfora; o secretário adjunto de Justiça e Cidadania, Jorge Neves; o representante do ITEP, Marcos Alves Gomes; a chefe do Centro de Ciências Sociais da Unicap, Profª Miriam Sá Pereira; o secretário de Políticas Social da PCR, Paulo Dantas; a gerente do Expresso Cidadão, Cristiane Guedes; as representantes do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, Armida Cantarelli e Patrícia Xavier; as representantes da OAF, Elisabeth Borges e Carmélia Albuquerque; o gerente de prevenção e mediação de conflitos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Carlos Eduardo Vasconcelos; e a representante da Casa de Passagem, Ana Vasconcelos; além de representantes da Gestos e AACD.

O presidente **Macêdo Malta** *(C) pretende inaugurar, em setembro, o CIC, projetado pelos desembargadores* **Nildo Nery** *(D) e* **Jones Figueirêdo** *(E).*



SAIBA MAIS SOBRE O CENTRO INTEGRADO DE CIDADANIA

Atualmente, apenas São Paulo e Espírito Santo contam com os Centros Integrados de Cidadania. Pernambuco será o terceiro Estado no País a adotar os CICs. A primeira unidade no Recife terá suas instalações na Boa Vista, próxima à Rua da Glória. Dois prédios estão sendo construídos através de convênio firmado pelo TJPE com o Ministério da Justiça. A obra deve ficar pronta ainda neste semestre. No local, funcionará um Juizado Especial Criminal (violência de gênero) e um Cível (atendimento ao idoso), voltados a atender a demanda da população que reside naquela área, principalmente das comunidades dos Coelhos e Coque.

A instalação do Centro em Pernambuco está sendo coordenada pelo desembargador Jones Figueirêdo. O projeto de criação do CIC estima o atendimento a cerca de 12 mil pessoas por ano.

Além das atividades jurisdicionais, o Centro deve oferecer serviços de orientação psicológica, psicossocial e terá um espaço para que sejam oferecidas aulas de informática, idiomas e capacitação profissional.

Para viabilizar serviços que fogem à sua competência, o TJPE pretende firmar parcerias com a Secretaria de Educação do Estado e entidades como o Senac e Senai.

EXPERIÊNCIA PAULISTA É MODELO

O Centro de Integração da Cidadania (CIC) no Estado de São Paulo é um programa da Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. O projeto leva à população de baixa renda uma série de serviços públicos e oferece mecanismos para a solução de pequenos conflitos e cursos de sensibilização para o exercício da cidadania. O CIC também promove palestras para as lideranças comunitárias que buscam alternativas para a resolução de seus problemas.

O CIC disponibiliza orientação jurídica e social gratuita, além de emissão de cédulas de identidade, carteira de trabalho e atestado de antecedentes. Também é possível obter informações sobre direito do consumidor nos postos do Procon e sobre os serviços oferecidos pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano. Nos postos do CIC, a população tem acesso a serviços do Judiciário, por meio do Juizado Especial Cível; à Secretaria de Segurança Pública, com a Delegacia Especializada em mediação de conflitos; ao Instituto de Identificação Ricardo Gumbletos Daunt, que emite as certidões de identidade, e à Polícia Militar, com o policiamento comunitário.

O CIC paulista também disponibiliza o Projeto Cidadania para Todos, realizado uma vez por mês em diferentes escolas estaduais, levando serviços e acesso às informações sobre Direitos Humanos e Defesa da Cidadania à população que vive nas regiões periféricas.

Para a realização do Projeto Cidadania para Todos, o CIC conta com diversos parceiros internos - como as secretarias de Estado - e externo, como o Instituto de Identificação Ricardo Gumbletos, a Delegacia da Mulher, a Federação do Comércio (Senac/Sesc) e o INSS.

O Instituto de Pesos e Medidas realiza a medição de peso e altura da população. São esclarecidas dúvidas sobre direitos do consumidor, regulamentação da situação jurídica das empresas, aspectos relacionados às drogas (Imesc) e atendimento das demandas por justiça e direitos humanos de familiares de vítimas de violência (Cravi).

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 142 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 29 de julho de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

6ª Vara Cível lidera produtividade

TIAGO BARBOSA

A 6ª Vara Cível da Capital lidera, desde 2003, a lista anual de produtividade entre as varas segmentadas do Recife que integram o Grupo I (Cível, Acidentes do Trabalho, Órfãos Interditos e Ausentes, Sucessões e Registros Públicos). Nesse período, o juiz titular, Paulo Henrique Martins Machado, recebeu 748 processos e sentenciou 2.401, alcançando uma produtividade média de, aproximadamente, 250%. Os números são do relatório elaborado pela Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco que registra a diferença entre a quantidade de processos distribuídos e julgados pelos juízes do Estado. O levantamento foi feito até o final de maio desse ano.

Hoje, a 6ª Vara Cível possui cerca de 2,5 mil processos sob sua jurisdição. A quantia, apesar de ser considerada alta por Paulo Machado, é a metade do que ele encontrou há dois anos, quando assumiu o comando daquela unidade. "Em junho de 2003, tínhamos 5 mil ações, algumas que não tinham movimentação há mais de 15 anos". O juiz entende que o número ideal por vara seria de 500 a 700 processos para se operar com tranqüilidade. Na tentativa de adequar a 6ª Cível a esse padrão, Machado definiu uma estratégia que incorpora elementos utilizados pela iniciativa privada, além de contar com a dedicação integral dos seus funcionários, entre servidores e estagiários.

O primeiro passo foi entender a realidade da vara e atender, em especial, às partes que procuravam pelos processos represados. Mas, segundo Machado, essa tática ainda colocava os trabalhadores do órgão à disposição unicamente dos advogados que compareciam ao local para acompanhar o andamento de suas ações. Na avaliação dele, era preciso dedicar mais tempo aos processos que se encontravam armazenados na vara, sem receber a devida atenção. O juiz, então, resolveu se antecipar a possíveis pedidos das partes ao determinar que as ações recém-ingressas fossem encaminhadas imediatamente ao seu gabinete.

O juiz **Paulo Machado** *comemora os resultados alcançados, os quais atribui também à dedicação integral de seus funcionários.*

Em seguida, o magistrado estabeleceu metas de produção em torno das quais deveria girar o trabalho da 6ª vara. "Analisamos que poderíamos alcançar 60 sentenças por mês. Depois, subimos esse piso para 70, 80 e 90. Hoje, trabalhamos com a mentalidade de que temos condições de chegar a cem sentenças mensalmente", detalha Paulo Machado.

"Foi uma questão de superação", acrescenta. Esse ritmo permitiu que a secretaria da 6ª Cível se destacasse na quantidade de publicações de pauta (intimação oficial) no Diário Oficial do Estado - Secção do Judiciário. Até a metade desse ano, foram, aproximadamente, 270. Segundo o juiz, esse objetivo vem sendo alcançado sem prejuízo aos outros deveres da vara. As audiências e as medidas de urgência continuam, garante Machado, a serem rigorosamente respeitadas.

O conjunto de ações trouxe resultados satisfatórios. Hoje, uma petição (pedido para impulsionar o feito) é expedida pela 6ª Vara, em média, em três. As petições iniciais, como tutelas e liminares, podem ser despachadas no mesmo dia, dependendo da urgência do caso em questão. Cerca de 550 despachos são contabilizados por mês, e os funcionários da vara estimam que 700 processos são movimentados nesse mesmo período.

O juiz também reformulou a organização e análise dos processos armazenados. Ele os dividiu por assuntos e passou a redigir modelos de sentença que pudessem ser adaptados de uma ação para outra semelhante: "Lógico que cada caso é diferente do outro e exige uma avaliação própria. Mas existem situações nos processos que carecem de um procedimento, senão igual, similar. Quando queremos homologar a desistência de uma parte, por exemplo, basta alterar o nome em um modelo pré-escrito de uma outra situação", explica o magistrado. Ele também delegou aos estagiários os casos de menor complexidade, mas assegurou que as decisões cabem unicamente a ele.

Ao todo, são sete funcionários e o juiz atuando no local. Paulo Machado especula que, daqui a uns dois anos, a 6ª Vara Cível da Capital vai se adequar à demanda ideal de 500 a 700 processos se continuar com essa cadência de trabalho. "É tudo uma questão de vontade. De superação. Eu não me comparo com os outros juízes. E nem poderia, pois não tenho acesso ao que estão fazendo. Faço apenas a minha parte", conclui.

QUE HISTÓRIA É ESSA?

No último dia 25, estudantes do Programa Agente Jovem, financiado pelo Governo Federal e administrado pela Secretaria de Política de Assistência Social do Recife, visitaram o Palácio da Justiça. Esse foi o primeiro grupo dos 775 jovens que terão a oportunidade de conhecer mais sobre a Justiça pernambucana. Essas atividades fazem parte do projeto "Que História é essa ?".

ENCONTRO REGIONAL

O presidente do TJPE, **Macêdo Malta** *(1º ao lado) participou, no final de semana passado, em Petrolina, do* I Encontro Regional Esmape. *O evento também contou com as presenças do corregedor geral* **Fausto Freitas** *(2º abaixo) e dos diretores da Esmape e CEJ, desembargadores* **José Fernandes** *e* **Frederico Neves** *(3º e 4º respectivamente)*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 144 | Poder Judiciário Estadual - Seção II | Recife, terça-feira, 2 de agosto de 2005

PODER JUDICIÁRIO BIBLIOTECA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça recebe novos estagiários

Há dois anos sem selecionar estagiários, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) recebeu, no mês passado, os classificados da seleção, realizada em maio. O grupo, formado por estudantes de diversas áreas - Engenharia, História, Jornalismo, Computação, Psicologia, Administração, Serviço Social e Direito, entre outros cursos - foi recepcionado com um café da manhã no Fórum Rodolfo Aureliano. As boas vindas foram dadas pelo juiz diretor do Fórum e presidente da Comissão para Seleção de Estágios, juiz Eurico de Barros.

Na avaliação da diretora do Núcleo de Coordenação de Estágios, Itamar de Freitas, a iniciativa alcançou seu objetivo principal, que foi promover uma maior interação entre os novos estagiários e a instituição em que irão atuar.

Para orientar os estagiários, a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) dividiu os cerca de 270 estagiários em 14 turmas que, durante o mês de julho, participaram de atividades de ambientação e receberam orientações sobre temas como ética no trabalho, relações interpessoais e qualidade no atendimento.

Cerca de 4.779 candidatos concorreram às vagas de estágio. Os aprovados terão oportunidade de conciliar prática com conhecimentos teóricos, contribuindo para uma melhor qualidade no exercício de suas atividades como futuros profissionais.

Vitaliciamento

O corregedor geral de Justiça, Des. Fausto Freitas, reuniu-se, na última sexta-feira, com os 34 juízes concluintes do período de vitaliciamento. No encontro, o corregedor falou do relatório de acompanhamento dos dois primeiros anos de atividades dos magistrados vitaliciandos. **Freitas** *(foto no detalhe) ressaltou a transparência e isenção nas avaliações. "Nenhum favorecimento foi feito", garantiu. A matéria já foi aprovada pelo Conselho de Magistratura para ser encaminhada ao Tribunal Pleno.*

Mudança de Plantão

Após um ano em reformas, o Fórum Thomaz de Aquino - localizado na Av. Martins de Barros, no bairro de Santo Antônio - voltará a funcionar, nos fins de semana, com as prontidões judiciárias do 1º grau. Mais próximo do centro, o prédio oferece acesso mais fácil aos usuários e servidores públicos, que nesse período tiveram que se dirigir ao Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha de Joana Bezerra. A mudança de plantão terá início no dia 6 de agosto.

Portal da AMB

O novo portal da AMB (http://amb.locaweb.com.br/portal/) traz uma novidade para quem deseja estar atualizado sobre todas as ações da magistratura nacional. Agora, os usuários têm acesso a um espaço específico, com notícias das associações regionais e dos tribunais. A área foi criada especialmente para que essas entidades e órgãos do Judiciário postem informações sobre suas articulações, eventos, posicionamentos sobre temas atuais do cenário brasileiro e decisões. Para acessar, basta clicar em Notícias/Imprensa, na página inicial, entrar em Notícias e, em seguida, acessar um dos links do menu lateral direito.

As entidades que quiserem incluir suas notícias nessa área podem enviá-las ao e-mail noticia@amb.com.br.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 145 | Poder Judiciário Estadual - Seção : I | Recife, quarta-feira, 3 de agosto de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Nova Câmara Cível aprova uso de enunciados

Instalada há menos de 20 dias, a 8ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), que dividirá com a 7ª Câmara Cível as matérias fazendárias envolvendo o Estado e os Municípios, aprovou por unanimidade a implantação de enunciados. Apresentada pelo desembargador Ricardo Paes Barreto, na sessão de 29 de julho, a proposta visa a dinamizar os julgamentos de questões pacificadas na jurisprudência do Tribunal local, Superior Tribunal de Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF).

Os demais desembargadores que integram a Câmara, Antônio Camarotti (presidente) e Alexandre Aquino, elogiaram a proposta, baseados no entendimento de que a medida resultará na agilização prática e segura de ações similares. Os desembargadores também entendem que haverá reflexo positivo tanto para juízes, promotores e advogados quanto para a sociedade em geral, que não só conhecerá com transparência as posições adotadas, mas também verá uma atuação dinâmica daquele colegiado especializado em direito público.

Foram aprovados três enunciados relativos ao pagamento da diferença da URV para os servidores públicos do Estado, bem como sobre procedimentos para as ações de execução fiscal. Também foram apresentadas mais duas propostas para análise, cujos textos finais, com as respectivas justificativas, serão oportunamente publicados no Diário da Justiça, para ciência de todos os interessados, servindo como padrão para os julgamentos subseqüentes, que serão realizados em minutos.

A proposta apresentada pelo Des. **Ricardo Barreto** *(à esquerda) foi endossada pelos desembargadores* **Alexandre Aquino** *(à direita) e* **Antônio Camarotti** *(acima)*

TRT da Paraíba realiza concurso para juízes

O Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba - 13ª Região, abriu inscrições para o preenchimento de nove vagas no cargo de juiz do trabalho substituto. Para participar da seleção, os interessados precisam fazer uma pré-inscrição através da Internet (ver site abaixo). O candidato também deve pagar uma taxa de R$ 156 para validar o ato. A inscrição deve ser realizada até o dia 30 deste mês. A resolução que determinou a criação do concurso foi publicada no Diário Oficial da União que circula na Paraíba no mês de maio.

Das nove vagas anunciadas, uma será disputada pelos portadores de deficiência. A quota foi definida com base numa resolução do Tribunal Superior do Trabalho. Um laudo médico que ateste a deficiência precisará ser fornecido pelos que desejarem concorrer nessa categoria no momento da inscrição.

O concurso também servirá para formar um cadastro de reserva, de onde serão chamados os aprovados à medida em que forem surgindo novas vagas. Esse cadastro terá, no máximo, dois anos de validade, a partir da seleção.

O processo seletivo será feito em cinco etapas. Na primeira, os candidatos farão uma prova escrita de conhecimentos gerais. Depois, os aprovados vão enfrentar um exame, também escrito, de conhecimentos específicos. A fase seguinte é a prática. Nela, os concorrentes terão de elaborar uma sentença trabalhista. O penúltimo degrau reside numa prova oral com matérias voltadas para a atuação do juiz no dia-a-dia do futuro cargo. Por fim, a comissão de avaliação analisará os títulos dos candidatos. O edital e informações complementares podem ser obtidos na página: ***www.trt13.gov.br/concurso*** ou pelo telefone (83) 3214 6033.

Dúvidas ainda poderão ser esclarecidas enviando um e-mail para ***concurso@trt13.gov.br.***

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 147 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 5 de agosto de 2005

Fórum de Olinda retoma expediente normal

O Fórum de Olinda volta a ter expediente normal a partir dessa segunda-feira. A informação é do juiz-diretor Cláudio Sampaio. As atividades das 16 varas que funcionam no local foram suspensas por causa de problemas no gesso que forra o teto das instalações colocando em risco os funcionários do Fórum. Segundo o magistrado, uma equipe de técnicos da Diretoria de Infra-estrutura do Tribunal de Justiça de Pernambuco já vistoriou o prédio e já foi contratada uma empresa para fazer os reparos necessários.

A administração montou um serviço especial de plantão para atender apenas os casos mais urgentes até que o Fórum estivesse em condições plenas de trabalho. Dois juízes estão apreciando, na área criminal, os pedidos de habeas corpus, relaxamento de prisão e arbitramento de fiança. Na cível, a atenção é exclusiva aos mandados de segurança, às antecipações de tutela e às medidas cautelares. O juiz Cláudio Sampaio disse que não haverá prejuízo para os processos em que os prazos se encerraram no período de interdição do Fórum. Ele publicou uma portaria prorrogando os limites das causas para o dia 10 desse mês (quarta-feira).

A Diretoria vistoriou o prédio e uma empresa contratada vai fazer os reparos

ESTÁGIO PROBATÓRIO

Novos servidores são avaliados

Os novos servidores do Tribunal de Justiça, empossados pelo presidente Macêdo Malta em julho, poderão conferir, até o final deste mês, a publicação do cronograma para entrega dos formulários de avaliação do período de estágio probatório. A avaliação, que corresponde aos três anos iniciais da carreira do servidor público, será publicada no Diário Oficial da Justiça estadual.

Dentre os 69 recém-nomeados, quatro já pertenciam ao quadro do TJPE. Nestes casos, é iniciado um novo período de estágio probatório, não valendo a etapa de avaliação em que se encontravam na situação anterior à nova nomeação. É indispensável, portanto, que esses quatro também entreguem os formulários. A entrega segue um cronograma individual, já que todos não foram empossados em um mesmo dia.

"O Tribunal de Justiça acata o entendimento dos tribunais superiores que decidiram que a cada novo provimento de cargo, mesmo que seja na mesma instituição, o servidor deve passar pelos três anos de avaliação", explica o chefe da Seção de Cargos, Salários e Desempenho (Secad), Nelson Gonçalves. Ele avisa que, provavelmente, no futuro, os avaliados terão apenas que entregar os formulários através da Intranet. "Este projeto ainda está em andamento", conclui.

A posse dos servidores foi a última para aqueles que se submeteram à seleção em 2001, cuja validade se encerrou ao final de julho. A decisão de expandir o número de servidores partiu do presidente do TJPE, Macêdo Malta, que levou em consideração a disponibilidade de vagas existentes e as condições favoráveis no orçamento do Judiciário.

SERVIÇO:
Informações completas sobre a legislação, procedimentos e entrega dos formulários ao Secad, o servidor encontra na página da Intranet, no link DRH/Avaliação Estágio Probatório. As dúvidas podem ser remetidas para o telefone **(81) 3419.3416**, ou pelo e-mail ***ngj@tjpe.gov.br***.

PROGRAMAÇÃO DE ANIVERSÁRIO

Tribunal de Justiça completa 183 anos

Dia 13/08/2005 - Sábado

09h - Missa na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco.

10h - Inauguração do Serviço Móvel de Saúde (ambulância e UTI) e do Juizado Móvel de Trânsito.

10h30 - Aposição da fotografia do Des. Napoleão Tavares na Galeria de Ex-Presidentes - (1º andar - Sala dos Desembargadores).

11h - Sessão Extraordinária Solene do Tribunal Pleno, comemorativa dos 183 anos do TJ-PE, com outorga da Ordem "Nunes Machado" (personalidades e desembargadores) e da medalha do "Mérito" a servidores.

13h - Almoço reunindo desembargadores (da ativa e aposentados), homenageados, convidados e autoridades.

Perda de Legitimidade

A Advocacia Geral da União, representada por sua Procuradoria Regional da 5ª Região, encaminhou a esta Presidência o "Ofício nº 036/CGJ/PRU", datado de 29.06.05, noticiando a perda de legitimidade processual da União (na qualidade de parte) em face da Rede Ferroviária Federal S/A, em virtude de rejeição, por parte do Congresso Nacional, das Medidas Provisórias nºs 245/05 e 246/06, razão pela qual solicita a suspensão dos processos existentes na esfera do Poder Judiciário Estadual em virtude do disposto no art. 13, caput, c/c art. 264, incs. I e V do Código de Processo Civil, bem como a comunicação da matéria aos "órgãos judiciários de primeiro grau sob jurisdição desse Egrégio Tribunal".

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 148 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 6 de agosto de 2005

Corregedoria comemora vitaliciamento de magistrados

O Pleno do Tribunal de Justiça autorizou, na última segunda-feira, em decisão unânime, o vitaliciamento de mais 34 magistrados. Os vitaliciandos foram nomeados no último concurso para Juiz de Direito Substituto do TJPE. Durante a sessão, o corregedor geral, desembargador Fausto Freitas ressaltou que, além do saber jurídico, os novos vitaliciandos demonstraram ter as qualidades exigidas para o desempenho da função judicante. "Fico tranqüilo ao ver que todos estão aptos para esta dura missão", afirmou o corregedor.

As avaliações de desempenho dos juízes, feitas pela Corregedoria durante os dois anos de estágio probatório, foram aprovadas também por unanimidade pelo Conselho da Magistratura, na última sessão de julho. O assessor especial do órgão, juiz Mauro Alencar, que supervisionou as atividades do vitaliciamento, destacou que os critérios de avaliação da produtividade dos magistrados estão em fase de revisão, atendendo a um pleito da categoria. Para comemorar os ótimos resultados obtidos pelos recém-vitaliciados, a Corregedoria prestou uma homenagem ao grupo, no dia 29 de julho. Na solenidade, também estiveram presentes os juízes corregedores auxiliares João Maurício Alcoforado, João José Targino, Pedro Odilon de Alencar e José André Machado, que acompanharam o trabalho dos novos magistrados.

O corregedor geral **Fausto Freitas** *reuniu os juízes em seu gabinete, no dia 29 de julho.*

Magistrados aprovam trabalho da Corregedoria

Célia Gomes de Morais (comarca de Olinda)

"Parabenizo a Corregedoria que soube, com muita competência, conduzir todo o processo de vitaliciamento, agindo com firmeza e, especialmente, orientando os novos juízes, ajudando a resolver os inúmeros problemas que tivemos de enfrentar".

Luiz Mário Miranda (comarca de Quipapá)

"Concluído o processo de vitaliciamento, destaco os encontros regionais que serviram para interagir os juízes de várias comarcas, discutindo as dificuldades e encontrando soluções para os problemas comuns. Bom seria que a sociedade pudesse melhor saber que o Judiciário pernambucano é formado por profissionais dedicados e vocacionados, cumpridores de sua missão constitucional".

Tito Lívio Araújo Monteiro (comarca de Jataúba)

"Tenho de reconhecer que a Corregedoria de Justiça realizou um trabalho realmente elogiável, redescobrindo o seu papel, além de estar atenta a eventuais desvios e falhas. Também se preocupou em prestar apoio e orientar os novos magistrados".

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 150 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 10 de agosto de 2005

TJPE presente em obra sobre Pinto Ferreira

Personalidades do meio jurídico e político de Pernambuco estarão prestigiando o lançamento do livro Pinto Ferreira - Vida e Obra, do jornalista e professor Manoel Neto Teixeira, nesta quinta-feira, às 18h, no Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do Estado de Pernambuco. Na obra, além da história de vida do renomado jurista, filósofo e pensador brasileiro, doutor Honoris Causa pela Universidade de Coimbra, estão presentes textos do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, e do desembargador Jones Figueiredo.

O presidente do TJPE, desembargador **Macêdo Malta** *(E), e o desembargador* **Jones Figueirêdo** *(D) assinam artigos na obra em homenagem ao jurista e filósofo pernambucano*

Malta colaborou com o artigo Lembranças de um Tempo e Figueiredo assina a "orelha" do livro com o título Homem de Muitas Cátedras (*confira na edição do Diário Oficial de amanhã*). O evento é promovido pelo TJPE, Governo do Estado, Assembléia Legislativa, Universidade Federal de Pernambuco, OAB-PE, Faculdade de Direito do Recife, Academia Pernambucana de Letras Jurídicas e pelo Instituto de Advogados de Pernambuco.

Luiz Pinto Ferreira, nascido no dia 7 de outubro de 1918, é autor de obras clássicas em Direito Público e Privado, adotadas por toda a América Latina. Considerado um dos maiores nomes da bibliografia jurídica nacional, Pinto Ferreira também atuou na política, fundando e presidindo o MDB (que deu origem ao atual PMDB) em Pernambuco, sendo eleito senador na década de 70.

Entre os muitos títulos acadêmicos que angariou em sua vasta carreira, está o de Professor Emérito da Faculdade de Direito do Recife. Hoje o Professor integra a Universidade Federal de Pernambuco.

Revista da Esmape tem nova edição

A Escola Superior de Magistratura de Pernambuco lançou, na semana passada, a 21ª edição da Revista da Esmape. A publicação completou dez anos de importantes contribuições para o debate e difusão de idéias na comunidade jurídica do Estado. Apesar das poucas produções direcionadas ao assunto, a Revista é prova viva: a literatura jurídica em Pernambuco continua caminhando.

Para o presidente da Comissão Editorial da Revista, juiz Carlos Frederico Moraes, a importância da publicação está no fato de ser um meio eficaz de divulgação dos estudos em Direito. Ela valoriza, sobretudo, os autores pernambucanos, inclusive iniciantes, que têm seus artigos veiculados lado a lado com produções de personalidades renomadas em âmbito nacional. "Nosso objetivo é expandir o pensamento legal, contribuindo para que os operadores jurídicos possam, com base nas publicações, melhor compreender e contribuir para a efetividade dos processos", sustenta o magistrado.

A Revista da Esmape é dividida em duas seções. A parte teórica é direcionada à doutrina, e a prática é reservada às produções de sentenças de juízes que desejam divulgar seus trabalhos. Estes são selecionados criteriosamente pela Comissão Editorial. A qualidade dos estudos divulgados tem colaborado para o reconhecimento e projeção da Revista no país e no exterior.

Carlos Moraes, *presidente do Conselho Editorial, apresentando a nova edição da Revista de Esmape*

A Comissão Editorial disponibiliza exemplares gratuitos para as autoridades da Escola da Magistratura, Tribunais de Justiça, Bibliotecas Jurídicas do Estado e do país, do Congresso Nacional e Faculdades de Direito. A Revista também é vendida ao preço simbólico de R$ 20,00. Os interessados devem procurar na sede da própria Escola.

CURTAS

Expediente

Essa quinta-feira, 11, é considerada feriado forense, em face das comemorações dos Cursos Jurídicos no Brasil (1827), não havendo expediente no âmbito do Poder Judiciário estadual. Na sexta-feira, dia 12, será mantido o funcionamento normal. Sendo nota fixa, o aniversário deste TJPE recairá no sábado, dia 13.

Cursos Jurídicos

Para comemorar o ***Dia do Advogado*** e a fundação dos ***Cursos Jurídicos*** no País, o Caxangá-Ágape promove almoço, quarta-feira (10/08). Serão homenageados o desembargador Fernando Eduardo Ferreira, o advogado Dorany Sampaio e o jurista Mickel Sava Nocoloff.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 151 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 11 de agosto de 2005

PERMANENTE DO DIÁRIO OFICIAL
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

183 ANOS

TJPE comemora aniversário com publicações

RODRIGO GUEDES

A vivência que prescinde de memória torna-se vazia e perde o sentido. O Aniversário do Tribunal de Justiça de Pernambuco não poderia, portanto, prescindir de um documento que remeta à história do órgão, antes chamado de Tribunal da Relação de Pernambuco. A oportuna reedição de *Uma Corte de Justiça do Império - O Tribunal da Relação de Pernambuco* (foto) é também uma homenagem ao ex-presidente do Judiciário estadual, desembargador José Ferraz Ribeiro do Valle, que em vida fez a pesquisa.

O Tribunal da Relação foi instalado em meio à revolta de pernambucanos insatisfeitos. Pagavam-se elevados tributos ao Imperador, que privilegiava o eixo Sul (a sede do governo fora transferida para o Rio de Janeiro), em detrimento de Pernambuco, destaque em exportação. Governadores eram escolhidos à vontade de D. Pedro e os jornais incitavam pela dissidência: o clima era de ódio contra a interferência federal.

"Toda a Capitania de Pernambuco constituía uma única comarca", revela o livro. Mais adiante, Ribeiro do Valle fala da agitação dos quilombos que causavam desordens no interior e na capital e da posterior Lei Eusébio de Queiroz. A Segunda parte do livro apresenta, em resumo, os desembargadores da Relação de Pernambuco.

O lançamento desta segunda edição está marcado para sábado, 13, dia do aniversário do TJPE. A Diretora de Documentação Judiciária, Luciana Carvalheira, e a Chefe do Memorial da Justiça, Mônica Pádua, são as organizadoras da nova publicação do livro, projeto que se transformou em prioridade na gestão Macêdo Malta.

Judiciário busca melhor comunicação com a Imprensa

IZABELA PIRES

Historicamente, a interação com os meios de comunicação nunca foi exatamente uma prioridade para a antiga Casa das Relações, ou ainda, o Tribunal das Relações. Contudo, na atualidade, quando a opinião pública cada vez mais se conscientiza de seu papel fiscalizador das instituições, o TJPE reconhece que a busca constante da transparência é imprescindível. Sem isso, fica comprometida a credibilidade e legitimidade de sua atuação diante da sociedade.

Afinado com este contexto, o presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta "busca continuamente estreitar as relações com meios e profissionais da Imprensa, desde o início de sua gestão", destaca a chefe da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), Rosa Miranda, ao anunciar o lançamento do Manual de Relação com a Imprensa. "As personalidades que ocupam chefias em órgãos públicos, freqüentemente precisam se comunicar com a Imprensa. No Judiciário isso não pode ser uma exceção. O manual elaborado pela Ascom tem o propósito de facilitar essa relação, orientando magistrados e demais pessoas de funções estratégicas do TJPE a como proceder nessas circunstâncias", esclarece Rosa.

O lançamento do Manual de Relação com a Imprensa será lançado neste sábado, dia 13, dentro da programação de aniversário dos 183 anos do TJPE. Todos os magistrados e servidores em cargo de direção irão receber a publicação através de mala direta que será remetida até setembro.

Como falar com a Imprensa, a etiqueta de uma entrevista, aspectos com a imagem, como se portar e falar em entrevistas para TV e rádio são alguns dos tópicos abordados na publicação. O manual também esclarece a questão da pressa dos jornalistas em obter informações: "O tempo da Imprensa não é o tempo da Justiça", destaca a chefe da Ascom.

PALAVRAS - Assim como os jornalistas quebram a cabeça para "traduzir" termos jurídicos, os magistrados não ficam atrás quando se trata de entender termos jornalísticos como press-release, lead, informação em on/off e outros. Para ajudá-los a entender o mundo de Gutemberg, a publicação conta com um glossário, além da relação de referências bibliográficas.

Aproximação com a Imprensa: *presidente* **Macêdo Malta** *em entrevista para um canal de televisão*

O manual de Relação com a Imprensa foi elaborado a partir de texto da assessora Rosa Miranda e da pesquisa dos estagiários da Ascom. A edição final da publicação coube ao chefe da divisão de Jornalismo, Sérgio Marcos Feitosa. Como diz o velho jargão: quem não se comunica, se trumbica.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 153 | Poder Judiciário Estadual | Recife, sábado, 13 de agosto de 2005

Juízes de Poção e Itaíba traduzem "juridiquês" para jurados

RODRIGO GUEDES

O que será que passa na cabeça de um leigo, diante de um Tribunal, ao ouvir da autoridade expressões como "qualificadora", "agravante" ou "o senhor foi arrolado"? Sem domínio sobre certos termos e procedimentos de um Tribunal de Júri, jurados são sorteados para sentenciar crimes dolosos contra a vida. O problema, que pode acabar inocentando culpados óbvios, ganhou solução em duas cidades do Interior de Pernambuco.

A juíza Roberta Vasconcelos, da comarca de Poção, tomou a iniciativa de ministrar breves cursos para conscientizar os que comparecem ao Tribunal amedrontadas. Com a colaboração de membros da OAB e do Ministério Público, ela explica o papel de cada um dentro do processo e entrega apostilas básicas para os jurados. "É um absurdo eles terem que votar termos jurídicos sem ter conhecimento", observa. Além disso, os cidadãos muitas vezes ficam sob pressão da família do acusado e não sabem lidar com a coerção, o que é comum em cidades pequenas onde todos se conhecem.

A idéia partiu da juíza **Roberta Vasconcelos**

A iniciativa também foi adotada pelo juiz substituto da Comarca de Itaíba, Valdecy Gusmão. No curso, ele esclarece previamente aspectos como o que aconteceu no caso a ser julgado, o que está sendo apontado como crime, lembra que o promotor e a defesa vão se pronunciar no Tribunal e que eles - os jurados - serão os juízes de fato no processo.

Segundo Roberta Vasconcelos, a iniciativa já surtiu efeitos muito positivos. "Alguns jurados ainda foram procurados para coerção, mas tomaram a postura de um juiz. Eles chegavam no Fórum amedrontados e, agora, se sentem seguros".

As experiências dos juízes que ficam, de certa forma, isolados em suas comarcas, principalmente as do Interior, começam a ser divulgadas.

183º Aniversário do TJPE

O presidente do TJPE, Des. **Macêdo Malta**, *deu o pontapé inicial da partida de futebol reunindo, de um lado, servidores do Palácio da Justiça e Edifício Paula Baptista, e, de outro, servidores dos fóruns Rodolfo Aureliano e Thomaz de Aquino, na quarta-feira. O evento fez parte das comemorações de aniversário do TJPE.*

No mesmo clima comemorativo, a **Banda de Música** *do Comando Militar do Nordeste se apresentou no Hall Monumental do Fórum do Recife, também na quarta-feira passada.*

Justiça concede liminar para distribuição de colírio

Portadores de glaucoma, que antes despendiam até R$ 360 por mês para controlar a pressão ocular, receberão o colírio gratuitamente. Liminar concedida pelo desembargador Leopoldo Raposo veio a atender esse direito fundamental, acatando pedido da Associação Pernambucana de Cegos (APC). Segundo a APC, o Estado alegava o alto custo do colírio para justificar a omissão. Entretanto, "o cumprimento do princípio constitucional não pode ficar à mercê de valores econômicos", avalia o desembargador Raposo, em referência ao artigo 196 da Constituição. De acordo com a nova decisão, estão disponíveis os seguintes medicamentos: Xalatan, Xalacom, Lumigam, Travatan, Maleato de Timolol 05, Glaucotrat, Alphagan e Trusopt. Muitas vezes sem condições de comprar o remédio, os deficientes visuais corriam risco de perder completamente a visão. Todos os que se encontrem na mesma situação, sem condições de adquirir o medicamento, têm o mesmo direito. Essa é a opinião do des. Raposo, que reitera: "A saúde é direito de todos e dever do Estado".

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 154 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 16 de agosto de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CENTRAL DE PENAS ALTERNATIVAS

Projeto do Executivo segue modelo da VEPA

Caruaru, no agreste pernambucano, foi a primeira cidade a receber uma unidade da Ceapas, criada para apoiar a aplicação de medidas e penas alternativas em comarcas pólo do interior do Estado.

SÉRGIO MARCOS FEITOSA

A metodologia de trabalho desenvolvida pela Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa), que tem obtido reconhecimento nacional, serviu de inspiração para o projeto da Central de Apoio às Medidas e Penas Alternativas (Ceapas). Inaugurada no último dia 8 na Comarca de Caruaru, a Central deverá chegar a, pelo menos, mais uma dezena de comarcas do Interior. A execução do projeto, de iniciativa da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Pernambuco, conta com as parcerias do Poder Judiciário estadual, Prefeitura Municipal, Ministério Público e Defensoria Pública estaduais.

A solenidade de lançamento, realizada no Tribunal do Júri do Fórum de Caruaru, teve a participação do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, do secretário de Justiça e Direitos Humanos, Élias Gomes, do prefeito Antônio Geraldo da Silva, da juíza diretora do Fórum, Sílvia Virgínia Batista, além de dezenas de autoridades do Judiciário local, Executivo estadual, representantes do Ministério Público, Defensoria Pública, OAB e Legislativo municipal.

Em sua intervenção, o presidente Macêdo Malta observou que o TJPE sempre esteve aberto à consolidação de convênios de cooperação técnica com instituições afins visando à melhor prestação de serviços à sociedade. E reafirmou o compromisso do Judiciário estadual com a instituição da pena alternativa. "Pernambuco é pioneiro em Vara de Pena Alternativa, onde conta com o trabalho de um juiz com perfil e competência sintonizados com a filosofia desse tipo de penas", declarou o desembargador-presidente, referindo-se ao juiz titular da VEPA, Flávio Fontes.

O presidente **Macêdo Malta** *(D), o prefeito* **Antonio Geraldo** *(C) e o secretário* **Elias Gomes** *assinam convênio de cooperação técnica (à direita). A solenidade de inauguração da Ceapas ocorreu no Tribunal do Júri do Fórum de Caruaru (abaixo)*

O chefe do Judiciário estadual também ressaltou os ótimos resultados obtidos pelas penas alternativas como instrumento de ressocialização. "O percentual de reincidência, nesse tipo de penas, oscila entre 2% e 12%, enquanto, nas penas privativas de liberdade, a reincidência fica em torno de 80%", afirmou.

Instalada em salas anexas ao Fórum local, a Ceapas de Caruaru - a primeira a entrar em funcionamento no Estado - vai acompanhar as penas aplicadas pelo Juizado Especial Criminal (JEC) daquela comarca. Segundo o juiz coordenador, Marupiraja Ribas, atualmente o juizado realiza cerca de 320 audiências de conciliação ao mês. Desse total, em média 280 ações resultam em transações penais com aplicação de penas alternativas.

Segundo Grau redistribui processos fazendários

O Núcleo de Distribuição e Informação Processual do 2º Grau (Nudip) está redistribuindo cerca de 9.000 processos cíveis. As ações, relativas a feitos fazendários, estão sendo transferidas para as 7ª e 8ª Câmaras Cíveis, criadas para julgar exclusivamente matérias oriundas das varas da Fazenda Pública envolvendo Estado e Municípios.

Segundo a diretora do Nudip, Patrícia Távora, a maioria dos processos ainda está sendo devolvida pelos gabinetes e pela Diretoria Cível. Para agilizar as atividades, um Grupo de Trabalho (GT), criado pela resolução 176/05, está funcionado durante os finais de semana. Contando com uma equipe de 10 pessoas - quatro na distribuição e seis autuando - o GT vem mantendo uma média de 800 processos redistribuídos a cada final de semana.

A previsão é de que, em 3 meses, todos os processos já tenham sido redistribuídos. "Graças à instituição do Grupo de Trabalho, a redistribuição processual não está afetando o fluxo normal dos novos processos que chegam a cada dia", esclarece Patrícia Távora.

Além dos processos fazendários, também estão sendo redistribuídas as ações relativas a acidente de trabalho.

Segundo **Patrícia Távora**, *a operação não está afetando o fluxo normal de novos processos*

O Diário Oficial publicará, nesta quarta-feira, especial sobre os comemorativos dos 183 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 155 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 17 de agosto de 2005

183 Anos

Comemorativos de aniversário do TJPE

No último sábado - 13 de agosto de 2005 - o Tribunal de Justiça de Pernambuco completou 183 anos de sua fundação. Para celebrar esse momento, vários eventos foram realizados durante a semana anterior à data. Atividades esportivas, culturais - com lançamento de projetos editoriais e musicais - , inaugurações de novos serviços do Judiciário, culminando com Sessão Solene. Nesta edição, o Diário Oficial faz uma retrospectiva dos principais momentos.

Missa

A programação do sábado, dia 13, foi iniciada com a tradicional Missa em Ação de Graças. O ato religioso, realizado na Igreja da Ordem Terceira de São Francisco, foi celebrado pelo padre José Severino de Arruda. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, o vice-presidente, desembargador Hélio Siqueira Campos e o corregedor-geral de Justiça, desembargador Fausto Freitas participaram do ritual com a leitura de passagens bíblicas.

Serviços

Em cerimônia rápida, realizada no Palácio da Justiça logo após a Missa, a Mesa Diretora do TJPE apresentou duas ambulâncias e a van que transportará a equipe e a estrutura do Juizado Móvel de Trânsito. Uma ambulância ficará estacionada no Palácio da Justiça, para atender também o Fórum Thomaz de Aquino e Edifício Paula Baptista, e a outra no Fórum Rodolfo Aureliano. Equipadas com instrumentos de UTI, cada uma contará com médico e paramédico (auxiliar de enfermagem). A coordenação geral do Serviço Móvel é do ambulatório Ângelo Jordão e já está em operação.

Aclamação e Silêncio

Durante a Sessão Solene do Tribunal Pleno - ponto alto da programação de aniversário - dois momentos quebraram o protocolo. O primeiro, a moção de aplauso, aprovada por aclamação pelos desembargadores, para o presidente Macêdo Malta. A proposição foi levantada pelo desembargador Fernando Ferreira que destacou a competência do presidente em aprimorar a prestação jurisdicional do 2º grau, instalando sete novas vagas de desembargadores em uma época de recursos orçamentários escassos para o Judiciário.

Para o desembargador Ferreira, a gestão de Macêdo Malta deixa sua marca na superação dessas dificuldades e "na busca incessante do diálogo" com todos os segmentos da Justiça pernambucana e da sociedade. O desembargador decano do TJPE, Ozael Veloso, presidiu a apreciação do voto de aclamação entre os presentes.

O segundo momento de quebra do rito protocolar foi quando o presidente Macêdo Malta interrompeu a solenidade para anunciar a morte do deputado federal e ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, falecido às 11h40 daquele sábado, segundo boletim médico. A solenidade havia sido iniciada às 11h. Desembargadores e todos os presentes acompanharam o presidente Malta em um minuto de silêncio dedicado à memória de Arraes, um dos principais líderes da política pernambucana e nacional contemporâneas.

A Mesa de Honra da sessão extraordinária solene em comemoração ao aniversário de 183 anos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, presidida pelo chefe do Judiciário estadual, desembargador Macêdo Malta, foi composta pelo assessor especial da governadoria Dorany Sampaio, pelo procurador-geral da Justiça Francisco Sales, pelo vice-presidente da Assembléia Legislativa de Pernambuco deputado Etore Labanca, pelo general do Comando Militar do Exército Eron Carlos Marques e pelo presidente da OAB-PE Júlio Oliveira.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PE TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA

Ano LXXXII • Nº 156 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 18 de agosto de 2005

TJ empossa mais 24 servidores

O presidente **Macêdo Malta** *deu posse aos últimos convocados do concurso de 2001 (abaixo). Na solenidade, os novos servidores fizeram a declaração de compromisso acompanhando o 1º colocado dentre remanescentes, Pedro Vitor (à direita)*

Em uma posse coletiva, mais 24 concursados tornaram-se servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Esse foi o último grupo dos selecionados em 2001, quando cerca de 5.000 pessoas se inscreveram no concurso. Os cargos preenchidos foram de auxiliar, técnico e analista judiciários, além de oficial de justiça. Já são 117 empossados na gestão do presidente Macêdo Malta.

O Hino Nacional abriu a cerimônia, realizada no auditório da ACMEPE. O presidente do TJPE, em pronunciamento aos novos servidores, reconheceu a grande evasão nos quadros de Poder Judiciário, que desde 1998 tem o orçamento defasado, salientando a importância do concurso como instrumento para corrigir essas distorções. Por outro lado, o presidente do TJPE reconheceu que "Pernambuco atualmente se encontra dotado de um percentual razoável de juízes no primeiro grau, proporcional ao número de habitantes, seguindo a orientação da Organização das Nações Unidas (ONU)".

Na solenidade de posse, os novos servidores fizeram a declaração de compromisso coletivamente, acompanhando a leitura do termo feita pelo primeiro colocado da turma remanescente, o agora técnico judiciário Pedro Vitor de Melo Cavalcanti.

Concurso

Apesar das novas contratações, a diretora de Recursos Humanos, Josélia Campos, afirmou que já existe carência de funcionários. Segundo ela, o Tribunal de Justiça tem crescido constantemente. Novas unidades vêm sendo criadas, e os cargos criados são preenchidos por concursos públicos. "Em breve será feito levantamento de dados para avaliar onde há mais carências, a fim de lançar o edital para o novo concurso, possivelmente já em 2006", avalia.

Mesmo não atendendo totalmente o quantitativo de cargos vagos no TJPE, a nomeação de servidores remanescentes irá contribuir significativamente para a melhoria da prestação de serviços nos setores atualmente mais carentes.

Des. Jones Figueirêdo é homenagea na Câmera

O vereador Josenildo Sinesio, Presidente da Câmara Municipal do Recife, e o vereador Jorge Ribeiro, autor do requerimento da homenagem, presidiram Sessão Solene da entrega da Medalha do Mérito José Mariano ao Exmo. Sr. desembargador **Jones Figueirêdo Alves** *semana passada. O presidente Macêdo Malta, entre outros desembargadores, magistrados e servidores prestigiaram o ato.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 157 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 19 de agosto de 2005

183º Aniversário

Edição especial de *Continente Documento* comemora aniversário do TJPE

"Publicação primorosa não só pelo projeto gráfico, mas pelo conteúdo dos diversos temas abordados ao longo desses 36 números, com linguagem comunicativa, recebeu elogios de amigos na Europa e irá enriquecer a biblioteca do Tribunal". Assim, o presidente Macêdo Malta abriu a solenidade de lançamento da edição especial da revista Continente Documento - Os Caminhos da Cultura Jurídica - realizado no Palácio da Justiça, no dia 11 de agosto, dentro das comemorações do 183º aniversário do Poder Judiciário estadual.

Os textos resgatam a história dos cursos jurídicos em Pernambuco e no Brasil, buscando oferecer um panorama da História do Direito no país. Temas de relevância não só para operadores do Direito, mas também para a sociedade em geral são abordados em linguagem fácil.

Os artigos são assinados por autores de reconhecimento local e nacional, como o presidente do TJPE, Macêdo Malta, o desembargador Jones Figueirêdo, autor de obras doutrinárias sobre o novo Código Civil e de Direito Processual; Walter Costa Porto, advogado em Brasília e ex-ministro do TSE, e Joaquim Falcão (diretor da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas), entre outros.

Além de autoridades do meio jurídico - entre eles o corregedor geral de Justiça, desembargador Fausto Freitas - o evento reuniu personalidades políticas, como o deputado federal Maurício Rands e o secretário-chefe da assessoria especial do governo do Estado, Dorany Sampaio, que representou o governador Jarbas Vasconcelos. A cerimônia também contou com a presença do presidente da Companhia Editora de Pernambuco (Cepe), Marcelo Maciel.

A Cepe é responsável pela publicação da Continente Documento. Em seu pronunciamento, o Des. Jones Figueirêdo ressaltou o trabalho da companhia ao longo de 25 anos, sempre colocando a cultura do Estado em esfera nacional. Jones adiantou que a edição de agosto da revista é um protótipo de uma publicação periódica, que vai se chamar Continente Jurídico, resultado de parceria entre o Tribunal de Justiça, a CEPE, a OAB e universidades interessadas na difusão de idéias jurídicas que têm marcado a história de Pernambuco.

A revista traça um panorama da História do Direito no Brasil

Também estavam presentes à solenidade de lançamento da revista Continente Documento - Caminhos da Cultura Jurídica - o vice-presidente da OAB, Ricardo Correia, a presidente da ACMEPE, Rita Malta, e o assessor especial do governo do Estado, Halan Gadelha.

Comemorações incluem atividades desportivas

Dois torneios - um de futebol e outro de tiro ao alvo - também integraram as comemorações dos 183 anos da fundação do Tribunal de Justiça de Pernambuco. As partidas de futebol - organizadas pela Assessoria Policial Militar do TJPE em colaboração com o Centro de Educação Física e de Esportes da Polícia Militar de Pernambuco - foram realizadas no Estádio do Derby.

Em um dos torneios, o time da Associação dos Magistrados de Pernambuco jogou com uma equipe de integrantes da PM-PE, vencendo com o placar de 5 X 2. A ***Taça 183 anos*** foi entregue ao juiz aposentado Valdemir Chaves, capitão da equipe dos magistrados, pelo presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, e pelo comandante geral da PM, Cel. Cláudio Silva.

No segundo torneio, uma equipe formada por servidores lotados no Edifício Paula Baptista e Palácio da Justiça competiu com o time de servidores dos fóruns Rodolfo Aureliano e Thomaz de Aquino. O jogo foi decidido nos pênaltis, com a primeira equipe saindo vitoriosa e levando a ***Taça Soldado Carlos Oliveira da Silva***, em homenagem ao policial, morto em acidente automobilístico, em abril passado, quando retornava de trabalhos a serviço do TJPE.

A família de Oliveira se fez presente ao evento. Sua filha, Ana Carla da Silva, deu o pontapé inicial e a viúva Josenilda Santana, acompanhada da presidente da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe), Rita Malta, fez a entrega das medalhas e do troféu aos vencedores.

O presidente Macêdo Malta fechou o evento, parabenizando o chefe da Assessoria Policial Militar do TJPE, Cel. Franklin, pela iniciativa do evento dentro da programação de Aniversário da instituição, e agradeceu ao comandante da PM, Cel Cláudio Silva, pelo apoio e cessão do estádio.

Tiro ao alvo

O desembargador Alberto Virgínio foi o vencedor do Torneio de Tiro Duque de Caxias do qual participaram 11 magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A competição aconteceu no 4º Batalhão da Polícia do Exército, no bairro do Curado, na quinta-feira, 11.

Antes da competição, os magistrados participaram de um curso de tiro.

Tanto o curso quanto o torneio foram promovidos pelo 7º Comando Militar do Nordeste e Assessoria Policial Militar e Civil do TJPE.

O presidente **Macêdo Malta** *(D) e o Cel.* **Cláudio Silva** *entregam o Taça 183 Anos ao capitão do time vencedor. Abaixo, o Cel.* **Franklin** *(E), o presidente da Acmepe,* **Rita Malta**, *e* **Josenilda Santana** *(4ª a partir da esquerda) na entrega da Taça Soldado Oliveira*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 158 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 20 de agosto de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Aborto de feto anencéfalo

UM DESAFIO À JUSTIÇA

Ana Cláudia Dolores

O aborto no Brasil é considerado crime. O Código Penal deixa clara a ilegalidade da prática, excetuando apenas os casos de aborto necessário, quando não há outro meio de salvar a vida da gestante, e gravidez resultante de estupro. O que a Legislação não cita e o que vem dividindo opiniões em todos os setores sociais do País é a legalidade do aborto de feto anencéfalo.

Desprovido de cérebro ou das estruturas cranianas, o feto anencéfalo não possui possibilidades de vida. Além disso, levar uma gestação dessa natureza adiante pode representar riscos para a saúde física e psicológica da mãe. O objeto da polêmica é, justamente, se, por não haver chance de vida do feto, a gestante teria ou não o direito de interromper a gravidez.

Em meio a essa indefinição, o desembargador Silvio de Arruda Beltrão, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, foi incumbido de decidir sobre um pedido para aborto de um feto que, comprovadamente, não possuía viabilidade extra-uterina. O magistrado resolveu conceder a liminar, permitindo a interrupção da gestação. O fato ocorreu em maio deste ano.

Em sua decisão, o desembargador alegou que "o feto, cientificamente comprovado, é portador de anencefalia, anomalia incompatível com a sobrevida extra-uterina, e que não há outra solução senão autorizar a gestante a interromper a gravidez". Dessa forma, ele permitiu ao médico assistente do caso realizar os procedimentos médico-cirúrgicos necessários.

Silvio Beltrão ressaltou a ausência de uma legislação específica para o assunto e a falta de estrutura médica oferecida pelo Estado para dar suporte a essa gestante. "Se, a partir do momento do conhecimento da anormalidade, o Estado oferecesse condições à mãe para que ela sustentasse a gestação do feto sem correr risco de vida, a interrupção poderia ser evitada", argumenta. Outra possibilidade levantada pelo magistrado é de que os órgãos do feto pudessem ser doados. "Com o feto de três a cinco dias de vida, teria-se um doador em potencial, gerando um benefício à própria humanidade", observa.

Um item de grande relevância no processo foi quanto à preservação da dignidade da mulher, evitando que ela sofresse pressões psicológicas ou sociais. "Como a mulher iria se sentir tendo uma gestação de um filho que não vai ter vida? Isso causaria um grande constrangimento a essa mãe", pondera o magistrado.

Repercussão

Segundo o desembargador Silvio Beltrão, a notícia da concessão da liminar favorável ao aborto repercutiu em cerca de 120 países. Nas esferas médica e jurídica, a decisão foi aplaudida. Já a Igreja se mostrou contra a opinião dos demais grupos sociais.

Em uma carta direcionada ao magistrado, o porta-voz do Vaticano no Brasil e professor da Universidade de São Paulo, Dalton Ramos, deixou claro o posicionamento cristão em relação a quem cabe a decisão sobre o futuro do feto. "O embrião não é da mãe, está na mãe", frisou, "ela não tem o direito de decidir sobre seu destino".

Já o desembargador acredita que a mãe tem vontade própria e que cabe a ela tomar a iniciativa de interromper ou não a gravidez. "Esse não é um aborto criminoso, mas uma prática cientificamente protegida, porque os estudos levam à convicção da necessidade dele ser feito", esclarece.

Beltrão: *o Estado é omisso*

Outros casos na Justiça pernambucana

Em Jaboatão dos Guararapes, a juíza Andréa Cartaxo concedeu alvará para a interrupção de gravidez de feto anencéfalo, num processo que correu em janeiro deste ano. Com a frase de Shakespeare "that when the brains were out, the man would die", que quer dizer que quando não há cérebro, o homem não existe, a magistrada resume todo o simbolismo da discussão em sua sentença.

"Do ponto de vista prático, não há vida no anencéfalo, e, se não há vida, não há que se falar em preservação desse direito", argumenta a juíza, apoiada em informações do laudo médico. Ela ressalta ainda a condição da mulher em uma gestação desse tipo. "Não é justo resguardar a mãe de um trauma, impondo-lhe o dever de levar a termo uma gravidez que terá como fim, inevitável, a morte", destaca.

Do ponto de vista da generalização de aborto nos casos de gravidez de feto anencéfalo, Cartaxo acredita que essa não seria a medida adequada. "Algumas mães preferem ver a face, nem que seja por poucos instantes, de um filho gerado em seu ventre. Além disso, não se poderia privar o feto de receber o carinho das pessoas que o amam, mesmo não havendo estruturas cerebrais capazes de o fazer se relacionar de qualquer forma", expõe a magistrada na sentença.

Legislação

Apesar de polêmicas, as decisões dos magistrados representaram um marco na História do Judiciário estadual. O desembargador Silvio de Arruda Beltrão aposta na evolução da Justiça de Pernambuco em relação aos problemas sociais.

No entanto, ele acredita que uma nova interpretação das leis é necessária, principalmente para atender os casos típicos da sociedade contemporânea. "Com a implantação de uma nova legislação ou uma que regulasse esses procedimentos, o Judiciário poderia ficar afastado dessa decisão e ela passaria para a responsabilidade do médico que fosse executar o procedimento cirúrgico", analisa.

Quanto à transferência da decisão para a área médica, Beltrão ressalta qual seria o papel fundamental do magistrado. "A única coisa que o legislador teria de ter cuidado era quanto à responsabilidade do médico, a fim de evitar "possíveis" procedimentos desnecessários".

Andréa Cartaxo: *quando não há cérebro, o homem não existe*

A reformulação da legislação, segundo o desembargador, evitaria a oficialização do aborto, quando não se enquadra nem em anencefalia e nem nos casos necessários. O Judiciário não é a favor do aborto indiscriminado. **(ACD)**

O que é anencefalia?

Para fundamentar sua sentença, a juíza Andréa Cartaxo buscou respaldo nas informações científicas sobre anencefalia. Segundo a definição do ginecologista da USP, José Aristodemo Pinotti, colocada no texto da magistrada, a anencefalia "é resultado da falha e fechamento do tubo neural, decorrente da interação entre fatores genéticos e ambientais, durante o primeiro mês de gestação".

De acordo com o médico, a maior incidência de anencéfalos está nos níveis sócio-econômicos menos favorecidos. O Brasil registra uma alta incidência, com cerca de 18 casos para cada 10 mil nascidos vivos.

O diagnóstico de anencefalia é imediato. "Hoje, com os equipamentos de ultra-som, o diagnóstico pré-natal tornou-se simples e pode ser realizado a partir de 12 semanas de gestação. A possibilidade de erro é praticamente nula", afirma Pinotti.

A maioria dos anencéfalos sobrevive no máximo 48 horas após o nascimento. No entanto, a gestante pode apresentar quadros de hipertensão e hidrâmnio (excesso de líquido amniótico), levando a mãe a percorrer uma gravidez com risco elevado. **(ACD)**

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 159 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 23 de agosto de 2005

PERMANENTE DO PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Memorial recebe novos processos históricos

ROBRIGO GUEDES

O Memorial da Justiça recebeu, no início deste mês, mais de 2 mil processos do século XIX, oriundos da Comarca de Nazaré da Mata. Entre os documentos recolhidos pelo juiz Carlos Alberto Maranhão de Oliveira, estão o arrolamento e inventário de Manuel Cavalcanti de Albuquerque Wanderley, o Barão de Tracunhaém, entre outras raridades ainda em estudo. Constam, também, questões envolvendo escravos - um deles exigia sua alforria inteira, pois o senhor de engenho, num acordo anterior, libertara-o "pela metade" -, além de juízes de capelas, de quando a Igreja se atrelava ao Estado.

O acervo ainda está passando por uma triagem preliminar antes de ser disponibilizado para historiadores. Trata-se de um material especialmente rico porque a atual Comarca de Nazaré abrangia Carpina, Buenos Aires, Tracunhaém, Taquaritinga do Norte, Aliança e parte de Timbaúba, áreas permeadas por engenhos. A época em análise, o século XIX, foi palco de constantes revoltas em Pernambuco e o reflexo dessa indignação se estende até o sertão em processos que contam a história dos movimentos sociais. A própria trilha do cangaço pode estar escondida em processos espalhados por Comarcas do Interior, e cabe ao Memorial recolher essa documentação.

Para a realização desse trabalho, o Memorial conta com a ação de técnicos especializados e de uma câmara de desinfestação, que faz parte de um laboratório onde se faz o reparo das obras a fim de garantir sua longevidade. Mas, segundo o bibliotecário Evaldo Dantas, "a meta do Tribunal de Justiça, visando a resgatar e preservar sua história, depende essencialmente da sensibilidade e iniciativa dos juízes de comarcas do Interior". Ainda segundo Dantas, o Memorial está à disposição de todos que desejem orientação sobre como identificar e separar documentos de interesse histórico.

A maior parte dos documentos no Memorial reporta à época do Império. Contudo, o documento mais antigo em estudo é de 1815, período em que o Brasil era parte do Reino Unido a Portugal. Num papel amarelado e com caligrafia ainda no estilo do Séc. XVIII, a peça é uma justificação de embargo por parte de um inglês que acabou preso pelo extravio de mercadorias.

A chefe do Memorial da Justiça, Mônica de Pádua, ressalta que o resgate de documentos de importância histórica para o TJPE poderiam ficar perdidos no tempo, não fosse a iniciativa dos próprios juízes. Ela destaca a sensibilidade do juiz de Nazaré da Mata, que ao localizar os processos do Barão de Tracunhaém e do escravo alforriado pela metade encaminhou ofício ao presidente Macêdo Malta pedindo autorização para remeter o material ao Memorial, a quem cabe a organização e a guarda de documentos dessa natureza, conforme previsto na Resolução 95/1998. "É importante que todos saibam que essa documentação não pode ficar na comarca, sob risco de grave prejuízo à memória do Judiciário estadual", observou, destacando, ainda, o exemplo do juiz da Comarca de Bonito, que também mandou toda documentação histórica de até 1900.

A preservação de documentos históricos no TJPE está garantida na resolução 95/1998

No dia 12 de agosto o presidente **Macêdo Malta** *coordenou a doação de automóveis do TJPE para o Comando da 7ª Região Militar, CPOR, 7º Depósito de Suprimento, Polícia Civil, Procuradoria Geral de Justiça, Secretaria da Fazenda, Procuradoria Geral do Estado. No dia 19 de agosto foi a vez do Corpo de Bombeiros, Secretaria de Justiça e Defensoria Pública Geral. A solenidade aconteceu no gabinete da presidência com a participação da SAD, Diriest, Secretaria Jurídica e Assessoria Militar.*

Cerimonialistas realizam encontro nacional no Recife

De 24 a 26 de agosto, será realizado, no Internacional Lucsim Palace, o 9º Encontro Nacional do Cerimonial do Judiciário e Ministério Público (ENCEJUMP). Na avaliação do presidente Macêdo Malta, o TJPE mostrou força ao conseguir trazer o encontro para Recife, que tradicionalmente acontece em Brasília. O chefe do Judiciário estadual vai fazer a palestra de abertura, no dia 24, às 14 horas, com o tema **"Fundamentos Éticos do Cerimonial do Judiciário"**.

O chefe da Assessoria Militar do TJPE e professor de Cerimonial da Unicap, Cel. Franklin Santos, e o chefe da Assessoria de Cerimonial do TJPE, Silas Costa e Silva, também são destaque com os respectivos temas: "Ordem de precedência nas cortes do Judiciário" e "Perfil do mestre de cerimônia do Judiciário".

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 161 | Poder Judiciário Estadual - Seção I | Recife, quinta-feira, 25 de agosto de 2005

Esmape promove novo encontro no interior

RODRIGO GUEDES

O *II Encontro Regional da Escola Superior de Magistratura de Pernambuco* será realizado na Comarca de Pesqueira. Entre os dias 1 e 3 de setembro, juízes e desembargadores participarão de palestras e debates com a sociedade a fim de interiorizar os cursos da Escola e aperfeiçoar o ensino de Direito no Estado. O evento estará aberto a magistrados e servidores de diversas comarcas do interior, além de advogados e estudantes da região interessados em assuntos jurídicos. *Questões Polêmicas do Direito Processual Civil e Reforma do Poder Judiciário* estão entre os temas da programação do encontro.

Para o diretor da Esmape, desembargador José Fernandes de Lemos, "a abertura para estudantes e advogados é fundamental, diante do objetivo dessa série de encontros, que é promover e aperfeiçoar o ensino de Direito no interior". O primeiro Encontro Regional foi realizado em julho passado na cidade de Petrolina, reunindo magistrados do sertão de Pernambuco.

O evento foi realizado em uma parceria da Esmape com a Escola do Judiciário Eleitoral de Pernambuco e o Centro de Estudos Judiciários. O desembargador José Fernandes lembrou, ainda, o apoio que tem recebido do presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, que vai participar da abertura do II Encontro Regional. Na ocasião, será realizada uma solenidade referente à reforma do Fórum da Comarca de Pesqueira.

Na pauta do encontro está prevista a palestra do presidente do Instituto Brasileiro de Execução Penal e titular da 1ª Vara de Execução Penal, juiz Adeildo Nunes, que recentemente participou como palestrante do 7º Encontro de Execução Penal, no Rio Grande do Sul. Para Nunes, o contato direto com os juízes do interior é de suma importância. "Apesar dos meios como o telefone e a internet, a troca de experiências jamais se iguala ao contato direto entre o juiz de execução e os juízes de comarca, que têm dificuldades particulares e geram debates frutíferos", considera.

As inscrições, com vagas limitadas, são gratuitas. Os interessados devem procurar a sede da Esmape, através do telefone (81)3224.0086. Aos participantes, serão entregues certificados.

A Comarca de Pesqueira localiza-se no Forum Sérgio Higino Dias dos Santos, situado na avenida F. Pessoa de Queiroz, no Prado.

Des. José Fernandes: *"o objetivo é promover e aperfeiçoar o ensino de Direito no interior".*

PROGRAMAÇÃO

QUINTA-FEIRA, 1 DE SETEMBRO

19h30 - "Tutela Jurídica dos Direitos de Personalidade". Juiz Silvio Romero Beltrão.

SEXTA-FEIRA, 2 DE SETEMBRO

09h - "Questões Polêmicas do Direito Processual Civil". Juiz Alexandre Pimentel, Juiz Lúcio Grassi e Desembargador Ricardo Paes Barreto.
14h - "Plebiscito e Referendo". Desembargador Corregedor Eleitoral Carlos Moraes.
15h15 - "Ações Possessórias". Desembargador José Napoleão Tavares de Oliveira.
16h30 - "Reforma do Poder Judiciário". Juiz André Vicente Fires Rosa.

SÁBADO, 3 DE SETEMBRO

09h- "Aspectos Polêmicos das Execuções Penais". Juiz Adeildo Nunes.
10h30 - "Teoria Geral dos Recursos". Desembargador Frederico Neves.

COMARCAS PARTICIPANTES:

Afogados da Ingazeira, Alagoinha, Altinho, Arcoverde, Belo Jardim, Betânia, Brejo da Madre de Deus, Buíque, Cachoeirinha, Carnaíba, Caruaru, Custódia, Flores, Ibimirim, Inajá, Itaíba, Itapetim, Jataúba, Marandiba, Pedra, Pesqueira, Petrolândia, Poção, Sanharó, Santa Cruz do Capibaribe, São Bento do Una, São Caetano, São José do Belmonte, São José do Egito, Serra Talhada, Sertânia, Tabira, Tacaratu, Taquaritinga do Norte, Toritama, Triunfo, Tuparetama e Venturosa.

NOTA DA PRESIDÊNCIA

Retificação do item 4 das notas publicadas no DO edição de 24/08/05.

A Presidência deste Tribunal propõe que:

1- O montante da Gratificação de Incentivo à Produtividade concedida aos servidores à disposição do Poder Judiciário não exceda o valor da função gratificada de símbolo FGJ-2.

2- Os servidores à disposição que percebam a Gratificação de Incentivo à Produtividade juntamente com algum adicional façam a opção por apenas um dos dois.

Recife, 24/8/05.

Des. Macêdo Malta
Presidente

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

GOVERNO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 162 | Poder Judiciário Estadual - Seção - 1 | Recife, sexta-feira, 26 de agosto de 2005

Pernambuco se antecipa à decisão do Conselho Nacional de Justiça

O desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos vota aberto e motivadamente em remoções e promoções de juízes

IZABELA PIRES RAPOSO

Na última sessão extraordinária do Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco, realizada no dia 15 de agosto, o desembargador Fernando Cerqueira Norberto defendeu uma proposição inédita em Pernambuco quando do julgamento dos editais de remoção e promoção de magistrados de carreira. Trata-se de oferecer voto oral, aberto e motivado, fundamentado na apreciação dos requisitos dispostos no artigo 93 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional 45, conhecida como Reforma do Judiciário.

A questão começou a ser analisada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), um dia após a sessão no TJPE. Porém, o Conselho decidirá apenas sobre a promoção de juízes na carreira - ou seja, quando o magistrado galga um degrau a mais na elevação de sua carreira, constituída de entrâncias, até chegar ao Tribunal. Na sessão do Pleno, o desembargador Fernando Cerqueira foi mais além. Ele justificou oralmente o seu voto nas escolhas dos candidatos inscritos em editais de remoção (que resulta na obtenção da titularidade de uma vara ou de movimentação horizontal na mesma entrância), sendo seguido pelo desembargador Luiz Carlos de Barros Figueirêdo e, na última votação, por vários desembargadores que se manifestaram sobre editais de promoção por antigüidade.

"O presidente do TJPE, Macêdo Malta, concordou com nossa proposição de cumprir o inciso X do artigo 93 da Constituição Federal alterado com a reforma do Judiciário, e com isso, pelo menos por minoria, nos antecipamos à decisão do CNJ, prevista para o final do mês".

Para Cerqueira, a Constituição é clara, quando diz que "as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública. Isso quer dizer que para aferir dos requerentes os requisitos objetivos de merecimento dispostos no artigo 93, o desembargador deve motivar o seu voto de forma aberta e declarada. Ou seja, quando se trata de aprovar movimentação na carreira do magistrado, os desembargadores devem dizer o porquê da escolha".

Marcos Costa/TJPE

O Des. **Fernando Cerqueira** *(acima) recebeu apoio do presidente* **Macêdo Malta** *(à esquerda) na proposição de se antecipar à decisão do CNJ sobre critérios de remoção e promoção de juízes*

TJPE - BIBLIOTECA

A adoção da votação aberta e fundamentada para a escolha do juiz a ser promovido por merecimento pelos tribunais brasileiros foi proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), através de requerimento ao Conselho Nacional da Justiça (CNJ), analisado pelo plenário no último dia 16, terça-feira. Dos quinze membros do Conselho, dois votos, o do relator da matéria Oscar Argollo e o do conselheiro Paulo Lobo, acolheram o requerimento da entidade. A sessão foi suspensa pelo pedido de vista do conselheiro Alexandre de Moraes. O julgamento será retomado no dia 30 de agosto.

Assim como defende o desembargador pernambucano Cerqueira Norberto, o conselheiro do CNJ, Marcus Favre, também é favorável que a proposta da AMB deva ser estendida às remoções dos magistrados.

Segundo notícia divulgada no site do Supremo Tribunal Federal (STF), o conselheiro Lobo sugeriu que o Conselho edite uma resolução para que todos os tribunais apliquem a mudança automaticamente, caso o plenário do CNJ aprove o pedido da AMB.

Porém, o entendimento da maioria dos membros dos tribunais é que o artigo 93 tem que ser regulamentado através da edição de um novo Estatuto da Magistratura, através de Lei Complementar.

Sendo assim, não há como não seguir os regimentos dos tribunais, elaborados antes da publicação da EC 45, que determinam o sistema secreto nas remoções e promoções dos juízes.

O desembargador pernambucano lembra que já existe jurisprudência que se opõe a este entendimento, já que "Ação Direta de inconstitucionalidade (Adin 189), publicada no Diário da Justiça, o ministro do STF Celso de Melo, já decidiu que o artigo 93 é auto-aplicável e independe de regulamentação pelo Estatuto da Magistratura".

De acordo com a decisão "As normas inscritas no artigo 93 da Constituição da República muito mais traduzem diretrizes, de observância compulsória pelo legislador, do que regras dependentes, para sua efetiva aplicação, de ulterior providência legislativa. A eficácia e a aplicabilidade das normas consubstanciadas no artigo 93 da Carta Federal não dependem, em princípio, para que possam operar e atuar concretamente, da promulgação e edição do Estatuto da Magistratura".

"Esta decisão do STF, e muitas outras que virão, prova que estamos vivendo em uma nova ordem constitucional, que valoriza a transparência como um avanço das relações humanas", conclui Fernando Cerqueira. ***(IPR)***

Transparência

Atualmente, explica o magistrado, os juízes estaduais se inscrevem em editais de promoção e remoção, publicados pelos Tribunais de Justiça. No caso das promoções por merecimento, os desembargadores formam uma lista para procederem a uma votação final de escolha. Nas remoções, os membros dos tribunais escolhem diretamente o nome de um juiz que obtenha maioria de votos dentre os inscritos para aquele edital. Nestes dois casos, os votos são secretos.

Além do voto oral e justificado, o magistrado também defende que sejam formadas listas de merecimento para cada edital de remoção, implicando inclusive na sobra do remanescente como ocorre com as promoções, o que também não está expresso nos regimentos dos tribunais.

Entretanto, "se encontra bem claro na disposição constante do inciso VIII-A do art. 93 com a redação acrescentada pela emenda 45/04, que remete a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância ao disposto nas alíneas a, b, c e e do inciso II do artigo 93."

Quer dizer: a remoção está sujeita aos mesmos requisitos objetivos para a promoção por merecimento. São eles: figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento; ter dois anos de exercício na respectiva entrância, integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antigüidade desta (salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago); atender aos critérios de desempenho, produtividade e presteza no exercício da jurisdição e ter freqüentado cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento.

Segundo ainda a legislação, o juiz não terá efetivada sua remoção caso, sem justificativas, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão.

Além disso, o magistrado requerente deve comprovar se na qualidade de titular reside na respectiva comarca, salvo autorização do Tribunal.

(IPR)

Novos tempos

A atual Lei Orgânica da Magistratura, em seu artigo 80, já indica, desde 1979, esses requisitos para que o juiz concorra às vagas por merecimento. O que a Reforma do Judiciário fez foi trazer esses requisitos para o texto da Constituição dando-lhe status de regra máxima.

"Depois da promulgação da reforma, o procedimento da eleição secreta só é válida para os cargos diretivos nos tribunais ou para os casos em que a própria constituição assim disciplina."

Ainda segundo Cerqueira, quem deve ser responsável pela progressão de sua carreira é o próprio juiz. Os desembargadores não elegem quem deve ascender na carreira, porque não há previsão de eleição nela, e sim aferem a excelência dos méritos dos candidatos com base nos requisitos constitucionais, expressos também no artigo 80 da LOMAN.

"Estamos em um novo tempo. Promovendo essas votações em aberto, o TJPE demonstra a sua imparcialidade e transparência com a carreira de onde a maioria de seus membros tem origem. Aí, ganhará sempre a sociedade porque terá juízes mais pró-ativos e independentes, e a magistratura, que ao fixar-se em critérios objetivos com efeitos para todos não terá mais que recorrer ao expediente da simpatia ou do apadrinhamento para progredir mais rapidamente na carreira. O respeito aos critérios objetivos foi uma providência saudável da reforma pois fortalece a respeitabilidade do Tribunal e a confiança e harmonia de seus magistrados". ***(IPR)***

Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 184 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 28 de setembro de 2005

BIBLIOTECA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Encontro Regional da Esmape começa amanhã

O III Encontro Regional da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) será realizado do dia 29 deste mês ao 1º de outubro, em Gravatá. O projeto se destina a interiorizar os cursos da Escola e aperfeiçoar o ensino de Direito no Estado. As inscrições, gratuitas, podem ser feitas até hoje. O evento é aberto aos magistrados, servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, estudantes de Direito, membros do Ministério Público, operadores do Direito em geral e à OAB. Entre os temas abordados, serão debatidos pontos polêmicos do Direito Processual Civil e Tutela Jurídica dos Direitos de Personalidade. Estarão presentes no encontro o corregedor geral de Justiça, desembargador Fausto Freitas, o diretor da Esmape, desembargador José Fernandes de Lemos, os desembargadores Ricardo Paes Barreto, Frederico Neves e Roberto Ferreira Lins, os juízes Alexandre Pimentel, André Vicente Pires, Lúcio Grassi e Silvio Romero Beltrão. Também têm presença confirmada o desembargador do Tribunal Eleitoral, Carlos Moraes, e o juiz da 1ª Vara de Execução Penal, Adeildo Nunes. O III Encontro - que será realizado no Hotel Fazenda Portal de Gravatá - abrange as comarcas de Agrestina, Aliança, Bezerros, Bom Jardim, Bonito, Camocim de São Félix, Carpina, Chã Grande, Condado, Caruaru, Feira Nova, Ferreiros, Glória do Goitá, Goiana, Gravatá, Itambé, João Alfredo, Lagoa de Itaenga, Limoeiro, Macaparana, Nazaré da Mata, Orobó, Passira, Paudalho, Riacho das Almas, Santa Maria do Cambucá, São Joaquim do Monte, Surubim, Timbaúba, Vertentes, Vicência e Vitória de Santo Antão.

A carga horária do evento é de 8h/aula com direito a certificado e o telefone para mais informações é o 3224 0086.

Confira a programação do evento ao lado.

Programação

Quinta-feira, 29

19h - Abertura
Des. José Fernandes de Lemos, diretor da Esmape
19h20 - Palestra
Tutela Jurídica dos Direitos de Personalidade. Juiz Silvio Romero Beltrão

Sexta-feira, 30

09h - Painel
Questões Polêmicas do Direito Processual Civil. Juiz Alexandre Pimentel, Juiz Lúcio Grassi e Des.Ricardo Paes Barreto. Presidente da mesa: Des. Frederico Neves.
11h30 - Debates
14h - Palestra
Plebiscito e Referendo. Des. Corregedor Eleitoral Carlos Moraes. Presidente da Mesa: Des. Corregedor Geral de Justiça Fausto Freitas.
15h - Debates
15h30 - Intervalo
15h45 - Palestra
Reforma do Poder Judiciário. Presidente da mesa: Juiz André Vicente Pires Rosa.
17h - Encerramento

Sábado, 1º

09h - Palestra
Aspectos Polêmicos das Execuções Penais. Juiz Adeildo Nunes. Presidente da Mesa: Des. Roberto Ferreira Lins.
10h - Debates
10h15 - Intervalo
10h30 - Palestra
Teoria Geral dos Recursos. Des. Frederico Neves. Presidente da Mesa: Des. Corregedor Eleitoral Carlos Moraes.
11h30 - Debates
11h45 - Encerramento
Presidente da Mesa: Des. José Fernandes de Lemos.

Amigo do CPOR

Durante almoço oferecido pelo Centro de Preparação de Oficiais de Reserva de Recife (CPOR), o presidente **Macêdo Malta** *(E), foi recebido pelo diretor de Formação e Aperfeiçoamento do Exército, general* **Ronald Silva Marques** *(C), e pelo tenente-coronel* **Rizuo Ikeda** *(D).*
Ex-aluno do Centro, Malta foi homenageado com Diploma Amigo do CPOR.
Terça-feira, dia 20 de setembro.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 185 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 29 de setembro de 2005

TJPE amplia acesso à Internet no interior

SÉRGIO M. FEITOSA

As comarcas de Gravatá, Bezerros, Bonito, São Caetano, São Bento do Una e Belo Jardim são as mais novas beneficiárias do plano de modernização dos serviços do Judiciário estadual. Desde agosto, elas passaram a contar com o Judwin, o sistema de controle de processos do 1º grau destinado ao cadastramento e à administração de movimentações processuais. O programa também permite a distribuição automática de processos e a elaboração de documentos a partir de modelos de despacho, facilitando o trabalho dos magistrados.

A ampliação do Judwin às comarcas do interior faz parte da estratégia do Poder Judiciário estadual de modernização dos seus serviços. Dentre os benefícios oferecidos pelo programa, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Macêdo Malta, destaca o que ele chama de democratização do acesso à informação. "O sistema possibilita ao cidadão acompanhar o andamento dos processos de seu interesse através da Internet, sem precisar afastar-se do seu local de trabalho ou até mesmo da comodidade de seu lar", afirma Malta.

Macêdo Malta: *democratizando a informação*

De acordo com a Diretoria de Informática do TJPE, o acesso do usuário via Internet tem desafogado as secretarias, fazendo com que elas se voltem para procedimentos cartorários. Segundo a diretora Ana Luísa de Sousa, em outubro, novas comarcas integrarão o sistema. "Os servidores e magistrados das comarcas de Buíque, Arcoverde, Pesqueira, Palmares e Catende já estão sendo treinados", informa.

Com a implantação do Judwin, estão sendo criados grupos de trabalho para realização do cadastramento de processos antigos. Ao término da operação, todo o acervo da comarca ficará disponível para consulta.

Informações:
(81) 34193632

Nunes lança livro em Gravatá

REPÓRTER:
CAROLINA VANDERLEI

O juiz titular da 1ª Vara de Execução Penal, Adeildo Nunes, fará, no próximo dia 30, às 20h, no III Festival Cultural de Gravatá, o lançamento do seu sexto livro: A Realidade das Prisões Brasileiras. A obra, que já foi lançada no Recife, é resultado da dissertação de mestrado defendida pelo magistrado na Universidade Lusíada de Lisboa.

A experiência de seis anos na 1ª Vara de Execução Penal, onde Nunes lida diariamente com os problemas mais comuns do sistema carcerário do Brasil, como a violência, a superlotação e a insegurança interna, serviu de matéria-prima para a elaboração do título. À medida que o livro avança, o panorama nacional vai sendo esmiuçado e esclarecido, falhas vão sendo apontadas e possíveis soluções são postas em discussão. Embora o tema central seja os problemas crônicos que envolvem o sistema penal dentro da realidade brasileira, como fica claro ao título, Adeildo Nunes aborda o sistema penal de outros países, lançando mão do Direito Comparado para fornecer maior embasamento à sua tese.

O vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Hélio Siqueira Campos**, *presidiu o debate* O Processo Judicial Tributário - Novos rumos para a Relação Fisco-Contribuintes no Judiciário, *durante o III Congresso Internacional de Direito Tributário. Para o vice-presidente, "esse congresso internacional é a prova de que o Direito globalizado está se aproximando cada vez mais da Justiça".*

O Presidente do TJPE, desembargador **Macêdo Malta**, *participou de reunião com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Ministério da Justiça), no último dia 15. O objetivo do encontro foi a aplicação de um questionário para juízes e advogados, visando a consolidação de um futuro projeto de intervenção na segurança pública da Região Metropolitana do Recife. O projeto tem o apoio do Conselho Britânico no Brasil. Representaram a SNSP/MJ a coordenadora-geral Rosier Batista Custório e o coordenador Pehks Jones G. da Silveira.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 186 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 30 de setembro de 2005

Reforma do Judiciário é pauta de Congresso

Repórter:
Manuela Veras

O Instituto dos Magistrados de Pernambuco (IMP) vai promover, nos dias 27 e 28 de outubro, no Recife, o congresso nacional A Reforma do Judiciário: Aspectos Processuais Civis, que tratará da reforma processual, considerada como a segunda etapa da reforma do Judiciário. Estão confirmadas as presenças do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, dos presidentes do Superior Tribunal de Justiça, ministro Edson Vidigal, do Supremo Tribunal Federal, ministro Nelson Jobim, do Senado, senador Renan Calheiros, e da Câmara Federal, deputado Aldo Rebelo.

Como palestrantes, o congresso contará com a participação do secretário da Reforma do Judiciário, Pierpaolo Cruz Bottini, do membro do Conselho Nacional de Justiça, Joaquim Falcão; do deputado federal Roberto Magalhães; do ministro do Superior Tribunal de Justiça, Luiz Fux, entre outros políticos e magistrados atuantes no cenário nacional.

De acordo com o presidente do IMP, juiz Demócrito Ramos Reynaldo, a finalidade dessa última reforma é agilizar a tramitação dos processos no Poder Judiciário. Composta por 23 projetos de lei, a reforma processual pretende informatizar a Justiça, combater os exageros da formalidade e burocracia, limitar e aplicar multas para recursos protelatórios.

"Esses projetos, que estão sendo analisados por uma Comissão Especial do Congresso, fazem parte do denominado Pacto de Estado em favor de um Poder Judiciário mais rápido e republicano, celebrado em dezembro de 2004 e subscrito pelos chefes dos três poderes", afirma o magistrado.

A realização do congresso é uma iniciativa conjunta do IMP, do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal e da Secretaria de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça.

Mais informações sobre a programação do evento e sobre inscrições podem ser obtidas no site: www.imp.org.br ou através do telefone (81) 3412-5156.

PROGRAMAÇÃO

DIA 27

8h30 - Abertura

9h - O Judiciário hoje e os objetivos da reforma constitucional e infra constitucional processual civil

10h50 - Estatística e Informação. A disciplina nos tribunais da comunicação oficial dos atos processuais por meios eletrônicos. A informatização do processo judicial.

14h - Súmula impeditiva de recursos. Tramitação de recursos com fundamento em idêntica controvérsia. Efeitos da apelação.
A inversão da regra dos efeitos devolutivos e suspensivos da apelação. Efeito suspensivo em casos excepcionais. A nova regulamentação para interposição e recebimento de recursos. Modificações nos recursos aos tribunais superiores. Possibilidade dos presidentes dos tribunais enviar apenas um recurso ao STF no caso da existência de muitos sobre o mesmo tema.

15h - Sucumbência Recursal
Depósito prévio recursal como garantia da instância. A limitação de recursos e aplicação de multa para os meramente protelatórios. Ônus decorrente da perda do recurso - honorários de condenação recursal.

16h20 - Modificações no recurso de agravo e embargos de declaração
A substituição do agravo de instrumento pela forma retida. Exceções. Sustentação oral das partes no julgamento do agravo. A substituição dos embargos declaratórios pelo pedido de correção. A limitação do uso desse remédio.

17h20 - Juizados Especiais Cíveis - o que é necessário mudar
A uniformização da jurisprudência nos Juizados estaduais nos casos de divergência entre decisões das turmas recursais em questões de direito material. O aumento da competência dos juizados para envolver ações contra a Fazenda Pública.

DIA 28

8h30 - O Processo de Execução - alterações para sua real efetividade
Necessidade de a parte ser citada para o processo de execução. Sua substituição por meio de simples intimação do advogado constituído.

9h30 - A Fazenda Pública em Juízo Redução de privilégios processuais. Condenação da Fazenda Pública em honorários em causas de grande valor. Extinção dos privilégios de contagem de prazo para recorrer. Fim de reexame de condenação da Fazenda até 60 salários mínimos.

10h50 - Regulamentação da Emenda Constitucional nº 45/04
Revisão ou cancelamento de súmula, com efeito, vinculante
Repercussão geral no Recurso Extraordinário.

14h - Modificações de regras nos julgamentos de processos
Julgamentos de processos repetitivos. Alteração de dispositivos sobre pedidos de vista em processos por magistrados. Alteração dos critérios de distribuição de processos por dependência. A prisão civil por descumprimento de ordem judicial. Vedação de atribuição de efeito suspensivo em ação rescisória.

15h - Combate aos exageros de formalidades e de burocracia no processo civil
Dispensa da obrigatoriedade da anexação de cópias autenticadas de documentos. Declaração de autenticidade pelo próprio advogado. Possibilidade de fazer inventário, partilha de bens, adoção, separação e divórcio consensuais por escritura pública.

16h - Estabilização dos efeitos da tutela antecipada.

O evento será realizado no Auditório do Tribunal Regional Federal da 5ª Região-Recife, PE.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 163 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 27 de agosto de 2005

TJPE quer lei indenizatória para prejuízos causados por buracos nas vias públicas

IZABELA PIRES RAPOSO

A Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco decidiu, em sessão do último dia 15, que a prefeitura do Recife deve regulamentar o artigo 6º da Lei 16.356/97 que instituiu a taxa de Conservação e Manutenção das Vias Públicas. O dispositivo prevê indenização para os motoristas que sofreram danos em seus veículos em decorrência da má conservação das estradas.

A partir da publicação do acórdão, no Diário Oficial, a Prefeitura terá um prazo de 90 dias para elaborar projeto de lei regulamentando o artigo, sob pena de pagar multa diária de R$ 1.000,00. Na sessão, o relator do processo, desembargador Rivadávia Brayner, declarou que a multa será arbitrada contra o prefeito João Paulo e não contra a Prefeitura, caso haja descumprimento da ordem judicial.

A ação que motivou a decisão da Corte - o Mandado de Injunção nº 117.292 - foi ajuizada pela Associação Brasileira de Usuários de Veículos (ABUV). A Corte Especial é composta pelos quinze desembargadores com mais tempo de carreira no TJPE.

O relator do processo, Des. **Rivadávia Brayner**: *multa diária de 1.000 reais*

Pernambuco recebe cerimonialistas de todo o Brasil

Durante três dias, Recife foi sede do 9º Encontro Nacional do Cerimonial do Judiciário e Ministério Público (Encejump). O evento, realizado da última quarta-feira até ontem, teve participação destacada de representantes do Tribunal de Justiça de Pernambuco, inclusive com a participação do presidente da instituição, desembargador Macêdo Malta, que abriu o encontro proferindo a palestra intitulada "Fundamentos Éticos do Cerimonial do Judiciário".

O presidente **Macêdo Malta** *(C) abriu o Encontro, que contou também com as participações do Cel.* **Franklin** *(D) e do cerimonialista* **Silas Costa e Silva** *(detalhe) do TJPE.*

O desembargador Macêdo Malta foi escolhido presidente de honra do evento e recebeu o troféu "Só o trabalho pode produzir riquezas", da Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo (ABCP).

Do Judiciário pernambucano também participaram o assessor de cerimonial Silas Costa e Silva, e o chefe da Assessoria Policial Militar Cel. Franklin Santos. O primeiro ministrou a palestra intitulada "Perfil do mestre de cerimônia do Judiciário" e o Cel. Franklin, que também é professor de Cerimonial da Unicap, falou sobre "Ordem de precedência nas cortes do Judiciário".

Segundo presidente da ABCP e coordenador do encontro, Marcílio Reinaux, "este evento vem sendo realizado há oito anos, com sucesso, sendo o único no país sobre cerimonial do Judiciário e Ministério Público".

O 9º Encontro de Cerimonial - que reuniu 52 pessoas de 23 Estados brasileiros - também teve a participação do ex-chefe do cerimonial do Supremo Tribunal Federal, José Júlio dos Reis. Foi proposto que o próximo encontro seja realizado na cidade de Goiânia, Goiás, em agosto do próximo ano.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 164 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 30 de agosto de 2005

Corregedoria recebe coordenador da Pastoral Carcerária Nacional

RODRIGO GUEDES

O presídio Aníbal Bruno, segundo maior da América Latina em número de presos, é considerado um modelo desgastado. Projetada para receber menos de mil presos, sua estrutura comprime, atualmente, mais de quatro mil indivíduos que carecem do direito básico aos banhos de sol e de atendimento pela Defensoria Pública. Após visitar diversos presídios no Estado de Pernambuco, o coordenador da Pastoral Carcerária Nacional, padre Gunther Zgubic, reuniu-se com o corregedor-geral de Justiça, desembargador Fausto Freitas, que partilhou da indignação do religioso. No encontro, foram discutidas maneiras de acelerar os processos em julgamento e a adoção de penas alternativas.

Gunther Zgubic cobrou o apoio do Judiciário para uma maior presença dos defensores nos presídios. "A união de forças é fundamental para o fortalecimento da Defensoria", salientou. Outra medida importante, já afirmada como compromisso do Corregedor, é a criação de novos Conselhos da Comunidade, órgão que auxilia a Execução Penal. Com o papel de intermediar a sociedade civil, os presos e o Estado, o Conselho busca trazer recursos e novos projetos para cuidar do réu e de sua família, incentivar a profissionalização e fiscalizar o andamento da pena. Esse órgão já funciona em algumas cidades, como Recife. A proposta é criá-lo em todas as Comarcas - mesmo naquelas onde não há presos.

O desembargador Fausto Freitas, por sua vez, reconheceu que os defensores públicos têm "uma imensa missão a desempenhar, mas são mal remunerados". Também presente à reunião, a subdefensora Geral do Estado e defensora pública da Vara de Execuções de Penas Alternativas (Vepa), Elda Caldas, apresentou uma novidade que poderá solucionar as queixas: "Será lançado, em aproximadamente 30 dias, um programa para a criação de Núcleos de Atuação dentro dos presídios. Através de convênios com as Universidades, estudantes de Direito irão auxiliar o trabalho, acelerando os processos dos presos. Os Núcleos também irão considerar a violência interna na apuração dos fatos", afirmou.

Opiniões - Durante a reunião, o advogado voluntário da Pastoral Carcerária Nacional, Arnaldo Martins, expôs as condições precárias de tratamento ao preso."A segurança é feita por cães, soltos para vigiar à noite. Para usar o telefone, cobra-se o preço do cartão e mais R$ 7,00 pelo serviço", denunciou Martins. Sem se limitar à observação dos problemas, ele sugeriu a inclusão de "grupos alternativos" para administrar pequenos presídios.

"A tendência, hoje, é construir unidades prisionais pequenas em cada comarca, para que a própria comunidade se conscientize e acompanhe o preso. Isso aproxima o réu de sua família e suaviza os efeitos da pena", disse o juiz de Execução de Penas Alternativas em Pernambuco, Flávio Fontes, que também participou da reunião.

O grupo discutiu com o padre **Gunther Zgubic** *(à direita do des.* **Fausto Freitas***) sobre o sistema penitenciário.*

Pernambuco é exemplo

Adeildo Nunes *faz visitas periódicas aos presídios*

Em Pernambuco, todos os presídios do Estados são visitados, ao menos uma vez por mês, pelos juízes Adeildo Nunes e Cícero Bittencourt. A cada visita, cerca de 50 aprisionados conversam com os juízes, relatam suas necessidades e têm as penas revistas. Nesses encontros, são analisados livramentos condicionais, penas alternativas e unificação ou remissão de penas. É o que acontecerá no dia oito de setembro, quando Adeildo Nunes visitará o presídio Aníbal Bruno. Antes, será visitada, no primeiro dia do mês, a penitenciária Agro-industrial São João, de regime semi-aberto, onde 100 apenados terão sua situação revisada pelo juiz.

As penas alternativas também já estão em prática no Estado, e com êxito relevante. Réus condenados a até quatro anos de prisão são encaminhados para trabalhos na comunidade, promovendo uma real ressocialização do condenado. Na Vepa, existem 39 beneficiários monitorados semanalmente. Segundo Flávio Fontes, a aplicação de pena de doação de cestas básicas deve ser evitada e o apenado deve ser sempre acompanhado de perto pelos profissionais da Vara para garantir o cumprimento da pena, evitando, assim, a impunidade.

Estado brasileiro a ter o maior número de aplicação de penas alternativas, Pernambuco ganha sob o aspecto financeiro, uma vez que a manutenção de um indivíduo num presídio custa, em média, R$ 700,00 por mês. Isso faz gerar uma economia de R$ 500 mil por ano. Sob o aspecto humano, os benefícios também se destacam. Sem a identificação de condenado, muitos estão servindo à sociedade no corpo de bombeiros e nos órgãos públicos do Estado, todos com comportamento adequado. Num convênio com a Unesco, o programa Escola Aberta recebe alguns beneficiários da Vepa nos finais de semana, onde, misturados aos professores e estudantes, não são taxados pelos crimes cometidos.

(RG)

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 165 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 31 de agosto de 2005

ACMEPE promove saúde e cultura

O desenvolvimento do feto durante os nove meses de gestação, suas dificuldades e adaptações ao meio foi tema da reunião mensal da Associação dos Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco (Acmepe), na última quinta-feira, 25. O assunto foi abordado através do vídeo "Milagre da vida", seguido de palestra da médica Virgínia Regis de Moura. A convidada enfatizou a questão da educação como sendo o aspecto mais importante na relação pais e filhos.

"O milagre da vida não é apenas nascer, mas pais que eduquem com amor autoritário, dizendo sim e não".

No mesmo evento, houve a segunda apresentação do Coral Acmepe, que mostrou um repertório diversificado cantando "Va pensiero", peça da Ópera Nabuco, escrita pelo italiano Giuseppe Verdi, e "Amigos para sempre", hino da instituição.

O grupo é formado apenas por mulheres associadas, porém há um projeto de torná-lo misto, afirmou o maestro Ricardo Farias. O coral começou os ensaios em julho de 2005, e está em fase de amadurecimento. Trabalhar as técnicas vocais e a seleção do repertório estão sendo priorizados para que, no futuro, o grupo participe de outros eventos.

A presidente da Acmepe, Dra. Rita Malta, comemora o sucesso das reuniões e aposta nas próximas: "O nosso objetivo é trazer cultura e lazer para todos os que fazem parte da instituição", concluiu.

A reunião foi dirigida pela presidente da ACMEPE, dra. **Rita Malta** *(c)*

Servidor do Tribunal de Justiça é eleito para a Câmara Setorial de Artes Visuais

O artista plástico e servidor do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Bruno Monteiro, é um dos representantes nacionais para a implantação da Câmara Setorial de Artes Visuais. A eleição aconteceu no Rio de Janeiro, no dia 19 de agosto, durante o Seminário de Artes Visuais promovido pela Fundação Nacional das Artes - Funarte. Bruno Monteiro trabalha como Chefe do Apoio Administrativo, na Assessoria de Comunicação Social do TJPE.

O Seminário contou com as presenças de Antonio Grassi, Presidente da Funarte, Vitor Ortiz, coordenador das Câmaras Setoriais, Xico Chaves, diretor do Centro das Artes Visuais e o secretário de Articulação do Ministério da Cultura - MinC, Márcio Meira.

Bruno Monteiro foi escolhido entre 40 representantes de todo o Brasil, contando com número expressivo de artistas do Rio de Janeiro e São Paulo.

A Câmara Setorial de Artes Visuais é um conselho consultivo do MinC com a finalidade de atualizar e otimizar suas ações junto a produção de artes plásticas e a sociedade num sentido mais amplo. "A Câmara é da maior importância para a modernização e implementação de políticas mais afinadas para as artes visuais no Brasil", afirma Monteiro.

Bruno Monteiro *trabalha na Assessoria de Comunicação*

Direito de Trânsito

O juiz da 1ª Vara de Execução Penal, **Adeildo Nunes** (Mestre pela Universidade de Lisboa), e o juiz aposentado **Jackson Borges de Araújo** (Mestre pela UFPE, onde também é professor), integram a equipe docente do curso de **Especialização em Direito do Trânsito** da Faculdade Salesiana do Nordeste (Fasne).

A pós-graduação da Fasne também inclui **Especialização em Direito Ambiental**.

Informação sobre as inscrições pelo telefone (81) 2129-5900 ou através do site *www.fasne.edu.br*.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 166 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 1 de setembro de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Site integra TJPE e população

ISABELA PIRES RAPOSO

Além dos tradicionais fóruns, servidores e magistrados, a Justiça contemporânea não pode prescindir de computadores, softwares e de um site que tenha como princípios norteadores a transparência e a comunicação. Baseado nesta filosofia, o site do Tribunal de Justiça do Estado, *www.tjpe.gov.br*, possui links direcionados para advogados, pesquisadores, estudantes, jornalistas e outros internautas. Magistrados e servidores também têm seu espaço para interagir com a instituição através da Intranet, implantada há dois anos.

Atualmente, o carro-chefe dos acessos é a busca processual de ações distribuídas para varas da 1ª instância e juizados cíveis e criminais no link Consultas. Afinal, trata-se da Justiça Comum, setor jurisdicional de maior demanda no País. No site, é possível empreender uma busca mais refinada, onde o advogado ou o litigante pode cadastrar-se no sistema Themis-push para receber toda a movimentação das ações via e-mail. "O advogado, depois dessa fase, pode registrar seu número de OAB e receber todas as movimentações de processos em que trabalha", explica a diretora de Informática Ana Luísa Florêncio de Sousa. Hoje, ações das trinta comarcas e dos juizados cíveis, setores com maior demanda, podem ser consultadas via-internet. Cerca de 85% dos juizados criminais também estão on-line.

Seguindo a linha da gestão Macêdo Malta, a diretora de Informática, **Ana Luísa Florêncio,** *prioriza o interesse do cidadão*

De acordo com estatísticas da Diretoria de Informática, nove mil internautas acessaram Themis neste ano. Em relação aos estudantes e demais pesquisadores, o sistema possibilita a busca de ementas e acórdãos por palavras-chave, número do processo, nome de relatores e órgãos julgadores do TJPE, datas e outras informações. O link elimina a necessidade de recorrer à pesquisa em Diários Oficiais, otimizando o tempo de quem precisa de uma decisão publicada anteriormente. Caso a decisão tenha sido modificada em recursos impetrados aos tribunais superiores (Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e outros), o internauta pode clicar no item Jurisprudência Reformada e continuar sua pesquisa.

Este público também é o alvo dos links que permitem o acesso à legislação estadual e às normas internas do TJPE. O andamento de precatórios também pode ser conferido no link Consultas.

Transparência

"O critério para um link estar na home do site é de que ele seja do interesse do cidadão", explica a diretora Ana Luísa. Por isso, também são acessados links sobre serviços bastantes requisitados da Justiça pernambucana como Centro de Justiça Terapêutica, Vara de Execuções de Penas Alternativas, Comissão Estadual Judiciária de Adoção e 1º Juizado Especial Criminal. Outros links também provam que a transparência não é uma meta ainda a ser atingida, mas sim um dos pilares quando o assunto é informação on-line do TJPE. É o caso da página de Licitação. A Ouvidoria, setor que encaminha reclamações e sugestões sobre o atendimento jurisdicional, tem seu espaço, onde além de conhecer o órgão, o usuário poderá avaliar serviços da Justiça estadual por meio de formulário.

Com o cadastramento do número do CPF, qualquer pessoa tem acesso ao andamento dos processos licitatórios no Tribunal (página gerenciada pelos servidores que trabalham no setor); à tabelas de emolumentos do TJPE; à uma página que oferece atualização monetária de despesas judiciais e extrajudiciais, e principalmente, aos cronogramas financeiros do Tribunal nos cinco últimos anos. Todos estes links estão em Serviços, logo abaixo de O Judiciário.

Em Serviços, os cartórios nas comarcas estaduais e toda a estrutura prisional de Pernambuco podem ser conferidos. O internauta pode, ainda, participar de enquête; ler as notícias, produzidas e atualizadas diariamente pela Assessoria de Comunicação Social do TJPE; conhecer a história da instituição; seus desembargadores atuais; comarcas e fóruns da Justiça estadual e outros itens no link Judiciário.

Feedback

O diálogo com o público não foi esquecido. Afinal, elogios, críticas e sugestões podem ser registrados no Livro de Visitas do site. Para aqueles que queiram direcionar a informação para o setor responsável, existe o link Fale Conosco, diretamente conectado à Ouvidoria e à diretoria de Recursos Humanos. Para outros setores do TJPE, fóruns ou varas, as mensagens são enviadas para o webmaster do site e a DINFO a remete para os dirigentes responsáveis. Vale lembrar que todas as informações técnicas, jurídicas e administrativas são disponibilizadas pelos setores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. É mais um fator que ajuda a integrar o Poder Judiciário a seus públicos, seja interna ou externamente, acessando ***www.tjpe.gov.br***, garantindo o feedback entre quem envia e aquele que recebe informações e dados institucionais do TJPE.

TJPE - BIBLIOTE

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 167 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 2 de setembro de 2005

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

ALEX VISITA O TJPE

O colunista social do Jornal do Commercio, José de Souza Alencar, convidou pessoalmente o presidente Macêdo Malta para o lançamento do livro "Ao Lado o Anjo". Durante a visita, que aconteceu no dia 30/08, Alex elogiou o folder institucional comemorativo dos 183 anos do TJPE. "Quero registrar a minha admiração pela simplicidade do presidente Macêdo Malta", ressaltou o colunista.

MACÊDO MALTA NO PROGRAMA JOÃO ALBERTO INFORMAL

Vai ao ar, no dia 5 de setembro (às 21h40min, no Canal 14), a entrevista realizada com o presidente do TJPE pelo jornalista e colunista social João Alberto. Muito à vontade, o entrevistado falou de justiça, sempre pontuando os temas com curiosidades históricas.

Recursos Humanos capacita gestores do TJPE

IZABELA PIRES RAPOSO

Estão abertas, até o dia nove de setembro, as inscrições para o curso Gestão, Reflexão e Resultados, direcionado para chefes de secretarias e secretários de Juizados Especial, da Capital e do Interior. O curso é gratuito e a inscrição deve ser feita pela Intranet. Vinte vagas estão sendo oferecidas para a formação de três turmas que irão assistir aulas proferidas pelas instrutoras da Diretoria de Recursos Humanos, Solange Cunha e Rita Borges.

Segundo Solange, os servidores inscritos lotados em comarcas distantes 150 km do Recife poderão requerer, à secretária de Administração, quatro diárias. Quem trabalhar em uma cidade com distância menor tem direito a três diárias. "Em hipótese alguma, será concedida diária para quem está lotado nas comarcas da Região Metropolitana ou na Capital", avisa.

A primeira turma terá aulas do dia 12 a 16 e a segunda do dia 19 a 23 de setembro, no horário das 08 às 12h. Já o curso da terceira turma ficou para os dias 10 a 14 de outubro, das 08 às 13h. Entre os tópicos abordados nas aulas estão o conceito de gestor, o papel do gestor, hierarquia organizacional e competência. Para a instrutora Rita Borges, "o objetivo desta capacitação é fazer o gestor repensar suas atitudes e, assim, melhorar sua atuação junto à equipe de trabalho".

Direito Processual Civil

Estudantes e profissionais de Direito têm oportunidade de reciclar seus conhecimentos em Direito Civil, Trabalhista e Penal em quatro eventos de caráter científico. O primeiro deles é o **Simpósio de Processo Civil**, no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano nos dias 21, 22, e 23 de setembro. Haverá palestras de professores da Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (Esmape), como Alexandre Pimentel, Lúcio Grassi, Sílvio Romero, André Rosa e Leonardo Cunha. O evento é uma promoção da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape) e do Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do TJPE.

Errata

Diferentemente do que foi publicado na matéria vinculada Transparência, na edição de quinta-feira do Diário Oficial, apenas o link Licitações, que registra todas as movimentações desse setor no site **www.tjpe.gov.br**, exige que o internauta cadastre o seu CPF para acesso. Já os links Tabelas de Emolumentos, Atualização Monetária e Contas Públicas, que exibe toda a movimentação financeira do Tribunal nos últimos cinco anos, podem ser acessados diretamente.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 168 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 3 de setembro de 2005

Projeto Salvar

TJPE E CORPO DE BOMBEIROS PROMOVEM CAPACITAÇÃO

RODRIGO GUEDES

Estatuto da Criança e do Adolescente, Art.4º: "É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde(...), à profissionalização (...)". Os direitos fundamentais do adolescente, escritos desde 1990, começam a sair do papel por uma ação inédita no Brasil. A iniciativa é da 3ª Vara de Infância e Juventude da Capital em parceria com o Corpo de Bombeiros, que está ensinando adolescentes em situação de risco social a realizarem primeiros socorros, salvamentos aquáticos e combater incêndios.

Pensado aos moldes do mercado de trabalho, o "Projeto Salvar" agrega valores morais, éticos e civis aos futuros profissionais. No treinamento, 30 adolescentes entre 16 e 18 anos estão aprendendo a prevenir e combater incêndios, fazer a guarda de piscinas e atendimento pré-hospitalar. Etiqueta social, legislação de trânsito, cidadania e meio ambiente são outros temas abordados, visando à formação completa do indivíduo.

Jovens em treinamento têm uma nova chance

O presidente da Associação Beneficente Criança Cidadã ABC-Ci, des. Nildo Nery, apadrinhou pessoalmente o projeto e assegurou o emprego de todos os formados. A Associação contribuiu com R$ 8.700,00 para o fardamento dos alunos. A idéia também atraiu a atenção de empresas, como o Grupo Pontes Hotéis e a Atento Vigilância.

Os alunos chegam diariamente às 6h30 ao Corpo de Bombeiros, vindos de diversas partes da Região Metropolitana do Recife. A fim de facilitar o deslocamento, a EMTU garantiu carteiras de estudante e cartão Passe-fácil para os beneficiados. Quanto à alimentação, uma parceria com a Fundação de Amparo à Criança e ao Adolescente (Fundac) fornece três refeições diárias. A Varig ofereceu enxoval completo, com pares de tênis e meias, camisas, toalhas, calças, uma bolsa e material higiênico para três meses. Há, ainda, parcerias para exames odontológico e oftalmológico.

O juiz da 3ª Vara de Infância e Juventude, Élio Brás Mendes, que idealizou o projeto com o Corpo de Bombeiros, faz uma avaliação positiva da experiência: "Esse curso é inédito no País e efetivamente aplica o Estatuto da Criança e do Adolescente. Tira os ideais do papel e insere o adolescente no mercado de trabalho, com ocupação, renda e carteira assinada. Ou seja, ele revoluciona a vida do adolescente e de sua família".

"Vidas alheias, riqueza salvar"

O supervisor do curso, Capitão Pereira, avalia que o Projeto Salvar é, na verdade, uma função própria do Corpo de Bombeiros: "A máxima do bombeiro, 'vidas alheias, riqueza salvar', nesse momento se tornou mais ampla. Esse axioma não deve se referir apenas a salvar vidas em perigo físico".

O Capitão avalia que a carteira assinada ao término do curso será apenas um dos ganhos da turma, considerando-se os valores éticos e morais trabalhados nas aulas. Convivendo diariamente no quartel, os adolescentes começam a ter um exemplo de comportamento em que se espelhar.

A afirmação de Pereira é reiterada pela psicóloga Elsa da Mata, que monitora o grupo semanalmente. Segundo ela, os profissionais do Corpo de Bombeiros passam a ser os modelos psico-sociais paternos que esses jovens não tiveram. Elsa acrescenta: "Os meninos de todas as Febems' deveriam ter essa oportunidade, porque, se eles não são aproveitados pelo Estado, poderão ser os traficantes a se tornarem os modelos paternos, oferecendo poder, dinheiro e os arregimentando num verdadeiro exército", salienta a psicóloga.

"O Projeto Salvar coloca o Estado à frente desse dever, trazendo à tônica instituições públicas e privadas com ações que focalizam, verdadeiramente, a inclusão social". Essa é a avaliação da assistente social Maria Betânia de Andrade.

O acompanhamento sistêmico da assistente social e da psicóloga é fundamental para o Projeto, uma vez que o direito à dignidade e ao respeito também constam no artigo 4º do Estatuto.

É intenção do Projeto Salvar continuar o trabalho com uma turma a cada semestre. Devido à visibilidade social da proposta, pessoas da comunidade já têm procurado o Corpo de Bombeiros para inserir seus filhos no programa. Os 30 estudantes irão voltar às ruas em breve, mas desta vez para participar, uniformizados, do desfile de Sete de Setembro. A turma irá fechar o desfile militar na Av. Conde da Boa Vista.

Posto Médico do Tribunal de Justiça tem nova localização

O posto médico do Palácio da Justiça agora fica no térreo, próximo à Biblioteca. A sala tem toda a estrutura necessária para atender a casos de urgências e intercorrências (acidentes, aumento da pressão, dores de cabeça e outros). Além de instalações adequadas, o horário de atendimento foi ampliado para 11h30 até às 17h30 e há mais um médico disponível no local.

"Esse Posto Médico é direcionado aos integrantes do Tribunal de Justiça e ao público que transita naquele prédio", explica a coordenadora de Saúde do TJPE, Raquel Fernandes. Ela lembra que uma ambulância fica estacionada no Palácio da Justiça, equipada com instrumentos de UTI, contando também com médico e auxiliar de enfermagem.

Vale lembrar que o posto não oferecer o serviço de consultas médicas, como é o caso do Ambulatório Ângelo Jordão, órgão que integra o Tribunal de Justiça.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 169 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 6 de setembro de 2005

Reformas do Fórum de Olinda serão concluídas em janeiro

A Diretoria de Engenharia e Arquitetura (DEA) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) confirmou o prazo de seis meses para conclusão da reforma do Fórum de Olinda, iniciada na segunda quinzena de julho. A obra prevê a substituição da coberta de gesso e a revisão da estrutura de sustentação do prédio. A coberta receberá um forro de isopor, que se apóia nas divisórias e é de fácil manutenção. Será usado um sistema de dutos removados para o condicionador de ar.

O empreendimento, que custou R$ 272,9 mil é parte da política de manutenção das instalações de prédios do Tribunal de Justiça, a maioria prejudicada pelas chuvas de julho.

Durante a reforma do **Fórum da Comarca de Olinda**, *o atendimento ao público está sendo executado em um galpão localizado nos fundos do edifício*

Para não prejudicar o atendimento ao público, a DEA montou uma estrutura provisória, garantindo a continuidade dos serviços na Comarca. "Conseguimos reinstalar as 16 varas num prazo de 20 dias, montando toda a estrutura num antigo galpão da garagem", observa a diretora Rogéria Silveira.

A construção provisória conta com mapas direcionados aos usuários da Justiça e, segundo Rogéria, tem recebido a aprovação do público.

Magistrados e o regime próprio de previdência social

O Instituto dos Magistrados de Pernambuco (IMP) vai promover uma palestra com o advogado e professor de Direito Previdenciário Roberto de Carvalho Santos. No encontro, os magistrados pernambucanos serão orientados a respeito das principais alterações ocorridas desde dezembro de 1998 ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos. As repercussões jurídicas sobre os direitos previdenciários dos juízes serão focalizadas com maior ênfase.

A palestra de Roberto de Carvalho terá como tema "Os direitos previdenciários dos juízes à luz da Reforma Constitucional da Previdência - estudos das emendas constitucionais n. 20/98, 41/03 e 47/05 (PEC paralela)". O evento acontece no dia 16 de setembro, às 16h30, no auditório do 1º Tribunal do Júri, ao primeiro andar do Fórum Rodolfo Aureliano.

Na oportunidade, será distribuída a "Cartilha sobre o Regime Previdenciário dos Juízes", resultado de uma parceria do IMP com o Instituto de Estudos Previdenciários (IEPREV).

Inscrições e maiores informações podem ser obtidas pelo telefone 34125156 ou pelo site do IMP (www.imp.org.br).

Novos juízes tomam posse

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, deu posse a mais onze juízes substitutos, na tarde do último dia 31, no Gabinete da Presidência. A solenidade foi prestigiada por desembargadores e juízes de direito do TJPE e do Tribunal Regional Eleitoral. Na gestão de Macêdo Malta já houve 50 nomeações de aprovados no último concurso, o qual estará vigente até o final do próximo ano, segundo informou a secretária judiciária adjunta, Mônica Queiroz.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 170 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, quarta-feira, 7 de setembro de 2005

Um caminho para o "outro lado"

MARIANE MENEZES

Sônia Stamford: *"o importante é mostrar que existem perspectivas"*

Uma iniciativa da juíza da 3ª Vara Cível de Jaboatão, Sônia Stamford, alerta para o futuro dos adolescentes infratores em Pernambuco. A magistrada vem desenvolvendo um importante trabalho de orientação a jovens carentes, desde dezembro do ano passado. O Projeto Arco-Íris denota "uma passagem de um lado para outro. E o que queremos que aconteça no íntimo do jovem: mudanças na personalidade", analisa Stamford.

O Arco-Íris faz parte do programa de Liberdade Assistida, que integra uma série de medidas de acompanhamento e orientação sistemática ao menor que cometeu atos ilícitos. A Liberdade Assistida, em Jaboatão, foi implantada pela juíza com parceria do promotor de justiça Maxwell Vignoli e colaboração da psicóloga Laílma Sheyla. Os três contam ainda com a ajuda de Edson Veras, orientador responsável pelo cuidado aos menores.

Atualmente, 20 adolescentes de 12 a 17 anos - e seus pais - participam de reuniões que acontecem uma vez ao mês, correspondentes a módulos que versam sobre aprimoramento de caráter. As aulas acontecem na Auditoria da Promotoria de Jaboatão, das 14 às 17 horas. "O importante é ensinar que existe outro caminho além da criminalidade. Existe outro mundo, belo, em que existem perspectivas", sustenta Sônia Stamford.

Segundo a juíza, cada aula é ministrada com o artifício de uma palestra, seguida de atividade didática e reflexão. "O intuito é que o adolescente aprenda a lutar por objetivos. Para isso, a idéia de Deus é injetada pouco a pouco, sem, contudo, estar vinculada a uma religião específica", observa.

Dez módulos já foram elaborados, a contar do início do Projeto. As aulas intituladas Auto-imagem e Auto-estima, Convívio social e Respeito Mútuo e Ato infracional, resposta da comunidade ilustram bem a finalidade do Arco-Íris. O último tema, por exemplo, insere o menor dentro do contexto do crime - só que no lugar da vítima.

Segundo Sônia, frutos do Projeto Arco-Íris já estão sendo colhidos, tanto pelos jovens quanto pela comunidade. "Alguns até já dizem a profissão que querem seguir", comemora.

Para o êxito do programa, alerta a juíza, o apoio e acompanhamento dos pais são imprescindíveis. Um obstáculo a ser transposto é a falta de perspectiva para esses jovens quando o Projeto concluir suas tarefas. Stamford reivindica uma colaboração da Prefeitura, o que ainda não está acontecendo. As parcerias, segundo a juíza, são poucas, até agora. "A Arte Millenium está oferecendo oficinas de pintura, mas a maioria dos adolescentes quer aprender o ofício da marcenaria".

O Projeto Arco-Íris não apresenta ônus para o Judiciário. É um projeto social, em absoluto, que visa à diminuição dos índices de criminalidade da Comarca de Jaboatão, hoje a mais violenta do Estado.

Protocolo Eletrônico auxilia servidor judiciário

O site do Tribunal de Justiça de Pernambuco está com novidade. Trata-se do moderno Sistema de Protocolo Eletrônico - Sispe. Implantado há menos de um mês, o Sistema se destina a atender os servidores e secretarias do Tribunal, ao que se refere ao despacho e tramitação de documentos e processos relativos a procedimentos internos do Poder Judiciário.

Baseado nos princípios de presteza e facilidade, o Protocolo Eletrônico permite que o usuário acompanhe, em tempo real, como anda o encaminhamento dos itens enviados. Assim, não é necessário ter em mãos a prova física para saber o resultado do processo. Osman Frazão, adjunto da Coordenadoria de Planejamento/Coplan, confirma os benefícios trazidos pelo Sistema: "o Tribunal é grande e complexo. Os documentos andam muito e fica difícil rastrear. No sistema de protocolo eletrônico, você pode consultar todo dia".

O Sispe permite uma maior integração entre os diferentes setores, no momento em que só é preciso um telefonema para a diretoria em questão no intuito de solicitar possíveis providências. Evita-se, assim, interrupções burocráticas vãs. A localização de documentos também fica bastante facilitada, a partir da implantação do Sispe. O usuário pode realizar consultas por comarca ou número do protocolo, por exemplo. O Sistema ainda permite o anexo de documentos escaneados para seguir junto com a tramitação.

Para utilizar o Sistema de Protocolo Eletrônico, o servidor deve enviar um ofício à Diretoria de Informática (Dinfo), com identificação do setor onde é lotado, solicitando um login de acesso. Assim que o login for criado, a Dinfo comunicará ao usuário. O próximo passo é acessar a página do TJPE, ***www.tjpe.gov.br***, no link Intranet, e criar uma senha.

Osman Frazão: *o Sispe facilita rastreamento de documento*

Por enquanto, o Sispe está restrito às estruturas jurídico-administrativas da Capital. Mas já se estuda uma possível ampliação. Para isso, estão sendo verificadas as dificuldades, possibilidades de superações e melhorias do Sistema. Osman diz, no entanto, que a ampliação para varas e comarcas do interior não depende da vontade do Tribunal. Diz respeito, sobretudo, à estrutura física e ao alcance da Internet nessas regiões.

(MM)

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 172 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 10 de setembro de 2005

O Código da cidadania

O Código de Defesa do Consumidor provocou mudanças na sociedade. Quinze anos após sua edição, o cidadão brasileiro ficou visivelmente mais atento a seus direitos.

MARCILE DE SÁ

O homem moderno é um consumidor nato. Vivendo em uma sociedade capitalista cheia de atrativos que estimulam cada vez mais a prática do consumo. Mas, no Brasil, apenas há 15 anos foi codificada uma lei que regulamenta essas relações de forma específica. A maioria dos aplicadores do Direito comunga com a opinião de que o Código de Defesa do Consumidor (CDC) representa uma grande conquista para o cidadão, uma vez que houve o surgimento de um maior equilíbrio na aplicação das regras que norteiam esse tipo de relação.

Para o juiz **Sérgio Paulo**, *o CDC foi um divisor de águas que trouxe algumas novidades fundamentais*

Por determinação constitucional, presente no artigo 48 do Ato das Disposições Transitórias, em 11 de setembro de 1990 foi editada a Lei 8.078 e com ela surgia um instrumento especial para fundamentar as relações de consumo que antes eram resolvidas através de leis esparsas de caráter geral, dificultando, assim, uma aplicação eficaz diante dos casos concretos. Constata-se a existência de legislação que de alguma forma protegia o consumidor, embora este não fosse o objetivo principal do legislador.

Uma das primeiras manifestações que se tem registrado sobre o tema é o Decreto de 1933, editado no intuito de reprimir a usura, termo jurídico usado para traduzir o chamado juro exorbitante ou ilegal. Já na Constituição de 1934 é possível encontrar as primeiras normas constitucionais de proteção à economia popular. Saltando no tempo, passos importantes foram dados a partir de 1985, quando foi disciplinada a Ação Civil Pública de responsabilidade por danos causados ao consumidor.

O juiz corregedor auxiliar do TJPE, João Maurício Guedes Alcoforado, mestre em Direito do Consumidor, lembra também a vitória obtida na Constituição de 1988 ao ter o legislador inserido na Carta Magna quatro dispositivos específicos sobre o tema no rol dos direitos e garantias fundamentais.

EQUILÍBRIO DE FORÇAS

Um dos fatores de grande importância presentes no contexto do CDC, segundo João Maurício, é a facilitação da defesa dos direitos da parte mais fraca da relação, o consumidor. Este ganhou a possibilidade da inversão do ônus da prova, ou seja, basta alegar o seu direito, cabendo a empresa provar o contrário, via de regra. "Essa foi uma forma de equilibrar os conflitos que porventura surgem, pois de um lado encontra-se o cidadão, do outro as grandes empresas com toda a sua estrutura para formular a defesa de seus direitos".

O juiz Sérgio Paulo Ribeiro da Silva, que responde por uma das turmas do Juizado das Relações de Consumo da Capital, afirma que o tratamento diferenciado no CDC para com o consumidor não fere o princípio da isonomia presente no caput do artigo 5º da Constituição Federal. Dar tratamento isonômico às partes, na sua interpretação, significa muitas vezes tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na exata medida de suas diferenças.

Essa proteção para com o cidadão é constante no texto do Código. Nele também se encontram, por exemplo, normas que tornam nulas cláusulas contratuais abusivas, além da preocupação constante com questões como a dignidade, saúde, segurança e a melhoria da qualidade de vida.

Para Sérgio Paulo, o CDC foi um divisor de águas que trouxe algumas novidades fundamentais para o alcance da justa medida da Justiça. Na opinião dele, o Estado atua nesse contexto como mediador para harmonizar e compatibilizar os interesses envolvidos. "A edição do CDC foi o gesto mais acentuado do Estado brasileiro no sentido de sepultar qualquer dúvida quanto à vigência entre nós do chamado estado liberal puro: aquele que não se envolve nas relações negociais em respeito absoluto ao princípio da autonomia da vontade das partes e das leis de mercado".

Maior procura: *no Capital, o Juizado do Consumo registrou 7 mil queixas em 2004 e, este ano, 6 mil só até agosto*

E foi assim que, ainda segundo o juiz do Juizado do Consumo, a Lei 8.078/90 aos poucos foi penetrando no cotidiano da sociedade e trouxe uma nova realidade do ponto de vista comportamental. "O cidadão se torna cada vez mais consciente da sua condição e dos novos direitos que lhes são assegurados, passando a exercer a sua cidadania com mais vigor", explica.

Uma prova disso, para ele, é o aumento da procura de ajuda nos órgãos de proteção e defesa do consumidor. Só no Juizado das Relações de Consumo da Capital foram registrados, no ano de 2004, mais de 7 mil queixas e, até agosto deste ano, o número já chega a 6 mil.

O presidente **Macêdo Malta** *realça a mudança de mentalidade do usuário a partir da edição do CDC, mas adverte quanto às pretensões exageradas*

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, concorda com o despertar de consciência do cidadão brasileiro. "No tratamento dos 15 anos do CDC há que se realçar a mudança de mentalidade do usuário de serviços e adquirentes de produtos", declara. Mas, adverte, que "há de se conter as pretensões absurdas dos exagerados danos morais, ponto de equilíbrio de uma legislação avançada".

Controvérsias à parte, do CDC pode-se concluir que não se trata apenas de comando, norma. Para muitos, também é considerado fator de educação social, instrumento que pode ser usado para despertar consciências e determinar mudanças de hábitos no cotidiano de cada um de nós, já que essa é uma matéria vista e vivida por todos a cada instante.

(Continua na página 2)

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 173 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 13 de setembro de 2005

VEPA intensifica supervisão de prestação de serviço

RAÍZA VIEIRA

A equipe da Vara de Execução de Penas Alternativas vai contar com mais dois agentes penitenciários. Eles irão auxiliar no monitoramento de beneficiários nas noites de fim de semana em que estiverem cumprindo pena de prestação de serviço. A novidade foi anunciada pelo juiz Flávio Fontes, durante 9º Encontro de Beneficiários Prestadores de Serviços, no último dia 6. Segundo o titular da Vepa, com a chegada desses novos membros, será de 100% a fiscalização na Região Metropolitana do Recife.

O 9º Encontro, realizado no Fórum do Recife, incluiu uma aula sobre Primeiros Socorros e Prevenção de Acidentes de Trabalho, ministrada pelo soldado Paz, do Corpo de Bombeiros. Na apresentação, foram utilizados diversos materiais didáticos e equipamentos utilizados em treinos. Ela ainda contou com a participação do público, que respondia diretamente às perguntas provocadas pelo instrutor.

Nas palestras promovidas pela Vepa, diversos temas são abordados, como prevenção de Doenças Sexualmente Transmissíveis e a questão da auto-estima. De acordo com Flávio Fontes, é fundamental o comparecimento dos beneficiários a esses eventos, que têm como objetivo principal reforçar as orientações da Vepa, garantindo, assim, o bom resultado das penas aplicadas. "Os encontros estão correspondendo às expectativas. Até agora não houve nenhuma recaída entre os beneficiários. Ou seja, eles não voltaram a cometer delitos", afirmou.

As penas alternativas são aplicadas para aqueles que praticaram os chamados delitos de menor potencial ofensivo como pequenos furtos, lesões corporais leves, falsificação, desacato à autoridade e outras. "Dentre as nove punições, elencadas pelo Código de Processo Penal, a prestação de serviço à comunidade ou a entidades públicas é a mais utilizada no Recife, comarca onde há maior número de beneficiários da Vepa. Afinal, prestação de serviço é a pena alternativa mais eficaz, porque tanto serve para punição quanto para reintegração ao meio social", concluiu Fontes.

Beneficiários das penas alternativas são reunidos regularmente

Audiência

No próximo dia 15, às 9h, haverá uma audiência pública sobre Penas Alternativas, no Plenarinho da Câmara Municipal. O juiz da Vara de Penas Alternativas Flávio Fontes, a presidente da comissão de Direitos Humanos, Priscila Krause, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública, além dos beneficiários da Vepa e entidades conveniadas participam do evento.

A desembargadora **Alderita Ramos** *(detalhe) representou o Tribunal de Justiça de Pernambuco durante a parada militar alusiva ao* ***Dia da Independência***

Leilão no Judiciário

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai leiloar 22 veículos de sua frota, nesta quinta-feira, dia 15, a partir das 13h. Aberto a empresas e pessoas físicas, o leilão será realizado na garagem do TJPE, na Rua Francisco Silveira, 51, em Afogados. Os carros podem ser vistoriados pelos interessados no horário das 10h às 16h.

O menor lance é de R$ 606,15, referente a uma moto Suzuki, ano 2000, avaliada em R$ 2 mil, aproximadamente. O maior lance é de um Parati, ano 2001, motor Turbo, no valor R$ 15,4 mil.

Tanto o edital quanto o estado de conservação, quilometragem e os opcionais de cada veículo também podem ser consultados por internet, no site www.tjpe.gov.br. O internauta deve clicar em Consultas e Licitação, em seguida acessar os links Editais - Bens e Equipamentos e Leilão.

Servidor do TJPE no *Videobrasil*

ROSA MIRANDA

O principal festival de vídeo do país tem dois focos: diversidade sociocultural e inovação. A mostra competitiva do *15º Festival Internacional de Arte Eletrônica Videobrasil* quer abrir o leque. E Pernambuco não ficou de fora: será representado pelo vídeo Vende-se este rio. O diretor do vídeo é o chefe da Divisão de Imagem da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça, Marcos Costa.

O vídeo já viajou o Brasil e foi visto por cearenses, cariocas, brasilienses e gaúchos, além dos pernambucanos. Depois do 9º CINE PE, *Vende-se este rio* foi exibido no 15º Cine Ceará, 12º Cinesul (Rio de Janeiro/Brasília) e 4º Santa Maria Vídeo e Cinema (Santa Maria - RS). Os paulistanos - além de representantes de todo o mundo, já que a mostra é internacional - serão os próximos.

Único representante de Pernambuco, o vídeo será apresentado no dia 14 de setembro, às 20 horas, no Sesc Pompéia. O prêmio que será concedido ao eixo investigações contemporâneas, no qual o vídeo foi inserido, chama-se Criação Audiovisual Le Fresnoy - França, no centro de mídia franeês. O diretor Marcos Costa participa de várias mesas redondas e concorre em todas as categorias.

VENDE-SE ESTE RIO

Surrealista: um homem decide "comercializar" o Rio Capibaribe, vendendo-o em pequenos sacos plásticos, nas pontes do Recife. O conto *A terceira margem do Rio*, do escritor mineiro Guimarães Rosa, é a cobertura desse bolo que mistura arte, ecologia, psicologia - no roteiro, alimento para a alma e entretenimento de qualidade.

Marcos Costa: *um rio no varejo*

O vídeo digital de cinco minutos Vende-se este rio nasceu na Semana de Artes Visuais do Recife, ano passado. A performance foi idealizada pelo artista plástico Marcos Costa, com a participação do ator Gerson Lobo. Redes de Tvs locais fizeram a cobertura e a idéia do vídeo foi uma conseqüência natural.

O filme também vai ser exibido na 19ª Mostra de Vídeo de Santo André (SP), ainda no dia 23 deste mês.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 174 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 14 de setembro de 2005

PERNAMBUCO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Judiciário economiza em conserto de eletrônicos

RODRIGO GUEDES

O Tribunal de Justiça de Pernambuco enviava, até 2002, aparelhos de fax, relógios protocolares, cafeteiras e máquinas de escrever para a assistência técnica. À época, os aparelhos eram entregues, por vezes, somente 15 dias depois. Em 2003, a Divisão de Patrimônio do TJPE criou a função do Auxiliar de Equipamentos Eletrônicos, destinada a avaliar o estado de conservação dos aparelhos. Os resultados foram além do esperado: com a iniciativa, o TJPE chegou a economizar R$ 107 mil, nesse período, somente no conserto daqueles tipos de equipamento.

Augusto César: *mais de R$ 100 mil com pequenos reparos*

Segundo Augusto César Batista, que desempenha a função desde que foi criada, a redução de custos para o Tribunal aparece em diversos outros itens. Recentemente, ele orientou o conserto de 30 impressoras no Fórum Rodolfo Aureliano. "Se fossem mandadas para a assistência técnica, seriam gastos R$ 400,00 com cada uma das 30 máquinas", observa Augusto. Chamado carinhosamente de "Professor Pardal", o auxiliar só precisou de R$ 1,20 para ajeitar cada impressora.

O chefe da divisão de Patrimônio, Jailson Gomes, ressalta a importância do trabalho de Augusto. "Um serviço que lá fora sairia por R$ 220,00, aqui está sendo feito por R$ 10,00. Essa variação para mais acontecia porque a gente não conhecia as peças usadas. A manutenção dos nossos equipamentos foi assumida com interesse", afirma.

Dentre seus improvisos no trabalho, Augusto incluiu um bastão de ferro usado por dentistas para limpar o tártaro acumulado entre os dentes. "Eu uso o bastão para limpar espaços entre as soldas da placa dos equipamentos, fazendo uma desobstrução semelhante", explica.

Numa planilha elaborada por ele mesmo, verifica-se a economia obtida com as atividades do auxiliar de equipamentos eletrônicos. Baseado em notas fiscais de 2002, Augusto observa que seriam gastos R$ 72 mil em consertos de aparelhos de fax. A mesma quantidade de aparelhos consertada posteriormente por ele somam, apenas, R$ 480,00.

Augusto também tem viajado a comarcas do interior do Estado para manter equipamentos antigos e instalar novos. Entre os equipamentos consertados por ele, incluem-se aparelhos de telefone, estabilizadores e até ventiladores de teto.

O inventivo profissional nem sempre foi auxiliar de equipamentos eletrônicos. Antes, atuou na Divisão de Recursos Humanos (DRH), em serviços burocráticos. A motivação da mudança de profissão se vê estampada no rosto de Augusto: "O trabalho técnico me interessa profundamente. Faço aquilo que gosto, aprendido num curso prático de muitos anos".

Eventos

DIREITO CIVIL

O Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco realizará, entre os dias 20 e 23 de setembro, o **II Simpósio de Atualização em Direito Civil e Processual Civil.** O evento destina-se a juízes e servidores do Judiciário, assim como alunos da Escola Superior de Magistratura (Esmape) e estudantes de Direito.

As inscrições são gratuitas e estão abertas até o dia 16 de setembro. Os interessados devem procurar a sede da Esmape ou fazer contato pelos telefones 3224.0086, 322.41285 ou 9444.4053, das 8h às 18h.

Os horários e temas das palestras serão divulgados no site do TJPE.

DIREITO DO TRABALHO

A cidade de Natal (RN) vai sediar, de 29 de setembro a 1º de outubro, o **IX Congresso Brasileiro de Processo Civil e Trabalhista**. Nele, acontecerá o *3º Encontro Nacional de Direito Processual*, com o tema "As perspectivas do processo em uma nova ordem jurídica".

As inscrições para o Congresso podem ser feitas no site do Instituto Brasileiro de Ensino e Cultura: ***www.ibecnet.com.br***.

Veículos para leilão

Amanhã, *15 de setembro, às 15h, serão leiloados carros e motos no Tribunal de Justiça de Pernambuco.*
Local: *Auditório da Comissão de Licitação, 3º andar Edf. Paula Batista*
Informações: *3428-2538.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 175 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, quinta-feira, 15 de setembro de 2005

PERNAMBUCO PODER JUDICIÁRIO BIBLIOTECA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE participa de análise dos Juizados no CNJ

IZABELA PIRES RAPOSO

Diagnosticar problemas, acertos e a atual estrutura dos juizados especiais, estaduais e federais, no Brasil é um dos objetivos do Conselho Nacional de Justiça - órgão instituído a partir da Reforma do Judiciário pelo Ministério da Justiça. De acordo com o coordenador de juizados especiais do Tribunal de Justiça de Pernambuco, José Arteiro "ao contrário de relatórios gerais que os juizados divulgam anualmente, o diferencial do diagnóstico é que ele vai se basear em dados anuais levantados também por juiz e não apenas por órgão". Ou seja, o CNJ vai elaborar um relatório geral dos juizados brasileiros e outro complementar específico.

Segundo o coordenador - que representou o TJPE na reunião realizada pelo CNJ, em Brasília, com as coordenadorias estaduais - até o dia 30 deste mês, os tribunais devem enviar o total de conciliações realizadas, de casos pendentes, de julgamentos, de sentenças prolatadas, de processos novos, como também discriminar sua natureza (indenização moral, devolução de quantia paga, porte de drogas e outros), de cada magistrado lotado nesses órgãos. "O diagnóstico do CNJ irá sugerir, às presidências dos Tribunais, políticas e ações para melhorar o atendimento destes órgãos em seus Estados". O TJPE já enviou as estatísticas gerais sobre seus 23 juizados (sendo nove criminais e 14 cíveis) onde consta o número de ações distribuídas, de juízes e os processos julgados por cada órgão no ano de 2004. No caso de Pernambuco, foi registrado o aumento da demanda entre os anos de 2000 e 2004. Nos juizados cíveis, no ano passado, cerca de 85 mil processos foram distribuídos, enquanto que em 2000, este número ficou aproximadamente em 61 mil. Um crescimento em torno de 28,2%. Já os criminais registram um percentual maior, 37,5%, pois em 2000 foram cerca de 10 mil ações distribuídas e no ano passado, aproximadamente, 16 mil.

ACERTOS

A realização do mutirão do Juizado Especial das Relações de Consumo, que durou seis meses e terminou no mês passado, é uma das iniciativas que Arteiro destaca como positiva na Justiça estadual. Dois juízes, atendendo no horário noturno, adiantaram a pauta de julgamentos do órgão, que no início do ano já tinha agendado audiências para o mês de novembro. Também para melhorar o atendimento, o Juizado Especial Cível de Jaboatão dos Guararapes conta com mais um juiz desde este mês.

O TJPE também está investindo no Juizado Itinerante. A unidade móvel já atendeu às cidades de Santa Maria da Boa Vista, no ano passado, e Carpina, no último sábado. Nesta última, três conciliadores e dois juízes locais realizaram as audiências de Conciliação e Julgamento em duas vans. Neste caso, o serviço foi prestado dentro do Projeto Ação Global, em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e a Rede Globo de Televisão. "A intenção é levar o Juizado Itinerante às comarcas que não possuem juizados, como determina hoje a Constituição". Segundo o coordenador, as próximas comarcas beneficiadas serão Pesqueira e Carpina.

Outra ação que aproxima o Judiciário da população é a instalação do Juizado de Trânsito, previsto para estrar em operação até o final do ano. A sede do Juizado irá funcionar a partir do dia três de outubro, nas dependências do Fóram Universitário na Faculdade Integrada do Recife, localizada na Av. Abdias de Carvalho. No final deste mês, a coordenadoria estará se reunindo com técnicos da Companhia de Trânsito e Transporte Urbano (CTTU) e policiais militares para acertar os procedimentos, infra-estrutura e pessoal que vai atuar no órgão.

José Arteiro: *busca de melhoria*

A princípio, ele funcionará em três vans adaptadas. Cada uma transportará o ambiente onde será realizada a audiência de mediação entre as partes no local onde ocorreu a colisão. O juizado apenas atuará em acidentes sem ocorrência de mortes ou lesões graves. "Os envolvidos poderão chamar o Juizado, das 7h até às 19h, através do celular. Os números serão amplamente divulgados à população pelo TJPE", explica José Arteiro. Cada unidade contará com um oficial de Justiça (que avaliará os danos nos veículos), um técnico judiciário, um mediador, cargo que será exercido por servidores efetivos do TJPE, e um policial militar.

MPF promove seminário para jornalistas

O Ministério Público Federal promove, no dia 23 de setembro, o seminário *O MPF para Jornalistas*. Direcionado a profissionais de Comunicação, o seminário se propõe a desvendar e esclarecer as dúvidas mais comuns dos jornalistas no que diz respeito ao MP e sistema judicial.

As três horas de duração serão divididas em duas partes, contempladas por painéis e finalizadas com um debate. O primeiro painel, intitulado Conhecendo o Ministério Público Federal, versará sobre as atribuições e áreas de atuação dos Procuradores da República. Ministrada por Marcos Antônio da Silva Costa, Procurador da República, a aula tem o intuito de demonstrar como é possível que se evitem falhas e lacunas na cobertura jornalística.

Em seguida, entrará em pauta o tema Atuação do MPF perante o TRF da 5ª Região, título do segundo painel. Os Procuradores Regionais da República Luciano Mariz Maia e Wellington Cabral Saraiva explicarão como o jornalista deve se posicionar diante da Justiça Federal de 1ª Instância e do TRF da 5ª Região. O terceiro e último painel, sobre a Procuradoria Regional Eleitoral, será apresentado pela Procuradora Regional Eleitoral Maria do Socorro Leite de Paiva.

O dia será encerrado com a participação de Ivaldo Olímpio de Lima, Procurador-Chefe Regional da República da 5ª Região.

O seminário se realizará no Auditório da Procuradoria Regional de República (5ª Região), situado na Rua Frei Matias Téves, 65, Paissandu, Recife-PE. As inscrições são gratuitas, e vão até o dia 22 de setembro. Os interessados devem ligar para (81) 2121 9856, ou enviar e-mail a *asscom@prr5.mpf.gov.br*.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 176 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 16 de setembro de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Pernambuco institui comissão para otimizar leis estaduais

Leopoldo Raposo *vai presidir os trabalhos de revisão*

O desembargador Leopoldo de Arruda Raposo vai presidir a comissão que irá elaborar projetos de lei para revogar outras atualmente em vigor, mas que caíram em desuso. Leis que estão em uso, mas que ainda não foram regulamentadas, também estarão no alvo da comissão. A indicação de Raposo foi feita pela Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão do Tribunal Pleno. Por unanimidade, os desembargadores aprovaram a nomeação do magistrado.

Estima-se que a comissão - criada pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa em junho - inicie os trabalhos a partir da próxima semana, definindo os procedimentos, estratégias e cronograma de atividades. "Vamos analisar toda a legislação estadual em vigor, principalmente as Leis Ordinárias, fazendo um levantamento minucioso do ordenamento jurídico".

O grupo, oficializado através do ato 493, publicado no Diário Oficial no final do mês de agosto, é composto pelo procurador de justiça Ivan Wilson Porto; pelo subprocurador-geral do Tribunal de Contas, Gilmar Severino de Lima; pela chefe da Procuradoria de Apoio Jurídico-Legislativo ao Governador, Taciana Castro; e pela procuradora da Assembléia Legislativa, Juliene Viana Martins Santos.

Outros Estados também estão se mobilizando para rejuvenescer sua legislação. É o caso de São Paulo. A Assembléia Legislativa paulista vai realizar, assim como a comissão de Pernambuco, um levantamento das mais de 11 mil leis existentes, sem contar decretos, portarias e outros milhares de atos legais.

Estudos preliminares apontam que parte delas remonta ao século XIX e caiu em completo desuso entre os paulistas. Outra parte é constituída de leis que se repetem, que concorrem ou conflitam umas com as outras. Para o desembargador Leopoldo Raposo, em todo o País, "há normas em vigor que estão divorciadas da realidade atual, pois não representam mais os anseios sociais. Por isso, subtraí-las da legislação se faz necessário", justifica.

6ª Vara de Família agenda mutirão de divórcios

RAÍTZA VIEIRA

A 6ª Vara de Família e Registro Civil da Capital, no próximo dia 14 de outubro, irá realizar o quinto mutirão de audiências relacionadas a ações de separação e divórcio, em casos consensuais. O serviço funcionará das 10h às 18h, no Fórum Rodolfo Aureliano. Segundo o juiz Luiz Gustavo Mendonça, as audiências já estão agendadas, já que há uma intimação prévia das partes feita pela secretaria da Vara.

"O mutirão, principalmente no caso dos divórcios consensuais, é uma ação social, já que a 6ª Vara de Família é um órgão de assistência judiciária que tende a acumular mais processos, já que não há pagamento de custas judiciais pelas partes", explica Luiz Mendonça.

Na capital de Pernambuco, a metade das doze varas de Família é de assistência, ou seja, atendem à parcela mais carente da população. De acordo com o juiz, nesses órgãos, o número de processos que entram é sempre 50% maior do que naquelas onde tramitam ações privadas. Dos 10 mil processos da 6ª Vara, 30% são referentes a divórcios, separações e alimentos.

Para o juiz **Luiz Gustavo**, *o mutirão é uma ação social*

NOTAS

DIREITOS PREVIDENCIÁRIOS

Os direitos previdenciários dos juízes à luz da Reforma Constitucional serão tema de palestra, hoje, com o professor de Direito Previdenciário, Roberto de Carvalho Santos. A palestra, promovida pelo Instituto dos Magistrados de Pernambuco, será realizada às 16h30, no auditório do 1º Tribunal do Júri, no primeiro andar do Fórum Des. Rodolfo Aureliano. Inscrições gratuitas, pelo telefone 34125156.

DIA DAS CRIANÇAS

A Associação das Cônjuges dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Acmepe) irá realizar um chá beneficente no Mar Hotel, dia 5 de outubro, com apresentação do tenor Antônio Lipo. O encontro é destinado à arrecadação de fundos para a aquisição de brinquedos que serão distribuídos aos filhos de funcionários da prestadora de serviços do TJPE e às 96 crianças do Centro Beneficente do Bongi (Cenbengi).

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 177 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 17 de setembro de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE padroniza formulários de expediente

Projeto vai gerar economia no Judiciário de R$ 165 mil ao ano

Repórter:
Rodrigo Guedes

Luciano Góes, *da Coplan, elaborou o estudo e projeto de padronização*

O Tribunal de Justiça de Pernambuco vai utilizar o papel de formato A4 em todas as suas áreas organizacionais, visando à racionalização dos custos e à padronização de impressões. A mudança reduz o preço de cartuchos para imprimir e promove uma economia anual de R$ 165 mil na compra dos papéis Ofício II, Carta e Ofício 9, que a partir de agora deixam de integrar a lista de compras do Judiciário estadual. O papel A4 é de menor custo e pode ser facilmente encontrado no mercado.

A Coordenadoria de Planejamento (Coplan) do TJPE prevê uma economia de 12,51% sobre a despesa geral com papel. O chefe do Núcleo de Organização da Coplan, Luciano Góes, responsável pelo estudo e projeto de padronização do uso de papel, lembra que há impressoras que não trabalham com A4. Isso obrigava o Tribunal a comprar máquinas diferentes para um mesmo computador. "Com a padronização, as impressoras se tornam compatíveis, exigindo uma mesma formatação. A própria tinta para imprimir gasta menos com o papel A4", declara.

A Instrução Normativa 07/2005 - publicada no último dia 13, oficializando a padronização - partiu de demanda da Secretaria de Administração (SAD), interessada em melhor controlar a aquisição desse tipo de papel.

O setor de informática também será beneficiado. Espera-se uma redução de chamados técnicos a partir da Instrução Normativa. "A impressão saía errada porque o usuário não conseguia perceber a diferença de configuração de papéis. A padronização vem, portanto, a minimizar os erros na impressão de formulários", confirma o chefe da Sessão de Informática, Murilo Cavalcanti.

O papel no formato Ofício II continuará sendo utilizado pela Biblioteca do Tribunal de Justiça, para a impressão de páginas do Diário Oficial, e em dois Cartórios de Imóveis que trabalham com plantas maiores que o formato A4.

CEJ promove mais um Simpósio de Direito Civil

Repórter:
Raíza Vieira

No período de 20 a 23 de setembro, o Centro de Estudos Judiciários (CEJ) do Tribunal de Justiça de Pernambuco promoverá o II Simpósio de Atualização em Direito Civil e Processual Civil. O evento ocorrerá no auditório do Fórum Rodolfo Aureliano, no horário das 13h30 às 17h30. Giselda Hironaka e Fred Didier são alguns dos juristas convidados para o simpósio. Outros palestrantes confirmados são o juiz estadual Alexandre Pimentel, o advogado Mizael Montenegro e o diretor do CEJ, desembargador Frederico Neves.

Os estudantes de Direito, servidores e magistrados são o público alvo. As vagas já foram preenchidas. Os participantes vão receber certificado e os servidores que comparecerem ao evento receberão abono das faltas em suas unidades de trabalho.

O I Simpósio, realizado pelo CEJ, ocorreu no mês de setembro do ano passado e também abordou o Direito Processual Civil. "O resultado do primeiro encontro foi bastante positivo. O público elogiou a organização do evento e sugeriu novos temas, como por exemplo as atualizações ocorridas no Código Civil, assunto que será abordado neste II Simpósio", afirmou o secretário do CEJ, Jovaldo Júnior.

O diretor do CEJ, desembargador **Frederico Neves,** *(acima) e o juiz* **Alexandre Pimentel** *(segunda foto) estão entre os palestrantes do evento*

Mais detalhes do evento, podem ser conferidos através do link do Centro de Estudos Judiciários, no site do Tribunal de Justiça de Pernambuco (**www.tjpe.gov.br**).

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 178 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 20 de setembro de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Judiciário estadual apóia mediação

REPÓRTER:
RODRIGO GUEDES

A Secretaria de Justiça e Direitos Humanos implantou, em ação pioneira no Brasil, o Núcleo de Mediação Comunitária de Conflitos. Pessoas com problemas familiares, insatisfeitas com alguma empresa, vítimas de preconceito racial ou lutando pela posse de terra podem recorrer ao Núcleo. Através do diálogo, é buscado o entendimento com a outra parte. Os mediadores pretendem, com a medida preventiva, desafogar o Poder Judiciário.

Durante a solenidade de instalação do Núcleo, na última quinta-feira, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta lembrou que a mediação, um recurso adotado em países como a Inglaterra, já era tema proposto no Brasil há séculos. Um regulamento datado do Império já se refere à conciliação, que é um complemento responsável pela eficiência do atendimento à população". Malta adiantou que o Juizado de Trânsito, com inauguração prevista para a primeira semana de outubro, contará com a figura do mediador.

Cerca de 1.700 facilitadores serão capacitados para atuar na Região Metropolitana do Recife, tendo como foco a população de baixa renda. A secretária do Núcleo de Mediação, Jane Flávia, afirma que o cidadão interessado deve ligar para o Núcleo - 3303.3320 - e agendar um horário. O facilitador vai, então, à comunidade, promovendo acordos e recompondo relacionamentos.

A Diretora do Núcleo de Mediação, Maria Regina Oliveira, acredita que o quadro social difícil não torna o governo ausente na escuta das queixas do povo. O vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira, acrescentou que esse trabalho pode levar as pessoas a elevarem a consciência cidadã. "É uma iniciativa de grande alcance social", disse Siqueira.

Os chamados poupam a recorrência à delegacia e têm privacidade garantida. Segundo o gerente de mediação de conflitos, Carlos Eduardo Vasconcelos, o Estado é apenas "animador" do processo, porque o protagonista é o cidadão. "Precisamos ajudar a comunidade a aprender que construir a cultura de paz é o caminho para que o conflito deixe de ser violência e passe a ser diálogo", afirma Vasconcelos.

Macêdo Malta: *Juizado do Trânsito utilizará este recurso.*

Lei na berlinda

A primeira reunião da comissão que vai revisar as leis pernambucanas em desuso já está agendada. O grupo de juristas, presidido pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Leopoldo de Arruda Raposo, vai se reunir na próxima quarta-feira, dia 21, às 16h, no gabinete da presidência da Assembléia Legislativa de Pernambuco (Alepe). "A intenção é atualizar nossa legislação ante a ordem constitucional e as leis federais vigentes", diz Raposo.

Leilão bem-sucedido

O Tribunal de Justiça de Pernambuco arrecadou 128 mil reais com o leilão de carros e motos, realizado na quinta-feira, dia 15. Dos 22 veículos leiloados, 13 foram arrematados. Os automóveis ainda não foram entregues aos seus novos proprietários. Estes só irão receber os objetos adquiridos 48 horas depois da publicação do comunicado do presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, no Diário Oficial.

O diretor-adjunto de Infra-Estrutura do TJPE, Edvaldo Araújo, informou que o leilão correspondeu às expectativas, com a venda da maioria dos veículos, inclusive três motos. "Os nove veículos restantes, de modelos Gol e Panti, serão leiloados futuramente, mas, ainda, não se tem uma data marcada", afirmou.

DIPLOMACIA

O presidente **Macêdo Malta** *recebeu, na última sexta-feira, a visita da consulesa dos Estados Unidos,* **Diana Page**. *A recepção aconteceu no Salão Nobre do Palácio da Justiça. Na ocasião, a consulesa disse que era "um grande prazer e uma honra estar nesta sala da história de Pernambuco".*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PERNAMBUCO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 179 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 21 de setembro de 2005

TJPE inaugura Centro de Cidadania

Repórter:
Rodrigo Guedes

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, vai inaugurar, no próximo dia 31, o Centro Integrado de Cidadania (CIC). O espaço será destinado a uma justiça comunitária, prestando serviços gratuitos de interesse social em favor da população carente. Durante encontro com articuladores da nova instalação, o coordenador dos trabalhos desembargador Jones Figueirêdo tratou de medidas operacionais para a inauguração do Centro Integrado de Cidadania. A reunião, na última sexta-feira, estabeleceu os locais de funcionamento de cada órgão no CIC. Crimes de menor potencial ofensivo poderão ser julgados pelo Juizado Criminal para Violência de Gênero. O Centro de Cidadania também contempla idosos com um Juizado Especial Cível para solucionar especificamente assuntos envolvendo o público da terceira idade. O Poder Executivo estadual participa através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e da Central de Apoio às Medidas e Penas Alternativas.

A nova unidade do Judiciário vai dispor de um posto do Procon, além de um Balcão de Emprego, programa que liga o potencial empregador aos cadastrados, cruzando as informações. "O Balcão é um facilitador do mercado de mão-de-obra", explicou Jones Figueirêdo.

A prefeitura do Recife se inclui no projeto. O Núcleo de Referência a ser inaugurado no CIC vai ofertar serviços públicos à população. Entidades do Terceiro Setor contarão com um auditório polivalente para discutir questões de interesse comunitário. Jones Figueirêdo lembra, ainda, que o auditório pode servir para cursos profissionalizantes.

"O Centro de Cidadania é uma experiência-modelo de justiça comunitária, onde políticas públicas de cidadania serão implementadas para além de uma Justiça clássica de solução judicial de conflitos", afirma o desembargador. Ele acrescenta: "Os serviços prestados irão induzir à dignificação das pessoas e implementar medidas de inclusão social".

O CIC ficará localizado na Rua da Glória, 303/307, no bairro da Boa Vista.

A comissão responsável pela implantação do CIC é presidida pelo Des. **Jones Figueirêdo**

Sentença

Elaboração da sentença criminal é o tema do curso que vai se iniciar, nesta quinta-feira, com 30 assessores de Varas e Juizados Especiais Criminais, designados pelos magistrados. A promoção é da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco, que pela primeira vez organiza um curso sobre sentenças criminais. O juiz da Vara de Execução de Penas Alternativas da Capital (Vepa), Flávio Fontes, vai ministrar as aulas, que serão no turno da manhã, das 9h às 11h30, nos dias 22 e 29 de setembro; 06, 13, 20 e 27 de outubro e 03 e 10 de novembro. A carga horária é de 20 horas.

Direito Penal

O Instituto Brasileiro de Ciências Criminais vai reunir cerca de 800 profissionais da área no 11º Seminário Internacional. Estão programadas palestras com estudiosos da Europa e do Chile. Entre os diversos painéis estão previstos temas como "Segurança urbana: novos modelos", "Febem: reforma ou extinção" e "Jornalismo Investigativo: limites éticos e jurídicos".

O Seminário será realizado na cidade de São Paulo, entre os dias 4 e 7 de outubro. O telefone para informações e inscrições é o (11) 31054607.

Dez minutos para mim

Repórter:
Marianne Menezes

Os benefícios trazidos pela ginástica laboral serão estendidos aos servidores do TJPE. Suspenso por dois meses, o programa *Dez Minutos para Mim* está sendo aperfeiçoado pela equipe da Sessão de Readequação e Readaptação Funcional (Serad). "O momento é de conscientização para que os servidores tomem conhecimento da importância da ginástica no trabalho", afirma o chefe da Serad, Sandro Passos.

Os exercícios laborais, explica a ciência, atuam de forma preventiva e terapêutica no intuito de preparar os servidores para a jornada de trabalho. Evitam-se, assim, os *Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho* (Dorts), tão comuns em épocas em que o esforço repetitivo está cada vez mais presente nas atividades profissionais.

De acordo com Sandro, o projeto para a contratação de profissionais especializados na ginástica está em licitação. O programa piloto vai contemplar, inicialmente, as diretorias Cível e Criminal, de Informática, Jurisprudência, Taquigrafia e 1ª e 3ª Distribuidores.

Desde janeiro, já estão sendo realizados alongamentos entre servidores da DRH, coordenadas pela equipe da Serad. As sessões ocorrem de segunda a sexta-feira, às 15h30, no 1º andar do Edifício Paula Baptista.

Sandro Passos: *conscientização sobre a importância da ginástica no trabalho*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 180 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 22 de setembro de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Congresso reúne magistrados pernambucanos

Repórter:
Mariane Menezes

O *II Congresso Estadual dos Magistrados de Pernambuco* está pronto para ser realizado, e as expectativas não poderiam ser melhores. Depois do sucesso do primeiro encontro, em 2001, a procura por vagas está grande. Trezentos magistrados já confirmaram a participação no evento, a ocorrer nos dias 3 a 6 de novembro, no Hotel Blue Tree Park, em Cabo de Santo Agostinho. O tema central desse Congresso será a ***Independência do Juiz***. O evento já tem confirmada a presença de diversos nomes da intelectualidade nacional em estudos do Direito, como também todo o Conselho Executivo da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

A Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe) promove o encontro. O presidente da entidade, juiz Mozart Valadares, anuncia a importância do Congresso: "O tema em si é relevante. Muitos profissionais pensam na independência dos juízes somente em relação ao poder econômico ou político. Queremos debater a dependência dentro do próprio Judiciário, se o magistrado pode exercer sua função sem admitir qualquer pressão interna ou externamente. Algumas pessoas abrem mão de princípios que devem ser seguidos em nome de promoções por merecimento e carreiras rápidas. A discussão vai girar também em torno disso".

As perspectivas, para Valadares, são muito boas. "Depois do Congresso de 2001, publicamos num livro todas as palestras e debates. Iremos fazer a mesma coisa este ano", diz o juiz. Mozart também comemora a disputa pelas vagas. "Escolhemos o Blue Tree Park por ser o hotel de maior capacidade no Estado. No entanto, como as trezentas vagas já foram preenchidas, estamos disponibilizando o Hotel Canários, em Gaibu, para o excedente de inscritos". Os participantes já confirmados irão desfrutar de apartamento duplo para dois adultos e uma criança.

Cada dia do evento comportará dois painéis, precedidos por apresentações artísticas e finalizados por uma atividade sociocultural. No primeiro dia, Roberto Romano versará sobre *A Independência do Magistrado - uma Abordagem Filosófica*. Logo após, é a vez de Maria Tereza Sadek, com o painel *A Independência da Magistratura e o Jurisdicionado*. A Orquestra SaGrama e Grupo de Danças Pernas de Palco finalizam a noite.

O segundo dia conta com Cláudio Baldino e Dalmo Dalari, com *Mecanismo de Fragilização e quebra da Independência do Magistrado* e *Independência do Magistrado - uma Abordagem Histórica*, respectivamente. Depois, Geraldo Maia e banda divertem os participantes.

O painel *A Independência do Magistrado e o Cotidiano* é o tópico a ser debatido no terceiro dia, por José Renato Nalini. A apresentação do conjunto musical Quinteto Violado põe fim às atividades.

Valadares: "*Independência interna*"

Telejudiciário liga TJ à população

O **Telejudiciário** *registra de 40 a 70 atendimentos diários*

O Judiciário estadual está mais perto do que parece da população pernambucana. Além da Ouvidoria, o Telejudiciário atua como ponte na informação de toda parte processual do Palácio da Justiça. Através dos números 3424.3021 e 3424.3128, o público pode consultar o encaminhamento de processos de segundo grau. O serviço, implantado há cinco anos, recebe de 40 a 70 ligações por dia. As telentendentes estão aptas a informar sobre julgamentos, petições, deferimento de habeas corpus, parecer de desembargadores, telefones de gabinetes e diretorias.

Segundo a atendente Lílian Nascimento, "o Telejudiciário faz sucesso principalmente entre advogados, mas é sem dúvida um importante instrumento a serviço de toda pessoa que deseja reivindicar algum direito. Os idosos utilizam bastante, na maioria das vezes, quando estão prestes a receber alguma quantia". Dalvanei Santos, responsável pela administração do serviço, ressalta sua importância, embora admita possibilidades de melhorias para o atendimento. "A ligação poderia ser gratuita, como é a Ouvidoria. Ou se pudéssemos também dar informações sobre processos do primeiro grau, exclusivamente restritos aos Fóruns".

O Telejudiciário está sob a gerência do Núcleo de Distribuição Processual do 2º Grau, comandado por Patrícia Rebelo. Patrícia assegura a função majoritariamente informativa do serviço e revela a disponibilidade das atendentes na cessão de pormenores dos processos. "As funcionárias estão capacitadas a fornecer detalhes, o que a Distribuição, sozinha, não pode realizar", garante.

O Telejudiciário atende ao público das 8 às 18h, sem intervalo. **(MM)**

HOMENAGEM

O presidente **Macêdo Malta** *participou, na última terça-feira (20/09), de almoço no* Centro de Preparação de Oficiais de Reserva de Recife (CPOR). *Recebido pelo diretor de formação e aperfeiçoamento do Exército, coronel* **Ronald Silva Marques,** *e pelo tenente-coronel* **Rizuo Ikeda**. *Na ocasião o presidente foi homenageado com o Diploma Amigo do CPOR. Em tempo: Malta foi aluno do CPOR.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 181 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 23 de setembro de 2005

Crime organizado movimenta U$ 2 tri ao ano

Assunto foi debatido durante o I Encontro Internacional de Magistrados, realizado em Minas Gerais

Repórter:
Rodrigo Guedes

As organizações criminosas estão criando um Estado paralelo que movimenta 2 trilhões de dólares por ano. Desse montante, 50% é proveniente de corrupção. Esses dados são do representante das Nações Unidas Contra Drogas e Crimes para o Brasil, Giovanni Quaglia. Diante desse quadro, juízes de todo o País reuniram-se no *I Encontro Internacional de Magistrados*, realizado entre os dias 26 e 27 de agosto, em Minas Gerais. A Itália foi exemplo de combate às máfias - organizações criminosas que envolvem tráfico de drogas, armas e corrupção.

A partir dos anos 70, na Itália, a Polícia, ao lado do Ministério Público e do Judiciário, começou a estudar a estrutura da máfia e mapear a sua abrangência: foi a operação Mãos Limpas. Desde então, os criminosos passaram a agir com mais violência, matando e oferecendo propina para barrar a investida dos agentes públicos. A máfia napolitana chegou a assassinar 750 pessoas em menos de uma década.

A fim de entender a operação deflagrada na Itália, a juíza-corregedora auxiliar da 4ª Região, Karina D'Almeida Lins, participou do encontro internacional, representando a Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco. A juíza foi convidada pela Relatoria da ONU para a Independência do Judiciário e pela ONG Justiça Global, por ter sido vítima de atentado após iniciar sindicância. O carro oficial em que a juíza se encontrava recebeu 38 tiros e os documentos relativos à investigação foram roubados. O crime está ainda em fase de apuração.

Segundo Karina D' Almeida, a primeira atitude da operação Mãos Limpas foi atacar a corrupção infiltrada em todas as instâncias do poder público. Ela afirma que o Brasil já era rota da máfia "Cosa Nostra" desde os anos 80. "Hoje em dia, as grandes máfias estão globalizadas, passando pela Nigéria, China, Rússia e América Latina antes de atingir os grandes centros de consumo, que são Europa e Estados Unidos", acrescenta.

Para a juíza **Karina D'Almeida**, *a legislação em vigor deixa o magistrado de mãos atadas*

Itália enfrentou o crime com leis mais severas

No entendimento da juíza Karina D'Almeida Lins, a sensação dos magistrados brasileiros, especialmente os da área criminal, é de terem as mãos atadas pela legislação atualmente em vigor. Para ela, é preciso ter leis mais severas na punição de traficantes e integrar melhor a polícia com o Ministério Público e o Judiciário, a exemplo do que aconteceu na Itália. Após pressão da sociedade, indignada com o domínio do crime sobre as leis oficiais, o governo italiano modificou a legislação, como também liberou recursos para a polícia especializada italiana, que hoje tem melhores salários. Dentre as mudanças, foi aprovada uma lei de interceptação telefônica, recentemente adotada pelo Brasil.

Entretanto, outras práticas em vigor na Itália ainda não foram incorporadas pelas leis brasileiras. Por exemplo, o regime do cárcere, artigo 41 do Código Penal italiano, estabelece que todas as conversas dentro de cadeias e penitenciárias sejam gravadas na íntegra. A convivência entre detentos tem restrições, e sequer a família tem direito de contato direto.

Além disso, foram unificadas as carreiras de promotor e magistrado. A formação é idêntica ao longo do curso, optando-se, no final, pelo lado investigativo ou do aplicador da lei, respectivamente. No plano internacional, a Itália desenvolveu um sistema de colaboração com outros países. No plano nacional, a lei 94 permite o confisco de qualquer patrimônio que não tenha comprovação de como foi adquirido. A corregedora-auxiliar Karina D'Almeida conta que essas medidas reduziram a ação dos mafiosos, impossibilitados de comandar a organização, inclusive, de dentro da prisão.

Durante o I Encontro Internacional dos Magistrados, o procurador da Direção Nacional antimáfia, desembargador Antônio Patrono, afirmou que "sem as novas leis, os resultados não poderiam ter sido alcançados pela Justiça". Por seu turno, Karina D'Almeida avalia que "precisamos pressionar o poder público e mobilizar a sociedade organizada para combater o crime organizado no Brasil". O resultado do I Encontro Internacional de Magistrados é a Carta do Triângulo Mineiro, elaborada após as discussões do simpósio. **(confira a íntegra do documento na página 2)**.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 182 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 24 de setembro de 2005

TJPE define horários de visitas ao Palácio

Repórter:
Raíza Vieira

O **Palácio da Justiça** *(no lado) compõe com o Palácio do Governo e o* **Teatro Santa Izabel** *(à direita) um dos mais belos conjuntos arquitetônicos do Recife*

As visitas de grupos ao Palácio da Justiça serão nas segundas, quartas e sextas-feiras, nos turnos da manhã, 9h às 12h, e tarde, 14h às 17h. O objetivo do novo calendário é coincidir os horários de visita com os do Palácio do Governo. "Muitos turistas e estudantes visitavam o Palácio da Justiça, mas ficavam sem conhecer o Palácio do Governo, porque os horários não eram semelhantes", observa o assessor de Cerimonial do TJPE, Silas Costa e Silva. Com a mudança de dias, será possível visitar um local, e logo depois, o outro.

O Palácio da Justiça - sede administrativa do Tribunal de Justiça e onde funciona a segunda instância do Poder Judiciário estadual - completa o quadro paisagístico da Praça da República. Ao lado do Teatro Santa Izabel e o edifício sede do Governo do Estado integra um dos mais belos conjuntos arquitetônicos do Recife.

Construído no final da década de 20, o Palácio da Justiça abriga manifestações artísticas de vários e dedicados homens, entre eles o alemão Heinrich Moser, criador dos vitrais e do quadro alegórico à Justiça que embelezam o Palácio.

Os vitrais, situados na entrada principal do TJPE, representam a primeira Assembléia Legislativa em terras americanas, convocada pelo Príncipe Maurício de Nassau. O quadro de Moser pode ser visto no salão, onde funcionou por muitos anos o Tribunal do Júri do Recife, e que atualmente abriga a sala das sessões do Tribunal Pleno.

O majestoso edifício, em estilo neoclássico, marca a paisagem do Recife por sua beleza arquitetônica. Em seus cinco pavimentos, é possível constatar a imponência e o bom gosto da obra.

Outro destaque é o Salão Nobre, no segundo pavimento do prédio, de rico acabamento banhado a ouro. Na sala privativa de reunião dos desembargadores, situada no primeiro andar, os móveis são artisticamente entalhados e rememoram o antigo Tribunal da Relação. Na mesma sala fica a galeria de fotos de ex-presidentes do Tribunal de Justiça.

Por tudo isso, o Palácio da Justiça constitui-se em verdadeiro acervo de arte e importante roteiro turístico.

Serviço

Dias de visita:
Segundas, quartas e sextas-feiras
Horários: 9h às 12h ou 14h às 17h.

Como agendar:
Grupos com mais de dez pessoas devem enviar ofício ao Cerimonial do TJPE.

Juiz lança campanha contra alcoolismo

Repórter:
Rodrigo Guedes

É consenso entre delegados de todo o País: o álcool está por trás da grande parte dos crimes envolvendo adolescentes. A freqüência escolar é prejudicada pela dependência química, e a prostituição infantil se dissemina pelo Interior de Pernambuco. Atento aos problemas do município, o juiz de Itaíba, Valdecy Gusmão, vai lançar, na próxima quinta-feira, a Campanha Contra o Alcoolismo. As ações terão como base o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que atribui responsabilidades aos pais, à comunidade e ao Estado.

A iniciativa de Valdecy envolve o Conselho Tutelar de Itaíba, que tomou posse no último dia 14. O próprio juiz se encarregou de capacitá-los para a função, pois o treinamento apenas via meios institucionais seria demorado. Encontrando-se com o grupo semanalmente, Valdecy define o papel dos conselheiros e discorre sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Foi num dos encontros que surgiu a idéia da campanha Contra o Alcoolismo.

Para o magistrado, sua ajuda no treinamento é necessária porque o Ministério Público só comparece a Itaíba uma vez por semana, e tem diversas tarefas a resolver num único dia. "O promotor do Ministério Público, Bruno Pereira, é dedicado, mas está acumulando Itaíba e Águas Belas, onde existe o termo de lati". A sobrecarga é confirmada por Pereira, que reitera: "Trata-se de uma deficiência institucional do Ministério Público comum em cidades do Interior".

Pereira, ao lado dos conselheiros tutelares, vai fiscalizar os postos de venda de bebidas e acompanhar os pais de adolescentes com problemas. Ele afirma que "a criança é um ser em desenvolvimento físico, mental e moral. Sua convivência com a família não pode ser prejudicada pelo consumo de álcool".

Para o lançamento da Campanha Contra o Alcoolismo, no auditório do Tribunal de Juri, Valdecy pretende tratar do alcoolismo sob o ponto de vista do ECA. "Eu irei tratar das proibições previstas pelo Estatuto, que será cumprido em Itaíba". Após sua palestra, o representante da associação dos Alcoólicos Anônimos (AA) de Arcoverde vai falar ao público sobre os efeitos do álcool no indivíduo. A reunião, prevista para as 16h, vai envolver educadores, representantes de estudantes e vendedores de bebida.

O juiz **Valdecy** *em colaboração do Conselho Tutelar de Itaíba*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 183 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 27 de setembro de 2005

TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA

Mutirão de Justiça mobiliza comunidade do Coque

Repórter:
Rodrigo Guedes

Moradores do Coque são atendidos por defensores públicos e estagiários

Para a Comunidade do Coque, o Fórum Rodolfo Aureliano tinha a imponência de um castelo, onde "pessoas arrumadas" olhavam diferente para os demais. No último sábado, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a Defensoria Pública organizaram um mutirão no hall do Fórum, e mostraram à população do Coque que aquele é um espaço aberto a suas queixas, não importa o formalismo da roupa. Aproximando a Justiça da comunidade, cerca de 40 defensores públicos e 100 estagiários, a maioria estudante de Direito, fizeram 300 atendimentos relativos ao Direito de Família - pensão alimentícia, divórcio e reconhecimento de paternidade. A assistência prioritária é um projeto-piloto para comunidades que solicitem atenção.

Elda Caldas, subdefensora adjunta, coordenou o mutirão que atendeu a população das 9 às 17h. Para reunir tanta gente - cerca de mil pessoas - foi feito um trabalho ao longo de dois meses. "Fizemos visitas ao Coque para perceber as carências e reuniões com representantes para articular os interessados. Era urgente encaminhar e agilizar processos criminais, além de analisar algumas prisões ilegais ou problemas de abuso de autoridade na área criminal. Outro serviço apontado como importante foi o atendimento ao consumidor", explica Caldas. Percebeu-se que, antes de comparecerem ao Fórum, os cidadãos deveriam ser informados dos documentos exigidos para cada tipo de processo.

"Muita gente veio me perguntar sobre o mutirão", informa Vaneide Rocha, representante da comunidade, presente às reuniões. "Muitos querem se divorciar, outros casar, além do reconhecimento de paternidade; as pessoas também estavam preocupadas em confirmar se o serviço era de graça", continua. Vaneide lembra que o pároco do Coque, durante a missa, repassava a importância de ir ao Fórum caso houvesse um ato criminal, problemas de maternidade e de pensão. Uma bicicleta com equipamento de som anunciou a iniciativa à vizinhança, alcançando todas as casas.

O juiz da 9ª vara de família, Carlos Magno, avalia que as portas do Tribunal estão sendo abertas aos mais carentes, levando o direito de todos à Justiça. Ele afirma que o TJPE dá todo o apoio a essa atividade, que faz parte do programa "Interagindo com a Sociedade" desenvolvido pela Associação dos Magistrados Estaduais de Pernambuco (AMEPE). "O Tribunal cedeu o espaço no Fórum Rodolfo Aureliano e instalou uma bancada de computadores para facilitar o trabalho dos defensores públicos, que são os advogados dos pobres", salienta Magno.

A interação do Fórum com a sociedade foi realizada, na avaliação da psicóloga Suely Domingues, também presente ao mutirão. "O projeto foi importante para desmistificar a imagem do Fórum dissociado da comunidade. Eles foram ouvidos como qualquer outro cidadão, e sentiu-se que a Justiça está mais próxima ao povo. Esse foi o lançamento de uma semente". Suely diz que outras comunidades já ligaram ontem para agendar novos mutirões, com a colaboração do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Chá da ACMEPE tem nova data

O Chá Beneficente da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe) mudou de data. O evento, que estava programado para o dia 5 de outubro, foi adiado para o dia 9 de novembro, às 16h30, no Mar Hotel. Para participar do chá beneficente, é preciso comprar um ingresso, que custa 30 reais, na sede da Acmepe, a partir das 14h.
Além do Coral da Acmepe, haverá uma apresentação do tenor lírico, Antônio Lipo. Serão aceitas doações de roupas, tapetes ou qualquer material que ajude as instituições envolvidas. As crianças do Centro Beneficente do Bongi (Cenbengi) e idosos do asilo Lar do Amor agradecem.

O Coral da Acmepe *foi uma das realizações da gestão atual*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 187 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 1º de outubro de 2005

Pernambuco amplia magistratura estadual

A magistratura pernambucana é a que melhor contempla a proporção de juízes por grupo de habitantes. A declaração é do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Macêdo Malta, feita durante a posse de sete juízes substitutos, realizada na última quinta-feira, na Presidência do TJPE.

Os novos juízes, com idade média de 30 anos, exercerão seus cargos ao término de um curso prático ministrado pela Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (ESMAPE). As aulas devem abordar os procedimentos processuais cíveis, criminais, tributários e de outras áreas do Direito.

O presidente Macêdo Malta lembrou aos recém-empossados que Pernambuco tem sido modelo no Poder Judiciário nacional. "O exercício da autoridade jurídica exige reflexão e ponderação. Nesse sentido, nossos magistrados têm tido uma conduta exemplar. O Conselho Nacional de Magistratura nunca recebeu uma só queixa em relação aos magistrados pernambucanos", afirmou.

Para Regina Célia Maranhão, primeira colocada dos sete empossados, a ampliação do número de juízes demonstra que a magistratura pernambucana está realmente preocupada com a qualidade dos seus serviços. "Apesar de todos os problemas orçamentários, o presidente do TJPE tem ensejado grandes esforços para que a prestação jurisdicional não fique comprometida. Com essa nova leva de juízes, serão beneficiadas principalmente as comarcas do Sertão, entre outras igualmente distantes, para onde irá a maioria de nós", observou.

Os juízes substitutos prestaram juramento na cerimônia de posse com a sala da Presidência repleta de familiares, evidenciando a importância da conquista na vida de cada. O juiz Marcelo Marques Cabral, também recém-empossado, lembrou o longo processo até chegar à magistratura e disse que desprenderá todo esforço necessário para honrar o cargo, servindo à sociedade pernambucana com honradez.

O Secretário Judiciário, Abrão Joaquim dos Santos, disse que a qualificação dos novos magistrados "deixou o Tribunal muito feliz, pois correspondeu às nossas expectativas". Na atual gestão, 50 juízes foram nomeados, preenchendo antigas lacunas nas 184 comarcas do Estado de Pernambuco, ocasionadas por limitações orçamentárias, promoções, remoções e aposentadorias de juízes.

JUÍZES EMPOSSADOS

Regina Célia de Albuquerque Maranhão, Ana Paula Borges Coutinho, Maria Cristina Fernandes de Almeida, Jacira Maria Lucena da Rocha, Álvaro Mariano da Penha, Marcelo Marques Cabral e Luiz Carlos Vieira de Figueiredo.

O presidente **Macêdo Malta** *(C) dando posse a* **Regina Célia** *(E), primeira colocada dentre os novos juízes (acima). Na foto abaixo, os demais recém-empossados prestam juramento*

TJPE intensifica treinamentos antiincêndios

Repórter:
Cicilia Pereira

Curvelo: *prioridade às comarcas mais isoladas*

Informar e prevenir os servidores do Poder Judiciário estadual contra incêndios é o objetivo de uma parceria entre a Diretoria de Infra-estrutura (Diriest) e a Assessoria Policial Militar e Civil (APMC) do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A ação conjunta resultou em um trabalho de conscientização que se intensificou na administração do presidente Macêdo Malta, embora venha sendo feito há mais de dois anos.

O primeiro passo é vistoriar prédios e repor os extintores de incêndio. Em seguida, são realizadas reuniões com os funcionários, onde eles aprendem a usar esse equipamento, em situações de emergência. As comarcas do Interior do Estado tiveram prioridade e atenção especial no atendimento, já que ali estão as unidades que mais necessitam desse tipo de segurança. "Os funcionários solicitam nossa orientação por estarem localmente afastados do Corpo de Bombeiros. Na maioria das vezes, eles não sabem como usar o extintor para um determinado tipo de incêndio", observa o tenente Valfrido Curvelo.

Segundo Curvelo, membro da Assessoria Policial do TJPE e responsável pelas palestras, esse treinamento é contínuo e a recarga dos extintores é feita anualmente. Ao todo, 89 comarcas já foram beneficiadas e mais de 800 pessoas participaram das palestras. A maioria dessas comarcas está localizada em municípios dos sertões do Pajeú, Itaparica, São Francisco e Araripe; das matas Norte, Sul e parte do Agreste Setentrional. O Fórum Rodolfo Aureliano, no Recife, também já foi alvo do programa de treinamento de prevenção a incêndio.

Até novembro deste ano, mais 25 comarcas do Agreste Central e Meridional, além de juizados e fóruns da Região Metropolitana do Recife, irão receber visita da equipe da Diriest e Assessoria Policial Militar do TJPE.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

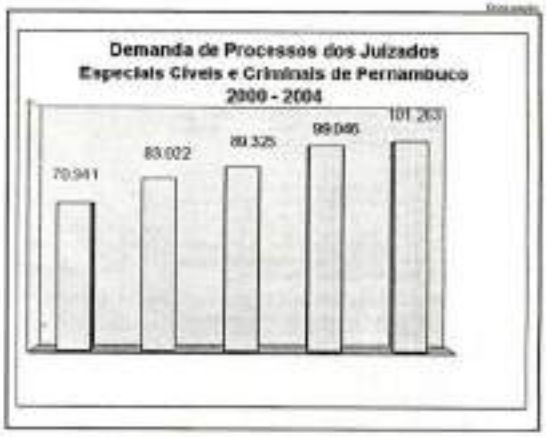
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 188 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 4 de outubro de 2005

Juizados Especiais comemoram 10 anos

CICÍLIA PEREIRA
RODRIGO GUEDES

O Código de Defesa do Consumidor, criado há 15 anos, revolucionou o modo como o cliente se relaciona com as empresas. As pessoas passaram a exigir seus direitos, por menores que fossem as quantias envolvidas.
Acompanhando essa conscientização da sociedade, o Poder Judiciário criou os Juizados Especiais, que completam dez anos de atendimento rápido e democratização da justiça.
"Tudo em relação ao consumo está desaguando no Judiciário", afirma o coordenador do 2º Juizado Especial Cível da capital, juiz Adriano Mariano de Oliveira. Ele lembra que a justiça comum tem procedimentos lentos, que desestimulam a solução de causas de valor reduzido. "Eu dou a sentença no momento da audiência. Entre o ajuizamento da ação e o julgamento do processo, quando não tem acordo, não se passam mais de três meses", diz Adriano.
Dessa forma, os juizados especiais atendem a população sem as formalidades e complicações que embaraçam a justiça comum. Isso dá maior assistência ao cidadão que encontrava dificuldades no acesso à justiça, e tem como objetivo proporcionar maior celeridade.
Outra fonte constante de ações na área cível são as causas envolvendo danos morais. "Há um crescimento paulatino de pedidos de indenização a título de danos morais. Trata-se de uma verdadeira indústria que, em muitos casos, versam sobre meros aborrecimentos", informa a juíza do 2º Juizado Especial Cível de Jaboatão, Karina Albuquerque de Amorim. O dano moral atinge a integridade física e psíquica do indivíduo, trazendo transtorno. "A perda de um filho ou de um membro do corpo é um dano moral. O que não é, por exemplo, é ter seu cartão recusado pelo supermercado. Se o funcionário não causa vexame ao comunicar o problema, a negativa em si não é uma situação vexatória, apenas um aborrecimento", considera a juíza.
Além da área cível, os Juizados Especiais abrangem os de caráter criminal. Antes conhecidos como Juizados Especiais de Pequenas Causas, foram criados em 26 de setembro de 1995, mas só passaram a vigorar após sua publicação no dia 26 de novembro.
Dentro desses dez anos, os juizados passaram a executar suas próprias decisões. Segundo o Coordenador dos Juizados Especiais, José Arteiro, o advento da lei de 1990 e de 1999, referentes à implantação dos Juizados Especiais, foi uma grande revolução no acesso à justiça. "No sistema criminal, a parte não precisa de advogado para as causas de até 20 salários mínimos. O processo é isento de custos e orientado por um princípio célere", salienta Arteiro.
No ano de 1995, 33.566 processos foram distribuídos entre os 12 Juizados Especiais do Estado. Já em 2004, a demanda atingiu 101.273 processos. Nesses dez anos, já foram recebidos 700 mil processos dentro dos 32 juizados atuais.



PROJETOS - Uma das conquistas é o Juizado Itinerante, em vigor desde o ano passado dentro do Projeto Ação Global, resultado de uma parceria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e a Rede Globo de Televisão. O Juizado Itinerante é levado às comarcas que não possuem juizados, tornando possível o acesso da população mais carente à justiça e a obtenção de documentos pessoais. Já foram contempladas as cidades de Pesqueira e Paudalho. O atendimento chega até Ipojuca neste mês. Outra novidade é o Juizado de Trânsito, previsto para funcionar na avenida Abdias de Carvalho, no Recife, a partir do próximo dia dez.

***O* Juizado Especial do Rosarinho** *foi o primeiro e atende principalmente causas de danos morais e relativas ao direito do consumidor*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 189 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 5 de outubro de 2005

Magistratura atrai servidor do Judiciário

RODRIGO GUEDES e MANUELA VERAS

Luciene: *de servidora a juíza de Direito*

Dentre os sete juízes empossados pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), no último dia 29, quatro eram antigos servidores da casa. O percentual revela uma busca crescente de integrantes do próprio quadro funcional do Judiciário estadual em seguir a carreira da magistratura. Embora não seja exatamente uma novidade, essa tendência pode ser constatada mais visivelmente a partir do último concurso, desde a nomeação dos primeiros aprovados, em janeiro de 2003. Somente na gestão do desembargador Macêdo Malta (2004-2005) sete servidores já foram nomeados juízes.

Sem deixar de reconhecer a capacitação dos magistrados oriundos do meio advocatício, a ex-servidora e hoje juíza de Direito Luciene Robéria - empossada em agosto de 2003 - ressalta algumas vantagens próprias dos magistrados que tiveram oportunidade de conhecer o dia-a-dia do Judiciário na condição de servidor. "A experiência como servidora me possibilitou conhecimento da rotina interna do Judiciário, seus trâmites, limitações e dificuldades enfrentadas pelo corpo funcional, o que me permite maior sensibilidade para me relacionar não só com o meio jurídico como também com os servidores da Casa".

Tendo sido servidora desde 1982, Luciene atuou por 12 anos como assessora de desembargador. "Lidar com processo, portanto, não era mais uma novidade, quando iniciei o exercício da magistratura", conclui.

Histórico semelhante é o de Lara Correa da Silva, hoje juíza-substituta da Vara da Infância e Juventude de Olinda. Ela ingressou no TJPE como servidora em 1997, foi assessora de desembargador a partir de 2000 e em 2003 assumiu o cargo de juíza. Caso similar é o da juíza-substituta recém-empossada Regina Célia Maranhão. Servidora concursada em 1989, foi assessora do desembargador José Fernandes, por quatro anos. De Escrevente Datilógrafo, cargo que não existe mais, ela tirou o primeiro lugar entre os recém-empossados juízes-substitutos.

PREPARANDO FUTUROS JUÍZES

Por trás desse crescente índice de servidores tornando-se juízes está o trabalho da Escola de Magistrados de Pernambuco (Esmape). Segundo a diretora de administração e patrimônio, Semíramis Araújo, a Instituição instrui com aulas práticas os juízes empossados, visitando todas as varas especializadas. "Os alunos-juízes têm a oportunidade de conhecer o funcionamento das cíveis, de família, da fazenda pública, de infância e juventude, varas criminais e do júri", afirma Semíramis. Em muitos casos, os estudantes terminam por visitar ambientes onde antes trabalhavam como servidores.

Além disso, destaca-se o esforço da Escola em preparar servidores e profissionais de Direito em geral interessados em um dia se tornarem magistrados. Luciene Robéria, por exemplo, estudou na Esmape antes do concurso e pôde adentrar nos costumes jurídicos antes de realizar o concurso para juíza.

Com o passar dos anos, a Esmape tem adaptado a abordagem técnica à realidade dos novos magistrados. Esse apuro no ensino é bem visto pela juíza Regina Célia. Segundo ela, "a prova do concurso dá valor apenas à teoria. A prática é muito diferente e importante para nossa instrução". Regina afirma que o tempo como servidora do Tribunal suscitou nela maior vontade de exercer a magistratura.

DRH e avaliação semestral

A Diretoria de Recursos Humanos solicita o envio imediato de e-mail e telefone de todos os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, cumprindo o estágio probatório. Os dados servirão para cumprir a meta da DRH de informar melhor os servidores sobre as avaliações semestrais do estágio a que eles são submetidos durante os três anos iniciais da carreira. Com essa iniciativa, a DRH quer orientar melhor os servidores, que muitas vezes cometem falhas mínimas, como não assinar as avaliações ou não saber sobre quais quesitos serão analisados. Determinado pela Constituição Federal no seu artigo 41 e normatizado pelo TJPE na resolução 152/200 de 29.08.2001, o estágio probatório tem como fim efetivar o servidor público concursado no cargo. O envio dos dados deve ser feito pelo telefone: 3419-3416 ou pelos e-mails da Seção de Cargos, Salários e Desempenho (Secad): ***ngj@tjpe.gov.br*** e ***mccob@tjpe.gov.br***.

DIA DAS CRIANÇAS

Filhos dos funcionários terceirizados do Tribunal de Justiça de Pernambuco receberam brinquedos nos dias 3 e 4 de outubro, na sede da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (ACMEPE). Os brindes são distribuídos para crianças com idade entre um e catorze anos. A presidente da ACMEPE, **Rita Malta** *(C), coordenou a ação.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 190 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 6 de outubro de 2005

Jornadas apresentam Sipia ao Interior

Repórter:
Raíza Vieira

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai realizar a II e a III Jornada Pernambucana dos Sistemas de Justiça da Infância e Juventude. De acordo com o coordenador nacional executivo dos programas *InfoADOTE* e *InfoINFRA*, Humberto Costa Vasconcelos, o objetivo das jornadas é ensinar os serventuários da Justiça a utilizar o *Sistema de Informações para a Infância e Adolescência* (Sipia).

"No primeiro dia do evento, será feita a apresentação dos programas implantados em Pernambuco para os serventuários da Justiça. A partir das 14h, 17 computadores estarão instalados para o uso dos 34 participantes, que irão se familiarizar com o Sipia", afirmou a consultora de tecnologia de informação da Secretaria Estadual de Justiça e Direitos Humanos, Marta Agra.

O *InfoADOTE* armazena dados de crianças e adolescentes disponíveis para a adoção e contém informações sobre pretendentes e abrigos. Entre as suas atribuições, o sistema cruza os dados sobre o candidato interessado e a criança ou adolescente. O aplicativo facilita o trabalho da Comissão Judiciária de Adoção (CEJA), órgão vinculado à Corregedoria Geral de Justiça em Pernambuco, que, entre outras competências, atualiza o cadastro de pretendentes nacionais e estrangeiros. No final do ano passado, o *InfoADOTE* recebeu uma versão on line.

Já o *InfoINFRA* é um sistema que acompanha toda a evolução, execução e ressocialização do adolescente infrator no sistema Judicial. O programa começa apurando o ato infracional e segue com o processo de execução de medidas, as quais, normalmente, são colocadas em prática através da Fundação da Criança e do Adolescente (Fundac) e de ONGs.

Abrangência

Marta lembra que, com a nova versão dos dois programas, os servidores da Justiça, juízes e outras autoridades ligadas à área da infância e juventude podem agora se atualizar pela Internet em qualquer lugar. Além de Pernambuco, os estados do Espírito Santo, Pará, Roraima, Minas Gerais e Paraná estão utilizando os dois sistemas. "Muitos outros estados irão implantá-los em breve, como Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Sergipe, Mato Grosso do Sul e Paraíba", continua a consultora.

Ao todo, 32 comarcas estarão participando da *II e da III Jornadas Pernambucanas dos Sistemas de Justiça da Infância e Juventude*. São elas: Alagoinha, Angelim, Lajedo, Quipapá, Garanhuns, Calçados, Jurema, Itabira, São Bento do Una, Venturosa, Belém de Maria, Itaíba, Panelas, Cachoeirinha, Ibirijá, Calçados, Cupira, São João, Carnaíba, Buíque, Pedra, Lagoa dos Gatos, Ibimirim, Custódia, Lagoa do Ouro, Palmerinha, Caruaru, Jupi, Águas Belas, Correntes, Capoeiras e Canhotinho. As inscrições devem ser feitas através de ofício a ser enviado às comarcas. Todos os participantes receberão um manual e um certificado de conclusão das Jornadas.

A II Jornada será nos dias 9, 10 e 11 de novembro, em Garanhuns, e a III será realizada na cidade de Caruaru, de 23 a 25 de novembro. Ambas acontecem das 9h às 12h e das 14h às 18h. Além do TJPE, a 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, a Escola de Magistratura de Pernambuco (Esmape), a Associação dos Magistrados Estaduais de Pernambuco (Amepe), o Ministério Público e as Secretarias Estaduais do Desenvolvimento Social e Cidadania e de Justiça e Direitos Humanos promovem o encontro.

Vasconcelos *coordena os programas das Jornadas*

O presidente **Macêdo Maita** *recebeu, na terça-feira, dia 4, o embaixador do Japão,* **Takahiko Horimura** *(C) e o Cônsul Geral* **Eiji Ito** *(D).*

Errata

Diferentemente do que foi publicado na matéria "Juizados Especiais comemoram 10 anos", da edição de terça-feira do Diário Oficial:
1 - o advento da lei 9.099 de 1995 representou uma revolução no acesso à Justiça, e não a lei de 1990 e 1999;
2 - nos juizados cíveis, nas causas de valor até vinte salários mínimos as partes podem comparecer pessoalmente, sem a assistência de advogado, e não nos juizados criminais como consta na matéria;
3 - os processos são isentos de custas e orientados pelo princípio da celeridade, e não "isento de custos e orientado por um princípio célere".

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 191 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 7 de outubro de 2005

PERNAMBUCO PODER JUDICIÁRIO BIBLIOTECA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Juiz de Orobó dá exemplo de Justiça democrática

REPÓRTER: MANUELA VERAS

Há quase dois anos, vem se destacando na comarca de Orobó o programa *Com a palavra a Justiça*, apresentado de segunda a sexta-feira, das 15h50 às 16h, pelo juiz local, Fernando Antônio Sabino Cordeiro, em uma Rádio Comunitária. O objetivo principal do programa é aproximar os cidadãos do Poder Judiciário, através de uma linguagem simples e informal. Para isso, pode ser entrevistado, por exemplo, um Técnico Judiciário, para quem o juiz Fernando Antônio pergunta: "O que o senhor faz?"

Fernando Cordeiro: *Justiça na linguagem do povo*

O magistrado também procura explicar o significado de termos jurídicos, sem nenhuma "cerimônia": "Olha, petição inicial é quando alguém vai pedir ao juiz alguma coisa. É quando o cidadão vai reclamar um direito na Justiça", explica o juiz no programa.

Além disso, o ouvinte pode enviar perguntas por cartas ou pelo telefone, ficando a seu critério identificar-se ou não, pois, como afirma o apresentador, "Orobó tem 25 mil habitantes, todo mundo se conhece. Revelar o nome pode inibir a maioria das pessoas que está com dúvidas". De acordo com o juiz, as mais freqüentes são sobre herança, usucapião e direitos do consumidor. Por conta do Referendo de outubro, o desarmamento está sendo bastante abordado pelo público. Nos dias em que são explanados temas polêmicos, como aborto, eutanásia, drogas e educação sexual, são divulgados artigos publicados por especialistas nesses assuntos.

Embora confirme o desejo de expandir o *Com a Palavra a Justiça*, o juiz, que está há 12 anos no comando da comarca de Orobó, ainda não tem planos concretos por conta das limitações de tempo. O custo da veiculação é zero.

Satisfeito com o trabalho e felicitado nas ruas de Orobó, Fernando sempre abre o programa com uma música clássica, para que, além das noções de Direito, a cultura erudita também chegue aos ouvidos do seu público heterogêneo.

DOAÇÃO

O presidente **Macêdo Malta** *recebeu, na tarde do dia 5, quarta-feira, representantes de instituições beneficiadas pela* **terceira remessa de doação de automóveis**. *Agradeceram o ato o Hospital Naval, II Comar, Comando Militar do NE-Recife, Comando Militar NE-Natal, Colégio Militar do Recife, a 10ª Brigada, Capitania dos Portos, Escola de Aprendizes Marinheiros e Secretaria de Justiça e Direitos Humanos/Fundac.*

COMARCA PRÓPRIA

O município de Iati - atualmente Termo da comarca de Águas Belas - passará a sede de comarca. O presidente do TJPE, **Macêdo Malta**, *e o prefeito* **Hernani Tenório Falcão** *assinaram, na última quarta-feira, o convênio que define a parcela de contribuição do Judiciário e Município no processo de autonomia jurisdicional de Iati. O fórum vai funcionar em uma casa cedida pela prefeitura, com funcionários municipais, enquanto o prédio definitivo fica pronto.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 192 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 8 de outubro de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DESARMAMENTO

Assunto é polêmico também entre magistrados

REPÓRTER:
CAROLINA VANDERLEI

No próximo dia 23, os eleitores brasileiros serão convocados a comparecer às urnas e votar o primeiro referendo da história do País. Extensão do Estatuto do Desarmamento, o referendo coloca ao cidadão a seguinte pergunta: "O comércio de armas de fogo e munição deve ser proibido no Brasil?" A opção não, corresponderá ao algarismo um e a opção sim, ao algarismo dois, de acordo com o sorteio realizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Estatuto do Desarmamento, sancionado pelo presidente Luis Inácio Lula da Silva, em 2003, restringiu o acesso a armas de fogo, dando início à política para desarmar o Brasil. Desde então, para possuir legalmente uma arma de fogo é necessário ser maior de 25 anos, não ter antecedentes criminais, possuir residência fixa e emprego permanente, e passar por um exame de aptidão técnica e psicológica. Somado a isso, a aquisição de novo registro, renovação ou segunda via custa R$ 300 e a expedição de porte, renovação ou segunda via do mesmo sai por R$ 1 mil.

Caso o referendo seja aprovado, a nova regulamentação entrará em vigor na data de publicação do resultado pelo TSE. Com isso, apenas os agentes de defesa nacional, segurança pública, segurança privada e desportistas devidamente regulamentados estarão legalmente autorizados a possuir armas. Os demais cidadãos não poderão comprar armas nem tampouco munição.

Oficialmente, foram criadas duas frentes parlamentares para promover o debate na sociedade e esclarecer o público diante do atual contexto. A campanha contra é regida pela Frente Parlamentar pelo Direito à Legítima Defesa (www.votonao.com.br). Já a que é a favor do desarmamento está a cargo da Frente Parlamentar por um Brasil sem Armas (www.referendosim.com.br).

O principal argumento de quem é contra o desarmamento consiste na alegação de que o Estado estaria desarmando o cidadão de bem, retirando-lhe o direito de autodefesa e deixando-o à mercê dos bandidos. A base da argumentação é respaldada na atual situação de insegurança que atinge todo o território nacional. "Os marginais estão com mais poder do que as autoridades constituídas", coloca o desembargador Sílvio de Arruda Beltrão, que teve seu filho, o juiz Sílvio Romero Beltrão, assaltado na última quarta. Sílvio de Arruda disse ser contra o desarmamento e o fato citado veio apenas ratificar sua opinião.

A outra argumentação utilizada é a de que o cidadão é que deveria decidir sobre possuir uma arma ou não, respeitando o princípio da individualidade. "Acho que cabe ao cidadão decidir, assumindo riscos e conseqüências, se deseja adquirir regularmente uma arma. O Estado não deve deliberar sobre isso, que não trará redução significativa nos índices de criminalidade, cujas raízes são bem mais complexas que o simples comércio regular de armas e munição", opina Laiete Jatobá, vice-presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe).

Do outro lado, os que são pelo sim, colocam acima de tudo o fator da preservação da vida. Esses corroboram sua opinião também através da situação de insegurança do País. Segundo pesquisa desenvolvida pelas Nações Unidas, em 69 países, entre subdesenvolvidos e desenvolvidos, o Brasil ocupa a primeira colocação em homicídios por armas de fogo. "A arma deve estar nas mãos apenas de quem possui poder de polícia e sabe utilizá-la", argumenta o Desembargador Og Fernandes.

Espera-se também que, com o desarmamento, as mortes por acidente e motivações banais caiam acentuadamente. Um outro ponto abordado seria a transferência das responsabilidades. "O cidadão não deve se armar para ter segurança. É obrigação do Estado fornecê-la e não é armando a sociedade que a segurança vai aumentar", pontua Mozart Valadares, presidente da Amepe.

A menos de 20 dias para a convocação popular, apesar das discussões a respeito do tema estarem sendo intensificadas neste período, as informações ainda são escassas ou, por vezes, desencontradas. O assunto é bem mais complexo do que parece e envolve várias esferas da ordem social. Questões políticas, econômicas, culturais e sociais devem ser analisadas com atenção. O cidadão deve procurar se informar de fato sobre o assunto para não ser ludibriado por dados distorcidos e tomar sua decisão através de embasamento sólido e consciente, tendo em vista as conseqüências do seu ato.

Para tal, Flávio Fontes, juiz da Vara de Execução de Penas Alternativas, alerta para as falhas das campanhas pró e contra. Segundo ele, os meios de comunicação estão explorando "propagandas de cunho excessivamente emotivo e estatísticas de ordem não científica". Fontes coordenará, na próxima sexta, dia 14, um grupo de estudo, centrado na questão do desarmamento. As discussões são abertas ao público e o assunto que será abordado teve motivação após 90% dos servidores que trabalham diretamente com ele pedirem esclarecimentos sobre o tema.

Leia também, na página 2, artigo do juiz Adeildo Nunes

SIM

Des. **Og Fernandes**

Juiz **Mozart Valadares**

NÃO

Des. **Sílvio Beltrão**

Juiz **Laiete Jatobá**

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 193 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 11 de outubro de 2005

BIBLIOTEC.
TRIBUNAL DE JUSTIÇ

Uma semana para o Dia do Servidor

Repórter:
Raítza Vieira

Tempo de Inclusão Social é o tema da II Semana do Servidor Público, que o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) vai promover, no período de 9 a 11 de novembro. O evento acontecerá no Hall Monumental do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, localizado na Ilha de Joana Bezerra. Com início sempre a partir das 13h, as atividades incluem palestras sobre educação, saúde e lazer, além de exposições de artesanato, fotografia e pintura.

Segundo a diretora de Recursos Humanos (DRH), Josélia Campos, o tema escolhido surge com a proposta de colaborar, incentivar e proporcionar qualidade de vida e inclusão social. "O presidente Macêdo Malta aprovou o projeto pela excelência de sua programação. O evento é aberto ao público em geral, além dos magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviço", informou a diretora da DRH.

A Semana do Servidor *acontece no Hall Monumental do Fórum do Recife*

Os temas das conferências serão reciclagem, desenvolvimento sustentável, saúde bucal e nutrição, entre outros. O público poderá realizar consultas nas especialidades de urologia, pediatria, dermatologia, angiologia, clínica médica e mastologia. O Hall Monumental do fórum será dividido em dez espaços: 1. Servidor Voluntário, 2. Ecológico e Primavera, 3. Saúde, 4. Cidadão, 5. Destaque do TJPE, 6. Degustação, 7. Camarim, 8. Esporte, Recreação e Diversão, 9. Arena Artística e Expotalentos e 10. Empreender.

O espaço Arena Artística e Expotalentos é onde são apresentados trabalhos artísticos dos magistrados, estagiários e servidores do Poder Judiciário. No estande Saúde, poderão ser praticadas ioga, meditação, ginástica, massagem shiat-su, acupuntura e reflexologia. No espaço Empreender, danças do ventre, circulares, de salão, frevo e percussão. *(Confira quadro ao lado).*

Josélia, *da DRH, diz que Semana do Servidor propõe qualidade de vida*

Espaços

Servidor Voluntário - Local reservado aos servidores que desenvolvem ações voluntárias, individualmente ou em grupo, e atos de solidariedade com benefícios comprovados.

Ecológico e Primavera - Visa a estimular as pessoas a terem consciência de preservação do meio ambiente.

Saúde - Voltado a ações preventivas na área de saúde, bem-estar e qualidade de vida do público participante da Semana do Servidor. Serviços e orientações serão disponibilizados.

Cidadão - Esclarecimentos gerais destinados à satisfação das necessidades mais básicas de cidadania.

Destaque TJPE - Criado para divulgar e celebrar os projetos, movimentos e ações que geram resultados positivos e merecedores de elogios em suas implementações do âmbito do TJPE.

Degustação - Pratos especiais e culinárias regionais, além de vendas de lanches com barraquinhas padronizadas.

Camarim - Disponibilizará profissionais capacitados para proporcionar cuidados, serviços e tratamentos de beleza em geral para ajudar na auto-estima dos envolvidos.

Esporte, Recreação e Diversão - Torneios, campeonatos e até minimaratona incrementarão o evento. O vencedor de cada disputa ganhará um prêmio especial.

Empreender - Servidores e profissionais qualificados promoverão minicursos rápidos e práticos no intuito de proporcionar conhecimento teórico e principalmente prático sobre um produto ou serviço atual, relevante e de interesse geral.

Arena Artística e Expotalentos - Teatro, música, recital de poesia, dança e demais expressões artísticas estarão integrando o espaço cultural.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 194 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 12 de outubro de 2005

Corregedores discutem alternativas para um Judiciário mais ágil

ESPECIAL:
CLÁUDIA FREITAS

Corregedores Gerais da Justiça de todo Brasil, reunidos na cidade de São Luís do Maranhão, nos dias 20 a 23 de setembro, analisaram a implantação de novos métodos para agilizar a prestação jurisdicional, a partir de experiências bem-sucedidas em alguns estados. Um dos projetos discutidos foi o Sistema de Intimação por Telefone, que visa a intimação das partes e advogados para comparecimento às audiências nos juizados cíveis e criminais. A idéia surgiu a partir da demora e do alto índice de devolução, sem cumprimento, das intimações enviadas pelos Correios.

O Sistema de Intimação por Telefone foi implementado com sucesso nos 51 juizados do Mato Grosso do Sul, contando com o investimento de apenas um aparelho gravador, um computador e uma linha telefônica por juizado.

Segundo o corregedor geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, "o novo sistema vem contribuindo significativamente para a celeridade e economia processuais, de tal modo que o Poder Judiciário sul-mato-grossense já estuda a possibilidade de aplicá-lo também na justiça comum. Diante dessa constatação, a experiência despertou a atenção dos integrantes do Colégio de Corregedores e por isso deve ser discutido com atenção por todo o Judiciário nacional", observa.

Outro projeto aprovado no encontro de corregedores foi a Central de Conciliação, que recebeu o Prêmio Innovare: o Judiciário do Século XXI, promovido pelo Ministério da Justiça. A Central de Conciliação, criada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, busca a redução do acervo de processos nas varas de Família com a ajuda de conciliadores especiais - estudantes de Direito, Psicologia e Serviço Social (a partir do 5º período), selecionados e treinados pelo Tribunal. Não há distribuição de processos para a Central. Caso não haja acordo, o processo volta para a vaga originária.

A Central funciona nas ações de alimentos, separação e divórcio, reconhecimento de união estável, investigação de paternidade, guarda e regulamentação de visitas.

Segundo o juiz diretor do Foro da Comarca de Belo Horizonte, André Leite, "houve acordo em 62,38% das audiências realizadas pela Central nas varas de Família, de 2002 até a presente data, propiciando uma redução de custos em torno de 15 milhões de reais".

AUTONOMIA

O 39º Encoge encerrou com a palestra do Ministro do STF, Antônio de Pádua Ribeiro, sobre o papel das Corregedorias Gerais frente ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Já foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal que o CNJ não viola o Princípio da Independência dos Poderes, nem retira do Judiciário a sua autonomia jurisdicional.

O ministro Pádua Ribeiro reiterou a importância da parceria do CNJ e o Poder Judiciário, uma vez que eles não estão em posições antagônicas, lembrando que a proposta do Conselho se harmoniza com todos os princípios tradicionais do direito brasileiro.

A Constituição Federal de 1988 deu uma grande dimensão ao Poder Judiciário, estabelecendo autonomia financeira e orçamentária, aumentando assim a sua responsabilidade.

Segundo o ministro, a ação disciplinar deve ser criada no interesse da própria magistratura, colocando o controle preventivo do próprio Poder Judiciário.

Fausto Freitas *defende adoção de novos mecanismos na rotina do Judiciário*

Carta de São Luís

O Colégio de Desembargadores Corregedores Gerais da Justiça do Brasil, reunido na cidade de São Luís, no Maranhão, no período de 20 a 24 de setembro de 2005, DECIDIU, na busca constante de um Poder Judiciário atualizado, eficaz e efetivo

1. SUGERIR o aprofundamento de estudos a respeito da possibilidade de se adotar o sistema oferecido pelo Bacen-Jud, nominado penhora on-line, como forma de dar mais efetividade às decisões do Poder Judiciário;

2. ESTIMULAR a prática da conciliação, como modalidade mais rápida e eficiente de atender os interesses das partes conflitantes;

3. DESTACAR a necessidade de mudanças na legislação processual civil, no sentido de possibilitar, a exemplo do que já acontece em sede de Juizados Especiais, que os mecanismos de chamamento processual sejam os mais amplos possíveis, de sorte a atingir seus objetivos com economia processual;

4. APOIAR toda e qualquer iniciativa que vise aperfeiçoar e otimizar o modelo de gestão administrativa dos órgãos jurisdicionais, reconhecendo como adequada a adoção do Sistema de Inspeção Virtual pelas Corregedorias Gerais de Justiça;

5. INCENTIVAR a prática de audiências públicas pelas corregedorias gerais, como forma de aproximar o Judiciário da sociedade, bem como recolher sugestões, críticas, denúncias sobre a atividade judiciária;

6. PROPOR aos membros do Congresso Nacional a extensão da ampliação do limite de idade para aposentadoria compulsória aos 75 anos também para toda magistratura nacional.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 195 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 14 de outubro de 2005

Corregedoria comemora vitaliciamento de 14 juízes

Repórter:
Cecília Pereira

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco realizou, no dia 7 de outubro, uma reunião com 14 juízes vitaliciados no final do mês passado. Homenageados, eles receberam as boas-vindas do corregedor geral, desembargador Fausto Valença de Freitas, que falou sobre a carreira do magistrado e destacou o bom desempenho alcançado pelo grupo de novos juízes durante o estágio probatório de dois anos.

Segundo Freitas, até o encerramento desta gestão serão contabilizados 84 processos de vitaliciamentos de magistrados. "As nomeações vêm sendo feitas em grupos. No mês de dezembro teremos mais uma turma com sete juízes, ficando três grupos para o próximo ano", informou.

O trabalho desenvolvido pela Corregedoria não se resume à avaliação das sentenças cíveis e criminais dos novos juízes. A adaptação dos magistrados em suas respectivas comarcas também é acompanhada pelos juízes corregedores auxiliares. "Os magistrados enviam as sentenças mensalmente aos juízes corregedores que, por sua vez, avaliam esses trabalhos", diz o juiz-corregedor auxiliar Mauro Alencar de Barros.

Ainda no processo de avaliação, os corregedores auxiliares realizam visitas e supervisões nas comarcas, emitindo um relatório sobre as atividades dos magistrados. Os pontos críticos detectados durante as avaliações são analisados nos encontros regionais promovidos pela Corregedoria.

Com o vitaliciamento, os juízes ficam desobrigados de prestar contas e enviar suas sentenças para avaliação. "Apesar disso, reiteramos o nosso interesse em continuar contribuindo para a boa produtividade de todos. Afinal, a produtividade é um dos critérios auferidos para promoção no futuro", afirmou Fausto Freitas.

Até o final da gestão 2004/2005, serão concluídos 84 vitaliciamentos

Desarmamento é tema de debate em Garanhuns

Repórter:
Manuela Veras

O Referendo do dia 23 de outubro vai definir se deve ser proibido o comércio de armas de fogo e munições no Brasil. A polêmica e a falta de informações acerca desse tema inspiraram o titular da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Garanhuns, juiz Breno Duarte, a promover um debate sobre o desarmamento.

O evento, realizado no último dia 6, foi organizado em parceria com a Faculdade de Direito de Garanhuns, que cedeu o auditório. O debate contou com as presenças do juiz e da promotora eleitoral de Garanhuns, Pierre Amorim e Maura Bezerra, além da juíza de Lagoa de Ouro, Magdala Sette e do diretor da Faculdade, Márcio Barretto.

Como debatedores fizeram-se presentes dois conhecidos nomes da cidade: o pároco geral Marcelo Protázio, a favor do desarmamento, e o advogado criminalista José de Vasconcelos, que defendeu posição contrária. "Ambos foram muito precisos nas suas colocações, o que certamente favoreceu a compreensão do público", observou Breno Duarte.

Cerca de 120 pessoas participaram do debate, incluindo estudantes de Direito. Eles expuseram seus questionamentos sobre estatísticas apresentadas nos programas gratuitos de rádio e TV pelas bancadas do SIM e do NÃO e sobre a relação do número de armas com os índices de violência. Os debatedores foram questionados sobre seus posicionamentos pessoais.

Em apenas duas horas, o debate respondeu a muitas dúvidas do público, além de ter sido "muito satisfatório, por não ter destacado simplesmente o tema em si, mas por ter dado ênfase à participação do povo nas decisões nacionais", observou Duarte, fazendo uma alusão ao fato de este Referendo ser apenas a terceira consulta popular desde 1937.

Aviso da Presidência

1 - Hoje, **14 de outubro, encerra-se o prazo** estabelecido na instrução de serviço nº 06/05, publicada no Diário Oficial do dia 30/09/05, para o **recadastramento das unidades cartorárias judiciais e extrajudiciais** do estado de Pernambuco.

2 - O prazo e a forma de proceder ao recadastramento devem ser rigorosamente observados pelas unidades cartorárias, nos termos da instrução de serviço citada.

3 - A não adoção das providências constantes deste aviso prejudicará a atualização da base de dados do sistema gestor de arrecadação de receitas próprias - Garp, e implicará a responsabilização dos representantes das unidades.

Des. Hélio Siqueira Campos
Presidente em Exercício

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 196 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 15 de outubro de 2005

Concurso premia novas idéias para a Justiça

Repórter:
Mariane Menezes

O Direito brasileiro vai premiar as melhores propostas sobre popularização e ampliação do acesso à Justiça do País. Trata-se do *1º Concurso Novas Idéias para a Justiça - Democratização e Modernização do Poder Judiciário e Ministério Público*. O concurso possui mais caráter de oportunidade do que propriamente de competição. É uma chance para a sociedade exercitar a capacidade criadora e sugerir propostas no intuito de aperfeiçoar os serviços da Justiça. Para Roberto Policarpo, coordenador geral do órgão idealizador do evento, o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério Público (Sindjus/Distrito Federal), "o *Nova Idéias para a Justiça*, antes de tudo, objetiva tirar um pouco a discussão do cerne dos magistrados, direcionando-a aos servidores e à população. Os servidores conhecem os procedimentos judiciários porque os vivenciam no dia-a-dia, e sabem o que necessita de melhorias. O povo utiliza esses serviços e sente as dificuldades. A ele deve também ser dada a oportunidade de sugestão".

Os trabalhos precisam se enquadrar nas categorias *Monografia*, *Projeto* ou *Proposta*. Uma comissão composta por autoridades de renome nacional julgará as proposições, baseada em critérios preestabelecidos. Os aspectos Conteúdo, Mobilização Social, Criatividade e Texto pautarão o júri, que analisará também noções de consistência, pertinência, ineditismo, clareza e correção gramatical. Roberto Policarpo sustenta a importância de todas as idéias concorrentes. "Todos os trabalhos serão aproveitados, a depender das suas condições de implementação. Não importa, necessariamente, se são os vencedores. Nós vamos analisar as propostas e verificar para quais órgãos elas se enquadram. Caso sejam mais elaboradas, dependentes de reformas constitucionais e de legislação, encaminharemos para o Congresso Nacional", afirma Policarpo.

O Sindjus contou com as colaborações do Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior do Trabalho e Banco do Brasil na realização do concurso, que vai premiar os vencedores com R$ 95 mil, troféus e diplomas de participação. O site do Sindjus (**www.sindjusdf.org.br**) disponibilizará os resultados a partir de 15 de fevereiro de 2006. Os interessados devem se inscrever até o dia 8 de dezembro, com o envio dos trabalhos através do endereço SDS Ed. Venâncio V, Bloco R, Salas 108/110/113/114, DF - CEP 70393900. Também pode ser utilizado o Telefax (61) 3224-9392 ou o e-mail: **premiosnovasideias@sindjusdf.org.br**.

*Com 24 **terminais de autoconsulta** (foto) distribuídos em comarcas-pólo e 36 comarcas já integradas ao sistema JudWin - que permite a consulta processual via Internet - o Poder Judiciário pernambucano se antecipa à política de facilitação do acesso do cidadão aos serviços da justiça*

Membros do TJPE discutem combate às drogas

Repórter:
Cicília Pereira

"*Combate às Drogas*" será o tema da *XXIII Semana de Criminologia e Ciências Afins*, que acontecerá de 18 a 21 de Outubro, no Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Católica de Pernambuco. O evento vai reunir vários juristas pernambucanos, inclusive diversos magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Os desembargadores Nildo Nery dos Santos (aposentado), Bartolomeu Bueno, Fernando Cerqueira e os juízes da Vara da Infância e Juventude, Humberto Vasconcelos, e da Vara de Execução de Penas Alternativas, Flávio Fontes, participarão de palestras e debates. Do TJPE participará, ainda, o coordenador do Centro de Justiça Terapêutica de Pernambuco, José Marques Costa Filho. Política Nacional Sobre as Drogas, As Drogas no Cotidiano da Criança e do Adolescente e Responsabilidade da Justiça Terapêutica são alguns dos temas colocados em discussão.

Nildo Nery *(E) participa do painel de abertura e* **Bartolomeu Bueno** *debaterá drogas no cotidiano das crianças e adolescentes*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 197 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 18 de outubro de 2005

Corregedoria tem novo Regimento Interno

Repórter:
Rodrigo Guedes

Já está em vigor o novo Regimento Interno (RI) da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco. Aprovado por unanimidade e com voto de louvor no Conselho da Magistratura, o documento está em sintonia com as mudanças legais mais recentes. Além disso, redefine atribuições dos servidores, visando a uma distribuição mais equilibrada de responsabilidades, e prevê alterações nas normas e rotinas do Judiciário. Com linguagem simples, o RI é resultado de uma pesquisa extensa nos últimos dez anos de publicações da Corregedoria.

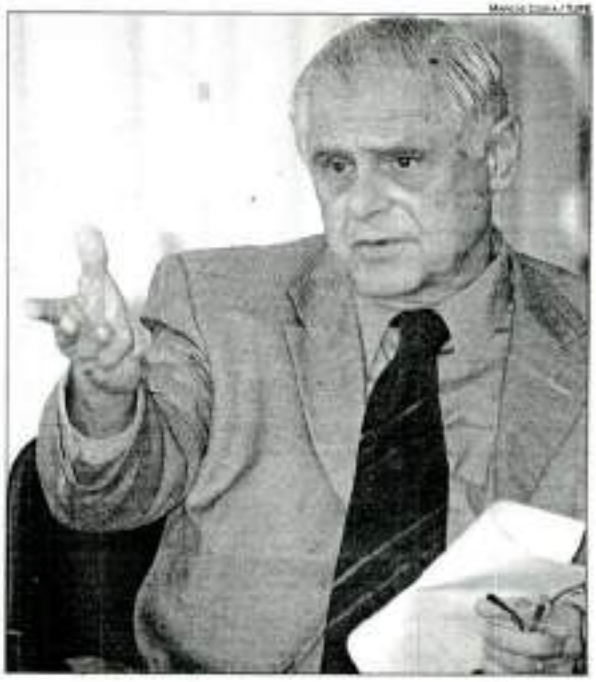
Ao todo, foram analisados 300 instrumentos normativos por uma comissão criada em agosto do ano passado. Até termos como "fotocópia" e "datilografar" foram modernizados. "O regimento antigo estava obsoleto", observa o corregedor-geral da Justiça, desembargador Fausto Freitas. "Fizemos um estudo de qualidade e redistribuímos funções e gratificações de forma mais justa, sem sobrecarregar nenhum servidor. Essas mudanças não alteram o número de servidores nem geram ônus ao Tribunal", acrescenta.

Fausto Freitas *(foto)*: *"O regimento interno estava obsoleto. As alterações não geraram ônus para o Judiciário"*

O novo regimento torna padrão o que já estava determinado pelo Código Processual Civil desde 2002, prevendo que os atos ordinatórios devem ser resolvidos pelos chefes de secretaria, de forma a agilizar o trabalho dos juízes. Além disso, os nomes dos cargos estão agora de acordo com o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos (PCCV), em vigor desde agosto do ano passado. O próprio atendimento ao público será facilitado pela criação de secretarias e pela visibilidade do protocolo, deslocado para a entrada do Fórum Thomaz de Aquino.

Fausto Freitas destacou a qualidade do trabalho realizado pela comissão encarregada da revisão do regimento (*ver integrantes na relação abaixo*). Em breve, a versão integral do novo texto estará na página do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Continua em vigor tudo que não entrar em conflito com o novo regimento.

O corregedor geral ressalta também que a atualização do regimento interno era uma das metas estabelecidas para sua gestão e comemora seu cumprimento. Outros objetivos, segundo ele, são a informatização das corregedorias, em andamento desde julho deste ano, e a revisão do critério de produtividade dos magistrados, que poderá ser concluída ainda este mês.



Equipe revisora do Regimento Interno: Alexandre Aquino, Mauro Alencar, João da Rocha Targino, José André Barbosa Machado, Sílvio Romero Beltrão e Sílvio Roberto Resende (magistrados). Maria Valéria Pragana, Maria Alice Jordão Franco e Solon Mariz de Moraes Júnior (servidores).

Palestra aborda orçamento pessoal

Repórter:
Manuela Veras

Para aqueles que tentam organizar melhor o orçamento pessoal e não conseguem, a Diretoria de Recursos Humanos (DRH) - através da Seção de Readequação (SERAD) - está oferecendo uma boa oportunidade. Na próxima quinta-feira, dia 20, das 13h às 15h30, será realizada, no auditório do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, a palestra "Entenda melhor as próprias finanças".

Ministrada pelo consultor financeiro e administrador de empresas Apolônio Carneiro, a apresentação é aberta ao público interno do TJPE. Para participar não será necessário inscrever-se, basta comparecer.

Outras duas palestras com a mesma temática estão previstas para novembro e dezembro próximos. O objetivo é fomentar a discussão sobre a contabilidade pessoal. Esta será uma forma de preparar o público para um programa de orientação financeira, voltado para servidores e magistrados, que a SERAD pretende instalar no próximo ano.

"Há quem entenda que problema financeiro é apenas salário defasado. Mas o que dizer de pessoas que ganham o mesmo ou até menos e não se endividam?", alerta a diretora da DRH, Josélia Maria Régis.

Mas não basta ter contas a pagar para interessar-se pelo evento. Apolônio Carneiro, conhecido pela dinâmica de suas palestras, também vai orientar aqueles que não sabem como fazer bons investimentos, poupar seu dinheiro, ou realizar algum projeto que necessite de verba.

Os trinta minutos finais serão dedicados a perguntas.

Aviso

Assunto: Escala de Férias

Diante da necessidade de elaboração da escala oficial de férias dos magistrados, exercício 2006, O secretário Judiciário do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco lembra a Suas Excelências que, nos termos da publicação da Presidência datada de 20/09/2005, termina no próximo dia 21/10/2005, o prazo para que todos os juízes do Estado de Pernambuco informem à SEJU os meses de sua preferência para gozar os 1º e 2º períodos das férias individuais referentes ao mencionado exercício. O comunicado deverá ser feito através do fax (081) 3224.5441.

Abraão Joaquim dos Santos
Secretário Judiciário

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 198 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 19 de outubro de 2005

TJPE estuda mudança na promoção de magistrados

REPÓRTER:
IZABELA RAPOSO

Instituir novos critérios para a promoção por merecimento é o objetivo da comissão formada pelos desembargadores Jones Figueirêdo, Bartolomeu Bueno, Eduardo Paurá Peres, Romero Andrade Lima, Fernando Cerqueira e Helena Caúla Reis.

A proposta de se criar a comissão partiu do desembargador Figueirêdo e foi aprovada por unanimidade pelo Pleno do Tribunal de Justiça de Pernambuco. A comissão irá se reunir a partir do próximo mês, porém todos os juízes podem participar dos trabalhos, remetendo suas sugestões através do e-mail de Jones Figueirêdo, *djones@tjpe.gov.br*.

"A partir dessas informações, iremos elaborar a resolução, que terá que ser aprovada pelo Pleno do TJPE", explica o magistrado. Segundo ele, o documento tratará da produtividade, da presteza no exercício jurisdicional e da valorização objetiva do desempenho do magistrado, critérios exigidos pela Emenda 45/04, a Reforma do Judiciário, que modificou o artigo 93 da Constituição.

Atualmente, os juízes são promovidos por merecimento ou por antiguidade - maior tempo de exercício da magistratura. Isso acontece alternadamente, nos casos de vagas na segunda e terceira entrância e para ocuparem o cargo de desembargador nos tribunais. As inscrições são feitas em editais, publicados por estes órgãos, com o objetivo de obterem a progressão funcional. No caso daquelas por merecimento, os desembargadores formam uma lista e procedem a uma votação final, que no caso é secreta.

De acordo com a Constituição, os requisitos básicos para a promoção por merecimento são: figurar por três vezes consecutivas ou cinco alternadas nas listas; ter dois anos de exercício na respectiva entrância, integrar o juiz a primeira quinta parte da lista de antiguidade desta (salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago), ter freqüentado cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento e, justamente, atender aos critérios que serão regulamentados pelo TJPE no próximo ano, a partir de proposta de ato administrativo pela nova comissão.

Jones Figueirêdo: *o texto da resolução será submetido ao Tribunal Pleno*

Esclarecimento

A **Comissão de Atualização do Regimento Interno da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco** foi composta pela juíza Karina D'Almeida Lins e pelas servidoras Ana Carmem Martins Santos, Ana Teresa Tenório de Brito Medeiros, Cláudia Gueiros de Freitas Maia, Mariana Vieira de Almeida e Sheyla de Albuquerque Lira.

****

Os membros da Comissão também contaram com a **colaboração** do Des. Alexandre Aquino, dos juízes Mauro Alencar, João Targino, André Barbosa Machado, Sílvio Romero Beltrão e Sílvio Resende, além dos servidores Maria Valéria Pragana, Maria Alice Jordão Franco e Sólon Mariz de Moraes Júnior.

Judiciário estadual vai ao trânsito

O Juizado de Trânsito, órgão recém-criado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco realizou, na última segunda-feira, seu primeiro atendimento. Os beneficiários foram os proprietários de um Celta e uma moto envolvidos em uma colisão ocorrida pela manhã, no Cabanga, próximo à Ponte do Pina, no sentido Centro - Boa Viagem.

A professora Diana Sales de Freitas, passageira do Celta, foi quem acionou o Juizado. "Eu liguei para o Detran, onde fui informada do novo serviço. Quinze minutos depois, a equipe chegou no local e em menos de meia hora o caso já estava solucionado", observou.

Criado pela Lei Complementar nº 977/05, o Juizado de Trânsito se propõe a resolver de forma imediata e sem burocracia litígios relativos a colisões de veículos. O serviço conta com três vans adaptadas, munidas internamente de ambiente para a audiência de mediação entre as partes no mesmo local da colisão. Cada unidade conta com um oficial de Justiça - que avalia os danos nos veículos -, um técnico Judiciário, um policial militar e um mediador, cargo exercido por servidores efetivos do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

O juiz Ivon Vieira Lopes, presente no atendimento, ressaltou as vantagens do serviço móvel. "Essa agilidade favorece o cidadão, que não se preocupa em colher orçamentos nem se desfaz do uso do veículo". As partes entram em um acordo com força de execução, quando a audiência tradicional demoraria 15 dias.

Juizado de Trânsito: *três vans com ambientes para audiências*

O Juizado está preparado para atender as ocorrências na Capital - de 28 a 30 acidentes por dia. A intenção a longo prazo é ampliar sua estrutura para abranger as comarcas da Região Metropolitana. "O serviço já existe em outros estados, como a Paraíba", afirmou o coordenador dos Juizados Especiais, José Arteiro. Segundo ele, essas experiências mostraram que o atendimento imediato das questões de trânsito também desafoga o Judiciário.

O Juizado de Trânsito não interfere em casos de acidentes com mortes ou lesões graves. O horário de atendimento é das 7h às 19h, podendo ser acionado pelo telefone **3226.1904**.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 199 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 20 de outubro de 2005

Justiça Federal realiza descarte de documentos

Repórter:
Cicília Pereira

O Tribunal Regional Federal da Primeira Região vai promover, no dia 11 de novembro, o primeiro descarte de documentos administrativos armazenados em seus arquivos centrais. Contando com o apoio das seções judiciárias do Acre, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Rondônia, a iniciativa tem por objetivo possibilitar que os interessados guardem para si os documentos indicados para descarte. O relatório de eliminação está disponível para consulta nas páginas eletrônicas do TRF-1ª Região (www.trf1.gov.br).

Para atender às pessoas que não possuem acesso à Internet, o relatório de eliminação foi impresso e encontra-se à disposição nos balcões de acesso do Tribunal e da Justiça Federal das seções judiciárias que integram aquela região. Para garantir o acesso às informações, os interessados deverão se dirigir ao protocolo do órgão onde se encontra o documento, no Tribunal ou na Justiça Federal, e requerê-lo até o dia 28 de outubro. O custo de retirada dos documentos requeridos é de responsabilidade do solicitante, e deverá ser feita no período de 31 de outubro a 8 de novembro.

Os documentos não procurados serão fragmentados e o papel doado a instituições de caridade. Mais informações pelos telefones do TRF - 1ª Região: (61) 3314 5460 ou (61) 3314 5449.

Homenagem

O chefe da Assessoria Policial Militar do TJPE, Cel. **Franklin Bezerra Santos,** *que também é cerimonialista, tomou posse como membro da* Academia Brasileira de Cerimonial e Protocolo (ABCP) - *instituição que consagra os maiores nomes do cerimonial brasileiro. O evento ocorreu no dia 10 de outubro, às 19h30, no Teatro do Conjunto Cultural da Caixa Econômica Federal, em Brasília. O militar ocupará a cadeira de número 10, cujo patrono foi o Cel. Thiers Fleming.*

Extensão em Direito

Servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco têm isenção de matrícula e 10% de desconto nas mensalidades dos cursos de *Extensão em Direito Tributário e Direito Penal do CPC Marcato*. Os cursos serão ministrados por renomados profissionais de Direito do País, com aulas transmitidas via satélite de São Paulo, num total de 32 horas.

O *Curso de Direito Tributário* começa hoje e deverá terminar em 8 de dezembro. No programa, constam alguns dos temas mais solicitados nos últimos concursos públicos nacionais, como a Responsabilidade Tributária dos Sócios nas Pessoas Jurídicas. No caso do Direito Penal, serão abordados temas atuais, como Lavagem de Dinheiro, Crimes Eleitorais e Crimes contra a Ordem Tributária. Destaque também para a abordagem da nova Lei de Falências, de publicação recente. O curso vai de 21 de outubro a 9 de dezembro.

A Unidade CPC Recife fica na Rua Fernandes Vieira, número 489, no bairro da Boa Vista. O telefone é (81) 3222 9020. Outras informações podem ser obtidas no site www.cpc.adv.br.

Arbitragem na Internet

Nos dias 8 e 9 de dezembro será realizada a **Conferência Interamericana de Arbitragem e Direito na Internet "Portais da Justiça no Século XXI"**, no auditório do Fórum Des. Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra. Dentre os temas debatidos estarão *Os Efeitos do Ciberespaço sobre a Resolução de Litígios, Responsabilidade nos Meios Eletrônicos, O Controle Judicial da Sentença Arbitral on Line e off Line*, entre outros.

Os estudantes de graduação e pós- graduação ganharão desconto de 50% nas inscrições feitas à vista. Mais informações pelo site, **www.arbiter.com.br**, através do e-mail arbiter @uol.com.br ou pelo telefone (81) 34247237.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 200 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 21 de outubro de 2005

Novas varas agilizam feitos processuais

Repórter:
Manuela Veras

Até o final de novembro, as comarcas de Caruaru, Vitória de Santo Antão, Escada, Ipojuca e Santa Cruz do Capibaribe serão beneficiadas com novas varas. Nas três últimas, as varas foram criadas a partir da Lei Complementar 71/2005, sancionada pelo governo do Estado em janeiro. Escada e Santa Cruz terão uma vara cível, cada uma. Ipojuca contará com uma da Fazenda Pública e outra criminal.

Em Escada e Ipojuca, além das varas, haverá também a inauguração dos novos fóruns das cidades, na próxima quarta-feira, dia 26. Nesta segunda comarca, a Vara da Fazenda Pública terá competência em Direito Marítimo, cumulativo com Direito Público Fazendário, por influência da demanda de processos relacionados ao porto de Suape.

Com a sanção da Lei 71, também foram criados cinco cargos de juiz de direito de 2ª entrância. Seus ocupantes atuarão tanto nas novas varas, como na terceira criminal de Caruaru, cuja criação já estava legalmente prevista desde 2001. As varas de Caruaru, Vitória e Santa Cruz do Capibaribe serão ativadas somente em novembro por questões estruturais.

Na primeira dessas comarcas, não havia disponibilidade de espaço. Esse problema foi contornado com aproveitamento da sala onde antes funcionava um apoio técnico da Diretoria de Recursos Humanos, cujos equipamentos foram transferidos para Petrolina. Nas outras duas, a instalação foi retardada em razão de reformas internas nos prédios.

Segundo o secretário Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Abraão Joaquim dos Santos, os critérios de escolha para a comarca ganhar uma nova vara são o seu volume de processos distribuídos e sua densidade demográfica. Nas cidades beneficiadas, existe uma densidade populacional acima de 90 hab/km², e todas apresentam um número preocupante de processos acumulados. Em Santa Cruz do Capibaribe, por exemplo, são 16 mil. Por isso, com a instalação das novas unidades jurisdicionais, espera-se acelerar o andamento processual, aliviando a demanda de julgamentos para os magistrados.

Abraão dos Santos: *novas varas priorizam maior número de feitos e densidade demográfica*

Reconhecimento

O presidente do Colégio Nacional de Corregedores da Justiça e corregedor geral pernambucano, Des. **Fausto Freitas**, *foi homenageado nessa quarta-feira pelo Clube Cavangi Ágape. Na foto, ladeado, à esquerda, pelo presidente em exercício do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des.* **Siqueira Campos**; *pelo presidente da Assembléia Legislativa,* **Romário Dias**; *e, à direita, pelo presidente do clube,o advogado* **Bruga Sá**. *Freitas também foi prestigiado por vários outros magistrados e diretores do TJPE. O discurso de saudação, feito pelo Des. Jones Figueirêdo, pode ser conferido na* **página 2**.

Promoção por merecimento

Além do desembargador Jones Figueirêdo, outro membro da comissão que irá atualizar a legislação do TJPE sobre promoção por merecimento de juízes também está disponibilizando e-mail para receber sugestões de magistrados. Para falar com o grupo de desembargadores, os interessados podem enviar sugestões para o e-mail do desembargador Bartolomeu Bueno (**bbfm @tjpe.gov.br**).

A comissão terá que elaborar a nova lei em um prazo de 120 dias, contados a partir de 13 de setembro, instituído pela a Resolução nº 06 do Conselho Nacional de Justiça. A íntegra dessa lei pode ser conferida no *site* **www.cnj.gov.br**, clicando no *link* Resoluções.

Aviso

A Diretoria Cível informa que, a partir da próxima segunda-feira, 24 de outubro, o horário para informações processuais e agendamento será das 7h30 às 11h. Fone: 3419 3500.

À tarde, no horário das 13h às 16h30, o atendimento se restringirá a informações processuais. Fone: 3419 3504.

Kilma Barbosa de Alcântara
Diretora

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 201 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 22 de outubro de 2005

Novos critérios para avaliação de magistrados

Alencar: *avaliar não apenas a sentença*

Atendendo um anseio da magistratura pernambucana, o Corregedor Geral da Justiça, desembargador Fausto Valença de Freitas, instituiu uma comissão para estudar novos critérios de aferição da produtividade dos magistrados do primeiro grau. A equipe, constituída de dez magistrados, foi indicada, no ano passado, pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado (TJPE), pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJ), Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape), pelo Centro de Estudos Judiciários (CEJ) e pela Associação dos Magistrados de Pernambuco (Amepe).

A comissão realizou diversas reuniões com os juízes integrantes e contou também com a participação e apoio da Diretoria de Informática. Também foram analisadas várias sugestões encaminhadas pelos magistrados do Estado de Pernambuco.

A principal inovação proposta pela comissão, segundo o juiz Mauro Alencar, "é no sentido de avaliar todo o trabalho desenvolvido pelo magistrado, e não apenas a sentença. Neste sentido, para a avaliação da produtividade, devem também ser consideradas as decisões interlocutórias e as audiências".

O resultado final dos trabalhos será apresentado pelo corregedor geral da Justiça, na próxima semana, e deverá servir de subsídio à comissão recentemente instituída pelo TJPE, no objetivo de adequar-se aos critérios exigidos pela Emenda Constitucional nº 45/04.

Convites

O Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, ***Desembargador José Antônio Macêdo Malta****, tem a honra de convidar*

Com o Prefeito de Ipojuca, ***Pedro Serafim de Souza Filho****, e a Juíza* ***Ildete Veríssimo de Lima****, para a Solenidade de Inauguração do* ***Fórum Thomaz de Aquino Cyrillo Wanderley****, da Comarca de Ipojuca, elevação da Comarca para a 2ª Entrância e Instalação das novas Varas Cível e Criminal, às* ***9 horas*** *do dia* ***26 de outubro de 2005****.*
Av. Francisco Alves, s/n - centro - Ipojuca - PE

Com o Juiz ***Cláudio Américo de Miranda Júnior****, para a Solenidade de Inauguração do* ***Fórum Ezequiel de Barros****, da Comarca de Escada, às* ***14 horas*** *do dia* ***26 de outubro de 2005****. Na ocasião, será entregue o Título de Cidadão Escadense ao ex-Juiz local, Dr. Macêdo Malta.*
Rua João Manuel Pontual, 220 - Escada - PE

Com o Juiz ***Fernando Escrivani Stefaniu,*** *para a Solenidade das novas instalações do* ***Fórum Promotor Rorenildo da Rocha Leão****, da Comarca de Joaquim Nabuco, às* ***17 horas*** *do dia* ***26 de outubro de 2005****.*
Rua Manoel José da Costa Filho, s/n - Joaquim Nabuco - PE

Com o Juiz ***Rinaldo Adilson de Souza****, para a Solenidade de Inauguração do* ***Fórum Ministro Eraldo Gueiros Leite****, da Comarca de Garanhuns, às* ***9 horas*** *do dia* ***27 de outubro de 2005****.*
Av. Rui Barbosa, 479 - Heliópolis - Garanhuns - PE

Com o Juiz ***Caio Neto de Jomael Oliveira Freire****, para a Solenidade de Inauguração das novas instalações do* ***Fórum Arthur Tenório Lima****, da Comarca da Pedra, às* ***13 horas*** *do dia* ***27 de outubro de 2005****.*
Rua João Galindo, s/n - Centro - Pedra - PE

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 202 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 25 de outubro de 2005

Palestra orienta controle de gastos pessoais

Repórter:
Manuela Veras

Cerca de 60 servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco assistiram à palestra "*Entenda melhor as próprias finanças*" na última quinta-feira, dia 20 de outubro. Realizada pelo consultor financeiro Apolônio Carneiro, o evento foi uma iniciativa da Seção de Readequação (Serad) - setor vinculado à Diretoria de Recursos Humanos (DRH) - e contou com uma platéia bastante participativa.

Embora os servidores públicos adquiram crédito com facilidade, muitos vêm apresentando uma inabilidade ao ponderar seus gastos. Portanto, como entende Apolônio, a razão do surgimento de uma dívida é, na maioria dos casos, falta de planejamento orçamentário. "Não importa se você recebe um salário mínimo ou 10 mil reais. Se está devendo é porque não sabe organizar bem as suas despesas", alerta o consultor.

Com seus dez anos de profissão, Apolônio receitou diversas formas de não perder as rédeas do seu próprio salário. Se a mais mencionada foi: "não ceda aos juros; poupe e pague à vista", a mais complicada foi: "ajuste-se ao padrão de vida que o seu salário atual lhe oferece". Sobre esta última proposta o palestrante esclarece: "para problemas financeiros eu oriento. Porém, quem soluciona são vocês, através de muita disciplina".

Numa linguagem acessível e didática, o consultor apontou uma série de "amigos" e "inimigos" da receita (veja o box abaixo). Enquanto a busca por fontes alternativas de renda pode produzir lucros acima das expectativas, as promoções, por sua vez, transformam-se, em muitos casos, em armadilhas capciosas. Por conta do grande número de dúvidas trazidas pelo público, Carneiro vai disponibilizar, através da Intranet do site do TJPE, a planilha orçamentária e a apostila que ele utilizou durante a conferência. O palestrante ainda agendará consultas pessoais, através do telefone 3419-3550 da Serad. De acordo com o chefe da sessão, Sandro Passos, a mesma palestra será abordada no próximo mês, no Edifício Paula Baptista, e novamente em dezembro, ainda sem local definido.

O evento, promovido pela Seção de Readequação do DRH, reuniu uma platéia bastante participativa. O palestrante **Apolônio Carneiro** *sugeriu a autodisciplina como principal "amigo" das finanças pessoais*

Amigos da receita

- ✓ Monitorar o orçamento, acompanhando anualmente o aumento ou a redução de gastos;
- ✓ Explanar a situação financeira para os familiares;
- ✓ Adequar o padrão de vida, tendo a consciência do poder aquisitivo do seu salário;
- ✓ Buscar fontes de renda. São inúmeras: ser síndico pode ser uma delas;
- ✓ Ler a parte de Economia do jornal e revistas especializadas, sacrificando alguma outra leitura para priorizar estas;
- ✓ Planejar os gastos.

Inimigos da receita

- ✗ Carros: usar apenas um, caso haja dois ou mais;
- ✗ Juros: evitar até aqueles com taxas menores;
- ✗ Cartões de crédito;
- ✗ Pagamentos parcelados;
- ✗ Promoções e liquidações;
- ✗ Telefones: evitar, principalmente, o celular;
- ✗ Vícios em drogas, entre outros;
- ✗ Comprar por impulso.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 203 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 26 de outubro de 2005

6ª Vara de Família realiza mutirão de divórcio

O mutirão realizado pela 6ª Vara de Família da Capital, no último dia 14, no Fórum Rodolfo Aureliano, conseguiu concretizar 65 divórcios consensuais. Esse é o terceiro mutirão reali-zado na vara pelo juiz titular Luís Gustavo Mendonça de Araújo apenas nesse ano. O próximo já está agendado para o dia 16 de dezembro, mas dessa vez o foco será o divórcio litigioso. Os mutirões acontecem de acordo com a demanda, buscando desafogar o judiciário.

As audiências dos processos ocorreram das 10h às 18h e cada uma durou cinco minutos, em média. A agilidade processual se deveu ao fato das pessoas trazerem o processo pronto. Em alguns casos, a separação já durava cinco anos ou mais. "Não tem necessidade que as partes esperem tanto tempo para um procedimento tão simples", coloca Luís Gustavo. Todos os proces-sos marcados para o dia do mutirão foram anteriormente revisados e suas cláusulas analisadas pela equipe da Secretaria.

Uma ação de divórcio nem sempre constitui um procedimento fácil. Para a abertura do processo de divórcio ser feita, as partes interessadas precisam estar separadas de fato há pelo menos dois anos ou separadas judicialmente há um ano e devem dispor de advogados. Além disso, faz-se necessária a apresentação da certidão de casamento, das certidões de nascimentos dos filhos e comprovantes dos bens comuns do casal, se houver.

O juiz Luís Gustavo Mendonça de Araújo lembra que os casais que não podem pagar pelos serviços advocatícios podem recorrer à Defensoria Pública do Estado. O interessado também pode contar com a Assistência Judiciária da Prefeitura do Recife. Nos dois casos, profissionais da área de Direito atuam orientando as pessoas envolvidas em demanda judicial, facilitando o acesso à Justiça. Cada núcleo de assistência judiciária tem advogados, assistentes sociais, psicólogos e estagiários que orientam e encaminham as partes sempre buscando a conciliação.

A Assessoria de Treinamento, Estágio, Pesquisa e Integração (Astepi) do Departamento de Ciências Jurídicas da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap) também oferece acompanhamento jurídico gratuito à população de baixa renda. O núcleo conta com 700 estagiários, supervisionados por 25 professores do Departamento de Ciências Jurídicas.

Luís Gustavo: *as partes esperam muito tempo por um simples procedimento*

Consenso agiliza processo

O juiz Luís Gustavo ressalta que os divórcios consensuais são procedimentos rápidos. Na maioria dos casos, as partes já se separaram há mais de dois anos e ambos já constituem um novo grupo familiar. Daí o primeiro interesse do casal ser o de resolver sua situação civil. Já as separações litigiosas são mais demoradas e demandam mais trabalho. Parte-se do princípio de que haja interesses conflitantes, geralmente decorrentes da partilha dos bens. Neste caso, o magistrado precisa ouvir as partes, testemunhas e às vezes precisa-se de algum tipo de perícia e avaliação de bens.

No TJPE, existe ainda o Centro de Apoio Psicossocial (CAP). Dispõe de psicólogos e assistentes sociais que dão apoio técnico aos juízes da Vara de Família através da emissão de laudos e pareceres, auxiliando nas questões familiares, em ações de regulamentação de visita ou guarda. Compete também ao CAP orientar as famílias a respeito da saúde biopsíquica de crianças, adolescentes e dos seus integrantes em geral. Os psicólogos e assistentes sociais do CAP facilitam os acordos, proferindo palestras de sensibilização para a conciliação com os envolvidos nas ações antes das audiências."O CAP presta um serviço importantíssimo para os juízes da Vara de Família, principalmente nas questões que envolvem menores", conclui o juiz Luís Gustavo.

Um dos assuntos mais polêmicos tratados pelas Varas de Família é o da guarda compartilhada. O assunto ainda não existe oficialmente na legislação brasileira. Mas, ainda assim, o tema é tratado e amplamente discutido na doutrina, visto que, na prática, a guarda compartilhada já se apresenta como uma realidade. Em linhas gerais, os juízes resistem a este tipo de procedimento, alegando que essa iniciativa não cria uma referência domiciliar para a criança. "Quando um casal se separa e o pai ou a mãe fica com a guarda do filho, é apenas para estabelecer com quem o filho vai morar, porém ambos continuam totalmente responsáveis por todos os fatos que envolvam a vida da criança. Os juízes da Vara de Família convivem com essa situação no dia a dia e sabem que é muito difícil estabelecer uma guarda compartilhada, principalmente numa separação litigiosa, mesmo porque existe uma desconfiança muito grande das mães com relação aos cuidados que o pai possa dar ao filho quando elas estão ausentes", afirma o juiz.

SEMANA DO SERVIDOR

DRH e Ascom promovem concurso

A diretora de Recursos Humanos, **Josélia Campos**, *apresentou o programa da Semana do Servidor - uma iniciativa da DHR e Coordenação de Saúde. Além disso, Josélia indicou as atribuições de cada setor relacionado à organização do evento. No caso da Assessoria de Comunicação do TJPE (Ascom), além da divulgação interna e externa, será promovido o concurso* Repórter por um dia. *Os três primeiros lugares terão suas matérias publicadas no Diário Oficial. As reportagens devem ser enviadas, até o dia 11 de novembro, para o email* **asscom@tjpe.gov.br**. *Os temas serão livres e os textos devem ter, no máximo, 2 laudas.*

AVISO - A presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco lembra que no próximo dia 28, sexta-feira, não haverá expediente em decorrência do dia do servidor público.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 204 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 27 de outubro de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Xadrez vira instrumento de integração social

REPÓRTER:
CECÍLIA PEREIRA

Xadrez Para Todos - Uma Ferramenta Pedagógica. Esse é o título do livro que vem sendo adotado pelo Centro de Justiça Terapêutica (CJT) como instrumento pedagógico para o tratamento e recuperação de usuários de drogas em conflito com a lei. A obra, de autoria do técnico judiciário do TJPE Valésio Pinto, foi editada pela Bagaço e possibilita ao educador observar as habilidades cognitivas, sociais e afetivas do público alvo através das técnicas do jogo de xadrez.

Segundo Valésio, servidor lotado na CJT, o xadrez vem sendo aplicado aos participantes em aulas realizadas uma vez por semana, com duração de trinta minutos cada. "As técnicas do jogo têm constituído mais um instrumento de apoio ao trabalho desenvolvido pelo Centro", comemora o autor.

O coordenador técnico do CJT, José Marques Costa Filho, reconhece a importância da iniciativa e confirma a eficácia do novo método na reintegração de pessoas que praticaram infrações de menor potencial ofensivo sob efeito de drogas. A oportunidade também é dada aos pacientes envolvidos em delitos com o propósito de sustentar o seu vício.

A convite do CJT, a terapeuta ocupacional Tatiana Carvalho vem fazendo um acompanhamento temporário aos beneficiários, atuando voluntariamente para que sejam aplicados testes de avaliação cognitiva, orientação espacial, temporal, atenção e concentração dos participantes. Também é feita uma avaliação com relação ao humor, para que sejam detectadas tendências depressivas e, ainda, um acompanhamento do cotidiano de cada envolvido, para avaliar se há algum grau de dificuldade na realização de atividades corriqueiras do dia-a-dia, como tarefas de higiene pessoal, por exemplo.

"O trabalho desenvolvido é muito importante, pois o xadrez é rico em estímulo, ajuda na memorização e aguça a atenção na jogada do adversário", observa Tatiana Carvalho. Daqui a seis meses, a terapeuta voltará ao CJT para fazer uma avaliação com uma nova turma. A experiência pedagógica com auxílio do jogo de xadrez foi iniciada na primeira semana de outubro. A partir do próximo ano, a equipe de Justiça Terapêutica vai promover uma sensibilização entre os infratores para avaliar os benefícios da aplicação do aprendizado do xadrez no seu tratamento antidrogas.

José Marques Costa Filho, *coordenador técnico do CJT, reconhece a importância da iniciativa e confirma a eficácia do Xadrez.*

No centro, **Valésio Pinto,** *autor de* Xadrez Para Todos - Uma Ferramenta Pedagógica

DOAÇÃO DE AUTOMÓVEIS

O presidente do TJPE, **Macêdo Malta,** *recebeu, no dia 5 de outubro, representantes de instituições beneficiadas pela terceira remessa de doação de automóveis. Ao lado do presidente, está o Comandante do II COMAR,* **Brigadeiro Ramon**. *Os representantes da Marinha, Capitão da Capitania dos Portos do Recife,* **Comandante Lara** *(3º), e o diretor do Hospital Naval,* **Comandante Vieira** *(4º), também marcaram presença.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 205 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 28 de outubro de 2005

TJPE em debate sobre acidentes no trânsito

Repórter:
Rodrigo Guedes

O Tribunal de Justiça de Pernambuco participou, terça-feira 25, do *1º Fórum de Mobilização Social para o Consumo Responsável de Bebidas Alcoólicas*, parceria entre os Diários Associados e o Detran. Presentes à mesa, o coordenador técnico do Centro de Justiça Terapêutica (CJT), José Marques Costa; o desembargador Roberto Ferreira Lins, representando o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, e o Des. Fernando Cerqueira. Na platéia, representantes da sociedade civil interessados na participação do Poder Judiciário para prevenir acidentes de trânsito e punir delitos cometidos.

Participaram do debate, da direita para a esquerda: **Fernando Cerqueira** *(1º),* **Roberto Ferreira Lins** *(4º) e* **José Marques Costa** *(5º)*

"A droga vem atingindo a sociedade em sua parte mais frágil: a criança e o adolescente", afirmou o psiquiatra José Marques. Segundo Marques, esses jovens não podem ser tratados como criminosos, mas doentes, cujo tratamento é oferecido pelo CJT. O infrator envolvido com consumo de drogas, a exemplo do álcool, pode optar pelo tratamento e anular o processo contra si. Essa medida, implantada na gestão do Des. Nildo Nery (2000/2001), foi pioneira na América Latina.

A gestão atual, presidida pelo Des. Macêdo Malta, se fez presente pelo Des. Roberto Ferreira, que opinou sobre os temas levantados. Para ele, nenhum crime será resolvido sem um investimento massivo de natureza educacional. "É uma questão de decisão política; não passa pelo Judiciário". Ele sugeriu uma atuação da polícia militar nos focos de maior índice de acidentes e defendeu a obrigatoriedade do uso do bafômetro, instrumento que aufere a quantidade de álcool ingerida pelo condutor.

O uso do bafômetro é alvo de polêmica porque constitucionalistas defendem o princípio de que ninguém é obrigado a constituir prova contra si mesmo. Essa não é a opinião do desembargador Fernando Cerqueira, que fechou o debate defendendo o uso do bafômetro como "instrumento preventivo para a sociedade, que no art. 15 de sua Constituição assegura o direito à vida".

Cerqueira foi incisivo no seu ponto de vista: "Direitos constitucionais aparentemente em conflito devem ser mediados pelo juiz. Cabe a ele pesar as desvantagens do meio em relação à vantagem do fim", disse, referindo-se aos que julgam inconveniente submeter-se ao teste do bafômetro. "Pelo princípio constitucional ele pode abster-se de se declarar culpado, mas não pode abster-se de colaborar com a sociedade para a segurança no trânsito".

Presidente recebe comandante do CMNE

Repórter:
Manuela Veras

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, recebeu na tarde desta última terça-feira, dia 25 de outubro, uma visita de cortesia do novo comandante militar do Nordeste, general Eron Carlos Marques. Seu assistente, coronel Luiz Rolla também marcou presença no encontro.

A reunião teve o intuito de apresentar o general, que está no cargo há cerca de três meses, ao funcionamento do TJPE. Por isso, o presidente falou sobre o Palácio de Justiça, bem como sobre alguns fóruns do Estado, inclusive sobre o recém-inaugurado Fórum de Garanhuns, segundo maior de Pernambuco.

O general Eron, que tem sob seu comando 75 organizações militares e nove Estados da federação, vem visitando órgãos dos três poderes na região, desde a sua posse. Natural de Erexim, Rio Grande do Sul, ele comentou com o presidente sobre dificuldades de investimento e se fez disponível ao Tribunal em futuras ocasiões de parceria, oferecendo ainda, uma placa contendo o brasão do Comando Militar do Nordeste (CMNE).

O presidente recebeu uma placa de agradecimento do CMNE, representado pelo **Gal. Eron Carlos**

Ao final do encontro, o desembargador presenteou o general com uma publicação sobre o Palácio da Justiça, o folder comemorativo dos 183 anos do TJPE e um CD do coral do Tribunal. Segundo ele, a visita do general "teve a importância de manter um bom relacionamento entre o Poder Judiciário e as Forças Armadas".

Nota de falecimento

É com pesar que o Tribunal de Justiça de Pernambuco comunica o falecimento do desembargador aposentado Cláudio Américo de Miranda. O desembargador faleceu aos 75 anos, na tarde da última quarta, por insuficiência cardíaca, após 60 dias de internação. Seu corpo foi velado no Palácio da Justiça e o enterro aconteceu às 11h de ontem, no Cemitério Morada da Paz.

Dentro do meio jurídico, Cláudio Miranda consolidou uma carreira de sucesso, galgando várias posições de destaque. Dentre elas, a Presidência do TJPE, no biênio 1986/1987 e, por 12 vezes, o posto de Governador de Pernambuco durante esse período.

"Um exemplo. Um homem bastante positivo, que tratava igualmente a todos que estavam a sua volta. Um homem simples e, ao mesmo tempo, austero, forte e disciplinador", foi assim que o desembargador Ivonaldo Pereira, um dos presentes no velório, definiu Miranda.

Cláudio Miranda deixa netos, cinco filhos e esposa.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 207 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 2 de novembro de 2005

Garanhuns tem o maior fórum do Interior

ESPECIAL:
SÉRGIO MARCOS

Com uma área de quase 5.300m² e um auditório com capacidade para 282 pessoas, o novo Fórum da Comarca de Garanhuns é hoje o maior e mais bem equipado do interior pernambucano. A obra foi entregue oficialmente como parte de uma série de inaugurações realizadas pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, na quarta e quinta-feira passadas. *(ver matérias nas páginas 2 e 3)*

Por decisão do Tribunal Pleno, foi mantido o nome do Min. Eraldo Gueiros Leite para denominar o novo prédio, o qual já denominava o fórum anterior. Em seu discurso, o presidente Malta lembrou que Gueiros Leite – natural de Canhotinho, município da circunvizinhança – foi quem construiu o primeiro Fórum de Garanhuns, em 1972, quando governador de Pernambuco.

A secretária geral da Corregedoria Geral de Justiça de Pernambuco, Paola Gueiros Leite de Freitas, neta do homenageado, em nome da família agradeceu à Mesa Diretora do TJPE pela manutenção do nome de Eraldo Gueiros. Ela leu o discurso proferido pelo então governador do estado em 21 de março de 1972, à época da inauguração do primeiro fórum. "Por sua atualidade, posso ratificar todos os seus termos", disse Paola. (Confira reprodução do discurso de Eraldo Gueiros Leite na página 3)

A inauguração do Fórum de Garanhuns contou com as presenças do vice-presidente do TJPE, desembargador Hélio Siqueira Campos, do corregedor geral de Justiça do Estado, desembargador Fausto Freitas, do ex-presidente do TJPE, desembargador Napoleão Tavares, o prefeito Luiz Carlos de Oliveira e o bispo diocesano D. Irineu Roque Scherer.

Também estiveram presentes a presidente da Associação dos Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco, Rita Malta, o presidente da Amepe, Mozart Valadares, o secretário executivo da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, Jorge Neves e todo o segundo escalão administrativo do TJPE, além de juízes assessores da Corregedoria Geral de Justiça.

Cerca de 500 pessoas lotaram o hall principal do edifício durante o ato inaugural, numa clara demonstração da importância do fato para os garanhuenses. Magistrados de diferentes comarcas, servidores, membros do Ministério Público, autoridades políticas, policiais e militares locais e de municípios circunvizinhos, representantes de clubes de serviço, empresários e cidadãos em geral prestigiaram a solenidade.

O prefeito municipal, Luiz Carlos de Oliveira, classificou de "panorama de alegria" o momento histórico de Garanhuns, aproveitando a ocasião para homenagear o ex-presidente do TJPE, desembargador Nildo Nery dos Santos, responsável pelos primeiros contatos para a construção do Fórum; o desembargador Napoleão Tavares, que lançou a Pedra Fundamental da obra; e o atual presidente, desembargador Macêdo Malta, que concretizou o projeto. "Esta obra não marcará apenas uma mudança física, mas um novo tempo".

A obra (acima), no valor de 5 milhões, foi inaugurada pelo presidente **Macêdo Malta**, *acompanhado dos desembargadores* **Fausto Freitas**, **Napoleão Tavares** *e* **Siqueira Campos** *(ao lado). A secretária geral da Corregedoria,* **Paola Gueiros Leite de Freitas** *(abaixo à esquerda), agradeceu a homenagem a seu avô, Eraldo Gueiros Leite, cujo nome foi mantido no Fórum. O novo prédio foi abençoado pelo bispo diocesano* **D. Irineu Roque Scherer**.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 208 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 4 de novembro de 2005

Corregedoria avalia mais de 92 mil sentenças

CLÁUDIA FREITAS e IZABELA RAPOSO

A Corregedoria Geral da Justiça acompanhou, durante o biênio 2004/2005, o desempenho de 132 magistrados, durante seus dois primeiros anos de exercício na função judicante. Deste total, apenas 48 ainda não alcançaram a vitaliciedade, o que deverá ocorrer até 2007. Os novos juízes cumpriram o chamado período de vitaliciamento, que consiste em avaliações qualitativas, quantitativas e de adaptação à função. Além da produtividade do magistrado, é também avaliada a qualidade técnica das sentenças.

Para esse fim, uma equipe composta por cinco magistrados da área cível, e cinco da área criminal, convocada pelo corregedor geral da Justiça, avaliou mensalmente as sentenças prolatadas pelos novos juízes, como determina a Lei Orgânica da Magistratura Nacional (LOMAN).

Neste período, os juízes avaliadores analisaram 92.192 sentenças, sendo 23.475 de mérito. Na avaliação não é emitido juízo de valor em relação ao mérito da sentença, mas em relação à correta aplicação da lei citada, à qualidade dos argumentos jurídicos relatados e à redação da sentença em si.

De acordo com o juiz supervisor do vitaliciamento, Mauro Alencar de Barros, "esses dados, juntamente com o conceito final dos juízes avaliadores, são analisados pela Corregedoria, pelo Conselho da Magistratura e pela Corte Especial, a quem cabe tornar o juiz vitaliciado ou não".

O desembargador corregedor Fausto Freitas frisou a importância da orientação oferecida pelos juízes avaliadores aos novos magistrados, e externou a gratidão da Corregedoria pelo comprometimento e a participação dos avaliadores na análise do desempenho dos magistrados vitaliciandos.

SENTENÇAS CRIMINAIS

Antônio de Melo Lima
Cícero Bittencourt de Magalhães
Fernanda Moura de Carvalho
Honório Gomes Rêgo Filho
Laiete Jatobá Neto

SENTENÇAS CÍVEIS

Emanuel Bonfim Carneiro
Amaral Filho
Isaías Andrade Lins Neto
Valéria Rúbia Silva Duarte
Raimundo Nonato de Sousa Braid Filho
Ruy Trezena Patú Júnior

DEPOIMENTOS

CORREGEDOR GERAL DE JUSTIÇA, Des. Fausto Freitas

A nossa preocupação maior é acompanhar bem de perto os juízes em vitaliciamento. Eles chegam na comarca com um grande referencial teórico, mas não o conhecimento prático, o que lhes gera dificuldades na condução dos trabalhos. Por isso, durante os dois anos, além de cursos e de palestras, nós prestamos toda a assistência através dos juízes corregedores auxiliadores em Pernambuco. É com muita satisfação que informamos que os juízes vitaliciados demonstraram saber jurídico e qualidades inerentes às atividades de um magistrado.

AVALIADORES

Juiz Emanuel Bonfim

Na análise das sentenças dos novos juízes, corrigimos pequenas falhas como a ausência de relatório na sentença, por exemplo. A grande maioria utiliza citações legislativas, referências jurisprudenciais e doutrinárias, além de ementas, o que enriquece a sentença. Para mim, o concurso está cumprindo seu papel de escolher os melhores entre os candidatos que querem seguir a carreira de juiz.

Juiz Laiete Jatobá

Não analiso a maneira como o vitaliciando julgou, mas sim a forma, concatenação, logicidade, a doutrina, a jurisprudência, a legislação utilizadas, enfim, a qualidade técnico-jurídica da sentença .

AVALIADO

Juiz Frederico Tompson

A avaliação das sentenças é uma etapa essencial para a nossa melhoria no trabalho. Por isso, acho que deveríamos receber não um conceito final, mas vários deles ao longo do vitaliciamento para aferirmos nossa evolução. Ressalto também que os encontros com o corregedor e seus auxiliares é essencial para que possamos desempenhar melhor a magistratura.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 209 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 5 de novembro de 2005

Diário Extra

Acesso ao registro civil é facilitado em Orobó

Repórter:
Mariane Menezes

Todo ser humano tem direito de possuir um nome e uma nacionalidade. Entretanto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil, por ano, 800 mil crianças recém-nascidas deixam de ser contempladas com a certidão de nascimento. Ao lado delas, estima-se que 3 milhões de adultos estejam fora das estatísticas nacionais. O problema, que nunca deixou de macular o estado de Pernambuco e se agrava no interior e em zonas agrestes, agora é tema de uma campanha de conscientização lançada no município de Orobó a partir de 1º de novembro: *Seja cidadão, registre-se!* O slogan, de apelo evidente, revela a preocupação que inspirou o oficial de registro civil José Eduardo Gomes, autor da proposta.

Apesar da campanha ser fruto da iniciativa particular de Gomes, conta com o apoio do titular da Comarca de Orobó, juiz Fernando Antonio Sabino Cordeiro, e com a parceria da Secretaria de Ação Social do município. O objetivo principal da proposta - pôr fim ao sub-registro em Orobó, que atinge, segundo José Eduardo, de 6% a 8 % da população - será alcançado com a ajuda dos agentes de saúde da cidade. Através do contato mensal com a população, eles irão orientar os pais sobre a importância do registro civil, aproveitando para recolher informações sobre as crianças recém-nascidas.

A mobilização em prol do *Seja cidadão* engloba diversas instituições municipais de Orobó. Se a Secretaria de Ação Social instalou postos de atendimento, também a Secretaria de Saúde recruta os agentes. A Secretaria de Educação fica com o compromisso de alertar aos alunos não registrados, e a maternidade da cidade, Hospital Severino Távora, deve informar diariamente sobre os bebês nascidos.

O oficial José Eduardo representa o Cartório de Orobó, responsável pelos registros imediatos, concomitantes com os nascimentos. Segundo ele, as pessoas maiores de 12 anos serão encaminhadas à Assistência Judiciária, para que requeiram o registro através do assentamento da Certidão de Nascimento. Por último, a emissora FM Comunitária, através do programa *Com a Palavra a Justiça*, apresentado pelo juiz Fernando Antonio, divulga o projeto. Tamanha cooperação sugere um sucesso antecipado. "Espero que, em março de 2006, todos estejam registrados no município de Orobó", prevê José Eduardo Gomes.

O maior impedimento ao êxito da campanha é, para o oficial de registro, a falta de consciência de cidadania da população: "é uma questão de cultura". Talvez os pernambucanos de Orobó - e os brasileiros em geral - não saibam o grau de prejuízo implicado a uma criança não registrada. Ela fica mais vulnerável ao trabalho infantil e ao tráfico. Além disso, não pode ter acesso a serviços públicos e se matricular em escolas. Quando adultos, ficam impedidos de votar ou se casar, e o governo não consegue planejar políticas sociais específicas. Por isso, Gomes reforça a importância suprema do Registro de Nascimento."Com o registro, o indivíduo começa a exercer a cidadania e direitos fundamentais. Quem não é registrado, não é cidadão brasileiro oficial, e está fora da estatística populacional do País", alerta.

A iniciativa do oficial de registro **José Eduardo** *mobilizou Judiciário, Executivo e a comunidade local no combate ao sub-registro*

No Recife, o *Seja cidadão, registre-se!* coleciona simpatizantes. O juiz Alexandre Assunção, da Corregedoria, diz que iniciativas parecidas, na capital, sofrem as adversidades de uma cidade grande. "O governo do Estado com os Cartórios de Registro Civil e o Instituto Materno Infantil de Pernambuco (Imip) tentam sempre contornar o sub-registro, no entanto, esse é, mesmo, um problema de educação", afirma o magistrado.

A falta de educação, felizmente, não conta com o apoio da lei, desde 1997. As barreiras que dificultavam o registro de crianças no País foram derrubadas com a promulgação da Lei 9534/97. Desde então, o registro civil e a primeira via da certidão de nascimento são gratuitos a todos os brasileiros.

Reforma do Judiciário

Relação de participantes do Congresso A Reforma do Judiciário: Aspectos Processuais Civis, promovido pelo Instituto de Magistrados de Pernambuco, nos dias 27 e 28 de outubro, noticiado no Diário Oficial de 04/11/05. Publicado a pedido do presidente do IMP, juiz Demócrito Reinaldo Filho.

- Francisco Queiroz - *presidente do TRF-5ª Região*
- Márcio Thomaz Bastos - *ministro da justiça*
- Nelson Jobim - *presidente do STF e do CNJ*
- Demócrito Reinaldo Filho - *presidente do IMP*
- Paes Mendonça - *vice-governador de Pernambuco*
- José Eduardo Cardozo - *deputado federal*
- José Jorge - *senador*
- Flávio Dino - *juiz federal*
- Luiz Fux - *ministro do STJ*
- Pierpaolo Cruz Bottini - *secretário de Reforma do Judiciário*
- Joaquim Falcão - *conselheiro do CNJ*
- Inaldo Leitão - *deputado federal*
- Athos Gusmão - *ministro aposentado do STJ e membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual*
- Paes Landim - *deputado federal*
- Ricardo Chimenti - *juiz de direito do TJSP*
- Jefferson Peres - *senador*
- Araken de Assis - *professor da PUC*
- Manoel Felipe Rego Brandão - *procurador-geral da Fazenda Nacional*
- Sérgio Arenhart - *procurador da República*
- Alexandre Moraes - *conselheiro do CNJ*
- Gilmar Ferreira Mendes - *ministro do STF*
- José Henrique G. Rafelo - *juiz federal e vice-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil*
- Flávio Luiz Yarshell - *doutor em direito processual pela USP*
- Márcio Carpena - *presidente da Academia Brasileira de Direito Processual*
- Kazuo Watanabe - *professor da USP e desembargador aposentado.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 211 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 9 de novembro de 2005

Brasil e França discutem adoção

Repórter:
Raíza Vieira

Recife será sede do *Seminário Brasil - França de Cooperação em Adoções Internacionais*, que acontece nos dias 10 e 11 de novembro, no Atlante Plaza. Promovido pelos governos dos dois países e com o apoio do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o evento é direcionado aos integrantes das Comissões Estaduais Judiciárias de Adoção (CEJA) e profissionais que atuam em varas da Infância e Juventude - juízes, promotores, assistentes sociais e psicólogos.

De acordo com o juiz da 2ª Vara da Infância e da Juventude do Recife, Elio Braz, o objetivo do encontro é colaborar para a formação do corpo técnico das CEJAs. "Queremos compartilhar experiências sobre adoções internacionais com outras comissões estaduais, como também com os franceses". A analista judiciária, Ana Elizabeth Cunha, acredita que por se tratar de um espaço de troca de conhecimentos, o evento vai colaborar para a uniformização e aperfeiçoamento dos procedimentos no âmbito da adoção.

O seminário é restrito ao público de estados do Nordeste brasileiro. Das 198 vagas distribuídas na Região, 154 foram reservadas a Pernambuco. "Isso ocorreu porque o evento será no Recife, e pela grande quantidade de adoções realizadas por franceses nessa cidade", justificou a técnica em adoção internacional da Autoridade Central, Cyntia Uchoa.

As palestras serão ministradas por profissionais franceses e dos estados de Alagoas, Sergipe, Bahia e Pernambuco, entre eles o desembargador Luiz Carlos Figueirêdo, que atuou na 2ª Vara da Infância e Juventude e foi o idealizador dos módulos 2 e 3 do Sistema de Informações para a Infância e Adolescência (Sipia), que propõe reunir em um mesmo cadastro dados em matéria de adoção e prática infracional de crianças e jovens de diferentes comarcas e estados.

Entre os franceses, estão confirmados os membros das Comissões de Adoção daquele país: Richard Bos, Leniaz e Paul Scotto.

Elio Braz: *"compartilhar experiências"*

O desembargador **Carlos Figueirêdo** *será um dos palestrantes*

Serviço

Thomaz de Aquino concentra juizados especiais

O 1º Juizado Especial Criminal do Recife funciona desde janeiro de 2002, no térreo do Fórum Thomaz de Aquino, localizado na avenida Martins de Barros 593, Santo Antônio. Tem como competência o processamento e julgamento de crimes de menor potencial ofensivo, cuja pena máxima não supere dois anos de detenção. É o caso, por exemplo, dos crimes tipificados como Calúnia (Art. 138/CPB - Código Penal Brasileiro) e Lesão Corporal Leve (Art. 129, Caput/CPB). Crimes com penas superiores a dois anos de reclusão são de competência da Justiça comum.

O 5º Juizado Cível da Boa Vista e o **1º Juizado Especial das Relações de Consumo da Capital** também funcionam no térreo do Fórum Thomaz de Aquino. O **1º Juizado Especial das Execuções Cíveis da Capital** e o **1º Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis** estão instalados no 4º andar do mesmo prédio.

As varas Criminais e Cíveis, entre outras específicas, funcionam no Fórum Des. Rodolfo Aureliano, ou *Fórum do Recife*. "Um grande número de pessoas, sendo partes processuais ou não, adentram equivocadamente em unidades do Judiciário na busca de processos nos quais figuram como partes", observa o secretário do 1º Juizado Especial Criminal do Recife, Hugo Neves de Morais Andrade. Por isso, para ele, é fundamental a divulgação de informações mais precisas sobre a tramitação dos processos criminais.

(por Cicília Pereira)

Semana do Servidor

Começa hoje a *II Semana do Servidor Público* promovida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco. "Tempo de Inclusão Social" é o tema desta edição, que se estenderá até o dia 11 de novembro. As atividades incluem palestras sobre educação, saúde e lazer, além de exposições de artesanato, fotografia e pintura. O evento é aberto ao público em geral e acontece no Hall Monumental do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha de Joana Bezerra, sempre às 13h.

A Assessoria de Comunicação do TJPE também está envolvida nas comemorações, através do concurso "Seja repórter por um dia". Quem desejar ter sua matéria sobre qualquer tema publicada no Diário Oficial, pode enviá-la para avaliação pelo e-mail assecom@tjpe.gov.br. Cada texto deve ter no máximo duas laudas e os envios podem ser feitos até o último dia da programação. Os três primeiros lugares terão as matérias publicadas.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 212 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 10 de novembro de 2005

Rodolfo Aureliano terá segurança reforçada

Repórter:
Sérgio Marcos

A segurança nos arredores do Fórum Rodolfo Aureliano, localizado na Ilha de Joana Bezerra, será reforçada. O compromisso foi assumido, diante do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. Macêdo Malta, pelo secretário da Defesa Social, João Braga, em reunião realizada na última segunda-feira. O encontro reuniu no gabinete da Presidência um grupo de magistrados que narraram o crescente número de assaltos ocorridos no entorno do Fórum, vitimando servidores, advogados, partes e magistrados.

Segundo o diretor do fórum, juiz Eurico Barros, as constantes ocorrências de abordagens a mão armada têm forçado os juízes a encerrarem as audiências mais cedo, a pedido das partes. Pelo menos cinco magistrados já foram vítimas da ação de marginais na área.

Para contornar o problema, o secretário João Braga disse que será reforçado o número de soldados e viaturas no local e será desenvolvido um projeto de monitoramento através de câmeras fixadas em pontos estratégicos. O Poder Judiciário também irá colaborar naquilo que for de sua competência.

Há constatação do envolvimento de jovens com menos de 18 anos em várias ações. Por isso, a reunião contou com a participação do juiz da 3ª Vara da Infância e Juventude, Humberto Vasconcelos. Agenor Ferreira, Paulo Victor, José Henrique Coelho, Robinson Lima, todos magistrados da Capital, também participaram.

O encontro entre o Judiciário e a SDS foi articulado pela Assessoria Policial Militar do TJPE. "Tivemos antes uma reunião no Fórum do Recife, com vários magistrados. Diante do quadro apresentado, vimos que o caminho deveria ser esse contato direto com os responsáveis direto pela segurança no local", observou o assessor policial Cel Franklin.

Também participaram da reunião o comandante geral da Polícia Militar, Cel. Cláudio Silva, o comandante do 16º Batalhão da PM, tenente-coronel Vulpian - responsável pela segurança na área, o diretor de Polícia Judiciária Valdir Macêdo e o comandante do policiamento do Fórum Rodolfo Aureliano, Cap. Giovane.

O Judiciário reuniu-se com autoridades da Segurança Pública

HOMENAGEM

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador **Macêdo Malta** *foi um dos principais homenageados das festividades dos* ***150 anos do Real Hospital Português de Beneficência de Pernambuco (RHP)****, realizadas na noite da última sexta-feira. Depois de participar da missa na capela do RHP, o chefe do Judiciário estadual acompanhou a inauguração das novas instalações da Maternidade Real Mater, da Clínica Cardiológica Real Cor e do Centro de Traumatologia e Ortopedia.*

No salão nobre da instituição, Malta compôs a mesa de honra do evento, ladeado pelo prefeito João Paulo e o vice-governador Mendonça Filho. Na ocasião, o presidente foi agraciado com uma medalha de ouro, concedida pelo provedor do RHP, **Alberto da Costa** *(foto). A medalha foi cunhada em Portugal, especialmente em comemoração aos 150 anos do Hospital.*

Acmepe promove chá beneficente

Repórter:
Raíza Vieira

A Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe) promoverá, no dia 11, um Chá Beneficente a fim de arrecadar recursos para o Natal dos beneficiados. O evento acontece no Mar Hotel, no Recife, a partir das 16h30.

No encontro, será realizado um bingo com sorteio de diversos brindes, como armações de óculos, tratamento de clareamento dental, jóias, entre outros. "Além do bingo, haverá uma apresentação do tenor lírico Antônio Lipo, para brindar a todos com sua voz melodiosa", afirmou a presidente da Acmepe, Rita Malta.

A renda arrecadada também será direcionada à Casa da Acmepe - onde está sendo construída uma escola profissionalizante para pessoas de baixa renda -, ao asilo Lar do Amor e ao Centro Beneficente Filantrópico do Bongi (Cebengi).

Rita Malta, *da Acmepe, promove evento que vai arrecadar recursos para o Natal*

Todos estão convidados a participar do Chá. O convite/adesão, no valor de R$30, pode ser adquirido no local do evento e na sede da Acmepe, localizada no Edifício Paula Batista. A presidente da Associação antecipa seus agradecimentos aos que colaborarem.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 213 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 11 de novembro de 2005

Semana do Servidor termina hoje

Uma apresentação de Frevo marcará, hoje, às 16 horas, o encerramento da "Semana do Servidor". Promovido pela Diretoria de Recursos Humanos, está acontecendo desde a última quarta-feira, quando foi aberto oficialmente pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Macêdo Malta, o evento se propõe a revelar e valorizar o talento artístico dos servidores.

Ainda na abertura, a Diretoria de Documentação, lançou duas novas publicações produzidas pelo Memorial da Justiça. Uma delas foi a transcrição paleográfica do "Livro de Compromisso e Posse do Tribunal de Relação de Pernambuco (1822-1882)". A outra, a cartilha educativa "Memória Justa", com linguagem acessível e ilustrações, é destinada ao público infantil.

O presidente **Macêdo Malta** *e a diretora* **Josélia Campos** *visitam expositores*

A programação desta sexta-feira começa às 10h30, com uma oficina de Dança do Ventre. A partir das 14h, haverá uma oficina de Dança Circular, apresentação de Arte-Educadores do Detran, Oficina de Tai Chi Chuan, Ginástica Laboral e exibição de curtas-metragens.

TJPE promove curso de capacitação para psicólogos

REPÓRTER:
CECÍLIA PEREIRA

Termina hoje, na Escola de Magistratura de Pernambuco (Esmape), o curso Testes Psicológicos e Perícia Judicial. Promovida pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), através da Diretoria de Recursos Humanos (DRH), a iniciativa visou atender à demanda do Centro de Apoio Psicossocial (CAP). O curso, ministrado pela doutora em psicologia e antropologia Ronilda Ribeiro, propiciou atualização profissional a uma turma com 24 psicólogos que atuam como técnicos em áreas responsáveis pela emissão de laudos judiciais.

Segundo a doutora Ronilda, os psicólogos exercem atividades restritas e esse curso ajudará no amadurecimento de questões teóricas e práticas da psicologia jurídica - que é um dos mais novos campos da área. O encontro também viabiliza o diálogo entre os participantes. "O maior benefício será dado aos usuários, que terão a oportunidade de se relacionar com profissionais mais capacitados", concluiu a psicóloga.

Para a chefe do CAP, Sandra Mônica de Siqueira Rocha, esse curso se adequa à utilização dos testes psicológicos, que foram submetidos a uma revisão geral e rigorosa pelo Conselho Federal de Psicologia. Os conhecimentos adquiridos poderão auxiliar o diagnóstico para as 12 Varas de Família e aprofundar conhecimentos nos exames de personalidade, conferindo maior precisão e fidedignidade aos pareceres técnicos emitidos.

Feriado

Não haverá expediente no Poder Judiciário estadual nas próximas segunda e terça-feiras - 14 e 15 de novembro - em razão do feriado de Proclamação da República.

Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Corregedoria Geral da Justiça

Ofício Circular - CGJ
Recife, 10 de novembro de 2005.

Exmºs Juízes Diretores de Fórum:

A Presidência do Tribunal de Justiça resolveu **recadastrar todas as unidades cartorárias judiciais e extrajudiciais do Estado de Pernambuco**, tendo em vista a implantação do Sistema Gestor de Arrecadação de Receitas Próprias - GARP, estabelecendo os procedimentos através da Instrução de Serviço nº 06 de 27/09/2005, publicada no Diário Oficial do dia 30/10/05. Ocorre que diversas Unidades Cartorárias não efetuaram o recadastramento no prazo estabelecido (até 14/10/2005).

Considerando o exposto, **determino aos Senhores Juízes Diretores dos Fóruns** deste Estado, com exceção da Capital, que procedam à inspeção em todas as Unidades Cartorárias Judiciais e Extrajudiciais de sua jurisdição (Varas, Distribuições, Juizados Especiais, Diretorias dos Fóruns e Cartórios Extrajudiciais), para verificar se todas se recadastraram e, em caso negativo, adotar providências imediatas para a solução da pendência.

Considerando ainda à proximidade da implantação do GARP e do elevado número de unidades que ainda não se recadastraram, fica estipulado **até o dia 25 do corrente**, para que os Senhores Diretores dos Fóruns informem a esta Corregedoria Geral, por meio do fax nº (81) 3419.3620 ou 3419.3625, se todas as unidades de sua jurisdição efetuaram o recadastramento, possibilitando, assim, a adoção das medidas administrativas pertinentes.

Aproveitando o ensejo, informo que **o Banco do Brasil só receberá DARJ'S sem código de barras até o dia 18/11/2005**, razão pela qual a Diretoria de Informática estará enviando aos Diretores dos Fóruns das Comarcas nas quais o aludido banco é único agente arrecadador, um lote de DARJ'S com código de barras pré-impressos, para que sejam distribuídos às Unidades Cartorárias de sua jurisdição, que devem ser orientadas a baixar o instalador do programa gerador de DARJ´s com códigos de barras pré-impressos (obtendo orientação sobre procedimentos através dos telefones: 81-3419.3709 ou 3419.3682), ou solicitá-los à ANOREG.

Atenciosamente,

Des. Fernando Eduardo de Miranda Ferreira
Corregedor Geral Substituto, em Exercício

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 214 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 12 de novembro de 2005

Pernambuco Justiça entra no ar

REPÓRTER:
IZABELA RAPOSO

Dicas sobre direitos e deveres do consumidor, legislação de trânsito - entre outras leis e problemas que afetam a vida do cidadão - serão temas do programa *Pernambuco Justiça*, que vai estrear na próxima quarta-feira, dia 16, no Canal 14, a partir das 22h. Na tarde do mesmo dia, às 17h, no Salão dos Passos Perdidos do Palácio da Justiça, acontece a solenidade de abertura do programa.

De acordo com o presidente do TJPE, Macêdo Malta, a iniciativa "visa a massificar a comunicação entre a Justiça de Pernambuco e o cidadão comum. Afinal, o canal é acessível a todos, já que se trata de TV aberta".

A assessora de Comunicação Social do TJPE, Rosa Miranda, destaca o tempo do programa, que será semanal e terá uma hora de duração. "Por conta deste fator, teremos oportunidade de poder decifrar a linguagem jurídica para o telespectador".

O programa trará regularmente entrevistas com personalidades do meio jurídico - a primeira será com o corregedor geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas. Além disso, contará com blocos que irão abordar a história de pessoas e instituições do Direito, agenda de eventos dos tribunais localizados no Estado, debates sobre atualidades da Justiça brasileira, matérias sobre o Poder Judiciário estadual e a palavra do seu presidente Macêdo Malta.

A interatividade será garantida no quadro repórter-ouvidor, que irá às ruas tirar dúvidas sobre o Direito e o Judiciário e até ajudar pendências judiciais do entrevistado. "O repórter irá esclarecer dúvidas e encaminhar problemas aos setores responsáveis do Judiciário, semelhante ao que a Ouvidoria do Tribunal já realiza", esclarece a editora Edna Nunes. Coube à Assessoria de Comunicação do TJPE produzir os textos jornalísticos para elaboração do conteúdo do programa, além de viabilizar as filmagens e entrevistas com o presidente e as personalidades do Judiciário.

Rosa Miranda, da Assecom TJPE: *decifrando o juridiquês*

O programa é uma realização da gestão Macêdo Malta - através da Assessoria de Comunicação do TJPE - e do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Social do Brasil (IDASB). A veiculação não acarreta nenhum ônus ao Poder Judiciário, visto que os custos serão patrocinados por empresas e instituições interessadas ao projeto. Além da editora Edna Nunes, a equipe jornalística do Pernambuco Justiça conta com Danyelle Amorim e Natália Tavares (produtoras), Edgar Nascimento (repórter-ouvidor) e Manuella Leimig (apresentadora).

PERNAMBUCO JUSTIÇA

PARA SINTONIZAR O CANAL 14, SIGA OS PASSOS A SEGUIR:

1. No menu do seu controle remoto, selecione a opção busca automática;
2. Aguarde enquanto todos os canais estão sendo sintonizados;
3. Ao final, basta escolher a RedeEstação - Canal 14.

Obs: Se o sinal não estiver com boa qualidade é aconselhável o uso de uma antena UHF.

Tribunal de Justiça de Pernambuco

JUIZADO DE TRÂNSITO

Grave este número no seu celular:
3226-1904

Rapidez e Eficiência para solucionar os conflitos nos acidentes de Trânsito.

Atendimento imediato e gratuito

CPI da habitação chega ao TJPE

REPÓRTER:
MANUELA VERAS

Uma em cada 10 mil edificações corre o risco de cair na Região Metropolitana do Recife (RMR). Essa é a conclusão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Sistema Habitacional, criada em decorrência dos 12 desabamentos que causaram a morte de 37 pessoas. O relatório final foi entregue ao presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, no último dia 8 de novembro, por um grupo composto pelos deputados André Luiz de Farias (PTB), Isaltino Nascimento (PT) e cinco ex-moradores do edifício Areia Branca, implodido em outubro do ano passado.

A CPI, instalada em março deste ano, teve seis meses de inquéritos e ouviu 122 pessoas em 17 reuniões. As investigações tiveram o intuito de apurar as causas dos desmoronamentos, além de detectar edifícios em situação de risco e avaliar a atuação dos órgãos do setor no Estado.

Em Jaboatão dos Guararapes, está em andamento um processo contra a seguradora Vera Cruz, que se negou a pagar a indenização de R$ 3 milhões às 24 famílias proprietárias do edifício Areia Branca. A empresa alega que o prédio não foi implodido, hipótese em que haveria cobertura pelo seguro.

No entanto, o laudo técnico concluiu que o edifício foi implodido. Por isso, o grupo pediu ao presidente Macêdo Malta rapidez no julgamento da seguradora. O desembargador disse que faria tudo que estivesse ao alcance da lei para que as vítimas do Areia Branca recebam suas indenizações o mais breve possível.

Malta *recebe CPI e moradores do Areia Branca*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 215 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, quinta-feira, 17 de novembro de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEMANA DO SERVIDOR

DRH promove arte e integração

Repórter:
Manuela Veras

O presidente Macêdo Malta abriu o encontro que revelou talentos e prestou informações ao longo de três dias

Tempo de inclusão social. Esse foi o mote para que a *II Semana do Servidor* do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) reunisse e divulgasse os trabalhos voluntários e o talento artístico dos funcionários do Judiciário estadual. Além disso, a Semana foi um amplo espaço cultural e informativo, organizado em 37 stands e vários espaços temáticos. O evento, que aconteceu de 9 a 11 de novembro, foi promovido pela Diretoria de Recursos Humanos e ocupou todo o Hall Monumental do Fórum Rodolfo Aureliano, na Ilha de Joana Bezerra.

Na abertura, o presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, comentou sobre a boa relação que mantém com os servidores, aos quais sempre escuta antes de tomar decisões. Ainda na apresentação inicial, houve dois lançamentos da Diretoria de Documentação, através do Memorial da Justiça. O primeiro foi da transcrição paleográfica do *Livro de Compromisso e Posse do Tribunal de Relação de Pernambuco (1822-1882)*. O segundo lançamento foi da cartilha educativa *Memória Justa*, direcionada ao público infantil. Ambos foram distribuídos gratuitamente aos que visitaram o stand do Memorial.

Durante os três dias da feira, houve o comércio de artesanato, o Espaço Servidor Voluntário e a mostra artística Expotalento, que exibiu pinturas, esculturas, poesias e fotografias assinadas por componentes do TJPE. As apresentações de dança clássica, popular, capoeira e ainda dos corais do TJPE e o das Crianças da AACD foram aplaudidas com entusiasmo pelo público.

A Semana do Servidor foi uma oportunidade única para realizar, no mesmo lugar, atividades tão diversas como a aferição da pressão arterial e a prática do rapel por uma das enormes paredes do Hall Monumental. Os visitantes ainda receberam orientações sobre doenças, acidentes no lar e no trânsito; fizeram tratamentos estéticos com profissionais do Senac; receberam vários tipos de massagem e outras terapias antiestresse; praticaram ioga; exercitaram a ginástica laboral e participaram das oficinas de dança do ventre e de salão.

Com o tema *Tempo de Inclusão Social*, a Semana do Servidor não poderia haver excluído trabalhos voluntários realizados pelos servidores do TJPE. O evento deu espaço a diversos grupos assistencialistas, como a Associação de Apoio à Criança com Deficiência (AACD); a Associação dos Portadores de Doença de Chagas (APDC) e a Associação Pernambucana dos Portadores de Leucemia (APPL).

Durante a feira, essas entidades tiveram a chance de ser mais divulgadas, além de arrecadar doações através da venda de artigos. "O TJPE abraçar nossa causa foi uma maneira sensata e verdadeira de provar que, sim, é tempo de inclusão social", confirmou Manuel Mariano, presidente da APDC.

Memorial da Justiça se aproxima do Servidor

O Memorial da Justiça é o Centro de Documentação e Espaço Cultural do Poder Judiciário de Pernambuco, daí a importância de sua participação na Semana do Servidor do TJPE. Importância esta que se intensifica pelo fato de ele não ser tão conhecido como se esperaria. Isso é o que pensa Mônica Pádua, a diretora do órgão e uma das homenageadas do evento.

No momento, o Memorial comporta duas exposições. Uma, de longa duração, chama-se "Da Casa de Relação ao Tribunal de Justiça de Pernambuco" e faz o trajeto da história do Poder Judiciário de Pernambuco desde que foi criado, em 1822 até hoje. A outra, "O Processo Judiciário", é temporária e explica o funcionamento do Judiciário ao cidadão leigo. Esta foi também exibida durante a Semana do Servidor.

Com a finalidade de ser mais visitado, o Memorial irá agendar horários extras para os grupos de servidores que não possam visitá-lo durante o seu funcionamento regular. Essa decisão da diretoria do órgão fará com que os servidores do TJPE conheçam melhor a história do seu Estado e do órgão para o qual trabalham.

Mônica Pádua *foi homenageada*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 216 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 18 de novembro de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Seminário debate adoção internacional

Repórter:
Rodrigo Guedes

Quando os tambores dos Meninos de Ouro, grupo de percussão do Centro de Apoio à Criança de Recife (Cruc), soaram no auditório do hotel Atlante Plaza, tornou-se clara uma idéia que permearia aquele Seminário Brasil-França de cooperação em adoção internacional: tendo oportunidade, toda pessoa pode desenvolver talentos e superar adversidades. A fim de garantir integração da criança à família, o Tribunal de Justiça de Pernambuco apoiou o encontro, que discutiu critérios estabelecidos na Convenção de Haia para adoção, assinada por 51 países em maio de 1993.

O evento aconteceu nos dias 10 e 11 de novembro, reunindo autoridades na área, como o subsecretário de Direitos Humanos da Secretaria-Geral da Presidência da República, Mário Mamede, e o vice-presidente do TJPE, desembargador Hélio Barros Siqueira Campos. Segundo o magistrado, "Brasil e França estão empenhados em cumprir esse interesse superior".

Em junho de 1993, pouco depois da Convenção de Haia, foi instituída a Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja), que desde então intermedeia 217 adoções em Pernambuco. Por ser modelo de cooperação internacional, Recife foi a cidade escolhida para o encontro, e o corregedor-geral de Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, também presidente da Ceja, foi quem coordenou o Seminário.

A convenção internacional é um documento que estabelece um caráter subsidiário às adoções e garante proteções a crianças que saem de um país para outro. A adoção internacional só deve ocorrer, portanto, para os menores que não conseguiram se manter na família natural ou numa substituta nacional.

Para garantir a prioridade de casais nacionais sobre estrangeiros, Pernambuco criou um cadastro digital único sobre crianças disponíveis para adoção no Estado: o Infoadote. O cadastro também relaciona todos os casais pretendentes. Esse foi um dos temas abordados pelo desembargador Luiz Carlos Figueirêdo no dia de abertura do encontro. Ele defendeu o constante aperfeiçoamento dos serviços para esgotar todas as possibilidades de uma criança ficar na família natural antes de ser disponibilizada para adoção. Esse critério evita a permanência prolongada nos abrigos.

Nesse sentido, o Ministério Público tem uma importante participação no processo de definição da situação jurídica da criança. O procurador-geral de Justiça Francisco Sales, se fez presente no Seminário, ao lado do Secretário Executivo da Ceja estadual, juiz Elio Braz Mendes.

O cumprimento das prerrogativas de Haia foi preocupação central da palestra da promotora de justiça da 2ª Vara da Infância e Juventude de Recife e da Ceja, Laise Tarcila de Queiroz. Ela defendeu que as autoridades brasileiras se posicionem em relação à emenda constitucional nº 45, que teria reflexos, por exemplo, para a realização de adoções por casais oriundos de países não-ratificantes da convenção de Haia, como os EUA.

Anna Luiza / TJPE

Hélio Siqueira Campos *(C): adoção é interesse superior*

Marcos Diniz / TJPE

O presidente do TJPE, Des. **Macêdo Malta**, *foi homenageado pelo Tribunal de Contas do Estado através da* Medalha do Mérito Nilo Coelho. *O presidente também recebeu um diploma das mãos de Carlos Porto, representante do TCE. Estiveram presentes o presidente da Assembléia Legislativa, Romário Dias, o representante do TRF, Paulo Gadelha, e o representante do Governo do Estado, Antônio Corrêa. A solenidade aconteceu no dia 10 de novembro, no auditório do TRF - 5ª Região.*

Jocelyn Leal / TJPE

***O chá beneficente**, promovido pela Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe), no dia 11, foi um sucesso de público. Segundo a presidente da instituição, Rita Malta, o evento além de angariar fundos para os trabalhos filantrópicos funciona como oportunidade de confraternização, reunindo associadas, servidores do TJPE e nomes de destaque da magistratura pernambucana, como as desembargadoras Helena Caúla Reis e Maguí Lins.*

AVISO DA PRESIDÊNCIA

Em razão do término do exercício financeiro de 2005, e visando acelerar os procedimentos para realização de despesas, a Presidência do TJPE informa:

1. A data limite para o empenhamento será 30 de novembro e o pagamento até 16 de dezembro.
2. As concessões de suprimentos individuais ficarão suspensas no período de 1º a 31 de dezembro.
3. Os magistrados e servidores detentores de suprimentos individuais deverão prestar contas à Diretoria Financeira até 16 de dezembro.
4. A prestação de contas abre exceção apenas às Sessões de Júri que se realizarem após esta data. Nesses casos, o prazo se ampliará para 48h a contar da última sessão.
5. As diretorias deverão encaminhar ao Financeiro as faturas, notas fiscais, recibos, boletins de medição e outros documentos até o dia 9 de dezembro.

Des. Macêdo Malta - presidente

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 217 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 19 de novembro de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Desembargadores repudiam atuação do CNJ

Repórter:
Manuela Veras

A partir da esquerda, o corregedor geral e o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, Des. **Washington Luiz** *e Des.* **Estácio Luiz de Lima,** *respectivamente. À direita, o corregedor pernambucano, Des.* **Fausto Freitas,** *presidindo o 40º* Encontro Nacional de Corregedores Gerais da Justiça

Em reuniões distintas, os corregedores gerais e os presidentes dos Tribunais de Justiça estaduais de todo o País decidiram formar uma frente de resistência ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A competência do Conselho, criado a partir da emenda constitucional nº 45, foi posta na berlinda pelos integrantes dos respectivos Colégios Nacionais.

Defendem os desembargadores que "o Conselho não pode legislar sobre matérias do Estatuto Nacional da Magistratura, que o constituinte deixou à prudente deliberação do Congresso Nacional".

Segundo o corregedor geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Fausto Freitas, os magistrados entendem que o CNJ não pode ter a competência de baixar resoluções destinadas ao Judiciário, sob o risco de representar um órgão de regime de exceção, chocando-se contra os valores de igualdade e democracia. "O valor de suas resoluções deve ser meramente sugestivo, pois nem o Executivo nem o Legislativo se encontram sob o julgo de um *quarto poder*".

Ao final das reuniões, cada Colégio redigiu um documento com as deliberações votadas e aprovadas pelos desembargadores (*ver cartas ao lado*). Nos respectivos manifestos, os presidentes de tribunais e os corregedores defendem o fim do nepotismo, no âmbito dos três poderes.

Caberá aos ministros do Supremo Tribunal Federal decidir se o CNJ tem ou não competência para legislar no âmbito do Poder Judiciário.

Administração de finanças

O surgimento de uma dívida é, em muitos casos, falta de planejamento orçamentário. Com dicas de como não perder o controle, a palestra *Entenda melhor as próprias finanças* será realizada no próximo dia 22, no Auditório da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe), no Edifício Paula Baptista.

Ministrada pelo consultor financeiro e administrador de empresas Apolônio Cameiro, das 13h às 15h30, a apresentação é aberta ao público interno do TJPE. A proposta já foi apresentada e recebida com sucesso por cerca de 60 servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que participaram da palestra no dia 20 de outubro.

Carta de São Luís

O **Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil**, reunido em São Luís, estado do Maranhão, de 10 a 12 de novembro, pela unanimidade de seus membros:

- considerando que a segurança jurídica, aspiração dos povos civilizados, funda-se na observância, por todos, das leis e normas de conduta da vida coletiva;
- considerando sua grave responsabilidade de interpretar o sentimento dos Tribunais de Justiça, sobretudo em regime que se pretende federativo;

Resolve:

1. **Manifestar**, mais uma vez, seu inarredável compromisso com os princípios que devem reger a administração pública, principalmente o da moralidade, razão pela qual reitera seu apoio às medidas que disciplinem, no âmbito dos três Poderes, as nomeações para cargos em comissão ou funções gratificadas;
2. **Expressar** o entendimento de que o Conselho Nacional de Justiça, ao expedir atos regulamentares, não pode legislar sobre as matérias do Estatuto da Magistratura Nacional que o Constituinte deixou à prudente deliberação do Congresso Nacional;
3. **Reafirmar** sua esperança de que, através de medidas de racionalização administrativa e gestão da competência do Conselho Nacional de Justiça, o Poder Judiciário cresça no respeito dos jurisdicionais, mercê de sua modernização e transparência.

São Luís, 12 de novembro de 2005.

Carta de Maceió

O **Colégio de Corregedores-Gerais dos Estados**, reunido na cidade de Maceió, em Alagoas, no período de 8 a 11 de novembro de 2005, na permanente busca de um Poder Judiciário moderno e eficaz,

Decidiu:

1. **Repudiar** a forma de atuação do Conselho Nacional de Justiça que, violando princípios da Constituição Federal, impõe procedimentos que cerceiam o autogoverno dos Tribunais de Justiça do Brasil e usurpam as atribuições do Poder Legislativo.
2. **Condenar** a prática do nepotismo nos três Poderes da República, que deve ser colibida por norma editada pelo Congresso Nacional.
3. **Sugerir** aos Tribunais de Justiça que, sem perderem de vista os princípios norteadores de suas ações, resistam ao cumprimento de determinações do Conselho Nacional de Justiça que impliquem o desrespeito à Constituição da República e às demais normas válidas do sistema jurídico.
4. **Pontificar** que a adoção desta postura decorre da possibilidade de transformação do Conselho Nacional de Justiça em órgão típico de regime de exceção, atentando contra o Estado Democrático de Direito e os direitos fundamentais da cidadania.

Maceió, 11 de novembro de 2005.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 218 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 22 de novembro de 2005

PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Quinta-feira tem *Pernambuco Justiça*

REPÓRTER:
IZABELA RAPOSO

Magistrados, servidores, políticos e jornalistas assistiram ao *making of* do programa Pernambuco Justiça, exibido no Palácio da Justiça, na última quarta-feira. Na solenidade de lançamento, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Macêdo Malta, destacou que "a sociedade conhece muito pouco do sistema judiciário brasileiro. Por isso, já há um entendimento entre os presidentes dos tribunais estaduais, do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal de aumentar o intercâmbio entre esse Poder e a sociedade, através dos meios de comunicação".

Diante da tela, membros do Judiciário e imprensa conferiram a produção de entrevistas e quadros que serão exibidos no Canal 14, às 21h de cada quinta-feira, a partir do próximo dia 24. "A idéia é divulgar notícias, ações, projetos da administração, concursos e outras iniciativas de interesse da população, além de promover debates sobre temas pertinentes", explicou Malta. Ele também destacou que a Assessoria de Comunicação Social do TJPE estará aberta para intermediar o contato entre os integrantes do Judiciário e a produção do programa.

Entre as autoridades de outras instituições estavam o procurador-geral do Estado, Sílvio Pessoa, o secretário chefe da Assessoria Especial do Governo estadual, Dorany Sampaio, e a presidente do Tribunal Regional do Trabalho - 6ª Região, Maria de Lourdes de Melo.

Um programa-piloto foi exibido no Palácio da Justiça para uma platéia de convidados

PROGRAMAÇÃO

O Pernambuco Justiça trará regularmente entrevistas com personalidades do meio jurídico - a primeira será com o desembargador Ozael Velozo. Além disso, contará com blocos que irão abordar a história de pessoas e instituições do Direito, agenda de eventos dos tribunais localizados no Estado, matérias sobre o Poder Judiciário estadual e comentários do presidente. Temas atuais, como a Reforma Judiciária, devem aparecer em debates nas próximas semanas.

O programa é uma realização da gestão Macêdo Malta através da Assessoria de Comunicação do Tribunal de Justiça de Pernambuco e do Instituto de Desenvolvimento e Apoio Social do Brasil (Idasb). A veiculação não acarreta ônus ao Poder Judiciário, visto que os custos serão patrocinados por empresas e instituições interessadas no projeto.

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA
DE ARBITRAGEM E DIREITO NA INTERNET

"A arbitragem, a mediação e o Direito na Internet"

- Portais da Justiça no Século XXI -

08 e 09 de dezembro de 2005

Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano
Recife - PE
Brasil

A temática pioneira, estudada por especialistas consagrados brasileiros e estrangeiros, foi escolhida com objetivo único: atualizar os nossos profissionais tornando-os proficientes em uma realidade irreversível - o uso do fórum virtual no ciberespaço. Para o comércio eletrônico, somente uma justiça eletrônica. Uma realidade inescapável.

Inscrições e informações:
www.arbiter.com.br - arbiter@uol.com.br ou (81) 3424.7237

Convite

A ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DE PERNAMBUCO (Esmape) convida os magistrados da Região Metropolitana do Recife a participarem do ***5º ENCONTRO REGIONAL ESMAPE****. O evento ocorrerá nos próximos dias 24 e 25 de novembro, no Salão Gilberto Freire, no Hotel Atlante Plaza, em Boa Viagem.*

Os convidados deverão confirmar presença até o dia 22 de novembro, junto ao Cerimonial, nos números 3224.0086 e 9139.6778.

Des. José Fernandes de Lemos
Diretor

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PE... UCO
P... CIÁR...
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 219 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 23 de novembro de 2005

Magistrados e servidores têm crédito facilitado

Repórter:
Manuela Veras

Estão abertas, desde o último dia 21 de novembro, as solicitações para cartões de crédito para servidores e magistrados do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE). Através do cartão, os interessados passarão a contar com crédito de 10% sobre o salário líquido. Esse percentual não altera os 30% de margem consignável a que todo agente público tem direito.

Cada cliente poderá dispor de até dois cartões. Nesse caso, o crédito de 10% será dividido, com 5% para cada cartão. O cancelamento de um cartão cujos débitos não estejam quitados impedirá, automaticamente, a solicitação de outro.

Esse projeto é uma iniciativa da Diretoria de Recursos Humanos (DRH) e faz parte do TJPE Consig, que está em vigor desde 1º de julho deste ano. Trata-se de um sistema de empréstimos consignados que, através da Internet, permite ao usuário escolher a instituição bancária que oferece a menor taxa de juros e a melhor forma de pagamento.

Até agora, o único banco filiado à proposta do cartão é o Cruzeiro do Sul, com o Bandeira Visa, primeiro cartão no Brasil a exibir foto do titular. "Em breve, estaremos firmando o convênio com o BMG, que disponibilizará o Credicard", afirma o diretor adjunto da DRH, Franck Vieira. Outras entidades bancárias poderão, no futuro, participar desse convênio com o Tribunal.

Para mais informações sobre o regulamento dos cartões de crédito, consulte a Portaria nº 159, de 10 de novembro de 2005, publicada na página 2 do Diário Oficial de 12 de novembro.

Franck Vieira: *o convênio será ampliado*

Aviso da Presidência

Lembramos aos magistrados e servidores deste Poder que a data limite para se proceder ao empenhamento de despesas será o dia 30/11/05, dada a necessidade do fechamento contábil do exercício financeiro de 2005.

Recife, 23 de novembro de 2005.

JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA
Desembargador-presidente

Decisão do TJPE favorece delegados

Repórter:
Izabela Raposo

Uma decisão unânime do 1º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que reúne nove desembargadores, favoreceu a carreira dos delegados civis no Estado. No último dia 16, os magistrados seguiram o voto do relator, desembargador Jovaldo Nunes, que concedeu a segurança em favor do delegado da cidade de Lagoa do Carro, Perruci José do Nascimento. A partir dela, fica anulada a portaria 400/05, publicada no mês de maio e assinada pelo chefe de Polícia Civil, Aníbal Moura, determinando a remoção do delegado dessa cidade para a de Calçado, antes de completados dois anos de exercício de Perucci na primeira.

O impetrante considera a transferência motivada por interesses políticos locais, já que não houve provas de descumprimento em suas atribuições de delegado. A decisão do relator, que agora só poderá ser contestada em recurso no Superior Tribunal de Justiça ou no STF, considerou a portaria indevidamente fundamentada e, de acordo com ela, a remoção só pode ser ordenada antes do prazo legal pelo secretário da Defesa Social, de acordo com o decreto 27.712/05, que regulamenta a lei complementar 49/03.

Jovaldo Nunes considera que o acórdão do TJPE, no Mandado de Segurança 126454-0, assim como a legislação, assegura aos delegados a impossibilidade de serem removidos durante os dois anos na circunscrição à qual forem designados. Essa condição possibilita uma investigação independente, sem transferências por interesses de agentes políticos ou econômicos nas cidades. Afinal, ela garante o término das investigações e um justo indiciamento dos possíveis infratores da lei. Traduzindo: facilita que as delegacias elaborem inquéritos policiais isentos e tecnicamente corretos.

O relator vai além ao analisar a sua decisão relativa à categoria dos delegados. Ele ressalta que esse resultado é um primeiro passo para que, no futuro, eles contem com uma permanência inicial nas delegacias acima do prazo atual de dois anos. "O julgamento desse mandado abre precedente para consolidar jurisprudência no sentido de assegurar aos delegados a mesma condição de inamovibilidade aplicada à carreira de juiz estadual".

Paes Barreto é homenageado em São José da Coroa Grande

O desembargador estadual Ricardo de Oliveira Paes Barreto receberá o título de *Cidadão Coroense*, que será entregue pelo presidente da Câmara, Júlio Geraldo Times Veras, no dia 25 deste mês, às 20h, no Plenário da Câmara de Vereadores de São José da Coroa Grande.

O título vem como reconhecimento pelos benefícios do vínculo familiar do desembargador com a cidade. Ricardo Paes Barreto passou grande parte da infância no município, onde seu pai, o desembargador aposentado Carlos Xavier, restaurou uma comarca antes extinta.

Paes Barreto: *cidadão coroense*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 220 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 24 de novembro de 2005

PERNAMBUCO PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Conferência aborda Justiça na Internet

Repórter:
Manuela Veras

Soluções alternativas de litígios. Esse deverá ser o tema mais discutido na Conferência Interamericana "A Arbitragem, A Mediação e o Direito na Internet - Portais da Justiça no Século XXI". O evento acontece no Fórum Rodolfo Aureliano nos dias 8 e 9 de dezembro. O presidente Macêdo Malta fará a saudação de abertura do evento.

Através de uma linguagem acessível, as palestras irão introduzir as questões acerca da mediação e da arbitragem, maneiras rápidas e privadas de solucionar conflitos, principalmente aqueles referentes aos direitos patrimoniais disponíveis.

Essas duas temáticas serão relacionadas a uma outra: o Direito na Internet. Como esse meio de interação social ainda não é amplamente usado no Brasil, serão utilizados exemplos de países adeptos de sistemas de arbitragem *online*. Segundo o presidente do Instituto de Magistrados de Pernambuco, Demócrito Ramos, "Nossa cultura ainda não absorveu a arbitragem, nem o uso da Internet, talvez por não confiar nelas. No entanto, futuramente será possível, por exemplo, casar-se através de um computador".

A pedido dos estudantes interessados na Conferência, o prazo promocional para as inscrições - veja a programação no *site* www.arbiter.com.br - foi estendido até amanhã, dia 25 de novembro. Os sócios do IMP poderão inscrever-se gratuitamente através do telefone 3412-5156. A conferência, também realizada em São Paulo, é promovida pelo: Instituto Arbiter, Instituto Brasileiro de Política e Direito da Informática e TJPE.

Macêdo Malta *fará a abertura do evento*

Errata

O 1º Grupo de Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça de Pernambuco é composto por 12 desembargadores, oriundos da 1ª, 3ª, 5ª e 7ª câmaras cíveis, ao contrário do que foi publicado na matéria ***Decisão do TJPE favorece delegado***, publicada em edição do Diário Oficial de ontem.

Recife sedia encontro da Esmape

Começa hoje o 5º Encontro Regional promovido pela Escola da Magistratura de Pernambuco. Depois dos eventos ocorridos em municípios do interior - Petrolina, Pesqueira, Gravatá e Garanhuns - é chegada a hora dos magistrados da capital se reunirem em prol da discussão de temas essenciais para a carreira jurídica brasileira. O desembargador José Fernandes de Lemos, diretor da Esmape, convida os interessados a comparecem hoje à abertura do Encontro, às 20h, no Salão Gilberto Freire do Hotel Atlante Plaza, em Boa Viagem.

A programação noturna homenageia o Des. Silvio Neves Baptista, que completa 40 anos de magistério. Neves, em contrapartida, vai destrinchar o Novo Código Civil para a platéia.

A agenda para amanhã conta com dois painéis. O primeiro, presidido pelo Corregedor geral Fausto Freitas, também versa sobre o Código Civil; o segundo, sobre controvérsias nas questões processuais. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, conduz a mesa. *Veja a programação completa no quadro abaixo.*

(*Por Mariane Menezes*)

Fernandes *reúne juízes na capital*

Programação

Quinta-feira, 24

20h - Abertura Des. José Fernandes de Lemos

20h20 - Homenagem ao Professor Silvio Neves Baptista: *40 anos de magistério*

20h40 - *Novo Código Civil. Principais Inovações.* Professor Msc. Silvio Neves Baptista

21h30 - **Jantar** de Abertura no Restaurante Brasseri, Atlante Plaza Hotel

Sexta-feira, 25

9h - *Contratos e o Novo Código Civil.* Juiz Silvio Romero Beltrão, Profª Larissa Leal e Profª Fabiola Santos.
Presidente da Mesa: Des. Fausto Freitas.

11h45 - Debates

12h30 - Almoço no Restaurante Brasserie. Atlante Plaza Hotel

14h30 -*Questões Processuais Controvertidas.* Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves, juiz Alexandre Freire Pimentel e juiz Lúcio Grassi de Gouveia.
Presidente da Mesa: Des. Macêdo Malta.

18h - Debates

18h30 - Encerramento do Encontro. Des. José Fernandes de Lemos

19h - Jantar de Encerramento no Restaurante Brasserie. Atlante Plaza Hotel.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PE... BIBLIOTECA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 221 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 25 de novembro de 2005

Vice-presidência atinge 100% de produtividade

Repórter:
Izabela Raposo

O vice-presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), desembargador Hélio Siqueira Campos, zerou o déficit de recursos que precisavam ser enviados ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. De acordo com dados do gabinete, havia 1.027 ações esperando andamento no início de 2004. Até o momento, foram lançados 1.209 despachos e 6.726 decisões, sendo que 3.595 se referem aos recursos. Cabe à vice-presidência do TJPE avaliar os recursos das ações cíveis e criminais impetradas nos órgãos jurisdicionais do Estado, ou seja, fornecer o juízo de admissibilidade. Quando Siqueira Campos assumiu o cargo, algumas ações datavam de 1998. Para o desembargador, a morosidade nas decisões é uma das principais causas da impunidade para os crimes cometidos no Brasil. Por isso, ocupando a Vice-Presidência, o magistrado procurou aplicar medidas que resultassem em agilidade processual. Uma delas foi transportar a vice-presidência para uma sala própria, para que "os processos de competência dela não fossem misturados aos já existentes no gabinete do desembargador responsável."

Hélio Siqueira Campos *procurou agilizar processos através de medidas simples*

Nesse sentido, o vice-presidente também destaca a maior informatização do gabinete e a divisão de atribuições entre os sete assessores - equipe coordenada pelo juiz Eduardo Guilliod Maranhão. "A dotação de um espaço exclusivo, juntamente com essas medidas operacionais simples, foram os fatores que desencadearam a agilização processual na atual gestão da vice-presidência".

Vepa propõe modelo

Repórter:
Cecília Pereira

Uma proposta formulada pela Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa) de Pernambuco foi encaminhada a todas as varas de penas alternativas nacionais para que adotem o sistema Sursis - Suspensão Condicional da Pena. O Sursis substitui o método da caderneta mensal por encontros com o objetivo de aumentar a freqüência dos participantes. Segundo o juiz da Vepa, Flávio Fontes, a assinatura das cadernetas não se mostrou eficiente. O beneficiário se dirigia à vara apenas uma vez por mês para informar suas atividades ao juiz.

O crescente número de processos criminais no País colaborou para a perda de controle dessas informações. "O sistema de caderneta mensal faz leva o infrator a refletir sobre sua situação processual. Tornou-se um instrumento de impunidade", afirmou Fontes.

As reuniões do Sursis vêm trazendo bons resultados. Através delas, psicólogos e assistentes sociais auxiliam o crescimento do beneficiário com palestras, dinâmicas de grupo e reflexões sobre objetivos de vida.

Segundo a psicóloga Adriana Monteiro, esses encontros dão um salto qualitativo na vida dos beneficiários. Quando há necessidade, eles são encaminhados para cursos profissionalizantes, tratamentos médicos e psicológicos e ainda obtêm documentos. "O grupo favorece o desenvolvimento de uma auto-imagem positiva para que o beneficiário possa se ver útil à sociedade", avalia Adriana.

Flávio Fontes *substituiu a caderneta mensal pelo Sursis*

Comemoração

O presidente **Macêdo Malta** *prestigiou o aniversário do desembargador* **Fausto Freitas** *na última quarta-feira, 23. Amigos e representantes dos três poderes, além da imprensa pernambucana, marcaram presença no coquetel que aconteceu no gabinete do Corregedor.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 222 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 26 de novembro de 2005

PODER JUDICIÁRIO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Varas Cíveis dão enunciados sobre *factoring*

Repórter:
Rosa Miranda

O *Fórum Permanente dos Juízes das Varas Cíveis do Estado*, criado pelo Instituto dos Magistrados de Pernambuco - IMP, aprovou sete enunciados sobre factoring na sua última reunião.

Os novos enunciados resolvem controvérsias surgidas em torno do instituto do factoring. "Não existe, ainda, em nosso País, uma lei que discipline as operações de factoring, o que causa dificuldade na resolução de problemas que surgem em torno do instituto, tornando imprescindível a produção de novos enunciados", afirma o presidente do IMP, juiz Demócrito Ramos Reinaldo Filho.

Uma das questões mais polêmicas resolvidas pelo Fórum remete à discussão sobre se o faturizador tem ou não ação regressiva contra o faturizado (o cedente do crédito), no caso de inadimplência do obrigado no título cedido. "O Fórum entendeu que o faturizado transfere seu crédito ao faturizador sem garantia contra eventual inadimplência. A empresa de factoring assume o risco da solvência ou não do devedor", conclui Demócrito Ramos.O inteiro teor da justificativa de cada um dos enunciados ao lado pode ser conferido na seção de jurisprudência do site do IMP (www.imp.org.br).

Enunciados do IMP

Enunciado 39:
"A empresa de factoring não tem direito de ação contra o faturizado pelo simples inadimplemento dos títulos de crédito que lhe foram cedidos, devendo cobrá-los, em nome próprio, diretamente ao devedor" (maioria).

Enunciado 40:
"A responsabilidade do faturizado essurge somente se houver vício de legalidade, legitimidade ou veracidade dos títulos negociados" (maioria).

Enunciado 41:
"Restrita a responsabilidade do faturizado a hipótese de vício de legalidade, legitimidade ou veracidade dos títulos negociados, o factor ou faturizador deve perseguir o seu crédito valendo-se de processo de conhecimento" (maioria).

Enunciado 42:
"Inexiste causa legítima para a validade de qualquer garantia dada em proteção a contrato de fomento mercantil, porquanto não há crédito da empresa de factoring em relação à empresa faturizada" (maioria).

Enunciado 43:
"É obrigação da empresa faturizadora a notificação prévia da negociação do título ao sacado, sob pena de não poder exigir deste o pagamento na data do respectivo vencimento" (unânime).

Enunciado 44:
"A citação para a ação de cobrança ou execução supre a falta de notificação prévia ao devedor sobre a operação de factoring".

Enunciado 45:
"No caso de o devedor não haver sido previamente notificado da operação de factoring, só responde pelos efeitos da mora a partir da sua citação para ação de cobrança ou execução dos títulos".

VEPA

Parceria com Escola Aberta é sucesso

Repórter:
Cecília Pereira

Uma parceria firmada no início deste ano entre a Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Secretaria de Educação e Cultura do Estado (Seduc) está beneficiando infratores de menor potencial ofensivo e escolas da rede estadual de Pernambuco.

Os beneficiários trabalham nessas escolas durante os finais de semana, promovendo atividades variadas, inclusive peças teatrais. Essas atividades têm o duplo papel de ajudar os apenados no desenvolvimento de suas habilidades e de permitir que se sintam mais úteis à sociedade, além de cumprir a pena de forma prazerosa. Essa proposta já está presente em 20 escolas da Região Metropolitana do Recife, comprovando a inclusão social dos beneficiários com os alunos.

O projeto Escola Aberta funciona em unidades educacionais públicas durante os finais de semana, abrindo espaços de lazer, cultura e instrução para jovens de comunidades com poucas opções de entretenimento socioculturais. Orientadores voluntários ministram oficinas para jovens entre 15 e 24 anos e, com isso, reduzem a criminalidade nas áreas próximas. A idéia pioneira da Vepa é o cumprimento da pena dentro de uma unidade de ensino.

Os orientadores do projeto Escola Aberta foram habilitados pela Vepa para acompanhar os beneficiários prestadores de serviço, no último dia 22. Estiveram presentes na capacitação representantes de escolas que aderiram ao projeto, abrangendo os municípios de Paulista, Igaraçu, Moreno, Itamaracá e Recife.

O Escola Aberta *oferece atividades socioculturais para crianças carentes*

Na palestra, o juiz da Vepa, Flávio Torres, parabenizou o projeto por aplicar a pena de limitação de fim de semana e debateu os benefícios trazidos por esta parceria na inclusão daqueles que não têm melhores oportunidades. "Estamos realizando um trabalho de equipe. Quando um beneficiário causa algum tipo de transtorno, deve haver uma conversa e, se a indisciplina for maior, trazer as dificuldades para a Vepa", acrescentou o juiz.

Avisos da DRH

1. O prazo para adesão ao cartão de crédito Cruzeiro do Sul com bandeira Visa ocorreu no período de junho a agosto, durante o cadastramento realizado para confecção de crachás. No entanto, o servidor ou magistrado que não o fez no referido prazo ainda pode procurar a Diretoria de Recursos Humanos a qualquer momento e fazer a solicitação. O serviço também está disponível para aposentados.

2. Os cadastrados receberão o cartão Cruzeiro do Sul/Visa em suas residências até 12 de dezembro, segundo previsão dada pelo Banco.

3. A DRH lembra, também, que outros bancos podem disponibilizar seus serviços ao TJPE, desde que observados os critérios previstos na Instrução de Serviço 02/05 e Portaria 159, de 12 de novembro do corrente ano.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 223 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 29 de novembro de 2005

CÓDIGO CIVIL

Questões Controvertidas tem novo volume

Questões Controvertidas no Novo Código Civil - Vol. IV (Obrigações e Contratos), obra coordenada pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Jones Figueirêdo, e pelo jurista Mário Delgado, será lançada nesta terça-feira, às 18h, na Faculdade Marista do Recife, no bairro das Graças. Na ocasião, também será disponibilizado ao público o título ***Processo Civil - Aspectos Relevantes***, organizado por Ronnie Preuss e Bento Duarte. As duas obras estarão sendo vendidas por preço promocional.

Ambos os títulos serão autografados pelos seus coordenadores e alguns dos ensaístas. O juiz estadual Sílvio Romero, o advogado Misael Montenegro, o juiz trabalhista Sérgio Torres e o desembargador Frederico Neves, estes três últimos participantes do título Processo Civil, estarão assinando os exemplares.

Dois títulos serão apresentados ao público simultaneamente

Entre os ensaístas que participam de *Questões Controversas*, destacam-se o desembargador paulista Antonio Carlos Coltro, Giselda Hironaka, Rodrigo Toscano, José Ascensão e Maria Helena Diniz, reconhecida como a maior especialista contemporânea em Direito Civil no País.

Após o lançamento dos livros, o jurista Zeno Veloso, uma das maiores autoridades em Direito de Família no Brasil, vai apresentar, às 20h, a conferência *A Mulher no Casamento e na União Estável - Igualdade e Diferença*.

(Izabela Raposo)

De Pernambuco para o Rio Grande

Adeildo Nunes *fará palestra baseada em capítulo do livro* A Realidade das Prisões Brasileiras, *de sua autoria*

O juiz da 1ª Vara de Execuções Penais, Adeildo Nunes, estará entre os conferencistas do *IV Seminário Internacional de Ciências Criminais*, que será realizado em Porto Alegre (RS), na primeira semana de dezembro. *Facções Criminosas no âmbito das prisões* é o título da palestra do magistrado pernambucano, que participará do evento a convite do professor Cezar Bitencourt, especialista em Direito Penal, Processual Penal e Execução Penal e autor de diversas obras sobre essas matérias.

O evento reúne nomes como Raul Zaffaroni, membro da Corte Constitucional da Argentina e atualmente um dos maiores criminalistas do mundo. Também participa o juiz de direito aposentado do estado de São Paulo e doutor em Direito Penal, Luís Flávio Gomes, autor de dezenas de livros em ciências penais. O tema a ser abordado por Adeildo Nunes é baseado em um dos capítulos da sua dissertação de mestrado *A Realidade das Prisões Brasileiras*, concluída em abril deste ano pela Universidade Lusíada de Lisboa. Nesse trabalho, Nunes teve a orientação da professora Anabela Miranda Rodrigues, da Faculdade de Direito de Coimbra. Convertida em livro pela Nossa Livraria, a obra, lançada em junho passado, também pode ser encontrada em importantes livrarias de Portugal e da Espanha.

(Sérgio Marcos)

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE ARBITRAGEM E DIREITO NA INTERNET

"A arbitragem, a mediação e o Direito na Internet"

- Portais da Justiça no Século XXI -

08 e 09 de dezembro de 2005

Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano Recife - PE Brasil

A temática pioneira, estudada por especialistas consagrados brasileiros e estrangeiros, foi escolhida com objetivo único: atualizar os nossos profissionais lançando-os proficientes em uma realidade irreversível - o uso do fórum virtual no ciberespaço. Para o comércio eletrônico, somente uma justiça eletrônica. Uma realidade inescapável.

Inscrições e informações:
www.arbiter.com.br - arbiter@uol.com.br ou (81) 3424.7237

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

PERNA... BIBLIOTECA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 224 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 30 de novembro de 2005

Juízes da Capital discutem Código Civil

REPÓRTER
MARIANE MENEZES*

O segundo dia do *5º Encontro Regional Esmape* reservou uma experiência positiva aos 160 magistrados que compareceram ao Hotel Atlante Plaza, em Boa Viagem. O evento, que segundo o diretor da Esmape, desembargador José Fernandes de Lemos, teve o objetivo de "aperfeiçoar a magistratura", atendeu a todas as expectativas. Os ciclos de palestras fazem parte da metodologia de trabalho da Escola da Magistratura de Pernambuco, surgida a partir da necessidade de se acatar as exigências da Emenda Constitucional nº 45. De acordo com ela, todos os juízes brasileiros em promoção e remoção na carreira devem obrigatoriamente participar de eventos similares.

A primeira bancada de discussão foi presidida pelo Corregedor geral da Justiça, Des. Fausto Freitas. Participaram da conferência as professoras Larissa Leal e Fabíola Santos, além do juiz Silvio Romero Beltrão. Intituladas *Contrato e o Novo Código Civil*, as três palestras realizadas procuraram destrinchar a noção jurídica de Contrato, e como o Novo Código influenciou as transformações no sentido do termo. Para José Fernandes, a escolha do tema Contrato foi pertinente na medida que é "um dos institutos mais utilizados no Direito. O contrato existe constantemente em nossas vidas, nós é que não o percebemos".

> ***"O Novo Código Civil é um presente de grego para os juízes", afirma Leal***

Fabíola Santos abriu a discussão sustentando o vínculo entre Contrato e a realidade. "O Contrato espelha de modo exemplar as tendências econômicas e os postulados políticos, sociais e culturais de cada época". A professora realizou um panorama sobre a história do Código Civil no País. Segundo ela, o primeiro Código Civil brasileiro, o de 1916, refletia muito bem a sociedade patriarcal e fundiária característica desses tempos. O Código era regido pela chamada Autonomia da Vontade, conceito que permanece hoje no cerne de muitos debates. Essa Autonomia, nas palavras de Fabíola, é a "manifestação dos anseios e aspirações das partes".

Do lado da Autonomia da Vontade, sobressaía-se o princípio da igualdade, pressuposto de qualquer relação contratual. No entanto, a eqüidade era, e é, utópica. Não existem equivalências materiais numa sociedade como a brasileira. A Constituição seguinte, de 1934, teve o intuito de reavaliar essas diferenças. Com o início do fenômeno da constitucionalização do Direito Civil, o Estado passou a assegurar a Autonomia da Vontade e a suposta igualdade entre as partes. Em 1988, uma nova Constituição. As relações jurídicas são conduzidas, a partir daí, pelo valor da dignidade humana. Os contratos encontram limites no respeito às pessoas.

O Código de Defesa do Consumidor concentra todos os princípios que vinham sendo construídos. Paradoxalmente à novidade, o Código de 1916 ainda estava em vigor. Fabíola disse que, exatamente nesse momento, houve a ratificação da intervenção do Estado nas relações jurídicas. O porquê é claro: "só podemos falar em defesa do consumidor dentro de uma estrutura de Estado Social". No ano de 2002, o projeto do Novo Código Civil é aprovado. A proposta, que tramitava no Congresso desde a década de 70, já nasceu ultrapassada. Para a professora, entretanto, ele resolveu problemas constantes. Um deles, por exemplo, seria o de aplicar o Código do Consumidor a todas as relações contratuais. Os princípios da boa-fé, equivalência e função social se fazem valer dentro do Novo Código. Fabíola concluiu a palestra destacando o papel relevante dos magistrados na promoção do Direito Civil. Para ela, os juízes devem buscar os direitos do cidadão muito além do Código.

Fausto Freitas *(C), defende o consenso para fortalecer o Judiciário*

Fabíola passou a palavra à professora Larissa Leal. Larissa esclareceu termos como boa-fé - um "sistema de proteção maior que o contrato; a capacidade de acreditar mesmo quando está escrito que não temos direito algum". Em seu discurso, a professora defendeu a idéia de que o Novo Código Civil seria para os juízes "um presente de grego", porque atribui aos magistrados poder total. Daí o motivo porque o Código também é chamado de "Código dos Juízes". Ao mesmo tempo, Larissa elogiou os termos do projeto, dizendo que ele estava em um "patamar de razoável resolução dos problemas das pessoas".

O juiz Silvio Romero finalizou o painel esmiuçando conceitos relativos ao Contrato. Beltrão deu uma verdadeira aula sobre os Princípios do Direito Civil, reforçando a idéia secular da Autonomia da Vontade. O juiz fez, porém, uma ressalva: com a evolução do Direito, não se observa mais a Autonomia. Esta se restringe a aderir ou não ao Contrato.

PROFISSÃO INTELECTUAL

O segundo painel foi denominado *Questões Processuais Controvertidas*, e reuniu o Des. Frederico Ricardo Neves e os juízes Alexandre Pimentel e Lúcio Gouveia. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Antônio Macêdo Malta, presidiu o debate. Em seu discurso, Macêdo falou da nova Escola Nacional de Formação de Magistrados, que, por força da primeira fase da reforma judiciária, estará afeto ao Superior Tribunal de Justiça. O presidente citou uma fala de Agamenon Magalhães para defender a contínua formação dos juízes: "A magistratura é uma das mais intelectuais profissões, o que implica o dever de ter conhecimento jurídico e, igualmente, conhecimento humanístico em outras áreas".

O Corregedor Geral da Justiça, desembargador Fausto Valença de Freitas, congratulou a direção da Esmape pela conveniência do *5º Encontro Regional*, realizado na última sexta. "É uma oportunidade muito agradável e adequada para integrar os juízes de 1ª e 2ª graus. Nós, desembargadores lotados em Recife, temos pouco contato com esses juízes. Perdemos, assim, chances de tornar o Judiciário mais unido".

(*) Com colaboração de Cecília Pereira

O presidente do TJPE, **Macêdo Malta,** *reconhece a importância do "conhecimento humanístico" na formação dos magistrados*

LUTO NO JUDICIÁRIO

A Assessoria Policial Militar do TJPE está de luto pelo falecimento do soldado Gilvan Coelho de Souza, 46 anos, ocorrido na manhã de ontem. Gilvan, que estava a serviço do TJPE há 14 anos, teve um enfarto. Coelho – como era mais conhecido – ainda foi socorrido para o Hospital Central de Paulista, cidade onde morava, mas não resistiu.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 225 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 1º de dezembro de 2005

REPÓRTER POR UM DIA

Concurso anuncia vencedores

Rosemary Lucchese Hawson, Arnon Farias do Nascimento e Paulo Sérgio Remígio Leão foram, pela ordem, os três primeiros colocados do concurso ***Seja repórter por um dia,*** promovido pela Assessoria de Comunicação (Ascom) do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) como parte da programação da II Semana do Servidor. *Um dia na Difin, A sociedade brasileira e seus direitos* e *O direito de ser pai: caminhos do coração* foram, respectivamente, os trabalhos apresentados pelos servidores premiados.

A comissão julgadora considerou não apenas critérios relativos à correção gramatical e clareza de idéias. Foram analisados igualmente aspectos como tema escolhido e formato da abordagem. Os dois primeiros se sobressaíram pelo fato de optarem por temas do cotidiano do Judiciário e por abordagens com formatos mais próximos do estilo reportagem, seguindo o que sugeria o título do concurso: Seja repórter por um dia.

Em *Um dia na Difin*, a autora não realizou entrevistas ou algum outro tipo de consulta. Contudo, foi utilizada uma técnica descritiva, "pintando" um quadro do cotidiano de seu ambiente de trabalho. *A sociedade brasileira e seus direitos* - texto de Arnon Farias, servidor lotado na Diretoria de Informática - utilizou-se inclusive do instrumento da entrevista, um dos recursos mais importantes da reportagem.

O terceiro colocado - *O direito de ser pai: caminhos do coração*, de autoria de Paulo Leão, servidor lotado no gabinete do desembargador Ivonaldo Miranda - embora tenha fugido às características da reportagem, destaca-se por ter sido bem-elaborado e fundamentado com argumentos consistentes.

O concurso *Seja repórter por um dia*, promovido em parceria da Ascom com a DRH, não oferece prêmio em dinheiro. A iniciativa visa somente a estimular o hábito da redação entre os servidores. "Muitos até já cultivam essa prática, mas, às vezes, por timidez ou falta de oportunidade, não se sentem encorajados em tornar público o que fazem", observa a chefe da Ascom, Rosa Miranda. A jornalista também ressalta que o concurso se enquadra numa das principais orientações do presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, que é aproximar os servidores da administração, inclusive através da maior participação nos eventos da DRH.

Os três vencedores terão seus textos publicados amanhã na página de notícias do Diário Oficial. As redações foram editadas pelo diretor de Jornalismo da Ascom - procedimento ao qual é submetido todo texto veiculado no DO do Judiciário estadual - mas sem alterar o conteúdo e prejudicar a originalidade.

(por Sérgio Marcos)

Um dia na Difin

"O importante é tratar o próximo como gostaríamos de ser tratados, com respeito e um belo sorriso no rosto."

Rosemary Lucchese Hawson

A sociedade brasileira e seus direitos

"O povo não assegura seus direitos de trabalhador, consumidor ou cidadão porque não sabe como buscá-los."

Arnon Farias

O direito de ser pai: caminhos do coração

"Nos tempos atuais, deve se assegurar aos homens os mesmos direitos inerentes às mulheres, inclusive no que se refere à guarda dos filhos."

Paulo Sérgio Leão

O concurso **Repórter por um dia** *foi um dos projetos realizados na gestão* **Macêdo Malta**, *coordenado pela diretora de Recursos Humanos,* **Josélia Campos** *(C), e* **Rosa Miranda**, *da Ascom*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 226 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 2 de dezembro de 2005

Ouvidoria dobra número de atendimentos

Repórter:
Manuela Veras

Um contato permanente entre o poder público e a sociedade. É assim que o ouvidor-geral do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Eduardo Paurá, define a Ouvidoria do Judiciário estadual. "Ao apurar as reclamações, as denúncias e os elogios dos usuários da Justiça, ela é capaz de aperfeiçoar o serviço público", argumenta. A julgar pelas estatísticas, a sociedade pernambucana parece concordar com o pensamento do ouvidor. O número de atendimentos desse órgão quase duplicou durante o último biênio, somando cerca de 3 mil casos. Este é um dos dados apontados pelos Relatórios de Atividades de 2004 e de 2005 da Ouvidoria Judiciária, feitos a pedido da Coordenadoria de Planejamento (Coplan).

Esse representativo aumento no número de usuários atendidos se deve, basicamente, à propaganda. Segundo Paurá, o TJPE tem dado maior atenção a este recurso, através da confecção de panfletos. Além disso, o superintendente do Diario de Pernambuco, Joezil Barros, concedeu um espaço nesse jornal para a divulgação constante do órgão, isentando o Tribunal de qualquer despesa.

Ainda em 2004, a ouvidoria de Pernambuco foi contatada pelos Tribunais de Justiça do Maranhão, do Piauí, do Pará e de Santa Catarina, estados até então desprovidos de ouvidorias judiciárias. A partir de um intercâmbio de informações, que dura até hoje, todos esses órgãos já inauguraram suas ouvidorias.

Agora a gestão de Eduardo Paurá - que lhe rendeu muitos elogios dos usuários - está prestes a terminar. Para o próximo ouvidor, ele sugere que seja mantida a divulgação do órgão, inclusive através da participação no programa Pernambuco Justiça, exibido no canal 14. Além disso, ele deseja o compromentimento com a celeridade processual, principalmente naqueles casos que envolvam idosos e crianças, como está previsto na lei.

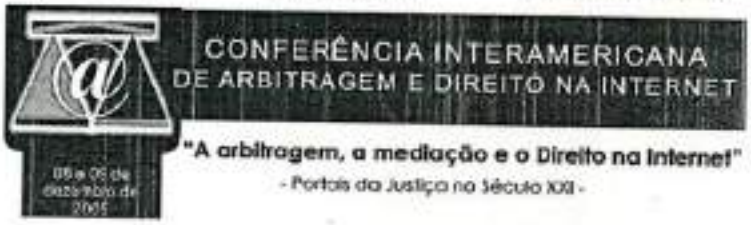
Paurá *fez a Ouvidoria atender três mil casos em dois anos*

O Des. **Jones Figueirêdo** *sendo cumprimentado pela desembargadora* **Alderita Ramos**, *durante o lançamento do 4º volume da coletânea de ensaios* Questões Controvertidas no Novo Código Civil. *O evento ocorreu na Faculdade Marista do Recife, na noite da última terça-feira. O livro foi organizado em parceria com* **Mário Delgado**.

Conferência Interamericana

Sócios do IMP têm inscrições gratuitas

Os métodos alternativos de resolução de disputas on-line e off-line e o direito na Internet serão as grandes vias de efetivação da justiça neste século de modernidades. Para discutir esses temas, o Instituto Arbiter, com o apoio do Instituto dos Magistrados de Pernambuco (IMP), realizará, nos dias 8 e 9 de dezembro, no auditório do Fórum Des. Rodolfo Aureliano, a *Conferência Interamericana de Arbitragem e Direito na Internet*. A Conferência foi montada de forma prática e objetiva. As inscrições para sócios do IMP são gratuitas. Para se inscrever, basta ligar para o telefone 34125156. Maiores informações sobre o evento podem ser obtidas no site da Conferência: ***www.arbiter.com.br***



Confira os textos vencedores do concurso* Repórter por um dia. *Página 2

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 227 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 3 de dezembro de 2005

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
BIBLIOTECA

CACHOEIRINHA

População debate Judiciário

O juiz da Comarca de Cachoeirinha, Hailton Gonçalves, vai aproveitar a passagem do *Dia da Justiça*, 8 de dezembro, para debater com a população assuntos relativos ao funcionamento do Judiciário. O objetivo principal é transmitir aos jurisdicionados informações sobre o papel desse Poder e o acesso aos serviços disponíveis visando a estimular o exercício de cidadania na comunidade.

O debate será realizado através da rádio local Couraço FM, a partir das 8 horas. Além de tirar dúvidas dos ouvintes, o magistrado espera que a iniciativa contribua para uma maior aproximação entre o Judiciário e a população. Segundo Gonçalves, "boa parcela da sociedade ainda não está bem-informada sobre o funcionamento e o papel do Poder Judiciário, além de muitas vezes desconhecer seus direitos, o que dificulta ainda mais o acesso à Justiça".

Hailton: *acesso à Justiça é facilitado com informação*

No mesmo dia, os cachoeirenses ainda poderão participar de palestras que serão realizadas nas escolas estaduais Presidente Kennedy e Corsina Braga. Na ocasião, serão distribuídas cartilhas explicativas produzidas pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

HOMENAGEM

Antes de assumir a comarca de Cachoeirinha, o juiz Hailton Gonçalves atuou na 2ª Vara de Salgueiro. O trabalho desenvolvido por ele naquela comarca, durante três anos, está sendo reconhecido. Nesta segunda-feira, 5, o magistrado receberá o título de Cidadão Salgueirense, concedida pela Câmara de Vereadores. A cerimônia será no auditório do Hotel Plaza de Salgueiro, às 19h30.

PERNAMBUCO JUSTIÇA

PARA SINTONIZAR O PROGRAMA NO CANAL 14, SIGA OS PASSOS A SEGUIR:

1. No menu do seu controle remoto, selecione a opção *busca automática*;
2. Aguarde enquanto todos os canais estão sendo sintonizados;
3. Ao final, basta escolher a RedeEstação - Canal 14.

Obs: Se o sinal não estiver com boa qualidade é aconselhável o uso de uma antena UHF. Aqueles que utilizam a *Cabo Mais* poderão sintonizar a Estação TV no canal 19 a partir da próxima semana.

Servidora do TJPE é premiada pela ABL

REPÓRTER: RODRIGO GUEDES

Num concurso anual de redação para professores promovido pela Academia Brasileira de Letras (ABL) e a Folha Dirigida, a servidora do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Suzana Guimarães Farias, ficou em 21ª lugar. Neste ano, concorreram 13.903 textos de todo o País, com o tema "A palavra na era da imagem". Ela escreve desde os oito anos e já foi premiada pela ABL também em 2003, com o tema "A vida da palavra".

A redação premiada discorre sobre a importância dos livros, ainda que as imagens da televisão e do cinema seduzam o leitor. "Eu fiquei muito feliz, porque o prêmio teve uma boa repercussão. Tive apoio no trabalho e na família, já que os mais próximos sabem que gosto de literatura", conta Suzana. Para ela, as palavras são imprescindíveis na comunicação e no crescimento do ser humano.

Com cinco livros de textos, poesias e histórias infantis prontos para publicação, a escritora iniciou no ano passado um projeto inusitado: após aprender espanhol sozinha em 2000, decidiu escrever um romance na língua de Cervantes. Ela é grande admiradora de Neruda, Jorge Luís Borges, Mario Vargas e Gabriel García Márquez e, inspirando-se nesses autores, já passa de duzentas páginas escritas do novo livro.

O processo criativo é bem simples. "Quando escrevo, eu sempre penso em algo que me toca, no cotidiano, na televisão ou através de conhecidos. A partir disso, começo a escrever", conta Suzana. Refletindo sobre o tema da redação da ABL, ela afirma que a televisão mais inibe que estimula a imaginação.

A servidora divide seu tempo entre a literatura e o trabalho no Juizado de Menores. Quando perguntada se as funções burocráticas atrapalham sua produção artística, Suzana se sai com uma citação do escritor Rainer Maria Rilke. "Em Cartas a um jovem poeta, Rilke diz ao escritor indeciso que pergunte a si mesmo, no silêncio da noite, se escrever é imprescindível. Se a resposta for positiva, haja conforme esse entendimento".

Suzana *ficou em vigésimo primeiro lugar entre 13.903 concorrentes*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 228 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 6 de dezembro de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE elege nova Mesa Diretora

Futuros dirigentes

Presidente:
Des. Fausto Valença de Freitas

Nascido em Pesqueira, em 1937, Fausto Freitas formalizou sua entrada para o universo jurídico aos 25 anos, quando se formou em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Desde então, Fausto caminhou não apenas no âmbito do Poder Judiciário, como também Executivo e Legislativo pernambucanos - fato do qual se orgulha.

Foi advogado da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesfg) e, durante quatro anos, atuou como presidente da Comissão de Defesa Civil de Pernambuco (Codecipe). Em 1971, foi nomeado secretário de estado e atuou como deputado estadual por duas legislaturas, de 1986 a 1993.

Fausto Freitas é desembargador do TJPE desde 1993, oriundo do 5º Constitucional - que reserva um quinto das vagas do Tribunal a membros da OAB e Ministério Público. Integra, desde 1998, a Corte Especial, onde se reúnem os 15 mais antigos.

Atualmente exerce o cargo de corregedor geral da Justiça de Pernambuco e, nos últimos dois anos, também presidiu o Colégio Nacional de Corregedores Gerais de Justiça para o biênio 2004/2005.

Vice-presidente:
Des. Antônio Camarotti Filho

O desembargador Antônio Camarotti, que se bacharelou em Direito (UFPE) aos 25 anos, nasceu no Recife em 1938. Entrou para a magistratura estadual em 1965.

Após exercer a judicatura em várias comarcas do interior e da região metropolitana, titularizou-se na 2ª Vara da Comarca de Paulista, onde obteve promoção por merecimento para a Comarca do Recife (3ª Entrância). Na capital pernambucana, ocupou por cerca de dez anos a 2ª Vara de Família e ascendeu ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco, também pelo critério de merecimento, no ano de 1993.

Presidiu o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) por duas legislaturas consecutivas - entre 2002 e 2005 -, feito até então inédito no Judiciário pernambucano.

Corregedor Geral da Justiça:
Des. Ozael Rodrigues Veloso

Paraibano da cidade de Caaporã, Ozael Veloso nasceu em 1938. Aos 26 anos, formou-se em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Exerceu a advocacia até 1967, ano em que obteve aprovação no concurso público de juiz de Direito de Primeira Entrância, assumindo o cargo no ano seguinte na Comarca de Tabira. Foi promovido por merecimento em 1972 para a Comarca de São José do Egito, de 2ª Entrância, e em 1978 para o cargo de juiz de Direito Substituto de 3ª Entrância, também por merecimento.

Durante os anos de 1979 e 1988 exerceu o cargo de diretor do Fórum da Capital. Por merecimento, foi promovido em 1993 para o cargo de desembargador do TJPE. Veloso faz parte da 3ª Câmara Criminal e da Sessão Criminal do Tribunal.

Essa será a segunda vez que Veloso atua como corregedor geral. Ele ocupou o mesmo cargo pela primeira vez durante o biênio de 2002 e 2003.

O futuro presidente foi eleito com a unanimidade de votos do Pleno

Com a unanimidade dos votos, os 37 desembargadores que integram o Tribunal Pleno do Poder Judiciário estadual aprovaram o nome do desembargador Fausto Freitas para presidir o Tribunal de Justiça de Pernambuco durante o biênio 2006-2007. Na mesma sessão, realizada na manhã de ontem, foram eleitos os desembargadores Antônio Camarotti, com 20 votos, para o cargo de vice-presidente e Ozael Veloso, com 30 votos, foi reconduzido ao comando da Corregedoria Geral da Justiça.

O futuro presidente do TJPE afirmou que, a exemplo do que ocorreu durante a gestão de Macêdo Malta, utilizará o diálogo como meio para alcançar resultados. Ele ressaltou que a aprovação unânime de seu nome representa a união do Judiciário estadual, e anunciou que, com o apoio de todos, espera realizar uma administração colegiada. "Sou favorável ao diálogo entre todas as partes. Defendo a harmonia entre os poderes sem perda da independência".

Freitas lembrou as conquistas da gestão Macêdo Malta, durante a qual "jamais houve discrepância na Mesa Diretora". Ele só tomará posse no dia 9 de fevereiro, mas já anunciou algumas de suas prioridades. "Vou utilizar minha relação com os demais poderes para buscar aumento de recursos para o Judiciário. Prometo me esforçar junto ao Governo do Estado para melhorar o salário dos servidores, que é uma causa bastante justa", afirmou.

Ele adiantou que pretende partilhar com o vice-presidente muitas das atribuições próprias da Presidência.

Ozael Veloso, em seu discurso, lembrou que foi um dos fundadores da Corregedoria. Na primeira vez que atuou à frente do órgão, afastou seis juízes envolvidos em corrupção. Ele agradeceu a votação expressiva e disse ver em Fausto Freitas a pessoa ideal para dirigir o TJPE.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 229 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, quarta-feira, 7 de dezembro de 2005

Conferência aborda Norberto Bobbio

Repórter:
Izabela Raposo

Estudantes e professores do curso de Direito da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) tiveram a oportunidade de conhecer melhor o pensamento do italiano Norberto Bobbio, considerado um dos grandes pensadores contemporâneos. O evento, promovido no final do mês passado, trouxe o professor da Universidade de Piemonte da Itália, Mario Losano, estudioso de Bobbio. A palestra foi aberta pelo presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, Professor *Honoris Causa* da UFPE e da disciplina Direito Processual Civil no curso de Direito. Intitulada *Norberto Bobbio e o positivismo jurídico*, a conferência apresentou um apêndice sobre um caso de globalização do saber, abordando as obras Bobbio sobre a Internet. A partir desse tema, foram desenvolvidos conceitos como cibernética, jurimetria, e estruturalismo, além do próprio positivismo jurídico de Hans Kelsen e uma análise acerca do Movimento dos Sem-Terra (MST). O desembargador Macêdo Malta ressaltou as áreas em que Bobbio se destacou em seu pensamento, chegando mesmo a estudar um caso bastante próximo: "Losano é considerado também um dos precursores do Direito na Internet, ou Informática Jurídica, e também estudioso do movimento brasileiro dos sem-terra", reiterou Malta. Para o coordenador da graduação de Direito da UFPE, Ivanildo Figueiredo, o palestrante Mario Losano tem uma visão aprofundada do assunto porque conviveu com Bobbio durante anos. "Vocês, estudantes, estão tendo uma oportunidade única", afirmou Figueiredo.

Confira, ao lado, o resumo da palestra de Losano, elaborado pela professora adjunta do programa de pós-graduação em Direito da UFPE e da UFPB, Marcela Varejão, tradutora de Losano no país.

Losano, *da Universidade de Piemonte, conviveu com Bobbio*

Para ela, o fato de o presidente Macêdo Malta ter aberto o evento foi essencial, já que o "o positivismo de Hans Kelsen é o paradigma por excelência utilizado na aplicação da lei pela Justiça brasileira. Norberto Bobbio reviu este positivismo jurídico na direção da procura pela finalidade do Direito, conforme ficou esclarecido nessa conferência de Mario Losano. A presença do presidente do TJPE endereça o Judiciário pernambucano na revisão desses paradigmas, que por vezes se revelam insuficientes para lidar com a complexidade das situações que se apresentam".

Resumo da palestra

Bobbio aproximou-se do positivismo jurídico na primeira fase da sua parábola cultural, quando seu interesse pelo direito prevalecia sobre aquele pela política, ou seja, antes, no início dos anos 70.

Ele chegou ao positivismo depois de um percurso juvenil que - através dos estudos sobre a fenomenologia, a analogia e o costume, logo abandonados - o fez desembarcar em Kelsen nos anos 50.

Falar do "positivismo" de Bobbio significa principalmente defender o positivismo kelseniano. Bobbio se aprofunda em nexos do positivismo com outros problemas (sobretudo com aquele do poder) e com as teses de outros teóricos do direito. O positivismo kelseniano contribuiu para imprimir em Bobbio a visão do ordenamento jurídico, obviamente com uma série de revisões que o tornam, nas palavras do próprio Bobbio, um "positivismo crítico".

Ali também ressoam os ecos dos sucessivos desenvolvimentos ligados, sobretudo, à análise da linguagem e à filosofia política: o relativismo de Kelsen opõe seu positivismo jurídico ao jusnaturalismo, mas é também o fundamento de sua visão da democracia.

Kelsen está presente, em toda a teoria jurídica de Bobbio, que é uma teoria juspositivista, e é objeto de uma série de ensaios específicos, que se esgotam com os anos 80. De fato, os interesses de Bobbio foram orientando-se cada vez mais na direção da política e, em 1972, ele passou da Faculdade de Direito à de Ciências Políticas.

Homenagem

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Macêdo Malta, recebeu o Troféu *Amigo da Unimed* na noite de 2 de dezembro, durante confraternização natalina. No evento, outras personalidades da sociedade pernambucana também foram homenageadas.

Para saber mais:

1. **Informática jurídica**. Tradução de Giacomina Faldini. Editora da Universidade de São Paulo - Edição Saraiva, São Paulo 1976. XVI-255 pp.
2. **Os grandes sistemas jurídicos**. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão, Editorial Presença (Portugal) - Livraria Martins Fontes (Brasil), Lisboa 1979. 307 pp.
3. **Hans Kelsen - Umberto Campagnolo, Direito internacional e Estado soberano**. Organizador Mario G. Losano. Tradução de Marcela Varejão. Martins Fontes, São Paulo 2002. XV-209 pp.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 230 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 8 de dezembro de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Judwin: o Judiciário a caminho do futuro

Repórter:
Carolina Vanderlei

A Justiça é considerada uma instância vagarosa, plena de burocracia e depender dos seus serviços quase sempre se torna um suplício para os usuários. É para desconstruir essa imagem que o Judiciário se aprimora e, vez por outra, lança mão da tecnologia, transformando-a em aliada. Um exemplo disso é a utilização do Judwin no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) - um sistema de informática para consulta de processos de 1º grau pela Internet.

A partir da instalação do Judwin (Judiciário no Windows), aspectos desagradáveis do serviço judiciário foram atenuados e os cidadãos, desde então, podem contar com um dos principais fatores para que a Justiça se faça eficaz: a acessibilidade.

Com a utilização do sistema pelo TJPE, muitas foram as vantagens adquiridas - tanto pelos servidores, quanto pelos cidadãos que se utilizam dos serviços judiciários. A agilização, a acessibilidade e o controle processual são alguns exemplos. Graças à implantação do Judwin, qualquer pessoa pode ter acesso ao andamento de processos - exceto os que correm em segredo de justiça. Para isso, basta possuir o nome de uma das partes, o número do processo ou a OAB do advogado. O acesso se dá através do site do TJPE (*www.tjpe.gov.br*), de quiosques espalhados pelo Estado, da Ouvidoria, além do próprio Telejudiciário (3424 -3021).

Do papel ao virtual

Como o Judwin, por limitações financeiras, ainda não pode acolher todo o Estado, faz-se necessário eleger quais comarcas serão atendidas. Essas são selecionadas de acordo com o critério de quantidade de processos. Escolhida a comarca a ser contemplada, o próximo passo é observar quais são as comarcas vizinhas que podem ser englobadas. Passado o estágio de seleção, parte-se para o levantamento da quantidade de processo, servidores, equipamentos necessários e infra-estrutura a ser fornecidas para a instalação do sistema.

Transpor as informações do papel para o âmbito virtual não é um processo simples. O provimento da estrutura necessária é o primeiro empecilho enfrentado pela Dinfo, responsável pela instalação. É preciso fornecer uma estrutura de cabeamento, equipamentos, licença de software, entre outros pormenores.

Depois da parte física, é hora de preparar o material humano para o Judwin. "Primeiro, é feita uma sensibilização junto com a Diretoria de Recursos Humanos nessas comarcas para fazer uma apresentação do que é o sistema Judwin, os impactos e tudo que a instalação acarretará", informa a diretora de informática do TJPE, Ana Luísa Florêncio.

Como quase tudo o que é novo, às vezes o Judwin provoca um certo estranhamento em quem está sendo preparado para utilizá-lo. "Passada a fase do desconforto, os servidores se conscientizam de que o sistema apenas veio para melhorar o dia-a-dia do Judiciário", completa Ana Luísa. A capacitação é dividida por módulos (juízes, secretaria, distribuição) e dura em média um mês. Os servidores que ainda tiverem dúvidas ao que concerne à utilização do Judwin podem esclarecê-las através do fone (81) 3419-3645.

Pessoas e equipamentos preparados, é hora de iniciar a transferência das informações para o computador. Um mutirão é formado e os servidores se reúnem em grupos que se revezam no cadastramento dos processos. "A transposição das informações varia muito no que diz respeito ao tempo. O processo envolve muita gente, é complexo e cheio de minúcias", informa Ana Luísa.

Passados seis anos, a consciência da importância da tecnologia no Poder Judiciário se faz cada vez mais absoluta - o que resulta na abrangência de sua utilização. Como acentuou Ana Luísa, "o uso da tecnologia é um processo contínuo. Não se pode ir contra a modernidade. O Judwin não é um programa pronto e acabado: está sempre em constante mutação e crescimento, sempre se adequando à realidade do Judiciário". Atualmente, o sistema informatizado de processos de 1º grau se expandiu e atende a 42 comarcas, alcançando quase todo o Estado. Até o final de 2005, esse número chegará a 45.

Ana Luísa: *o Judwin está sempre em constante mutação e crescimento*

Feito sob medida para o TJPE, o programa piloto do Judwin foi lançado em 1999, em Olinda. A necessidade da compra do sistema surgiu da inaptidão do sistema anterior em armazenar dados da virada do ano de 1999 para 2000 - problema este que atingiu vários programas e ficou conhecido como o Bug do Milênio.

Notas

IBEP homenageia colaboradores

O Instituto Brasileiro de Execução Penal (IBEP) realiza na próxima segunda-feira, às 9h, a solenidade de posse dos novos membros do Conselho Metropolitano da Comunidade. No evento, que acontecerá no Auditório do Fórum Des. Rodolfo Aureliano, também serão homenageadas personalidades que se destacaram como colaboradoras do IBEP. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, o corregedor Geral da Justiça, desembargador Fausto Freitas, o diretor da Esmape, Des. José Fernandes e o secretário de Defesa Social, João Braga, integram a relação dos agraciados.

O IBEP, que reúne magistrados, promotores, psicólogos, assistentes sociais e advogados, promove estudos e debates sobre Execuções Penais, buscando a uniformização de procedimentos e atuando sempre em diálogo com entidades de defesa de Direitos Humanos.

Festividade de Natal

O Tribunal de Justiça de Pernambuco convida magistrados e servidores para a Celebração Natalina, a ocorrer amanhã, dia 9, a partir das 17 horas no Salão dos Passos Perdidos. A festa vai contar com as participações especiais do Coral e do violonista Júpiter do TJPE.O Grupo de Cordas da Orquestra Sinfônica do Recife e o cantor Edson Wanderley Neves, também irão animar os convidados.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 231 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 10 de dezembro de 2005

PENAS ALTERNATIVAS

Vepa questiona lotação de presídios

REPÓRTER:
RODRIGO GUEDES

A falência do sistema prisional brasileiro levou o vereador André Avelar a convidar o juiz da Vara de Execução de Penas Alternativas (Vepa), Flávio Fontes, para uma explanação na Câmara Municipal de Olinda. Durante a audiência pública da última quarta-feira, Fontes apresentou dados atualizados sobre a situação dos presos no Estado e pediu o apoio dos vereadores junto à comunidade.

De acordo com Flávio Fontes, as 17 grandes unidades prisionais de Pernambuco aglomeravam, no ano 2000, 7.500 presos. Duas semanas atrás, esse número chegou ao dobro. Mais de 15 mil indivíduos, sendo a maioria homens entre 18 e 30 anos, ocupam celas em condições desumanas. "Eles estão sendo tratados pior do que prisioneiros de guerra e vão sair desses lugares com todo o ódio", considera o juiz.

Em média, são acrescentadas 8 pessoas por dia a esse montante, o que gera uma nova população carcerária de 240 por mês. "Isso sem contar com os mais de mil adolescentes internados na Fundac. Cerca de 70% dos presos no Brasil voltam a cometer crimes, e nós precisamos pensar em alternativas para melhor investir o dinheiro público", acrescentou.

Cada preso custa ao Estado cerca de R$500,00 mensais, enquanto os que se submetem à recuperação na Vepa custam pouco mais de R$50,00. Essa diferença torna-se ainda mais significativa em Pernambuco: o presídio Aníbal Bruno é o maior em população carcerária da América Latina, contendo 4 mil presos. "Eles misturam presos de todo tipo, o que furtou energia elétrica ao lado do outro que formou quadrilha ou cometeu estupro". Essa indistinção prejudicaria, segundo Fontes, a recuperação dos apenados.

Morador de Olinda desde que nasceu, Flávio Fontes explicou aos vereadores a proposta da Vepa, que hoje trabalha com 3 mil casos de até 4 anos de condenação em que não houve uso de violência por parte do infrator. Os beneficiários são acompanhados por psicólogos e assistentes sociais e, em geral, prestam serviços à comunidade considerando-se as próprias habilidades. Há um monitoramento mensal e a reflexão é incentivada. O resultado desse trabalho em equipe é um índice de reincidência em crimes de apenas 0,4%.

"Pena alternativa não pode ser tratada como impunidade", avalia Fontes. Ele criticou o modo como a mídia aborda os criminosos, tratando-os como deuses e mostrando pena alternativa como sinônimo de doação de alimentos. "Doar cesta básica não leva à reflexão", afirmou. Ao contrário do que acontece em outros estados, todos os beneficiários da Vepa têm que comparecer uma vez por mês para participar de dinâmicas e debates. "A classe média começa a ter que cumprir pena, porque na Vepa todos são obrigados a comparecer".

Através de um vídeo com reportagens sobre a Vepa, os vereadores presentes puderam constatar o trabalho de apenados que fizeram cursos profissionalizantes, ensinaram informática para crianças carentes ou prestaram serviços a órgãos que, terminada a pena, decidiram mantê-los no trabalho. Fontes cobrou vagas gratuitas nos cursos profissionalizantes de Olinda.

Alguns vereadores já utilizavam beneficiários da Vepa em suas entidades e associações, e todos elogiaram o desempenho da equipe que aparece, sem avisar, para verificar o cumprimento da pena. "Temos mais de 50 voluntários que trabalham de graça porque acreditam na Vepa", disse o magistrado. "Cabe a vocês, que têm contato direto com o povo, perceber que a melhor forma de diminuir a violência é se aproximar do réu e tratá-lo com respeito. Afinal, o objetivo da prisão é reabilitar o indivíduo para o convívio social."

O vereador **André Avelar** *(E) convidou* **Flávio Fontes** *e a promotora* **Mª Helena**

FUTURO DO DIREITO PENAL

A promotora de Justiça Maria Helena, que trabalha com Flávio Fontes na Vepa, lembrou que a pena alternativa não tem a pretensão de acabar com a criminalidade, mas que nesse tratamento se encontra o futuro do direito penal. "A experiência mostra que aumentar a pena e o rigor no tratamento ao preso não diminui a violência", considera a promotora.

Helena listou as vantagens do cumprimento de penas alternativas e acrescentou que o beneficiário da Vepa pode contar com o suporte emocional da família, fator importante para o processo de conscientização. O vereador André Avelar, que promoveu o encontro, prometeu entrar em contato com colegas de outras câmaras da região metropolitana do Recife para que a equipe da Vepa exponha seu trabalho em outras audiências públicas.

Flávio Fontes agradeceu pela oportunidade e dirigiu-se aos vereadores com otimismo: "Somos pagos para mostrar que nem tudo está perdido".

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 232 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 13 de dezembro de 2005

1º JeCrim investe em penas e medidas alternativas

Repórter:
Manuela Veras

Nos últimos quatro anos, cerca de 1.260 dependentes químicos foram tratados pelo Programa de Acompanhamento das Penas e Medidas Alternativas (Papma). Trata-se de um projeto de apoio ao usuário de drogas desenvolvido pelo Serviço de Psicologia do 1º Juizado Especial Criminal da Capital (1º JeCrim) desde abril de 2002.

Existem três tipos de penas e medidas alternativas aplicadas aos portadores de entorpecentes: a doação, a prestação de serviços à comunidade e a terapia especializada. Esta última é a mais freqüente, pois em média 73% dos usuários processados são avaliados como dependentes químicos. Os exames são feitos por profissionais da área de saúde mental.

O tratamento especializado se destina aos consumidores de substâncias psicoativas, como álcool, maconha e crack. Nestes dois últimos casos, o porte da droga consiste num ato criminoso previsto no artigo 16 da lei 6368/76. Por isso, havendo processo, existe a possibilidade de ser aplicada uma medida alternativa à prisão.

No caso dos alcoolistas é diferente. Sua ação judicial normalmente está associada à agressão, mas eles também podem ser amparados - por opção - pelo programa como dependentes químicos. Em média, 30% dos apenados dependentes de álcool aceitam submeter-se ao tratamento clínico, além de serem encaminhados aos núcleos de atenção à família.

Durante o período em que cumpre a medida alternativa, o número de reincidências entre os beneficiários é baixo: cerca de 4%. Porém, como lembra o psicólogo do 1º JeCrim, Gilberto Lúcio, "o usuário de drogas vive permanentemente em situação de risco social". Prova disso é que 2% dos dependentes em acompanhamento morrem por meios violentos ao cometer novas infrações.

O Papma atua através dos centros terapêuticos conveniados ao 1º JeCrim, como o José Lucena e o Eulâmpio Cordeiro, que recebe mais de 50% da demanda estadual. Esses centros contam com profissionais capacitados no tratamento da dependência química. A terapia aplicada por eles consiste na realização de atividades como grupos de reflexão, oficina de música, terapia familiar e psicoterapia.

Gilberto Lúcio: *primando pela qualidade e quantidade*

O trabalho social realizado nesses centros terapêuticos revela números satisfatórios.

Entre os beneficiários que já concluíram o cumprimento de medidas alternativas, o índice de reincidência no uso de drogas é apenas de 1%.

Apesar dos méritos, a rede de clínicas conveniadas possui uma limitação. Os centros Terapêuticos, por serem municipalizados, atendem apenas aos dependentes que residem no Recife. Como observa Gilberto Lúcio, "além de qualidade, a rede de terapia antidrogas do Estado também precisa de quantidade". Cidades de grande porte como Olinda, Paulista e Jaboatão não participam do programa por não dispor de clínicas capacitadas e conveniadas ao 1º JeCrim.

Amepe reforçará independência

Com uma diferença de 72 votos, o juiz Mozart Valadares foi reeleito presidente da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco (Amepe) para o biênio 2006/2007. A eleição, realizada no último dia 5, contou com 538 votantes, divididos em sessões eleitorais na capital e no interior. Mozart disse que vai manter conquistas já alcançadas e intensificar a independência da entidade em relação ao Tribunal de Justiça de Pernambuco.

"O grande eleitor desse pleito foi o alto índice de aprovação", afirma Mozart, referindo-se ao trabalho dos últimos dois anos como representante dos interesses dos juízes de todo o estado. "Dos vinte compromissos assumidos, cumprimos 18", justifica o líder da chapa "Repensando a Amepe".

Mozart pretende cobrar o cumprimento da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que proíbe a contratação de parentes no âmbito do Poder Judiciário. Além disso, ele quer estabelecer critérios mais claros para a promoção e remoção dos juízes. Atualmente, a justificativa de "merecimento" é um tanto subjetiva, por carecer de rigor. "Critérios objetivos, como produtividade ou longevidade, devem ser considerados", avalia.

Outra prioridade será a luta pela participação dos juízes na escolha do presidente do TJPE. Segundo Mozart, esse processo já acontece no Ministério Público, onde os promotores elegem três nomes para a escolha. "A proposta da participação dos juízes já está no Congresso Nacional. Caberia aos desembargadores escolher um entre os três indicados pelos juízes".

O presidente da Amepe planeja, ainda, manter a aposentadoria compulsória aos 70 anos, e não aos 75, como chegou a ser cogitado.

Por Rodrigo Guedes

O Presidente do TJPE, desembargador **Macêdo Malta**, esteve presente na Formatura da turma de 60 Anos da Força Expedicionária Brasileira do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR/Recife), para o **recebimento das medalhas Correia Lima e General Trompovsky**. O evento se realizou às 10h do dia 3 deste mês.

A *Medalha Correia Lima* premia os alunos que ficam em primeiro lugar no curso do CPOR. Malta obteve o 1º lugar da Turma de Intendência no ano de 1958. Já a *Medalha General Trompovsky* representou o relevante serviço prestado aos órgãos de ensino e pesquisa do Exército. Na oportunidade, Malta também recebeu uma placa com o seu nome, na galeria dos ex-alunos ilustres do CPOR, entregue pelo general Maynard Santa Rosa e pelo tenente-coronel Ryuzo Tarda.

Aviso da SAD: a prestação de contas de diárias deve ser feita até 5 dias úteis a partir da data do término da viagem. O não cumprimento do prazo acarreta em multa de 10% sobre o total recebido, segundo o artigo 14 da resolução 169/04.

A secretária de administração do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **Mary Anny Briano Nunes**, agradece o apoio e empenho de suas diretorias (de Infra-Estrutura, de Informática, de Engenharia e Arquitetura e de Recursos Humanos), que disponibilizaram recursos para o pagamento de parcela da URV aos servidores ativos e inativos deste poder.

Agradece, ainda, - em nome de todos que fazem a Secretaria de Administração - à Diretoria de Recursos Humanos, Diretoria Financeira e à Coordenadoria de Planejamento e Organização pelos imensuráveis esforços para viabilizar tal pagamento.

Encontro da presidente da Acmepe, **Rita Malta**, com esposas de generais, realizado no último dia 2. Da esquerda para a direita, da cirurgiã do CMNE Márcia Azenha, Antonina Albuquerque (esposa do comandante Albuquerque), Sônia Marques (esposa do general Eros), Rita Malta, Luiza Santa Rosa (esposa do comandante Maisardi) e Célia Aguiar (esposa do general Aguiar).

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 233 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quarta-feira, 14 de dezembro de 2005

PODER JUDICIÁRIO PERNAMBUCO
BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Natal do TJPE repleto de música e luz

O evento do último dia 12 contou com a presença do cantor lírico **Edson Wanderley** *e dos desembargadores* **Fausto Freitas** *e* **Macêdo Malta**. *O Coral do TJPE foi regido pelo maestro* **Ricardo Farias**. *O presépio, feito por artesãos do interior, encontra-se no Palácio da Justiça, que está com iluminação própria celebrando o nascimento de Cristo.*

Canções de Mozart, Balir, Frank Sinatra e Paul McCartney deram o tom da Cantata Natalina do Tribunal de Justiça de Pernambuco. No Salão dos Passos Perdidos, magistrados e servidores assistiram à apresentação do cantor lírico Edson Wanderley Neves, que interpretou canções populares e religiosas. As 35 vozes do Coral do TJPE foram acompanhadas por um quinteto de cordas, composto por músicos da Orquestra Sinfônica do Recife. A regência do musical eclético coube ao maestro Ricardo Farias.

Além da Cantata e da árvore natalina de 3 metros de altura, o Palácio da Justiça, este ano, está abrigando um presépio de tamanho natural, doado pela Associação dos Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco (Acmepe). As peças foram confeccionadas por artesãos de Gravatá.

Na abertura do evento, o presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, pediu ao próximo dirigente do Poder Judiciário, desembargador Fausto Freitas, que continuasse a expor a cena do nascimento de Cristo. Ele ponderou, entretanto, que a admiração do espetáculo natalino, antes de se resumir à beleza dos objetos, deve levar à reflexão".

Servidores expressam cultura no Themis

Repórter:
Cecília Pereira

O primeiro *Themis Cultural - A Justiça de Olho na Cultura* será lançado hoje, a partir das 13h, no Hall Monumental do Fórum Rodolfo Aureliano. O programa serve como estímulo à expressão cultural entre os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), fazendo uma ponte entre estes e a sociedade.

Segundo o chefe da Sessão de Readequação e Readaptação Funcional (Serad), Sandro Passos, o Themis Cultural veio para congregar as diversas modalidades artísticas praticadas individualmente dentro do TJPE. O objetivo é que todas essas ações façam parte do programa, para que se desenvolvam e sejam divulgadas. "O evento será aberto ao público, para uma maior aproximação do TJPE com a sociedade através da cultura. Dessa forma, humanizamos a instituição e interagimos com a sociedade", concluiu.

O evento será aberto pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Macêdo Malta. Na seqüência, haverá modalidades artísticas e apresentações de tango e dança flamenca, além de músicas que vão do estilo erudito ao popular, como o pastoril da Escola Municipal Paulo VI.

O caricaturista Samuca fará desenhos ao longo da tarde. A programação termina com o Auto de Natal em Perna de Pau, da ONG Arricirco. Mais informações no site do Tribunal de Justiça ou através do telefone 3419.3550.

Reforma em Toritama termina dia 20

Repórter:
Manuela Veras

O Fórum Ernesto Herculino Cordeiro da Comarca de Toritama, que está interditado desde o dia primeiro deste mês, terá sua reforma concluída no próximo dia 20. Os serviços estruturais realizados têm o intuito de melhorar o atendimento à população da cidade, bem como as condições de trabalho dos servidores.

Segundo a juíza e diretora do Fórum da cidade, Adrianne Maria Ribeiro, o edifício era maldividido, com salas pequenas e espaços não utilizados, além de ser uma construção antiga, com infiltrações e rachaduras. Para resolver isso, a Diretoria de Infra-estrutura do TJPE e a prefeitura de Toritama já forneceram o material para pintura, troca de piso e de teto, entre outros reparos e mudanças estruturais.

Durante a reforma, o fórum tem como sede provisória o auditório da Câmara dos Vereadores do município de Toritama, funcionando das 12h às 17h. No local, estão sendo atendidas apenas as demandas urgentes, como *habeas corpus*, mandado de segurança e pedidos de prisão.

Embora os autos da comarca estejam num local de difícil acesso, a juíza Adrianne Maria afirma que será feito o possível para atender aos pedidos de informações sobre processos. Esse serviço será realizado através do número 3741.1020, das 12 às 17h.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 234 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 15 de dezembro de 2005

URV é antecipada

REPÓRTER
SÉRGIO M. FEITOSA

Além da antecipação de parcela da URV, paga no dia 13, os servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco também irão receber os salários de dezembro antecipadamente, no dia 22. As duas conquistas foram resultados de um esforço empreendido pela Secretaria de Administração (SAD), através de suas diversas diretorias. Para viabilizar a parcela da URV, foram utilizados recursos de metas que não teriam mais tempo de ser cumpridas ainda este ano.

De acordo com a secretária de administração, Mary Anny Briano, foi determinante a colaboração das diretorias de Infra-Estrutura, de Arquitetura e Engenharia e de Informática, que se empenharam em identificar a tempo os valores que poderiam ser disponibilizados. "Do mesmo modo, foi imprescindível a colaboração da DRH, Coplan e Diretoria Financeira, responsáveis pelos cálculos e definição dos valores que poderiam ser repassados a cada servidor", observa.

Segundo a secretária, desde setembro a equipe do TJPE vem empenhada no propósito de garantir o pagamento de uma parcela da URV aos servidores. O primeiro passo foi convencer o presidente Macêdo Malta da viabilidade da iniciativa. "Nesse momento foi de grande importância o papel da Secretaria Jurídica do TJPE, que fundamentou a legalidade do ato", observa Mary.

O secretário jurídico adjunto do TJPE, Silvio Santos, lembra que a dívida da URV é objeto de um processo movido pela Associação dos Servidores do Poder Judiciário Estadual (APJPE) cujo pleito já foi vitorioso em todas as instâncias. "A ação já transitou em julgado e se encontra em fase de execução. O Judiciário apenas pagou, a título de antecipação, parte desse débito, o qual será descontado posteriormente", justifica.

A secretária Mary Anny lembra também que, a partir da Lei Complementar nº 12.760, de janeiro deste ano, os recursos oriundos da Fonte 1 - que são repassados pelo Tesouro estadual -, quando não utilizados em tempo retornam aos cofres do Estado. "Até o ano passado, quando isso acontecia, a sobra de caixa gerava superávit financeiro. Agora, o Executivo subtrai de repasses posteriores os valores não utilizados", explica a secretária de administração.

Mary Anny: *compromisso*

INCLUSÃO DE APOSENTADOS

A parcela paga a título de URV foi equivalente a 120% do salário de cada servidor. Só tiveram direito aqueles que já pertenciam ao quadro do Judiciário estadual entre 1994 e 2000 e que atualmente constam na folha de pagamento do Judiciário. Quem já pediu exoneração ou encontra-se de licença sem vencimentos não foi contemplado. "Aquelas pessoas que se encontram em uma dessas situações e que também têm saldo de URV a receber não perderão esse direito. Mas não tínhamos como contemplá-las agora, com essa antecipação, porque todos os procedimentos foram feitos com base na folha de pagamento", esclarece a secretária de administração.

Os servidores aposentados foram uma exceção. Embora seus salários sejam pagos pelo Executivo e, portanto, não constem na folha de pagamento do Judiciário, os inativos do TJPE também foram contemplados com o pagamento da parcela da URV. Para isso, o TJPE contou com anuência e colaboração do Instituto de Recursos Humanos (IRH) do Estado. "Nós, como servidores da Casa, sabemos das dificuldades e limitações financeiras pelas quais passam os servidores. Os aposentados não são exceção e foi da vontade do presidente Macêdo Malta, que estes também fossem atendidos no pleito", afirma Mary.

Apesar da alegria de poder contar com um "décimo quarto salário", os servidores beneficiários não devem se exceder na empolgação e esquecer os descontos do Funafin e do Imposto de Renda relativos à antecipação da URV. Esses serão computados no dia 22, no contracheque de dezembro.

Servidores parabenizam presidente do TJPE -

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, desembargador Macêdo Malta, recebeu, nesta última terça-feira, a visita do presidente da Associação dos Servidores do Poder Judiciário (ASPJ-PE), Marcos Jair, do vice-presidente da entidade, Milton Correia e do secretário jurídico, José Melquíades. "Costuma-se dizer que quem está deixando as rédeas do Poder deixa de ser alvo das atenções. Mas a nossa lógica, nesse momento, é outra. Viemos parabenizar o chefe do Judiciário pelo que houve de bom em sua gestão", observa Marcos Jair.

Os representantes dos servidores do TJPE justificaram a iniciativa avaliando os pontos positivos da gestão de Macêdo Malta, que na primeira semana de fevereiro completa dois anos no comando do Judiciário estadual. "Nossos pleitos não foram atingidos em sua plenitude, mas não podemos deixar de reconhecer que nesse período foram garantidas muitas conquistas importantes. A primeira delas foi o permanente diálogo com os servidores, para os quais as portas do gabinete da presidência estiveram sempre abertas", avalia Milton Correia.

A elaboração do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos atualmente em vigor é um dos pontos mais enfatizados pelos dirigentes. "As diferenças salariais absurdas que sempre houve entre os servidores do TJPE não poderiam ser corrigidas de uma vez só, nem acontecer sem gerar algumas insatisfações. Contudo, o PCCV conseguiu contemplar servidores de cargos que percebiam os salários mais injustos, como auxiliares, atendentes e a maioria do pessoal de comarcas do interior", considera Marcos Jair.

O presidente da ASPJ também destacou a iniciativa do presidente Macêdo Malta em nomear servidores concursados para cargos estratégicos. "A nomeação de Mary Anny para o comando da Secretaria de Administração, por exemplo, foi um ganho. A antecipação da parcela da URV com certeza não teria acontecido se não tivéssemos naquele cargo uma servidora da casa, que conhece bem a dificuldade financeira que muitos servidores vêm atravessando há muito tempo, dependendo de empréstimos para resolver situações emergenciais", enfatiza Jair.

Os dirigentes da ASPJ fazem questão de citar outros servidores da casa que colaboraram para o bom diálogo entre a categoria e o Judiciário, ocupando cargos de direção. "Rodrigo Almeida (Coplan), Franklin Vieira (diretor adjunto da DRH), Abraão dos Santos (Seja), Antonio Carlos (Gabinete da Presidência), Oscar Barros (adjunto da SAD) são alguns que lembramos agora. Mas não podemos esquecer que também houve pessoas como a diretora de DRH, Josélia Campos, o chefe de gabinete, Brivaldo Pereira, que tiveram papel determinante na construção desse clima de diálogo.

Para o secretário jurídico da ASPJ, José Melquíades, outro ponto positivo que deve ser ressaltado na gestão de José Antônio Macêdo Malta foi o "cumprimento de decisões judiciais transitadas em julgado que vinham sendo postergadas. Cerca de 600 pessoas, que estavam sendo prejudicadas por gestões anteriores, foram beneficiadas com o cumprimento dos seus direitos. É o caso da Estabilidade Financeira, requerida por servidores com 20 anos em média de serviço público".

(S.M.F)

12/8/04 - *A Comissão do PCCV expõe a Macêdo Malta as diferenças salariais entre servidores.*

02/12/05 - *O pagamento de parcela da URV foi anunciado durante reunião com representantes dos servidores.*

14/12/05 - Macêdo Malta *recebe agradecimentos da ASPJ-PE. As conquistas importantes da gestão foram reconhecidas por* **Marcos Jair**, **Milton Correia** e **José Melquíades**.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 235 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 16 de dezembro de 2005

THEMIS

Uma ponte cultural com a sociedade

REPÓRTER:
RODRIGO GUEDES

As tradicionais atividades culturais do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), como a exibição de filmes pela Cinemateca e as exposições do Memorial da Justiça, serão unificadas e ampliadas por um projeto lançado na última quarta-feira. O *Themis Cultural* vai utilizar prédios do Judiciário na capital e comarcas do interior para promover a cultura produzida no Estado. A iniciativa também prevê ações sociais em comunidades carentes através de parcerias com o setor privado.

A iniciativa da Diretoria de Recursos Humanos do TJPE tem como objetivo, além de estimular o vínculo entre os servidores, provocar uma maior integração com a sociedade. O chefe da Sessão de Readaptação e Readequação Funcional (Serad), Sandro Passos, um dos coordenadores do projeto, acredita que a programação do Themis para 2006 levará qualidade de vida a servidores e magistrados do Tribunal.

A proposta do programa institucional de incentivo à cultura segue o exemplo de outras instituições, como a Assembléia Legislativa, que também agrega de forma sistemática e permanente diversas ações nessa área.

Se antes a Cinemateca limitava-se a exibir um filme para servidores, o Themis vai promover mostras de filmes locais e internacionais e convidar críticos de cinema para palestras abertas ao público, através de parcerias com locadoras e consulados.

Foto: Leandro Lins / TJPE

No lançamento do Themis, **Malta** *elogiou a iniciativa e assistiu a apresentações de frevo*

A participação da sociedade é um dos objetivos do projeto, que vai buscar patrocínio para oficinas de artesanato, fotografia, e reciclagem de alguns setores do Tribunal, por exemplo. Para aproximar o Judiciário da sociedade, algumas oficinas serão voltadas para áreas carentes. Esquetes de teatro e embaladas devem incrementar a renda familiar de pessoas que vêem o Judiciário distante e inacessível.

Sandro Passos quer levar o festival para cidades do interior, como Caruaru, Garanhuns. "Vamos utilizar os artistas das comunidades locais em comarcas estratégicas onde se possam desenvolver ações", anuncia. Parcerias com escolas e faculdades do interior devem viabilizar exposições itinerantes do Memorial da Justiça. "O Themis também vai explorar a literatura de cordel, promovendo encontros com pessoas ligadas a essa cultura, tão forte no Nordeste".

Outra ação prevista é dinamizar a Livroteca do Tribunal, criando tardes com contadores de histórias para crianças. Atores interessados poderão fazer leituras dramatizadas de obras disponíveis na biblioteca do TJPE.

Fórum de Petrolina em clima de festa

O Fórum Manoel de Souza Filho, em Petrolina, está em festa. Trata-se da Semana de Confraternização, com o tema *Integrar para Servir*, que está sendo realizada de 14 a 19 de dezembro. O objetivo, segundo a chefe de secretaria da 3ª Vara Cível, Adriana Maria Ribeiro, é "unir a sociedade com a família forense".

Para a comemoração, o Hall do Fórum foi dividido em seis espaços temáticos: Informação, Saúde, Natureza e Beleza, Lazer, Cultura Pernambucana e Espaço Solidário. Servidores e magistrados produziram, especialmente para a semana, palestras, apresentações de grupos de dança e teatro, desfile de bloco de frevo, exposições de pinturas, poesias, artes plásticas e artesanatos.

O evento tem o apoio da direção do Fórum Manoel de Souza, Hemope, Corpo de Bombeiros, Conselho Tutelar, Secretaria de Saúde, Defensoria Pública, loja O Boticário e de funcionários do Poder Judiciário.

por Raíza Vieira

Segredo de Justiça

A convite do presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. Macêdo Malta, funcionários dos gabinetes de desembargadores, da Distribuição Processual de 1º e 2º grau e das diretorias Cível, Criminal e de Informática reuniram-se, na última quarta-feira, para uma conversa informal sobre Segredo de Justiça. *O juiz da 9ª Vara de Família,* **Carlos Magno**, *mediou a conversa, esclarecendo dúvidas e ouvindo sugestões do público presente.*

O encontro foi promovido pela Diretoria de Documentação Judiciária e contou com o auxílio da Diretoria de Recursos Humanos. "A idéia da reunião surgiu em virtude das dúvidas que existem no entendimento dos processos que devem ou não correr em Segredo de Justiça. Alguns processos, que deveriam estar sob Segredo de Justiça, não são facilmente identificados pela divisão de Jurisprudência e Publicações como tal, dificultando o perfeito andamento do serviço", justifica a diretora de Documentação Judiciária, **Luciana Cavalheira**.

Convite

A Presidenta da Associação dos Cônjuges de Magistrados do Estado de Pernambuco, ***Rita Macêdo Malta****, e diretoria convidam todos para a* ***Solenidade de Inauguração do Centro de Formação Profissional da Acmepe****, às 17 horas do dia 16 de Dezembro de 2005, na rua 13 de Maio, 47 - Santo Amaro - Recife.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 236 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 17 de dezembro de 2006

Ora *avant-gard*, ora conservador

O perfil de Ozael Veloso revela as várias faces da magistratura

Repórter:
Manuela Veras

O desembargador Ozael Veloso, aos 67 anos de idade e 37 de toga, ainda sonha com uma Justiça célere e diz que, por enquanto, não pretende se aposentar. Prova disso é que no próximo biênio (2006-2007) ele será o responsável pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE), onde já possui vasta experiência.

O início dessa trajetória ocorreu no ano de 1971, quando da fundação da CGJ-PE. O Des. Guerra Barreto foi o primeiro corregedor-geral e Ozael, um dos três juízes auxiliares, cargo que exerceu até 1972. Em 1979 voltou ao cargo e permaneceu até 1988. Catorze anos mais tarde, ele seria eleito corregedor-geral para o biênio 2002-2003, antecedendo o atual gestor do cargo e futuro presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. Fausto Freitas.

Na sua primeira gestão como corregedor, adotou iniciativas para tentar aproximar o relacionamento entre juízes, advogados e o Ministério Público. Para tanto, baixou um provimento no Diário Oficial recomendando aos magistrados um melhor atendimento aos advogados, entre outras medidas. Da sua primeira gestão, ele guarda uma lembrança que considera desagradável. "Quando eu era corregedor-geral, seis juízes foram afastados do exercício da judicatura acusados de improbidade e corrupção. É lamentável, mas o TJPE agiu acertadamente".

> *"Quando eu era corregedor-geral, seis juízes foram afastados, acusados de improbidade e corrupção. É lamentável, mas o TJPE agiu acertadamente"*

A Escolha da profissão

Aos 16 anos, Ozael ainda não estava certo sobre ingressar na Faculdade de Direito. "Eu tinha o sonho de ser jornalista", revela o magistrado. Participava de grêmios literários com amigos do Ginásio Manoel Borba, na cidade de Goiana. Em 1957, ele chegou a montar um jornal mensal chamado *A Razão*, do qual era vice-diretor. "Eu passava um dia e uma noite na tipografia A Tribuna, que ficava no Recife, embora o jornal circulasse em Goiana. Lá eu colaborava com a revisão, enquanto esperava que o jornal fosse impresso", recorda.

A inclinação para a leitura e os julgamentos a que costumava assistir na cidade de Goiana, e depois no Recife, terminaram por motivá-lo aos estudos jurídicos na Universidade Católica de Pernambuco. "Os júris foram decisivos na escolha da profissão, pois eu me emocionava com eles e participava sempre que podia", lembra Ozael.

> *"Os júris foram decisivos na escolha da minha profissão, pois eu me emocionava com eles e participava sempre que podia"*

Quando finalmente ingressou na Faculdade de Direito, sequer pensava em seguir a magistratura. Ele queria advogar, conforme pretende fazer durante a aposentadoria. Já no segundo ano de curso, começou a atender às pessoas carentes que necessitavam recorrer à Justiça, realizando uma espécie de estágio. Depois de se formar, ainda advogou por dois anos e só depois desse período realizou o concurso para juiz. Em 1968, ano seguinte à sua aprovação para o cargo de juiz de 1ª Entrância, foi designado para a Comarca de Tabira.

O desembargador **Ozael Veloso** *exerce a magistratura há 37 anos*

Uma magistratura atuante

Ora *avant-gard*, ora conservador dos preceitos cristãos, o desembargador Ozael Veloso já provocou diversas polêmicas que repercutiram na mídia estadual, nacional e até internacional. Parte dessas questões foi documentada pela imprensa quando o magistrado era juiz da Vara da Infância e da Juventude, de 1988 a 1993.

Em agosto de 1991, Ozael Veloso baixou uma portaria proibindo a mendicância de menores de 12 anos. Mais de 100 Organizações não Governamentais se manifestaram contra a portaria 04/91. O documento repercutiu nas manchetes dos jornais de todo o país por várias semanas. A maioria das publicações repudiou a decisão do magistrado e o sensacionalismo tentou transfigurar a imagem do então juiz.

A portaria do magistrado foi interpretada como uma ação ditatorial e elitista, mas as suas razões eram outras. "A mendicância da criança é a preparação para a marginalidade do adulto", justificava. "Essa é a opinião atual de vários sociólogos e entidades de apoio a crianças carentes", ressalva Ozael. Apesar do argumento, ao final de dez dias a portaria foi anulada por dois votos contra um.

Ainda em 91, o então juiz instaurou processos contra duas emissoras de televisão por veicularem programas contendo cenas de violência e de sexo. Novamente uma polêmica, porém comentada apenas na imprensa escrita. "Claro que os jornalistas televisivos não abordariam a proibição das imagens de atentado ao pudor da família, afinal trabalhavam para as empresas que produziam esses conteúdos", avalia. Essa foi mais uma batalha perdida, pois a decisão de Ozael não permaneceu em vigor.

No ano de 1979, elaborou uma pesquisa sobre o número de crimes cometidos antes e depois da Lei Fleury, que em 1973 aboliu a prisão preventiva obrigatória. Os resultados confirmariam sua hipótese: a lei permitiu um aumento considerável da criminalidade, tanto no interior como nos centros urbanos.

Essas e outras polêmicas protagonizadas pelo desembargador foram noticiadas pelos meios de comunicação de todo o país. Até hoje, ele colecciona todas as matérias impressas em pastas organizadas por data de publicação.

Folheando esses arquivos, ele encontrou um com o título "Corregedor adverte: a Justiça caminha para o caos", datado de 11 de setembro de 1983. O corregedor em questão é Ozael, quando era juiz auxiliar da Corregedoria. Ele havia feito uma declaração sobre a qual o jornalista Raimundo Jorge escreveu o referido artigo. "Eu li esse texto na entrega do cargo de corregedor-geral ao Des. Fausto Freitas, em fevereiro de 2004, e os presentes acreditaram que se tratava de uma publicação atual", lembra.

Para ir de encontro a essa realidade, Ozael Veloso, que recebe quase 50 processos por mês, colocará como meta da Corregedoria o empenho por uma Justiça rápida e com menos formalidades. "Acredito que a celeridade processual e a eficácia do Judiciário são um desejo de todos aqueles que ingressam na magistratura".

O futuro corregedor-geral tomará posse do cargo no próximo 9 de fevereiro, compondo a Mesa Diretora do TJPE.

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 237 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, terça-feira, 20 de dezembro de 2005

TJPE valoriza artesanato em arranjos natalinos

Repórter:
Cecília Pereira

O trabalho de dois artesãos do município de Gravatá vem despertando curiosidade e admiração entre as pessoas que trabalham e visitam o Tribunal de Justiça de Pernambuco e o Fórum Paula Baptista. Desde o último dia 15, dois presépios, um em cada prédio, chamam a atenção pelos detalhes, simplicidade e tamanho quase real das estátuas que retratam a Sagrada Família e os Reis Magos.

Em apenas um mês e meio, os personagens que simbolizam o Natal - encomendados pela Associação dos Cônjuges de Magistrados de Pernambuco (Acmepe) - ganharam forma. Para confeccionar os presépios, foram usados madeira, tinta, barro e capim. Os artistas José Josivaldo de Barros, 20 anos, e Julião José da Silva, 51, fazem parte da Associação dos Artesãos de Gravatá.

Josivaldo, que há 18 anos é artesão, utiliza o barro na confecção de imagens de santos e produtos da cultura nordestina. Julião José, por sua vez, com 20 anos de artesanato, é especialista em madeira. O artesão foi responsável pelos enfeites da Praça Arão Lins de Andrade, em Gravatá, com peças natalinas confeccionadas em cipó - inclusive as figuras de Maria, José, do Menino Jesus e dos três Reis Magos.

O município dos artesãos se destaca pela produção de peças feitas em couro, bronze, pano, cerâmica. Mas o destaque, no artesanato, fica por conta da utilização da madeira, como uma conseqüência natural da implantação da indústria moveleira na cidade. Os artistas reaproveitam o material descartado para criar suas peças, que também são exportadas.

O trabalho conjunto de Josivaldo e Julião rendeu belíssimos resultados. As imagens expostas no Palácio da Justiça e Edifício Paula Baptista, inspirando sentimentos de esperança para o Ano-Novo, vêm sendo elogiadas por todos que fazem parte do TJPE.

A inclusão de presépio na decoração do TJPE foi iniciativa da Acmepe

Lançamento

Constituição estadual sob olhar crítico

Repórter:
Manuela Veras

O procurador do Estado André de Albuquerque Garcia e o juiz auxiliar de Maraial, Luiz Carlos Vieira de Figueiredo, assinam o livro *Constituição do Estado de Pernambuco Comentada*, que será lançado pela editora Litoral. O coquetel de divulgação terá lugar no Arraial Velho, na próxima segunda-feira, dia 26, às 19h.

Ao contrário da Constituição Federal, até então nenhuma constituição estadual havia sido interpretada. Nessa obra, a Constituição Pernambucana, que já completou 16 anos, é comentada por blocos de artigos. "Essas análises foram baseadas em três aspectos: a jurisprudência dominante, a doutrina e a nossa subjetividade", explica Luiz Carlos Vieira.

A obra, com preço de R$ 45, é indicada para operadores do Direito Público em geral - advogados, juízes, promotores e estudantes da área. O livro estará à venda no local de lançamento e será disponibilizado em diversas livrarias do Estado.

Ambos os autores são pós-graduados em Direito e detêm longa experiência como professores universitários.

Serviço: Dia 26/12, às 19h, no *Arraial Velho - Av. Rosa e Silva, 2278, Tamarineira, Recife.*

FREDERICO NEVES É HOMENAGEADO

Na última quarta-feira, 14, o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, **Macêdo Malta**, *o vice-presidente,* **Hélio Siqueira Campos**, *e o corregedor-geral da Justiça de Pernambuco,* **Fausto Freitas**, *marcaram presença na homenagem prestada pela Associação em Defesa da Advocacia (Adac) ao desembargador* **Frederico Neves**.

A homenagem foi justificada pela "irretocável conduta no exercício da magistratura, atenta ao respeito das prerrogativas dos advogados e pautada pela busca incessante da efetivação da Justiça", conforme inscrição na placa conferida ao homenageado.

A Adac, que tem como slogan Advocacia é coisa de gente séria, *"possui como objetivo primeiro travar uma luta intransigente pela moralização da advocacia pernambucana", declara Frederico Neves.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Ano LXXXII • Nº 238 Poder Judiciário Estadual - Seção - I Recife, quarta-feira, 21 de dezembro de 2005

Acmepe inaugura Centro de Formação Profissional

CECÍLIA PEREIRA e ROSA MIRANDA

O ponto alto do trabalho de inclusão social desenvolvido através da parceria do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e da Associação dos Cônjuges dos Magistrados de Pernambuco (Acmepe) se concretizou na noite do último dia 16, com a inauguração do Centro de Formação Profissional. Ele funcionará em um imóvel localizado na Rua 13 de Maio, nº 47, Boa Vista. A aquisição do imóvel é um marco nos 25 anos de fundação da Acmepe e aponta novas tendências no rumo da entidade, que agora deixa de ser meramente assistencialista.

"A grande maioria dos servidores terceirizados tem que sobreviver com um salário mínimo"

O objetivo do Centro de Formação Profissional da Acmepe é atender cerca de mil funcionários do TJPE, prestadores de serviços terceirizados de baixa renda. Os dependentes desses também poderão fazer cursos profissionalizantes de informática, moda, corte e costura, imagem pessoal, cabeleireiro, entre outros.

A inauguração foi marcada com uma bênção, realizada pelo padre José Severino de Arruda que pomberizou os responsáveis pela iniciativa. A casa possui mais de dez cômodos, um auditório com 30 lugares, espaço aberto para eventos e já está equipada com o material necessário para as aulas.

Macêdo e Rita Malta *elogiaram os colaboradores*

Na solenidade, a presidente da Acmepe, Rita Malta, agradeceu a todos que se empenharam na elaboração do projeto, que trará oportunidades de qualificação profissional. "Daremos as condições para a inclusão no mercado de trabalho e, em conseqüência, um passaporte para uma vida melhor", declarou.

Segundo Rita Malta, a inserção da Acmepe em trabalhos de capacitação profissional não significa o abandono das ações assistenciais. "Estas também são importantes, à medida em que atende necessidades mais urgentes de pessoas menos favorecidas". Essa importância é reconhecida por prestadores de serviços como a auxiliar de serviços gerais Diocleide Pinto. "Muitas pessoas não teriam o peixe da Semana Santa, nem o milho de São João se não fosse a Acmepe. O trabalho da associação significa muito para nós que trabalhamos para a empresa terceirizada, onde a grande maioria tem que sobreviver com um salário mínimo".

O presidente do TJPE, desembargador Macêdo Malta, ressaltou a importância do apoio dado pelo vereador Jorge Chacrinha e pelo presidente da Fundação Bradesco, que assumiu a responsabilidade de custear dois professores durante dois anos. O presidente também elogiou a ampliação, nos últimos dois anos, de ações da Acmepe que visam promover a cidadania. "Precisamos pensar no social. Antes o mundo existia para nós, hoje nós existimos para o mundo. Esta casa, portanto, existe para o mundo", concluiu.

O Centro de Formação Profissional *se localiza na Rua 13 de Maio, nº 47, Boa Vista*

Balanço das ações sociais

No biênio 2004/ 2005 a Acmepe desenvolveu diversas atividades visando angariar fundos para obras sociais. Dentre elas estão campanha para os desabrigados da chuva, as comemorações de aniversário, passeios turísticos, Chás beneficentes da Acmepe, comemoração das Bodas de Prata, Bazar Natalino, Confraternização Natalina, circulação de um periódico trimestral, institucionalização do coral, instalação da biblioteca, palestras sobre saúde e cultura, premiações nos dias das mães, pais e crianças, Semana Santa, São João e Natal. Essas atividades concluíram-se com colaborações mensais enviadas ao Centro Beneficente Filantrópico do Bongi (Cebengi) e o Centro Geriátrico Lar do Amor, além da arrecadação de donativos, que foram enviados aos desabrigados das enchentes.

Bartolomeu avalia eleições da Amepe

REPÓRTER:
SÉRGIO M. FEITOSA

Uma manifestação democrática nunca vista em pleitos anteriores. Foi assim que o desembargador Bartolomeu Bueno classificou a eleição da Associação dos Magistrados do Estado de Pernambuco, realizada no dia 5 de dezembro, e da qual ele participou encabeçando a chapa de oposição. "Foi concluída com êxito e expressiva participação de todos os magistrados, com uma abstenção de apenas 11%, em um universo de 597 eleitores", justifica.

Bartolomeu também destaca a qualidade do debate mantido entre os candidatos e pessoas que lhes davam sustentação. "E a margem de votos alcançada pela chapa vencedora, liderada pelo juiz Mozart Valadares, lhe garante a devida legitimidade para representar os magistrados pernambucanos no próximo biênio", ressalta.

Por essas razões, Bartolomeu Bueno disse que o Movimento Integração, que deu origem à chapa por ele liderada, deseja apoiar a administração da Amepe. "Esse apoio, evidentemente, se restringirá àquelas metas condizentes com o nosso programa", ressalta, não escondendo que continuará se opondo à direção da entidade no que houver divergência.

"Em certos momentos a Amepe tem estimulado o sectarismo e o preconceito, gerando um sentimento de divisão da magistratura pernambucana. Nós nos opomos à segregação entre primeira e segunda instância. Da mesma forma, as 1ª, 2ª, 3ª entrâncias e os aposentados não podem ser tratados como se fossem magistraturas distintas", declara o líder do Movimento Integração.

Entre as propostas que foram defendidas em campanha pela Chapa Integração, Bartolomeu diz que o movimento continuará batalhando pela elevação da composição do Tribunal de Justiça para, pelo menos, 45 membros. A proibição da reeleição no âmbito da Amepe é outra meta sustentada pelo grupo. "Defendemos a renovação de lideranças no âmbito da magistratura porque a alternância de líderes é imprescindível em qualquer agrupamento democrático", declara.

Em contrapartida à proibição da reeleição, o desembargador Bartolomeu defende a ampliação do mandato do presidente da Amepe de dois para três anos. "Sou contra o continuísmo. O atual presidente da Amepe já exerce o mandato pela terceira vez, além de já ter exercido a vice-presidência e participado de uma campanha em que foi derrotado", justifica.

Bartolomeu Bueno: *"A Amepe tem estimulado o sectarismo e o preconceito"*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 239 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, quinta-feira, 22 de dezembro de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

DECISÃO INÉDITA

Juiz reconhece direito de casal homoafetivo

Pela primeira vez em Pernambuco, um juiz reconheceu o direito a pensão num caso de relação conjugal entre pessoas do mesmo sexo. O juiz da 2ª Vara da Fazenda Pública, Luiz Fernando Lapenda Figueiroa, decidiu a favor de Vanda Lucia Xavier da Silva, que receberá R$ 240 por mês pelos 28 anos de convivência com a servidora estadual Janete Cruz Sales, falecida no ano passado.

Luiz Fernando Figueiroa: "*O que caracteriza a família não é apenas a figura do pai e da mãe*"

Segundo Figueiroa, a relação conjugal das duas mulheres está comprovada com farta documentação nos autos. As provas incluem um pedido de inscrição na Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco (Funape) - artigo Ipsep - de Vanda como dependente de Janete.

Embora negado administrativamente pelo Instituto de Recursos Humanos de Pernambuco (IRH-PE), o magistrado entendeu que o pedido comprova a estabilidade da relação e o desejo das partes de validarem a união diante das instituições. "O próprio IRH já deu assistência médica à dependente de Janete. Por que agora nega o direito de pensão previdenciária?", questiona Fernando Figueiroa.

Em meio à polêmica que a decisão suscita, o magistrado rechaça o preconceito e se apega à Constituição Federal. "O que está em discussão não são princípios religiosos, mas sim preceitos legais. O juiz tem que separar sua condição de julgador das suas crenças religiosas. Eu não estou discutindo a instituição do casamento. Minha decisão trata de uma relação familiar, amparada pela Constituição. O que caracteriza a entidade familiar não é simplesmente a figura do pai e da mãe", justifica.

No caso em questão, o juiz da 2ª Vara da Fazenda entende que morreu a pessoa que supria a família e que contribuía para um órgão previdenciário visando à garantia de sua aposentadoria ou pensão a algum dependente. "Essas duas mulheres formaram um núcleo familiar, juntas construíram uma casa e eram reconhecidas na comunidade. A pessoa que morreu contribuiu para um órgão previdenciário. Eu como juiz tenho que fechar meus olhos para o preconceito diante da realidade dos fatos".

Segundo Figueiroa, o Supremo Tribunal Federal já tem reconhecido caso similar. Ele argumenta que as leis de previdência federal e no município de Recife já reconhecem o direito dos companheiros em relação familiar e de convivência homoafetiva, inclusive para efeito de compartilhamento de bens e direitos e ao recebimento da pensão previdenciária. "Se a legislação estadual não fez o mesmo é porque nossos legisladores estaduais são preconceituosos ou têm medo de perder votos", diz o magistrado.

Também influenciou a decisão de Figueiroa o fato de que Vanda, residente em Paulista, não tem meios próprios de subsistência. De acordo com o texto da liminar, "a fome não pode esperar o fim da ação".

O teor completo da decisão está disponível no site ***www.tjpe.gov.br***, em Consultas/Processos de 1º Grau. O número do processo é ***2005.201976-6***.

Sessões Extraordinárias

O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, **Antônio Macêdo Malta**, convoca os desembargadores da Corte Especial do Tribunal de Justiça para participar de **Sessões Extraordinárias da Corte Especial**. A primeira, que acontece no próximo dia 23, às 9h, tem o objetivo de apreciar questões administrativas. Em seguida, no dia 2 de janeiro de 2006, às 9h, uma outra Sessão será realizada. Desta vez, o intuito é de apreciação de processos administrativos. No mesmo dia, às 15h, a proposta da reunião é a apreciação de matéria administrativa.

Tribunal de Justiça de Pernambuco
JUIZADO DE TRÂNSITO

Grave este número no seu celular:
3226-1904

Rapidez e Eficiência para solucionar os conflitos nos acidentes de Trânsito.
Atendimento imediato e gratuito

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco
Ano LXXXII • Nº 240 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sexta-feira, 23 de dezembro de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

TJPE define dirigentes de órgãos internos

Repórter
Raíza Vieira

O Tribunal Pleno elegeu os próximos dirigentes da Ouvidoria, do Centro de Estudos Jurídicos (Cej) e da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (Esmape). Na mesma sessão, realizada na última segunda-feira, 19, também foram indicados os membros eletivos do Conselho da Magistratura e os juízes que irão substituir os desembargadores em período de férias ou licenças. Já a votação para os juízes corregedores-auxiliares e seus suplentes deve ocorrer no dia 2 de janeiro.

A partir de fevereiro, a desembargadora Helena Caúla será a ouvidora do Tribunal de Justiça de Pernambuco. O Cej continuará sendo coordenado pelo desembargador Frederico Neves e a Esmape terá como diretor o desembargador Jones Figueirêdo e, como vice, o desembargador Eduardo Paurá. Os membros eletivos do Conselho da Magistratura serão os desembargadores Alexandre Aquino, Alberto Virgínio, Fernando Martins e Romero Andrade.

O desembargador Jones Figueirêdo foi o primeiro, dentre os novos dirigentes, a manifestar sua satisfação em ser eleito pelo Pleno do TJPE. "Recebo a honraria conferida consciente da elevada responsabilidade institucional de conduzir a gestão da Escola Superior da Magistratura, nos seus fins específicos de capacitação profissional dos colegas juízes e dos servidores. Com permanente determinação de trabalho, coloco-me sempre vocacionado às grandes causas do Poder Judiciário", diz o futuro diretor da Esmape.

O Des. **Jones Figueirêdo** *é o próximo presidente da Esmape*

Listagem dos Juízes Criminais

1. Antônio de Melo e Lima
2. Fausto de Castro Campos
3. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
4. Antônio Carlos Alves da Silva
5. Paulo Victor V. de Almeida
6. Adeildo Nunes
7. Sandra de Arruda Beltrão
8. Alfredo Hermes Barbosa de A. Neto
9. Carlos Humberto Inojosa Galindo

Listagem dos Juízes Cíveis

1. Antenor Cardoso Soares Júnior
2. Josué Antônio Fonseca de Sena
3. Alfredo Sérgio Magalhães Jambo
4. Francisco Manoel T. dos Santos
5. Márcio Fernando de Aguiar Silva
6. André Oliveira da Silva Guimarães
7. Ruy Trezena Patu Júnior
8. Mauro Alencar de Barros
9. Sérgio Marinho Falcão
10. Alexandre Guedes A. Assunção
11. Eurico de Barros Correia Filho
12. Agenor Ferreira de Lima Filho
13. Itamar Pereira da Silva Júnior
14. Heriberto Carvalho Galvão
15. Paulo Tornas Pereira da Silva
16. Nilson Guerra Nery
17. Jorge Américo Pereira de Lira
18. Virgínio Marques Carneiro Leão
19. Fábio Eugênio Dantas de O. Lima
20. Carlos Frederico G. de Moraes
21. André Vicente Pires Rosa
22. Alexandre Freire Pimentel
23. Lúcio Grassi de Gouveia
24. Valéria Rúbia Silva Duarte

Município de Buenos Aires será sede de comarca

O município de Buenos Aires, situado na Mata Norte do estado e localizado a 77 km do Recife, em breve passará a ser sede de comarca. O presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), Macêdo Malta, assinou um termo de cessão de uso com o prefeito da cidade, Divaldo de Melo Araújo, na última quarta-feira, dia 21 de dezembro.

A comarca de Buenos Aires já havia sido instalada, porém, por limitações orçamentárias, ainda não havia sido ativada. "A assinatura desse contrato permitirá que a Justiça chegue à minha cidade. É uma honra poder colaborar com o TJPE", afirma Divaldo de Melo. Até a efetivação desse acordo, a cidade continuará sendo termo da jurisdição de Nazaré da Mata. Na ocasião da assinatura, também esteve presente o juiz titular de Nazaré, Carlos Alberto Maranhão de Oliveira.

O acordo consiste numa cooperação mútua. O prédio onde funcionará o fórum provisório será cedido pelo município. Já as reformas necessárias para o uso desse edifício serão implantadas pelo Tribunal. Também será responsabilidade do órgão executivo ceder servidores e funcionários, caso seja preciso.

Há quase dois meses, o TJPE também firmou termos de cessão de uso com as comarcas de Iati, Tracunhaém, Pombos, Itaquitinga, Sairé, Tacaimbó, Cortês, Brejão e Caetés.

por Manuela Veras

Macêdo Malta *recebe do prefeito de Buenos Aires,* **Divaldo de Melo Araújo** *(C), o prédio que vai garantir a independência do município, antes termo de Nazaré da Mata. O juiz de Nazaré,* **Carlos de Oliveira**, *esteve presente.*

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 241 | Poder Judiciário Estadual - Seção - I | Recife, sábado, 24 de dezembro de 2005

BIBLIOTECA
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

URGENTE

Notas da Presidência

1- Haverá expediente nesta Presidência, destinado ao plantão de sustação de liminares e sentenças, no período de 26 a 30 de dezembro de 2005, das 14h às 17h, no 5º andar, com rodízio do pessoal administrativo;

2- Convoco todos os Juízes de Jaboatão, inclusive o Dr. Diretor do Foro da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, para uma reunião urgente no Gabinete desta Presidência, pelas 15 horas do dia 27 do corrente - terça-feira -, bem como dos Juizados;

3- Tendo em vista orientação definida durante reunião do Colégio Nacional de presidentes dos Tribunais de Justiça estaduais com o ministro presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), determino que todos os servidores comissionados declarem por escrito se têm, ou não, parentesco em grau proibido (até o 3º grau) com qualquer magistrado em atividade (Tribunal ou Juízo do 1º grau). Tal medida deve ser realizada até as 18h do dia 02 de janeiro de 2006 (segunda-feira), sob pena de não percepção dos vencimentos do mês de janeiro de 2006, cujos dados serão repassados ao CNJ e enviados à DRH (Preparação de Pagamento). Providências semelhantes já foram adotadas pelos Tribunais do Pará e Goiás.

Recife, 24 de dezembro de 2005.

Des. Macêdo Malta
Presidente do TJPE

Tribunal de Justiça de Pernambuco

JUIZADO DE TRÂNSITO

Grave este número no seu celular:
3226-1904

Rapidez e Eficiência para solucionar os conflitos nos acidentes de Trânsito.

Atendimento imediato e gratuito

Tribunal de Justiça de Pernambuco

TJPE - BIBLIOTECA

Diário Oficial
Estado de Pernambuco

Ano LXXXII • Nº 242 — **Poder Judiciário Estadual - Seção I** — Recife, terça-feira, 27 de dezembro de 2005

BIBLIOTECA TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado

Presidente: Des. José Antonio Macêdo Malta

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO EM SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO REALIZADA EM 19.12.05, PROCEDEU ÀS SEGUINTES ELEIÇÕES:

CONSELHO DA MAGISTRATURA – Titulares:

Des. Fausto Valença de Freitas – Presidente
Des. Antônio de Pádua Carneiro Cavalcanti Filho – Vice-Presidente
Des. Coral Rodrigues Veloso-Corregedor Geral da Justiça
Des. José Alexandre de Vasconcelos Aquino
Des. Antônio Fernando Araújo Martins
Des. Romero de Oliveira Andrade
Des. Alberto Nogueira Virgínio

CONSELHO DA MAGISTRATURA – Suplentes:

Des. Zenir Machado Fernandes - Presidente
Des. Jovaldo Nunes Gomes - Vice-Presidente
Des. Leopoldo de Arruda Raposo - Corregedor Geral da Justiça
Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes
Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos
Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto
Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA E RODIMENTO INTERNO:

Des. Hélio Sinval Siqueira Campos
Des. Bartolomeu Bueno de Freitas Marsiaj
Des. Marco Antônio Cabral Maggi

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA:

Des. Jones Figueirêdo Alves - Diretor
Des. Eduardo Augusto Paura Peres – Vice Diretor

OUVIDOR JUDICIÁRIO:

Desa. Helena Carla Reis

DIRETOR DO CEJ:

Des. Frederico Ricardo de Almeida Neves

Recife, 22 de dezembro de 2005.

Abrahão Joaquim dos Santos
Secretário Judiciário

PODER JUDICIÁRIO

Presidente:
Des. Macêdo Malta

Vice-Presidente:
Des. Siqueira Campos

Corregedor-Geral:
Des. Fausto Freitas

Assessora de Comunicação
Rosa Miranda

Divisão de Jornalismo:
Sérgio Marcos Pedosa

Divisão de Imagens:
Marcos Costa

Seção de Reportagem:
Izabela Pires Raposo

Arquivo de Imagens:
Assis Lima

Estagiários:
Carolina Vasconcelos, Cíntia Ferreira, Manuela Veras, Mariane Menezes, Rodrigo Guedes e Rafaela Vieira (Voluntária)

Diagramação:
Ascom

Endereço:
Palácio da Justiça - Praça da República, s/n
Santo Antônio - Recife-PE

Fone: (81)3424 1163 Fax 3419 3251
e-mail: ascom@tjpe.gov.br

Nosso endereço na internet
http://www.tjpe.gov.br

ATOS DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2005.

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:

Nº 2350/05 – **Dispensar a Dra. Hélia Viegas Silva**, Juíza de Direito da Vara da Infância e Juventude da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, Matrícula nº 178.630-2, do exercício cumulativo junto à 2ª Vara Criminal da referida Comarca, retroagindo os efeitos desde as/o dia 22/12/05.

Nº 2351/05 – **Designar a Dra. Adete Vanderlei de Lima**, Juíza de Direito da Vara Cível da Comarca de Ipojuca, Matrícula nº 176.676-7, do exercício cumulativo junto à Vara da Fazenda Pública da referida Comarca, retroagindo os efeitos desde as/o dia 22/12/05.

Nº 2352/05 – **Dispensar a Dra. Aline Cardoso dos Santos**, Juíza de Direito Substituta de 2ª Entrância, Matrícula nº 158.589-8, do exercício cumulativo junto à 2ª Vara da Comarca de Goiana, a partir do dia 01/01/2006.

Nº 2353/05 – **Dispensar o Dr. Kolbson Rodrigues Moura**, Juiz de Direito da Comarca de Floresta, Matrícula nº 176.586-4, do exercício cumulativo junto à 2ª Vara Cível da Comarca de Santa Terezinha, a partir do dia 06/01/2006.

Nº 2354/05 – **Designar a Dra. Cristiane Gouveia de Barros**, Juíza de Direito Substituta de 2ª Entrância, Matrícula nº 175.857-8, para ter atuação auxiliar junto à 6ª Vara Cível da Comarca de Olinda, ficando dispensada do exercício auxiliar junto à Vara da Fazenda Pública da referida Comarca, a partir do dia 04/01/2006.

Nº 2355/05 – **Designar a Dra. Andréa Calado da Cruz**, Juíza de Direito de 1ª Entrância, Matrícula nº 178.043-9, para ter atuação auxiliar junto à Vara da Fazenda Pública da Comarca do Cabo de Santo Agostinho, sem prejuízo do exercício auxiliar na Comarca de Araripina, ficando dispensada de exercício cumulativo junto à Vara Criminal da Comarca de Ipojuca, a partir do dia 09/01/2006.

Nº 2356/05 – **Designar o Dr. Francisco Milton Araújo Júnior**, Juiz de Direito da Comarca de Águas Belas, Matrícula nº 178.178-3, para responder, cumulativamente, pela Comarca de Itaíba, no período de 02 a 25.01.2006, em virtude das férias do titular, ficando a DRH autorizada a proceder ao crédito das diárias, nos termos do Art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 169/04.

JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

ATO DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2005.

O EXMO. SR. DESEMBARGADOR JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:

Nº 2357/05 – **Designar a Adriana Karla Sousa de Mendonça**, Juíza de Direito da Comarca de Ventuosa, Matrícula nº 177.780-0, para responder, cumulativamente, pelas Comarcas de Pedra e Santaré, no período de 02 a 31.01.2006, em virtude das férias dos respectivos titulares, ficando a DRH autorizada a proceder ao crédito das diárias, nos termos do Art. 3º, parágrafo único, da Resolução nº 169/04.

JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA
DESEMBARGADOR PRESIDENTE

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DES. JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA, EXARQU EM DATA DE 21 E 22.12.05 AS SEGUINTES DECISÕES:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº RP 039/05 / 2005
INEXIGIBILIDADE Nº 095/2005

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Reconhece e ratifica a Inexigibilidade de Licitação, mediante razões do Parecer nº 0153/05-CPL/DSE, para a renovação da assinatura da REVISTA TRIMESTRAL DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, para o exercício de 2006, junto à EDITORA BRASÍLIA JURÍDICA LTDA., exorbitantes elementos processuais, no valor total de R$ 611,84 (seiscentos e onze reais e oitenta e quatro centavos), a ser pago à EDITORA BRASÍLIA JURÍDICA LTDA., com base no artigo 25, inciso I, combinado com o inciso III do artigo 13, ambos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Publique-se.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº RP 040/05/2005
PARECER Nº 0157/2005-CPL/DSE
DISPENSA Nº 096/2005-CPL/DSE

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Reconheço e ratifico a Dispensa de Licitação mediante razões do Parecer nº 033/2005-CPL/SCE, objetivando a aquisição do imóvel de propriedade da empresa PMPar S.A., situado à rua do Imperador D. Pedro II, nº 346 – bairro de Santo Antônio, nesta cidade, com valor venal de R$ 2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais), com fulcro no inciso X, art. 24, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Processo Administrativo Nº Rp – 048/05/2005
Parecer Nº 155/2005 – CpR/Dse

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Reconheço e ratifico a Dispensa de Licitação nº 024 / 2005 – CPL / OSE, mediante razões do Parecer nº 166/2005-CPL/OSE, objetivando a contratação direta da THYSSENKRUPP ELEVADORES S.A., para serviços de manutenção preventiva e corretiva dos elevadores do Fórum Des. Rodeth Aurellano, pelo período de 06 (seis) meses, contados a partir da data da assinatura do contrato, consoante documentos dos autos, no valor mensal de R$ 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais), perfazendo o valor total de R$ 45.200,00 (quarenta mil e duzentos reais), com base no art. 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Publique-se.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, DES. JOSÉ ANTÔNIO MACÊDO MALTA, EXARQU EM DATA DE 20.12.05 A SEGUINTE DECISÃO:

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 039/2005/2005 RP CONVITE Nº 010/2005 – CPL/SCE.

HOMOLOGAÇÃO

Acato o julgamento da Comissão Permanente de Licitação/SCE e HOMOLOGO o resultado do Processo licitatório supra-referenciado, objetivando a aquisição de sistema audiovisual móvel para uso em audiências judiciais nesta Poder Judiciário de Pernambuco, em conseqüência, ADJUDICO o seu objeto em favor da empresa FERRUDO COMERCIAL LTDA no valor global de R$ 13.249,80(treze mil, duzentos e quarenta e nove reais), por entender que o presente procedimento desenvolveu-se em estrita obediência aos dispositivos da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores e por considerar oportuna e conveniente a aquisição. Remetam-se os autos à Diretoria Financeira para as providências cabíveis e, em seguida, à Secretaria Jurídica para elaboração do instrumento contratual. Publique-se.

VICE - PRESIDÊNCIA

Des. Hélio Siqueira Campos

DESPACHO

Emitido em 22/12/2005
Diretoria Criminal

Relação Nº: 2005.09826 de Publicação (Analítica)

O Diretor informa a quem interessar possa que se encontra na Diretoria Criminal a seguinte Feito:

901. 0130271-3 Carta Precatória
Comarca : Recife
Ação Originária : 9080000441405 Habeas Corpus
Deprecio : Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe
Deprecio : Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Origem Julgador : Tribunal Pleno
Relator : Des. Presidente
Despacho : Despacho
Última Devolução : 20/12/2005 16:30 Local: Diretoria Criminal

DESPACHO Tendo em vista o deposito na certidão de fls. 24, bem como nas informações retro, oficie-se ao Superior Tribunal de Justiça, bem como aos MM. Juízes do Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Recife/PE e da 2ª Vara Criminal da Comarca de São Paulo/SP e, ainda, ao Exmo. Des. Presidente da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe dando ciência acerca dos fatos praticados nos presentes autos e da impossibilidade de ser efetivada a ordem de soltura proferida em virtude da concessão do Habeas Corpus nº 44405/SE. Publique-se. Recife, 19 de dezembro de 2005. Des. Macêdo Malta Presidente do TJPE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Belª: Mary Anne Briano Nunes

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, DRª. MARY ANNE BRIANO NUNES, EXARQU EM DATA DE 23.12.05 O SEGUINTE DESPACHO:

OI nº 1010005-DSEM/GOVREST – DIRETORIA DE INFRA-ESTRUTURA – Ref. Pagamento de multa de JOSÉ SEVERINO FILHO e DAVI MÁRIO FERREIRA GUIMARÃES: "Anuncio".

Recife, 23 de dezembro de 2005.

Mary Anne Briano Nunes
Secretária de Administração

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

Belª: José Arteiro Vieira de Mello

PORTARIAS DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2005

O Illmo. Sr. Coordenador dos Juizados Especiais, o Bel. José Arteiro Vieira de Mello, no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Nº 1280/04 – **designar JULIANA DA MOTA ARAGÃO**, Conciliadora, mat. 179.407-3, para ter exercício no 1 Juizado Especial Cível da Comarca de Garanhuns, no período de 02 a 31.01.06.

TJPE - BIBLIOTECA